ProVárzea

Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea

IBAMA

MMA

Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões

Perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade

ORGANIZAÇÃO

Deborah Lima

Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões:

perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea
Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões:

perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade

Organizadora
Deborah Lima

Manaus • 2005

Ministério do Meio Ambiente
Marina Silva

Secretaria de Coordenação da Amazônia
Muriel Saragoussi

Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
Nazaré Lima Soares

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Marcus Luiz Barroso Barros

Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros
Rômulo José Fernandes Barreto Mello

Coordenação-Geral de Gestão de Recursos Pesqueiros
José Dias Neto

Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea
Coordenador: Mauro Luis Ruffino
Gerente Executivo: Letícia Domingues Brandão
Gerente do Componente Estudos Estratégicos: Maria Clara Silva-Forsberg
Perito: Darren Andrew Evans (DFID)
Perito: Wolfram Maennling (GTZ)
Assessora de Comunicação: Marinês da Fonseca Ferreira

Equipe ProVárzea/Ibama
Adriana Melo, Alexandre Voss, Alzenilson Santos Aquino, Antonia L.F. Barrosso, Anselmo de Oliveira, Aubermaya Xabregas, César Teixeira, Cleucilene da Silva Nery, Emerson Soares, Evandro Leal Câmara, Flavio Bocarde, Joelcia Ribeiro de Figueiredo, Kate Anne de Souza, Mara Estela de Souza, Marcelo Derzi, Marcelo Parise, Marcelo B. Raseira, Márcio Magalhães Aguiar, Márcia Escóssio, Maria Clara Silva-Forsberg, Mario José Fonseca, Thomé de Souza, Marinês Ferreira, Natália Aparecida de Souza Lima, Núbia Gonzaga, Raimunda Queiroz de Mello, Ricardo Pinheiro Lima, Rosilene Bezerra da Silva, Simone Fonseca, Tatiane Patrícia dos Santos, Tatianna de Souza Silva e Urbano Lopes.

Endereço do Editor
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – ProVárzea/Ibama
Rua Ministro João Gonçalves de Souza, s/n. Distrito Industrial – Manaus-AM – Brasil. 69.075-830
Tel: (92) 613 3083/ 6246/6754/ Fax: (92) 237 5616/6124
Correio Eletrônico: provarzea@provarzea.ibama.gov.br
Página na Internet: www.ibama.gov.br/provarzea.

Centro Nacional de Informação. Tecnologias Ambientais e Editoração
Edições Ibama
SCEN Trecho 2, Bloco B - Subsolo Ed. Sede do Ibama
70818-900 - Brasília, DF
Telefone (61) 316 1065
E-mail:edicoes@ibama.gov.br

Sobre os autores

Deborah Lima é doutora em Antropologia Social pela Universidade de Cambridge e professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG. Desenvolve estudos com populações ribeirinhas na Amazônia e participa da coordenação do grupo de pesquisas sociais do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá/MCT. Fez parte da equipe responsável pela construção da RDS Mamirauá, na várzea do médio Solimões.

Delma Pessanha Neves é doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFF e colaboradora no Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará. Pesquisadora do CNPq.

Edna Alencar, graduada em História, mestre e doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, é professora de Antropologia da Universidade Federal do Pará e pesquisadora associada ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá/MCT; desenvolve pesquisas com populações ribeirinhas e de unidades de conservação da Amazônia, com as temáticas de história, identidade, gênero e diagnóstico socioambiental.

Eliane Cantarino O´Dwyer é doutora em antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do MUSEU Nacional/UFRJ, docente e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF. Desenvolve, desde 1992, pesquisas etnográficas junto a grupos étnicos "remanescentes de quilombos" e populações camponesas ribeirinhas na região do baixo Amazonas, onde funciona o campus avançado da UFF no Pará.

Fabio Reis Mota é doutorando em Antropologia pelo PPGA/UFF. Professor Colaborador FAPERJ da UENF/LESCE. Pesquisador ISP/SESP-RJ. Pesquisador Associado do NUFEP/UFF, onde tem realizado pesquisas sobre conflitos socioambientais envolvendo pescadores artesanais, quilombolas e "populações tradicionais", na disputa pelo uso e acesso aos seus territórios.

Gláucia Silva é professora da Universidade Federal Fluminense e doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo; realizou seu primeiro estágio pós-doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales e o segundo na Université de la Sorbonne. Seu interesse abrange sobretudo os temas denominados ambientais, tanto no aspecto sociológico (construção da democracia), quanto no aspecto antropológico (especificidades da relação natureza/cultura).

Lenin Pires é doutorando em Antropologia pelo PPGA/UFF. Pesquisador Associado do NUFEP/UFF, onde tem realizado pesquisas sobre diferentes conflitos urbanos, notadamente aqueles que emergem das disputas pelo espaço público urbano na conformação da chamada economia informal.

Mariana Ciavatta Pantoja é doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP e bolsista do CNPq com projeto de pesquisa e atividades

de docência na UFAC. Em 2004, publicou *Os Milton. Cem anos de história nos seringais* (Ed. Massangana, Recife), que trata dos temas da organização social e parentesco no interior da floresta amazônica por meio da história de uma família de seringueiros. Trabalha como assessora e consultora em projetos de desenvolvimento no Acre desde 1991.

Roberto Kant de Lima é pesquisador 1-A do CNPq e Cientista do Nosso Estado/FAPERJ, RJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Coordenador do Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública e Coordenador Executivo do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas, tem se dedicado nos últimos vinte anos à investigação de processos institucionais de administração de conflitos e produção de verdades no espaço público.

Ronaldo Lobão é doutorando em Antropologia no Ppgas/UnB e Pesquisador Associado ao Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da UFF. Desde 1996 acompanha a criação e consolidação de unidades de conservação, em especial as Reservas Extrativistas Marinhas. Seu olhar está voltado para as relações que a sociedade envolvente mantém com os grupos locais e os conflitos advindos destes encontros.

Copyright © 2005 ProVárzea/Ibama

Coordenador Editorial
Mauro Luis Ruffino

Edição de Texto e Revisão
Maria Clara Forsberg
Maria José Teixeira
Nara Albuquerque
Vitória Rodrigues

Fotos
ProVárzea/L.C. Marigo

Projeto Gráfico e Capa
Fábio Sian Martins

Catalogação na Fonte

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
L732d Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade / Deborah Lima, organizadora.—
Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005.

416p. : il ; 21cm.

Inclui Bibliografia
ISBN 85-7300-187-9

1. Várzea. 2. Área alagada. 3. Amazonas. 4. Desenvolvimento sustentado. I. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. II. Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. III. Título.
CDU (2.ed.)502.35(811.3)

A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente com a autorização prévia do ProVárzea/Ibama.

Impresso no Brazil

Sumário

Introdução - Apresentação do estudo 11
Deborah Lima

Efeitos da igualdade e da desigualdade no espaço público da Amazônia 37
Roberto Kant de Lima, Fabio Reis Mota e Lenin Pires

Políticas públicas e (in)sustentabilidade social: o caso de comunidades de várzea no alto Solimões, Amazonas 59
Edna Ferreira Alencar

Os agricultores de várzea no médio rio Solimões: condições sócio-ambientais de vida 101
Delma Pessanha Neves

A várzea do médio Amazonas e a sustentabilidade de um modo de vida 157
Mariana Ciavatta Pantoja

A construção da várzea como problema social na região do baixo Amazonas 207
Eliane Cantarino O'Dwyer

Sustentabilidade ou subordinação: modos de vida em comunidades de várzea em municípios da foz do Amazonas 265
Gláucia Silva

Uma análise comparativa de processos de construção de unidades de conservação de uso sustentável em áreas de várzea 313
Ronaldo Lobão

Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade 337
Deborah Lima

Anexo I – Documento síntese do estudo 387
Deborah Lima, Edna F. Alencar, Delma P. Neves, Mariana C. Pantoja, Eliane C. O'Dwyer, Gláucia Silva, Roberto Kant de Lima

Anexo II – Resultados dos workshops realizados em São Paulo de Olivença, Tefé, Parintins, Santarém e Porto de Moz 407

Apresentação do estudo

Deborah Lima[1]

A ocupação humana nas várzeas dos rios Solimões e Amazonas

Estudar a população da várzea é conhecer os habitantes das margens baixas do rio com o maior volume de água do mundo. É também conhecer a região de colonização mais antiga da Amazônia.

Os relatos dos primeiros exploradores europeus descreveram para seus patrícios a natureza e a população nativa do rio que batizaram com os nomes de *Ucayali* e *Marañon*, ou rio mar, na parte peruana, rio Solimões, ou rio dos índios Solimões, de seu alto curso em território brasileiro até o encontro com o rio Negro, e ainda rio Amazonas, ou rio das lendárias guerreiras amazonas, do rio Negro até sua foz (Hemming, 1978; Medina, 1988; Gondim, 1994).

Nas margens desse grande rio foram formados os primeiros núcleos de ocupação dos portugueses que vieram para a Amazônia no século XVII. A população indígena que habitava as margens do Amazonas foi a primeira a sofrer os piores efeitos da colonização. As doenças, as guerras, o extermínio e a escravização rapidamente dizimaram a maioria dos grupos indígenas da várzea[2]. Nas terras dos índios Omagua, Aisuari, Solimões, Paguana, Cuchiguara, Carabuyana, Tupinanbarana, Conduris e Tapajós (Porro, 1996), os portugueses instalaram fortificações, foram criados aldeamentos missionários, formaram-se grandes fazendas, e imigrantes pobres e degredados abriram suas colocações. Ao longo do Solimões-Amazonas e de seus afluentes, encontra-se hoje o resultado do processo histórico de ocupação tradicional da Amazônia. Só nos anos 60 do século XX surgiria um outro processo ocupacional que criou a Amazônia da estrada, da fronteira, de migrantes e colonos mais recentes (Oliveira, 1983).

Ao longo dos 3.000 km de extensão dos rios Solimões/Amazonas, em terras brasileiras, ocorrem dois tipos de ambientes: a várzea, como é chamada a área de planície inundada anualmente, e a terra firme, terras altas que consistem em extensões do platô do período terciário que alcançam as bordas do rio. Esses dois tipos de ambiente se alternam ao longo das margens do rio, e neles moram populações ribeirinhas que, embora vizinhas, apresentam modos de vida diferenciados.

---

[1] Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais.

[2] Segundo Moran, 1990, p. 24, historiadores e arqueólogos estimam que entre 50% e 95% da população indígena da várzea foi dizimada logo no primeiro século de colonização.

O ritmo da vida na várzea segue a variação do nível da água, e os moradores estão sujeitos às alagações anuais que podem cobrir suas plantações e até suas casas. As enchentes alcançam valores máximos de até 15 metros em algumas regiões da calha e se devem à variação sazonal no regime de chuvas dos afluentes de ambas as margens e de sua própria cabeceira (Junk, 1984). A alternância entre períodos de águas baixas e altas define o calendário das atividades econômicas na várzea. Há variações nos padrões de renda, na disponibilidade de recursos naturais e nas condições de saúde e de alimentação dos moradores que respondem ao ritmo das águas do rio.

Já nas localidades de terra firme, o calendário de atividades é marcado pela variação anual das chuvas, e a população tem um ambiente relativamente mais estável. Embora as condições de vida sejam mais difíceis nas áreas de várzea do que nas de terra firme, as alagações contribuem para a fertilização dos solos, enquanto nas áreas de terra firme a agricultura depende quase que inteiramente do rodízio de capoeiras e das queimadas para manter o solo fértil. Na várzea, a produção pesqueira é importante fonte de renda e de alimentação, diferindo da de terra firme, cujos igarapés oferecem uma pesca comercialmente pouco importante. Além desses padrões de sazonalidade e de produção, diferem também as regras de uso dos recursos naturais e as definições de propriedade da terra. A separação entre populações com modos de vida e concepções distintas de identidade é, em geral, bem acentuada, mas há áreas em que é comum o uso combinado dos dois ambientes, associado à prática da transumância entre a várzea e a terra firme.[3]

Em cada período da história da Amazônia – durante a ocupação indígena, o período colonial, a época da borracha e do aviamento, os anos do chamado desenvolvimento modernizador, e daí ao atual momento de promoção do desenvolvimento sustentável –, a várzea desempenhou um papel econômico diferente.

No período pré-colonial, a várzea foi intensamente aproveitada, a ponto de sua ocupação ter sido maior do que a atual. As estimativas populacionais variam, mas uma das mais citadas (apesar da revisão posterior de seu próprio autor) calcula a densidade populacional em aproximadamente 15 habitantes por quilômetro quadrado (Denevan, 1996). O grande potencial pesqueiro da várzea é apontado como o principal responsável por essa elevada densidade populacional.[4]

Durante a época colonial e ao longo de quase 150 anos de predomínio de economia mercantil centrada no aviamento, a economia da Amazô-

[3] Meggers (1977) propôs um modelo de comparação entre os modos de vida de grupos indígenas, baseado nas diferenças ecológicas da várzea e da terra firme. Para outras interpretações das diferenças e das inter-relações entre populações que ocupam a várzea e a terra firme, ver Roosevelt (1980), Moran (1990) e Devenan (1976; 1996), bem como a revisão crítica dessa discussão em Viveiros de Castro (1996).

[4] Com a dizimação da população indígena também se perdeu um rico acervo de plantas domesticadas (Clement, 1999).

nia focalizou a região ribeirinha e, nela, a várzea desempenhou papel central. Da várzea foram extraídos produtos da floresta como cacau, cravo, castanha e ervas medicinais (as chamadas drogas do sertão), diversos tipos de madeiras, peixes, quelônios e o peixe-boi; nos solos da várzea plantaram-se arroz, cacau, juta, mandioca, frutas e verduras; os campos naturais da várzea receberam as primeiras criações de gado branco da Amazônia, só recentemente seguidas do búfalo.

No entanto, durante o período da ditadura (1964-85), quando o governo militar promoveu de forma autoritária o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (Velho, 1976; Ianni, 1979b; Forewaker, 1981), os projetos de desenvolvimento não incluíram a Amazônia ribeirinha entre as suas prioridades, mas voltaram-se para a extensa terra firme do interior. Uma exceção foi a tentativa, fracassada, do milionário americano Daniel Ludwig, de cultivar grandes áreas de arroz na várzea do rio Jari. A exclusão da várzea dos grandes projetos modernizadores, na verdade, a protegeu das conseqüências negativas do que também se conhece como o "modelo predador" de desenvolvimento da Amazônia[5]. Ao contrário do que propõe hoje o modelo socioambiental, o projeto modernizador não considerava nem os custos ambientais nem os custos sociais de suas iniciativas, priorizando o desenvolvimento do capitalismo como um fim em si mesmo. Empresas beneficiadas, a maioria vinda do Sul do país, tinham o objetivo de colonizar a Amazônia pelo capital. O projeto efetivamente promoveu o desmatamento ao incentivar o plantio de extensas pastagens para a criação de gado e conceder isenções fiscais para empresas ativas na região, aceitando como comprovação, a retirada da cobertura vegetal. Conflitos de terra e injustiças sociais marcaram fortemente o período. O estabelecimento de grandes propriedades privadas implicou violência, mortes e expulsão de milhares de famílias de moradores que não tinham suas posses formalmente legalizadas (Ianni, 1979; Martins, 1983; Branford e Glock, 1985; Esterci, 1987).

Isso não significa que a várzea tenha se mantido imune a conflitos sociais e à exploração predatória do ambiente. Mas, enquanto a escala de impacto do modelo modernizador alcançava ecossistemas e alterava estruturas sociais, principalmente nas áreas centrais da Amazônia, o modelo tradicional de sociedade patriarcal e economia extrativista atingia, principalmente, espécies e ambientes específicos nas regiões ribeirinhas. A pressão seletiva sobre algumas espécies com grande demanda de mercado, como a tartaruga (*Podocnemis expansa*), o pirarucu (*Arapaima gigas*) e animais de caça, causou a redução de estoques locais. O mesmo ocorreu com a madeira. Espécies que até 30 anos atrás ainda eram comercializadas, como o cedro (*Cedrilinga odorata*), a macacaúba (*Platymiscium ulei*) e a samaúma (*Ceiba petandra*), hoje são dificilmente encontradas nas matas

[5] Sobre o modelo "predador" ou modernizador, e sua convivência com modelos "tradicional" e "socioambiental", ver Léna, 2002.

de várzea (Albernaz e Ayres, 1999; Ayres, 1993). Entre as culturas agrícolas, o maior impacto foi causado pelo plantio da juta (*Corchorus* spp.), espécie exótica cultivada principalmente no médio e no baixo curso do rio Amazonas, tanto em pastos naturais quanto em áreas de restinga. A retirada da vegetação nativa das restingas repercutiu negativamente nas populações de peixes que se alimentam de frutos caídos de árvores das matas alagadas da várzea.

Atualmente, a atividade econômica que causa maior impacto ambiental na várzea é a criação do búfalo (Goulding *et al.*, 1996). Criado em pastagens naturais ou em pastos cultivados em antigas áreas de plantio de juta, abandonadas depois que os sacos de fibra plástica substituíram os de juta, o búfalo impede a regeneração vegetal, compacta o solo com o pisoteio e provoca o assoreamento dos lagos. A presença do búfalo piora gravemente a situação de sobreexplotação da pesca nas regiões do médio e do baixo rio Amazonas.

Em termos sociais, o fato de o projeto modernizador ter excluído a Amazônia ribeirinha significou que a sociedade local não foi abruptamente atingida por mudanças em seu padrão tradicional. Formada por duas classes principais – uma elite mercantil (no baixo Amazonas também agropastoril) e os produtores familiares – a sociedade ribeirinha chegou ao final do século XX tendo desenvolvido os seus próprios conflitos. Ligados justamente ao acesso, à apropriação e à manutenção de estoques de recursos naturais, os conflitos encontraram ressonância na proposta de conciliação entre desenvolvimento e conservação, introduzida pelo ideário da sustentabilidade.

As principais causas dos conflitos foram o crescimento da população, principalmente urbana, as mudanças na economia e o surgimento de novas tecnologias, que acarretaram maior pressão de exploração sobre os recursos naturais extrativos, sobretudo o peixe. O aumento da pressão sobre os estoques e a competição por áreas de pesca provocou a reação dos pequenos produtores rurais, preocupados em defender um dos recursos mais importantes para a sua sobrevivência.

No início da década de 1980, apoiados por setores progressistas da Igreja Católica, os moradores da várzea – já adotando a identidade de ribeirinhos e com um sistema de organização comunitária implantado –, começaram a instituir um processo de territorialização e controle de áreas de pesca. Nos anos de 1990, ao longo da região central da várzea, entre o médio Solimões e o baixo Amazonas, surgiram vários grupos que se organizaram para proteger seus territórios de pesca contra a entrada de pescadores comerciais "de fora", ao mesmo tempo em que passaram a regular os apetrechos de pesca. Inicialmente, as próprias comunidades ribeirinhas declararam medidas reguladoras, como os acordos de pesca e os sistemas de reserva de lagos, sem apoio institucional. Aos poucos essas iniciativas receberam suporte legal e financeiro de governos e órgãos municipais, estaduais e federais, organi-

zações ambientalistas nacionais e estrangeiras, grupos de extensão universitária e programas com financiamento internacional (Leroy, 1991, Lima, 1994, McGrath *et al.*, 1999, Castro, 2000, Pereira, 2004). Uma das primeiras formas de oficialização de propostas locais se deu no final dos anos de 1980, quando vários municípios reconheceram áreas de preservação de pesca, propostas por lideranças comunitárias, em suas leis orgânicas.

Na várzea do médio Solimões, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá baseou-se na experiência local do "sistema de preservação de lagos" para criar um novo modelo de unidade de conservação. Inicialmente decretada como Estação Ecológica, o modelo desenvolvido localmente foi regularizado pelo estado do Amazonas, em 1996 (Lima, 1999). A categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável passou a integrar também o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Snuc -, em 2000 e, desde então, vem sendo reproduzida em outros municípios no Amazonas, bem como no Amapá.

O Ibama também participou da regularização de iniciativas de manejo comunitário de pesca, por meio de diversas Portarias regulamentando acordos de pesca, que resultaram na Instrução Normativa - IN - nº. 29, de 2003, definindo os critérios para a regulamentação dos acordos de pesca elaborados por comunidades ribeirinhas, e oficializando o papel de fiscal de lagos, com a criação da figura legal do agente ambiental voluntário, em 2001 (IN nº 19).[6]

O conjunto dessas inovações faz parte da construção do desenvolvimento sustentável na Amazônia. Um conceito de reconhecida polissemia e teor utópico, a idéia de desenvolvimento sustentável encontra, na Amazônia, um laboratório propício para sua experimentação (Esterci *et al.*, 2002). Tanto há na região uma vasta floresta tropical a ser preservada como uma sociedade rural com sérias deficiências institucionais, requerendo ações básicas de desenvolvimento humano, e uma economia fortemente dependente da extração de recursos naturais. Ao contrário dos projetos modernizadores de colonização e desenvolvimento, que provocaram o aparecimento de estudos indagando em seus títulos "*para quem?*" o desenvolvimento modernizador estava sendo implementado (cf. Hébette & Acevedo, 1979; Hall, 1991), o modelo socioambiental é claro em sua proposta de diminuir as desigualdades sociais e promover o uso sustentável do meio ambiente. Mas, como se discute ao longo deste livro, as experiências em curso enfrentam obstáculos e revelam contradições do próprio projeto socioambiental.

[6] Em 1997, sobressaíam, por seu caráter promissor para a promoção do desenvolvimento sustentável na várzea, iniciativas locais como o GDA no médio Solimões, a Aspac e a Avive, no médio Amazonas, o projeto Iara e o Projeto Fase Gurupá, no baixo Amazonas. Esses projetos são abordados nos capítulos seguintes.

O estudo

Este livro traz os resultados de um estudo das condições sociais e ambientais em áreas de várzea dos rios Solimões e Amazonas. O diagnóstico socioambiental tem por objetivo subsidiar a definição de políticas públicas que tenham enfoque na eliminação da pobreza e promovam a eqüidade social, a conservação e o manejo sustentado dos recursos naturais da várzea, no âmbito das ações do ProVárzea[7].

Estão aqui reunidas as contribuições finais da equipe de antropólogos responsável por um dos estudos estratégicos que integram o ProVárzea. Iniciado em 2002, o estudo *Diversidade socioambiental na várzea dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade* — é composto por cinco pesquisas em diferentes regiões de várzea. Realizadas por Edna Ferreira Alencar, Delma Pessanha Neves, Mariana Ciavatta Pantoja, Eliane Cantarino O'Dwyer e Gláucia da Silva, seus trabalhos focalizam o modo de vida de produtores familiares residentes em comunidades de várzea. Também integram o estudo os trabalhos de Roberto Kant de Lima sobre as implicações para as políticas públicas de um conceito brasileiro de espaço público que incorpora a desigualdade como constitutiva da realidade social, e de Ronaldo Lobão, sobre duas unidades de conservação de uso sustentável, incidindo em áreas de várzea. A coordenação geral do estudo foi feita por Deborah Lima. Lysia Reis Condé secretariou os trabalhos.

O conjunto de pesquisas partiu da necessidade de se conhecer a diversidade socioambiental na várzea para, a partir desse conhecimento, enunciar demandas e perspectivas locais que contribuam para a construção de um desenvolvimento sustentável para a região. Tal necessidade decorre do fato evidente de a várzea não ser homogênea, nem nas características ambientais nem nas problemáticas sociais. Da fronteira com a Colômbia e o Peru, até próximo ao Oceano Atlântico, a várzea dos rios Solimões-Amazonas apresenta diferenças ambientais conhecidas – extensão, nível das enchentes, influência da maré, estabilidade geomorfológica, características das formações lacustres e dos solos.[8] Porém, era mais importante para a

[7] O Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – ProVárzea é um projeto do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, executado pelo Ibama, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e financiado pelo Fundo Fiduciário para a Floresta Tropical – RFT, do Banco Mundial, Departamento do Desenvolvimento Internacional – DFID, do Reino Unido, Agência de Cooperação Alemã – GTZ, Banco de Reconstrução do Governo Alemão – KfW, e o governo brasileiro. Seu objetivo é estabelecer bases científica, técnica e política para a conservação e o manejo ambiental e socialmente sustentável dos recursos naturais da várzea, na calha central da bacia amazônica, com ênfase nos recursos pesqueiros. Ao fim de sua execução, o projeto prevê que seus resultados vão influenciar mudanças nas políticas públicas ambientais, além de favorecer o desenvolvimento de meios de vida sustentáveis e o melhoramento dos sistemas relacionados ao monitoramento e controle, e a promoção de co-gestão em áreas de várzea. Cf. http://www.ibama.gov.br/provarzea.

[8] Para uma abordagem ecológica da diversidade, do uso e da conservação das várzeas, ver a coletânea de Padoch *et al*., 1999.

pesquisa conhecer as diversas problemáticas sociais da várzea, relacionadas, em última instância, a processos históricos distintos, do que identificar diferenças nos modos de vida ligadas às diferenciações ambientais.

Como pano de fundo, o estudo apresenta a Amazônia no enfrentamento de questões atuais, quando a visão negativa do seu "atraso" é redimensionada e se configura, como possibilidade, um modelo alternativo de desenvolvimento que privilegia formas de vida cunhadas como "tradicionais". Na presença de um contexto político que inclui uma proposta de mudança de paradigma, como a Amazônia ribeirinha enfrenta o desafio do desenvolvimento sustentável? Quais as reais possibilidades de conciliar desenvolvimento humano, geração de renda e conservação? O estudo contribui para conhecer essa nova realidade, mostrando um conjunto de respostas locais aos novos desafios. Apresenta exemplos do que tem sido feito, descrevendo tanto experiências de sucesso quanto obstáculos reais à realização desse projeto. Apreende-se daí a extensão de várias situações de mudança social. São novas redes de mediação, novas políticas públicas, novas formas de manejo ambiental na várzea (como reservas de lago, acordos de pesca e unidades de conservação de uso sustentável), novas identidades políticas e movimentos sociais, que precisam ser conhecidos e analisados.

Escopo e metodologia

Um esforço inicial de trabalho foi direcionado para a definição do escopo e da metodologia deste estudo. Envolveu discussões com a equipe de pesquisadores, a coordenação do ProVárzea e representantes dos financiadores[9]. O resultado foi a precisão de objetivos e metodologia de pesquisa comuns.

O marco conceitual adotado foi a busca de uma definição local para a construção de um desenvolvimento sustentável, embasada na identificação dos critérios adotados pelas populações locais para conceituar desenvolvimento humano e sustentabilidade. Como um conceito do tipo "essencialmente contestável", como qualifica o filósofo William Gallie aqueles cuja significação varia de acordo com o interesse e a visão de mundo do propositor, a sustentabilidade é um valor. Está relacionada não só a critérios de desenvolvimento humano e conservação ambiental, mas também às noções de território e identidade de grupos humanos. Segundo a conceituação de Enrique Leff (2000), a sustentabilidade não é um conceito objetivo, mas o produto de uma racionalidade alternativa, ainda por ser construída. Para o au-

[9] Participaram dessa discussão Deborah Lima, Edna Alencar, Delma Pessanha Neves, Gláucia da Silva, Eliane Cantarino O´Dwyer, Mariana Ciavatta Pantoja, Roberto Kant de Lima, Mauro Ruffino, Serguei Camargo, Brendan Dalley e Sue Fleming.

tor, a racionalidade ambiental é uma utopia "forjadora de novos sentidos existenciais" que está situada em um campo de forças. No sentido amplo empregado por Leff (2000, p. 11):

> "a sustentabilidade encontra sua razão e sua motivação não em leis objetivas da natureza e do mercado, mas no pensamento e no saber; em identidades e sentidos que mobilizam a reconstrução do mundo. O movimento em direção à democracia e à sustentabilidade implica uma nova concepção e novas formas de apropriação do mundo; e ali se definem novos sentidos existenciais para cada indivíduo e cada comunidade, traçando novas linhas de força que atravessam as relações de poder de onde se forjam novos projetos históricos e culturais".

Neste trabalho, foram pesquisados os critérios locais de sustentabilidade em regiões de várzea de cinco grupos de municípios, identificados, de modo aproximativo, na Figura 1. As áreas de pesquisa estão compreendidas entre Tabatinga, no alto Solimões, e Gurupá, na várzea do estuário, e abarcam um total de 18 municípios ao longo da calha.

■ **FIGURA 1** – Localização das cinco regiões de várzea onde foram realizadas as pesquisas de campo.

No alto Solimões, Amazonas (região 1), Edna Alencar pesquisou comunidades de várzea nos municípios de Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença e Amaturá. No médio Solimões, Amazonas, Delma Pessanha Neves realizou seu estudo nos municípios de Alvarães, Tefé e Coari (região 2). As várzeas dos municípios de Itacoatiara, Maués, Silves e Parintins

(região 3), no médio Amazonas, Amazonas, foram pesquisadas por Mariana Ciavatta Pantoja. No baixo Amazonas, Pará, Eliane Cantarino O´Dwyer desenvolveu sua pesquisa em áreas de várzea dos municípios de Óbidos, Santarém e Alenquer (região 4). Gláucia da Silva pesquisou, também no baixo Amazonas, mas na região da foz do Amazonas, os municípios de Prainha, Almeirim, Porto de Moz e Gurupá (região 5). As duas unidades de conservação estudadas por Ronaldo Lobão estão localizadas, uma, no médio, e outra, no baixo Amazonas, região da foz.[10]

Os dados foram coletados em um mesmo período (2002-2003) e a partir de um roteiro de pesquisa comum. O trabalho de campo foi dividido em três etapas. A primeira consistiu em uma caracterização geral de cada região de estudo. Incluiu: (i) um mapeamento político-institucional, no qual foram identificados os interesses, os projetos, as ações empreendidas e os pontos de vista das instituições atuando na várzea; e (ii) uma caracterização da várzea regional e de sua população.

A segunda etapa consistiu na caracterização dos povoados e dos domicílios rurais e incluiu: (i) uma apreciação do painel das localidades, abordando a diversidade de condições de sustentabilidade social e ambiental, dos assentamentos humanos na várzea de cada região; e (ii) um estudo sobre a diferenciação de grupos domésticos, com a identificação de estratégias econômicas, padrões de renda monetária e indicadores de qualidade de vida, segundo critérios locais de sustentabilidade e vulnerabilidade.

A seleção das localidades estudadas baseou-se em uma avaliação da diversidade das localidades de várzea de cada município, informada por moradores da várzea, pessoas da cidade, barqueiros etc. Buscou-se conhecer as diversas condições sociais e ambientais das localidades, para selecionar uma "mostra" da diversidade existente, sem pretender alcançar os critérios de uma amostragem estatística. Em cada município, foram estudadas pelo menos três comunidades de várzea. E em cada localidade, foi feito um estudo detalhado das condições socioeconômicas de pelo menos três grupos domésticos, em situações de vida distintas, com base na classificação local de diferenciação social. Foram entrevistadas casas enfrentando maiores dificuldades, casas consideradas em condições de normalidade e casas que apresentavam um padrão de relativa afluência, segundo os critérios do lugar.

A terceira etapa da pesquisa consistiu na realização de um encontro de trabalho na sede de um dos municípios de cada região de estudo. O encontro contou com a participação de lideranças e representantes da população rural, instituições governamentais, não-governamentais, mediado-

[10] As áreas de estudo foram selecionadas pela coordenação do ProVárzea, com base na presença de iniciativas promissoras que estavam recebendo, na época, financiamento do projeto. Mas faz falta, para compor uma visão mais completa da diversidade da várzea, o estudo da área central da calha, na região de influência imediata da cidade de Manaus.

res e outros grupos de apoio. O objetivo dos encontros foi promover a formulação coletiva de uma proposta local para o desenvolvimento sustentável na várzea de cada região. As reuniões foram organizadas pelas pesquisadoras responsáveis por cada área de estudo. A coordenadora-geral do estudo, Deborah Lima, participou dos cinco encontros para compor um painel de referência para a síntese final.

Complementando esses trabalhos de campo, Kant de Lima analisou o processo de descentralização e municipalização nos estados do Amazonas e do Pará, em especial nos municípios abrangidos pelo ProVárzea, e escreveu sobre os efeitos da igualdade e da desigualdade no espaço público da Amazônia.

Foi preocupação comum dos pesquisadores conhecer a perspectiva local sobre os problemas socioambientais na várzea, registrando as opiniões dos moradores sobre as medidas necessárias para enfrentá-los. Esse registro foi associado à produção de um conhecimento das condições de reprodução social na várzea e à formulação de análises acadêmicas, caracterizando, portanto, o estudo tanto como um exercício analítico como de mediação. Tal abordagem qualitativa foi acompanhada de uma compilação de indicadores formais, com o objetivo de retratar as condições de saúde, educação, manejo de recursos naturais e os padrões de renda monetária, consumo doméstico, demografia e migração.[11]

Panorama dos municípios da várzea

Não há dados censitários específicos para a região de várzea que permitam caracterizar formalmente as condições socioeconômicas de sua população. Também não foi possível recorrer aos dados dos setores censitários (as menores unidades amostrais do IBGE) para obter informações sobre localidades de várzea dos municípios estudados, pois verificamos que os setores rurais incluem localidades tanto de várzea quanto de terra firme. Desse modo, as estatísticas municipais, apresentadas a seguir, apenas apontam o panorama da situação social em que vivem os moradores das várzeas. Apropriadas para análises em macroescala, essas estatísticas servem para comparar, em termos gerais, a situação das principais dimensões do desenvolvimento humano nos municípios. Mostramos dados sobre os municípios localizados ao longo da calha dos rios Solimões-Amazonas e, em seguida, alguns indicadores específicos para as cinco regiões de estudo.

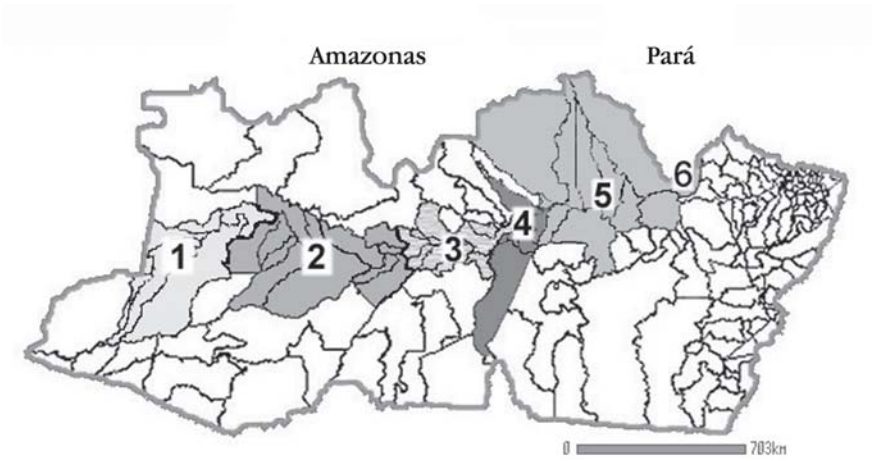
São 46 municípios cortados ou que margeiam os rios Solimões-Amazonas. Esse número foi definido por um critério restritivo. Inclui apenas os municípios imediatamente adjacentes do leito do rio, apesar de a várzea, em muitas áreas, se estender para além das margens, atingindo municípios mais distantes da calha, como, por exemplo, Maraã, no médio Solimões. Os

[11] Os resultados completos de cada fase estão registrados em relatórios parciais e fazem parte do acervo de dados do ProVárzea (http://www.ibama.gov.br/provarzea).

municípios estão agrupados por mesorregião, adotando-se a definição político-administrativa dos próprios governos estaduais do Amazonas e do Pará (há outras classificações institucionais). Considerando esses critérios, a Tabela 1 enumera os municípios que margeiam o Solimões e o Amazonas, segundo a mesorregião. A Figura 2 mostra a sua localização.

■ **TABELA 1** – Municípios localizados na várzea dos rios Solimões e Amazonas, segundo a mesorregião.

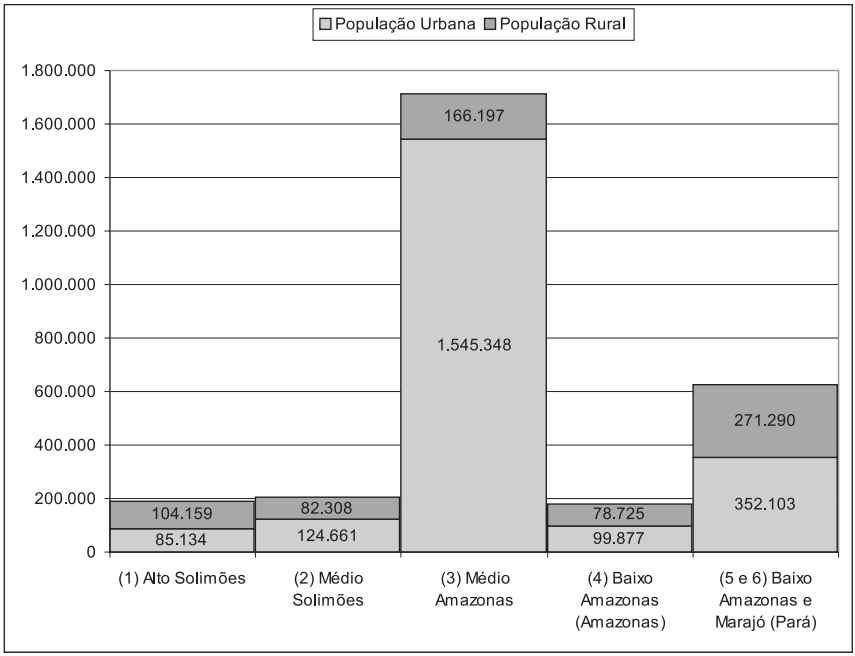
MESORREGIÃO	MUNICÍPIOS
1. Alto Solimões	Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutaí, Fonte Boa
2. Médio Solimões	Juruá, Uarini, Alvarães, Tefé, Coari, Codajás, Anori, Beruri, Anamã
3. Médio Amazonas	Manacapuru, Manaquiri, Careiro, Iranduba, Manaus, Careiro da Várzea, Autazes, Itacoatiara, Urucurituba, Silves, Itapiranga, Urucará
4. Baixo Amazonas (Amazonas)	Maués, Boa Vista do Ramos, Barreirinha, Parintins, Nhamundá
5. Baixo Amazonas (Pará)	Terra Santa, Juruti, Oriximiná, Óbidos, Curuá, Alenquer, Santarém, Monte Alegre, Prainha, Porto de Moz, Almeirim
6. Marajó [12]	Gurupá



■ **FIGURA 2** – Municípios da várzea do Solimões e do Amazonas, e suas mesorregiões.

[12] Na análise, Marajó foi incluída na mesorregião do baixo Amazonas paraense, devido ao seu tamanho reduzido.

Ao longo da calha dos rios Solimões-Amazonas, a maior concentração populacional está no médio Amazonas (região 3 da Figura 2), onde se situa a cidade de Manaus, com cerca de 1.400.000 habitantes (IBGE, censo demográfico, 2000). Não considerando Belém, localizada na região do estuário, a segunda maior cidade às margens do rio Amazonas é Santarém, localizada no baixo Amazonas, no estado do Pará (região 5), com aproximadamente 186.000 habitantes. A terceira maior cidade, Parintins, fica no baixo Amazonas, estado do Amazonas (região 4) e tem cerca de 58.000 moradores. Depois de Parintins, há apenas quatro cidades amazonenses com populações entre 30 e 40 mil habitantes: Tefé, Coari, Manacapuru e Itacoatiara. As outras 39 sedes municipais localizadas ao longo dos rios Solimões-Amazonas têm menos de 30.000 habitantes. A Figura 3 ilustra essa distribuição populacional.



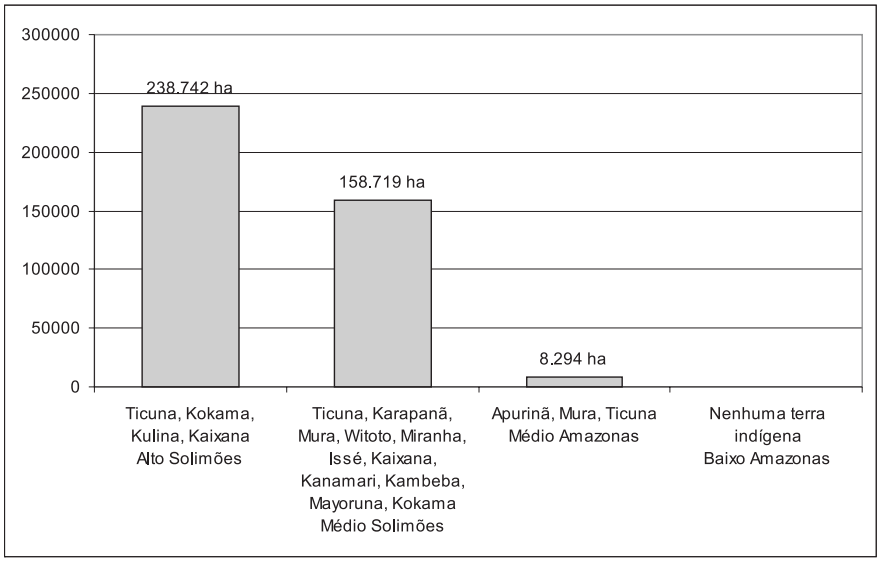
■ **FIGURA 3** – Distribuição da população urbana e rural dos municípios de várzea, segundo a mesorregião.

Fonte: IBGE, 2000.

No médio Amazonas, a população urbana representa 90% da população total. A maioria das outras mesorregiões apresenta um padrão comum de distribuição no qual em torno de 60% da população dos seus municípios estão nas sedes municipais. Esse padrão só é revertido no alto Solimões, onde 55% residem nas áreas rurais.

Ao longo da calha, a largura da várzea é variável, tendendo a ser mais estreita no alto curso do Solimões e alargando em direção à foz do Amazonas.[13] Nas várzeas mais extensas do médio e do baixo Amazonas há um histórico mais longo de aproveitamento econômico focado em atividades agrícolas e de pecuária. O aproveitamento do potencial econômico, sem o manejo adequado, levou essas mesorregiões a apresentarem, hoje, as várzeas mais degradadas de toda a calha (Goulding *et al.*, 1996). Já as várzeas do alto e do médio Solimões estão, comparativamente, em melhores condições de conservação.

A ocorrência de terras indígenas ao longo dos rios Solimões-Amazonas coincide com a localização das várzeas mais conservadas, como mostra a Figura 4. As maiores extensões de terras e populações indígenas se concentram no alto Solimões, enquanto no médio Solimões e no médio Amazonas, terras e populações indígenas são menores. Não há terras indígenas nas várzeas do baixo rio Amazonas, seja no estado do Amazonas ou do Pará.



■ **FIGURA 4** – Área total de terras indígenas ao longo dos rios Solimões-Amazonas, por mesorregião (em hectares).

Fonte: Ricardo, 2000.

No total, existem 24 terras indígenas ao longo da calha dos rios Solimões-Amazonas, onde moram 35.779 indivíduos pertencentes a 13 povos indígenas (Ricardo, 2000). Os índios Ticuna, que moram principalmente no alto Solimões,

[13] Dados preliminares do ProVárzea avaliam que as áreas de várzea representam, em média, 10% dos territórios municipais (Forsberg, 2002). Evidentemente esse valor é função tanto da extensão da várzea em cada município quanto da área total do território municipal.

são os mais numerosos. Sozinhos, somam mais de 33.000 indivíduos, representando 92% da população indígena de todo o rio (Tabela 2).

■ **TABELA 2** – População indígena na calha dos rios Solimões e Amazonas, por mesorregião.

MESORREGIÃO	POVO	POPULAÇÃO
Alto Solimões	Ticuna, Kokama, Kulina, Kaixana	33.670
Médio Solimões	Ticuna, Karapanã, Mura, Witoto, Miranha, Issé, Kaixana, Kanamari, Kambeba, Mayoruna, Kokama	2.226
Médio Amazonas	Apurinã, Mura, Ticuna	495
Baixo Amazonas	Nenhuma terra indígena	0

Fonte: Ricardo, 2000.

Descendo o rio em direção à foz, decresce, em número absoluto, a população indígena na várzea e aumenta a sua interação com a sociedade ribeirinha. Mesmo entre os Ticuna há diferenças marcantes. Os grupos do alto Solimões mantêm suas fronteiras étnicas fortalecidas pela manutenção de tradições culturais, ao passo que no médio Solimões e no médio Amazonas, predominam casamentos mistos, e são raras as pessoas que ainda falam a língua nativa.

Comparando, em termos gerais, a ocupação humana das várzeas do Solimões e do Amazonas, nota-se que a concentração demográfica e a intensidade de aproveitamento econômico tendem a ser maiores nas várzeas do rio Amazonas e menores nas do rio Solimões. Essa tendência geral é relacionada à história da ocupação humana e da conseqüente influência dos grandes centros urbanos (Manaus, Santarém e Belém), bem como da expansão da pecuária nessas regiões.

Em termos das características de cada município, no entanto, o panorama tende a ser diversificado. As histórias municipais são marcadas por iniciativas particulares e pelo desempenho de lideranças e de administradores públicos. Tal heterogeneidade de condições socioeconômicas entre municípios tende a prosseguir, senão a aumentar, com as políticas de descentralização administrativa e crescente autonomia dos municípios, pois seus resultados têm sido muito diversos.

Essa diversidade pode ser evidenciada nos indicadores de desenvolvimento humano de cinco grupos de municípios, correspondentes às áreas onde foram realizadas as pesquisas de campo, apresentados a seguir. Os grupos de dados municipais incluem também informações sobre alguns municípios não abordados na pesquisa de campo, porém, vizinhos àqueles estudados, de modo a ampliar a referência geográfica da análise. Os muni-

cípios adicionados são: (i) no alto Solimões, Santo Antônio do Içá; (ii) no médio Solimões, Uarini; (iii) no médio Amazonas, Barreirinha, Boa Vista do Ramos e Urucurituba; (iv) no baixo Amazonas, Oriximiná e Curuá.

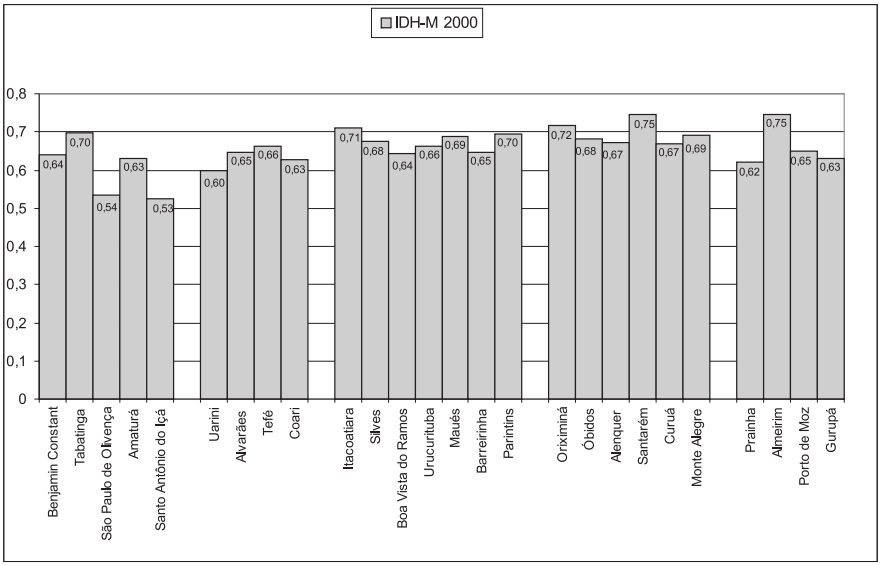
A primeira série de dados apresenta Indicadores de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) para 2000, divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud. O IDH-M foi concebido como uma adaptação do IDH. Ele foi criado no início da década de 1990 para medir o nível de desenvolvimento humano nos países, em substituição ao uso do PIB per capita (o valor agregado na produção de todos os bens e serviços, ao longo de um ano, dentro de um país, dividido por sua população). Reconhecendo que o bem-estar de uma população não pode ser avaliado apenas pelo seu desempenho na economia formal, o Pnud criou o IDH combinando três dimensões básicas do desenvolvimento humano: a longevidade, a educação e a renda. O IDH é um índice que varia de zero, ou nenhum desenvolvimento humano, a um, onde seriam encontradas condições ideais de desenvolvimento humano total. O IDH-M também é baseado na avaliação de condições de educação, longevidade e renda, mas usa indicadores diferentes, adaptados para a realidade municipal e para o uso de dados disponibilizados pelo censo do IBGE.[14]

Entre os 5.507 municípios brasileiros, os valores mais baixos de IDH-M são encontrados nas regiões Nordeste e Norte, enquanto os municípios com IDH-M mais altos estão concentrados na Região Sul. São considerados baixos os valores até 0,499; médios, entre 0,500 e 0,799, e IDH-M altos, os acima de 0,800.

Dos 26 municípios das cinco regiões analisadas, o que apresenta pior IDH-M está localizado no alto Solimões. Santo Antônio do Içá tem não só o mais baixo IDH-M entre os municípios considerados – 0,525 –, como está entre os 100 municípios brasileiros em piores condições de desenvolvimento humano, ocupando o 68º lugar. Depois de Santo Antônio do Içá, os mais baixos IDH-M aqui considerados estão no alto e no médio Solimões: São Paulo de Olivença, Uarini, Coari (respectivamente, 0,536, 0,599 e 0,627) e no baixo Amazonas, Prainha (0,621). Essa distribuição está representada na Figura 5. Santarém apresenta o IDH-M mais alto desse conjunto de municípios – 0,745 –, ocupando o 2.010º lugar na classificação geral dos municípios brasileiros (Belém está em 444º e Manaus em 1.206º).

Esses dados mostram a precariedade das condições de desenvolvimento humano na várzea. A despeito dos municípios considerados pertencerem à região de colonização mais antiga da Amazônia, nenhum deles apresenta IDH-M alto – todos estão na faixa de desenvolvimento humano médio, sem passar de 0,75. Os dados exemplificam também a disparidade de condições de desenvolvimento humano entre municípios vizinhos.

[14] Como o IDH, o IDH-M varia de zero a um, mas os valores de cada índice só são comparáveis entre si. O IDH avalia as diferenças entre países, e o IDH-M mede as diferenças regionais, não sendo comparável aos valores de IDH. Devido a diferenças nas metodologias, os valores de IDH-M são mais baixos do que os valores de IDH.



Fonte: http://www.undp.org.br/

■ **FIGURA 5** – IDH-M 2000 dos municípios considerados.

Na dimensão saúde, em nove dos 26 municípios analisados a esperança de vida ao nascer é menor do que 66 anos: São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Benjamin Constant (alto Solimões), Uarini, Alvarães, Tefé (médio Solimões), Boa Vista do Ramos, Silves (baixo e médio Amazonas) e Prainha (baixo Amazonas, foz). As mais altas esperanças de vida estão em Monte Alegre (70,92 anos) e Santarém (70,28 anos), no baixo Amazonas, Pará (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003).

Quanto à educação, as piores taxas de alfabetização de adultos, entre 58% e 68%, são encontradas em Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença (municípios do alto Solimões, com grande porcentagem de população indígena), Uarini (médio Solimões), Porto de Moz e Gurupá (baixo Amazonas, foz). As taxas de alfabetização mais altas estão no médio e no baixo Amazonas: Parintins (90,53%), Boa Vista do Ramos (88,95%) e Silves (88,38%), seguidas por Santarém (88,34%).

Em geral, a educação é a dimensão do desenvolvimento humano que apresenta relativamente melhores condições nos municípios examinados. A dimensão renda, por outro lado, é a que apresenta valores mais baixos. Doze municípios apresentam índices de renda considerados baixos (valores menores que 0,50): Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Amaturá (alto Solimões), Uarini (médio Solimões), Urucurituba, Silves (médio Amazonas), Boa Vista do Ramos, Barreirinha (baixo Amazonas, Amazonas), Curuá, Prainha e Gurupá (baixo Amazonas,

Pará). As rendas médias desses municípios, em reais de 2000, vão de R$ 46,49 a R$ 76, 27. Almeirim tem a renda per capita mais alta, R$ 251,08. Em seguida, as maiores rendas da amostra estão nos municípios de Tabatinga, R$ 142,08, e Santarém, R$ 139,90.

Dos componentes do IDH-M, a renda é o indicador com maior problema de registro, principalmente na área rural. Os rendimentos familiares variam ao longo do ano, e não é costume dos produtores familiares manterem registros contábeis apropriados para o questionário do censo. Além disso, em situações de integração parcial com o mercado, o indicador renda representa mais uma expressão do grau de envolvimento com o mercado do que uma indicação de qualidade de vida.

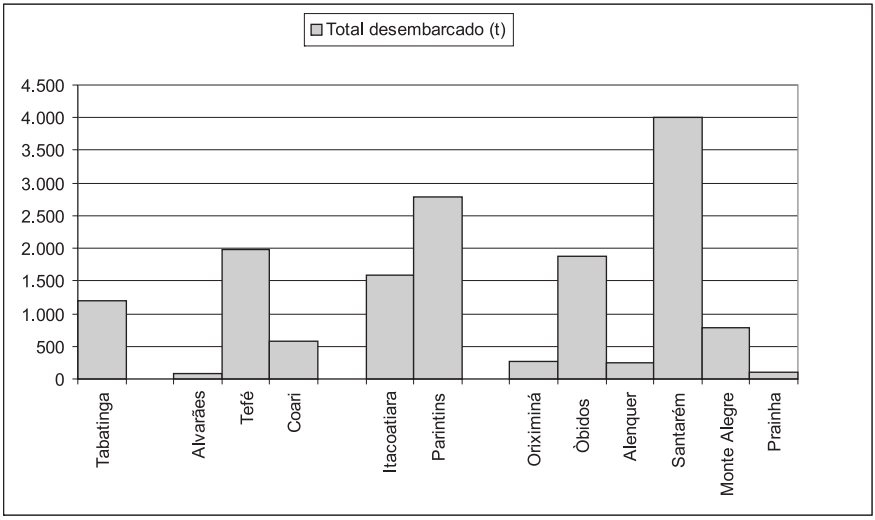
Merece também atenção um indicador de condições de vida criado pelo IBGE, que mede a proporção de domicílios particulares permanentes com saneamento não adequado, responsáveis com menos de quatro anos de estudo e rendimento mensal de até dois salários mínimos. Segundo essa estatística, em 2000, quatro municípios apresentavam mais de 50% dos domicílios em situação desfavorável de saneamento, escolaridade e rendimento mensal: São Paulo de Olivença, Curuá, Prainha e Gurupá. As melhores condições domiciliares foram encontradas em Almeirim e Santarém, mas, mesmo nesses municípios, em torno de um quarto dos domicílios (25,1%) vivia em condições inapropriadas. Em média, os municípios estudados apresentam 40% dos domicílios em situação de vida inadequada.

Os indicadores relevantes à caracterização econômica da várzea são ainda mais limitados que os indicadores municipais aqui apresentados. As principais atividades econômicas realizadas na várzea – a pesca, a extração de madeira, a pecuária e a agricultura – têm problemas de registro. Não há estatísticas oficiais de pesca, a madeira é sub-registrada (para evitar a fiscalização), e a agricultura familiar não produz uma base de registro razoavelmente precisa para declarar ao censo. Os dados sobre cada uma dessas produções são, portanto, indicações para referência muito geral. Provavelmente, o registro mais fiel seja o da pecuária, pela natureza da produção, que envolve a contabilidade do rebanho.

Apesar dessa facilidade, há o problema geral de o IBGE contabilizar, juntos, dados rurais de várzea e de terra firme.

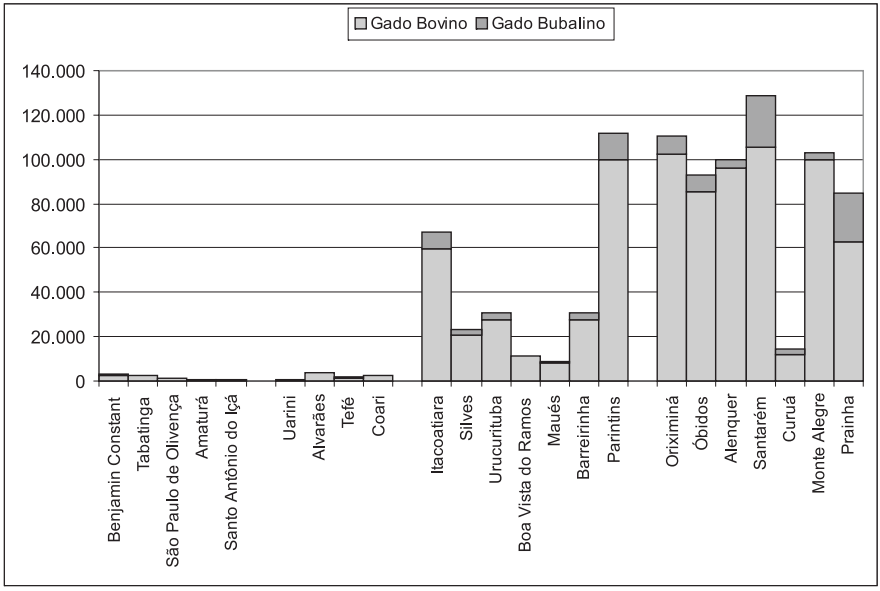
Com relação à pesca, há dados de desembarque da pesca para alguns dos municípios observados, produzidos pelo próprio ProVárzea (Figura 6). Em 2000, entre 12 municípios estudados, os maiores desembarques e as maiores receitas produzidas pela pesca foram realizados em Santarém, Óbidos, Parintins e Tefé. São regiões onde os conflitos de pesca levaram ao desenvolvimento de sistemas comunitários de manejo da pesca.

Com relação à pecuária, os dados sobre o tamanho dos rebanhos bovinos e bubalinos ilustram claramente sua concentração no rio Amazonas e a pequena relevância da atividade no Solimões (Figura 7). Os muni-



Fonte: Estatística pesqueira para municípios selecionados do Amazonas e Pará, 2001. Manaus: Ibama-ProVárzea.

■ **FIGURA 6** – Municípios estudados segundo o total de pesca desembarcado (2000).



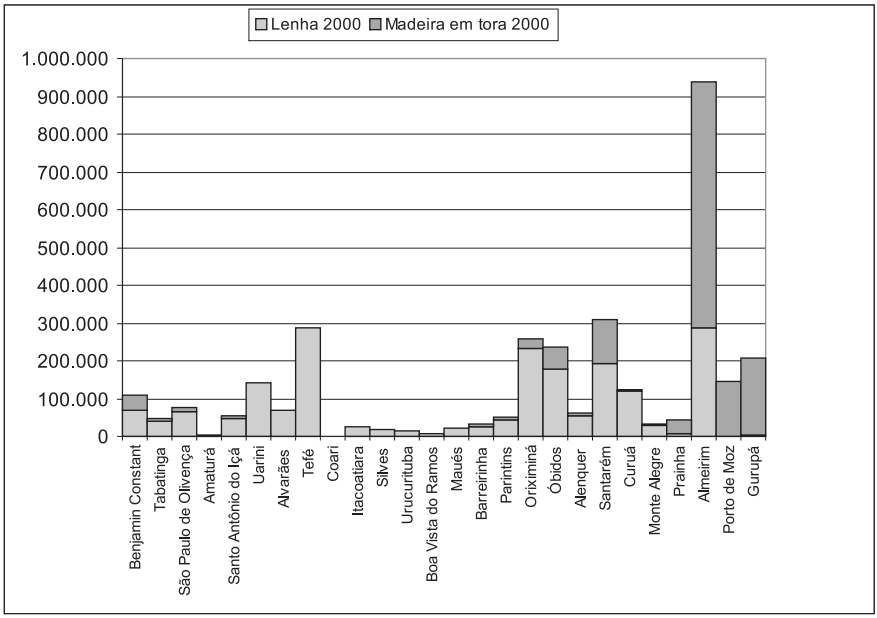
Fonte: IBGE- Pesquisa Pecuária Municipal; Badam - (http://badam.ada.gov.br).

■ **FIGURA 7** – Municípios estudados segundo o efetivo dos rebanhos bovino e bubalino (2000).

cípios do rio Solimões considerados têm rebanhos que não chegam a 4.000 cabeças. Já no Amazonas, o menor rebanho está em Gurupá, com 6.655 cabeças, enquanto os municípios de Parintins, Oriximiná, Alenquer, Santarém e Monte Alegre têm, cada um, mais de 100.000 cabeças. Mas como os dados municipais contabilizam também a criação em terra firme, não é possível acessar o impacto dos rebanhos criados na várzea.

Quanto à madeira, a maior produção declarada está em Almeirim, onde se localiza a Jari celulose (www.jari.com.br). Sua produção de madeira em escada industrial provém de espécies exóticas cultivadas – diferente da produção extrativa de árvores nativas, praticada nos outros municípios, sem qualquer manejo. A produção de madeira em tora é maior em Gurupá e Porto de Moz, seguida da de Santarém (Figura 8). Não há referência quanto às espécies extraídas, nem, novamente, como discriminar entre a produção madeireira realizada na várzea e em terra firme.

Enquanto a pesca, a pecuária e a extração da madeira são, em geral, produções que envolvem algum tipo de conflito, e devido às escalas com que são praticadas, apresentam quase sempre impacto negativo sobre a várzea, a agricultura é uma atividade menos associada a problemas socioambientais – à exceção, é claro, quando agricultores são ameaçados pela criação de gado. Mas, embora sua produção seja favorecida pela ferti-

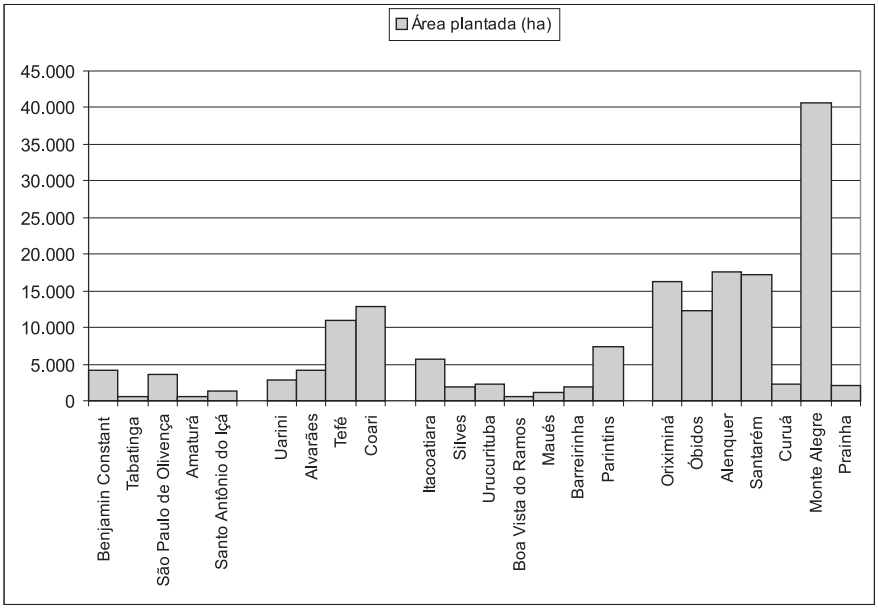


Fonte: IBGE- Produção de Silvicultura / Badam.

■ **FIGURA 8** – Municípios estudados segundo sua produção de madeira em tora e lenha, em metros cúbicos (2000).

lização anual do solo pelas enchentes, a agricultura é limitada pelo período curto de terras descobertas. Apesar de ser descrita como uma atividade de grande potencial de aproveitamento econômico para a várzea, além de ser uma alternativa de baixo impacto ambiental, a limitação sazonal e a falta de apoio à sua produção e comercialização são responsáveis por um quadro de produção muito restrito.

Tal como observado na apresentação de dados sobre as outras produções realizadas na várzea, é extremamente difícil acessar o volume de sua produção agrícola. Para compor um panorama da agricultura minimamente relevante, foram selecionados oito produtos cultivados principalmente, mas não exclusivamente, na várzea: arroz, banana, cacau, feijão, juta, mandioca, melancia e milho. Na Figura 9 é apresentada a soma das áreas plantadas (em hectares) desses oito produtos nos municípios em análise. As maiores somas de áreas plantadas desses produtos estão no baixo Amazonas, notadamente em Monte Alegre. Entretanto, a área total desses cultivos em cada município não chega a 5% da estimativa média da área da várzea nos municípios. Isto expressa a limitação da produção agrícola, lembrando ainda que esses produtos podem ocorrer também em áreas de terra firme.



Fonte: IBGE - Pesquisa Agrícola Municipal / Badam.

■ **FIGURA 9** – Municípios estudados segundo a soma da área plantada (ha) de arroz, banana, cacau, feijão, juta, mandioca, melancia e milho. 2000.

Desses oito produtos selecionados, os mais importantes em termos de área plantada são a mandioca, o milho e a banana.[15] Os outros cinco têm importância menor e sua distribuição não é tão ampla como a dos três anteriores, que ocorrem em todas as regiões.[16]

A mandioca, que tem a maior área total, costuma ser plantada mais na terra firme do que na várzea. Entre os municípios estudados, os maiores produtores de mandioca são Oriximiná (15.000ha), Óbidos (10.000ha) e Tefé (10.000ha). Já o milho é mais comum na várzea, e os maiores municípios produtores estão no baixo Amazonas paraense: Monte Alegre (31.000ha), Alenquer (6.000ha) e Santarém (3.500ha).

Os bananais costumam ser maiores na várzea do que na terra firme. Dos municípios analisados, os maiores produtores de banana são Coari (6.140ha), Parintins (2.455ha) e Benjamin Constant (1.614ha).

Dessa seleção, o cacau e a juta são os menos importantes. Esses dois produtos já foram carros-chefe da economia amazônica. O primeiro do século XVII ao XIX, o segundo entre 1930 e 1970, e eram cultivados quase que exclusivamente na várzea. A juta é atualmente cultivada em apenas sete dos 26 municípios analisados.[17] O cacau aparece em todos os municípios, mas, enquanto os cinco maiores produtores de cacau têm apenas 350ha de área média cultivada[18], os outros 21 municípios restantes têm, em média, somente 10ha.

Entre os municípios considerados, as maiores áreas de plantio de arroz ocupam em torno de 3.000 e 4.000ha e estão no baixo Amazonas.[19] O arroz e o feijão são duas culturas promovidas pelos órgãos de extensão rural, que as consideram ideais para o aproveitamento da várzea.[20] O cultivo do feijão é mais amplamente distribuído que o arroz, e as maiores áreas plantadas (em torno de 2.200ha) estão em Santarém, Monte Alegre e Alenquer. Tanto o arroz quanto o feijão são produzidos na várzea e na terra firme.

A melancia é uma das principais frutas que os produtores da várzea plantam com fins comerciais; o maior produtor, Coari, não chega a ter 1.000ha de área cultivada.[21]

---

[15] O somatório total de área plantada e o valor da produção para os municípios estudados no ano 2000 são: mandioca - 80.625ha (R$ 10.2561.000), milho- 46.946ha (R$ 19.125.000) e banana- 17.931ha (R$ 27.041.000).

[16] Seus valores totais são arroz: 12.763ha (R$ 4.728.000), feijão: 8.733ha (R$ 3.753.000), melancia: 2.731ha (R$ 2.943.000), cacau: 1.950ha (R$ 335.000) e juta: 772ha (R $241.000).

[17] Itacoatiara, 300ha Coari, 161ha; Parintins, 142ha; Benjamin Constant, 100ha; Alenquer, 33ha; Óbidos, 30ha, e Curuá, apenas 6ha.

[18] Alenquer, 795ha; Itacoatiara, 410ha; Coari, 284ha; Urucurituba, 180ha e Gurupá, 80ha.

[19] Santarém (4.200ha), Alenquer (3.7030ha) e Monte Alegre (3.100ha).

[20] Hiraoka (1992, p. 138) comenta a simplificação do sistema agrícola das várzeas, causado pelos incentivos ao cultivo do arroz e da juta, bem como pelo melhor acesso ao mercado.

[21] Dos 26 municípios, os cinco maiores produtores de melancia são: Coari (894ha), Parintins (417ha), Uarini (240ha), Monte Alegre (200ha) e Benjamin Constant (184ha).

Para conhecer a sociodiversidade nas várzeas

Pelos indicadores de renda apresentados, em sua maioria os municípios de várzea estudados podem ser classificados como "pobres", e alguns deles, como *muito pobres*, por apresentarem uma proporção significativa de famílias em situação de indigência. Mesmo sem haver consenso sobre a pertinência das medidas,[22] há indicadores oficiais que medem a pobreza, tanto absoluta quanto relativa. No entanto, qualquer que seja o critério de definição de pobreza, e mesmo de qualidade de vida, as estatísticas indicam as regiões onde há situações de privação, permitindo fazer comparações entre as magnitudes dos indicadores em áreas e datas diferentes. São instrumentos importantes para monitorar ações dirigidas, mas não são suficientes. Para compreender os processos sociais responsáveis pelas situações de exclusão, e qualificar as diferenças sociais que podem existir entre regiões que apresentam indicadores com valores semelhantes, são necessárias pesquisas qualitativas. Esta é, justamente, uma das principais contribuições deste estudo: conhecer o ambiente sociopolítico regional e os processos associados aos quadros locais de exclusão.

Diferindo de uma avaliação das condições de vida baseada em indicadores formais, as pesquisas de campo relatam que, na percepção local, a vida dos moradores da várzea não é medida por seus rendimentos monetários, nem é associada a tal qualificação de "pobreza". Na maior parte dos trabalhos de campo foi observado que a condição da várzea é qualificada como de "esquecimento" e "isolamento" em relação ao poder público, e de "dificuldade" imposta pelas condições ambientais, às quais os moradores estariam "acostumados", principalmente com o eterno "recomeçar" imposto pelas perdas materiais causadas pelas alagações. Essa discrepância revela uma diferença semântica no emprego do conceito de "pobreza", mas, além disso, pode também sugerir uma representação naturalizada do modo de vida das populações ribeirinhas, como se fossem parte da paisagem a simplicidade da casa de paxiúba, o transporte a remo, a iluminação de lamparina, o trabalho árduo na roça, o abastecimento manual de água do rio, a perda anual das plantações, a transumância etc. Tal representação contribuiria para a manutenção do *status quo* ao construir tanto uma alteridade regionalizada quanto a própria identidade ribeirinha, nas quais estariam incorporados a um hábito de vida próprio, os seus sofrimentos e dificuldades.[23] Também contribui para compor essa representação que naturaliza a exclusão e é responsável pela condição social de "esquecidos" (como eles mesmos denunciam), uma visão urbana que retrata o morador da várzea como imprevidente, acomodado e indiferente ao seu próprio futuro.

[22] Ver, por exemplo, a crítica lúcida de Schwartzman, 1997.

[23] Para uma discussão sobre o conceito de "acostumado" dos vargeiros, ver Alencar, 2002, p. 183.

Essa visão está presente no conceito brasileiro de espaço público, no qual uma ordem hierárquica excludente é concebida como "natural". O primeiro capítulo deste livro apresenta uma discussão sobre essa concepção. Em seguida, são apresentados os cinco capítulos que discutem, em detalhes, as condições de vida em regiões de várzeas compreendidas entre o alto Solimões e a foz do Amazonas, e incluem os registros das propostas, formuladas por lideranças de cada região, de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da sustentabilidade na várzea. O capítulo seguinte analisa a constituição de duas reservas de desenvolvimento sustentável em áreas de várzea, e o capítulo final é um complemento à coletânea principal. Apresenta uma discussão sobre a construção social de categorias sociais da várzea, faz uma síntese dos principais resultados dos trabalhos e discute as perspectivas para a construção da sustentabilidade socioambiental.

O conjunto dos trabalhos desenvolvidos pela equipe mostra que não há um único e, sim, vários modos de vida associados à várzea. Isso era esperado dado o conhecimento existente sobre a diversidade ambiental das várzeas e os distintos processos históricos regionais. Só não se dispunha de uma coletânea que retratasse a diversidade em um mesmo período e a partir de um roteiro de pesquisa comum, compondo um painel próprio para a comparação.

Em um primeiro plano comparativo, há uma diferença acentuada que separa duas grandes regiões de várzeas: as do Solimões e as do rio Amazonas. A distinção entre essas várzeas está centrada na presença do gado, marcante no Amazonas e fraca no Solimões, com desdobramentos em termos de diferenças nas estratégias para a economia familiar, nos tipos de ocupação da terra, nos padrões de transumância, na conexão com a terra firme, nos conflitos com a pesca e nos impactos ambientais. Os trabalhos mostram quais são as diferenças encontradas também entre as duas regiões estudadas do Solimões, e entre as três regiões do Amazonas. Diversidade étnica, presença de terras indígenas, grau de mobilização política, experiências de manejo, influência de organizações não-governamentais, presença de unidades de conservação de uso sustentável, dinâmica da economia local, entre outros aspectos, são alguns dos atributos que diferenciam as regiões do Solimões, entre si, bem como as regiões do Amazonas pesquisadas. E em cada região de estudo os conjuntos de municípios abordados também contêm distinções, entre as quais sobressaem os efeitos da história de suas administrações locais recentes.

Quanto às características comuns, o primeiro ponto a mencionar é o aspecto mais intrínseco a esse modo de vida: aceitar submeter-se à força imperativa do rio. O rio oferece, como referência para a vida, o compasso definido pela variação do nível de suas águas, influenciando o estabelecimento de uma forte relação entre o calendário social e suas estações de cheia, seca, subida e descida. Outro ponto comum é o papel central da pesca para a sobrevivência dos moradores da várzea, que pode ser maior ou menor em volume, mas está sempre presente, seja como produção comercial forte, seja

como a base da alimentação familiar. Associada a essa atividade, em todas as várzeas há conflitos sociais de vários tipos e que envolvem diversos atores. Além disso, a percepção de que os recursos naturais estão se tornando cada vez mais escassos e de que o Estado é pouco presente também constitui tema comum a todas as situações, como já exposto.

Por si só, o conhecimento aprofundado da realidade socioambiental das várzeas é um subsídio indispensável para a definição de políticas públicas. Como essas realidades sociais são relativamente pouco conhecidas, os trabalhos dos pesquisadores, detalhados em seus artigos e relatórios, formam uma contribuição fundamental para que as políticas correspondam às realidades sociais das várzeas e atendam às necessidades diferenciadas.

Agradecimentos

Agradecemos aos membros do ProVárzea – Mauro Ruffino, Serguei Camargo, Maria Clara Silva-Forsberg, Benedito Adeodato Reis e Antônia Barroso, e do Dfid – Brendan Dalley, Marcel Viergever, Sue Fleming, Magda Lambert e Darren Evans, pelo convite para desenvolver o estudo e pelo apoio oferecido. A Roberto da Silva Rocha Junior e Vitor Banhara Marigo pelo auxílio na confecção dos mapas. Em especial, gostaríamos de agradecer a contribuição dos moradores e das lideranças da várzea que participaram desse esforço para tornar mais conhecida as suas condições de vida.

Bibliografia

ALBERNAZ, A.L.K.M.; AYRES, J.M. Extração seletiva de madeiras no médio rio Solimões. In: PADOCH, C. *et al.* (Ed.). *Várzea: diversity, development, and conservation of Amazonia´s whitewater floodplains.* Nova York: The New York Botanical Garden Press. *Advances in Economic Botany*, v. 13, 1999.

ALENCAR, E.F. Terra caída: encante, lugares e identidades. Brasília, 2002. 245p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia.

AYRES, J.M. *As matas de várzea do Mamirauá.* Brasília: CNPq, Sociedade Civil Mamirauá, 1993.

BADAM - Banco de Dados da Amazônia. Disponível em: http://badam.ada.gov.br e http://www.ada.gov.br

BRANFORD, S.; GLOCK, O. *The last frontier: fighting over land in the Amazon.* London: Zed Books Ltd., 1985.

CASTRO, F. Fishing accords: the political ecology of fishing intensification in the Amazon. 2000. Dissertação (PhD.) – Universidad de Indiana, Bloomington.

CLEMENT, C.R. 1492 and the loss of Amazonian Crop Genetic Resources. The relation between domestication and human population decline. *Economic Botany*, v. 53, n. 2, p. 188-202, 1999.

DENEVAN, W.M. The aboriginal population of Amazonia. In: DENEVAN, W.M. (Ed.). *The native population of the Americas in 1492.* University of Wisconsin Press, Madison, p. 205-35, 1976.

_____ . A bluff model of riverine settlement in prehistoric Amazonia. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 86, n. 4, p. 654-681, 1996.

ESTERCI, N. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa.* Petrópolis: Vozes, 1987.

ESTERCI, N.; LIMA, D.; LÉNA P. Diversidade sociocultural e políticas ambientais na Amazônia: o cenário contemporâneo. In: ESTERCI, N.; LIMA, D.; LÉNA P. (Ed.). Diversidade sociocultural e políticas ambientais. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ. *Boletim Rede Amazônia*, v. I, n. 1, p. 3-8, 2002.

FOREWAKER, J. *The struggle for land. A political economy of the pioneer frontier in Brazil from 1930 to the present day.* Cambridge University Press, 1981.

FORSBERG, B. R. Estudo matriz para o projeto "Manejo Sustentável dos Recursos Naturais da Várzea". Relatório final. 2002. Mimeo.

GONDIM, N. *A invenção da Amazônia.* São Paulo: Marco Zero, 1994.

GOULDING, M.; SMITH, N.J.H.; MAHAR, D.J. *Floods of fortune. Ecology and economy along the Amazon.* Nova York: Columbia University, 1996.

HALL, A. *Amazônia desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás.* Tradução de: JUNGMANN, R. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HÉBETTE, J.; ACEVEDO, R. Colonização, para quem? UFPa, *Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Série Pesquisa*, v. I, n. 1, 1978.

HEMMING, J. *Red gold: the conquest of the Brazilian indians.* Cambridge: Harvard University Press, 1978.

HIRAOKA, M. Caboclo and ribereño resource management in Amazonia: a review. In: REDFORD, K.; PADOCH, C. (Ed.). *Conservation of Neotropical Forests*, p. 134-157, 1992.

IANNI, O. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra.* 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

_____ . *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia.* Petrópolis: Vozes, 1979(b)

IBGE. *Indicadores sociais municipais 2000. Brasil.* Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 160 p.

JUNK, W. J. Ecology of the várzea, floodplain of Amazonian whitewater rivers. In: SIOLI, H. (Ed.). *The Amazon - Limnology and landscape ecology of a mighty tropical river and its basin.* Junk, Dordrecht, 1984.

LÉNA, P. As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições. In: ESTERCI, N.; LIMA, D.; LÉNA P. (Ed.). Diversidade sociocultural e políticas ambientais. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ *Boletim Rede Amazônia*, v. I, n. 1, 2002.

LEROY, J. P. *Uma chama na Amazônia.* Rio de Janeiro: Fase; Vozes, 1991.

LIMA AYRES, D. A implantação de uma unidade de conservação em área de várzea: a experiência de Mamirauá. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Org.). *Amazônia e a crise da modernização.* Coleção Eduardo Galvão, Belém: MPEG, p. 403-409, 1994.

LIMA, D. Equity, sustainable development and biodiversity preservation: some questions on the ecological partnership in the Brazilian Amazon. In: PADOCH, C. *et al.* (Ed.). *Várzea: diversity, development, and conservation of Amazonia's whitewater floodplain.* New York: The New York Botanical Garden Press, p. 247-263, 1999.

MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1983.

McGRATH, D.; CASTRO, F. de; CÂMARA, E.; FUTEMA, C. Community management of floodplain lakes and the sustainable development of Amazonian fisheries. In: PADOCH, C. *et al.* (Ed.). *Várzea: diversity, development, and conservation of Amazonia´s whitewater floodplains.* Nova York: The New York Botanical Garden Press. *Advances in Economic Botany*, v. 13, p. 59-82, 1999.

MEDINA, J. T. (Ed.). *The discovery of the Amazon.* Nova York: Dover Publications, 1988.

MEGGERS, B. J. *Amazônia, a ilusão de um paraíso.* Tradução de: Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MORAN, E. F. *A ecologia humana das populações da Amazônia.* Petrópolis: Vozes, 1990.

OLIVEIRA, A. E. de. Ocupação humana. In: SALATI, E. *et al.* (Org.). *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia.* São Paulo: Brasiliense/CNPq, p. 144-327, 1983.

PEREIRA, H. dos S. *Iniciativas de co-gestão dos recursos naturais da várzea.* Manaus: Ibama/Provárzea, 2004.

PADOCH, C.; AYRES, M.; PINEDO-VASQUEZ, M.; HENDERSON, A. (Ed.). *Várzea: diversity, development, and conservation of Amazonia´s whitewater floodplains.* Nova York: The New York Botanical Garden Press. *Advances in Economic Botany*, v. 13, 1999.

PORRO, A. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica.* Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

RICARDO, C. A. (Ed.). *Povos indígenas no Brasil: porto inseguro*, 1996/2000. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000, 832 p.

ROOSEVELT, A. C. *Parmana: prehistoric maize and manioc subsistence along the Amazon and Orinoco.* New York: Academic Press, 1980, 230 p.

SCHWARTZMAN, S. Estatísticas da Pobreza. *Revista Brasileira de Estatística,* v. 58, n. 209, jan./jun., p. 7-18, 1997.

UNDP. *Novo atlas do desenvolvimento humano no Brasil.* Disponível em: http://www.undp.org.br/.

VELHO, O. *Capitalismo autoritário e campesinato.* São Paulo: Difel. 1976.

VIVEIROS de CASTRO, E. Images of nature and society in Amazonian ethnology. *Annual Review of Anthropology*, v.25, p. 179-200, 1996.

Efeitos da igualdade e da desigualdade no espaço público da Amazônia

Roberto Kant de Lima[1]

Fabio Reis Mota[2]

Lenin Pires[3]

Introdução

Este artigo apresenta uma reflexão sobre as diferentes lógicas e concepções presentes na promoção de políticas públicas na Amazônia brasileira. Nossa atenção voltou-se para a análise da participação da população na formulação, inserção, acompanhamento e avaliação das políticas públicas vinculadas à promoção do desenvolvimento sustentável das populações da várzea, em especial no que se refere às políticas de financiamento para a atividade extrativista na região amazônica.

Pretendemos articular essa reflexão a um conjunto abrangente de situações que tivemos a oportunidade de acompanhar em diferentes situações empíricas, além de nos beneficiarmos das contribuições dos workshops de trabalho e dos relatórios dos demais grupos de pesquisa do Projeto do ProVárzea (Alencar, 2002; Kant de Lima *et al.*, 2002, 2003; Lima, 2002; Neves, 2002; O´Dwyer, 2002; Pantoja, 2002; Silva, 2002). O processo comparativo, quando pertinente, torna-se elemento essencial para a compreensão de um quadro localizado, possibilitando refletir sobre as categorias empregadas nas ações levadas a cabo pelas agências e pelos agentes promotores das políticas públicas. Sendo assim, torna-se possível traçar as diferenças e similitudes entre os sistemas sociais mais amplos para encontrar suas equivalências (Geertz, 1989; 1999).

[1] Professor titular em Antropologia - Universidade Federal Flumimense. Coordenador Executivo do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas - Nufep/UFF. PhD em Antropologia pela Harvard University.

[2] Doutorando em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA/UFF. Pesquisador do Nufep/UFF. Bolsista da Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, na Universidade Estadual do Norte Fluminense - Faperj/UENF. Pesquisador ISP/SESP-RJ.

[3] Mestre em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA/UFF.

Entretanto, além desse viés empírico, é necessário notar que vimos desenvolvendo, ao longo dos últimos vinte anos, trabalho de comparação entre os modelos institucionais de administração de conflitos e as culturas jurídicas e políticas anglo-americana e brasileira, o que permitiu a formulação de uma discussão teórica sobre modelos de elaboração, implementação, acompanhamento, avaliação e participação popular nas áreas de segurança pública, pesca e meio ambiente no Brasil (Kant de Lima, 1995; 1998; 2000).

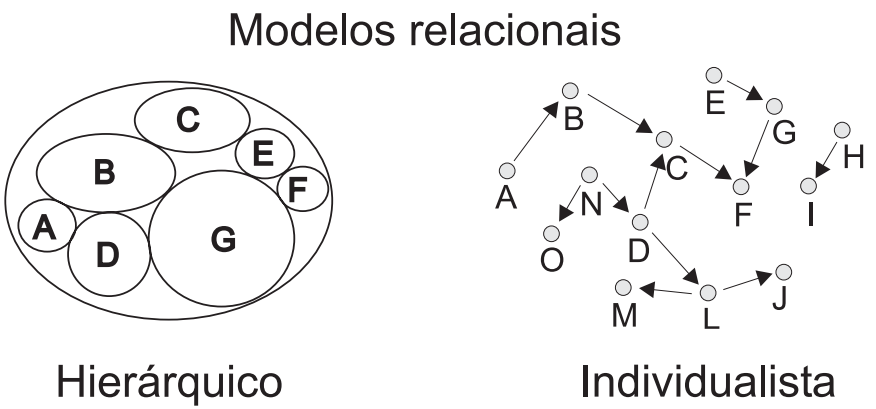
Os resultados do trabalho permitiram identificar, de início, duas grandes questões que atravessam a discussão sobre essas políticas públicas: a primeira, relacionada ao significado particular emprestado à categoria "público", no Brasil, quando comparado àquele da cultura anglo-americana, ou mesmo, francesa; a segunda, sobre as diferenças que a categoria "desigualdade" possui, quando relacionada a segmentos diversos da população brasileira.

Ora, em primeiro lugar, nossa tradição burocrático-jurídico-política tem identificado, sistematicamente, a categoria "público" com assuntos relacionados ao Estado, ou ao Governo, instituição que costumamos representar como distinta da sociedade e dos cidadãos. Desse ponto de vista, falar em políticas públicas, instituições públicas e ordem pública provoca, na maioria das vezes, uma sensação de distanciamento e estranhamento, em especial àqueles que não se sentem integrados ao Estado de forma orgânica e institucional. Por outro lado, também induz naqueles que, contrariamente, se julgam como pertencentes à esfera estatal, uma sensação de propriedade sobre essas esferas públicas, que inclui a administração e apropriação particularizada de recursos existentes na esfera estatal. De extrema relevância nessa questão é a conseqüente legitimidade que a tradição brasileira confere à apropriação particularizada de recursos públicos – ou coletivos –, pelos agentes encarregados de sua administração, ao identificá-los como prepostos do Estado, seu suposto "proprietário", legitimando, aos olhos da população, as tão conhecidas formas de mediação pela patronagem e pela corrupção.

Em segundo lugar, mas não de menor relevância, resta a idéia de que essa mesma configuração jurídica e política de caráter estatal guarda em si, necessariamente, uma concepção de hierarquia e de igualdade também peculiar à sociedade. Tal fato faz com que qualquer um de seus espaços institucionais seja organizado de acordo com ordens prévia e externamente construídas que, conseqüentemente, classificam os diferentes segmentos com critérios de excludência. Essa configuração espacial/institucional difere daquelas que se pautam por hierarquias construídas de forma includente, as quais são as mais adequadas à formulação, implementação e gestão das chamadas políticas públicas – no sentido de coletivamente construídas –, em especial, aquelas voltadas para o desenvolvimento sustentável (Kant de Lima, 2000).

Esses dois modelos podem ser representados por duas figuras. No primeiro (Figura 1), o modelo hierárquico, segmentos desigualmente cons-

tituídos relacionam-se complementarmente no interior de um sistema totalizante. Nesse contexto, a ordem hierárquica excludente é concebida como natural, tendo em vista que cada parte desigual e complementar à outra, é essencial à estrutura do todo, mas todas têm um lugar previamente estabelecido. No segundo (Figura 2), o modelo individualista, cada membro da coletividade relaciona-se individualmente com os outros, seus iguais,



■ **FIGURA 1** – Modelo hierárquico.

■ **FIGURA 2** – Modelo individualista.

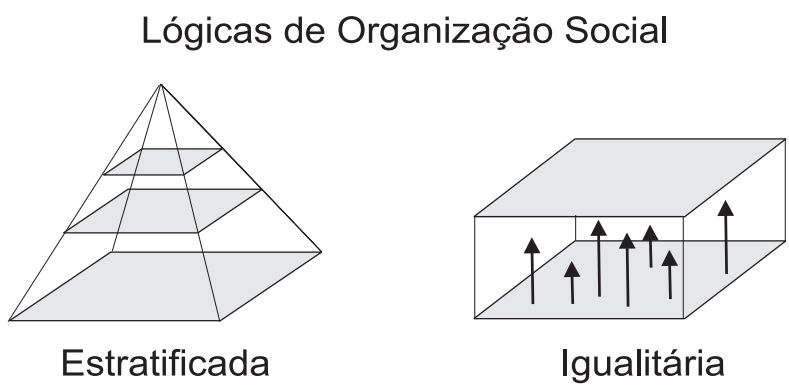
opondo-se a eles: nesse caso, concebe-se uma ordem a qual todos são diferentes individualmente, porém, iguais juridicamente[4].

Na constituição desses dois modelos do espaço público é exemplar o papel que desempenha a informação. No primeiro caso, das hierarquias excludentes, a informação vale mais quando menos membros do grupo têm acesso a ela. explícita e publicamente, as informações privilegiadas conferem valor e prestígio àqueles que as detêm, constituindo estruturas nas quais saber e poder estão sempre vinculados, em público: quem sabe mais, pode mais e vice-versa. Nessas configurações, que pretendem administrar conjuntos de elementos dados como desiguais, especialmente quanto à quantidade de saber que está disponível para cada um deles, a estratégia é aplicar, particularmente, regras gerais de interpretação, para fazer justiça

[4] Elucidativo desses dois modelos são as formas pelas quais expressam o preconceito racial, por exemplo. Num modelo, o hierárquico, as discriminações operam de acordo com critérios definidos a partir de uma hierarquia vertical (DaMatta, 1998). Sendo assim, a discriminação volta-se para alguns segmentos da sociedade classificados de acordo com sua cor, status etc., que permanecem juntos, mas separados e desiguais. O preconceito é de marca e a forma de sua explicitação é a discriminação (Nogueira, 1985). No segundo caso, a discriminação é operacionalizada de acordo com critérios universais e literais. Os grupos estão separados, mas reivindicam tratamento igual. O ato da discriminação é voltado para aqueles que se enquadram como sujeitos específicos no esquema previamente estabelecido. O preconceito é de origem e a sua forma de explicitação é a segregação (Nogueira, 1985).

às desigualdades intransponíveis: seria muito injusto aplicar a mesma regra de forma igual para todos, pois cada um tem natureza e saber desiguais. Podemos representar essa forma institucional como uma pirâmide (Figura 3), onde a desigualdade entre seus elementos constituintes está naturalizada: sendo a base, maior do que o topo, sabe-se, de antemão, que não é possível haver deslocamentos simultâneos, de todos os elementos, em suas trajetórias individuais para as melhores posições na estrutura institucional. A desigualdade, então, impõe o exercício ilimitado da liberdade, sempre que possível, estimulando institucionalmente situações de apropriação particularizada de recursos, sejam públicos ou privados, em desacordo, muitas vezes, com as regras explicitamente estabelecidas. Sua forma de controle social é a repressão e a punição daqueles que não se conformam com seus lugares designados, de antemão, na estrutura dada: internaliza-se a hierarquia, não a regra. A igualdade, aqui, está submetida às possibilidades desiguais de exercício da liberdade: aqueles que têm liberdades semelhantes são considerados iguais entre si.[5]

No outro modelo, a informação desempenha papel oposto: ela é o elemento normalizador dos procedimentos de mobilidade dentro do sistema. A figura que exprime essa forma institucional é o paralelepípedo (Figura 4), onde há, em princípio, lugar para todos em qualquer momento de suas trajetórias individuais, pois a superfície da base é igual a do topo. O pressuposto é que todos são, em princípio, formalmente iguais, com os mesmos direitos, embora sejam diferentes uns dos outros. Quer dizer, a diferença aponta para a igualdade de direitos e não para a desigualdade, como no modelo anterior. Por outro lado, a informação estando acessível a todos, estrutura os procedimentos de uma meritocracia, pois aqueles que melhor se aproveitarem dela, serão os que, embora momentaneamente, se



■ **FIGURA 3** – Lógica estratificada.

■ **FIGURA 4** – Lógica igualitária.

[5] Como na clássica expressão de um jurista brasileiro, tido como um dos principais fundadores constitucionais da República brasileira: a regra da igualdade consiste em tratar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam (Mendes, 2004).

destacarão dos outros, acessando mais e melhores recursos na medida de sua ascensão. A competição, portanto, gira em torno do melhor aproveitamento de recursos escassos, mas a todos disponíveis, em vez de seu acesso apenas confirmar e refletir uma posição de privilégio. Aqui, as regras também são as mesmas para todos, mas sua aplicação deverá ser literal – refletir o consenso daqueles que pertencem ao universo institucional em um dado momento – e universal –, de maneira igual. A liberdade aqui está submetida à regra da igualdade, e não vice-versa. O modelo de controle é a disciplina, que busca a internalização da regra, para todos, aplicável como uma garantia dos procedimentos igualitários. Esse é o espaço comumente referido como sendo propício ao exercício da cidadania republicana em um Estado democrático de direito.

Essas configurações distintas do espaço público se refletem nos significados atribuídos às categorias desigualdade e igualdade, cujos aspectos são relevantes, em especial quando são propostos mecanismos e estratégias de gestão participativa de espaços públicos: a desigualdade entre iguais e a desigualdade entre desiguais. O primeiro caso – clássico nas repúblicas burguesas contemporâneas, de cunho individualista e igualitário –refere-se aos mecanismos compensatórios envolvidos pela minimização das desigualdades impostas pelo mercado entre elementos ou componentes teoricamente iguais da sociedade – os cidadãos; trata-se de estabelecer políticas de aquisição progressiva de direitos que busquem promover a igualdade entre os diferentes, mas iguais. No segundo caso, de desigualdade entre desiguais, trata-se de promover apenas a compensação da desigualdade, sem alterar a estrutura desigual que sustenta a sociedade; mantém-se, portanto, os mecanismos de acesso particularizado à informação e aos recursos disponíveis, considerados como parte legítima e necessária para manter privilégios inerentes a certos segmentos da sociedade, que sustentam, em harmonia, a hierarquia social.

Diferentemente de uma sociedade aristocrática, onde os eixos que organizam a desigualdade política, econômica, jurídica e social se encontram claramente demarcados, no Brasil, um Estado formalmente republicano, tais desigualdades não podem ser constitucionalmente marcadas. Isso não impede que as desigualdades estejam formalizadas em outras instâncias oficiais e no próprio ordenamento jurídico, como é o caso da prisão especial e os foros privilegiados[6]. Tal característica contrasta-se claramente com os pressupostos liberais do mercado, onde, em princípio, não deveria existir desigualdade de tratamento político/jurídico para os distintos segmentos da sociedade e para os indivíduos que a compõem, conforme prin-

[6] No dia 28 de agosto de 2004, O Globo publicou uma matéria sobre as articulações no Senado com a finalidade de manutenção dos foros privilegiados, também para ex-ocupantes de cargos públicos, em casos de crimes de responsabilidade fiscal e administrativa. O efeito prático desse privilégio foi a diminuição da atividade dos membros do Ministério Público, encarregados de fiscalizar a aplicação dessas leis: somente os procuradores das instâncias superiores podem denunciar os governantes, o que reduz, em muito, as possibilidades de atuação da instituição.

cípio inabalável vigente nos Estados democráticos de direito: o mercado desiguala os juridicamente iguais.

Ora, não é sem razão que a cidadania, entendida como noção que garante a igualdade jurídica, política e social mínima, vigente nas democracias contemporâneas, ainda encontra dificuldade quanto à sua efetivação no Brasil. Um claro sintoma é ser a literatura jurídica brasileira praticamente omissa quanto ao assunto – a não ser quando é vinculada a temas formais como, por exemplo, "liberdades públicas" ou proclamadas ungidas por álibis[7], versados em simbologia de expressão retórica – desprovida de eficácia real para os menos favorecidos socialmente. O tratamento concedido à cidadania é tão amplo que não é possível identificar a plena jurisdição dos direitos protetivos que a integram (Marshall, 1965). Outras vezes, é limitada a princípios dogmático-formais, tão abstratos, que mais justificam sua aparência simbólica do que a sua vigência, o que reforça seus aspectos meramente retóricos. Muito comumente ela é entendida apenas como a titularidade de direitos políticos, ou seja, como o direito de votar e de ser votado, com plena exclusão de outros direitos, a ela agregados, nos Estados democráticos da atualidade. A conseqüência é que a literatura jurídica brasileira define os membros da sociedade, não-eleitores, como "nacionais".

Como salienta Mendes (2004a), os autores consagrados de Direito Constitucional no Brasil (por exemplo, Cretella Jr., 1998, e Silva, 2000) definem os cidadãos como uma categoria específica dos "nacionais" de um estado. Assim, cidadão é aquele que tem capacidade política, aptidão para exercer direitos ativos (eleger) e passivos (ser eleito, ou pelo menos ser candidato). No entanto, toda pessoa física que se encontra no território brasileiro, ou é nacional ou é estrangeiro. Se a nacionalidade é a sujeição por nascimento ou por adoção do indivíduo ao Estado, para o gozo e o exercício dos direitos políticos, cidadania é a habilitação do nacional para o exercício desses mesmos direitos, cumprindo os requisitos legais. Silva (2000) qualifica os participantes da vida do Estado como pessoas integradas na sociedade estatal. Ao tratar do art. 14 da Constituição da República Brasileira, o autor retoma o mesmo conceito de cidadania, explicando que ela qualifica os participantes da vida de um Estado, é atributo das pessoas integradas à sociedade estatal, mas conclui dizendo que a cidadania é um atributo decorrente do direito de participar no governo e de ser ouvido pela representação política. Para o autor, cidadão, no direito brasileiro, é o indivíduo titular dos direitos políticos de votar e de ser votado, e suas conseqüências. Explica que nacionalidade é um conceito mais amplo do que cidadania e é pressuposto desta, uma vez que só o titular da nacionalidade brasileira pode ser cidadão. Ao tratar da aquisição da cidadania brasileira,

[7] Chamamos de álibis, argumentos que procuram evadir ou desculpar o não cumprimento de direitos legislados. Nesse mesmo sentido, doutrinas, leis, interpretações e procedimentos incorporados à prática judiciária, podem também constituir álibis que circulam em sistemas judiciários e que têm a função de não permitir a explicitação de propósitos geralmente considerados negativos.

segundo a Constituição, o autor sustenta que os direitos de cidadania adquirem-se mediante alistamento eleitoral, na forma da lei. Para ele, a cidadania se adquire com a obtenção da qualidade de eleitor, que documentalmente se manifesta na posse do título de eleitor; o eleitor é cidadão, é titular da cidadania, embora nem sempre possa exercer todos os seus direitos políticos (Silva, 2000, p. 350).

No rastro dessa concepção limitada, os direitos da cidadania alimentam discursos usuais em campanhas eleitorais, onde os candidatos prometem conceder aos eleitores direitos que estão proclamados constitucionalmente, mas que estão desprovidos de qualquer vigência na realidade da vida cotidiana dos cidadãos comuns. Tal situação incentiva a disposição generalizada de que no Brasil do século XXI ainda é fundamental lutar para que se obtenha a plena cidadania, a começar pelo princípio que no século XVIII fundamentou o direito civil: a igualdade de todos perante a lei (Marshall, 1965). É a desigualdade um princípio organizador oriundo da sociedade tradicional brasileira, dos tempos coloniais que, entranhada no tecido social, contamina as relações nas instituições sociais (Carvalho, 2000).

Os ideais de qualquer princípio de igualdade socialmente justa ficam assim debilitados na cultura jurídico-administrativa, internalizada e expressa na prática dos administradores públicos. A situação paradoxal de vivermos em uma sociedade em que o mercado produz constantes desigualdades econômicas, que são ameaçadoras do princípio basilar da igualdade de todos, perante a lei, não lhes desperta inquietações, pois tal situação é percebida como "natural", motivo pelo qual absorvem esse paradoxo, como se vê, por exemplo, no processo penal, onde privilégios estão a desigualar o tratamento concedido a autores e co-autores dos mesmos delitos tipificados no Código Penal.[8]

Conseqüentemente, na ausência de demarcação definida e estruturada em torno de eixos explícitos de legitimação da desigualdade, cabe a todos, mas principalmente às instituições encarregadas de administrar institucionalmente conflitos no espaço público, em cada caso aplicar as regras disponíveis. Tais regras são sempre gerais, nunca locais, e são aplicadas de acordo com o status de cada um, sob pena de cometer injustiça

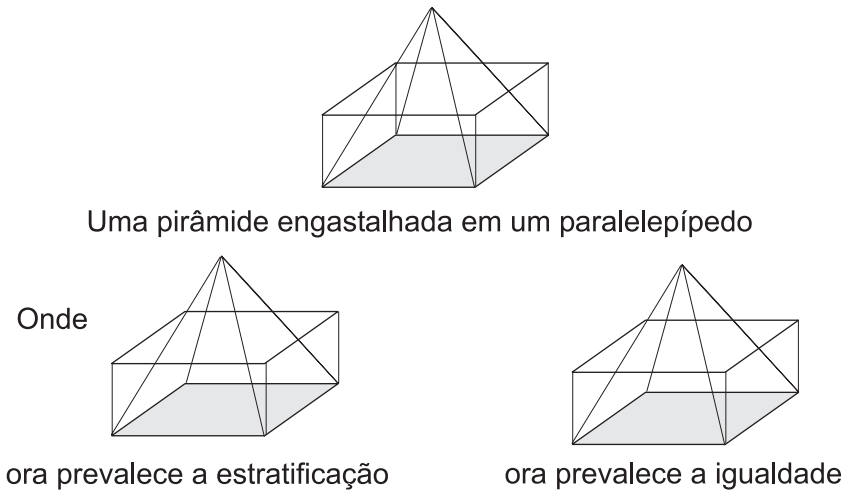
[8] A legislação processual penal admite tratamento diferenciado a pessoas que são acusadas de cometer infrações, não em função das infrações, mas em função da "qualidade" dessas pessoas, consagrando, inclusive, o acesso à instrução superior completa, como um desses elementos de distinção. Para compreender quão séria é essa questão da desigualdade jurídica, foi aprovada, em início de 2001, uma nova regulamentação da "prisão especial", denominação jurídica desse instituto. O Executivo, inicialmente motivado a extingui-la, para impedir a aplicação de privilégios a um juiz que se encontrava respondendo a processo criminal, abandonou sua intenção inicial e o assunto – que é claramente inconstitucional – foi apenas regulamentado pelo Congresso (e em votação simbólica das lideranças que incluiu uma nova categoria profissional – os militares – no privilégio!). Também no final de 2002 foi aprovada lei que estendeu a competência por privilégio de função – o de ser julgado por tribunais superiores – aos ex-ocupantes de cargos executivos, tanto em crimes comuns quanto em crimes de responsabilidades administrativa e fiscal.

irreparável ao não se adequar à desigualdade social imposta e implicitamente reconhecida. Essa desigualdade é inconcebível juridicamente em qualquer república constitucional, mas cuja existência, nesse contexto de ambigüidade em que nossa sociedade se move, goza de confortável invisibilidade.

Nesse caso, a presença de métodos oficialmente sigilosos de produção da verdade –como no caso do inquérito policial e de outros procedimentos da administração pública, próprios de sociedades de desiguais, que querem circunscrever os efeitos da explicitação dos conflitos aos limites de uma estrutura que se representa como fixa e imutável –confirmam a naturalização da desigualdade própria de nossa consciência cultural: as pessoas são consideradas naturalmente desiguais (Kant de Lima, 2000; 2004).

Essas características emprestam ao espaço público – ou esfera pública (Cardoso de Oliveira, 2003) – no Brasil, certas peculiaridades, percebidas pelos operadores do sistema de administração pública como características de nossa sociedade, que impõem a seu comportamento cotidiano a constante e inevitável negociação da aplicação particularizada de regras na esfera pública. Assim, aqueles que estão explicitamente inseridos como interlocutores no espaço público vêem como legítima a apropriação particularizada e individual das regras e não lhes conferem conteúdos universais e coletivos. Disso resulta o desprestígio da obediência literal à lei e a impossibilidade de sua aplicação coletiva e universal, igualmente a todos, como é usual na maioria das repúblicas democráticas instituídas no ocidente. No Brasil, a atualização de valores igualitários de modo coletivo e universal, chega a ser identificada como injustiça, pois sobrepõe um sistema explicitamente igualitário (em formato de paralelepípedo) a um sistema implicitamente hierárquico (de feição piramidal), de tal modo que a convivência de ambos requer práticas e valores desiguais. A compensação do desequilíbrio decorrente das duas lógicas paradoxais é feita com o prestígio da autoridade interpretativa, sempre fluida e contextual, seja do síndico, do guarda de trânsito, do delegado, do promotor, do juiz, do prefeito, do médico, do gerente de banco ou do governante, que decidem, caso a caso, qual a lógica aplicável, alternada e alternativamente, aos casos concretos.

Sendo assim, entre dois formatos com lógicas distintas, o paradoxo é compensado por pluralidade de autoridades institucionalizadas que as reproduzem nas relações sociais que administram. O sistema de administração pública – aí incluídos aqueles atores encarregados da formulação, implantação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas – não poderia abrigar unidade lógica. Isso decorre do fato de que os princípios que regem a operação não se encontram pela via de mensagens comunicativas portadoras de significados universalistas, recebidas, elaboradas e transmitidas, consensualmente, entre os atores que operam em cada um dos subsistemas. Tais mensagens são endereçadas às posições hierárquicas sociais dos atores e por eles individual e particularizadamente apropriadas,



■ **FIGURA 5** – O paradoxo brasileiro.

de acordo com os interesses e representações que desenvolvem no interior de cada subsistema e a partir da visão que constroem, propiciando distintas representações do sistema de administração pública. Em face de tal circunstância, a comunicação interna entre os atores desse sistema, na maioria das vezes, não lhes permite perceber contradições e paradoxos vigentes nos discursos e nas práticas que adotam, nem construir representações que correspondam a sua prática, sobretudo se considerarmos a alta imprevisibilidade para o operador, no uso de um ou outro modelo, pois a legislação empresta legitimidade aos dois, concomitantemente.

Do ponto de vista prático, faz-se necessário aprofundar a análise dessas relações – entre os diferentes segmentos da população, entre eles e a administração em seus vários níveis e agências e entre os diferentes escalões e níveis da administração pública – para detectar as articulações com que se expressam esses paradoxos nos diferentes contextos investigados. Por exemplo, as políticas de descentralização administrativa são marcadas por uma profunda e tradicional desconfiança do poder local, caracterizado como visceralmente clientelista e sensível à corrupção. Acentua-se aqui o perfil da pirâmide: quem está no topo sempre sabe mais do que quem está na base, como explicita a tradição burocrático-judiciária de valorização dos juízes de fora – magistrados supostamente imparciais que na época colonial eram os encarregados de administrar os litígios locais em Portugal e no Brasil (Schwartz, 1979). Diferentemente, no sistema anglo-americano os juízes de dentro eram encarregados de administrarem os conflitos entre seus iguais, por meio dos sistemas do *inquest* e do *jury trial* (Berman, 1983).

É imprescindível identificar, em cada caso, as tensões que, necessariamente, acompanham as relações entre a esfera local, estadual e a federal

no Brasil. A questão da descentralização/centralização nutre-se de profunda assimetria entre essas esferas de poder, que se conseqüentemente produz desconfianças e acusações tanto recíprocas quanto inevitáveis e estruturais, quanto à disponibilização e utilização dos recursos financeiros destinados a promover o desenvolvimento local e regional.

Assim, é necessário proceder à análise das formas de administração institucional de conflitos no espaço público vigentes na área estudada. Desde as formas repressivas, que buscam a internalização da hierarquia e a supressão das partes que ousam explicitar o conflito, até as formas disciplinares da internalização da regra e aquisição de direitos. Nesses casos, em que políticas públicas de preservação e conservação de recursos deverão ser implementadas, essas formas de administração de conflitos são críticas para estabelecer o valor da obediência – que tem um sinal negativo no modelo repressivo, e positivo no modelo disciplinar – e desobediência às regras, que tem um sinal positivo no modelo piramidal, e negativo no modelo do paralelepípedo. Assim, as mesmas regras ora significam a imposição de vontades particulares ora expressão de direitos coletivamente acordados.

É bom frisar que, no caso brasileiro, a cultura jurídica não reivindica uma origem "popular" ou "democrática". Ao contrário, alega ser o produto de uma "ciência normativa", que tem por objetivo o controle de uma população, sem educação, desorganizada e atrasada. Desse ponto de vista, os modelos jurídicos de controle social não têm e nem poderiam ter como origem "a vontade do povo", como reflexo de seu estilo de vida, mas resultam de formulações legais iluminadas e especializadas, legislativa ou judicialmente. Nessas circunstâncias não é difícil compreender que, a não ser considerada como fórmula ideal, a "aplicação da lei, pelo povo", valores legais tendem a ser vistos como constrangimentos externos ao comportamento dos indivíduos. A obediência ou a desobediência às leis e regras não se coloca, portanto, como questão de transgressão moral, mas resultado da escolha entre a liberdade de agir e o constrangimento externo, a opção entre a implementação do desejo individual e da reprodução social de cada um, ou submissão a um interesse geral e difuso, freqüentemente manipulado em benefício da reprodução alheia. O espaço público nessa versão, assim como ressaltamos anteriormente, tem que estar sempre submetido a regras gerais, nunca locais. Essas regras, que não se originam dos cidadãos envolvidos nos conflitos, como devem ser aplicadas particularizadamente, pressupõem uma competição entre os envolvidos pelo favorecimento de sua aplicação e uma suposta neutralidade do aplicador, em relação às partes.

É importante notar que se a explicitação das identidades e dos conflitos no modelo do paralelepípedo é essencial para o seu funcionamento adequado, no modelo da pirâmide a possibilidade constante de repressão do diferente constitui fator inibidor da explicitação da identidade e dos conflitos, e obstáculo à construção de estatísticas adequadas, o que, aliás, é tradicional no setor da pesca artesanal no Brasil. Nesse caso, a mudança do papel da informação, já mencionado anteriormente, é crítica para

transformá-la de instrumento de opressão em ferramenta democrática de controle, sendo necessário conhecer os procedimentos de inclusão utilizados, pelas agências financiadoras, para serem avaliados adequadamente seus efeitos nas populações-alvo das políticas.

Políticas de financiamento

Privilegiamos nesse artigo nossa análise na promoção de política de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, destinada principalmente aos grupos ribeirinhos, pescadores artesanais, entre outros.

A Constituição Federal promulgada em 1988 previu a conformação de Fundos Constitucionais, criados para serem aplicados em programas de financiamento de setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio de instituições financeiras de caráter regional. Após sua regulamentação pela Lei nº 7.827 de 27/09/89, posteriormente alterada pelas Leis nº 9.126/95 e nº 10.177/01, instituíram-se os Fundos Constitucionais. No caso da Região Norte, criou-se o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. Os recursos do FNO são administrados pelo Banco da Amazônia – Basa , órgão vinculado ao Ministério da Fazenda. O Basa aplica tais recursos em programas elaborados anualmente, de acordo com a realidade local e com o plano plurianual para a Amazônia Legal.

Um dos programas do Fundo é o Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar – Pronaf. Trata-se de uma política pública voltada aos agricultores familiares, pescadores artesanais e aqüicultores, bem como suas organizações, com o objetivo de "propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo para a melhoria de vida e a ampliação do exercício de cidadania por parte dos agricultores familiares" (Pronaf, 1996).

Em 2003, o Banco da Amazônia elaborou um programa de crédito específico de apoio à atividade pesqueira e à aqüicultura. A proposta, aprovada pelo Ministério da Integração Nacional, tinha uma previsão inicial de aplicações com recursos do fundo para 2004, nos estados da Região Norte, da ordem de R$ 786 milhões. Estimava-se a contratação de 32,9 mil novos financiamentos, com a geração de 90 mil oportunidades de trabalho e um aumento de R$ 1.045 bilhão no Valor Bruto da Produção – VBP regional. Segundo o Basa, a expectativa era a de que os mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenos empreendedores urbanos absorvessem 61% dos recursos e 87% das operações.

Na verdade, desde 1997, o Pronaf passou a atender os pequenos aqüicultores e pescadores que se dedicam à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios, ou regime de parceria com outros pescadores artesanais.

A novidade inserida no Pronaf, em relação à pesca artesanal, em 2003, foi o enquadramento de famílias residentes em Reservas Extrativistas – Resex –, no grupo A do Pronaf, onde são indicadas categorias com direito a acessar políticas públicas de financiamento, independentemente da comprovação de renda. Os grupos do Pronaf eram assim caracterizados:

Grupo A: sem necessidade de comprovação de renda
Grupo B: renda bruta familiar anual de R$ 2.000,00
Grupo C: renda bruta familiar anual entre R$ 2.000,00 e R$ 14.000,00
Grupo D: renda bruta familiar anual entre R$ 14.000,00 e R$ 40.000,00

Para serem beneficiários do Pronaf os pescadores profissionais artesanais deveriam continuar dedicando-se à atividade com fins comerciais, como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com pescadores igualmente artesanais. Também tinham direitos a esses benefícios os aqüicultores que explorassem área não superior a dois hectares de lâmina d'água ou ocupassem até 500m^3 de água, se a exploração fosse em tanque-rede.

A concessão dos financiamentos cobrava as chamadas contrapartidas sociais. A primeira delas era a formalização de um contrato de garantia de compra do pescado com as cooperativas, colônias de pescadores ou empresas de beneficiamento. Essa exigência, no entanto, não se aplicava para o público identificado no grupo B. Por outro lado, era necessária uma Declaração de Aptidão do Pronaf – DAP. Ela se configurava como um instrumento de controle de enquadramento do beneficiário, no seu devido grupo (A, A/C, B, C e D).

Para buscar o financiamento no Banco do Brasil, bancos estaduais, Banco do Nordeste ou Basa, era necessário que o pescador artesanal ou o aqüicultor apresentasse documentos como Carteira de Identidade, CPF ou CIC, RGP – Registro Geral de Pesca e DAP; o aludido Contrato de Garantia de compra do pescado com uma cooperativa de pescadores ou empresa de beneficiamento (exceto o pescador/aqüicultor, cuja renda bruta anual fosse de até R$ 2.000,00).

Além de não ter dívidas em banco, era exigido do pescador/aqüicultor, como forma de qualificação ao crédito, uma definição prévia acerca de um projeto de vida, discutida com todos os membros da família. Em seguida, ele deveria buscar a orientação de um técnico, ligado a instituições públicas ou privadas, para elaborar o projeto técnico ou a proposta de financiamento, e oferecer as demais orientações necessárias. Provido do projeto técnico, o pescador/aqüicultor, representando a família, faria a requisição à DAP, nas entidades credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Por fim, com o auxílio do técnico, o candidato à política pública deveria levar a proposta e os documentos ao agente financeiro e negociar a contratação do financiamento. Os acompanhamentos dos projetos deveriam ser exercidos no interior dos Conselhos Municipais de Desenvolvimen-

to Rural, cujo funcionamento, quando existisse, objetivasse o desenvolvimento local e regional.

Essa política pública, focalizada na Região Norte do país, e sobre a população que se ocupa da atividade da pesca artesanal, é viabilizada por um fundo constitucional que é disputado por uma clientela muito ampla, se considerarmos apenas a atividade pesqueira. Por isso mesmo, os juros previstos nas transações financeiras oscilam entre 6% ao ano, para pescadores artesanais e seus núcleos familiares; 8,75% para associações e cooperativas de pescadores e, no caso dos aqüicultores, 6% ao ano para os pequenos e 10,75% para os considerados grandes. Para a categoria denominada pesca industrial, os juros anuais variavam de 8,75% (microempreendimentos) a 14% (empresas de grande porte). Os empréstimos, em todas as modalidades, podiam ser pagos ao longo de oito, dez e doze anos, com redução de juros para aqueles que mantivessem em dia seus compromissos.

Importante salientarmos que, ao analisarmos essa política, encontramos um processo recheado de etapas para que a política pública fosse acessada. A necessidade de o aqüicultor/pescador apresentar significativa documentação, por exemplo, em um lugar como a várzea amazônica, pode não ser algo muito fácil. São situações em que as pessoas sequer têm registro de nascimento. Por isso mesmo o Governo federal, para a concessão da bolsa-família, por exemplo, previa a não obrigação de apresentação de registro de nascimento no primeiro momento de adesão ao Cadastro Único das Famílias. Ela poderia ser providenciada posteriormente.

Por outro lado, a necessidade de um intermediário, no caso um técnico, com conhecimento formal para a elaboração e justificação de um projeto, faz com que esse público veja seu acesso a um direito, à primeira vista igualitário, como dependendo de um conhecimento externo ao grupo, o que faz esse ator se configurar em uma peça importante do processo.

O que podemos presumir, uma vez que essas políticas ainda estão em curso, é que a disputa por um conjunto de recursos significativos, por parte de diferentes atores em uma região de muitos interesses, pode se dar em torno de critérios de exclusão e desigualdade. Tais financiamentos partem de premissas técnicas de capacidades tecnológicas diferenciadas, o que pode refletir, inclusive, em hierarquias de interesses no ambiente de debates que se constituem em Conselhos Locais de Desenvolvimento Rural. A focalização da política pública em indivíduos no interior de grupos familiares, comunitários, associativos ou empresariais, preocupada na transferência de rendas e tecnologias para o desenvolvimento da região, ao propor implantar um modelo de desenvolvimento já aplicado em outros lugares, pode correr o risco de não estabelecer a interlocução ideal com os grupos tradicionais, que possuem um saber naturalístico (Kant de Lima, 1998; Mota, 2003) vital para a preservação de seus meios de subsistência e, assim, ser mais uma tentativa no equilíbrio histórico que liga o recurso pesqueiro ao florestal.

O poder econômico, representado aqui pelo que o governo federal denomina pesca industrial, pode absorver 39% dos recursos em 13% das

operações previstas pelo próprio Banco da Amazônia. E isso é factível, sobretudo se concordamos acerca de sua facilidade em cumprir a maioria das regras transportadas de outras regiões do país, para a região amazônica, em particular na várzea.

Nota-se que as políticas de financiamento e de aplicação de recursos também refletem determinados paradoxos característicos da sociedade brasileira, ao estimular, simultaneamente, o agrupamento dos produtores em associações estranhas a seus costumes tradicionais, buscando a sua inclusão no espaço público do mercado. Quer dizer, os sujeitos tradicionais não se prestam à participação no espaço público; então, é necessário criar outros, mais adequados ao sistema modernizador, para obter bons resultados. Por outro lado, em muitos dos programas de financiamento, quer-se também mudar a feição da produção. De uma suposta economia de subsistência – erroneamente concebida como alheia à troca qualificada de produtos e serviços –, para uma economia de mercado. Requer-se que o pescador que pesca para a sua subsistência – que inclui trocas tradicionais de produtos e serviços – se transforme em um produtor rural, impondo-se como condição de concessão do empréstimo, inclusive, a garantia de compra de seu produto por uma associação ou cooperativa. Assim, pretende-se substituir o "aviamento" – sistema tradicional de financiamento da área –, pelas relações supostamente mais eficientes e modernas do mercado. Entretanto, é claro que, assim, existe o estímulo à intermediação de terceiros para atuarem nessas novas organizações e, se empresta a ONGs, esse papel intermediador na administração de recursos

Todos os programas analisados, exceto o Prorural, se destinam por igual a pescadores e agricultores, desconsiderando as profundas diferenças entre agricultores e coletores, em termos de ciclos temporais, organização da produção e etapas de trabalho (Kant de Lima, 1998). Por isso, pescadores são, muitas vezes, vistos como predadores, porque não trabalham com a lógica do plantar e colher no mesmo local, o que não implica serem avessos às políticas de conservação de recursos. Aqui também é relevante a distinção entre o papel do conhecimento naturalístico dos pescadores, sobre o ambiente, na produção, indisponível na sociedade sob outra forma, com raríssimas exceções; e aquele dos agricultores, passível de reprodução e elaboração em laboratórios de pesquisa agrícola. Se tais diferenças não são consideradas, poderá haver distorções no que diz respeito à transferência de tecnologia, quando realizada com a assistência técnica não especializada em pesca.

Ora, também é claro que, se as políticas de descentralização e de financiamento desejam a inclusão dos sujeitos, não podem tratar como inespecíficas e desimportantes as características distintivas das categorias que querem incluir. É um critério básico da "lógica do paralelepípedo", o fato de que os sujeitos precisam se constituir como tais para se definirem enquanto demanda qualificada e, assim, poderem ser contemplados, ou não, por seus méritos característicos.

É claro que essas lógicas, tanto a "da pirâmide" quanto a "do paralelepípedo", pertencem a modelos ideais que estão em constante tensão. Em nossa sociedade, porém, ambas são legítimas e legais, porque se incorporam a representações e práticas prescritivas no que se refere à aplicação da lei.

Nas políticas de financiamento, as tensões revestem-se de características especiais: obrigam grupos, que não preenchem requisitos de uma lógica monetarizada, a buscarem apoio em um sistema de crédito que tem seu fundamento em uma renda monetária. Várias exigências dos financiamentos a produtores da várzea buscam garantias de pertencimento e são atendidas por instituições que não possuíam essas finalidades, como colônias de pesca ou sindicatos. É como se uma esfera do Estado – a federal – não confiasse na outra esfera do próprio Estado – a municipal.

Cria-se um sistema de informações hierarquizado onde a fidelidade ao sistema passa a valer mais do que a estrutura jurídica. Um aval solidário de uma colônia de pesca é usado como "atestado de capacidade de pagamento", uma carteira de sindicalizado que atesta a moradia em determinada localidade. Repetem-se e ampliam-se os marcos de uma "cidadania regulada", como descrita por Santos (1979).

Considerações Finais

A nossa discussão – que buscava contextualizar algumas reflexões a respeito das promoções de políticas públicas de financiamento disponíveis na várzea amazônica, especialmente aquelas dirigidas aos pescadores – possibilitou, a partir de um quadro analítico, estabelecer algumas considerações finais sobre as lógicas na promoção de renda aos extrativistas da Amazônia, tratando reflexivamente as categorias em jogo nas ações dos gestores, administradores e agentes dessa política pública.

Uma primeira consideração a ser realizada é a de que, diante dos dados levantados, confirma-se que há, no Brasil, uma lógica particular, uma cosmologia própria de nossa sociedade, marcada por valores hierárquicos e antiindividualistas, que se contrastaria, *a priori*, com os valores das democracias republicanas contemporâneas.

Uma primeira conseqüência disso é que, em nossa democracia "à brasileira", o Estado e seus agentes mediadores (ONGs, agências multilaterais e sindicatos) se apresentariam como os legítimos detentores dos mecanismos de administração de conflitos e produção da verdade no espaço público, protegendo e tutelando os direitos dos "hipossuficientes"[9], dos não-cidadãos (Mota, 2004). Nessa versão, a cidadania seria uma concessão dada

[9] Categoria usualmente empregada, pelo Ministério Público Federal, ao tratar dos direitos difusos das populações marginalizadas que denota, como demonstrou Fabio Reis Mota (2003), um reconhecimento da desigualdade jurídica desses agentes políticos em nossa esfera pública (Cardoso de Oliveira, 2003), que a princípio promoveria a cidadania.

pelo Estado a determinados segmentos da sociedade e não um benefício universalmente disponível aos seus membros.

Essa característica aponta, como buscamos discutir ao longo deste artigo, para um contraste entre nossa democracia republicana com as demais democracias contemporâneas, fundadas sob a égide da ideologia igualitária e individualista. Por exemplo, segundo Marshall (1965), na Inglaterra do século XVII, XVIII e XIX, a difusão dos princípios igualitários e individualistas vem marcar a estruturação do Estado de Direito, propiciando com que a desigualdade do mercado fosse compensada a partir do reconhecimento de uma igualdade jurídica: "a desigualdade do sistema de classes sociais pode ser aceitável desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida" (Marshall, 1965, p. 62). Com isso, na Inglaterra, no período do século XVIII ao XX, uma série de reformas do Estado é levada a cabo com a finalidade de universalizar os direitos e deveres entre os cidadãos. A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos os detentores desse status são iguais em relação aos direitos e obrigações pertinentes ao status (Marshall, 1965, p. 76). Com isso, a garantia da universalização dos direitos passa pelo reconhecimento da igualdade do indivíduo de uma comunidade. Por contraste, os indivíduos que adquiriam certos benefícios concedidos pelo Estado deveriam, necessariamente, abrir mão de seus direitos jurídicos e políticos, como era o caso dos beneficiados pela *Poor Law* (Lei dos Pobres)[10]. Assim, a cidadania era uma instituição que dotava os indivíduos de uma autonomia em relação ao Estado (Marshall, 1965).

No Brasil, ao contrário, a cidadania institui-se na era Vargas, como concessão do Estado a certos setores da sociedade, uma espécie de "cidadania regulada", assim como ressalta Santos (1979), ou seja, os "cidadãos" não adquirem autonomia perante o Estado e seus agentes intermediários e, comumente, o papel do Estado consistiria em uma intervenção na concessão dos benefícios disponíveis no espaço público, hierarquizando os beneficiários.

Uma outra implicação a ser extraída de nossa análise relaciona-se com o fato de que as políticas públicas para o setor pesqueiro estão marcadas pela intervenção sistemática do Estado, dotadas de critérios excludentes. A visão predominante – desde o Brasil Colônia – é a de que suas técnicas e seu modo de vida são atrasados e primitivos. Necessita-se, segundo a visão oficial, modernizá-los, ou seja, sujeitá-los à "inevitável modernidade". Essa visão esteve sempre pautada pela simples noção de que a pesca artesanal deveria ser extinta para dar lugar a formas modernas (Silva, 1988). Depositários de uma identidade subalterna no espaço público, os pescadores sempre tiveram uma relação com o Estado brasileiro de sujeição, e os disposi-

[10] T. H. Marshall lembra que a aquisição dos benefícios concedidos pelo Estado, como no caso da Lei dos Pobres, implicava a suspensão temporária dos direitos civis dos indivíduos, tendo o Estado a tutela temporária desses "cidadãos" (Marshall, 1965).

tivos jurídicos que regulavam a pesca tinham em suas letras um caráter interventivo e punitivo.

As políticas públicas para o setor ilustram esse aspecto na década de 1950, no segundo governo de Getúlio Vargas, momento da fundação das escolas de pesca nos Estados de Pernambuco e do Rio de Janeiro, com o objetivo de dispor para cada pescador artesanal brasileiro um "barco a motor e uma casa" (Ponde, 1977). As políticas para o setor pesqueiro caracterizavam-se pela tutela desses grupos, por parte do Estado, com um forte teor desenvolvimentista, buscando com isso a transformação desses pescadores em espécies de "proletários do mar" (Mota, 2003). Em Arraial do Cabo, município do Rio de Janeiro, por exemplo, é instalada uma indústria de barrilha, a Alcális[11], com o objetivo de transformar os pescadores artesanais, que viviam no local há cerca de 200 anos, em trabalhadores assalariados (Britto, 1999; Cunha, 2000; Lobão, 2000a, 2000b; Prado, 2000).

Assim, as políticas públicas que deveriam abarcar uma coletividade, terminam privilegiando determinados setores. Afinal, uma política que idealmente deveria ser pública e coletiva, torna-se estatal, particularizada por setores que detêm o monopólio da promoção e da produção dessas políticas.

Uma outra conseqüência advém do fato de que em um espaço onde as partes estão social e juridicamente desiguais, o reconhecimento da legitimidade dos agentes envolvidos nas políticas públicas passa pela intervenção externa no reconhecimento das identidades sociais. Sendo assim, grupos tradicionalmente marginalizados estão excluídos das políticas destinadas à inclusão dos mesmos em um espaço igualitário. As políticas destinadas a grupos diferenciados configuram-se muitas vezes como um privilégio ou um benefício e não um direito concedido ao cidadão.

Como ressalta DaMatta (1997):

> "em vez de tratarmos as identidades sociais como um conjunto de direitos e deveres que comportam ´desvios´ e seleções incongruentes, podemos chamar a atenção para o fato de que as identidades sociais estão correlacionadas a domínios, que os domínios têm relações estruturadas entre si, que cada domínio pode ter mais ou menos recursos para institucionalizar seu ponto de vista da totalidade social, estendendo ou não tais pontos de vista à totalidade social. O jogo de seleções de identidades sociais está, relacionado ao jogo de poder sistematicamente elaborado e desenvolvido pelos domínios sociais de uma sociedade." (DaMatta, 1976, p. 38).

[11] A Companhia Nacional de Alcális se instalou em Arraial do Cabo na década de 1940. A produção e comercialização estão voltadas para a barrilha. Para maiores detalhes ver Britto (1999).

As relações entre esses diferentes domínios provocam não a universalização dos bens disponíveis, mas a sua particularização, por parte daqueles que possuem os recursos necessários para garantir acesso aos mesmos. Conseqüentemente, estão referidas pelos discursos dos agentes legítimos, no espaço público, em definir os critérios adequados que, tradicionalmente, estão pautados por critérios excludentes, pois as categorias adotadas tornam homogêneas as diferenças e em vez de instituí-las no espaço público, elas são incluídas na elaboração das regras e no formato que deve tomar em cada caso.

Uma das implicações desse fato é que a categoria de "pescadores", por exemplo, tantas vezes utilizada pelas agências encarregadas de implementar políticas públicas, acompanhadas de adjetivos como "artesanais", "industriais", "empresariais" ou "profissionais", não é uma categoria unívoca. Muito pelo contrário, exprime uma variedade de atores, práticas e relações de produção bastante diversas. O que acontece, portanto, é que essa diversidade é homogeneizada para assumir formatos padronizados aceitáveis pelas agências de fomento, muitas vezes descaracterizando as formas tradicionais de organização vigentes. O problema é que a utilização dos recursos, realizada pelas transfigurações institucionais e organizacionais, fica prejudicada em sua eficácia, pois gera acréscimo de conflitos às relações previamente existentes, transformadas institucionalmente. Pierre Bourdieu chama a atenção para as conseqüências dessas intervenções externas que buscam definir distintas identidades:

> "As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas e emblemas) ligadas à origem por meio do lugar dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por esse meio, fazer e desfazer os grupos" (Bourdieu,1989, p. 112).

Os discursos são operados e operacionalizados por agentes sociais – sejam representantes do Estado, de ONGs, de agências multilaterais ou da mídia –, com a finalidade de marcar e demarcar visões (pré)definidas. Esses diferentes atores, com visões muitas vezes antagônicas operacionalizam seus discursos no sentido de definir e legitimar suas posições no campo de disputa. E nesse campo, o monopólio de poder classificar pertence ao Estado ou aos seus intermediários.

Os procedimentos classificatórios de identidade estão marcados pela intervenção do Estado, que se esforça em demarcar de modo determinista os "tipos nacionais" ou "tipos sociais", em "tipologias ideais", ou seja, nosso sistema hierarquizado está plenamente de acordo com os determinismos que acabam por apresentar o todo como algo concreto,

fornecendo um lugar para cada coisa e colocando, complementarmente, cada coisa em seu lugar (DaMatta, 1976, Almeida, 2002). Nessa circunstância o elemento da "tutela" torna-se condicionante das relações, pois em nosso espaço público apenas alguns membros são tributários da legitimidade e da representação direta com o Estado. A distribuição de poder é realizada desigualmente entre as partes, hierarquicamente desigual (DaMatta, 1976): a cidadania é tutelada.

Uma outra implicação relevante relaciona-se com o fato de que os atores legítimos nesse campo são aqueles tributários de um saber e conhecimento próprio, legítimo para a sociedade envolvente, como o saber científico, o saber jurídico, o conhecimento técnico, a legitimidade da ONG e dos meios de comunicação.

Conseqüência dessa lógica é o alto custo, para certos segmentos, em contraste com os elevados ganhos, para outros segmentos, da recepção e inclusão nas políticas públicas, pois ela produz a representação coletiva de um desnivelamento entre os distintos cidadãos, privilegiando alguns em detrimento de outros[12]. A implicação, portanto, é que para determinados grupos serem reconhecidos como sujeitos de direitos ou detentores de uma legitimidade diante dos demais atores, eles buscam se enquadrar aos modelos impostos pelos promotores da política pública[13]. Isso implica a adoção de diversas estratégias no sentido de afirmar a identidade e, portanto, garantir sua legitimidade diante dos agentes promotores da ação pública, pois embora "os modelos conceituais de sociedade sejam necessariamente modelos de sistema de equilíbrio, as sociedades reais jamais podem estar em equilíbrio" (Leach, 1996, p. 68).

Sendo assim, as organizações coletivas devem ser pensadas a partir de outros artifícios analíticos, com a identidade sendo vista como algo que se (re)atualiza no tempo e no espaço (Barth, 2000, O´Dwyer, 2002a, Almeida, 2002). Dessa forma, as fronteiras que definem a identidade desses grupos não são geográficas nem administrativas, ao contrário, constituem-se em formas reinventadas e reinterpretadas dinamicamente, pelo grupo, a partir dos critérios inclusão/exclusão (Barth, 2000).

---

[12] Um exemplo atual dessa dificuldade de promoção, no Brasil, de políticas públicas universalistas é a adoção de cotas implementadas nas universidades. Uma política que, a princípio, tinha como finalidade promover a universalização do acesso ao ensino vem provocando diferentes incongruências em sua aplicabilidade. Recentemente, em matéria publicada no jornal *O Globo*, foi noticiado o caso de uma estudante que entrara na justiça por ter sido reprovada no vestibular por conta das cotas implantadas na UERJ, recentemente. Ela havia se classificado em 5º lugar em seu curso.

[13] Uma vez mais exemplificamos a política de cotas como um exemplo para pensarmos as políticas universalistas no Brasil. Como o Brasil é um país que se constituiu de maneira heterogênea, a classificação de cor ou raça tradicionalmente provocou polêmicas. Recentemente, com as cotas, muitas notícias de "brancos" se passando por "negros" tem sido veiculadas na mídia. Por isso, a Universidade de Brasília, segundo noticiário da mídia, passou a exigir fotos dos candidatos que se inscrevem em cota no vestibular. Com isso, estão sendo inseridos elementos fenotípicos, próprios de uma classificação baseada no conceito de "raça" biológica, hoje rejeitado pela ciência em prejuízo do conceito de etnia, que parecia ser o principal eixo classificador da política pública.

Por outro lado, as persistências das diferenças culturais diluem-se diante de outras formas de classificação, que persistem em atribuir categorias externas ao grupo, sujeitando-o a visões que estão ancoradas em premissas de outros grupos majoritários, do próprio Estado ou de agências não estatais.

Todavia, a auto-atribuição das identidades esbarra na dificuldade de reconhecimento, por parte do Estado e de seus agentes intermediários, da legitimidade dos discursos enunciados pelos agentes interessados na aquisição dos bens disponíveis.

É necessário que esses atores públicos reconheçam os pescadores e seus familiares como sujeitos políticos autônomos e responsáveis, como interlocutores no espaço público da cidadania. Tem que haver um lugar para que se expressem, publicamente, em relação aos outros interlocutores, participando das elaborações das regras de uso e apropriação dos espaços locais em que vivem e se reproduzem socialmente. Somente uma política inclusiva poderá promover a administração democrática desses conflitos, estabelecendo a igualdade das partes e estimulando as negociações entre elas, rompendo a lógica excludente "do que é de um, não é do outro".

Bibliografia

ALENCAR, E. F. Relatório do estudo estratégico: situação sócio-econômica - diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas. Tabatinga, Alto Solimões, 2002. Mimeo.

ALMEIDA, A. W. B. Os quilombos e as novas etnias. In: *Quilombos: identidade étnica e territorialidade.* ODWYER, E. C. (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico.* Lisboa, Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: TOMKE, LASK (Org.). *O guru, o iniciador.* Rio de Janeiro: ContraCapa, 2000.

BERMAN, H. *Law and revolution: the formation of the western legal tradition.* Cambridge and London: Harvard University Press, 1983

BRITTO, R. C. de C. *Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo*, RJ. Niterói: EdUFF, 1999.

CARDOSO de OLIVEIRA, L. R. *Direito legal, insulto moral.* Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2003.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil. O longo caminho.* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000.

CRETELLA JÚNIOR, J. *Comentários à Constituição de 1988.* Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, vol. I e II, 1998.

CUNHA, D. G. Pescadores e surfistas: uma disputa pelo uso do espaço da Praia Grande. Niterói, 2000. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Antropologia e Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense para obtenção do Grau de Mestre.

DaMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.* 6.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____ . Quanto custa ser índio no Brasil. In: *Dados.* Rio de Janeiro: IUPERJ, n. 13, 1976.

_____ . Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: *Relativizando.* Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

GEERTZ, C. *O saber local.* Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____ . *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: LTC, 1989.

KANT de LIMA, R. *A polícia do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos.* Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____ . Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público. In: GOMES, L.G.; BARBOSA, L.; DRUMOND, J. A. (Org). *O Brasil não é para principiantes.* Rio de Janeiro: FGV, p. 105-124, 2000.

_____ . Os cruéis modelos jurídicos de controle social. Rio de Janeiro: *Insight-Inteligência*, abr./mai./jun., p. 131-147, 2004.

KANT de LIMA, R.; PEREIRA, L. *Pescadores de Itaipu.* Niterói: EdUFF, 1998.

KANT de LIMA, R.; MOTA, F. R.; PIRES, L. S.; LOBÃO. R. J. da S. Relatório do Estudo Estratégico: situação sócio-econômica - diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas – políticas públicas de descentralização e municipalização nos Estados do Amazonas e Pará, em especial nos municípios abrangidos pelo ProVárzea. 2002. Mimeo.

_____ . 2ª Relatório sobre políticas públicas de desenvolvimento sustentado: efeitos da igualdade e da desigualdade no espaço público da Amazônia. 2003. Mimeo.

LEACH, E. *Sistemas políticos da Alta Birmânia.* São Paulo: Edusp, 1996.

LIMA, D. Relatório do estudo estratégico: situação sócio-econômica - diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas - síntese dos Resultados Preliminares das Pesquisas de Campo. 2002. Mimeo.

LOBÃO, R. J. da S. Reservas extrativistas marinhas: uma reforma agrária no mar. Niterói: Dissertação (Apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Antropologia e Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense para obtenção do Grau de Mestre, 2000.

_____ . Reservas Extrativistas Marinhas Brasileiras: uma Reforma Agrária no Mar? In: JORNADAS NACIONALES DE CIENCIAS DEL MAR, 4, Puerto Madryn, Argentina, 2000. Anais... Puerto Madryn, Argentina, 2000 (b).

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1965.

MELLO, M. A. da S. Praia de Zacarias: contribuição à etnografia e história ambiental do Litoral Fluminense - Maricá/RJ. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995. 2 vol.

MENDES, R. L. T. Princípio da Igualdade à brasileira: cidadania como instituto jurídico no Brasil. In: *Revista de Estudos Criminais*, v. 4, n. 13. Porto Alegre, TEC, p. 81-98, 2004,

_____ . Brasileiros: nacionais ou cidadãos? 2004(a). Mimeo.

MOTA, F. R. M. Marambaia da terra, Marambaia do mar: conflitos, identidade e meio ambiente no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, 2003. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Fluminense.

_____ . O que é de um não é de outro: conflitos e direitos na Ilha da Marambaia. In: ACSELRAD,H. (org.) *Conflitos Sociais e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ FASE/IPPUR-UFRJ, 2004.

_____ . O Estado contra o Estado: direito, poder e conflitos no processo de produção da identidade 'Quilombola' da Marambaia. Texto apresentado ao III Concurso da Associação Brasileira de antropologia/Fundação Ford Direitos Humanos. 2004. No prelo.

_____ . A dimensão da consideração na promoção de humanos direitos: dilemas de uma cidadania à brasileira. In: *Direito Negados – Caderno de direitos humanos,* vol. I. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, 2004.

NEVES, D. P.; GARCIA, Â. M.; INTINI, J. M. Relatório do estudo estratégico: situação sócio-econômica - diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas – Médio Solimões, municípios de Alvarães, Coari e Tefé. 2002. Mimeo.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca, preconceito racial de origem. In: *Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais.* São Paulo: T. A. Queiroz Editor.

O'DWYER, E. C. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade.* Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____ . CERDEIRA, R. G. P.; DELGADO, P. S.; FERNANDES, T. de S. Relatório do estudo estratégico: situação sócio-econômica - diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas – Baixo Amazonas, municípios de Santarém, Monte Alegre, Óbidos, Alenquer, Curuá, Prainha e Oriximiná. 2002. Mimeo.

PANTOJA, M. C. Relatório do estudo estratégico: situação sócio-econômica - diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas – Baixo Solimões, municípios de Itacoatiara, Parintins e Maués. 2002. Mimeo.

PONDE, J. L. M. *Apóstolo da assistência social no Brasil.* Rio de Janeiro: Fundação Abrigo do Cristo Redentor, 1977.

PRADO, S. M. *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo.* Niterói: EDUFF, 2000.

SANTOS, W. G. Dos. Do laissez faire repressivo à cidadania em recesso. *Cidadania e Justiça.* Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHWARTZ, S. B. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial.* São Paulo: Perspectiva, 1979.

SILVA, G. O.; OLIVEIRA, C. I.; SOUZA, M. Relatório do estudo estratégico: situação sócio-econômica - diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas – municípios de Porto de Moz, Almeirim e Gurupá. 2002. Mimeo.

SILVA, J. A. da. *Curso de direito constitucional positivo.* 18.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

SILVA, L. G. *Os pescadores na história do Brasil: Colônia e Império.* Petrópolis: Vozes, vol. 1, 1988.

Políticas públicas e (in)sustentabilidade social: o caso de comunidades da várzea do alto Solimões, Amazonas

Edna Ferreira Alencar[1]

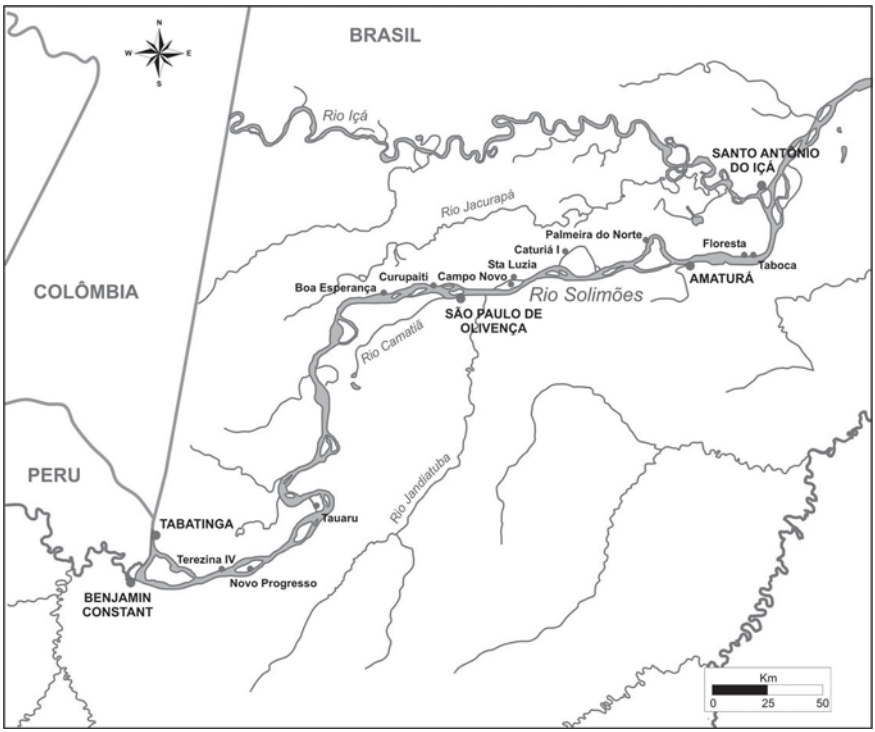
Introdução

Este texto tem como objetivo apresentar uma análise sobre as condições de vida e modos de reprodução social de algumas comunidades rurais da várzea, de quatro municípios do alto Solimões, estado do Amazonas: Tabatinga, São Paulo de Olivença, Benjamin Constant e Amaturá. A pesquisa foi realizada com 33 grupos domésticos de 11 comunidades da várzea (Figura 1). Alguns temas foram destacados nessa análise: as estratégias econômicas adotadas pelos grupos domésticos para garantir a reprodução; o grau de dependência de recursos naturais para a subsistência; as maneiras tradicionais de gerir tais recursos e os tipos de conflitos socioambientais evolvendo o controle do acesso aos mesmos. Sugerimos uma avaliação da ausência ou presença do Estado na promoção de políticas públicas. Se elas são capazes de garantir um modo de vida em bases sustentáveis, proporcionando condições para que a população permaneça na várzea e se é possível dar continuidade ao modo tradicional de reprodução social.

A região do alto Solimões está localizada a oeste do estado do Amazonas e abrange uma área de 132.195 km^2 (Ministério da Defesa/FGV/Isae, 2001). É formada pelos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Atalaia do Norte, Santo Antonio do Içá, Amaturá e Tonantins. Alguns rios da bacia do Amazonas formam uma teia de fluxos hidrográficos destacando-se os rios Solimões, Içá, Japurá e vários de seus afluentes, tais como Apapóris, Traíra, Puretê, Puruê, Cunha, Jacurapá, Jandiatuba e Camatiã; outros formam paranás, como o Jacurapá, e os igarapés, como o Belém, o Tacana, o Cajari, Jerônimo e outros. As sedes dos municípios situam-se na calha do rio Solimões.

O ecossistema da várzea não é homogêneo, apresentando variações na sua formação. A terminologia para referir essas variações difere de um autor para outro. Porro (1998, p. 177) usa "várzea alta" para referir-se ao ecossistema

[1] Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília; Professora Adjunta II da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Santarém.



■ **FIGURA 1** – Localização das comunidades pesquisadas.

que se localiza próximo ao rio "resultante da maior deposição de sedimentos ao longo do tempo"; e "várzea baixa" para a porção de terra "mais recuada, recortada por igarapés e lagos temporários e permanentes, onde predominam os capins". Nessas áreas também são encontrados os "igapós", matas parcialmente inundadas na época da cheia (Ayres, 1996). Autores como Emilio Moran (1990) incluem nessa classificação a várzea do estuário, para referir-se às áreas de várzeas situadas no baixo rio Amazonas, mais precisamente abaixo de Santarém. Nesse ambiente, o rio tem papel importante, já que é responsável pelas alterações sazonais que se caracterizam pela subida e descida do nível das águas, fenômeno referido como inverno e verão, respectivamente. Tal variação influencia no processo de adaptação dos grupos humanos e na forma como organizam a sua subsistência.

As terras mais baixas da várzea do alto Solimões[2] são inundadas anualmente durante quatro meses. Já as áreas de terras de várzea, mais

[2] As várzeas amazônicas estão associadas aos rios de água branca que apresentam grande concentração de nutrientes dissolvidos; carregam sedimentos que fertilizam o solo, das áreas que são alagadas periodicamente, e apresentam alta fertilidade e potencial produtivo. As várzeas estão divididas em várzeas do estuário, várzeas do médio e baixo Amazonas, várzeas do alto e médio Solimões e várzeas dos pequenos rios que sofrem influência das marés. Essa divisão estabelece uma distinção das várzeas a partir do tipo de "pulso de inundação" (Junk, 1983).

elevadas, apenas são inundadas quando ocorrem as grandes cheias. Essa variação no nível da inundação permite que cada lugar do terreno da várzea seja aproveitado de forma diversificada para a realização de atividades econômicas distintas. A variação nas condições hidrológicas também influencia a ocorrência de espécies vegetais e espécies animais. As terras mais altas, por permanecerem menos tempo inundadas, são preferidas como local para moradia e para desenvolver atividades agrícolas e pecuárias.

O mapeamento da faixa de terra alagável e da amplitude da várzea, ao longo da calha dos rios, e a variabilidade anual das chuvas, que provocam inundações, são aspectos importantes para conhecer as características distintas das várzeas, posto que são determinantes na forma de ocupação humana, no desenvolvimento de atividades produtivas e de manejo de recursos naturais. Além das características do ambiente, fatores de ordem social são determinantes no processo de ocupação das várzeas e na permanência da população, como veremos mais adiante (Lima & Alencar, 2000).

As várzeas do alto Solimões apresentam terras de formação instáveis, sujeitas a modificações constantes com a ocorrência da terra caída e de formação de praias e ilhas; e terras estáveis que sofrem poucas modificações. O fenômeno da terra caída tem causado a extinção de povoados e a mobilidade de outros (Alencar, 2004), imprimindo uma dinâmica ambiental que altera a configuração da paisagem, influenciando o padrão de ocupação humana, a densidade populacional e o tipo de produção econômica. Nesse tipo de várzea a ocupação humana e as atividades econômicas são instáveis.

Na década de 1990, estudo realizado na região (Ministério da Defesa/FGV/Isae, 2001) classificou os municípios do alto Solimões em "centros regionais" e "centros locais", tendo como referência alguns indicadores geoeconômicos e sociais. Os municípios de São Paulo de Olivença, Tabatinga e Benjamin Constant foram classificados como "centros regionais"; e os municípios de Atalaia do Norte, Santo Antonio do Içá, Amaturá e Tonantins como "centros locais."

Os "centros regionais", como Tabatinga e Benjamin Constant, dispõem de alguma infra-estrutura para beneficiamento de produtos extrativos, agências de prestação de serviços bancários, comércio, repartições públicas federais e estaduais, entre outras.

Tabatinga é o pólo de referência da região do alto Solimões. Possui importância estratégica por estar localizada em área de fronteira e apresentar melhor infra-estrutura em termos de comércio, prestação de serviços e assistência médico-hospitalar. O município de Benjamin Constant é o segundo mais importante da região. Mas em passado recente Benjamin Constant era o principal pólo, dispondo de várias agências de serviços bancários, repartições públicas federais e estaduais.

Os municípios de Tabatinga e São Paulo de Olivença são os únicos que dispõem de infra-estrutura aeroportuária, com vôos regulares que permitem a comunicação rápida com a capital do estado. De modo geral o sistema de transporte coletivo é deficiente e está centrado no transporte fluvial, incapaz de atender a demanda da população. Além da infra-estrutura portuária precária, existem poucos barcos para o transporte de passageiros e de cargas entre o alto Solimões e a capital Manaus.

Os "centros locais", Amaturá e Santo Antonio do Içá, não oferecem os mesmos serviços encontrados nos "centros regionais". O comércio é mais tímido e são raras ou inexistentes as agências de prestação de serviços bancários, repartições públicas federais ou estaduais. As agências da Empresa de Correios e Telégrafos – ECT funcionam em parceria com instituições bancárias governamentais ou privadas, oferecendo serviços pelo Banco do Povo. A Caixa Econômica Federal oferece postos de serviços, que efetuam o pagamento de vários programas sociais do governo federal, como o bolsa-escola.

Nos municípios estudados a prestação de serviços sociais e de assistência à saúde é deficitária. Apenas nas sedes existem centros hospitalares, com grandes deficiências em termos de equipamentos, infra-estrutura, serviços laboratoriais e de profissionais especializados. A capital Manaus é uma referência importante para o tratamento de doenças mais graves para a população de todo o alto Solimões.

É baixa a densidade demográfica. A terra firme é a principal área de ocupação humana, enquanto as terras de várzea apresentam menor densidade populacional. Em 2000 (Tabela 1) a população do alto Solimões era de 149.326 pessoas, sendo 69.586 nas áreas urbanas e 79.740 nas áreas rurais (IBGE/ Censo, 2000). Do total da população rural, o IBGE não discrimina os moradores de várzea e de terra firme. A taxa média de crescimento anual é de 3,96%. O índice de desenvolvimento humano – IDH da região é de 0,473 (IBGE/Censo, 2000).

Uma particularidade do alto Solimões é a existência de reservas indígenas[3] que, em alguns casos, abrange entre 60% e 90% da área territorial dos municípios (Alencar, 2002). A população indígena é formada por oito etnias distribuídas em 150 aldeias e representa 22,64% da população dos sete municípios do alto Solimões (FGV/Isae, 2001). O município de Tabatinga possui a maior população indígena da região do alto Solimões, com 37 aldeias e 9.961 habitantes, vindo a seguir, São Paulo de Olivença, com 41 aldeias e 7.722 indivíduos das etnias Ticuna, Cambeba e Cocama.

A população dos quatro municípios pesquisados, Amaturá, Tabatinga, São Paulo de Olivença e Benjamin Constant, soma 92.416 moradores, sen-

[3] As reservas indígenas abrangem os municípios de Tabatinga, Amaturá, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Santo Antonio do Içá, que fazem parte da área de estudo, além dos municípios de Atalaia do Norte e Tonantins, que fazem parte da região do alto Solimões.

■ **TABELA 1** – Indicadores demográficos do alto Solimões.

INDICADORES DEMOGRÁFICOS	TABATINGA	BENJAMIN CONSTANT	SÃO PAULO DE OLIVENÇA	AMATURÁ
Área (km²)	3.239,3	8.742,6	19.922,0	4.780,1
População total (2000)* Urbana Rural	37.719 26.539 11.180	22.668 14.158 8.510	22.994 8.654 14.340	9.035 3.812 5.223
Comunidades indígenas	37	20	41	Cinco
População indígena (incluída na Pop. Total).	9.961	6.159	7.722	2.208
% sobre a Pop. Total	26,40	27,17	33,58	24,43
Etnias indígenas	Ticuna Cocama	Ticuna Cocama	Ticuna Cocama	Ticuna Cocama
IDH	0,543	0,537	0,417	0,439

Fonte: IBGE/Censo, 2000; Ministério da Defesa/FGV/Isae, 2001.

do 40.163 na área urbana e 39.253 na zona rural (IBGE, 2001). Os municípios de São Paulo de Olivença e Amaturá possuem o maior número de pessoas na área rural.

São 108 localidades de várzea[4] em São Paulo de Olivença, Tabatinga, Benjamin Constant e Amaturá (Tabela 2). Nessa contagem não foram incluídas as localidades situadas em ecossistemas intermediários entre várzea e terra firme, que somam 19 nos quatro municípios. De qualquer modo, deve ser enfatizado que o fato de uma localidade estar situada na terra firme não implica que ela não utilize os recursos da várzea. Muitas famílias que residem na terra firme, já residiram na várzea, onde continuam plantando suas roças, pescando e, às vezes, possuindo dupla residência.

Historicamente, a economia da região do alto Solimões tem sido centrada no extrativismo. Do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX predominou o extrativismo da borracha, que aos poucos foi substituído pelo extrativismo animal, pesca e caça de animais para a comercialização da pele. Até o final dos anos de 1980, a extração

[4] Segundo informações fornecidas pelas Secretarias Municipais de Saúde e Educação dos municípios. Entretanto, algumas localidades situadas em áreas de fronteiras municipais e que são atendidas pelos programas de saúde ou de educação do município, que têm a sede mais próxima, são incluídas na sua listagem de localidades. Mas essa mesma localidade aparece na listagem do município ao qual está vinculado administrativamente. Trata-se de uma prática recorrente também no médio Solimões (Lima & Alencar, 2000), onde os moradores de algumas localidades são assistidos pelas prefeituras de municípios dos quais estão fisicamente mais próximos. A tendência é que esses moradores façam a transferência do seu domicilio eleitoral, passando a ter mais assistência. Isso torna imprecisa a informação sobre o número total de localidades, por município.

■ **TABELA 2** – Número de localidades da várzea e da terra firme.

MUNICÍPIO	LOCALIDADES DA VÁRZEA	LOCALIDADES DA TERRA FIRME	LOCALIDADES DE VÁRZEA/ TERRA FIRME	TOTAL
Tabatinga	38	12	-	50
Benjamin Constant	32	18	12	62
S. Paulo de Olivença	31	25	04	60
Amaturá	07	40	03	50

madeireira era a principal atividade econômica da região, particularmente para os municípios de Benjamin Constant[5], São Paulo de Olivença, Atalaia do Norte e Santo Antônio do Içá. A madeira era extraída principalmente nas áreas de terra firme, onde estão localizadas as espécies consideradas nobres. Na várzea a extração de madeira não ocorria com a mesma intensidade porque as espécies mais recorrentes não eram valorizadas comercialmente.

Após a demarcação das reservas indígenas[6], Évare I e Vale do Javari, no final dos anos de 1980, houve redução da atividade madeireira, com a proibição do acesso aos locais onde estão situadas as espécies madeireiras mais valorizadas pelo mercado e com a definição de regras para a extração madeireira pelo governo federal, que passou a exigir um plano de manejo. Atualmente, parte da madeira que abastece o mercado regional é oriunda das áreas de várzea dos municípios de Santo Antonio do Içá, São Paulo de Olivença e Amaturá, cuja exploração nem sempre ocorre de acordo com as regras definidas pelo órgão ambiental, o Ibama. Uma parte significativa da madeira que abastece o município de Tabatinga e Benjamin Constant é proveniente do Peru.

A demarcação das reservas indígenas causou impactos na economia dos municípios e provocou a migração de uma parcela da população das áreas rurais para a área urbana, afetando a economia daquelas

[5] Em Benjamin Constant estima-se que no auge da produção extrativa, na época da safra, eram serradas 60.000 toras apenas em uma serraria. Cada serraria empregava uma média de 300 pessoas envolvidas na atividade extrativa. Em Benjamin Constant havia oito madeireiras que empregavam 2.000 pessoas. Cerca de 200 madeireiros extraíam madeira na região do Vale do Javari, município de Atalaia do Norte, e enviavam a madeira para ser beneficiada em serrarias de Benjamin Constant e Tabatinga. Atualmente apenas uma serraria funciona em Benjamin Constant, de forma precária, porque não há matéria-prima.

[6] Em 1982 foi identificada a área da aldeia indígena Lauro Sodré. Naquele mesmo ano também foi identificada a aldeia indígena Ticuna, Porto Espiritual. No ano de 1986, foram delimitadas a aldeia Bom Intento, etnia Ticuna, a aldeia São Leopoldo, também Ticuna, e a aldeia indígena Santo Antônio, Ticuna. Em 1985, foi delimitada a reserva do Vale do Javari, que abrange os municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Estirão do Equador, Jutaí e São Paulo de Olivença (Cedi/Peti, 1990).

famílias que exploravam recursos naturais em áreas que hoje estão dentro das terras indígenas[7]. O município de Tabatinga, embora não tivesse sua economia centrada na extração madeireira, pois funcionava como centro de beneficiamento, foi afetado porque a cidade de Tabatinga recebeu várias famílias que residiam na várzea e na terra firme. Essas famílias foram alojadas em assentamento criado pelo Incra, localizado na terra firme, em área hoje conhecida como Incra. Entretanto, várias famílias, principalmente aquelas oriundas da várzea, não se adaptaram e abandonaram seus lotes, migrando para a área urbana ou para outras cidades, como Manaus. As que ficaram na cidade de Tabatinga passaram a obter sua subsistência com a renda gerada com a prestação de serviços ou por ajuda governamental, o que gerou problemas para a administração municipal, já que o município de Tabatinga possui uma das menores rendas da região.

As mudanças que ocorreram na forma de uso dos recursos naturais, após a demarcação das reservas, e a falta de alternativas de produção para aqueles que dependiam da extração madeireira, levou a um processo de crescimento das áreas urbanas e problemas sociais sérios, como a criminalidade e o envolvimento dos mais jovens, com o narcotráfico. O aumento da população urbana implicou no aumento da demanda por produtos cultivados pelos moradores da área rural, situados na várzea e na terra firme. Nesse sentido, a produção agrícola que abastece as sedes municipais provém da área rural, existindo pouca variabilidade dos produtos de um município, para outro. As famílias que trabalham na terra firme são as principais responsáveis pelo abastecimento das cidades, produzindo farinha, banana, abacaxi etc. Já os produtos de ciclo curto como milho, feijão, melancia, abóbora e hortaliças (tomate, pepino, pimentão, maxixe etc.) são cultivados principalmente na várzea. Apesar da importância que a produção agrícola tem para a região e da várzea ser propícia ao desenvolvimento da agricultura, particularmente de culturas de ciclo curto, a falta de linhas de crédito – infraestrutura, meios de transporte e comercialização, locais adequados para estocagem e armazenamento da produção – leva a população a buscar no extrativismo o principal meio de subsistência.

O desafio que se coloca aos governos municipais do alto Solimões é saber a utilização da área territorial que está fora das reservas indígenas, para planejar a exploração dos recursos naturais existentes e garantir um

[7] No município de Benjamin Constant calcula-se que, após a demarcação das terras indígenas, o nível de produtividade caiu 70% porque grande parte da produção agrícola que abastecia o município vinha das famílias que foram desalojadas das comunidades que estavam situadas em localidades que ficaram dentro das terras indígenas. As comunidades indígenas que permaneceram nas reservas não produzem o suficiente para abastecer os mercados locais. Parte das famílias que foram desalojadas das terras, cerca de 42, foram alojadas no assentamento do Incra, de nome Cajari, em área de terra firme. Essas famílias viveram o mesmo problema daquelas que foram para o município de Tabatinga, ou seja, dificuldades de adaptação a um outro ambiente.

modo de vida da população rural, em bases sustentáveis. Entretanto, poucas são as ações concretas voltadas para a proposição de políticas públicas que contemplem a redução da pobreza, com a promoção da conservação e manejo dos recursos naturais.

A principal atividade econômica da região é a pesca, realizada no rio Solimões, para a captura de bagres. A produção é vendida para os grandes comerciantes de peixe e se destina à exportação[8]. Já a pesca de outras espécies menos valorizadas, "peixe miúdo", tem sua produção voltada para abastecer a demanda de consumo dos mercados locais, sendo vendida nos mercados e feiras abertas, geralmente localizadas nos portos. Segundo estimativas dos que atuam no setor da pesca são os pescadores da várzea, juntamente com pescadores que moram na área urbana, os principais responsáveis pela produção. A avaliação das autoridades locais e de representantes de entidades ligadas aos pescadores e empresários de pesca, é que a falta de controle sobre a exportação da produção ou de impostos que sejam revertidos em beneficio dos municípios, pode resultar em sérios problemas ambientais e sociais, com a redução dos estoques pesqueiros.

No alto Solimões, ao contrário das regiões do médio e baixo Amazonas (Franco, 2004, O'Dwyer, 2004 e Silva, 2004), a pecuária tem pouca expressão. Das onze localidades estudadas, apenas em duas (Tauaru e Campo Novo), encontramos criação de gado, cujo rebanho não ultrapassa 50 cabeças. O rebanho bovino do alto Solimões não alcança 10.000 cabeças[9]. No município de Benjamin Constant, até a década de 1980, o rebanho era de 7.000 cabeças de gado vacum. Hoje o rebanho é de 1.800 cabeças, pois as áreas de criação foram reduzidas significativamente[10]. Os principais criadores de gado eram os madeireiros, mas com a queda na produção da madeira o gado foi vendido para saldar as dívidas contraídas nos bancos[11], entre os anos de 1980 e 1990. No município de São Paulo de Olivença o rebanho está estimado em 800 cabeças de gado, pertencente a poucos pecuaristas. Já no município de Amaturá não obtivemos informações sobre o rebanho bovino. Como conseqüência desse quadro, a região do alto Solimões não é capaz de atender a demanda de consumo de carne da população. A carne consumida é importada de outras regiões do estado, principalmente do médio Amazonas, de Parintins. A criação de suínos e ovinos

[8] Segundo autoridades locais, cerca de 90% da produção é exportada para a Colômbia, pela cidade de Letícia, sem qualquer controle por parte dos órgãos competentes. Estima-se que no período da safra do peixe-liso (de agosto a novembro) saem cerca de 44 toneladas semanais da cidade de Letícia para a cidade de Bogotá, em aviões cargueiros (Alencar, 2002b).

[9] Segundo informações de técnicos do Idam, órgão responsável pelo controle sanitário do rebanho bovino na região do alto Solimões.

[10] Hoje calcula-se que existam 3.000 ha de pastos abandonados, pois muitos criadores faliram com as dívidas que possuíam junto aos bancos credores, como o Basa e o Banco do Brasil.

[11] No auge da produção extrativa madeireira, Benjamin Constant possuiu quatro agências bancárias. Hoje existe apenas uma agência do Bradesco.

está voltada para atender as demandas de consumo das comunidades e eventual comercialização.

Os municípios estudados: contrastes e padrões regionais

Os municípios de Tabatinga, Amaturá, São Paulo de Olivença e Benjamin Constant apresentam quadros diferenciados em termos de políticas publicas, particularmente na área da saúde e da educação. Entretanto, é possível identificar deficiências comuns no que se refere aos investimentos em infra-estrutura e saneamento básico para as localidades da várzea, e às políticas para o setor produtivo.

Nas páginas seguintes abordaremos temas relacionados à identificação de padrões e indicadores regionais que sirvam de parâmetros para a realização de uma análise comparativa com outras regiões da várzea amazônica. Para efeito de construção da análise, utilizaremos os municípios de Tabatinga e de Amaturá, como referência, por entendermos que os dois apresentam realidades significativamente contrastes.

O município de Amaturá

Amaturá é um dos menores municípios da região do alto Solimões, em termos populacionais, com 9.035 habitantes, sendo 3.818 na área urbana e 5.223 habitantes na área rural. Apenas 200 pessoas moram em comunidades de várzea.

A área territorial do município é de 4.780,1 km², sendo 70% ocupada pela terra indígena Wui-Wata-In. A população indígena do município é de 2.208 pessoas, das etnias Ticuna e Cocama, distribuídas em localidades da várzea e da terra firme. Ou seja, quase metade da população rural é indígena. O Índice de Desenvolvimento Humano é um dos mais baixos[12] da região – 0,439 –, que pode ser medido pela deficiência nos serviços sociais básicos de assistência à saúde e à educação.

O número de localidades na área rural é de 50 e destas 40 localidades estão na terra firme, três em ambiente de várzea, que se comunica com a terra firme, e sete localidades em ambiente totalmente de várzea. Com relação ao número de moradores, apenas uma localidade possui mais de dez casas – Maraitá –, e uma população superior a 60 pessoas. O tamanho médio das localidades pesquisadas – Caturiá I, Palmeira do Norte, Taboca e Floresta (renomeada como Nova Esperança) é de cinco casas e 21 moradores.

[12] Para o alto Solimões, São Paulo de Olivença apresenta o pior IDH – 0,417; enquanto Tabatinga apresenta o maior índice – 0,543 (IBGE/Censo, 2000).

O número reduzido de localidades na várzea é resultado tanto das condições ambientais quanto de políticas sociais implementadas pela prefeitura, nos anos 1980, em parceria com a Igreja Católica. Moradores de localidades da várzea foram estimulados a migrar para localidades da terra firme, principalmente aquelas famílias que residiam em terrenos de várzea sujeitos a freqüentes inundações ou ao fenômeno da terra caída. Com a transferência das famílias para a terra firme, esperava-se resolver os problemas causados pelas cheias, tais como as perdas da produção e os deslocamentos das casas provocados pela terra caída. O resultado foi a extinção de algumas localidades, como as situadas na ilha Alemanha e no Paraná do Caturiá[13]. Algumas comunidades situadas em terrenos de terra firme, onde hoje é a terra indígena Wui-Wata-In, tanto dentro de igarapés quanto nas margens do rio Solimões, foram formadas por famílias que originariamente residiam na várzea. Apesar de mudar de ambiente, os moradores dessas localidades continuaram trabalhando na várzea, plantando roças, extraindo madeira ou pescando nos lagos.

Em Amaturá, a prestação de serviços sociais básicos para as localidades da várzea, particularmente no que se refere à educação, são precários. Apenas duas, das sete localidades existentes na várzea, possuem escola. Uma delas é na aldeia indígena, e os moradores recebem atenção diferenciada que não está diretamente sob a responsabilidade da administração municipal. Como ocorre em outros municípios pesquisados, o governo municipal alega que os custos para manter uma escola são altos. Para reduzir as despesas estipularam que para construir escola e contratar professor é necessário ter no mínimo 20 alunos, em turmas multisseriadas. Os moradores das comunidades que não atendem a exigência enviam os filhos para estudar na escola de uma comunidade vizinha ou para estudar na área urbana. Como resultando, tem crescido a cada ano o número de famílias de localidades da várzea, que estão migrando para a área urbana em busca de educação formal para os filhos. Algumas delas foram estimuladas pelo governo municipal, que fez a doação de lotes de terra na área urbana, para que as famílias construam suas casas.

Município de Tabatinga

Embora possua a menor área territorial, 3.239,3 km², Tabatinga tem a maior população do alto Solimões, com 37.719 pessoas (IBGE/Censo, 2000), sendo 26.539 na área urbana e 11.180 na área rural. Por esse motivo apresenta a maior densidade demográfica, com 11,64 habitantes/km². O muni-

[13] O fenômeno da terra caída está presente em quase todas as localidades da várzea de Amaturá. Como conseqüência da dinâmica ambiental, as famílias freqüentemente fazem o deslocamento das casas. O fenômeno levou à extinção de algumas localidades e ao desaparecimento de ilhas inteiras, como a ilha da Alemanha, que estava localizada quase em frente à cidade de Amaturá.

cípio é formado por 50 comunidades rurais, sendo 38 situadas em ambiente totalmente de várzea e 12 na terra firme. No município foram pesquisadas duas localidades: Teresina IV e Tauaru.

O município está localizado em área de fronteira, sendo considerado Área de Livre Comércio –ALC. Uma parte significativa do território do município é controlada pelo governo federal, por meio da Funai, Ministério do Exército e Incra. A terra indígena Évare I ocupa 90% do território do município, e abriga uma população de 9. 961 pessoas pertencentes às etnias Cocama e Ticuna (FGV/ Isae, 2001). Outra parte do território pertence ao Ministério do Exército e ao Incra. Com isso a expansão da área urbana encontra limites nesses territórios controlados pelo governo federal.

A cidade de Tabatinga é o centro de referência administrativa e de prestação de serviços essenciais para a população dos vários municípios que formam a região do alto Solimões. Nela estão concentradas as administrações regionais de vários órgãos estaduais e federais que atuam na área de saúde, meio ambiente, segurança e educação. Tudo isso contribui para que o município seja um foco do processo migratório, atraindo pessoas da zona rural de municípios vizinhos. O crescimento da população urbana, que ocorreu a partir da criação do município, no início da década de 1980, e coincidiu com as cheias rigorosas e com a demarcação das terras indígenas, resultou em sérios problemas para as administrações municipais, que não dispõem de recursos para atender a demanda da população (Alencar, 2002b), na forma de empregos e prestação de serviços sociais básicos.

Tabatinga também se destaca como um município consumidor de produtos agrícolas e industrializados. Como a área disponível para as atividades agrícolas e pecuárias corresponde apenas a 0,2% da área territorial

■ **FIGURA 2** – Comercialização de produtos no porto de Tabatinga.

do município, a produção agrícola é insuficiente para atender a demanda de consumo da população urbana. O abastecimento do mercado local, com gêneros alimentícios industrializados, é feito por outras regiões do país e pelos países vizinhos, Peru e Colômbia. O abastecimento de produtos agrícolas e extrativos é feito por outras regiões do estado ou por municípios vizinhos, como Benjamin Constant, e também por pequenos produtores peruanos, que diariamente atravessam o rio Solimões para vender seus produtos em feiras abertas, situadas próximas ao porto de Tabatinga, e no mercado local conhecido como Feira do Bagaço.

A saída de famílias da área rural para a área urbana pode reduzir ainda mais a oferta regional de produtos agrícolas e aumentar, em contrapartida, o consumo urbano. Uma estratégia adotada pelo governo municipal é desenvolver políticas para estimular a permanência da população rural nas localidades de origem e, assim, diminuir a pressão sobre os serviços públicos nas sedes, além de garantir o abastecimento do mercado com peixe e produtos agrícolas. Para viabilizar essa política, a administração municipal tem buscado parcerias com o governo do estado para implementar ações voltadas para a melhoria nos serviços sociais na área de atendimento à saúde e à educação, assim como para o estimulo à produção agrícola, por meio do financiamento para a compra de sementes e implementos. Entretanto, para os moradores das localidades de várzea, ainda existe muita deficiência, principalmente no que se refere ao financiamento da produção agrícola, pois são poucas as famílias beneficiadas.

No setor da educação o município tem despontado como referência pelo fato de abrigar unidades das principais instituições de ensino superior do estado, como a Universidade do Estado do Amazonas – UEA, que oferece cursos de graduação em várias áreas do conhecimento, nas modalidades de licenciatura e bacharelado. Por meio de parcerias com a UEA, a prefeitura local está viabilizando a realização de cursos de formação de professores do ensino fundamental e médio, nos quais os professores de localidades da área rural podem obter sua formação em cursos de nível superior.

A administração municipal também está investindo na criação de pólos para o atendimento à saúde e à educação, em algumas comunidades rurais, como forma de descentralizar as demandas da população rural sobre os serviços prestados na área urbana, para esses setores. A política de criação dos pólos estimula a permanência da população na área rural, o que pode ser constatado pelo número de moradores existentes nas localidades onde eles existem. Tabatinga é o município que apresenta o maior número de comunidades de várzea com mais de 100 habitantes.

Os investimentos da infra-estrutura das unidades escolares dos pólos de educação e da qualificação dos professores para lecionar cursos até a 8ª série resultaram na descentralização da demanda por educação formal, que estava direcionada para a cidade. Essa política foi viabilizada após o processo de municipalização da educação, que permitiu ampliar o número de salas de aulas e contratar novos professores. É também um reflexo da orga-

nização da população rural, que tem exigido dos governos municipais a construção de escolas nas comunidades rurais.

A adoção da política dos pólos de educação tem permitido a formação escolar de adolescentes nas comunidades, prevenindo sua migração, juntamente com a família, para as áreas urbanas, além de ampliar as vagas para professores na área rural, aumentando a oferta de emprego. Outras opções de trabalho são motoristas de barcos e serventes das escolas. Os cargos de professor são ocupados tanto por pessoas da área rural quanto da área urbana, enquanto os cargos de serventes são ocupados apenas por pessoas da localidade. Entretanto, essa política tem levado a uma ausência ou a um compromisso menor do poder público municipal, para com as localidades menores, que passam a depender da assistência das localidades maiores, onde estão situados os pólos. A tendência é as comunidades-pólo serem mais beneficiadas do que as menores.

As mudanças nas políticas de educação e saúde já mostram reflexos na dinâmica populacional. Uma possível redução da migração da área rural, para a área urbana, é observada nas famílias que estão cada vez mais conscientes de que mudar para a cidade, com a intenção de educar os filhos, gera novos problemas associados à falta de emprego e de alternativas de renda. Nessas condições, grande número de pessoas na faixa dos 20-39 anos, associadas com o tráfico de entorpecentes e com a prostituição, é interpretado como conseqüência da ausência de opções de renda.

No alto Solimões o pólo de referência no atendimento à saúde é Tabatinga, porque possui um hospital do Exército instalado na cidade, o Hospital da Guarnição. A procura pelos serviços de saúde, por pessoas dos vários municípios da região, resulta numa demanda muito grande para a qual a administração municipal não dispõe de infra-estrutura capaz de atender. Os programas de assistência à saúde do município também são ainda insuficientes para atender à demanda da população regional.

Para a população indígena, existem programas específicos de assistência à saúde, a cargo da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, que, em parceria com a Organização de Saúde do Povo Ticuna-Alto Solimões – OSPTAS –, são responsáveis pelo Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Solimões – DSEI-AS. Essas organizações prestam assistência à saúde das populações indígenas, pagam o salário dos agentes de saúde e promovem cursos de formação. Os principais pólos de atendimento são o de Belém do Solimões, na área indígena Évare I, e em Santa Rita do Weill.

O tratamento diferenciado para a população indígena é alvo de críticas por parte dos não-índios, que se sentem menos valorizados por não serem beneficiados pelos mesmos programas de saúde destinados às populações indígenas. Eles acham que esses serviços deveriam ser estendidos a todos, afinal, trata-se de direitos sociais básicos, que devem ser garantidos a todos os cidadãos. A política diferenciada para as populações indígenas tem resultado em novos processos de afirmação de identidades étnicas, por parte de segmentos da população, que no início do processo de

demarcação das terras indígenas haviam optado por não assumir uma identidade étnica, mas agora esperam um tratamento diferenciado, pois, afinal, "índio tem mais valor do que civilizado...".

O meio urbano, as sedes e sua relação com o espaço rural

Os povoados da área rural, tanto os localizados em regiões de várzea quanto os de terra firme, são chamados de comunidades. O termo é usado nos povoados onde os moradores estão organizados politicamente, com cargo de representação, como ocorre em outras regiões da várzea do rio Solimões (Lima, 2000). Os centros administrativos são chamados de "sede", uma referência ao espaço onde são centralizadas as ações dos governos municipais, percebidos como tendo tratamento diferenciado em relação ao que é dispensado aos moradores das áreas rurais, situados na periferia das "sedes".

As políticas dos governos municipais para as comunidades rurais, ou a falta delas, expressam claramente a maneira como são tratadas as comunidades da várzea. Percebe-se uma clara diferenciação no tratamento dispensado às comunidades da várzea e às de terra firme. As políticas de crédito são um exemplo, cujo investimento está direcionado para as localidades da terra firme, já que envolve menor risco, aos moradores da várzea. Essa é uma realidade presente em outras regiões da várzea amazônica (Chibnik, 1994) com os investimentos sendo direcionados às comunidades da terra firme. A pesquisa realizada no alto Solimões mostrou que as políticas de crédito para os moradores da várzea, quando existem, são voltadas para a produção agrícola, para o financiamento de sementes. Nos contratos não são incorporados os riscos de perdas materiais da produção, causados por fatores ambientais como as alagações. No momento de negociar as dívidas, as perdas materiais sofridas pelos moradores que fizeram empréstimos não são consideradas.

Os investimentos na melhoria dos serviços sociais na área de saúde e educação, assim como na infra-estrutura comunitária, tais como saneamento, água tratada, tratamento de lixo, pavimentação, entre outros, são direcionados para a área urbana, enquanto as localidades da área rural somente conseguem energia elétrica quando o número de moradores é significativo, no sentido de ter força política para pressionar as administrações.

Os moradores da várzea nem sempre têm suas reivindicações atendidas ou suas necessidades reconhecidas, pois optaram por morar em um ambiente considerado como inadequado para se viver, em face das freqüentes perdas materiais causadas por fatores ambientais. As administrações municipais não investem na melhoria das condições de vida desses moradores por entenderem que existem lugares melhores para morar e trabalhar, como a terra firme. Nesse sentido, as políticas de estímulo à migração para a área urbana ou para a terra firme, adotadas por algumas administrações municipais, baseiam-se em um tratamento diferenciado que é

dispensado aos moradores da várzea. Deliberadamente deixa-se de investir nas localidades para forçar a saída dos moradores. Tal descaso também expressa a falta de valorização desse modo de vida, já que o morador da várzea é visto quase sempre como alguém a ser transformado.

A falta de políticas voltadas para assistir os moradores da várzea, em casos de perdas materiais, evidencia essa desvalorização do morador da várzea e a maneira como o poder público lida com os problemas causados por fenômenos naturais, apontando para uma naturalização dos problemas que eles vivenciam quase todos os anos. As alagações periódicas provocam prejuízos aos moradores da várzea quando eles perdem sua produção, seus animais, e até mesmo suas casas. A falta de um fundo de emergência para apoiar as famílias leva a sua migração para a cidade, na expectativa de serem assistidas. Nos anos de 1980 e início de 1990, houve grandes alagações que expulsaram muitas famílias da várzea, em direção à área urbana, nos vários municípios situados na calha do Solimões.

A procura das "sedes" como local de moradia, pela população rural, resulta da oferta de serviços sociais, de alguma infra-estrutura. É uma forma de acesso a certos confortos materiais que não são encontrados na várzea. No entanto, desfrutar desses serviços e confortos somente é possível para aqueles que têm algum tipo de renda, como assalariados e aposentados. Mas eles representam a minoria dos moradores da cidade. Para uma parcela significativa dos que migram para a área urbana, a principal fonte de renda continua sendo a várzea, com o cultivo de roças ou a exploração de recursos naturais, pesca e madeira. Em todos os municípios a pesquisa constatou um número significativo de famílias que reside nas áreas urbanas, mas trabalha na várzea cultivando roças de mandioca, plantando banana e melancia, ou realizando alguma atividade extrativa, como a pesca[14]. Essas famílias tendem a realizar uma migração sazonal entre os dois espaços, a área urbana e a rural, como uma estratégia para superar as limitações presentes em cada um: de um lado a falta de emprego na cidade e, do outro, a falta de serviços sociais básicos, a falta de "conforto", a falta de "ajuda" na comunidade (Alencar, 2002). O estudo mostrou também que a falta de oportunidade de trabalho e de formas de geração de renda tem forçado algumas famílias a retornarem para a área rural, onde podem cultivar roças e explorar recursos naturais.

Outro reflexo da relação existente entre as localidades com as "sedes" é a mudança que está ocorrendo com a introdução de novos valores por parte dos que retornam da cidade para a área rural. Algumas localidades situadas próximas das áreas urbanas são palco de problemas sociais sérios, resultantes das mudanças nos valores culturais, principalmente dos mais jovens, que tendem a adotar modos de vida e alternativas existenciais que causam conflitos internos nos grupos. Os problemas maiores estão associados ao consu-

[14] Informações de representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Amaturá e São Paulo de Olivença, e de presidentes de Colônias de Pescadores.

mo de bebidas alcoólicas, de entorpecentes, à prostituição infantil, à proliferação de DST, entre outros. As aldeias indígenas têm vivenciado de modo mais crítico esses problemas, sendo freqüente a ocorrência de suicídio entre jovens, o consumo de entorpecentes e a violência doméstica[15].

Apresentamos algumas características do meio rural, enfatizando as diferenças entre várzea e terra firme e alguns aspectos relacionados com a produção econômica, sazonalidade do ambiente e organização social das localidades da várzea.

A várzea como espaço rural diferenciado e sua relação com a terra firme

As áreas rurais de ocupação humana na região do alto Solimões são classificadas de acordo com o ambiente geográfico e com a localização em relação aos cursos hidrográficos. Os dois tipos de ambientes predominantes no meio rural são a várzea, numa referência às áreas que sofrem alagações periódicas das águas dos rios, e a terra firme. Para cada um deles compreende ecossistemas distintos, com cobertura vegetal e composição do solo também diferenciada. As práticas sociais também são diversificadas no que se refere à relação com o ambiente, à exploração dos recursos naturais, ao cultivo agrícola e tipos de culturas realizadas ou à prática da pecuária. Essa diferença se expressa, ainda, no modo de vida da população que reside nesses ambientes e, principalmente, nas políticas dos governos municipais.

Tomando como critério a topografia do ambiente, Castro (2002) classifica as comunidades de várzea em três tipos: comunidades insulares – localizadas em ilhas de várzea, sem acesso às áreas de terra firme; comunidades de margem – localizadas entre os solos de várzea e de terra firme; e comunidades de terra firme, localizadas em áreas mais altas, mas próximas às áreas de várzea. Para cada tipo de ambiente existem estratégias econômicas diferenciadas e capacidades distintas de acesso aos recursos naturais. Conscientes dessas diferenças e dos aspectos positivos que cada um desses ambientes apresenta, muitos produtores[16] que residem na terra firme, situada às margens dos rios, tendem a explorar os dois ambientes, realizando o cultivo de culturas de ciclo curto, na várzea, e culturas perenes e de ciclo longo na terra firme. As atividades produtivas na terra firme também são diversificadas, existindo mais facilidade de criar gado, de explorar certos recursos naturais, como a madeira, de fazer a coleta de frutos, como a castanha, e o cultivo da pupunha etc. As famílias que residem em áreas de

[15] Informações obtidas com agentes de saúde dos municípios de Amaturá e São Paulo de Olivença, que trabalham em aldeias indígenas.

[16] Na região o termo "produtor" é usado para referir aos que trabalham na agricultura, seja da várzea, seja da terra firme.

várzea que tem continuidade com a terra firme, também podem explorar os dois ambientes. Elas plantam culturas perenes na terra firme, deixando as culturas de ciclo curto para as áreas de várzea.

No alto Solimões, à semelhança de outras áreas da várzea amazônica, a construção social da várzea é feita em contraste com a da terra firme (Lima-Ayres, 1992; Alencar, 2002a). De acordo com a classificação local, várzea é aquela porção de terra que "alaga todo ano", e a terra firme é definida por sua localização em áreas não alagáveis, nas margens dos rios e igarapés, ou distante delas. Para cada um desses ambientes correspondem identidades distintas (Lima-Ayres, 1992; Alencar, 2002a). Os que vivem na várzea são conhecidos por varjeiros e estão incluídos também na categoria ribeirinho, que abrange os moradores das margens tanto da várzea quanto da terra firme. Aqueles que residem nas áreas distantes das margens dos rios principais, e que têm na agricultura da terra firme a principal fonte de subsistência, são chamados moradores da terra firme. Trata-se de uma classificação que associa a identidade social ao ambiente, além de remeter a um modo de vida que é particular a cada um dos habitats. Ou seja, há um processo de construção cultural do espaço e o desenvolvimento de um modo de vida que é expresso em características culturais específicas, nas visões de mundo e concepções cosmológicas (Alencar, 2002a).

A várzea é definida a partir de duas características opostas. De um lado, são enfatizados os aspectos negativos, como as freqüentes alagações que contribuem para que o morador da várzea se autodefina como alguém que "está sempre começando" (Lima & Alencar, 2001; Alencar, 2002a). O recomeçar que caracteriza a vida do morador da várzea é o resultado da ação do ambiente, das grandes cheias que destroem as plantações e impedem uma continuidade do trabalho investido. As variações sazonais imprimem um ritmo de vida que tem reflexo nas atividades produtivas, na renda familiar, na dieta alimentar e na dinâmica de migração da população. Nesse sentido, o modo de vida na várzea apresenta algumas especificidades que estão associadas às características do ambiente, pontuadas pelo pulso de inundação. Junto com o movimento das águas também há o movimento de espécies vegetais, de animais e da população. Nas suas falas os moradores deixaram transparecer um modo de vida na várzea que é traduzido em movimento.

A várzea também é referida como um ambiente de fartura, detentora de um solo fértil que permite grande produtividade em um curto espaço de tempo. Assim, enquanto na terra firme os ciclos agrícolas são longos, na várzea são curtos, de seis a sete meses. Por isso a várzea é considerada um ambiente importante para a economia dos municípios, sendo responsável pelo abastecimento da população urbana com gêneros alimentícios como a farinha, a banana, o peixe, o milho, o feijão, o arroz, jerimum, verduras e legumes. Segundo estimativas da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Benjamin Constant, as famílias que moram ou trabalham na várzea produzem entre 60% e 70% dos produtos que seriam necessários para abastecer o mercado local com produtos agrícolas.

A várzea é anualmente fertilizada pelos sedimentos carreados pelos rios, o que propicia o uso da mesma terra por até três anos, podendo haver, nas restingas mais altas, o repouso por vários anos, para formar as capoeiras e permitir a regeneração da terra. Uma família geralmente tem mais de uma capoeira, o que lhe permite cultivar roças em duas ou três áreas distintas, durantes vários anos, sem precisar derrubar grandes porções da floresta. Já, na terra firme, o solo pobre exige um rodízio mais curto de uso de capoeiras para o cultivo das roças.

Ao contrário da várzea, a terra firme é referida a partir do solo de baixa produtividade, que não favorece o crescimento das plantas, ou pela dificuldade de acesso às roças, que demoram mais tempo para serem colhidas. A mandioca somente está pronta para ser colhida após nove meses. O cultivo de roças na terra firme é considerado mais difícil e mais dispendioso devido à falta de estradas e de meios de transportar a produção para os mercados das "sedes". Os gastos com a produção tornam pouco rentável o trabalho agrícola. Apesar das dificuldades, a terra firme apresenta uma vantagem: a garantia de que a produção não vai ser destruída pelas águas. Ou seja, as plantas cultivadas podem ter seu ciclo de crescimento plenamente realizado.

Em resumo, os moradores da várzea reconhecem que o ambiente é viável para morar, é mais produtivo e o trabalho na roça tem mais retorno do que o trabalho na terra firme. Embora apontem as vantagens, também reconhecem as desvantagens de morar na várzea, onde a vida pode ser difícil porque o trabalho é árduo e os custos e riscos são muitos. Em situações críticas, como as grandes alagações, as perdas materiais são enormes, e há muito sofrimento e necessidade (como se referem à privação de certos alimentos). Além disso, não basta ter uma boa produção se não tiver um ganho. Ou seja, a produtividade da várzea não é uma garantia de renda. Por esse motivo, a venda de produtos da roça nem sempre é uma alternativa viável, seja pelas dificuldades de processamento do produto, como pelo gasto de tempo excessivo em função da tecnologia utilizada, ou ainda, pelas dificuldades de comercialização. Portanto, ter o produto não é uma garantia de ter onde e para quem vender. Os moradores apontaram a falta de tecnologia e de políticas de apoio ao pequeno produtor, como os principais responsáveis pelas dificuldades na produção. Como conseqüência, eles tornam-se dependentes dos regatões, que compram sua produção diretamente nas localidades ou nas feiras das áreas urbanas, estipulando um preço sempre abaixo do valor do produto. Ou seja, não têm condições de competir e acesso limitado ao mercado.

Ciclo produtivo e estratégias de convivência com a sazonalidade da várzea

A pesquisa realizada com 33 grupos domésticos de 11 comunidades da várzea dos municípios de São Paulo de Olivença, Tabatinga, Amaturá e

Benjamin Constant, identificou a atividade pesqueira como a principal fonte de renda. A produtividade da pesca está vinculada às variações do ambiente, havendo momentos de maior e de menor produtividade. Essa variação reflete-se no tipo de renda, no padrão de consumo doméstico, nas condições de moradia e na capacidade de acumulação de bens materiais de valor, enfim, na qualidade de vida da população.

No alto Solimões, as águas começam a subir em novembro, no final do verão. É o momento de redução da pesca do peixe liso[17] realizada no rio Solimões e nos lagos. Com o aumento do volume de água as pescarias se tornam menos produtivas porque o peixe fica disperso. No auge do inverno, que acontece entre os meses de março, abril e maio, a pesca é quase que totalmente voltada para o consumo, e os ingressos monetários provenientes da venda do peixe diminuem, piorando a situação financeira dos moradores da várzea. Alguns pescadores que têm na pesca sua principal fonte de renda e não cultivam roças, tentam manter certa produtividade, deslocando-se para áreas distantes de suas casas em busca do peixe liso. Mas essa estratégia de produção resulta num aumento dos gastos com a produção. Muitas vezes a quantidade de peixe capturada não compensa os gastos com a produção.[18]

Na época do verão, entre os meses de junho e novembro, ocorre a safra do peixe liso, momento que a pesca no rio Solimões torna-se mais produtiva. A pesca também é feita nos lagos, que são menos numerosos no alto Solimões, se comparados com os cursos mais baixos da calha. Nos lagos há uma variação das espécies capturadas, com destaque para o tucunaré. Nas várias praias que se formam ao longo das margens do rio ocorre a desova de quelônios, que são facilmente capturados, e de pássaros como as gaivotas, cujos ovos são muito apreciados pela população regional. As famílias costumam acampar nas praias para fazer a captura de quelônios, destinados tanto ao autoconsumo quanto à venda para mercados urbanos.

Quanto às atividades agrícolas desenvolvidas no inicio do verão, a partir de maio, são abertas novas roças, geralmente em áreas de capoeiras, para os novos plantios. Em junho tem início o preparo da terra para o plantio de roças de mandioca e macaxeira, e também para o cultivo de culturas de crescimento rápido como a melancia, o milho e o feijão. No começo do inverno as atividades estão voltadas para a colheita das roças de mandioca, para a fabricação da farinha destinada principalmente ao autoconsumo, e ao replantio.

> "O bom da várzea é a alimentação, como o peixe. Seja no inverno ou no verão, vai na frente da comunidade, tem peixe; vai atrás, tem peixe". (Vanderlei, comunidade Tauaru).

[17] Entre as espécies mais capturadas estão a dourada, a piraíba, a pirarara e o surubim.

[18] Os dados de campo mostram que nesse período os pescadores tendem a investir mais tempo e dinheiro com a pesca e a ter menos retorno, enquanto no verão ocorre o contrário: menos gasto, menos tempo de trabalho e maior produtividade.

Na várzea as práticas econômicas são desenvolvidas observando os ciclos da água. Para superar as limitações do ambiente os moradores recorrem a certas estratégias produtivas, diversificando as culturas e os locais de cultivo. Nas roças são plantadas culturas cujo ciclo curto não exceda o tempo de sete meses, como a mandioca e a banana. Já os produtos de ciclo curto, como o feijão, podem ser cultivados nas áreas mais baixas, como as praias, tão logo a água desça.

Outras estratégias que permitem uma convivência com as alagações são a construção de casas nas restingas mais altas e a mobilidade permanente junto com o ambiente, quando ele apresenta certos fenômenos como a terra caída ou a formação de praias e ilhas, que isolam o povoado, do rio principal.

> "A primeira coisa de viver na várzea é que todo ano a gente se muda, nós não temos uma coisa assim aprumada. Todo o ano a gente planta e a água vem e mata. Então a gente não pode ter uma coisa certa, sabe? E pra gente se mudar pra terra firme é longe" (Vanderlei, comunidade Tauaru).

> "A várzea é aventura. O cabra planta o bananal, quando o cacho tá crescendo vem a água e acaba. Mas se fosse coisa de agüentar o tempo todo, a produção dava muito porque é rápido que dá. Tem terra firme aqui que não acaba. Só falta quem plante porque falta meio de vida para vender a produção" (Raimundo Braga, Amaturá).

No século XVI, a natureza instável do ambiente da várzea chamou a atenção de missionários e viajantes que relataram as dificuldades enfrentadas pelos índios que habitavam a várzea do alto Amazonas (Solimões) com as enchentes, destacando as constantes perdas que sofriam. Também expressaram a dificuldade de entender por que os índios insistiam em residir na várzea, ao invés de mudar para a terra firme. Ao mesmo tempo, apontam algumas estratégias utilizadas para superar as limitações do ambiente:

> "As sementeiras e *chacras*[19] de mandioca e banana com que se sustentam, e as casas e ranchos em que vivem estão geralmente situadas nas ilhas, praias e margens do rio, todas terras baixas e alagadiças; e embora a experiência lhes ensine continuamente que nas enchentes do grande rio ficam sem roças e não poucas vezes sem casa onde morar, nem por isso decidem a viver e fazer suas sementeiras dentro da mata, em terra alta afas-

[19] Chacras são "campos agrícolas preparados pelo sistema das queimadas" (Lathrap, 1970 apud Gow, 2003).

> tada do rio, dizendo que a morada dos seus antepassados foi sempre o rio grande, sendo a mata lugar próprio de Aucas e Tapuias" (Fritz, Samuel, 1967 *apud* Porro, 1996, p.42).

A criação de animais como galinhas e porcos, que serve como uma poupança, também é afetada pela sazonalidade. Parte da criação pode ser perdida numa cheia mais rigorosa. É comum que, ao final do inverno, as criações estejam reduzidas a menos da metade. Como não é possível prever o volume de água das alagações anuais, a prudência e a experiência indicam que é melhor ter poucos animais. A venda deles nos momentos em que a produção pesqueira diminui é a principal fonte de renda para as famílias de várias localidades.

A ocupação humana da várzea do alto Solimões

Os estudos de Porro (1995 e 1998), Ribeiro (1990, p. 79) e Meggers (1987) mostram que na época colonial as várzeas eram densamente habitadas, com povoados que se estendiam, por quilômetros, paralelamente ao rio Amazonas (Oliveira, 1983; Alencar, 2002a). A exploração de recursos naturais como peixe e quelônios era a base da subsistência dessa população que também praticava a agricultura e realizava um estreito intercâmbio de produtos da várzea com moradores de áreas de terra firme.

A sazonalidade marcada imprimia ritmos de vida distintos, em diferentes períodos do ano, levando à adoção de estratégias de produção voltadas para superar ou amenizar as pressões sobre o ambiente, particularmente em relação à agricultura. A construção dos *aterrados*, espécie de platôs, por grupos indígenas que viveram na calha do rio Solimões, onde eram cultivadas roças de mandioca e banana, são exemplos dessas estratégias, assim como as técnicas de conservação de mandioca para a produção de farinha, que até hoje são utilizadas por grupos Ticuna do alto e médio rio Solimões (OGPTB, n.d.; Porro, 1995; Alencar, 2002). Também desenvolveram técnicas de manejo de animais, como a construção de currais para a criação de tartarugas, que eram consumidas durante todo o ano[20].

Desde a ocupação colonial a economia do alto Solimões foi associada ao desenvolvimento de atividades centradas no extrativismo animal e vegetal, que levaram à redução brutal da população nativa envolvida contra a sua vontade nessas atividades, acarretando o despovoamento das margens dos rios. Esse quadro é um reflexo das políticas de ocupação colonial da

[20] O costume de fazer curral para criar tartarugas era uma prática muito comum entre os índios que habitaram no passado essa região da várzea (Meggers, 1987; Porro, 1995; 1998) e que também era encontrada entre moradores da várzea do médio Solimões na metade do século XX (Lima & Alencar, 2001).

Amazônia implementadas nos séculos anteriores, como o Diretório dos Índios, as políticas de aldeamento e, posteriormente, a indústria da seringa. A utilização das populações indígenas como mão-de-obra servil, nos seringais do alto Solimões, levou à extinção de povos indígenas localizados nas calhas dos rios principais, que passaram a ocupar as cabeceiras dos igarapés e áreas afastadas das margens[21]. Nas últimas décadas do século XIX imigrantes oriundos do Nordeste, conduzidos para a Amazônia para trabalhar na extração do látex, passaram a disputar terras e recursos naturais com a população indígena. No início do século XX, as populações indígenas habitantes de áreas de várzea dos rios Solimões e Amazonas já haviam sido fortemente dizimadas. Os que sobreviveram foram expulsos das terras ou absorvidos pela população regional por meio de casamentos interraciais. Esse é o contexto histórico da formação dos grupos sociais que estão sendo analisados neste estudo.

Uma característica atribuída à economia da Amazônia é a existência de ciclos de expansão e de retração. No momento de expansão da exploração de certo recurso natural, a tendência é que toda a mão-de-obra seja absorvida numa única atividade, enquanto a produção para a subsistência praticamente cessa. Tal aconteceu com os ciclos econômicos, como o do látex, quando quase toda a mão-de-obra local estava envolvida com sua exploração. Embora alguns historiadores e economistas enfatizem a extração do látex como a atividade econômica dominante ou exclusiva num período de 50 anos, ou menos, outras atividades econômicas também eram desenvolvidas de forma paralela ou em momentos distintos daqueles em que ocorria a extração do látex. Ou seja, a extração do látex acontecia apenas durante alguns meses do ano, três a quatro meses. Nos outros meses os cortadores de seringa estavam envolvidos com a exploração de outros recursos naturais. No auge da extração da borracha há registros de uma produção pesqueira significativa, com a utilização do sal para conservar o pescado, que estava centrada na captura do pirarucu e do peixe-boi. Havia também a produção de manteiga de tartaruga (Bates, 1979), uma grande produção de tabaco (Benchimol, 1966), também consumida pelos cortadores de seringa, e o cultivo de cana-de-açúcar para a fabricação de aguardente. Portanto, paralelamente à atividade extrativista da borracha havia uma produção econômica centrada no cultivo de roças de mandioca, no cultivo do tabaco, da cana-de-açúcar, do arroz etc.

Durante o "fábrico" ou período de extração, os cortadores de seringa eram proibidos pelos patrões de cultivar roças ou de pescar, ficando totalmente dependentes do barracão para adquirir seus alimentos. Nesse caso,

[21] Sobre o processo de extração da seringa no alto Solimões e o impacto sobre a população indígena, remeto o leitor aos trabalhos de Roberto Cardoso de Oliveira, 1976; Darcy Ribeiro, 1970; João Pacheco de Oliveira, 1988; José de Souza Martins, 1997; Priscila Faulhaber, l987, 1997, 1998; e Claudia López Garces, 2000.

o abastecimento de farinha, peixe e tabaco era feito tanto por moradores das áreas de várzea quanto pela população indígena, que habitava as margens do rio Solimões, e interior de igarapés, como o Belém, o Tacana, o rio Jacurapá e outros cursos de água, por meio dos quais tinham acesso aos seringais da terra firme. Até a cachaça consumida nos seringais era produzida na região, em alambiques dos patrões, como os que existiram em povoados como Belém do Solimões e Santa Rita do Weill (Cardoso de Oliveira, 1976; Oliveira Filho, 1979).

Enquanto a produção da borracha comercializada pelos patrões estava voltada para o mercado externo, era mensurada em toneladas e avaliada em termos monetários, as estatísticas não registravam a produção dos pequenos produtores. Trata-se de uma produção que não era facilmente traduzida em valores monetários, embora fosse essencial para a reprodução da força de trabalho envolvida na extração do látex. Nesse sentido, ontem, como hoje, a produção econômica dos pequenos produtores rurais ocorre de forma marginal. Mesmo atendendo a uma demanda do mercado local é genericamente referida como de "subsistência", negando aos que produzem a importância no quadro da economia regional. A posição marginal conferida a esses produtores, na concepção do sistema de geração de riqueza, justifica sua exclusão de políticas sociais que poderiam contemplá-los. Tal descaso é refletido nas políticas que estimulam a migração para as áreas urbanas.

No início do século XX a ocupação das áreas de várzea e de terra firme era ligada à presença de seringais. Os barracões, localizados às margens dos igarapés, serviam como estrutura de apoio para os cortadores de seringa que permaneciam durante todo o "fábrico", nas matas, cortando seringa. Periodicamente, eles se deslocavam até os barracões para a troca de produtos por mercadorias. Do mesmo modo que os cortadores de seringa, os moradores da várzea, mesmo sem estar diretamente vinculados ao corte da seringa, desenvolviam a agricultura e a pesca, e também dependiam dos patrões da borracha para vender a produção. Assim, o declínio da exploração do látex afetou não apenas os que viviam do corte da seringa, mas também os pequenos produtores que viviam da comercialização da farinha e do tabaco.

Após a segunda década do século XX, as mudanças econômicas ocorridas refletiram-se sobre a dinâmica populacional. Sem o apoio do patrão, e do barracão, muitos cortadores de seringa tiveram que buscar outras fontes de renda, passando a explorar diferentes recursos naturais, de modo a ter sempre uma alternativa de renda. Enquanto tivesse um patrão financiando seu trabalho, eles se dedicavam à exploração desses recursos. Assim, ao longo do ano eles mantinham uma produção diversificada que ia da pesca de pirarucu à caça de animais, cuja pele era valorizada no comércio exterior. Nesse momento houve acentuada migração de grupos familiares, entre os seringais, em busca de melhores oportunidades de trabalho, deslocando-se dos seringais situados na terra firme para as mar-

gens dos rios principais. Famílias que residiam em povoados situados às margens dos igarapés, na parte central da terra firme e viviam do corte da seringa, migraram para as margens dos rios principais, dedicando-se à pesca e ao cultivo de roças na várzea. Essa é a origem de alguns povoados de várzea, como Curupaity e Boa Esperança, no município de São Paulo de Olivença (Alencar, 2004).

Para algumas famílias do alto Solimões, a extração da seringa durou até a década de 1970, quando teve início o ciclo de extração madeireira, que alcançou seu pico no final dos anos de 1980. O declínio da produção madeireira coincide com a demarcação das terras indígenas, com a nova legislação ambiental sobre o corte da madeira e com a fiscalização do Ibama. Municípios como Benjamin Constant, Atalaia do Norte e São Paulo de Olivença sofreram um grande impacto com as mudanças na economia. Com o fim do ciclo de extração madeireira, as atividades econômicas voltaram-se para a pesca do peixe liso, controlada por patrões, principalmente os que estavam diretamente vinculados ao capital de empresas pesqueiras colombianas.

Nos anos de 1980 a pesca se tornou a principal atividade econômica de muitas famílias da várzea, e ocorria de forma intensa ao longo da calha do rio Solimões. A produtividade era grande no período de safra de algumas espécies, como os bagres, mas a utilização de técnica de arrasto por barcos itinerantes, o aumento do número de pescadores e o conseqüente aumento na captura diminuíram significativamente o recurso, que antes era facilmente capturado pelos moradores das comunidades, em áreas próximas de suas casas.

Ao longo dos anos constata-se que as mudanças na economia, além de fatores de ordem ambiental e social, estão associadas à saída de moradores da várzea. No passado a população da várzea formada por diferentes grupos étnicos, mesmo sendo numerosa, foi expulsa ou simplesmente eliminada pelo colonizador europeu. Em passado mais recente, nos anos de 1980, ocorreu um processo inverso, a saída de descendentes dos colonizadores europeus e de mestiços com as populações indígenas, para dar lugar aos descendentes dos primeiros ocupantes, com destaque para os de etnia Ticuna.

As comunidades: organização política e controle de acesso a recursos naturais

No alto Solimões a principal característica dos povoados da várzea é a existência de um tipo de organização social fundada no parentesco e na apropriação comunal dos recursos naturais existentes em seus territórios. Esses povoados são referidos regionalmente como “comunidades”, termo amplamente utilizado para referir a um grupo de famílias que se reuniram para formar um grupo social, com uma forma de organização com cargos

de representação política[22], como presidente e vice-presidente. Os outros cargos de destaque são os de professor e o de agente de saúde.

A formação das comunidades foi estimulada pela Igreja Católica nas décadas de 1960 e 1970, e também pelo irmão José da Cruz, fundador da Irmandade da Santa Cruz, mais conhecida como Cruzada. A formação das comunidades marca uma nova forma de povoamento das várzeas, pois implica reunir famílias que residiam isoladas umas das outras, num mesmo espaço, enfatizando o aspecto comunitário das ações coletivas[23].

Para um grupo social ser reconhecido como uma comunidade, as administrações municipais exigem a escolha de um representante dos moradores. Por esse critério, as famílias que residem isoladas, ou juntas, mas sem representação política, não são consideradas como unidades políticas. Logo, não possuem contato com os governos municipais e não são beneficiadas pelas políticas públicas. Às vezes, nem constam no mapa do município.

Prefeitos e vereadores procuram sua base de apoio, entre os presidentes das comunidades, como forma de garantir votos nos pleitos eleitorais. Estes, por sua vez, buscam certos benefícios como motores de luz, escolas, equipamentos agrícolas, ajuda para tratamento de doenças. Se uma comunidade apoiar um candidato e ele for derrotado nas urnas, os moradores podem sofrer retaliações da nova administração municipal. De certa forma, os prefeitos de hoje reproduzem o modelo de poder dos antigos patrões (Lima & Alencar, 2001; Lima, 2000 e Alencar, 2002a), pelas ações paternalistas e pelo tipo de relação clientelística que estabelecem com os eleitores.

A pesquisa realizada em 11 comunidades de quatro municípios do alto Solimões apontou para uma estreita relação entre a representação política do grupo social e a antiguidade ou pioneirismo da família do representante na fundação do lugar, posteriormente, da comunidade. Na maioria das comunidades pesquisadas verificou-se que os cargos de presidente e de vice-presidente são exercidos pelos patriarcas locais, geralmente o fundador do lugar; ou por filhos ou netos dos fundadores. Mesmo quando a representação é feita por um membro mais jovem da localidade, as negociações com o poder público são realizadas pelo patriarca, que detém o poder político[24].

[22] Para uma discussão do conceito de comunidade na região de várzea do Solimões, ver Lima (2000; 2001) e Alencar (2002a).

[23] Para Cohen (1985), o conceito de comunidade possui um sentido relacional e remete não apenas ao aspecto material, mas também ao simbólico; remete a regras, valores e códigos morais e fornece elementos para a construção de um sentido de identidade aos seus membros. Sua ênfase é sobre o aspecto simbólico das fronteiras que constituem uma comunidade.

[24] Das 11 localidades pesquisadas, em três delas o cargo de presidente é exercido pelo patriarca do lugar (Caturiá I, Novo Progresso e Palmeira do Norte); em seis localidades o cargo de presidente é exercido por filhos e netos dos fundadores do lugar. Em uma localidade, Boa Esperança, o cargo de presidente é exercido pelo professor da comunidade. Também se observou que em todas as localidades a liderança política é feita pelos homens (Alencar, 2004).

Há uma dinâmica característica da reprodução das comunidades baseada em processos de fissão que geralmente culminam na saída de um grupo de famílias para formar uma nova localidade. Essas famílias buscam o reconhecimento da nova "comunidade" pelo governo municipal, para garantir o acesso aos serviços de assistência nas áreas da educação, saúde e produção econômica.

Cada comunidade define seu território e estabelece critérios para acesso aos recursos naturais neles existentes. O território é construído a partir da agência dos moradores, sobre o ambiente[25], seja realizando atividades extrativas, cultivando roças, criando gado ou plantando árvores de madeira nobre. Nesse sentido, "el território es um espacio social construido e como es um producto humano em el cual el individuo se reconoce a si mismo como parte de su produccíon" (Dominguez, 2000). Os limites dos territórios são estabelecidos pelo uso comum de determinados espaços como lagos e áreas de extração de recursos naturais madeireiros e não-madeireiros. O tempo de ocupação do território pode ser atestado, por exemplo, pelo número de capoeiras existentes, pois elas marcam a ação do grupo sobre o ambiente e testemunham a antiguidade da ocupação, e pelas plantas cultivadas pelos antepassados, que também servem como suporte da memória do grupo social (Gow, 1995; Alencar, 2002a).

A definição dos territórios pode resultar em tensões e conflitos com moradores de outras comunidades ou da área urbana, que fazem a exploração de recursos naturais nesses territórios. Em todas as localidades estudadas o acesso aos recursos naturais é livre para os moradores da localidade. Os recursos podem ser partilhados por moradores de localidades vizinhas desde que eles acatem as regras estabelecidas. De certo modo, moradores de localidades vizinhas tendem a pertencer ao mesmo grupo de parentesco ao contraírem laços matrimoniais ou de afinidade (Alencar, 2002a). Entretanto, existem casos em que pessoas de fora da comunidade, sem qualquer vínculo de parentesco com os moradores, têm permissão para explorar os recursos ou cultivar roças. Em Palmeira do Norte, por exemplo, é permitida a exploração de determinados recursos, por não-moradores, mas parte da produção tem que ser entregue aos moradores (Alencar, 2004a).

O pertencimento a uma comunidade e a um lugar remete a um ancestral fundador do grupo social e legitima o uso do território. É também importante referencial de identidade em situações onde existe a disputa por recursos naturais ou a definição de territórios envolvendo outras localidades ou pessoas da área urbana. Isso pode ser observado em comunidades situadas em terras indígenas onde o critério étnico nem sempre é fator determinante para garantir o acesso aos recursos, e sim o pertencimento ao lugar, à comunidade (Alencar, 2004b).

[25] Ver Peter Gow, 1995; Ingold, 2000.

As identidades dos moradores da várzea

No alto Solimões a população que reside nas áreas de várzea é referida mais freqüentemente pelo termo "varjeiro"[26], em oposição aos moradores da terra firme, geralmente situada às margens dos rios em terrenos que não são alagáveis (Lima-Ayres, 1992; Alencar, 2002), e ainda por oposição aos moradores das áreas urbanas.

O termo ribeirinho e varjeiro têm sido utilizados por grupos sociais que buscam afirmar uma identidade política que se constrói pela consciência de fazer parte dos estratos mais pobres da população rural, historicamente excluída das políticas de promoção social, e a quem tem sido negado o acesso a serviços sociais básicos, como saúde e educação – dois dos principais indicadores de qualidade de vida, e saneamento básico.

Excetuando as localidades que pertencem a algum grupo étnico, os demais moradores recorrem a diferentes referências para afirmar sua identidade perante os moradores de outras localidades e aos que residem na área urbana. Os termos de auto-atribuição de maior visibilidade são o índio ou ticuna, em oposição a brancos ou civilizados; e ribeirinho e varjeiro em oposição aos moradores das áreas de centro ou terra firme, e aos moradores das áreas urbanas.

A religião aparece como importante referencial de identidade, resultando na construção de comunidades fechadas, como ocorre nas localidades Tauaru (município de Tabatinga) e Floresta (município de Amaturá), formadas por adeptos da Irmandade da Santa Cruz, ou Cruzada (Alencar, 2004a). Nesses dois casos a religião forma uma comunidade exclusiva com critérios próprios de pertencimento. Entretanto, no caso de Tauaru, existem dois tipos de comunidade, uma delas é formado pela comunidade de crentes, seguidores da Cruzada. Esta comunidade possui seus representantes e elabora regras de convivência que exclui os não crentes. A outra é a comunidade como organização política, que aceita a presença de famílias que não pertencem à Cruzada, mas participam de processos sociais e decisões políticas. Elas se encontram fisicamente destacadas das demais, pois suas casas ficam afastadas das casas dos crentes. Portanto, para cada comunidade corresponde uma territorialidade distinta.

Os moradores da várzea reconhecem que fazem parte de um segmento da sociedade que definem como "pobre". O conceito de pobreza não está aqui associado à privação de alimentos, mas traduz as dificuldades de acesso a serviços públicos de qualidade – assistência médica e educação, falta de conforto material e a incapacidade de consumir certos bens materiais. A des-

[26] Sobre o uso do termo varjeiro, para definir moradores das comunidades de várzea do baixo Amazonas, numa referência à estratégia econômica polivalente e à relação com o ambiente da várzea, ver Furtado (1990); e para uma crítica a essa definição e idealização da economia polivalente do varjeiro, ver Castro (2002).

valorização, o desconhecimento dos seus direitos e a aquiescência diante de imposições de pessoas, que estão numa posição hierarquicamente superior, principalmente em termos econômicos, são aspectos associados à condição de pobreza. Portanto, o termo pobre remete a uma condição social inferior, de baixo poder aquisitivo e de pouca inserção política.

Os moradores da várzea também se definiram como carentes, por não contarem com a ajuda do governo municipal, referindo-se principalmente à falta de escolas, de incentivos na forma de financiamento da produção, de infra-estrutura, de atendimento à saúde e outros serviços sociais que sabem que existem, mas não têm acesso. Nesse sentido, embora o termo pobre possa ser usado como identidade ou atribuição de alteridade, não é específico ao morador da várzea, pois envolve os moradores da área rural como um todo.

> "Eu digo assim que o ribeirinho é pobre porque nós não tem um motor de emergência, pra nós trazer nossos produtos. É pobre de tudo. Agora de comida não, porque o peixe tem, a farinha não falta" (Vanderlei, comunidade de Tauaru, Tabatinga).

Em oposição aos ribeirinhos estão os moradores da área urbana, os grandes criadores, os proprietários de terras, os donos de embarcações, os políticos, os grandes comerciantes e, mais recentemente, os índios – eles têm acesso a certos benefícios, têm direitos que os ribeirinhos não têm.

Políticas públicas e processo migratório: a utopia da educação como projeto de mudança de vida

As deficiências na prestação de serviços públicos na área social, particularmente a falta de escolas ou de ofertas de cursos de ensino médio, nas localidades, são as principais causas da migração de famílias da várzea em direção às sedes municipais. A educação formal dos filhos tem se apresentado como um projeto familiar da maioria das famílias entrevistadas. Para viabilizar esse projeto buscam encaminhar os filhos para a área urbana, mas eles nem sempre correspondem às expectativas dos pais. As mulheres, por exemplo, acabam engravidando e retornando ao local de origem para criar o filho.

A migração dos filhos para a área urbana ameaça o modelo de reprodução social ao promover a fragmentação dos grupos domésticos. Primeiro, os pais não encontram trabalho na área urbana e retornam à várzea para cultivar roças ou fazer a pesca, realizando um deslocamento sazonal, enquanto a mulher e os filhos permanecem na cidade. Segundo, as famílias ao migrarem para a área urbana rompem com um modelo de reprodução social característica de sociedades camponesas, deixam de repassar um conhecimento tradicional e não preparam os filhos para dar continuidade a uma tradição de trabalho com a terra.

Indiretamente, as prefeituras estimulam a saída de moradores da várzea quando não investem na melhoria dos serviços na área social. Além disso, a redução do número de moradores na área rural significa, para algumas prefeituras, a redução de gastos com investimentos, tais como: a) energia elétrica, pois não precisa eletrificar todas as comunidades da várzea e garantir o combustível para funcionamento dos geradores; b) construção e manutenção de escolas; ao reduzir a população também reduz a demanda por salas de aulas e o problema de contratar professores para trabalhar na área rural; c) assistência às famílias em casos de emergência causada pelas alagações e/ou fenômeno de terra caída. Nestes últimos exemplos, as prefeituras precisariam custear as despesas com a mudança dos domicílios e com a construção de novas moradias. Os que migram para comunidades da terra firme vão atrás dos investimentos feitos pelo poder municipal, em serviços sociais e infra-estrutura comunitária, mas continuam plantando suas roças na várzea.

Na avaliação de algumas prefeituras, as famílias ao mudarem para as sedes podem ter mais assistência do poder público municipal na área da educação, saúde e outros serviços públicos. Entretanto, reconhecem que houve e ainda há um impacto negativo sobre a população que estava culturalmente adaptada ao ambiente da várzea ou da terra firme. Os municípios que tiveram um crescimento significativo da população urbana nas últimas duas décadas, como é o caso de Tabatinga e Benjamin Constant, lidam hoje com problemas relacionados à falta de empregos, que leva muitas famílias a dependerem de subempregos ou da ajuda financeiras das prefeituras. Coincidentemente, são esses dois municípios que mais investiram em serviços sociais junto à população, adorando as políticas de pólos de educação e de saúde, como uma maneira de fixar a população rural (Alencar, 2004a).

Inversamente, os municípios de Amaturá e São Paulo de Olivença têm estimulado a saída da população da várzea para a área urbana ou terra firme. No município de Amaturá o estímulo à migração de famílias, que residiam na várzea, já vem ocorrendo há alguns anos, como mencionado no início deste texto. Para essas prefeituras a saída da várzea para a terra firme acabaria com os problemas causados pela sazonalidade e pela falta de assistência médica e de educação. Entretanto, as famílias que migraram continuaram a buscar na várzea a sua principal fonte de subsistência, a pesca, o cultivo de roças e o extrativismo.

Embora a oferta de serviços sociais básicos como saneamento, atendimento à saúde e à educação seja o principal fator que está associado à saída de famílias da área rural para a área urbana, a falta de políticas para o setor produtivo foi apontada como um dos principais problemas enfrentados pelas famílias. A produtividade da várzea é alta, reconhecem, mas os produtores não dispõem de infra-estrutura para o beneficiamento da produção, para o armazenamento e o transporte para os mercados consumidores. Dessa forma, as roças cultivadas geram uma produção que garante apenas a subsis-

tência imediata das famílias, sem garantir um modo de vida de qualidade. Por esse motivo, ao migrarem para a área urbana, a expectativa das famílias é encontrar alternativas de geração de renda e condições de vida mais digna.

Na avaliação de alguns moradores, migrar para a área urbana pode ser uma alternativa para ter acesso ao ensino formal, mas não garante os meios de sobrevivência, ou seja, emprego. Reconhecem que a falta de apoio do poder público municipal, na forma de investimentos na área social por meio de serviços capazes de melhorar as condições de vida dos moradores, é o principal responsável pela insustentabilidade da vida na várzea. Esses serviços, quando existem, são restritos à construção de escolas, ao fornecimento de energia elétrica, com a doação de motores, à contratação de agentes de saúde, mas sem dar a eles as condições necessárias para realizar o trabalho, e a investimentos em atividades de lazer, como a doação de televisores e de antenas parabólicas. Em períodos de pleitos eleitorais são doados alguns instrumentos de trabalho, como fornos de torrar massa para produzir farinha, terçados, enxadas. Essas ações geralmente estão voltadas para as localidades maiores, enquanto que as menores recebem pouca atenção. As localidades maiores são aquelas que possuem melhor infraestrutura, com maior presença do Estado e do governo municipal.

> "É porque onde tem pouca casa, onde tem seis, sete casas, eles dizem que não podem colocar escola, só de dez pra lá. Eles não querem ajudar aquelas pessoas que estão mais carentes. Ajudam aquelas comunidades onde tem mais pessoas né, mais número de casas, aí sim, ajudam. Mas quando eles estão precisando de voto eles vem atrás dos poucos votos que tem. Aí eles sabem onde têm duas casas, três casas, quatro casas né" (Antonia Santos).

Aqueles que optam por permanecer na várzea são motivados pelo retorno financeiro que podem ter com a produção, apesar de os riscos de perda da produção serem altos quando ocorre a alagação. Ao comparar a várzea com a terra firme ou a cidade, concluem que a vida na várzea apresenta vantagens em termos de geração imediata de renda e como fonte de alimento. São avaliações como essas que traduzem o modo como o morador da várzea percebe a diversidade social e ambiental, e as diferenças entre as localidades da várzea. Nesse sentido, os dados da pesquisa contribuem de modo significativo para atender as expectativas do estudo, que era conhecer padrões de modo de vida, fatores que permitem a diferenciação entre as localidades, e as estratégias utilizadas para garantir uma vida em condições de sustentabilidade social.

Caracterização dos processos produtivos

A economia do alto Solimões está centrada na exploração de certos recursos naturais. A pesca é a principal atividade econômica responsável

pelo sustento da maioria das famílias. A agricultura aparece como uma atividade econômica importante e poderia ser a principal da região. Entretanto, embora a várzea seja um ambiente fértil, propício à agricultura, a falta de investimentos do poder público no setor agrícola, como linhas de crédito, investimentos em infra-estrutura para beneficiamento da produção, construção de locais para armazenamento, melhoria das condições de transporte e de comercialização dos produtos cultivados, torna essa atividade pouco atrativa para as famílias, com pouco retorno financeiro. Experiências acumuladas pelos moradores da várzea mostram que não há condições de cultivar grandes roças se não houver condições de beneficiar, transportar ou comercializar a produção. Cientes disso, os moradores plantam somente o necessário para o consumo, mas reservam parte da produção para comercializar e adquirir produtos industrializados[27].

A economia das comunidades da várzea é baseada na diversificação de atividades e na utilização de estratégias econômicas que combinam a exploração de diferentes recursos. O somatório da renda gerada por cada uma delas permite a reprodução das famílias. O quadro geral dos quatro municípios mostra a importância de cada atividade produtiva na composição da renda doméstica, com destaque para a pesca, a agricultura, a criação de animais, o extrativismo animal (caça) e vegetal (madeira, sementes e frutos), o cultivo de banana e a venda de verduras.

A variação na produção (agrícola e pesqueira) ao longo do ano, reflete-se no preço do produto, na renda familiar e no consumo doméstico, sendo um dos grandes problemas enfrentados pelo morador da várzea. Uma família que tem na pesca ou na agricultura sua principal fonte de renda terá dificuldades em manter o mesmo nível de produtividade durante todo o ano, tanto pela variação quanto pelas incertezas do resultado dos investimentos. No caso da pesca, a produção é maior no verão quando ocorre a safra do peixe-liso e um aumento da renda. Mas no inverno há uma redução da produtividade e, conseqüentemente, uma redução da renda e o aumento do gasto com a produção. Tal variação na renda reflete-se no consumo de produtos industrializados, que tende a ser reduzido, e no endividamento das famílias com os patrões de pesca ou outros comerciantes que financiam sua produção. Isso significa que durante o inverno elas terão mais gastos com a produção, do que ganhos reais, e que os débitos contraídos com os patrões de pesca somente serão saldados no período do verão.

Entre as 33 famílias pesquisadas foi freqüente a existência de débitos com um patrão[28] de pesca ou de madeira. O financiamento da produção,

[27] Segundo informações dos comunitários, cerca de 30% da produção da farinha é comercializada e o restante é reservado para consumo ou trocas eventuais como estratégia de reforços dos laços sociais.

[28] Na maioria dos casos, os débitos com os patrões de pesca estão associados ao financiamento de motor de popa, essencial para a realização da pesca em áreas mais distantes das localidades, compra de redes de pesca e de alimentos. As famílias que não possuem motor de pesca precisam adotar algumas estratégias, como trabalhar em companhia de outra pessoa, dividindo as despesas com a produção.

ou o aviamento, na forma de alimentos e materiais de trabalho, é uma característica histórica da economia extrativista que marca as relações de produção na Amazônia brasileira. Foi assim no período da extração do látex, tem sido com a extração da madeira e com a exploração da pesca. Sem a existência de um patrão para financiar a pesca ou a extração da madeira, as famílias teriam poucas alternativas de renda. Portanto, o endividamento permanente com os patrões é uma estratégia de reprodução, sendo a única forma disponível para ter acesso a alimentos e materiais de trabalho. O estudo mostra que a maioria das famílias pesquisadas possui débitos com o patrão, indicando: (i) ausência do Estado no financiamento da produção; (ii) uma situação de insustentabilidade social, pois traduz o desequilíbrio entre as necessidades de consumo e a renda.

A manutenção de uma linha de crédito permanente para financiar a produção ou a compra do rancho, de material para construção da casa, a compra de um motor, de uma rede malhadeira ou de um eletrodoméstico, é uma estratégia utilizada por todas as famílias para garantir sua reprodução. Nesse sentido, o morador da várzea está permanentemente (re)negociando um débito, desenvolvendo estratégias de produção de modo a atender diferentes demandas e, com isso, ter várias linhas de crédito disponíveis. Ou seja, ele mantém uma linha de crédito com o patrão da madeira, outra com o patrão da pesca, outra com o comerciante de banana, com o comerciante da área urbana etc. Trata-se de uma estratégia econômica histórica e culturalmente estabelecida, o débito permanentemente negociado, mas sem necessariamente remeter a uma situação de grande privação. Portanto, a renda, tanto quanto a dívida e o saldo são categorias definidoras do modo de vida da várzea (Lima, 2004).

A relação com os patrões é importante porque viabiliza a troca entre produtos e mercadorias. Entretanto, a dependência dos patrões, se por um lado permite a produção, por outro tira a autonomia do pescador que não pode estabelecer o preço do seu produto. Na safra do peixe-liso, por exemplo, a oferta de pescado é maior e o preço do produto cai significativamente. Sem condições de armazenamento, os pequenos pescadores são obrigados a vender sua produção ao preço estabelecido pelos patrões de pesca.

As categorias econômicas, renda e lucro, não estão presentes no universo da produção da várzea. O que existe é a categoria "ganho", que equivaleria à existência de alguma vantagem obtida numa troca comercial, onde são adquiridas mercadorias (bens manufaturados) e em troca são entregues os "produtos". Essa falta de contabilidade que caracteriza a troca mercantil das famílias da várzea tem implicações na maneira como são avaliados os financiamentos bancários, já que eles se baseiam na conversão da produção em categorias contábeis. Para a grande maioria das famílias pesquisadas a linguagem contábil que faz parte de seu universo é a utilizada pelo comerciante de peixe, o patrão de pesca. Ele financia a produção e, em troca, converte o valor em produtos. Recebe-se gasolina, gelo e mantimentos, por exemplo, e paga-se com o peixe ou a madeira.

A análise das estratégias utilizadas pelas famílias para obter sustento e garantir a reprodução permitiu obter alguns indicadores de renda familiar. Embora se utilize o termo renda familiar, deve ser ressaltado que os valores que orientaram a análise são estimativas de renda, obtidas por meio de uma tentativa de cálculo da produção e dos gastos que as famílias ajudaram a elaborar. Mas nem sempre as pessoas conseguiram lembrar o volume produzido, consumido ou comercializado. Também deve ser ressaltado que não se trata de uma renda constante, pois ela sofre variações ao longo do ano, de acordo com a sazonalidade da produção.

A maioria das famílias teve sua renda principal na pesca, mas em muitos casos os gastos com a produção foram maiores do que o volume produzido. O resultado é um gasto menor com a compra de alimentos. As famílias que tiveram um gasto menor com a produção, como é o caso de famílias que tiveram sua renda principal na agricultura, gastaram mais com as compras.

Com relação ao consumo, houve pouca variação entre as 33 famílias pesquisadas. Os itens que compõem a lista do rancho doméstico são aqueles considerados de primeira necessidade, que se destinam à alimentação, referidos como mercadorias, e não são produzidos pelas próprias famílias. Logo, uma avaliação da sustentabilidade mostra várias situações onde as famílias consomem apenas os produtos destinados à alimentação. Nesse sentido, o estudo mostrou um consumo baixo para a maioria das famílias, nem sempre atendendo suas necessidades diárias. A redução do consumo, por meio da redução do número de refeições, ou com pouca variação no cardápio – muitas vezes restrito ao peixe e à farinha – é uma estratégia negativa adotada pela família, e somente será compensada com o consumo de outros produtos que ela mesma produzir.

As mercadorias são classificadas de acordo com sua destinação de consumo. Existem os artigos de primeira necessidade (alimentos que compõem a cesta básica e também combustível) e os artigos considerados de luxo[29] (sabonete, xampu, perfumes, condicionador, roupas e calçados), cujo consumo pode ser dispensável. As famílias tendem a gastar menos com produtos ou artigos de luxo mesmo que eles sejam necessários para uma qualidade de vida em padrões sustentáveis[30].

O estudo mostrou a dificuldade de as famílias acumularem e adquirirem bens de valor. Ela é expressa tanto na irregularidade da renda, da produção e do consumo quanto no patrimônio doméstico. Na análise da

[29] Segundo o Dicionário de Antônio Houaiss: luxo – substantivo masculino:
1 - maneira de viver caracterizada pela ostentação, por despesas excessivas, pela procura de comodidades caras e supérfluas, pelo gosto do fausto e desejo de ostentação;
1.1 -qualquer bem, objeto caro que origina despesas supérfluas, irracionais, desordenadas;
1.2-caráter daquilo que é requintado, aprimorado, apurado;
1.3 -algo que aumenta o prazer ou o conforto, mas não é de modo algum necessário.

[30] Usa-se a expressão "luxenta" para se referir a uma pessoa que gosta de consumir certos artigos de "luxo", que está sempre bem vestida, perfumada, ou que é exigente em termos de alimentação.

■ **FIGURA 3** – Estilo de casa mais simples na várzea do alto Solimões.

sustentabilidade, a partir da capacidade de acumulação expressa pelo patrimônio doméstico, devem ser consideradas as freqüentes perdas materiais causadas pelas inundações periódicas e pela terra caída. Tais perdas refletem-se no padrão de moradia, na precariedade das casas e na ausência de um patrimônio. Em muitos casos o patrimônio de um casal idoso não é diferente do patrimônio de um casal ainda jovem. Ou seja, famílias formadas por um casal com mais de 60 anos, que são aposentados, possuem patrimônio semelhante ou inferior ao de famílias que têm uma média de idade de vinte a trinta anos.

Considerando-se que o conceito de patrimônio não está presente nas representações dos moradores, listamos alguns bens que compõem o que consideramos ser o patrimônio doméstico. Essa lista foi obtida a partir da pergunta feita sobre as aspirações de consumo familiar. As respostas apontaram para diferentes bens que as famílias pretendiam adquirir. Trata-se de bens utilitários ou bens duráveis que são onerosos, usados nas atividades produtivas, particularmente a pesca. Os itens que compõem esse patrimônio são semelhantes nos quatro municípios, entre os quais se destacam: o colchão, fogão a gás, espingarda, rádio-gravador, máquina de costura, motor de 5.5 HP, ou maior potência, canoas de madeira de tamanho médio e motosserra.

Embora não tenha sido citada em todas as entrevistas, a canoa é um dos principais itens que compõem o patrimônio doméstico. Em seguida vem o motor de popa e as rabetas de 5.5 HP, em sua maioria, adquiridas por

financiamento com patrão de pesca ou com comerciantes da área urbana. O material de pesca, embora seja um bem valioso para a família, não foi referido como patrimônio. Resta saber se isso significa que a maioria não possui esses bens, sendo proprietários destes apenas os patrões de pesca.

Nenhuma família mencionou a casa como um bem de valor, ou um patrimônio doméstico, embora quase todas as famílias possuam casa, seja ela construída com madeira, palha, coberta de palha, zinco ou brasilit. O item casa apenas foi referido como aquisição recente, na área urbana, ou como aspiração de consumo para os casais novos que ainda residem com os pais.

O estudo mostrou que patrimônio doméstico nem sempre é um indicador de sustentabilidade ou de um saldo positivo entre as despesas e os gastos. As famílias que adquiriram bens em 2002 o fizeram não com a utilização de um saldo excedente, mas aumentando sua dívida com um comerciante/patrão. Portanto, as famílias que possuem um patrimônio maior são aquelas que tiveram acesso a algum tipo de crédito, seja de agências de fomento ou de um comerciante, como é o caso das que tiveram sua renda oriunda de salários e da pesca, ou famílias assalariadas e que recebem pensão/aposentadoria. A regularidade da renda permite programar os débitos e garante o acesso ao crédito nas casas de comércio das sedes. As famílias que têm a renda principal na agricultura apresentaram um patrimônio menor. Não há como programar o saldo de um débito ou comprovar a renda com a produção agrícola.

Regulação do uso dos recursos naturais e conflitos socioambientais

A avaliação que os moradores da várzea do alto Solimões fizeram sobre os recursos naturais da várzea aponta para a diminuição de vários recursos, particularmente o peixe-liso e animais de caça. No caso da pesca a diminuição está relacionada ao aumento da captura que ocorreu nos últimos vinte anos, após a entrada de comerciantes colombianos comprando a produção e garantindo melhores condições de estocagem do produto, com o uso do gelo para conservação, e com o aumento da população.

O final dos anos de 1980 é apontado como o momento de maior pressão dos barcos "peixeiros" sobre o recurso pesqueiro. A presença constante desses barcos pescando em áreas próximas às localidades, principalmente na época da safra do peixe-liso, é a causa da atual escassez de peixe nessas áreas. Como dependem da exploração desses recursos para sua subsistência, a alternativa buscada pelos moradores para garantir a reprodução é o controle do acesso dos pescadores, aos recursos existentes em seus territórios, pelo fechamento dos lagos e o impedimento da pesca nos trechos de rio situados na frente das comunidades. Também foram estabelecidas regras de exploração dos recursos garantindo a exclusividade da exploração por determinados grupos sociais.

As ações voltadas para a preservação de recursos naturais desenvolvidas pelas comunidades sinalizam a busca de alternativas para aumentar os estoques dos principais recursos existentes em seus territórios, seja em lagos, rios ou na terra. O objetivo é controlar o acesso para os que não fazem parte da localidade, particularmente pessoas oriundas de localidades da terra firme e da área urbana. A decisão de fechar os lagos ocorre quando os moradores se sentem prejudicados com as atividades de pesca praticadas por pessoas de fora das comunidades. Quando a renovação dos estoques pesqueiros e a capacidade produtiva dos lagos estão ameaçadas.

O fechamento resulta em conflitos envolvendo pescadores "de fora", numa referência tanto a moradores da área urbana quanto a moradores de localidades vizinhas, e até mesmo da própria comunidade. Os conflitos evidenciam a maneira como as localidades delimitam seus territórios, cujas fronteiras não são claramente discernidas pelos "de fora". Os que se sentem prejudicados recorrem à legislação vigente para garantir seus direitos. Geralmente as atividades de regulamentação do uso dos recursos não se efetivam com a participação do poder público municipal. Ele é acionado apenas quando é necessária a mediação entre os diferentes atores envolvidos nos conflitos ou em caso de invasão de territórios, que tenham proteção legal como as terras indígenas. Nos quatro municípios estudados são poucos os órgãos que desenvolvem ou apóiam ações voltadas para a preservação de recursos naturais ou façam a mediação de conflitos socioambientais. Em Tabatinga existe um escritório onde funciona a gerência regional do Ibama, que tem como jurisdição todo o alto Solimões e compreende as calhas dos rios Solimões, Içá, Japurá e seus afluentes. A presença do órgão nos demais municípios somente ocorre quando é preciso, ou seja, em ações punitivas.

No alto Solimões o poder público municipal tem sido reticente no tratamento dos problemas ambientais. A falta de secretarias de meio ambiente em alguns municípios é um reflexo desse descaso. Para agir como mediadores dos conflitos na área ambiental são acionadas as câmaras legislativas municipais. No município de São Paulo de Olivença conflitos em torno da apropriação de recursos naturais e do controle de territórios têm sido resolvidos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, que criou o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, voltado para estimular projetos de produção agrícola, pesqueira e pecuária, entre a população da área rural, tanto da várzea quanto da terra firme.

Considerações finais

A análise da sustentabilidade social e do modo de vida na várzea, a partir da avaliação dos moradores como local de moradia, apontou como insatisfatórias as políticas sociais destinadas à população da várzea. As principais críticas foram direcionadas à falta de investimentos em infra-estrutura

comunitária, de serviços na área de saúde e educação, e de políticas de apoio à produção econômica. Os dados sobre migração, por exemplo, demonstram claramente como a ausência dessas políticas afeta não apenas a qualidade de vida dos moradores como também o padrão demográfico da várzea.

As informações coletadas em campo sobre a sustentabilidade social assinalam dois aspectos: o primeiro é que as dificuldades enfrentadas pelos moradores, e que permitem avaliar a sustentabilidade social, resultam muito mais da falta de "apoio" ou "ajuda" do poder público do que de alguma limitação estabelecida pelo ambiente. O segundo é o reconhecimento de que é possível morar e produzir na várzea, sustentar a família com dignidade e ter uma qualidade de vida.

A existência de um fluxo migratório ou mobilidade de famílias da várzea em direção às áreas urbanas e a redução do número de localidades da várzea em municípios como Amaturá e São Paulo de Olivença são o resultado tanto da falta de apoio, ou seja, de políticas sociais eficazes e adequadas à realidade da população da várzea, quanto de estímulos das administrações municipais. Entretanto, o fato de as famílias que migram para a cidade ou terra firme continuarem a trabalhar na várzea e garantirem o sustento de suas famílias na cidade é um indicador de que a várzea é um lugar bom para produzir.

A falta de políticas para o setor produtivo traduz o modo como os governos municipais e estaduais tratam a população da várzea. A partir das políticas implementadas por alguns municípios para retirar os moradores da várzea como solução para os problemas causados pelas enchentes, pode-se deduzir que os moradores da várzea não são considerados como portadores de uma cultura específica e que deve ser respeitada. Não basta desalojar as famílias de suas casas e de seu ambiente e colocá-las na periferia das cidades. É preciso que lhes sejam dadas condições para viver na várzea, de maneira sustentável.

Como parâmetro para avaliar as condições de vida na várzea, os moradores recorreram a comparações entre o modo de vida na várzea e o modo de vida nas comunidades de terra firme. Eles reconheceram, de um lado, a fartura e a facilidade de obter alimentos na várzea, assim como de obter uma renda imediata sem investir muito tempo de trabalho. Uma família da várzea quando quer adquirir um bem de consumo, como um motor ou material para reformar ou construir a casa, se dedicará à pesca com a certeza de que ela "tem (dinheiro) mais rápido". Já o trabalho na roça exige mais investimento de tempo e de trabalho, além de envolver mais riscos. O aspecto negativo na várzea está associado com as condições ambientais expressas pelas cheias e por fenômenos naturais, como a terra caída. As cheias limitam a produção agrícola por envolver riscos, e às vezes impede que as famílias alcancem condições materiais de existência, em níveis sustentáveis. Entretanto, se houvesse uma política de compensação dos prejuízos causados à produção e às perdas materiais nos momentos em que ocorrem as grandes alagações, as famílias poderiam recuperar essas perdas e ter uma vida com qualidade. Com relação ao fenômeno da terra caída, ele impede que as famílias fixem suas casas num mesmo local,

■ **FIGURA 4** – Oficina de trabalho realizada em São Paulo de Olivença em 2003 com lideranças das áreas estudadas, para discutir as perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade nas várzeas.

por longos anos. O constante deslocamento das casas causa prejuízos e torna a residência incerta.

Na avaliação da sustentabilidade ambiental, as famílias apontaram a pressão sobre os recursos naturais e a falta de políticas públicas para conter a demanda crescente por esses recursos, e preservar as espécies ameaçadas, como fatores de ameaça à reprodução. Os distintos modos de uso dos recursos naturais são os principais fatores que geram conflitos e tensões entre os diferentes usuários dos recursos da várzea. Alguns conflitos estão associados a disputas por territórios e pelo controle do acesso aos recursos pesqueiros, outros envolvem disputas por recursos madeireiros. De acordo com avaliações feitas por presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais e de associações de pescadores, muitos dos que hoje se dedicam à pesca são pessoas que deixaram de praticar a agricultura e buscaram a pesca como meio de vida. Muitos migraram da área rural para a área urbana e, na falta de emprego, passaram a pescar, passando a competir pelos mesmos recursos com os moradores das comunidades. Quando os moradores de uma comunidade decidem fechar seus territórios para os pescadores da área urbana ou de outras comunidades, o conflito se estabelece.

O estudo mostrou que no alto Solimões as ações voltadas para o manejo de recursos naturais são iniciativas locais, das comunidades, com pouca ou nenhuma participação do poder público. O processo de organização da população para desenvolver ações articuladas, voltadas para a realização de atividades de manejo, ainda não incorporou uma dimensão ambiental, e sim, a resolução de um problema colocado pela ameaça potencial de escassez de recursos. Portanto, as ações que são desenvolvidas

de forma espontânea e isoladas, pelas comunidades, buscam garantir sua capacidade produtiva e, por meio dela, sua reprodução social. Embora o termo preservar seja usado para a ação de controle do acesso aos recursos, não há uma percepção dos significados que estão agregados a esse conceito.

A falta de políticas públicas nas áreas sociais e no setor produtivo contribui para que a vida do morador da várzea seja classificada como insustentável, cuja definição – usando os termos característicos do modo de se expressar –, significa uma vida de carências, de sofrimentos e de (re) começos.

Bibliografia

ALENCAR, E. F. Terra caída: encante, lugares e identidades. Brasília, 2002(a). 245 p. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia.

_____ . Estudo estratégico. Situação sócio-econômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas. Municípios de São Paulo de Olivença, Tabatinga, Amaturá e Benjamin Constant. Primeiro Relatório de Campo. Santarém, 2002(b). Manuscrito.

_____ . Estudo estratégico. Situação sócio-econômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas. Municípios de São Paulo de Olivença, Tabatinga, Amaturá e Benjamin Constant. Segundo Relatório de Campo. Santarém, 2004(a). Manuscrito.

ALENCAR, E. F. De conservador a destruidor: as representações sobre o índio na região do alto Solimões. Trabalho apresentado na XXIV Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Recife, PE. 2004(b). Mimeo.

AYRES, J. M. *As matas de várzea de Mamirauá: Médio Rio Solimões.* Brasília, DF: CNPq: Sociedade Civil Mamirauá, 1993.

BATES, H. W. *Um naturalista no rio Amazonas.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

BENCHIMOL, S. *Estrutura geo-social e econômica da Amazônia.* Edições Governo do Estado do Amazonas. Série Euclides da Cunha. Manaus, 2.v., 1966.

CARDOSO de OLIVEIRA, R. *O índio e o mundo dos brancos: uma interpretação sociológica da situação Tikuna.* São Paulo: Biblioteca Pioneira, 1972.

CARVAJAL, G. The discovery of the Amazon, according to the account of Friar Gaspar of Carvajal and other documents. 1934. In: MEGGERS, B. J. *Amazônia: a ilusão de um paraíso.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1987.

CASTRO, F. de. Economia familiar cabocla na várzea do Médio-Baixo Amazonas. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. S. (Org.). *Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade.* In Press.

CHIBNIK, M. *Risky rivers: the economics and politics of floodplain farming in Amazonia.* Tucson: The University of Arizona Press, 1994.

COHEN, A. P. *The symbolic construction of community.* London: Routledge, 1985.

DOMÍNGUEZ, C. Espacio y poder: geografia política del territorio. In: VIECO, J. J.; FRANKY, C. E.; J. Á. ECHEVERRI (Ed.). *Territorialidad indígena y ordenamiento en la Amazonia: memorias.* Santafé de Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Unibiblos, 2000.

FAULHABER, P. *O navio encantado: etnia e alianças em Tefé.* Belém: Museu Goeldi/ CNPq-MCT. Coleção Eduardo Galvão, 1987.

_____ . A reinvenção da identidade indígena no médio Solimões e no Japurá. In: *Anuário Antropológico/96.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____ . *O lago dos espelhos: etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/Amazonas.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

FRITZ, S. *Journal of the travels and labours of Father Samuel Fritz in the river of the Amazons between 1686 and 1723.* George Edmundson. 2nd. Ed. Serie n. 51. Londres, Hakluyt Society. 1922.

GOW, P. Land, Paper and People in Western Amazonia. In: HIRSCH, E.; O'HANLON, M. (Ed.). *The anthropology of landscape: perspective on Place and Space.* Claredon Press, Oxford University Press, 1995.

_____ . Ex-cocama: identidades em transformação na Amazônia peruana. Rio de Janeiro: Contra Capa. *MANA*, v. 9, n.1, p. 57-79, 2003.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Fundação Getúlio Vargas. ISAE – Instituto Superior de Administração e Economia. *Plano de desenvolvimento local integrado e sustentável: agenda executiva* 2001 / 2004. 2000.

IBGE. *Censo 2000*: Resultados preliminares.

INGOLD, T. Introduction to Social Life. In: INGOLD, T. (Ed.). *Companion Encyclopedia of Anthropology: Humanity, Culture and Social Life.* London: Routledge, 1994.

JUNK, W. J. As águas da região amazônica. In: SALATI, E.; JUNK, W. J.; SCHUBART, H.O. R.; OLIVEIRA, A. E. (Org.). *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia.* São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1983.

LATHRAP, D. W. *The upper Amazon.* London: Thames & Hudson. [Tradução portuguesa: *O Alto Amazonas.* Lisboa: Editorial Verbo, 1975]. 1970.

LIMA, D. de M.; ALENCAR, E. Histórico da Ocupação Humana e Mobilidade Geográfica de Assentamentos na Várzea do Solimões. In: TORRES, H.; COSTA, H. (Org.). *População e meio ambiente. Debates e Desafios.* São Paulo: Ed. Senac, p. 133-161. 2000.

LIMA, D. de M. A economia doméstica na várzea de Mamirauá. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. S. (Org.). *Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade.* 2002. In Press.

_____ . A herança da roça: o uso da terra e a dinâmica do parentesco em comunidades do Médio Solimões. 2000. Manuscrito.

LÓPEZ GARCES, C. L. Ticunas brasileros, colombianos y peruanos: etnicidad y nacionalidad en la región de fronteras del alto Amazonas/Solimões. Brasília, 2000. Tese (Doutorado) - CEPPAC/UNB.

MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.* São Paulo: Hucitec. 1997.

MEGGERS, B. J. *Amazônia: a ilusão de um paraíso.* Tradução de: Maria Yedda Linhares. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1987.

NIMUENDAJU, K. *The Tukuna.* Berkeley and Los Angeles: University of California Press. 1952.

OGPTB, n.d. Projeto Maü-ticuna: educação ambiental no alto Solimões. Relatório de pesquisa. Benjamin Constant, AM.

OLIVEIRA, A. E. Ocupação Humana. In: SALATI, E.; JUNK, W. J.; SCHUBART, H. O. R.; OLIVEIRA, A. E. de (Org.). *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia.* São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1983.

OLIVEIRA FILHO, J. P. de. *O nosso governo: os Ticunas e o regime tutelar.* São Paulo: Marco Zero, 1988.

OLIVEIRA FILHO, J.P. de; SOUZA LIMA, A. O Massacre de São Leopoldo: mais uma investida contra os Ticuna. In: *Povos indígenas no Brasil 1987/88/89/90.* CEDI, 1990.

PANTOJA, M. C. Relatório do estudo estratégico: situação sócio-econômica - diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas – Médio Amazonas, municípios de Itacoatiara, Parintins, Silves e Maués Manuscrito. 2002.

PORRO, A. *O povo das águas: ensaio de etno-história amazônica.* Rio de Janeiro: Vozes; EDUSP, 1995.

PORRO, A. História indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI a XVIII. In: CARNEIRO da CUNHA, M. (Org.). *História dos índios no Brasil.* São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

RIBEIRO, B. G. *Amazônia urgente: 5 séculos de história e ecologia.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização.* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1970.

WAGLEY, C. *Itá, uma comunidade amazônica.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.

Os agricultores de várzea no médio Solimões: condições socioambientais de vida

Delma Pessanha Neves[1]

Introdução

Em consonância com os objetivos estabelecidos pelo plano geral da pesquisa, analiso as condições de vida de *agricultores de várzea*, reconhecidos pelo modelo difundido como ribeirinhos, no contexto do médio rio Solimões. Essa categoria ultrapassa o sentido da localização ou *habitat*, como geralmente é identificada, para dimensionar o caráter sociopolítico da constituição e reprodução de um segmento social[2]. Trata-se de policultores (agricultores principalmente, mas também complementarmente, pescadores e extratores de recursos da floresta) que gerem disposições específicas por operarem em ambiente de *várzea*, área situada nas margens de rios e lagos, sujeita a inundações periódicas (de maior ou menor intensidade). Circunscrevem o aproveitamento de áreas agricultáveis a cultivos de ciclo curto. No caso em apreço, a utilização agricultável abarca de cinco a seis meses, entre uma e outra alagação. Por essa relação com os recursos naturais, são portadores de saberes, técnicas, estratégias e alternativas, peculiares à convivência com tal forma de sazonalidade. Mas são também atingidos por efeitos deletérios de ações predatórias que provoquem estranhas interdependências ao equilíbrio do ecossistema.

Os dados aqui considerados visam construir modelo (e suas respectivas variantes) de práticas e formas de organização da vida social dos *agricultores de várzea.* Fundam-se na interlocução de pesquisadores com alguns dos residentes em certas localidades situadas nos municípios de Tefé, Alvarães e Coari, no estado do Amazonas[3].

---

[1] Antropóloga, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

[2] Torna-se necessário reconhecer que o termo ribeirinho qualifica os moradores em margens de rios e lagos sujeitas a inundações. Essa categoria tem sido estudada por diversos autores como Sigaud *et al.*, 1987, p. 214-290 e Faria *et al.*, 2002. No entanto, a referência imediata ao termo tem levado, sob particularidade generalizante, à associação com os que se encontram na Amazônia, talvez pela pujança da mobilidade do volume das águas, mas também por todas as associações fantasmagóricas que são imputadas a essa região.

[3] Outras situações de pesquisa em torno desses agricultores podem ser contrapostas pela leitura de Benatti, 1999; e Lima, 1999; 2002.

Se o comportamento está restrito ao plano da cultura, analisar as condições de vida é trazer à reflexão a consciência desses habitantes de várzea quanto às possibilidades e limites de organização da vida social; é conhecer a capacidade de esses homens produzirem instrumentos para tornar eficaz a relação com o meio; é entender os padrões de comportamento socialmente transmitidos quanto às respostas apresentadas pelos homens, às questões e aos problemas que deles suscitaram soluções e adaptações, investimentos que devem permitir a adaptação dessas comunidades humanas ao seu embasamento físico, ambiental e biológico (Berger & Luckmann, 1973; Evans-Pritchard, 1978; Godelier,1984; Laraia, 1986).

Portanto, o processo de tornar-se homem efetua-se na correlação com o ambiente natural e humano, mas mediado por outros significados, cujos atributos são caudatários do campo social ou do contexto em que eles se constituíram e se constituem. Nas situações analisadas, não há diversidade cultural, mas variações do mesmo padrão cultural. Ao analisar as condições que prefiguram estilos de vida, procurei compreender as configurações que fazem ressaltar especificidades de significados comportamentais, representações e práticas sociais, constituídas na relação com um habitat próprio, mas também com formas específicas de afiliação e enquadramento institucionais (Wirth, 1938, 1979)[4]. Tomado como perspectiva analítica, o estudo das condições de vida permite revelar como categorias sociais específicas vivenciam o mundo e, conseqüentemente, se comportam. Ele facilita o entendimento da trajetória social desse segmento de agricultores e dos fatores associados sob configurações políticas, que propiciaram a visibilidade social, inclusive também para os interesses dessa pesquisa.

As reflexões em torno das variações nas condições de vida dos ribeirinhos, além de aquietar as curiosidades externas diante de modos de vida relativamente singulares, permitem, por esse mesmo exercício, perceber os estranhamentos deles próprios diante dos investimentos predatórios que colocam em xeque sua reprodução. E mais, permitem trazer ao conhecimento externo os investimentos institucionais voltados para a objetivação de processos de reenquadramento, seja por agentes que se arrogam ordenadores do mundo, seja pelos investimentos políticos dos ribeirinhos para, relativizando o estranhamento externo de seu modo de viver, tornarem-se beneficiários de direitos sociais, geralmente acenados para aqueles brasileiros reconhecidos pela integração ao universo social dos considerados cidadãos.

Por conseguinte, adotando como fio condutor a compreensão da trajetória de constituição de modelos e variações de condições de vida, neste artigo estarei considerando os desdobramentos de processos de integração social dos ribeirinhos, cujos resultados são, de certa forma, contraditórios.

[4] Essa forma de associação da vida humana com as disposições de seu habitat tem em Wirth um dos seus consagrados sistematizadores. Reconheço a importância de sua contribuição, mas também a relatividade da construção do tipo ideal (Wirth, 1979, p. 90-113).

Por um extrativismo de rapina e pela lógica expropriatória do capital mercantil, os ribeirinhos estão ameaçados no que tange à reprodução de lógicas e associações que lhes conferem um modo de vida próprio. E por essas ações de efeitos nefastos, são estimulados à produção de meios de inclusão de recursos (materiais e imateriais), que também produzem mudanças comportamentais. Dessa posição, eles fundamentam as elaborações de projetos políticos para gerir os efeitos e a velocidade das transformações negativas a que são atingidos, e, ao mesmo tempo, aquelas que almejam.

Todavia, adotar essa perspectiva de análise implica assumir os cuidados inerentes ao recorrente risco de valorização reificadora de especificidades ou singularidades comportamentais de um dado grupo. Considerar tais cuidados parece-me contribuição fundamental, visto que o termo ribeirinho incorpora esse atributo: realça uma alteridade supostamente derivada de comportamentos específicos, vinculados às lógicas adaptativas à relação com o meio ambiente, para olhares externos percebidos como inóspitos.

A reflexão torna-se então importante, tendo em vista o quadro dos objetivos traçados para esse programa de pesquisas. O horizonte a ele atribuído é a oferta de subsídios que possam vir a complexificar as formulações de políticas públicas ou políticas de governo, tal qual a demanda das instituições patrocinadoras da pesquisa.

Por conseqüência, advogando as especificidades da categoria social e econômica para efeitos de encaminhamento e negociação de demandas e redistribuição de recursos públicos, elaboro-as pelo deslocamento de tais questões ou de tais essencialidades. Negando a ênfase sobre comportamentos naturalizados ou naturalizáveis, centro a análise nas disposições sociais que justamente não podem ser compreendidas por uma análise essencialista ou substantivista. As perspectivas dialética e processualista serão então o fio condutor das considerações aqui apresentadas.

Para tanto, é fundamental entender os investimentos políticos na conformação de padrões de comportamentos e atitudes, de *ethos* e visões de mundo, mais facilmente perceptíveis em cristalizações institucionais. É mister trazer à tona, por meio da reflexão, os respectivos exercícios de imposição de modos de relacionamento e de adoção de referências comportamentais. É o caso da associação da identidade desses produtores com um território, unidade político-administrativa e cooperativa, cujo pertencimento assegura inúmeras formas de legitimidade às suas ações. Esses produtores se apresentam como agentes sociais numa ou a partir de uma comunidade delimitada. Os significados atribuídos ao termo comunidade tornam-se impositivos ao entendimento das relações sociais em que estão integrados. Porém, a complexidade aumenta porque o termo adquire múltiplos significados. Ora é amplamente inclusivo e se define pela mínima unidade territorial ou *localidade*; ora é unidade político-administrativa porque sede de prestação de serviços públicos e comunais (escola, capela, campo de futebol, motor

de luz, casa comunitária, sede da associação de produtores). Dessa perspectiva, é base para formulação de demanda e espaço público legitimado para os investimentos dos serviços municipais. Ora corresponde a um grupo de lealdades primordiais, preferentemente com reconhecimento oficial, pelo registro da fundação da associação em cartório. Equivale então à unidade associativa, base de gestão de ações políticas. Ora ressalta o modelo idealizado de pertencimentos, pela adesão participativa nas práticas e objetivos da vida construída em comum. Dessa perspectiva, é altamente excludente, colocando na liminaridade os que vacilam e, na exterioridade, os que se contrapõem às regras assumidas pelo grupo.

Todos esses fatores não derivam tão-somente das intenções de ribeirinhos mobilizados por convivência com delimitações espaciais e temporais singulares. Eles também são refratários à inserção em campos de forças sociais em concorrência e/ou complementaridade, diante da construção e apropriação de recursos.

Esses campos de forças sociais são também organizados para constituição de um sistema de produção e extração de excedentes, bem como de um sistema de poder correspondente aos ideários que justifiquem as interferências civilizadoras sobre os habitantes de uma das socialmente construídas e desejadas amazônias. Essas representações ora acentuam o irretorquível, ora o indomável, ora o infinito, mas, contraditoriamente, também um espaço de intervenção para correção de rotas, sinalizadoras da aproximação de idealizações sobre uma natureza sacralizável; ou sobre uma natureza propícia à realização de sonhos de acumulação de rapina. Todas essas intenções econômicas e políticas, nesse mesmo campo, são produzidas e diferencialmente reproduzidas[5].

Por isso mesmo, na análise considerada neste artigo, estarei valorizando o campo de concorrências institucionais, cujos agentes estão diferencialmente posicionados. E, nesse sistema de posições, também os ribeirinhos, isto é, aqueles motivados pelo desejo de serem reconhecidos como dotados de atributos positivos. Esses atributos são aí formulados, isto é, por efeitos das relações de força nesse mesmo campo constituídas. Essa apropriação, decorrente de tal dinâmica, assenta-se na denúncia de que estão abandonados pelos poderes públicos, condição para o encaminhamento de reivindicações que correspondam aos investimentos asseguradores de direitos sociais. Os ribeirinhos participam assim da concorrência pelo investimento político capitaneado pelos que aí disputam a hegemonia das formas de enquadramento, de adesão e de modelação da categoria, socialmente então reconhecida. Portanto (e nesses termos), na situação social considerada neste artigo, no médio rio Solimões, ribeirinhos é uma categoria mais política do que econômica, razão pela qual é alçada à remissão qualificadora de um modo de

[5] Sobre essa problemática beneficiei-me da leitura de Castro, 2003; Furtado, 2003 e Hébette, 2002.

vida advogado como *sui generis*. Engloba os agricultores de várzea, reconhecidos por prática econômica que associa a subsistência e as interdependências mercantis.

Como facetas de uma mesma prática social, para efeitos de compreensão das condições de vida, quero destacar que a análise não pode perder de vista que os agricultores de várzea reconhecidos ribeirinhos são agentes econômicos e políticos. Adotam comportamentos coletivamente elaborados, a partir de constrangimentos por eles, para tanto, exaltados. E, dessa experiência, formulam identidades, saberes e práticas orientadas pela gestão de descontinuidades nas formas de acesso aos recursos. São então diretamente atingidos por mudanças na ordem dos sistemas de articulação dos recursos naturais. E, por esta razão, engajam-se com maior ou menor intensidade na construção de formas de gestão do controle das ações predatórias que alteram as lógicas dos fenômenos naturais.

No entorno do médio rio Solimões, nos municípios pesquisados, o ciclo de alagações e vazantes/secas configura dois modelos de organização da vida social e produtiva. O das cheias, que ocorre entre março e junho/julho; e o da vazante/seca, entre agosto/setembro e fevereiro, com repiquete (curto período de subida das águas) esperado por volta de dezembro.

As alterações relativas, inclusive nos modos de delimitação das estações, são recorrentes. Estão registradas em textos produzidos por desbravadores (aventureiros), viajantes e missionários, desde o início da colonização do Brasil[6]. Todavia, no momento atual, essas alterações são avaliadas pelos entrevistados como produtoras de desorientações quanto à gestão do tempo e da apropriação de recursos naturais, mormente se eles fundamentam atividades orientadas por objetivos mercantis. Esses poliprodutores, adotando a tradicional subdivisão das estações anteriormente apontadas, pressupõem sua alteração pela excepcionalidade. Planejam então os investimentos produtivos e a gestão do tempo, pela regularidade, por essa expectativa proclamada secular. Portanto, os desvios, mesmo que os atribuindo a uma desenfreada, desequilibrada ou predatória apropriação dos recursos naturais, são ainda concebidos como contextuais. Poucos desses entrevistados prenunciam diferenças que induziriam a mudanças estruturais no modo de relacionamento com os recursos naturais; mesmo porque acreditam e investem num retorno a um equilíbrio *optimum,* desejado ou proclamado, caso as regras de reprodução mútua (dos homens e do ambiente natural) sejam respeitadas.

Há 30 ou 40 anos atrás, delimitam, essas adaptações eram mais facilmente geridas: ao alagamento inaceitável, ao fenômeno da terra

[6] Diversos trechos de relatos/testemunhas de viajantes que estiveram na região do médio Solimões entre os séculos XVI e XIX, foram reproduzidos por Raimundo Colares Ribeiro em "Viagens à Corte do Solimões", Manaus, Gráfica Rex, 1996. Minhas considerações levam em conta as contribuições aí registradas.

caída, à expansão exacerbada da extensão das praias, à dificuldade de acesso à água durante a seca, os moradores de várzea adotavam o deslocamento da apropriação territorial. Desfilam então com relativa desenvoltura essas mudanças daqui para ali e dali para acolá. Hoje, avaliam, esse deslocamento se torna mais limitado pela definição mais geral das formas de apropriação do espaço das margens dos rios e lagos. Essas mudanças nas formas de apropriação da terra são qualificadas pelas sentenças: *hoje essas terras todas já têm dono*; *hoje já não existe mais terra devoluta*.

Para efeitos de sintonia na comunicação com o leitor, sintetizo e destaco anteriormente à análise a ser demonstrada, que ribeirinhos, nos termos aqui concebidos, é categoria socioeconômica de heterodesignação. Os agricultores de várzea não se auto-apelam como tal, salvo nos espaços de ação política. A categoria ribeirinho*s* é, por esses mesmos heterodesignados, aceita para efeitos de constituição desse poliprodutor como agente político. Configura-se assim como categoria de significados distanciados daqueles inerentes aos modos de auto-identificação, cuja ênfase recai, como já destaquei, sobre o morador na comunidade (unidade territorial politicamente constituída pelo ideário da solidariedade e da redistribuição fraterna ou vicinal). E, para melhor compreender as reflexões que se seguem, insisto na advertência ao leitor: não perca de vista que estou destacando certos atributos da prática social de *agricultores de várzea*, no caso, reconhecidos politicamente pela categoria ribeirinho*s*. Esses atributos destacados têm em vista os objetivos da pesquisa. Trata-se de um poliprodutor expert na gestão de constrangimentos/alternativas ambientais e sociais. Está dotado de saber para gerir constrangimentos porque, aprendendo a geri-los, construiu sua relativa liberdade diante da natureza, elaborou meios de adaptação a esse ambiente ecológico, rompeu barreiras fundamentais, transformando assim essa terra, sucessivamente inundada, em seu habitat. Entre esses poliprodutores, tudo clama à consciência naturalizada dos limites: a) dos períodos de cultivo; b) dos riscos de, ampliando a produção, aumentar as perdas; c) do uso da força de trabalho manual dos membros da família e, por conseqüência, da necessidade de formação de *ajuris* ou mutirão[7]; d) da distância entre a casa e o roçado; e) da inexistência e inadequação de uso de animal de tração para lhes facilitar o trabalho; f) do espaço da canoa e da potência do seu motor para deslocar mercadorias; g) da distância a ser percorrida e do alto custo do combustível; h) da abundância do mercado quando os produtores dispõem dos mesmos produtos mercantis, cuja necessidade de consumo deve ser imediata; i) da impositiva transferência de valor excedente, caso não disponham de meios para comercializar diretamente os produtos e

[7] Equipes de chefes de família sob potencialidade plena do uso da força de trabalho, agregadas especialmente para a formação do roçado e construção ou reparação dos bens comunitários.

dependam dos *regatões*[8] ; j) da fraca capacidade de compra dos consumidores citadinos; k) das regras sociais que devem ser respeitadas para se integrar e se reproduzir como comunitário; l) enfim, da imposição da reprodução simples, para não perder a legitimidade de afiliação a um nós, no caso, à comunidade, para não ver seu esforço produtivo seguir água abaixo, e para não ampliar as vantagens voluptuosas dos agentes da circulação do capital mercantil.

Trabalho de campo

O trabalho de campo foi realizado entre 21 de julho e 23 de agosto de 2002; durante o mês de janeiro e quinze dias no mês de agosto de 2003. A equipe foi constituída por mim, responsável por esta situação de pesquisa e pela supervisão dos auxiliares de campo; João Marcelo Intini (agrônomo e mestrando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Neaf/Universidade Federal do Pará) e Angela Maria Garcia (pedagoga e mestre em Antropologia, pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense).

Como o objetivo do primeiro trabalho de campo foi a caracterização dos quadros socioeconômicos e institucionais nos municípios em pauta, a equipe, uma vez composta e orientada, dedicou-se ao mapeamento das instituições públicas e privadas, segundo as proposições comuns de coleta de dados apresentadas pela coordenadora do projeto. Discutidas as propostas, os membros da equipe local assumiram uma divisão social do trabalho que foi assim distribuída:

– À coordenadora coube o estudo de todas as instituições de ação mais totalizante e que constituíssem referência básica de investimentos políticos em relação aos ribeirinhos. Além disso, a pesquisa de todas as instituições voltadas para a prestação de serviços de saúde. E, para efeitos de contraposição e avaliação do peso relacional no campo político, também algumas outras lideranças institucionais de categorias econômicas mais representativas.

– João Marcelo ficou responsável pelo estudo das instituições afiliadas à prestação de serviços voltados para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, bem como das instituições de representação de interesses das categorias socioeconômicas vinculadas aos setores produtivos.

[8] Proprietários de barcos dedicados à circulação de mercadorias. Integram-se a redes de comercialização também compostas pelos patrões, pelos proprietários de recreios e pelos marreteiros. Esses agentes intermediários estão organizados por divisão de trabalho, mas também podem se justapor ou se hierarquizar pela vinculação aos patrões, que estabelecem entrepostos fixos destinados à compra e à venda de mercadorias diversas. Compõem, a partir dos agricultores (incluindo os de várzea), uma intrincada rede de apropriação de excedentes mediante comercialização, e de construção de formas de dominação personalizada. A partir desses agentes mercantis, os produtos agrícolas e extrativos locais alcançam grandes mercados; e os produtores obtêm outras mercadorias necessárias, geralmente ao consumo improdutivo, e créditos sob a forma usurária.

– Angela pesquisou as instituições públicas e privadas voltadas para a prestação de serviços em educação e algumas de representação política de categorias socioeconômicas.

No decorrer do trabalho de campo, todavia, todos os pesquisadores estiveram atentos ao reconhecimento de instituições previamente desconhecidas pelos propósitos traçados para a pesquisa. A esse reconhecimento caberia então a reordenação das competências em termos de pesquisa. Esse foi o caso das instituições religiosas evangélicas e da ação dos vereadores, destacadas pelo investimento junto à população e em especial aos ribeirinhos. Foram estudadas todas as igrejas evangélicas que demonstrassem abrangência significativa no investimento missionário. Quanto aos vereadores, foram privilegiados aqueles reconhecidos pela identificação com o atendimento das demandas dos ribeirinhos.

Não houve dificuldades para a realização da pesquisa, exceto os limites inerentes a este próprio exercício. Em sendo assim esperados, puderam ser transformados em dados, posto que revelavam os modos de concorrência institucional que são constitutivos dos campos políticos de intervenção social. No caso do município de Tefé, os pesquisadores enfrentaram alguns limites em face do imposto fechamento do universo dos ribeirinhos afiliados ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, tendo em vista a fixação de residência em unidades de conservação. Como a este instituto estão vinculadas quase todas as comunidades (aglomerados residenciais) *de várzea*, poucos dos moradores ali residentes puderam ser contactados. E quando o foram, o contato só foi possível porque, no momento, encontravam-se sob a tutela afiliacional de outra instituição, como é o caso dos sindicatos, da ação pastoral da Prelazia de Tefé ou em campos de atuação do poder municipal. Em conseqüência, nos municípios de Tefé e Alvarães estivemos limitados a um extemporâneo contato com habitantes de *várzea* e sob um número relativamente pequeno de situações. Visitamos apenas aquelas comunidades passíveis de serem liberadas a pesquisadores que não estivessem afiliados ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá[9].

A relação com os representantes das instituições vinculadas à Prefeitura Municipal de Tefé foi dificultada pela escassez de tempo dos respectivos dirigentes. No período do primeiro e mais longo trabalho de campo, eles estavam integrados à campanha eleitoral do pleito de outubro de 2002. Alguns só puderam ser entrevistados no segundo momento do trabalho de campo.

No caso do município de Coari, essas mesmas dificuldades se apresentaram, mas houve empenho de alguns dos titulares das secretarias em demonstrar o trabalho que vinham realizando. O prefeito encontrava-se em fase de intensas inaugurações, inclusive com a presença do governador.

[9] Em Tefé, mantivemos contato por visita com moradores das seguintes comunidades: Boa Vista, Jutica, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, São Jorge, Porto Praia, Santa Cruz da Ilha do Tarará do Meio e Santa Luzia do Bóia. E em Alvarães, a pesquisa incorporou a contribuição dos moradores de Nova Macedônia, Catuiri de Baixo, Catuiri de Cima, Caburini, Santa Helena do Icé, Perseverança e Laranjal.

Apenas a Subsecretária de Saúde negou-se a falar, alegando falta de tempo diante da administração de providências atinentes a ações de tratamento de uma epidemia de malária.

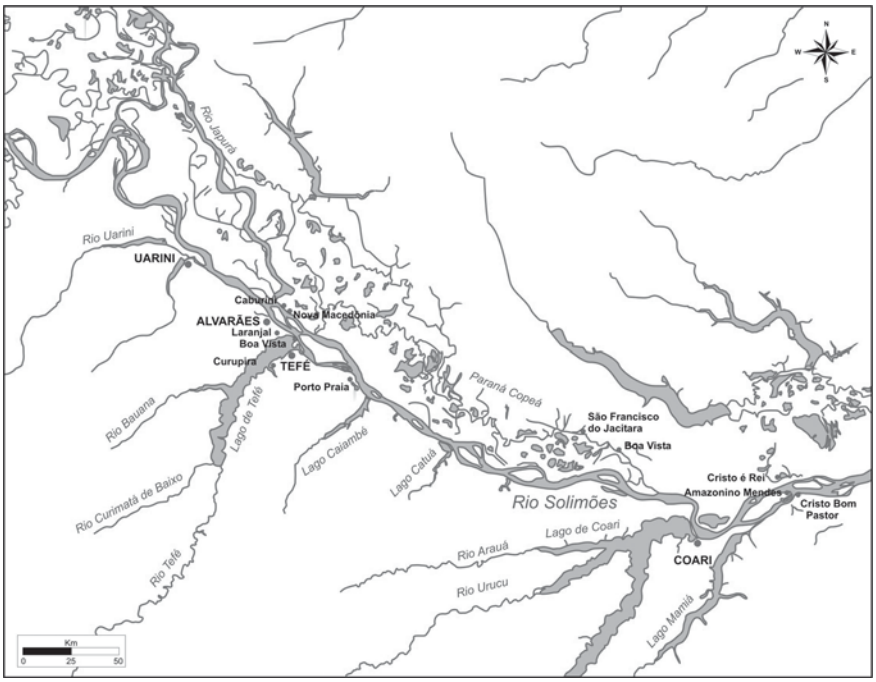
Ao lado desses fatores, após os eventos de inauguração de obras, os munícipes de Coari foram objeto de assistemática investigação da Polícia Federal. A *blitz*, conforme reconhecimento pela população, visava à apreensão de armas e outras mercadorias consideradas ilegais, ou cujo comércio pudesse ser classificado como ato criminoso. Como as espingardas dos trabalhadores estavam sendo confiscadas, havia desconfiança geral em relação à equipe de pesquisa. Perguntas mais insistentes sobre pesca, mas principalmente sobre caça, tiveram que ser suspensas e/ou formuladas sob discrição e tato, para assegurar o levantamento de outros dados.

Em Alvarães, a equipe foi gentilmente recebida pela administração municipal, tendo sido possível realizar longas entrevistas com o prefeito e seu vice. Eles facilitaram o deslocamento da coordenadora da pesquisa a uma das comunidades por eles considerada modelo, tomada como referência para o programa de ação política que estava sendo por eles implementado. Facilitaram o contato com moradores de comunidades institucionalmente tuteladas, quando, na cidade, eles se encontravam, inclusive para a apresentação de demandas aos gestores municipais.

Por orientação da coordenadora da pesquisa, considerando o longo deslocamento de ida e volta de Tefé para Coari, na primeira etapa do trabalho de campo foram realizadas visitas a diversas comunidades deste município[10]. No contexto do trabalho de campo, elas estavam sob intenso processo de reconhecimento como unidades político-administrativas, de prestação de serviços públicos. Eram reconhecidas como sedes descentralizadas da Prefeitura, então representada por líderes remunerados para o suposto exercício de intermediação. Realizamos toda coleta de dados num só período, diferentemente dos dois tempos previstos como itinerário geral da pesquisa nos outros dois municípios.

No segundo trabalho de campo foram realizados os estudos em comunidades (unidades político-administrativas onde se agregam principalmente grupos de parentesco por consangüínidade e afinidade) nos municípios de Alvarães e Tefé. O estudo estava orientado pelo levantamento de dados para caracterização sociopolítica de cada comunidade, e socioeconômica de grupos domésticos ali situados. A equipe deveria aprofundar a análise das condições de vida da população, conforme roteiros previamente estabelecidos pela coordenação geral da pesquisa. Ao todo foram consideradas as unidades territoriais identificadas como comunidades na Figura 1.

[10] Comunidades visitadas: Cristo é Rei, Cristo Bom Pastor e Amazonino Mendes, na Costa do Trocari; São Francisco do Jacitara, na Costa do Jacitara; Santa Rita, na Ilha do Ariá; São Francisco, Boa Vista, São Raimundo, Nossa Senhora Aparecida, Divino Espírito Santo e Nossa Senhora de Fátima, na Costa do Juçara.



■ **FIGURA 1** – Localização das comunidades estudadas.

Em face dos padrões de tutela institucional já comentados, condição que restringe a área de estudo (comunidades *de várzea)*, incluímos na pesquisa algumas comunidades situadas em terra firme (termo que se contrapõe ao de várzea, por não ser a área atingida por alagações da bacia hidrográfica e se apresentar dotada de outras características físicas). Por tais circunstâncias, é preciso ressaltar as especificidades daquelas comunidades estudadas. Como estão próximas à cidade e praticamente não recebem apoio institucional externo (exceto Laranjal e Caburini), no momento da pesquisa, encontravam-se em processo de decomposição dos pressupostos básicos de sua configuração e reprodução sociais. Os velhos e as crianças haviam fixado residência na cidade e o território, anteriormente local de produção e moradia, estava destinado à realização de unidades de produção, sob descontinuidade com as respectivas unidades de consumo. Boa parte das famílias estava residindo na cidade. Os pais, em idade produtiva, investiam em projeto diferenciado para os filhos, secundarizando qualquer esforço para que eles viessem a ocupar a mesma posição de agricultor de várzea.

Considerei, então, aquelas comunidades que vêm recebendo apoio do ProVárzea, por meio do GPD – Grupo de Preservação e Desenvolvimento, cujas características institucionais serão oportunamente apresentadas.

A permanência em cada comunidade variou com as condições de recepção e instalação da equipe de pesquisadores. Nenhuma delas foi estudada por período menor que dois dias.

Médio Solimões: municípios de Tefé, Coari e Alvarães

O município de Tefé foi constituído em 1855, momento da elevação da vila em cidade, segundo a Resolução Provincial nº 44, de 15 de junho do mesmo ano. A distância em linha reta é de 516 km da capital do estado. Limita-se com os municípios de Coari, Tapauá, Alvarães, Carauari e Maraã. É considerado o pólo regional do triângulo Jutaí/Solimões/Juruá.

O município de Coari foi definitivamente criado em 1913, por desmembramento do município de Tefé. A cidade apresenta-se como um entreposto comercial e de serviços, recentemente expandido pelas interferências resultantes da implantação de um pólo de extração de petróleo, em Urucu, sediado neste município. A distância da capital do estado é de 363 km em linha reta e 463 km por via fluvial. O município de Coari limita se com os seguintes municípios: ao norte, Codajás; ao sul, Tapuá e Camaruã; a leste, Anori e Codajás; a oeste, Tefé e Maraã.

O município de Alvarães é de criação recente (1984), embora as tentativas sucessivas de conquista de autonomia diante da administração do município de Tefé, território ao qual pertencia, sejam bem anteriores. Está localizado à margem direita do rio Solimões, a duas horas de barco de Tefé e a 628 km de Manaus. Faz limites com os municípios de Tefé, Maraã, Uarini e Juruá. Nos últimos anos, tendo em vista sua condição de município, a cidade de Alvarães, especialmente, apresentou considerável crescimento populacional, como comprova o aparecimento de novos bairros (Santa Luzia e Mutirão). O crescimento da população urbana é correlato à expansão da oferta dos serviços de ensino (fundamental e médio) e de saúde, inclusive um hospital geral inaugurado em 2002.

Os municípios de Alvarães, Tefé e Coari apresentam áreas e população distribuídas conforme a Tabela 1.

■ **TABELA 1** – Área e população residente nos municípios de Alvarães, Tefé e Coari, em 2000.

MUNICÍPIO	ÁREA (KM²)	POPULAÇÃO RESIDENTE
Alvarães	6.075	12.147
Tefé	23.705	64.576
Coari	57.230	67.087

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000, p. 9-10.

Dessas áreas, parte é apropriada por estabelecimentos produtivos, cujos titulares diferenciam as condições de incorporação pelas posições de

■ **TABELA 2** – Dados gerais sobre a apropriação agrária nos municípios de Alvarães, Tefé e Coari: condição do produtor.

MUNICÍPIOS	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Alvarães	800	7.961	3	15	-	-	617	6.388
Tefé	2.027	16.323	3	10	-	-	225	1.425
Coari	2.887	68.936	49	800	9	129	1.130	4.849

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1995-1996 – Amazonas, p. 166.

proprietários, posseiros ou ocupantes, arrendatários e parceiros, categorias de classificação atribuídas segundo critérios do IBGE.

Esses estabelecimentos operam segundo grupos diversos de atividade econômica. Pelos dados do IBGE, não se pode inferir a localização do estabelecimento nos ambientes diferenciados de várzea ou terra firme. Entretanto, pela peculiaridade das condições de aproveitamento produti-

■ **TABELA 3** – Grupos de atividade econômica por estabelecimento nos municípios de Alvarães, Tefé e Coari, em 1995.

MUNICÍPIO		ALVARÃES	TEFÉ	COARI
Grupo de atividade econômica/ estabelecimentos	Lavoura temporária	1.352	2.020	1.803
	Horticultura	-	10	6
	Lavoura permanente	42	157	1.857
	Pecuária	3	3	19
	Produção mista	5	7	18
	Silvicultura e exploração florestal	18	57	171
	Pesca e aqüicultura	-	1	201
	Produção de carvão vegetal	-	-	-

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1995-1996 – Amazonas, p. 168.

vo da *várzea*, os agricultores que aí se instalam integram o conjunto computado em lavouras temporárias.

As principais atividades econômicas desenvolvidas nestes municípios são assim destacadas: agricultura, pesca e comércio. Os principais produtos agropecuários são: fruticultura (banana, pupunha, abacaxi, cupuaçu, laranja, limão); culturas industriais (guaraná, açaí, cana-de-açúcar, café, pimenta-do-reino, urucu, malva); culturas alimentares (mandioca, milho, feijão, arroz); olericultura (melancia, abóbora, couve, alface, cebolinha, coentro, pepino, repolho, pimentão, maxixe, quiabo, tomate, pimenta-cheirosa, pimenta-murupi); extrativismo (castanha-do-pará); pecuária (bovinocultura de corte, bovinocultura mista, bubalinocultura, avicultura de corte, avicultura de postura, aqüicultura, sob fraca relevância econômica). Os produtos mercantis mais importantes são a castanha, mas principalmente a farinha-de-mandioca, sob diversas modalidades. Cada uma dessas modalidades configura atributos diferenciados, conforme gostos de consumo consolidados. Por isso, a cada uma delas correspondem preços relativamente diferenciados ou graduados.

No município de Alvarães, a principal atividade econômica é o extrativismo da castanha, associado ao cultivo da mandioca e à fabricação de farinha, à pesca artesanal e à horticultura. Ampliam-se as atividades econômicas de pequeno porte, como a piscicultura, a pecuária, a criação de pequenos animais e o plantio de arroz e feijão. Essa expansão evidencia a orientação produtiva pela diversificação ou complementaridade de alternativas, posta em prática por meio de programas de redistribuição de terra em áreas não alagáveis.

É inexpressiva a atividade produtiva no setor secundário nesses municípios, representado por padarias, movelarias e frigoríficos que armazenam o pescado. Há também unidades de exploração madeireira, movelaria, de olaria, de vassoura, fábrica de móveis, fábrica de sabão e fábrica de beneficiamento de açaí.

A atividade econômica que agrega a população urbana vincula-se ao setor terciário, tanto o comércio quanto o serviço público municipal.

O quadro institucional de reconhecimento social dos ribeirinhos

Para compreender as condições de constituição da categoria social ribeirinhos, nos termos em que se apresenta no atual contexto político, é preciso levar em conta o campo de forças sociais que se produz por efeitos de concorrência de investimentos políticos diversos. Esses investimentos estão referenciados pela constituição de comportamentos esperados por parte da população, em especial, para o caso aqui analisado, os habitantes de várzea.

Considerando o quadro institucional, cujos agentes tomam em conta os ribeirinhos, e, reciprocamente, aquele também por estes reconhecido, podem ser destacadas as seguintes presenças mais significativas:

- Os representantes da Igreja Católica e os concorrentes afiliados às Igrejas Evangélicas.

- Os representantes do poder político-administrativo estatal, tanto no plano local ou municipal, mas também estadual e federal[11].

- Os intermediários da circulação do capital mercantil, na figura de *patrões*, *regatões* ou *marreteiros*[12].

- Os porta-vozes dos projetos políticos, nos termos em que se definem, preservacionistas *versus* conservacionistas. Os primeiros, advogando direitos sociais reconhecidos pela histórica presença dos agricultores na apropriação de recursos produtivos e meios de vida. Os últimos, advogando a aplicação de saberes científicos. Independentemente das contraposições em jogo, todos buscam construir, entre a população que se dedica à captura de animais e ao extrativismo, padrões de adesão ao uso racional ou sustentado desses recursos.[13]

- Os agentes de representação política delegada, para efeitos de defesa de interesses corporativos de categorias sócio-econômicas, no contexto sob expansão das formas de inclusão, especialmente no que tange a direitos previdenciários.

Esta divisão de trabalho institucional (ou este sistema de posições) está assim enumerada, apenas para efeitos de explicitação de interesses específicos. Entretanto, só pode ser compreendida pelas interdependências assim constituídas. Muitos desses agentes institucionais operam em parcerias, embora gerindo dissensos.

Há posições inconciliáveis quanto aos princípios de elaboração de projetos políticos: é o caso dos circuladores e acumuladores de capital mercantil, em suas várias cadeias de intermediação, e dos defensores da

[11] No plano federal, ressalta-se uma presença relativamentede certa forma recente, em especialespecialmente a partir dos programas que configuram processos de descentralização administrativa ou reconhecimento de carentes sociais, erigidos provisoriamente como dotados de direitos à assistência emergencial. E também, em parte, sob pressão dos que se desejam beneficiários dos programas previdenciários, que concedem pensões e aposentadorias a trabalhadores rurais e pescadores; ou que transferem complementos salariais, no período de defeso, para esta última categoria profissional.

[12] Essas categorias correspondem a posições interdependentes do circuito de comercialização de produtos e circulação de capital usurário. Os patrões estão em geral dotados de melhores condições de acumulação mercantil e concentram pontos já estabelecidos da comercialização (os barracões e, atualmente, as estivas ou grandes lojas que operam sob oferta diversificada das mercadorias). Os regatões correspondem aos agentes da circulação mercantil que objetivam as redes que interligam unidades produtivas, flutuantes, casas aviadoras e feiras urbanas. Os marreteiros são intermediários da circulação de mercadorias, sobretudo nos espaços das feiras.

[13] Não cabe ao pesquisador tomar partido nas lutas simbólicas que, neste campo, objetivam-se. Analiso os agentes dele partícipes, destacando as concepções em concorrência e as estratégias por eles postas em prática. Levo em consideração as relações de força e as representações referenciadoras das práticas assim legitimadas (Lenoir, 1998).

preservação ambiental ou da conservação. Mas há aproximações possíveis entre estes últimos, mesmo que os que se advogam especialistas na aplicação prática de princípios científicos reivindiquem a superioridade de seu saber. Todavia, como na região eles não se constituíram como pioneiros da ação prática voltada para a conservação ambiental, eles devem conviver e concorrer com concepções preservacionistas, que buscam seus fundamentos num humanismo cristão. Os que advogam tal sistema de crenças legitimam-se e criam engajamentos a partir do reivindicado respeito à obra deixada pelo Criador, a qual os homens devem, por princípio de fé, inclusive na irmandade em Cristo, respeitar.

Também há discordâncias quanto à adesão aos respectivos modelos práticos: uns preferem unidades de desenvolvimento sustentável e outros, unidades de conservação. Tais discordâncias, do ponto de vista dos ribeirinhos, são elaboradas pela referência à avaliação de maior ou menor autonomia dos usuários dessas unidades. Como, sob quaisquer das circunstâncias, o saber do poliprodutor deve ser considerado, os ribeirinhos reivindicam a legitimidade e a prevalência deste seu saber aí requerido, até mesmo para fundamentar o processo de troca. Eles se consideram capazes de assegurar manejos e reproduções sob a referência da sustentabilidade.

A contraposição fundamental se baseia no questionamento das interferências do saber qualificado como científico, valor em si que os agricultores nem sempre aceitam; e nos princípios de interpretação das formas de apropriação dos recursos, incluindo os transferidos pelas instituições promotoras das práticas preservacionistas, com os quais eles também nem sempre concordam.

Da mesma forma, é possível a convergência de interesses e a constituição de redes de ação política que agreguem os agentes eclesiásticos e os porta-vozes dos movimentos corporativos e associativistas. Essa coerência, muitas vezes, se impõe porque as formas de inserção política provocam desdobramentos recíprocos. Há, também, acúmulos de funções. Algumas delas, por exemplo, circulam entre um número restrito de agentes sociais ou de redes familiares: catequistas, líder de comunidade ou de setor, presidente de associações e agentes de saúde. Enfim, também é possível a concomitante contraposição e aliança entre lideranças agregadoras de interesses corporativos de agricultores, trabalhadores rurais e pescadores, e gestores dos poderes estatais nos seus diversos planos. Um sindicalista pode ser ele mesmo vereador ou estar com alguém nesta posição vinculado por redes de parentesco e vizinhança.

Os ribeirinhos e os representantes políticos delegados exaltam a convivência secular dos habitantes da Amazônia com agentes externos que por aí se integram, em nome de objetivos mercantis, missionários ou científicos. E pensam-se subjugados a diferenciadas, mas contínuas formas de colonização até hoje presentes.

Os interesses mercantis e administrativos das Coroas (espanhola e portuguesa) foram ampliados pela incorporação de pesquisadores naturalistas, como Charles Marie de la Condamine (francês), que, em 1743, esteve em Tefé. Essas viagens resultavam em condecorações nas academias européias, como é o caso da Academia de Ciências de Berlim, o Royal Society, de Londres e a Academia Francesa. Desses naturalistas, os mais reconhecidos são Johann Baptist von Spix, zoólogo, e Carl Friedrich Phillipp von Martius, botânico. Pelo relato desses cientistas, por volta de 1819, tem-se notícia que Ega, como era chamada Tefé, já se constituía em empório comercial da parte alta do Solimões e de todos os seus afluentes. Por aí circulavam mercadorias européias e saíam cacau, salsaparrilha, manteiga de tartaruga, pirarucu seco, café, algodão, óleo de copaíba, favas de pixurim, castanha-do-maranhão, carajuru, urucu e madeiras para construção (Ribeiro, 1996, p. 66-67). Dessas incursões, cujo objetivo era o conhecimento da flora, da fauna e da abrangência da bacia hidrográfica, participou também Alcides Dessalines d'Orgigny, a serviço do Museu de História Natural de Paris, tendo passado pela região por volta de 1831. Com o mesmo objetivo, também esteve na região, a serviço do Museu Britânico em 1850, Henry Walter Bates.

Os interesses motivados pelo conhecimento científico jamais cessaram de se expandir, como demonstram a presença de inúmeros institutos de pesquisa, as parcerias institucionais e a recorrente curiosidade de pesquisadores nacionais e internacionais. No atual contexto, os interesses de pesquisa se associam aos objetivos ou às orientações quanto à sustentabilidade como valor ético e social.

Na região onde se localizam os municípios em pauta, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM – corresponde à instituição de pesquisa e intervenção mais prestigiosa, tendo em vista o sistemático trabalho dos seus profissionais. Ele foi instituído a partir da criação da Estação Ecológica Mamirauá, em 9 de março de 1990, pelo Decreto n° 12.836[14]. Em 1996, pela Lei nº 2.411, a Estação foi transformada em Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – RDSM –, tendo o Instituto como órgão gestor. Por meio do Programa de Manejo Florestal Comunitário, os profissionais do IDSM promovem a conservação das florestas de várzea da unidade (RDSM), com base na implantação de um modelo comunitário de manejo florestal sustentável. Ele é posto em prática através da participação direta dos integrantes das associações comunitárias, incorporando assim a adequação às condições econômicas, culturais e ecológicas da reserva. Os comunitários interessados recebem treinamento e assistên-

[14] A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – RDSM – é, em termos de localização em área de várzea, a maior unidade de conservação no Brasil. É formada por florestas inundáveis e grande extensão de várzea, assim protegida. Alcança 1.124.000ha e localiza se no estado do Amazonas, na confluência dos rios Japurá, Solimões e Auati Paraná.

cia técnica e são estimulados a participar do planejamento, execução e monitoramento do manejo florestal.

As considerações apresentadas sobre a atuação do Instituto Mamirauá visam apenas registrar sua presença no quadro institucional analisado. Os estudos sobre essa prática institucional são elaborados pelos seus próprios pesquisadores. Por isso, qualquer compreensão mais aprofundada deve contar com a bibliografia produzida pelos pesquisadores da instituição.

Contudo, é preciso registrar, a partir de dados de entrevista, os efeitos da provocação ou constituição de novos saberes e da valorização daqueles consolidados pela população local. Há constante referência dos entrevistados aos modos de atuação dos funcionários e às expectativas esperadas, algumas distantes dos objetivos da instituição. Incluindo a população local como repassadora e produtora de conhecimentos, integrando alguns dos seus membros como prestadores de serviços, sob remuneração, tornou-se possíveis a reprodução e a conversão de um campesinato integrado pela circulação de saber transformando em mercadoria. Portanto, um campesinato que inclui, entre suas atividades, a prestação remunerada de serviços, a partir de experiência social consolidada, além das atividades agrícolas, artesanais, de pesca e de extração controlada de recursos naturais. No mercado de prestação de serviços, esses saberes práticos são indispensáveis às relações de interdependência com os pesquisadores e os agentes educacionais, responsáveis pela gestão do processo de intervenção social.

No contexto atual, no caso das instituições que estão sediadas na cidade de Tefé, a despeito da presença do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, é inegável a hegemonia dos porta-vozes que se associam em rede, colocando em prática, na maior parte das vezes, ações capitaneadas ou apoiadas pela Igreja Católica. Nos municípios de Coari e Alvarães, mesmo que adotando modelos de ação relativamente diversos, é inegável a hegemonia do poder municipal, graças à adesão aos programas sociais do governo federal.

Devido à absoluta falta de espaço associado ao tamanho do texto no gênero artigo, não analisarei o campo institucional de gestão política dos ribeirinhos. Limitar-me-ei a focalizar o modelo de intervenção dos representantes da Igreja Católica e das instituições estatais.

Os ribeirinhos e a constituição do produtor mercantil

A construção da Amazônia como região, por muitos séculos, tornou-se objeto de intermináveis especulações, quase todas orientadas pela adoção de formas de apropriação de recursos, cuja grandeza está associada, muitas vezes, à infinitude. De modos diversos, sob associações e parcerias provisórias e complementaridades nem sempre longamente reproduzidas, instituíram-se os interesses pela apropriação territorial e pela exploração extrativista, segundo objetivos mercantilistas. Essas ações

se reproduziram sob os marcos da autoridade estatal, mas também pela expansão de saberes acadêmicos e práticos, justificados pelo ideário missionário e religioso. Assim, os porta-vozes desse ideário se compuseram e também se contrapuseram. Como todas essas forças sociais operaram e operam na consolidação de processos de colonização, cada uma delas imprimiu marcas e formas de exploração próprias. A diversidade de condições de consolidação de hegemonia imprime à população modos diferenciados de participação e de constituição social. Não obstante, todos referenciados à unanimidade da avaliação de que os amazonenses ainda se encontram sob o regime colonial, pois que, como já destaquei, segundo os entrevistados, o sistema de autoridade permanece orientado por interesses externos à Nação brasileira.

As primeiras incursões sobre o território hoje identificado como médio Solimões estiveram a cargo de contextuais empreendedores, reconhecidos como *aventureiros*, a serviço dos interesses das Coroas Espanhola ou Portuguesa[15]. Pelas informações que circularam, tais *aventureiros* colaboraram na construção das formas de extrativismo ou na definição das condições de apropriação do território. O extrativismo se fixou como modelo de exploração econômica e subordinação impiedosa e violenta da força de trabalho, descartável tal qual a mercadoria embarcada para outras plagas[16].

O modelo mais acabado do extrativismo se constituiu em torno do sistema seringal, forma violenta de imobilização da força de trabalho, gravitada em torno do princípio de troca do aviamento[17], base institucional da consolidação do capitalismo mercantil[18]. A amplitude dessa forma de exploração secundarizou outros modos de apropriação dos recursos naturais; e outros segmentos de trabalhadores autônomos, porque não se encontravam diretamente subjugados ao sistema seringal[19].

No quadro dessas relações, os patrões e os regatões, ora se complementando, ora se contrapondo, ora se superpondo, articulavam um universo social cujos contornos eles mesmos contribuíam de forma vigorosa para delimitar. Para os seringueiros, pelo sistema de barracão, os patrões

[15] Esse é o caso de Diogo Nunes de Quesada que, compondo expedição com espanhóis, visitara a região em 1538. Logo após, Frei Gaspar de Carvajal, pertencente à Ordem dos Dominicanos, descreveu uma viagem pela região, no ano de 1542, registrando a presença de inúmeras aldeias de nações indígenas. Relatos do mesmo teor, ora exaltando a numerosa presença de grupos indígenas, a hospitalidade com que os visitantes foram recebidos, ora a morte de muitos dos nativos em batalha pela defesa do território, foram apresentados por Francisco Vásquez, em 1560 (Ribeiro, 1996).

[16] Sirvo-me de referências ao passado, não para inventar a linearidade, mas como ilustração, isto é, instrumento de demonstração de aspectos que desejo colocar em relevo.

[17] Forma intermediada de trocas mercantis de diversas ordens, referenciadas pela reciprocidade negativa e sistema de dominação pessoal.

[18] Minha interpretação é convergente com a de Souza (2001), no que tange aos pressupostos básicos da associação entre colonização e capitalismo mercantil.

[19] Para as análises aqui apresentadas, além da valorização da referência da memória coletiva dos entrevistados, pude me beneficiar das contribuições analíticas apresentadas por MacGrath, 1999, p. 57-72 e Souza, 2001.

asseguravam a reprodução imobilizada. Para os demais segmentos de produtores, espalhados pelas margens dos rios, *os regatões* constituíam as redes de interligação com o mundo circundante. Eles asseguravam o suprimento de sal, açúcar e outros produtos básicos ao complemento da produção de subsistência. Por essa razão, estimularam e apoiaram a atividade pesqueira e o beneficiamento de peixes, mercadoria erigida em mediação fundamental a esse sistema de produção e dominação.

O desenvolvimento da economia da borracha, sustentada inclusive pela incorporação de embarcações a vapor, facilitou a circulação de mercadorias e consolidou a existência, mesmo que rarefeita, de um campesinato autônomo e de apropriação marginal dos fatores de produção, no que tange à vinculação mercantil.

Ultrapassado o ciclo da exploração das seringueiras como atividade fundamental, a presença dos regatões diminuíra. Essa presença mais rarefeita, em grande parte, estimulara a *descida* (termo de uso local para se referir ao movimento no sentido da foz do rio) da população em busca da proximidade de centros comerciais. Na alquimia da representação polarizada dos tipos sociais, os seringueiros, cantados e decantados pela bravura, pelo sofrimento e pela solidão, foram sendo repostos pelos ribeirinhos. Estes, agregados em torno de grupos domésticos, dedicados à agricultura sazonal, à pesca, à coleta de frutos, à caça e à derrubada da floresta, atendiam agora aos interesses dos madeireiros, além de suprirem os regatões especializados no comércio de peixes secos[20].

A referência dos entrevistados quanto a esse contexto imediato à quase interrupção do extrativismo no seringal acentua o movimento de *descida* dos rios, também animados por notícias alvissareiras, que apontavam para investimentos estatais concentrados em núcleos de desenvolvimento. O holofote dos regatões e dos recreios iluminava a constituição do parque industrial de Manaus, então referência principal. E assim, torna-se reconhecida uma das versões da história social dos ribeirinhos: categoria que, por essa perspectiva, abarcaria amplo segmento de ex-seringueiros (e seus descendentes). Nesse contexto, migraram das colocações (unidades individuais de extração integradas ao sistema produtivo do seringal), tanto para atividades de subsistência e mercantis, sob a condição de produtores agrícolas nas beiras ou nos beiradões (margens dos rios), quanto para a residência na periferia das cidades, sob a condição de assalariados[21]. Essa outra versão, que acentua a migração para as sedes municipais, valoriza outro marco histórico.

[20] Esta interpretação leva em consideração a memória coletiva dos entrevistados.

[21] O registro dessas representações pode ser melhor compreendido pela leitura do livro *A Irmã Adonai e a luta social dos ribeirinhos*, por mim organizado para colaborar na institucionalização desse processo de produção de memória coletiva. Versão mais ampla e de melhor circulação está sendo por mim encaminhada para provável publicação pela Unamaz, sob o título *A luta social dos ribeirinhos*. Ambos os textos se compõem de trechos de entrevistas realizadas durante o trabalho de campo desta pesquisa.

Se a historiografia da Amazônia é elaborada a partir de grandes marcos da intervenção estatal e da aplicação de capital, uma das visibilidades sociais dos ribeirinhos é marcada pelas mudanças por eles vividas, a partir das grandes enchentes de 1975, 1976 e 1977. Servindo de marco temporal, essa condição ambiental adversa não pode ser entendida apenas nesses termos. Segundo a memória dos ribeirinhos e dos mediadores que participaram da construção de versões sobre seu processo de existência social, a inflexão se deu porque à destruição da grande enchente de 1975 seguiram-se outras inundações extravagantes, eliminando praticamente as condições de reprodução material. Emergem à consciência pública, o abandono da população ribeirinha, a centralidade de todas as instituições no espaço urbano e a necessidade de assistência humanitária. Essa versão é decisiva para a mobilização e legitimidade das ações dos missionários e catequistas na adesão dos princípios pedagógicos do Movimento de Educação de Base – MEB que foi implantado na década de 1960.

■ **TABELA 4 –** Distribuição da população rural e urbana nos municípios de Alvarães, Tefé e Coari (AM), entre 1970 e 2000.

MUNICÍPIOS	1970				2000			
	URBANA		RURAL		URBANA		RURAL	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Alvarães	-	-	-	-	2.784	2.530	3.557	3.279
Tefé	3.920	3.902	5.978	5.373	24.081	23.617	8.864	7.895
Coari	4.492	4.386	9.813	8.945	19.671	19.833	14.182	13.410

Fonte: IBGE – Dados da Amostra (1970) e Dados do Universo Censo Demográfico 2000 (http://www.ibge.gov.br)

Em 1970, por exemplo, a população urbana nos municípios era bem menor que a rural. Em 2000, a relação se inverteu:

Do ponto de vista desse reconhecido migrante, o espaço de referência do universo de significações incorpora os espaços de povoamento do entorno do alto e principalmente do médio rio Solimões, numa mobilidade naturalizada pela recorrência e espontaneidade do uso dos termos *subir o rio* e *descer o rio;* pela referência ao estar viajando; e pelo reconhecimento da abertura do universo social e simbólico alcançada fundamentalmente pelo trabalho nos regatões ou nas equipes de recreios, tanto para homens quanto para mulheres jovens, isto é, de idade entre 18 e 30 anos[22]. Esse engajamento qualifica então um "novo" e diferenciado ser social, capaz de elaborar desnaturalizações pela contraposição a modos de vida semelhantes e diversos. E, por tal distinção social, embora constituídos na posição através das funções de carregadores, cozinheiros ou serviçais em

[22] Estou referenciada pelas advertências metodológicas de Bourdieu (1989), para desconstrução/construção do termo região.

barcos recreios ou comerciais dos regatões, lançando-se eles próprios ao trabalho de mediadores culturais para a inclusão dos demais ribeirinhos.

A memória coletiva dos entrevistados e a perspectiva hegemônica da literatura exaltam o intenso e paralelo processo de migração interna, tanto da população mobilizada no Nordeste quanto daquela há muito fixada na região[23]. O destaque ao intenso processo de liberação de mão-de-obra põe em relevo uma dispersão sem outra orientação econômica catalizadora. Essa lógica explicativa, ao se ancorar na interpretação dos processos econômicos dissociados por ciclos, valoriza as formas de participação da população diante da sucessão de cultivos ou de extração, secundarizando a diversidade de vínculos econômicos. Assim, o registro da ruptura da relativa autarcização dos seringais, da libertação também relativa do *aviamento* e da busca de referências externas pelos ex-seringueiros destaca o declínio da população e sua dispersão, até que ela reapareça vinculada ao cultivo da juta e/ou malva, também desenvolvido por iniciativa governamental, mas mediada por regatões.

A produção de juta e malva recebeu incremento a partir da década de 1940, tendo em vista a constituição de mercados para beneficiamento de matéria-prima para confecção de sacaria, embalagens de produtos agrícolas, telas, cordas e fundo de tapetes.

Todavia, a configuração de um espaço socioeconômico, do ponto de vista de muitos dos entrevistados, deve-se aos investimentos para implantação e expansão do sistema católico de articulação das populações. Por esse princípio de afiliação, a concepção da região se altera, encapsulando outros municípios não considerados pelas categorias do sistema classificatório oficial. A visibilidade desse princípio de integração se expressa pela identidade de afiliação a uma das Prelazias e pelo delineamento de circuitos de troca e de fluxo populacional, que denunciam, pela natureza desses vínculos, o alegado abandono da população à sua própria iniciativa[24].

[23] A análise dos dados censitários construídos para a computação dos habitantes do estado do Amazonas, relativamente aos da Região Norte, revela a restrição da eficácia da extração da borracha na mobilização e crescimento do contingente de força de trabalho direta ou indiretamente potencializada. Entre 1872 e 1920, a população no estado do Amazonas se elevou de 57.610 para 514.099, enquanto que a da Região Norte se deslocava de 332.847 para 1.844.655 habitantes (evolução da população do Estado do Amazonas e da Região Norte: Censos 1872 a 1950, Anuários Estatísticos, IBGE). O crescimento da população entre 1872 e 1890 está articulado ao processo de migração de nordestinos para a Região Norte, assolados por secas das mais intensas, ocorridas em 1877 e 1888, e décadas subseqüentes. Entre 1872 e 1920, a população na região se expande em 332,0%. Entre 1920 e 1940, ela ficou estagnada, acompanhando o declínio da extração da borracha. A partir de 1940, diante dos acordos de Washington e os conseqüentes investimentos públicos e privados, o fluxo migratório para a Região Norte foi reiniciado. Os censos de 1950 e 1960 registraram oscilação de população entre 1.844.665 e 2.601.519 habitantes, portanto, incrementos de 29% e 77% sobre a base demográfica de 1940.

[24] A primeira expressão de tais relações intermunicipais exalta a dispersão da população e a migração para áreas ribeirinhas do Solimões, em face da secundarização do processo de extração da seringa. Posteriormente, pela criação da Zona Franca de Manaus, a saber, pela criação de outros princípios de inserção no mercado de trabalho e expansão da comercialização, alternativas cuja apropriação pressupôs instrumentos diversos de pressão no sentido do acesso ao ensino básico.

Os ribeirinhos, as *desobrigas* e a vida em comunidade

A partir do século XVII, os investimentos intermediários postos em prática por diversas ordens religiosas marcaram o tom do caráter da colonização portuguesa, atrelada às ações mais consistentes de reconversão de grupos indígenas. Destaca-se então o jesuíta espanhol Cristóbal de Acuña, autorizado por Felipe IV da Espanha a viajar pelo rio Amazonas em companhia do capitão-mor Pedro Teixeira, para realizar exaustivo levantamento sobre os habitantes e as riquezas a serem exploradas. Para fincar as condições práticas do programa de catequese, em que se fundou a colonização, frei Laureano de la Cruz, em 1650, esteve entre os rios Juruá e Tefé. Dessas incursões, a de efeitos mais práticos esteve a cargo do padre Samuel Fritz, que fundou várias missões ao longo do rio Solimões e a quem se atribui a fundação de Tefé, sob esse mesmo prisma de integração legitimada por ação catequética[25].

Na região de Tefé, à fixação dos interesses da Igreja Católica pela fundação da aldeia pelo jesuíta Samuel Fritz, a serviço da Espanha, entre 1686 e 1688, seguiu-se a evangelização praticada por padres e irmãos carmelitas, entre 1718 e 1798, ordem sob tutela da Coroa Portuguesa. A seguir, houve investimentos de ordens religiosas vinculadas ao governo italiano, todavia, o investimento mais duradouro esteve a cargo dos espiritanos de origem francesa[26].

Em 1885 os padres espiritanos desembarcaram em Belém para iniciar os trabalhos de constituição de um seminário. Em 1897 marcaram a presença em Manaus e em Tefé, onde iniciaram a construção da sede da Congregação do Divino Espírito Santo, em Missão, na boca do Tefé, e na área onde se encontra a cidade. Desses pontos de irradiação, expandiram a ação missionária pelas calhas dos rios Solimões, Japurá e Juruá. Construindo escolas para meninos e meninas, ampliaram o número de sacerdotes e irmãos para consolidar o investimento político-missionário e moldaram os costumes de uma constituinte população mais vinculada à administração da gestão local.

De 1948 a 1981, o bispo da prelazia de Tefé criou paróquias em Carauari, Alvarães, Foz do Jutaí, Itamarati, Uarini, Caitaú, Maraã e Fonte Boa. Data também deste contexto a abertura da Escola Normal Rural e do Ginásio Espírito Santo, instituições responsáveis pela formação dos quadros da administração municipal.

Esse mesmo modelo de gestão da população foi posto em prática na região capitaneada por Coari, antes vinculada ao município de Tefé. A

[25] Ribeiro, 1996 e Schaeken, 1997.

[26] Schaeken, 1997. Sobre essa longa ação institucional missionária, consultar La Congrégation du Saint Esprit – Nos Fondateurs, http://www.spirittans.org/qui/fondateurs/fondat.htm.

prelazia de Coari foi desmembrada da arquidiocese de Manaus em 13 de julho de 1963 e instalada em 11 de março de 1964. Desde 1945, é administrada por padres redentoristas com filiação ao campo religioso, cuja centralidade tem como referência a sede nos Estados Unidos. Atualmente é composta por sete municípios: Coari, Beruri, Caapiranga, Manacapuru, Codajás, Anamã e Anori. As paróquias são seis: Santana e São Sebastião em Coari; N. S. das Graças, em Codajás; Imaculada Conceição, em Anori/Anamã; São Sebastião, em Caapiranga; N. S. de Nazaré, em Beruri e N. S. de Nazaré, em Manacapuru. Quatro são paróquias sem padres residentes. Esses cinco municípios só periodicamente recebem visitas de ministros ordenados.

Um seminário e diversas escolas foram erguidas, estas especialmente por volta da década de 1950 do século passado, quando também foi fechado o Seminário. As edificações das instituições são relativamente suntuosas, pois até hoje se destacam no conjunto arquitetônico da cidade. Do seminário, diversos padres aí formados, deram continuidade à obra de catequese. A ele também se integravam os filhos das famílias dotadas de melhores recursos financeiros, tendo esse modelo pedagógico sido responsável pela formação da elite dirigente local. Havia internatos para acolhimento de órfãos e filhos de agricultores pobres, que se espalhavam em termos residenciais pelo interior do município. Aos padres redendoristas se aliaram nessa missão as Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo. Ao lado do trabalho educativo, as irmãs também foram responsáveis pelos primeiros cuidados em termos de serviço de saúde. A Prelazia contava ainda com trabalho de irmãos, que se dedicavam à formação de artesãos e profissionais da carpintaria, marcenaria etc. Até o momento esse trabalho é mantido, incorporando aproximadamente 100 jovens nos dois turnos diários de funcionamento.

A importância da Igreja Católica na construção do sistema de poder em que se fundou o processo de colonização, também perenizou suas marcas nos mais importantes edifícios, até hoje erguidos em Tefé e Missões, onde funcionavam o Seminário São José (1913), o Colégio Santa Tereza ou Escola para Meninas (1919), o Seminário situado nas Missões (1897) e a Escola Agrícola e Industrial de Boca do Tefé (criada em 1898), dotada de diversas oficinas para formação de trabalhadores manuais especializados. À obra dos espiritanos veio se agregar, em 1925, a das representantes das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, voltadas para a educação das moças destinadas às tarefas domésticas e aos primeiros atendimentos médicos. Embora a ordem espiritana tenha permanecido a mesma, a partir de 1946 ela foi reproduzida pela presença de padres de origem holandesa, que lá permaneceram até recentemente.

As ações em parceria entre a Igreja Católica e o Estado, para a constituição do sistema de poder econômico e político, alcançaram longevidade. Excetuam-se os momentos de pressão de outras associações religiosas e corporativas, por ocasião da proclamação da república, quando, por exemplo, representantes dos interesses da Maçonaria questionaram a transfe-

rência de subsídios para institutos educacionais da Igreja. Todavia, a aliança de interesses foi reafirmada até que o sistema de ensino foi sendo assumido pelo Estado, como prestação de serviço de direito universal. Atualmente, nos dois municípios os prédios que antes serviam aos educandários religiosos estão alugados ao governo do estado, cujas secretarias de educação administram cursos de ensino médio.

Os viajantes dos séculos XVI a XIX registraram a presença de vários agrupamentos indígenas fixados nas margens dos rios, mas as ações dos espiritanos e dos redentoristas acentuaram o trabalho de catequese concentrado nas sedes institucionais. Por isso, no registro da memória do processo catequético há insistente relevo sobre o número de órfãos e órfãs tutelados pela diretoria dos educandários, ou de jovens a serem instruídos segundo padrões europeus.

O principal investimento catequético da Igreja Católica em relação à população que fixara residência nas margens dos rios e lagos fundamentava-se no modelo das *desobrigas*, trabalho missionário difundido em viagens anuais de sacerdotes e catequistas, mediante canoas a remo. Nessas passagens, os agentes eclesiásticos reafirmavam o sistema de crenças, a afiliação dos catequizados pela participação em rituais de comunhão e batismo, e reproduziam o sistema de recrutamento de alunos, alguns deles para formação de padres e irmãs[27].

As *desobrigas* representavam atos de mobilização para ampliar as adesões, mas também momentos de escuta e tomada de conhecimento das condições de vida dos que estavam afastados das sedes dos municípios. Por esse contato, mesmo que descontínuo, os agentes eclesiásticos foram consagrados, inclusive por autoproclamação, especialmente do bispo, enquanto porta-vozes das demandas por uma presença ativa de instituições estatais junto à população. As reivindicações giravam em torno da assistência médica e da universalização do sistema de ensino fundamental.

Por intermédio de doações vindas de organizações religiosas internacionais, o bispo da Prelazia de Tefé construiu o Hospital São Miguel, inaugurado em 1968, e hoje entregue ao governo estadual. Os bispos das Prelazias de Tefé e Coari se anteciparam à ação do Mobral, na instalação de estações de Rádio Rural, por meio das quais ministravam aulas radiofônicas. Essa prática difusionista foi consolidada pela ação direta dos agentes educacionais do MEB – Movimento de Educação de Base, que, como já destaquei, foi instalado no início da década de 1960. O MEB apresentava-se como instituição paralela às ações missionárias e ao quadro de agentes catequistas. Seus agentes educacionais estimulavam a constituição de diretorias de clubes comunitários, clube de mães, cooperativas, associações e sindicatos.

[27] A desobriga, método pastoral hegemônico até o final da década de 1960, era prática comum entre as diversas ordens religiosas presentes na Amazônia. As missões nela objetivadas implicavam um plano de visitas, agendando na ida da comitiva, a realização dos atos rituais na volta. Exprimia assim a descontinuidade do investimento institucional em face da dispersão da população.

A reivindicação da presença de serviços advindos do Estado, num contexto de redefinição do papel da instituição, a partir do golpe militar, permitiu que no município de Tefé se instalasse a Associação de Crédito e Assistência Rural - Acar, em 1970, tempos depois substituída pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater – e, mais adiante, pelo Instituto de Desenvolvimento da Amazônia – Idam. Naquele contexto, a Acar definia-se como instituição parceira no processo de difusão de novos saberes e de adesão a visões de mundo consideradas sob o prisma da abertura de universo[28]. Da mesma forma, pela liderança do bispo de Tefé, demandas foram encaminhadas para a instalação do *campus* avançado da Universidade de Juiz de Fora, sob afiliação ao Projeto Rondon, ato celebrado e oficializado em 13 de junho de 1969. Por meio dos cursos oferecidos pelo programa de extensão, a cidade de Tefé passou a contar com um quadro de funcionários capazes de melhorar e ampliar a pauta de serviços, especialmente educacionais.

A presença de todas essas instituições provocou deslocamentos em termos de hegemonia de projetos de integração da população. Os representantes da Igreja Católica, em sintonia com novos projetos libertários propostos pela diretoria de seu corpo eclesiástico, apresentaram-se então como portadores de um projeto pedagógico de libertação da população do jugo dos agentes da circulação mercantil e das condições adversas decorrentes da adaptação ao *habitat*. E, assim, abraçaram ou construíram a causa dos ribeirinhos e lhes deram visibilidade política. Nesse contexto, os ribeirinhos eram exaltados pelas carências, mas também pela potencialidade dos homens na ação transformadora da sociedade.

Da realização da *desobriga* e da valorização da devoção doméstica, o método missionário passou a preconizar a promoção social e evangélica. Ela fundamentava-se no exercício de reflexão que viesse a permitir o reconhecimento das condições de existência dos ribeirinhos, das causas que assim os constituíram. Dessa perspectiva, eles, necessariamente, estavam fadados à mudança, inclusive das alternativas das condições de vida.

Em 1972, o bispo da Prelazia de Tefé cria as comunidades eclesiais de base e, a partir de uma nova concepção de Igreja Viva, não totalmente dependente da ação de padres e irmãos, consolida a ação missionária sistemática, de eficácia contraposta às descontínuas desobrigas. Esse processo fora imediatamente também adotado pelo bispo da Prelazia de Coari. O trabalho missionário foi transferido para os agentes pastorais e expandido para e pela constituição de aglomerados fixados às margens dos rios e lagos, desde então reconhecidos como comunidades.

Da perspectiva dos ribeirinho*s* entrevistados, a intervenção dos representantes da Igreja Católica se pautou num mesmo modelo de organização social e política. Os ribeirinhos deveriam, em espaço comum,

[28] Sobre a instalação dessas instituições de difusão de tecnologia, baseio-me no texto de dissertação de mestrado de Ramos de Albuquerque, 1984.

caracterizado pela proximidade física e social, orientar-se pela construção e usufruto de equipamentos institucionais como clubes de futebol e de mães, escola de ensino fundamental, capela e associação comunitária. Padronizando esse modo de viver, a modalidade de intervenção adotada pelos agentes locais, vinculados à Igreja Católica, também configurou as demandas encaminhadas aos serviços públicos municipais e os esforços comunitários, contrapartida assegurada pelo trabalho gratuito. Os educadores vinculados ao MEB fizeram integrar à organização dos ribeirinhos, assim irmanados, uma divisão social e sexual do trabalho comunitário: catequista, coordenadora do clube de mães, coordenador da equipe de futebol e líder de comunidade. Essa última função inaugurou a convivência dos ribeirinhos com a representação delegada. Num primeiro plano, ela se exercia junto aos demais líderes, cujas comunidades foram inter-relacionadas pela delimitação de um setor. Num plano de maior amplitude das relações sociais, ela era reconhecida junto aos demais líderes de comunidade que constituíam o conselho de representação delegada, por setor; e junto aos educadores voltados tanto para a formação de agentes de catequese quanto para a de porta-vozes das demandas dos representados, vis-à-vis os representantes de órgãos de prestação de serviços públicos.

Segundo a memória dos entrevistados, eles acederam ao convite, por vezes insistente, dos representantes do MEB e da Prelazia, para que se agregassem e se unissem, de modo a se tornarem beneficiários de recursos de destinação comum, especialmente da escola. E desde então foi instituído um modo de organização e integração social e política, cuja expressão mais visível gravitava em torno do trabalho gratuito para a construção de escolas, casas comunitárias e campos de futebol. A adesão dos ribeirinhos, agentes da legitimação do proposto convívio fraterno dos parentes e vizinhos, correspondeu à transferência de um rádio – o *cativo* –, posto que apenas autorizado a transmitir atos religiosos e aulas para alfabetização de crianças e adultos.

Também por influência dos agentes eclesiásticos foi constituído em Tefé, em 1974, o Projeto Agrovila, destinado a famílias ribeirinhas vitimadas pelas sucessivas enchentes daquela década. Alguns agricultores foram então orientados para o desenvolvimento de culturas perenes e criação de animais de pequeno porte. Deslocando-se para a terra firme, mantiveram-se referenciados a um modo de vida organizado pelo ideário do contrato entre os comuns, reificado na idéia de comunidade ou vida comunitária.

Como inflexão dos modos de constituição do campo de forças, reproduzido para perenizar a obra da colonização, é importante registrar o acontecimento da 1ª Assembléia Rural, realizada em 1988, momento a partir do qual os agentes missionários vinculados à Igreja Católica, em Tefé, abraçaram a causa preservacionista, isto é, a defesa da reprodução da pesca como meio de vida dos reconhecidos ribeirinhos.

Primeira Assembléia Rural da Prelazia de Tefé:

> "Reunindo quase quatrocentas pessoas representantes de mais de cem comunidades do interior da Prelazia, realizou se a primeira Assembléia Rural nos dias 1° a 4 de dezembro de 1988. Foram quatro dias de convivência fraterna. Muita animação, muito trabalho, cantorias, brincadeiras, celebrações bonitas e boas reflexões sobre a caminhada do Povo de Deus. Várias famílias de Tefé abrigaram o pessoal do interior com o maior carinho. O entrosamento e o interesse de todos os participantes nos trabalhos, nas equipes, plenários e celebrações, demonstraram que as comunidades estão:
> - lutando de verdade, para se libertarem de todas as formas de escravidão;
> - esforçando-se para ser Igreja Nova, mais unida e mais fraterna;
> - trabalhando para construir o Reino de Deus na fé, na união, no amor e na justiça.
>
> O tema da Assembléia foi: A IGREJA QUE SOMOS.
> A partir desse tema, foram propostas várias perguntas que deveriam continuar sendo discutidas e aprofundadas nas reuniões: Ajuris e Celebrações das Comunidades, por vários motivos:
> a) Para que a Assembléia não ficasse esquecida;
> b) Para que mais pessoas entrassem de imediato nessa caminhada da Igreja;
> c) Para que essa caminhada se tornasse mais clara, mais participativa e por isso, mais leve;
> d) Para que, conscientes da IGREJA QUE SOMOS, através do trabalho de todos, possamos construir um mundo mais justo e fraterno" (Schaekem, 1997, p. 66-71).

Tanto na Prelazia de Tefé como na de Coari, foram instituídas pastorais, incluindo as rurais, a partir das quais foi coletivamente elaborado o ideário humanitário e cristão, que estimulou, de início festivamente, os ribeirinhos para a luta pela preservação dos lagos[29].

[29] Paralelamente ao campo institucional apresentado, outro conjunto de entidades se organiza pela referência a sistemas de crenças evangélicos, disputando a legitimidade dos valores e princípios comportamentais que anunciam. Essa disputa e reconhecimento da abrangência da ação institucional são expressas pelas comunidades ribeirinhas que agregam. Por isso, em cada uma delas onde há evangélicos, os símbolos emblemáticos da instituição são visualmente celebrados em cartazes e congregações. Os nomes identitários das comunidades são reveladores do alcance hegemônico da organização social, segundo os credos evangélicos. Entre as instituições pesquisadas, destaco: Assembléia de Deus Tradicional, Assembléia de Deus, Igreja Batista Regular e Testemunha de Jeová.

Evangelização e preservação ambiental

As formas de organização política dos ribeirinhos diante da luta pela preservação de lagos guardam aproximação com os modelos de agregação oferecidos como referência pela intervenção da Igreja Católica, por meio de suas instituições paralelas. O trabalho educativo para inculcação do modelo comunitário de construção de identidade, reafirmava e reafirma as relações consangüíneas e afins do parentesco e a consagração dos laços de vizinhança. Essas relações constituíram substratos às formas de instituição do *nós,* agora irmanados pela referência cristã ao sistema de crenças cristão. Os ribeirinhos, no caso cristãos praticantes agregados em comunidades (rurais), e agentes mobilizadores afiliados ao MEB, são então partes da mesma historia. Por essa ação política, as unidades de consolidação do sistema de poder local foram desenhadas por divisão espacial e regional específica: configuradora da presença e da abrangência da Prelazia em municípios.

As condições de construção do problema ambiental (capitaneadas pela ação missionária) decorreram de um contexto político de mudança no processo extrativista e de captura, intensificado diante de novos recursos tecnológicos e, por isso mesmo, realizado em condições que excedem as possibilidades de reprodução dos homens e dos animais. A captura predatória das aves e dos peixes foi então colocada em questão, tendo em vista o reconhecimento dos interesses dos ribeirinhos, condenados, por tais fatores, à escassez e à fome acumulativas e à migração urbana.

Sob essa base organizativa, os problemas e denúncias dos ribeirinho*s* (cristãos) foram transformados em questões políticas encaminhadas para reconhecimento pelos titulares do poder municipal e estadual (local). A questão ecológica, não se apresentando como problemática em si mesma, operou e opera como instrumento de mediação para a incorporação de outras vertentes da organização, suscitadas pela evangelização. O texto emblema da construção da problemática, a seguir reproduzido, é esclarecedor da interpretação por mim anunciada:

> "Evangelizar é colocar-se a serviço da vida. 'Que todos tenham vida e a tenham em abundância'. A pastoral rural destaca que o relacionamento com a natureza é uma dimensão da existência humana iluminada pelo Evangelho. Preservar o meio ambiente é condição essencial para preservar a própria vida humana" (Regis, 2001, p.56).

Os princípios éticos e filosóficos que orientam as ações sociais com vistas à preservação ambiental assim se fundamentam:

> "O que Deus criou foi bom. Continua bom. Será que sabemos usar os bens da sua criação? A mãe Natureza impõe condições para alimentar e enriquecer seus filhos. Ela nos oferece muitos presentes. Não devemos

> ser gananciosos, querendo arrancar de suas mãos seus tesouros. Boas maneiras pedem que pesquisemos primeiro para saber o que fazer.
> Deus disse: fervilhem as águas um fervilhar de seres vivos e que as aves voem acima da terra...
> E Deus viu que isso era bom:
> Há muita água na Amazônia. E muitas variedades de água. A água num lago, perto de um grande rio, não é igual em composição à que faz parte de um igarapé de terra firme.
> A harmonia ecológica é tão sutil que a diminuição ou a eliminação de árvores frutíferas da várzea provoca uma queda na produção de peixes nos rios e lagos. Os peixes alimentam se de frutas que caem dos galhos nas épocas de cheias ou das folhas da vegetação ribeirinha. Um pássaro ou ave não é útil apenas por sua capacidade de cantar e nos alegrar, o que já seria algo importante. Tem uma variedade de funções no ecossistema, e sua perda seria algo lastimável. Uma terra sem pássaro é um lugar amaldiçoado" (Texto apócrifo, impresso para pedagogicamente referenciar reuniões de catequistas/agentes comunitários).

Esse é o ideário em torno do qual os ribeirinhos católicos organizam o trabalho comunitário para tentar deter a entrada destruidora de pescadores e peixeiros. De início, os efeitos foram tão visíveis que estimularam uma ampla adesão. Todavia, essa forma de privatização dos lagos gera constantes disputas entre vizinhos, riscos de conflitos abertos com pescadores e perseguições políticas, ao lado de uma resistência à ação dos funcionários do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama, porque definida pelos agricultores de várzea como injusta. Tais fatores têm desestimulado os ribeirinhos à continuidade na luta pela preservação dos lagos. Têm levado à secundarização da atividade de pesca, especialmente aquela em que tempo e recursos sejam mais mobilizados e, por conseqüência, acarrete maiores riscos de perda por apreensão de instrumentos de trabalho e pagamento de multas.

Por iniciativa de titulares da prefeitura de Coari, dezenove lagos foram preservados, somando-se a sete outros selecionados por portarias expedidas pelo Ibama. No entanto, devido aos conflitos deflagrados em função da contraposição (direta e pessoal) que ribeirinhos devem assumir diante dos pesqueiros ou vizinhos, orientados por interesses diversos, na prática nenhum dos lagos alcança o *status* de preservado ou protegido.

O debate em torno da sustentabilidade ambiental também se consubstancia por uma prática de denúncia e encaminhamento de reivindicação de imposições de limites aos riscos de destruições, decorrentes da

implantação do núcleo de exploração da Petrobras nos rios Urucu e Solimões. Esses riscos, pela perspectiva dos agentes que se sentem ameaçados, ampliam-se diante da construção de um gasoduto para escoar a produção[30].

A despeito de a questão do controle dos lagos ter emergido há aproximadamente 30 anos, ela ainda não obteve um reconhecimento que lhe assegurasse autonomia nas práticas de interferência na elaboração de políticas públicas. A preservação dos lagos continua a contar com investimentos de lideranças catequéticas vinculadas à Igreja Católica, encarregadas da negociação com pesqueiros invasores.

À medida que os agentes locais não obtêm apoios institucionais mais amplos, eles se submetem a desautorizações e, não raramente, a riscos de extermínio absoluto por outros tantos que, não os reconhecendo como autoridades dotadas de legitimidade e legalidade para limitar o ir-e-vir e a apropriação privada de recursos naturais, atribuem-lhes desavenças pessoais, solucionadas segundo certos códigos locais de conduta e honra que predizem o assassinato.

Tais ações estão longe de reproduzir o sistema de parcerias institucionais que subjaz aos movimentos de luta pela sustentabilidade ambiental. Pelo contrário, são incursões que aparecem como modos de imposição de perspectivas e temáticas, muito distanciadas das percepções instituídas pelo convívio com agentes idealizadores da sustentabilidade como valor ético para a economia e certos modos de vida. Essas precárias associações locais não permitem a formulação de modelos de gestão ambiental, não asseguram a diversificação das atividades econômicas e manejo de sistemas extrativistas, segundo a preservação de espécies.

Em algumas circunstâncias, os representantes das Prelazias de Coari e Tefé apóiam a transferência de ações por alguns funcionários do Ibama, especialmente aquelas delegadas ao (voluntário) *agente comunitário* erigido à função de preservador de lagos ou peixes, sob o cargo informal de *agente ambiental* (Regis, 2001, p. 56).

Grupo de Preservação e Desenvolvimento – GPD

Um dos desdobramentos institucionais das práticas de preservação resultou na criação do GPD, com sede em Tefé, mas sob atuação inclusiva de municípios adjacentes. Recebe apoio financeiro do Provárzea, tendo em vista a adoção de sistemas inovadores de manejo dos recursos naturais da

[30] Alguns ribeirinhos referem-se a problemas de erosão causados pelo aumento da intensidade de banzeiros (movimento das águas em ondas, diante de ventos fortes e deslocamentos por passagem de embarcação de grande calado ou de rápida velocidade), decorrentes da passagem de aerobarcos e de grandes navios de carregamento de petróleo. Em comunidades localizadas mais próximas aos canais de navegação de grandes barcos, essa erosão vem causando enormes prejuízos pela queda de dezenas de mangueiras, geralmente carregadas de frutos e diminuição da área de terra apropriada produtivamente na estação da seca.

várzea que sejam econômica, social e ambientalmente sustentáveis. Essas ações estão integradas, com duração de três anos (2001-2004), ao Projeto Manejo de Lagos de Várzea da Região de Tefé. Segundo definição pública, esse projeto está assim configurado:

> Objetivo Geral:
> Desenvolver um sistema de manejo comunitário e conservação de lagos visando proporcionar maior retorno econômico às comunidades ribeirinhas da várzea da região de Tefé.
> Objetivos Específicos:
> 1. Implementar, monitorar e avaliar um sistema de manejo comunitário sustentável de lagos nas comunidades ribeirinhas da região de Tefé.
> 2. Recuperar as matas ciliares dos lagos priorizados no projeto.
> 3. Fortalecer a agricultura familiar através da melhoria e diversificação da produção agrícola.
> 4. Fortalecer a organização comunitária.

Diante dos limites impostos à apropriação dos recursos de subsistência, os munícipes são obrigatoriamente convidados a aderir a outras formas de parcerias institucionais, sob vários planos do poder público, mas fundamentadas na universalização dos problemas sociais dos brasileiros carentes. Por essa definição geral e pela reafirmação de outros modelos de modernização da sociedade, articuladores dos beneficiários das políticas públicas de compensação das desigualdades socioeconômicas, os ribeirinhos podem se deslocar não só do espaço social como do físico. O enquadramento desse beneficiário (reconhecido seletivamente pela injustiça social) pode ocorrer tão mais facilmente quanto melhor ele estiver situado no campo de concorrência pelo reconhecimento da carência; e se estiver sob a visibilidade da concentração urbana. Os beneficiários devem se colocar sob estado de disponibilidade para assim, de fato, usufruírem dos recursos escassos e transferidos sob recorrente atraso ou previsão duvidosa. O insistente anúncio e a reiterada transferência de sua liberação estimulam, para facilitar a disciplinada vigília, a aproximação física com os centros de poder municipal, cada vez mais tomados como urbanos ou destinados aos citadinos.

Os investimentos institucionais do Estado no enquadramento da população

A população habitante no entorno do médio rio Solimões acumula investimentos políticos sucessivos, no sentido da imposição de formas específicas de integração. Como foi visto, desde o período da colonização há uma complementaridade de papéis entre o Estado, a Igreja e os agentes econômicos mediadores da circulação de mercadorias. Essas relações de convivência

e concorrência no campo institucional do enquadramento da população, por vezes são mais harmônicas, por vezes mais tensas. Ao final do século XX, em face da expansão da presença institucional do Estado na sociedade brasileira, processo acompanhado pelo apoio ao crescimento das atividades extrativistas, as condições de vida da população residente nas margens dos rios foram atingidas no tocante às lógicas sociais, aos saberes acumulados e às alternativas até então valorizadas. No contexto dessa diferenciação entre os agentes de enquadramento e a integração da população, emerge a categoria política ribeirinhos, dotada de maior visibilidade, em função de processos de intervenção nas formas de organização social e política, mas também pelas diferenças nas modalidades e intensidade das atividades mercantis. Esse processo foi se ampliando à medida que os agricultores puderam se apropriar do motor de popa ou trocar canoas a remo, por rabetas e deslizadores, base fundamental para deslocar os homens e suas mercadorias.

Inúmeros processos se interconectam no sentido de tornar presente a instituição estatal, mas sob desdobramentos bastante sinuosos. Se há uma vertente a ser compreendida a partir de intervenções econômicas, tanto do Estado brasileiro quanto de agentes privados nacionais e internacionais, esses processos devem ser balizados pelas características dos modos de dominação que ocorrem nos planos local e regional. Assim se confirmam o poder municipal e a emergência de instituições que consolidam movimentos sociais de categorias constituídas no bojo daqueles processos[31].

Os entrevistados pela equipe de pesquisa, de cujas informações este artigo se sustenta, destacam o estado de abandono por parte da instituição estatal. Enumeram problemas cujas causas são explicadas por essa desatenção. Na construção da memória coletiva, insistem num momento de ruptura geral, exaltando o alegado isolamento, quando até mesmo os regatões se afastaram das interconexões sociais. O afastamento se consolidou pela restrição das atividades mercantis, mas também pelos limites de circulação de dinheiro e de bens a serem adquiridos por esta mediação. Poucas instituições são reconhecidas como presenciais, nos municípios aqui considerados, em período anterior ao governo militar. Apenas o Serviço Especial de Saúde Pública – Sesp –, o Serviço de Proteção do Índio e a construção de aeroportos merecem destaque pela memória coletiva dos agentes formadores de opinião pública (Neves, 2003b). Mas essa ausência é conformadora da construção das demandas políticas e das projeções em torno do alcance de melhoria de condições de vida. A perspectiva projetada para essa melhoria se articula, tal qual o modelo difundido pela instituição estatal, aos projetos de caráter desenvolvimentista, que fixavam pólos de suposta irradiação de formas de integração econômica.

[31] Por exemplo: Movimento de Educação de Base – MEB –, Comissão Pastoral da Terra – CPT –, União das Nações Indígenas de Tefé – Uni-Tefé etc. Sob a mesma perspectiva analítica por mim adotada, Barbosa considera diversos processos sociais vigentes na década de1980 do século XX (1986, p. 389-400).

Por isso, os agentes sociais que se apresentam como conformadores de opinião pública e de memória coletiva, elaboram ideários coletivos a partir de esperanças de crescimento da circulação de bens e dinheiro e da expansão do mercado de trabalho vinculado ao setor industrial. Nesses termos, os projetos desenvolvimentistas que desse campo político emergem são elaborados às avessas, isto é, pela denúncia-ressentimento do abandono ou da injustiça, mas referenciados aos mesmos princípios de legitimidade da ação estatal ou ao mesmo modelo de integração econômica e política.

Na prática, a integração ao projeto desenvolvimentista correspondeu à adesão ao processo de migração, sob diversas amplitudes e temporalidades. Como já destaquei, nas últimas três décadas do século XX, parte da população se deslocou no sentido da "descida dos rios", isto é, da aproximação residencial com a capital do estado.

A consolidação da cidade de Manaus como espaço de apropriação de parte da população do estado, em busca de diferenciadas condições de vida e reprodução social, pode ser aquilatada pelo seu espetacular crescimento, a partir da década de 1960. A maior atração de migrantes esteve relacionada com a oferta de 40.000 empregos gerados pelo Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus. Parte desse fluxo se constituiu internamente no território do estado, especialmente a mão de obra semiqualificada.

Outrossim, como a pauta da produção econômica oficialmente reconhecida se diversifica, revelando a existência de agentes econômicos dedicados a diferenciados cultivos agrícolas, em especial a mandioca, no caso dos municípios de Tefé e Alvarães, e, também, da juta e da malva, no caso do município de Coari, a produção destinada ao mercado encontra incremento, voltada também para a subsistência: feijão, melancia, abacate, banana, cacau e limão[32].

No estado do Amazonas, a produção de juta e malva (em fibras secas) alcança valor mais significativo a partir da década de 1970, mas entra em retração alguns anos depois.

As cidades de Tefé e Coari vão então se consolidando como centros centrípetos e centrífugos de comercialização e de intermediação de circuitos mercantis, com destaque para o comércio de produtos alimentícios, vestuário e armarinho. E também como sedes de centralização de instituições de prestação de serviços, causa e efeito do direcionamento dos fluxos migratórios no sentido centrífugo. Com exceção das unidades produtivas de beneficiamento da madeira e de minerais não-metálicos, pode-se afirmar a inexistência de processos de constituição de indústrias até a década

[32] A produção extrativista na Amazônia abarca: açaí, balata, babaçu, buriti, castanha-do-pará, caucho, copaíba, pau-rosa, cumaru, hévea (látex), maçaranduba, palmito, piaçava, sorva, urucu, carvão vegetal, lenha, madeira em tora, entre os produtos de destinação mercantil (Benchimol, 1989, p. 20).

■ **TABELA 5** – Produção de juta e malva no estado do Amazonas, entre 1974 e 1987.

SÉRIE TEMPORAL	JUTA		MALVA	
	Área colhida (ha)	Produção (toneladas)	Área colhida (ha)	Produção (toneladas)
1974	17.037	30.111	7.000	10.300
1975	18.933	24.000	4.908	7.160
1976	37.500	28.000	10.800	17.000
1977	25.200	25.200	13.200	19.800
1978	10.000	10.000	18.270	27.405
1979	18.007	19.484	13.747	20.621
1980	18.874	19.874	13.533	20.300
1981	22.526	22.296	17.222	25.830
1982	10.019	10.327	10.850	19.507
1983	6.500	7.800	13.176	21.956
1984	13.689	10.150	20.000	22.400
1985	17.068	15.423	17.750	22.300
1986	22.628	20.000	8.450	10.975
1987	13.697	11.859	11.127	16.860

Fonte: Benchimol, 1989 (atualizada em 2000, p. 30).

de 1970. É o setor de comércio que assegura a integração econômica da população. A expansão e a diversificação do consumo constroem diferenciados circuitos de vendas de mercadorias deslocadas de outros centros de produção[33].

Destaca-se como imposição, em termos de categorias de representação dos processos de integração regional, a dicotomia entre bolsões de desenvolvimento econômico e de abandono ou esquecimento. Outrossim, releva-se o insistente e fragmentado movimento de transformação dos relegados, em beneficiários, processo viável se amparado na migração de parte da população jovem para os pólos de concentração de recursos.

O processo mais visível de recente intervenção estatal na região foi organizado no final da década de 1970 e primeira metade da década de 1980. Constituiu-se basicamente da presença de instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra –; Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater – ou Instituto de Desenvolvimento da Amazônia –Idam –, e também pelo Instituto de Terras da Amazônia – Iteram –; de programas como o Polamazônia, redefinidores de pólos de irradiação de mudanças, principalmente produtivas, inclusive de

[33] Sobre os desdobramentos dessa modalidade de intervenção produtiva, por instâncias estatais, ver Barbosa, 1986, p. 389-400.

empresas agroindustriais, para estimular a expansão mercantil da produção agrícola e extrativista[34].

No município de Tefé, por meio da Empresa Amazonense de Dendê – Emade –, destinada à implantação de complexos agroindustriais para a exploração de óleos de palmas, foram implantadas enormes extensões de cultivo de dendê, mas sob vida efêmera. A despeito da grande promessa de transformação *modernizadora*, todo o aparato produtivo só apresentou reflexos em curto prazo, embora tivesse provocado dinamismo pela atração de fluxos migratórios de relativo porte. A perda da eficácia deveu-se à inviabilidade econômica da exploração do óleo vegetal, imposta por lógicas de mercado externo, mais contundente quanto mais o processo de produção se apresenta sob a forma especializada e se funda em grandes complexos agroindustriais[35]. Por isso, a economia agrícola e a do setor tradicional extrativista enfrentaram declínio, bem como as taxas de crescimento da população rural, que registraram um aumento menor do que o potencial do seu crescimento vegetativo.

Apenas na década de 1990, os habitantes de Tefé reconhecem processos de mudança no plano da constituição de consumidores e da alteração dos padrões de consumo, após a instalação de uma unidade do Exército, cujos militares foram fixados para assegurar o controle de fronteiras e da circulação de contrabandos e drogas. O crescimento do número de estabelecimentos comerciais, a diversificação e sofisticação relativa das mercadorias e a expansão da demanda de serviços configuram a reafirmação da cidade de Tefé como pólo ou entreposto de diversos circuitos mercantis[36].

No município de Coari, como já foi referido, ocorreu dinamismo especial a partir da instalação da província petrolífera do rio Urucu, primeiro campo comercial de óleo e gás natural da Amazônia Ocidental brasileira. Descoberta em 1986, a província de Urucu tem o suporte do chamado Pólo Arara para a coleta e processamento de gás e óleo. A estrutura operacional do pólo inclui um aeroporto, portos, estradas, alojamentos, instalações administrativas, de telecomunicações, entre outros.

Em 1996, teve início um projeto de desenvolvimento da produção, em Urucu, sustentado pelas reservas, já comprovadas, de gás natural e petróleo. Até então, a produção era de 11 a 15 mil barris/dia. Hoje, saem por meio de um poliduto, até o Terminal do Solimões, o equivalente a 49 mil barris/dia, que seguem para a Refinaria de Manaus - Reman. A exploração

[34] Ver Barbosa, 1986, p. 389-400.

[35] O alcance do nato-promissor projeto econômico da Emade pode ser aquilatado, também. pela criação, em 1985, conforme registro da ata da fundação no Cartório do 1º Ofício de Tefé, da Associação de Servidores da Emade – Asead –, contando, no ato da fundação, com 98 associados (p. 104 e verso, Livro B16, Títulos e Documentos do ano de 1983, do Cartório do 1º ofício de Tefé, em 25 de agosto de 1985).

[36] Esses processos foram também consolidados pelo afluxo de visitantes, pesquisadores e funcionários capitaneados pelas ações irradiadas do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, como já destacado.

comercial do gás natural está prevista para 2002 (fragmentos da reportagem Urucu – a província que deu certo, de Terezinha Torres, Jornal *A Crítica*, edição de 13.09.2000, p. 8).

Essa atividade produtiva continua em expansão. A região de Urucu produz diariamente sete milhões de metros cúbicos de gás e 52 mil barris de petróleo e há projetos de construção de um gasoduto que ligará a região produtora de petróleo e gás, de Urucu a Porto Velho, capital de Rondônia. O gasoduto, conforme previsão, terá 522 quilômetros e capacidade de transportar 2,5 milhões de metros cúbicos, por dia, de gás natural. O destino final será a termelétrica da companhia americana El Paso, em Porto Velho (Gasoduto na Amazônia. Petrobras e Petros unidos em obra de US$ 340 milhões. *Jornal do Brasil*, Economia e Negócios, quarta-feira, 4 de setembro de 2002, pág. A12).

O município de Coari recebe, por compensação da exploração de seu subsolo, recursos provenientes de *royalties*, que, nos últimos anos, alcançou uma média de R$ 15 a 20 milhões de *royalties*[37]. Os investimentos que esse aporte de recursos oferece estão concentrados no espaço urbano. O caminho da cidade fora e vem então se consolidando como expectativa geral, agora nem tanto para Manaus. Na maior parte dos casos, a migração ocorre pela transferência dos aposentados e dos filhos e esposas dos produtores, sob a projeção da transferência dele próprio, no melhor dos casos, logo após a aposentadoria, e no pior, como força de trabalho marginal ou sob posição invertida: de autoridade a dependente familiar.

Municipalização e descentralização administrativa: os atrativos institucionais na cidade

O processo de descentralização administrativa colocado em prática pelo governo federal tem emprestado dinamismo relativo aos municípios em questão[38]. Funda-se na transferência de competências, de autoridade e do poder decisório de instâncias agregadas para unidades federativas dispersas. Em alguns casos, confere capacidade de decisão e autonomia de gestão para representantes de unidades de menor amplitude, na escala do governo municipal. Essa transferência de gestão pressupõe não só a mudança da escala de poder e de capacidade de escolhas, como também de definições de prioridades, diretrizes de ação e gestão de programas e projetos.

[37] Sobre a transferência de recursos aos municípios da Região Norte que estão sendo considerados na pesquisa, de cujo quadro institucional este artigo é tangencialmente produto, ver Kant de Lima *et al.* (2002).

[38] Por processo de descentralização administrativa refiro-me ao aspecto político-institucional que decorre de decisões restritas à forma de organização da sociedade e da administração pública, no trato das políticas e dos programas.

Em certas situações, as formas de objetivação dessa modalidade de descentralização das ações do Estado estão, na prática, distorcidas, pois os titulares da gestão municipal não estão preparados para ocupar o externamente atribuído papel de promotor do desenvolvimento local e para a construção de novas condições socioeconômicas e institucionais. É o caso do município de Alvarães, tal como avaliam o prefeito e o vice-prefeito, que não dispõem de funcionários com a competência exigida para a objetivação dos programas. Há exigências impostas que os cofres municipais não podem oferecer contrapartida. E não podem atendê-las, por falta do profissional equivalente ao exercício das tarefas pertinentes. Uma das situações mais gritantes diz respeito à aplicação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – Pronaf. O município de Alvarães não dispõe de agrônomo e a mobilização desse profissional em mercados próprios implica maior custo, impossível de ser arcado por gestões municipais que não estão moralmente autorizadas a cobrar taxas de limpeza pública ou impostos territoriais rurais. As formas de apropriação dos espaços residenciais que constituem os bairros, por posse ou ocupação de várzeas, geralmente estão baseadas em aterramento pelo lixo que os próprios habitantes vão agregando aos entornos das casas ou acumulando sob as áreas das pilastras que compõem as casas de palafitas.

Outrossim, como o plano socialmente reconhecido como poder local tende a se constituir enquanto exercício vitorioso de uma das facções políticas, fundamentadas em relações de caráter mais personalizado, os critérios formais que orientam a redistribuição dos recursos previstos nos diversos programas não podem ser respeitados[39]. Quase sempre os administradores municipais não estão dotados do saber e da tradição para aplicar instrumentos de planejamento e de redistribuição universal orientada pela cidadania como valor. Além disso, estão também distanciados ou até expropriados do conhecimento e controle sobre os princípios de formatação da base técnica, construída em outros campos de saber e poder. Outrossim, como não podem contar com a liberdade financeira necessária à implantação de uma estratégia específica de desenvolvimento, são obrigados a seguir as restritas definições de acesso e aplicação de recursos, segundo lógicas que não concordam ou não são por eles reconhecidas como adequadas.

As limitações inerentes aos modos de objetivação dos programas, entretanto, não são suficientes para a reordenação das diretrizes que reafirmem o modo faccional de organização política, *a priori* concebida sob a transformação de recursos públicos em benefícios pessoais. Pelo contrário, os administradores locais ou líderes de facção podem assim contar com o financiamento público de ampla rede de cabos eleitorais erigidos em professores, merendeiras, motoristas, barqueiros, agentes de saúde e líderes comunitários. A precariedade do serviço público, a contratação temporária

[39] Para a compreensão da especificidade da organização política do chamado poder local, ver Palmeira, s/d.

e dissimulada dos trabalhadores municipais – até mesmo pela preterição do concurso, elemento constitutivo dos preceitos que definem o servidor – estimulam a criação dos mecanismos de pressão, por expansão do quadro de pessoal[40]. Essa expansão está baseada na circularidade, na instabilidade e na dependência e adesão do suposto funcionário, ao chefe, respondendo à criação de instrumentos compensatórios da insegurança assim instituída[41].

Contudo, não se pode negar o caráter redistributivo da renda e da riqueza (produzidas nas cidades) que essa forma de organização institucional opera. Como a descentralização vem-se aplicando por um leque de políticas sociais voltadas para a educação e a saúde (Santos Júnior, 2001, p.19-20), não se pode perder de vista os efeitos desse acesso a rendimentos referentes à prestação de serviços. Ele dinamiza a economia local e facilita a circulação de alternativas e formas de inserção para segmentos mais amplos da sociedade local[42].

O princípio político-institucional da descentralização administrativa não pode ser analisado (e sua objetivação avaliada) pela ideologia da harmonia, pressuposto idealizado da articulação das esferas de ação do Estado e, portanto, da organização social. Da mesma forma, não pode ser compreendido pela ideologia da autonomia de partes que se interseccionam. Temas como ignorância sobre regras e direitos, descompasso nas ações das várias esferas, privatização dos espaços públicos, desigualdade de acesso a informações e recursos, não devem aparecer como substitutos da análise ou proliferar como instrumentos de avaliação negativa. Outrossim, as formas de participação política fundadas na representatividade (delegada), consagradas na Constituição de 1988, não devem ser consideradas ou tomadas como credo hegemônico[43].

Os agricultores de várzea: gestão de constrangimentos e de alternativas econômicas e ambientais

Os agricultores de várzea nos municípios considerados na pesquisa comportam-se segundo um mesmo modelo de interdependências e saberes orientadores das práticas econômicas, já que eles se defrontam com

[40] A análise das formas de aplicação dos programas sociais pode ser acompanhada em dois outros textos, elaborados como produtos dessa pesquisa (Neves, 2003a; 2003b).

[41] Análise dos modos faccionais de organização política subjacente à gestão municipal (referente a outros municípios) é apresentada em Neves, 2002.

[42] É importante destacar que a descentralização tem sido ainda efetivada por meio da transferência de prestação de serviços e competências para as organizações não-governamentais, as cooperativas, os sindicatos, situação, contudo, mais presente nas Regiões Sudeste e Sul do Brasil (Neves, 2002).

[43] Seus defensores, dedicados a uma ação missionária voltada para a modernização da esfera política na sociedade brasileira, elaboram as análises pela frustração de sua vontade de poder e secundarizam os processos reais que ocorrem no campo político. Por esse prisma, os fatores que subjazem às administrações municipais, não sendo levados em conta, para o bem ou para o mal, tornam-se desconhecidos.

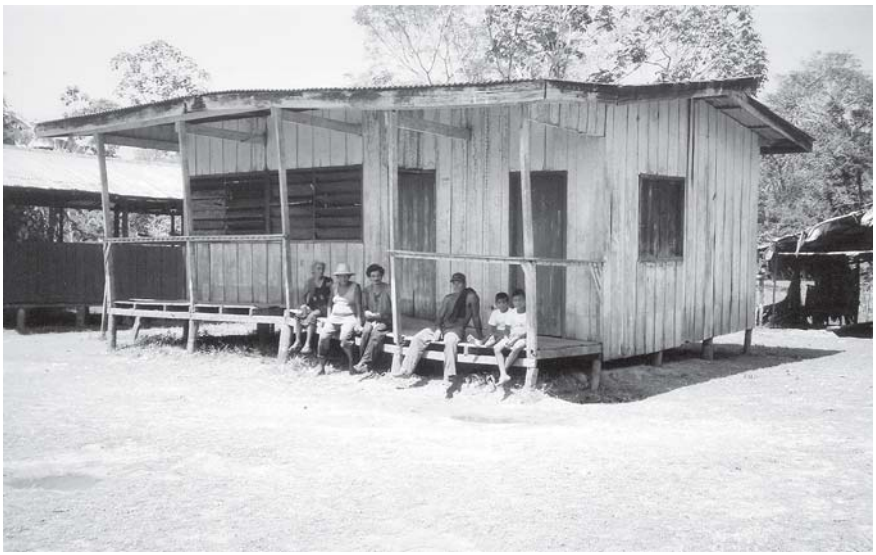
circunstâncias ambientais similares. Todavia, gerem constrangimentos e alternativas diversas, em face dos seguintes fatores: - proximidade ou distância em relação ao mercado; - diversidade de constituição da várzea (nível de alagamento) e presença ou ausência de área de terra firme; - diversidade de apropriação de barcos dotados ou não de motor de popa e dos respectivos HPs; condições de constituição dos recursos comunitários; - densidade demográfica da comunidade e maior ou menor escassez de área cultivável; - capacidade de se integrar em concorrência com outras alternativas econômicas; - preços de produtos no mercado, variáveis segundo a abundância concentrada da oferta, durante o período das secas; - capacidade de se valer da constituição de alternativas diversificadas; - subsídios incorporados e condições de reprodução dos meios de produção; - tamanho da área cultivável em relação à composição da unidade familiar e ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico; - capacidade de adotar maior intensificação da força de trabalho, conforme variação do tempo da seca; - capacidade de gerir a inatividade ou a marginalidade produtiva no período das cheias; - exigências de consumo improdutivo diante do projeto de reprodução geracional diferenciada; - capacidade de lidar com a abertura ou fechamento da migração, isto é, com a saída ou retorno de familiares.

Em termos de diversidade socioambiental, os agricultores podem ser pensados sob diferenciação. O principal critério diz respeito às condições em que organizam seu grupo corporativo ou a comunidade, componente que varia com a localização do agrupamento residencial. A constituição do patrimônio subjacente a esse estilo de vida e de produção varia se a comu-

■ **FIGURA 2** – Escola em comunidade próxima à cidade de Coari (2002).

nidade está localizada nas proximidades da cidade e, portanto, dos serviços públicos; ou se está distanciada. A esses fatores agregam outros que diferem os agricultores em termos das condições de controle da reprodução social: se a área é mais ou menos atingida por cheias que destroem parte do patrimônio comunitário ou familiar.

Em termos de uma reflexão tipológica, exigindo todo o exercício de relativização inerente a esse instrumento de interpretação, os que agregam melhores recursos estão localizados em comunidades próximas da cidade e associam áreas de terra firme e várzea. Os casos de maior precariedade se localizam em comunidades distantes da cidade e que só contam com várzea, especialmente baixa. A transferência de valores excedentes para os intermediários da comercialização e o enorme custo de transporte de mercadorias, todos são fatores que situam a atividade mercantil na opção marginal e suplementar.



■ **FIGURA 3** – Escola em comunidade afastada da cidade de Coari. Instalação abandonada por falta de reparação (2002).

Outras comunidades, constituídas pela articulação dos mesmos fatores, podem estar mais bem providas porque, além da atividade de pequeno produtor, os agricultores podem associar a prestação de serviços de coleta de castanha e vender para o patrão. Num patamar de melhores chances de controle de reprodução, encontram-se os habitantes de comunidades que se situam na proximidade de centros urbanos e administrativos, mesmo que totalmente em área de várzea, ou, como seus moradores preferem qualificar: afundam.

No município de Tefé, ainda que as comunidades de várzea sejam constantemente atingidas pelas cheias, seus moradores podem dissociar a unidade de produção da unidade de consumo, organizar outra divisão sexual de trabalho e valer-se da projeção de um futuro diferente para os filhos. Outrossim, todos os ribeirinhos aí situados estão mais dotados de atenção por instituições de representação política e de produção de saberes, dirigidos à realização da sustentabilidade como valor. Essas mesmas condições são apropriadas pelos moradores das comunidades de Alvarães que constituíram esse estudo de caso. Aquelas situadas em Coari, integram-se ao acesso aos recursos públicos pela afiliação a uma rede de representação local mútua, tanto do prefeito quanto dos comunitários. Os intermediários da relação entre comunitários e governo municipal incorporam pequenas somas de dinheiro pela prestação de serviços de professor, catraieiro e líder de setor.

Das interpretações apresentadas, menos que a diferenciação entre grupos domésticos, o que está em jogo é a diferenciação entre as comunidades ou grupos de localidade, em grande parte consentânea à forma mais ou menos democrática ou mais ou menos personalista com que o exercício da gestão municipal se apresenta.

Os agricultores de várzea dedicam-se a cultivos de ciclo curto: mandioca e macaxeira, cará, milho, feijão, verduras (cariru, maxixe, couve, repolho, coentro, chicória, tempero verde e pepino). Mantêm algumas árvores frutíferas, nem sempre de reprodução longa, dados os efeitos maléficos da alagação (limão, jenipapo, jambo, manga, pupunha, cupuaçu, caju, jaca etc.). Conforme o tipo de ambiente, coletam frutos os mais diversos (abacate, buriti, apuruí, açaí etc.), cujas árvores resistem à inundação. Os legumes e as verduras são mais bem explorados no verão ou vazante-seca, que ocorre entre agosto e dezembro. Além disso, alguns deles podem se valer da coleta de castanha (na área definida pela apropriação comunitária ou concedida pelo patrão, caso eles articulem os ambientes de várzea e terra firme, em espaços próximos à habitação). A farinha, a banana e a castanha constituem os principais produtos mercantis. Em certas comunidades há diferenciação quanto ao acesso a recursos financeiros, se alguns dos moradores exercem funções de agentes de saúde ou professor (embora geralmente esse profissional venha da cidade para trabalhar durante a semana).

Esse sistema agrícola fundado no trabalho familiar ou comunal pressupõe arranjos específicos das atividades produtivas; corresponde ao modelo de campesinato difundido por Chayanov (1981, p. 133-146). Destacam-se os meios de compensação do acesso escasseado da terra e de instrumentos de trabalho de baixa produtividade[44].

O escoamento da produção e a orientação mercantil dos fatores produtivos variam conforme as expectativas costumeiras das cheias/várzeas mais

[44] Ver também Fraxe (2000), para caracterização dessa categoria econômica.

altas ou mais baixas – e a distância em relação aos centros comerciais, onde se localizam os mercados ou feiras dos produtores.

No ciclo das cheias, sob chuvas intensas, há um elevado índice de doenças e dificuldades de locomoção. Na vazante, o tráfego dos barcos é dificultado pela presença de troncos e árvores arrancadas pela força das águas; e há menor ataque de insetos e de pragas. Na seca, o deslocamento do barco se realiza sob fuga dos bancos de areia e as famílias sofrem diante das grandes locomoções para acesso à água no canal do rio.

Os que estão mais próximos às praças de mercado ampliam a produção de verduras e legumes, porque realizam, por semana, uma a duas viagens de rabeta (canoa provida de motores de 3 a 5 HPs), valendo-se ainda da cooperação redistributiva e recíproca entre vizinhos, que comercializam pequenas quantidades, uns para os outros.

Os mais afastados organizam o uso dos fatores de produção para fins mercantis, conforme a presença mais próxima de flutuantes (entreposto comercial situado em lugares estratégicos para a compra de produtos como, principalmente, farinha e banana); o assédio por *regatões*; ou ainda as possibilidades de uso dos recreios (barcos destinados ao transporte de pessoas e mercadorias).

Pelas dificuldades que eles enfrentam para praticar a pesca, essa atividade é qualificada pela incerteza. Toda captura é dirigida ao autoconsumo, especialmente sob a forma de uso fresco, mas também salgado. Alegam que a pesca exige viagens cada vez mais longas, riscos de apreensão dos instrumentos de pesca por fiscais do Ibama, tornando desprovidas de sentido as incursões para ampliação da quantidade capturada. A escassez do peixe redimensiona então a distribuição do tempo. Os agricultores preferem dirigir a maior parte do uso do tempo para os cultivos, secundarizando-o para a pesca, ou transferindo-o para os filhos. A atividade de pesca, nessas circunstâncias, é diariamente ou a cada dois dias realizada por filhos, geralmente entre 10-11 e 16 anos, na intensidade adequada ao consumo alimentar. Pode ser dispersa nos momentos de menor intensidade do uso da força de trabalho familiar e ao final da tarde, também pelos adultos. Nesse caso, para assegurar boa chance e diminuir o tempo de trabalho, valem-se de redes e, alguns deles, sob relativização, referiam-se ao uso recriminado da malhadeira, embora de extensão mais reduzida.

Essa atividade, quando exercida por jovens, pode redundar em venda do pescado na comunidade, caso haja captura que exceda a capacidade de consumo familiar. Por isso, alegam vender a sobra. O consumo diário desejado, por família, oscila entre dois e quatro quilos.

Na época das cheias, alguns vizinhos vão em pequenos grupos tentar a pesca em lagos mais distantes. Sob tal circunstância, dirigem os esforços com a finalidade de poder racionalizar custos e tempo e ampliar as chances de objetivação das intenções. Voltam com uma quantidade maior do que a necessidade de consumo imediato. Pela escassez do acesso ao peixe, nessa

época do ano, a venda corresponde a uma irracionalidade econômica e social. Guardam então, durante dois, no máximo três dias, os peixes na caixa de isopor, que são salgados para ampliar as alternativas de consumo ou comidos em excesso, em repasto consagrador da fartura outrora celebrada e, no momento, subsumida à exorcização da falta que, nas cheias, está por vir. Portanto, os cálculos do consumo devem levar em conta a gestão dos custos de desgaste físico do trabalhador, de tempo de trabalho e transporte, bem como as dificuldades para acesso aos produtos em determinadas circunstâncias, isto é, por escassez sazonal.

Em face de a pesca ser atividade que ocorre diariamente, de dois em dois ou de três em três dias, é comum a família permanecer esperando o filho e/ou o esposo que se dirigiu à pesca, para começar a servir o almoço para os que permaneceram em casa. E, se houver grande demora ou pouca chance, os familiares que aguardam alegam estar sem comida, mesmo que permaneçam todo o tempo ingerindo alguma fruta, comendo farinha ou algum tubérculo.

Dado esse redimensionamento da atividade, é comum retornarem da feira ou do mercado dos produtores, localizados na cidade, com pedras de gelo em caixa de isopor, na qual guardam galinha congelada, refrigerantes e, na comunidade, conservam o peixe para utilização em dias imediatamente subseqüentes ao ato da pesca. Como as casas são construídas em palafita, na época da vazante e da seca o espaço que separa o assoalho do solo, sob a sombra, é direcionado para a guarda de instrumentos de trabalho, para agasalho para as galinhas e patos e para a proteção de caixas de isopor, utilizadas por quase todas as famílias, em substituição imediata às funções de conservação corporificadas na geladeira.

Não disponho de qualquer dado que possa me levar à conclusão sobre a dupla atividade mercantil: agricultura e pesca. Apenas os moradores mais velhos e que permaneciam residindo nas comunidades, alegando dificuldades para a obtenção dos produtos alimentícios, faziam referência à esporádica compra de peixe capturado por um dos vizinhos, caso a melhor chance a estes assegurasse uma captura mais ampla que a necessidade de consumo familiar. Em contrapartida, os ex-moradores aposentados, que haviam mudado residência para a cidade, apontavam, entre os diversos motivos da migração, a impossibilidade de continuar aquele modo de vida, pelas debilidades físicas, para assumir atividades que assegurassem o acesso aos alimentos. E, nesse caso, a pesca se apresentava como razão fundamental. Sem poder realizar as atividades de plantio e pesca, passavam a depender de vizinhos ou se colocavam sob condições de vida profundamente irracionais. Residindo nas comunidades, deviam assumir o consumo de subsistência por circuitos mercantis, realizados apenas na cidade ou por mediação dos regatões. A insistir nessa alternativa, aumentavam os custos da alimentação por longas e custosas viagens à cidade, algumas vezes na dependência de filho ou vizinho. Argumentavam então que mesmo tendo dinheiro advindo da aposentadoria, *passavam fome* por não terem onde adquirir os alimentos. Demonstravam

então a volta à utilização dependente de regatões para aprovisionar, sob condição mercantil, os alimentos. Ora, na cidade, as feiras, os supermercados, as estivas (comércio de secos e molhados) estão ao alcance do bolso e da capacidade direta ou indireta de deambulação do consumidor mercantil. Outrossim, podiam contar com a ajuda dos netos, filhos, noras e vizinhos, para a aquisição dos bens alimentícios.

O padrão de consumo alimentar valoriza a ingestão diária da farinha e do peixe, complementados por verduras (para eles: pepino, cheiro-verde, tomate e maxixe) e frutas. As frutas são consumidas segundo o desejo, especialmente das crianças, tão melhor saciado quanto mais elas são capazes de, constituindo-se em grupo de camaradagem, percorrer os espaços onde as fruteiras estão plantadas; ou ultrapassar os limites alcançados pela vigília dos pais ou dos irmãos mais velhos.

A caça não é uma atividade econômica importante, já que é destinada ao autoconsumo ou à celebração de sociabilidade masculina, nos momentos de confraternização não orientados pela lógica do trabalho produtivo. A escassez e as interdições institucionais orientam os entrevistados a negar esse exercício. A caça é computada no cálculo das perdas, dos riscos e da irracionalidade social. Segundo os entrevistados, é atividade tão secundarizada que se encontra sob tendência ao esquecimento, sob o abandono das formas de socialização de saberes transmitidos intergeracionalmente.

A criação de gado só foi encontrada em dois casos, ambos por moradores que permaneceram residindo na comunidade (localidade), após intensa migração dos demais comunitários[45]. Como a ocupação da várzea se limitou apenas aos grupos domésticos vinculados por parentesco, o gado era controlado segundo acordos por eles estabelecidos. E, nas cheias, era aprisionado em marombas. Considerando as comunidades expressão organizacional de grupos corporativos de parentesco e vizinhança, a criação de gado, em respeito às regras que orientam tais relações, não alcança crescimento. As áreas passíveis de ocupação por pasto sazonal são pequenas. O custo da construção de cercas é caro, especialmente por um uso esporádico. O gado não pode ser criado à solta, onde o acesso à terra é restrito e regulado por concessões de um dos moradores, mas sancionado pelos debates provisórios em assembléia de moradores comunitários. Romper com essas regras é colocar-se sob relação liminar ou sob acusações quanto ao comportamento indevido, de desrespeito ao direito de todos. Constituindo mecanismo para evitar ou impedir a criação de gado, os comunitários controlam os recursos para acumulação diferenciadora e assim reconhecem o *morador isolado*. Em posição liminar, autocentrada, sob desconfianças diante da ruptura com a afiliação aos laços comunitários, os *moradores isolados* dispõem de maiores recursos econômicos, grupos

[45] Houve referência à extinção dessa prática, pelos atritos existentes pela associação com a agricultura, ou deslocamento do criador para a condição de morador isolado.

domésticos mais numerosos, mas estão desprovidos do acesso imediato aos serviços públicos. A eles estão negados a proximidade com a escola e a incorporação do motor de luz. Eles devem se prover para obter os recursos na comunidade (localidade) mais próxima.

O *morador isolado* instaura assim as soluções encontradas para gerir os projetos de ascensão econômica e as relações de força desequilibradas. A desconfiança em relação a ele desempenha, nessa concorrência sobre recursos naturais, papel importante na manutenção de certa igualdade de oportunidades de vida para a maioria dos *agricultores de várzea*.

Não havendo um número significativo de cabeças de gado, o leite destina-se ao auto-consumo e a carne, quando o gado é abatido, é redistribuída para a conserva. As alternativas de acumulação pela expansão do número de cabeças eram de pouca monta, havendo referência constante às perdas nas alagações ou por picadas de cobra. De qualquer modo, a incorporação dessa atividade ocorre se há presença de trabalhadores em idade adulta, desde que possam se encarregar do trato diário dos animais.

Nas comunidade*s* (localidades) onde há a associação da várzea com área de terra firme, é comum a atividade extrativista da castanha. Para as demais, algumas coletas de frutas e, de quando em vez, a derrubada de árvores (justificada como permitida) para reconstituição da casa ou dos imóveis públicos. Sob quaisquer dos casos, a regra é a aprovação do corte em reunião dos comunitários. Além disso, há a atividade extrativista de cipó e palhas (para a construção de cestos, casas, cozinhas e banheiros externos) e de plantas medicinais.

O rendimento financeiro é variável segundo os ciclos produtivos. Esses ciclos, além da oscilação sazonal do volume das águas, são também variáveis segundo o produto mercantil básico. A produção de farinha ocorre entre agosto e setembro. A coleta de castanha, quando eles associam várzea e parte de terra firme, realiza-se entre janeiro e maio. A verdura, apesar de variar a quantidade produzida e a produtividade, é cultivada durante todo o ano, ora em canteiros e hortas, por terra, ora suspensos, em jiraus. Esta última opção pode ser adotada definitivamente, não apenas nas cheias, se a esposa do produtor integrar a criação de galinhas e patos.

Relativamente, é a verdura que oferece melhor retorno. O custo de produção é mais baixo, a despeito da compra das sementes; e o transporte é facilitado por implicar menor peso e volume. O valor atribuído, por exemplo, ao molho de tempero-verde (R$ 0,50) corresponde à metade do preço de um quilo de farinha nos momentos de pico do valor de mercado (em janeiro de 2003, num dos momentos da pesquisa, oscilava entre R$0,80 e R$1,00). Um arranjo de 5 a 10 maxixes pode alcançar R$ 1,00, para citar alguns exemplos. Não obstante, o consumo de verduras e legumes é mais restrito, porque em conformidade à demanda do mercado local. A farinha, por meio de marreteiros, regatões e patrões, pode ser integrada a outras praças de mercado, tendo, assim, uma demanda mais ampla.

■ **FIGURA 4** – Agricultores chegando ao Mercado do Produtor em Coari. Destacam-se verduras e frutas e uma pequena caixa de isopor para transporte de peixe (2003).

Há cultivos de melancia em quase todas as famílias. Parte relativamente pequena do total da produção é encaminhada ao mercado. A relação alcançada entre volume, peso e preço, não estimula a produção sob orientação mercantil. A melancia tem uso alternativo. Ela é colhida entre agosto e novembro, embora haja algumas frutas sendo oferecidas no mês de janeiro. Se a produção prevê o excedente mercantil, a utilização de regatões e recreios aparece como a mais adequada ao transporte de grandes volumes.

Independentemente das inúmeras estratégias adotadas por esses produtores, para tentar oferecer maior volume de produtos ao mercado, o investimento tem sido debalde. Alguns produtores se abrem para incorporar novos produtos, mas essas experiências nem sempre são bem-sucedidas.

O único produto que adquire caráter mercantil, sob racionalidade própria ao mercado exportador, é a castanha. Todo produtor revela então, de imediato, mesmo sob aproximação, o número de caixas vendidas a cada safra, que geralmente varia de 25 a 40, por família. No momento da pesquisa, o valor alcançado no mercado girava em torno de R$ 11,00 por caixa (17kg). Entretanto, regras de etiqueta orientadoras das relações vicinais norteiam o grau de intensificação da coleta quando o espaço onde estão situadas as castanheiras é de uso comunal. A capacidade de coleta varia conforme o número de membros produtivos da família, todos sendo incorporados, mesmo que sob capacidade de trabalho bastante diferenciada quanto à idade. Essa é uma atividade exercida antes do amanhecer, facilitada pelo uso de tochas de fogo.

A maior parte da atividade mercantil ou do exercício do vendedor recai sobre o chefe de família e os filhos jovens. As mulheres (esposa e filhas) ajudam ou asseguram a mobilidade do vendedor, na busca de melhores alternativas, mas operam sob o comando deste, seguindo suas determinações. Essa autoridade e liderança são tão internalizadas, que dispensam a explicitação da referência. Na feira, a esposa pode se dedicar à venda das verduras e frutas; os filhos, à comercialização das frutas mais recorrentes e do cheiro-verde. O esposo se encarrega da venda da banana e da farinha, por meio do *patrão.*

Nas atividades de plantio, tratos culturais, coleta e beneficiamento da mandioca, todos os membros do grupo doméstico, passíveis de exercício de atividade laborativa, colaboram na proporção dessa maturidade. Salvo as crianças abaixo de cinco anos, se puderem contar com a vigilância de uma irmã mais velha, da avó ou, esporadicamente, da vizinha em fase de aleitamento, todos se dirigem ao trabalho agrícola. Aos meninos, além da pesca na proximidade da residência, são atribuídos o aprendizado do artesanato e da preparação das covas e o desenvolvimento da resistência física para transpor produtos e instrumentos de trabalho da casa à roça e vice-versa, à canoa e desta aos tabuleiros no mercado.

Às meninas, a preparação do plantio e a ajuda na colheita e beneficiamento da mandioca, mas também os afazeres domésticos em substituição à mãe. Os filhos que estudam interrompem a contribuição no horário de funcionamento da escola, mas são, após esse dever, imediatamente incorporados ao trabalho agrícola. Dependendo da intensidade requerida para o trabalho e a distância da roça à casa, a esposa pode improvisar um fogão para que todos aí almocem, evitando o deslocamento dos trabalhadores.

Os agricultores e seus familiares consideram-se trabalhadores autônomos e lhes atribuem sinais positivos, em contraposição aos moradores da cidade, que dependem do salário, nem sempre sob controle e previsibilidade, bem como do alimento adquirido sob mediação do dinheiro. Em se pensando e se referenciando como trabalhador chefe de família, definem-se pela capacidade de provisão familiar. Praticam uma economia, no geral, de reprodução simples. O aumento de ganhos é imediatamente canalizado para algum consumo ou para a compra de material para a construção da casa na cidade ou para a melhoria da que se localiza na comunidade. Não desenvolvem qualquer reflexão sistematizada sobre custos de produção, salvo a pressuposição de que seu trabalho deva ser remunerado pela comercialização dos produtos e o rendimento obtido deva ser qualificado segundo padrões de consumo sustentados pelo salário. Por isso, longe de aceitarem qualquer estímulo à elaboração individual ou coletiva de cálculo de custos de produção, avaliam a capacidade de prover a família e o fazem tomando por unidade de avaliação o salário mínimo e sua capacidade de compra. O salário mínimo é valor altamente referenciador de suas práticas, tendo em vista a redistribuição sistemática das aposentadorias.

Excetuando o termo *sobra* ou a expressão *o que fazemos dá para não passar necessidade*, eles não aceitam provocação reflexiva nesses termos. A toda pergunta sobre custo de produção ou valor alcançado pela venda de mercadoria, desconsideram as possibilidades de cálculo diante da pulverização das viagens e do transporte e uso do tempo e do combustível para vários fins associados. A respeitar a compreensão das representações e práticas desses agricultores, o alto custo de produção, mesmo que não calculado, apresenta-se como assombro (Chayanov, 1981; Polanyi, 1959). Há perdas de mercadorias por motivos os mais diversos, mesmo quando elas alcançam o circuito de comercialização. Para obterem melhor valor para as mercadorias nas feiras, devem madrugar e se antecipar nos atos de venda, privilegiando os compradores de maior poder aquisitivo e que desejam selecionar a qualidade do produto. Ao final da feira, é baixo o valor obtido pelos expurgos ou cresce a imposição dessa condição às mercadorias do agricultor. O produto perecível não vendido, não se realiza como mercadoria e assim não se realizando, também não realiza o ato produtivo do agricultor. A volta com o produto para a casa é de tal ordem de irracionalidade, que esses agricultores preferem doá-lo. Como essas práticas se repetem ou fazem parte dos modos de funcionamento das feiras, os agricultores fazem o cálculo contrapondo o preço ideal ao preço irreal ou valor negativo. A média é algo impossível de elaborar, uma vez que nem sempre eles sabem precisar a partir de que volume trazido o preço alcançou patamar negativo e a doação passou a ser a atitude mais racional.

O cálculo da produção corresponde ao entendimento dos modos de funcionamento do grupo doméstico, que não pode ser reduzido a uma equipe de trabalhadores. Outros investimentos estão em jogo na correspondência dos valores e referências que organizam socialmente as relações entre parentes e aparentados, entre vizinhos e comunitários, entre *irmãos,* segundo afiliação religiosa, que delimitam as projeções para o grupo familiar e que asseguram dignidade social aos membros de um grupo social. O cálculo qualitativo da produção, que também é o do desempenho moral dos membros do grupo doméstico, é enriquecedor para a compreensão das condições de vida e das projeções de mudança, como demonstrado.

Outrossim, o sistema de produção adotado pelos agricultores não pode ser compreendido se houver secundarização ou recusa à análise da integração da transferência de excedentes e da incorporação de subsídios, basicamente sociais. Eles são pródigos nessas referências. Em termos das transferências de excedentes, os produtores asseguram a reprodução dos recursos comunitários mediante pagamento parcial do uso e contraprestação dos serviços ou de taxas para a constituição de patrimônios coletivos ou públicos. Há transferências de pagamento de taxas para a associação dos comunitários, de dízimos para a igreja, mas principalmente de transferências vinculadas à afiliação ao sindicato dos trabalhadores rurais, à associação de produtores de várzea e, para alguns poucos casos, pelo recente

enquadramento dos pescadores como beneficiários do sistema de previdência e auxílio-desemprego; e à colônia de pescadores. Há transferência de trabalho gratuito para a construção dos recursos comunitários destinados à realização de serviços públicos municipais.

A despeito de morarem na várzea e a apropriação da terra não estar respaldada em dispositivos jurídicos que assegurem a propriedade privada, a maioria dos produtores tenta assegurar a longevidade da posse mediante pagamento de taxas de cadastramento, no Incra ou na Prefeitura. O pagamento indevido dessa taxa vem sendo aceito pelos funcionários do Incra e da Prefeitura, em parte por pressão dos próprios ribeirinhos. Eles erigiram o recibo de pagamento não só em documento comprovante da posse, mas também do exercício da atividade agrícola para efeitos de incorporação do direito à previdência social, por ocasião da aposentadoria.

O pagamento dessas taxas alcança, em média, R$ 20,00 mensais, quando elas apresentam essa periodicidade de transferência. O pagamento da taxa de cadastro rural, como eles a denominam, é realizado a cada três anos e alcança, na maioria dos casos, um valor aproximado de R$ 15,00.

Os ribeirinhos que residem em comunidades próximas à cidade, beneficiam-se de diversas formas de subsídios transferidos pelo poder municipal e, assim, diminuem os custos de produção e ampliam, de forma altamente diferenciada, as alternativas de concorrência da oferta de produtos no mercado. Além do serviço escolar e de prevenção da saúde, auferidos de forma indireta, há transferências materializadas no motor de luz, na instalação da rede de energia elétrica, na instalação de caixa de captação de água pluvial, na concessão de combustível para o motor de luz e o motor de popa, acompanhado de barco, cujas potências asseguram a ampliação do transporte das mercadorias e o deslocamento de equipes de futebol.

Essas formas de redistribuição são requeridas como direito compensatório, tendo em vista a deterioração de bens, como a casa, e a impossibilidade de plantios de longo ciclo. Os agricultores insistentemente denunciam essas perdas e o custo que elas acarretam. Apontam para áreas do rio onde outrora residiam e constituíram suas roças. Excessivamente molhadas, as terras foram levadas rio abaixo, sob o fenômeno terra caída ou instabilidade de fixação do solo. Narram o ataque de animais, de pássaros e de homens que se apropriam do produto de seu trabalho e eliminam as bases dos cálculos de provisão sazonal[46]. Dependendo do volume d'água nas cheias, se ocorrem alagações eles podem perder as casas de maneira total, mas principalmente parcial. Contudo, as perdas mais significativas referem-se aos bens de raiz, especialmente as fruteiras, à morte de animais, quando eles associam a agricultura à criação.

[46] Relatam ainda as perdas dos plantios diante de uma acelerada subida das águas, antes que toda a colheita possa ser feita, ou da maturação ideal dos produtos a serem colhidos.

Além disso, *os* ribeirinhos consideram-se estruturalmente prejudicados, porque devem adotar plantios de ciclo curto que exigem a reposição total de parte dos fatores e insumos de produção. Eles alegam que não podem repor a reprodução do processo produtivo pela acumulação transferida de um ciclo a outro. Todo ano devem comprar sementes e, em certos casos, inseticidas. De quando em vez, eles recebem sementes transferidas gratuitamente pelos gestores da Prefeitura Municipal ou pelo Idam – Instituto de Desenvolvimento Agrícola da Amazônia. No entanto, não constitui direito ou recurso de apropriação previsível, variando conforme decisões dos representantes dessas instituições. Em termos de ajudas sociais, a maioria dos ribeirinhos das comunidades ainda recebe merenda escolar e poucos deles, bolsa-escola.

Relativamente aos agricultores da terra firme, eles sentem-se compensados pela fertilidade natural da terra descoberta por seis meses. A condição de alagamento libera-os da preparação da terra em termos de extração de árvores e matos. Esse trabalho é considerado pesado e de compensação exígua. Exige dos agricultores de *terra firme,* o rodízio de capoeiras e, assim, o pesado trabalho de derrubada das plantas que ocupavam a área de mata, a ser incorporada, ou a de capoeira a ser aproveitada.

O acesso ao motor de popa (a partir da década de 1980) libertou os agricultores residentes em comunidades próximas à cidade da subordinação aos regatões. E os aproximou dos centros de poder local, constituindo-se em clientela de compra por varejo. Provocou, indiretamente, a concorrência entre os patrões e, relativamente, melhores ofertas de venda de farinha, banana e, em certos casos, castanha, malva ou juta.

A despeito de todas essas limitações e da insistente reclamação de que, a cada cheia, tudo se impõe como recomeço – concepção dramatizada para qualificar as condições de uso dos recursos e fatores de produção –, os agricultores em pauta investem na constituição de poupança, disciplinando a gestão do rendimento familiar. Essa poupança será aplicada na compra de bens específicos e, quase sempre, improdutivos. Há investimento recorrente na aquisição ou melhoria da propriedade da canoa e da potência do seu motor, todos integrando, de qualquer forma, a reprodução simples do processo produtivo e dos pressupostos da unidade de produção e consumo. A poupança, nos termos dos itinerários de melhoria das condições sociais de vida, também é canalizada para a construção de residências na cidade, para onde acorrem mães e filhos diante do projeto de mudança da posição socioeconômica, para eliminar a dependência de parentes anfitriões nas situações em que, para a obtenção de serviços, haja necessidade da permanência na cidade, geralmente prolongada em caso de doenças graves.

Uma alternativa bastante valorizada é a importância da casa na cidade, para moradia de mãe e filhos ou de avós e netos, que reflete os investimentos dos pais na constituição de outros patrimônios para os filhos. Me-

nos do que a terra, o que importa é a expansão do nível de escolaridade dos filhos, para que estejam dotados de condições de acesso a outras alternativas de inserção produtiva. Também pode compensar a dissociação entre unidade de produção e unidade de consumo (quase plena ou parcial) pela fixação de pontos de venda, para onde o esposo ou os filhos (em idade produtiva) transferem os produtos a serem vendidos e se liberam do gasto de tempo na feira para a venda fragmentada. Nesses termos, a área na comunidade vai se caracterizando como um espaço de produção, e na cidade, como um espaço de habitação.

Considerações finais

Encerro este artigo apresentando o conjunto de reivindicações explicitadas por agricultores e seus familiares, por ocasião das entrevistas. Esse destaque estava associado às expectativas que eles construíam diante da presença do pesquisador. Dados os objetivos do projeto de pesquisa, a partir do qual esta situação de campo foi constituída, considero pertinente a sistematização de dados. Ela respeita critérios de recorrência, mas corresponde ao sentido da articulação das questões.

Algumas reivindicações são específicas dos grupos indígenas, outras englobam estes e os demais agricultores, como as que se seguem:

1 - Demarcação de terras de grupos indígenas. Oferta de cursos de formação de professores indígenas.

2 - Subsídios para produção agrícola, especialmente aqueles recursos que facilitem o deslocamento de mercadorias, como é o caso de canoas para transporte de produção dos grupos domésticos e/ou colaboração nos gastos de combustível; consulta aos produtores sobre suas demandas, nos momentos de decisão sobre transferências de implementos agrícolas. Além disso, nesse mesmo domínio da produção e circulação de mercadorias, há reivindicação no sentido da redistribuição de sementes em momento adequado aos ciclos de cultivo e da transferência de madeiras para a construção de canteiros suspensos. Complementarmente, a construção de um mercado do produtor em Tefé, tal como já ocorreu nos outros municípios em pauta; controle municipal sobre a concorrência entre agentes econômicos nos mercados de produtores, com melhor subdivisão de espaços para a ação mercantil de agricultores e marreteiros; criação de centros de estocagem, também com formas de beneficiamento de produtos agrícolas e pescados; apoio para a preparação de mercadorias que assegurem a conquista de outros mercados à longa distância.

3 - Investimento estatal no controle da apropriação de recursos naturais, com fins mercantis, sem a transferência do ônus para os ribeirinhos, que são desautorizados para essa fiscalização e se colocam diante de disputas com vizinhos. Essas desautorizações têm sido fatores de desistência da ação dos qualificados agentes ambientais ou fiscais de lagos.

4 - Cursos sobre formas de manejo e preservação ambiental, no domínio da ação comunitária. Assistência técnica local com a presença sistemática dos técnicos.

5 - Concessão de instrumentos coletivos para beneficiamento da produção, tais como debulhadeira de milho e casas de farinha, com motor.

6 - Facilidades para regulamentação do acesso legal à madeira para a construção de equipamentos e casas.

7 - Apoio e investimento na constituição da piscicultura como atividade mercantil, bem como da fabricação de ração para peixe.

8 - Melhoria da oferta de emprego e de salário dos habitantes da cidade, de forma a ampliarem as alternativas de inserção laborativa, ou trabalhista, e o padrão de consumo.

9 - Construção de casas de apoio aos agricultores nas sedes municipais, de modo que eles possam permanecer por mais de um dia e melhor controlar as condições de ofertas dos produtos. Tais centros devem ter instalados equipamentos para facilitar a preservação dos produtos.

Quanto aos serviços de saúde, os entrevistados destacaram as seguintes demandas:

1 - Complementação das práticas de medicina preventiva com medidas curativas, com retorno da redistribuição de remédios nas comunidades.

2 - Melhoria do atendimento médico-ambulatorial e hospitalar nas sedes municipais e a construção de casas de acolhimento para doenças crônicas ou de tratamento prolongado, de modo a evitar a migração das famílias dos doentes, para a cidade.

3 - Nucleação de serviços médicos para primeiros atendimentos e triagem dos casos mais graves, condição a partir da qual o serviço de saúde municipal assumiria a responsabilidade no atendimento e na hospitalização; instalação de pequenas farmácias para a concessão de remédios básicos; regularidade dos serviços de vacinação e exames preventivos de câncer, mediante o deslocamento de equipes às comunidades.

4 - Serviço sistemático de borrifação, pela Funasa, e criação de serviços básicos de vacina para as doenças mais comuns que possam ser minimizadas por esse recurso: hepatite, tuberculose.

5 - Redistribuição de vermífugos e anticoncepcionais para as famílias que desejarem realizar controle de natalidade.

Outro conjunto de reivindicações incide sobre os serviços de educação:

1 - Ampliação do número de séries básicas do ensino fundamental; nucleação das séries complementares do ensino fundamental e do segundo grau, para evitar a obrigatória migração de parte da família para assegurar instrução aos filhos. Propiciar presença sistemática de professores nas escolas das comunidades.

2 - Contratação de merendeiras, eliminando o serviço gratuito por parte das mães, na preparação da merenda.

3 - Redefinição do número mínimo de crianças, para a instalação de escolas, por meio da valorização de outros fatores como a importância da reprodução da comunidade. A migração de famílias com filhos em idade escolar amplia a inviabilidade dessa reprodução, por operar com número de habitantes e ciclos de vida incompatíveis com a manutenção dos serviços básicos. Em longo prazo, esse sistema de constituição das escolas, segundo avaliação dos entrevistados, decretará o fim das comunidades ribeirinhas.

4 - Reparação de escolas danificadas e regularidade na transferência da merenda, material escolares e combustível para catraieiro (profissional que dirige deslizadores).

5 - Criação de um sistema de bolsas de estudo que assegure continuidade da carreira escolar para alunos que apresentem real interesse no aumento da escolaridade. Essa medida constituirá, segundo os entrevistados, princípio de justiça, assegurando acesso equivalente para meninos e meninas, e jovens de ambos os sexos. No momento, as jovens, dadas as facilidades de se agregarem a outras famílias, conseguem melhor ampliar o nível de escolaridade.

6 - Reconstituição de centros profissionalizantes, mediante ensino modernizado de profissões básicas como: técnico agrícola, auxiliar de enfermagem etc.

No que tange às condições habitacionais, as seguintes demandas foram evocadas:

1 - Implantação de um programa de ajuda para a construção de habitações, abrangendo: participação na preparação de madeira, na concessão de motosserras comunitárias e pagamento das diárias dos profissionais especializados.

2 - Redistribuição de motor de luz para todas as comunidades, com participação em parceria, do governo municipal, nos serviços de manutenção e reparação.

3 - Construção de centros comunitários, especialmente em comunidades mais distantes da sede municipal.

4 - Programa de distribuição de telhas para todas as comunidades, segundo critérios elaborados em assembléia.

5 - Instalação de serviço de telefonia e de antena parabólica em todas as comunidades.

6 - Preservação de prédios públicos e combate ao cupim.

E, finalmente, uma ampla campanha de valorização da imagem social dos ribeirinhos, patrocinada pelas instituições que asseguram representação política da categoria e tendo por objetivo investir contra os preconceitos que acarretam a desvalorização do agricultor. Nesses termos, vislumbram de imediato a inclusão da população ribeirinha nos planos de ação municipal; ou, pelo menos, acatamento e negociação sobre as pautas de reivindicação por eles elaboradas e publicamente encaminhadas.

Bibliografia

BARBOSA, P. F. Tradition et changement dans le moyen Solimões. Structure sociale et mouvements de revendication à base territoriale. In: *Cahiers des Sciences Humaines*, v. 22, n. 3/4, Paris, IRD - Institut de Recherche pour le Développment, p. 389-400, 1986.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BENATTI, J. H. Unidades de conservação e as populações tradicionais. Uma análise jurídica da realidade brasileira. In: *Cadernos NAEA*, v. 2, n. 2, dez., p. 107-126, 1999.

BENCHIMOL, S. *Amazônia: quadros econômicos da produção*. Manaus, ISEA, 1989.

BEZERRA, M. O. Políticos, representação política e recursos públicos. In: *Horizontes antropológicos. Antropologia e política*. Porto Alegre: IFCH-PPGAS/UFRG, p. 181-208, 2001.

BOURDIEU, P. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, p. 107-132, 1989.

CASTRO, E. Mudanças no estuário Amazônico pela ação antrópica e gerenciamento ambiental/projeto MEGAM. In: ARAGÓN, L. E. (org.). *Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral Amazônicos*. Belém/Pará: UFPA/NAEA, p. 125-146, 2003.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO da SILVA, J.; STOLCKE, V. (org.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, p. 133-163, 1981.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *The Nuer*. Oxford: Clarendon Press, 1971.

FARIA, I. M.; VALENCIO, N. F.; MANCUSO, M. I.; MORAES SILVA, M. A. Vozes e imagens do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e problemas ambientais. Trabalho apresentado no GT Diversidade Cultura Rural, VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, Porto Alegre, dezembro de 2002, CD-ROM, 2002.

FRAXE, T. J. P. *Homens anfíbios*. Etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Ed. uma AnnaBlume, 2000.

FURTADO, L. *et al.* Projeto RENAS: Experiências de Pesquisa Científica e Desenvolvimento em Zonas Costeiras, Flúvio-Lacustres e Estuarinas da Amazônia e Possibilidade de Cooperação Internacional. In: ARAGÓN, L. E. (org.). *Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral Amazônicos*. Belém/Pará: UFPA/NAEA, p. 83-107, 2003.

GODELIER, M. *L'idéel et le matériel*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1984.

IBGE. *Censo demográfico 1995-1996*. Resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____ . *Censo demográfico 1999*. Pesquisa Informações Básicas Municipais 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

_____ . *Censo demográfico 2000*. Resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____ . *Dados da amostra (1970) e dados do universo censo demográfico 2000.* On line. Disponível em: http://www.ibge.gov.br

HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (org.). *No mar, nos rios e na fronteira. Faces do campesinato no Pará.* Belém: Ed. da Universidade do Pará, 2002.

KANT de LIMA, R. *et al.* Relatório parcial sobre políticas públicas de descentralização administrativa e municipalização de serviços públicos e de financiamento e crédito à produção nos estados de Amazonas e Pará, em especial nos municípios abrangidos pelo Pró-Várzea. Rio de Janeiro, 2002. Mimeo.

LARAIA, R. de B. *Cultura*: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1986.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: TEIXEIRA, G. J. de F. *Iniciação à prática sociológica.* Petrópolis: Vozes, 1998.

LIMA, D. de M. A construção histórica do termo caboclo. Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. In: *Cadernos NAEA*, v. 2, n. 2, dez., p. 5-32, 1999.

_____ . A economia doméstica na várzea de Mamirauá. Contribuição para o Workshop Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade. Instituto de Biociências, Curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, USP, São Paulo, 19 a 24 de maio, 2002. Mimeo.

McGRATH, D. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. In: *Cadernos NAEA*, v. 2, n. 2, dez., p. 57-72, 1999.

NEVES, D. P. As mulheres na política municipal: as prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004. Relatório de pesquisa encaminhado ao Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas/ IBAM/PROLID, em jun. 2002. CD-ROM.

_____ . *Projetos de desenvolvimento: predação/sustentabilidade? Lógicas políticas e parcializações do mundo social.* 2003(a). No prelo.

NEVES, D. P. (org.). *A irmã Adonai e a luta social dos ribeirinhos. Contribuições para a memória social* (Construção de fonte documental por história oral). Niterói: Intertexto, 2003(b).

PALMEIRA, M. Eleição Municipal, política e cidadania. Rio de Janeiro, [s/d.] Mimeo.

POLANYI, K. The economy as institued process. In: POLANYI, A. P. *Trade and market in the early empires.* Nova York: Free Press, 1959.

RAMOS de ALBUQUERQUE, M. J. Os técnicos na produção dos ribeirinhos do Amazonas. 1984. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

REGIS, Dom G. F. *Pistas ribeirinhas.* Coari: Ed. Prelazia de Coari, 2001.

RIBEIRO, R. C. *Viagens à corte do Solimões.* Manaus: Gráfica REX, 1996.

SANTOS JUNIOR, O. A. dos. *Democracia e governo local. Dilemas da reforma municipal no Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2001.

SCHAEKEN, R. G. *Centenário da presença espiritana na Prelazia de Tefé-AM (1987-1997). A semente cresceu e evoluiu.* Manaus: Associação dos Escritores do Amazonas, 1997.

SIGAUD, L. *et al.* Expropriação do campesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, ANPOCS, p. 214-290, 1987.

SOUZA, M. *Breve história da Amazônia*. Rio de Janeiro: AGIR, 2001.

TORRES, T. Urucu a província que deu certo. *Jornal A Crítica*, edição de 13.09.2000.

WIRTH, L. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, O. G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 68-89, 1979.

A várzea do médio Amazonas e a sustentabilidade de um modo de vida

Mariana Ciavatta Pantoja[1]

Este artigo é fruto de um esforço coletivo de pesquisa cujo olhar esteve voltado para a realidade social de produtores familiares moradores de áreas de várzea da calha do Amazonas/Solimões, e também para suas visões sobre a sustentabilidade de seu modo de vida.[2] Dentro do amplo e diverso universo socioambiental da várzea, percorremos os municípios de Parintins, Maués, Silves e Itacoatiara (todos no estado do Amazonas), compreendidos na região do médio Amazonas.[3]

Pretende-se discutir, a partir de uma diversidade de situações numa mesma região geográfica (o médio Amazonas), elementos que integram o modo de vida da população de várzea e que podem ser indicadores da sustentabilidade desta forma de ocupar e explorar um espaço geográfico singular e seus recursos. Na análise, ver-se-á, o poder público pode e deve ter papel relevante para garantir e criar meios para a sustentabilidade pretendida. Também será visto que mediadores institucionais desempenham papel de destaque na divulgação e implementação, junto aos moradores, de iniciativas e projetos que advogam o manejo sustentável dos recursos naturais da várzea.

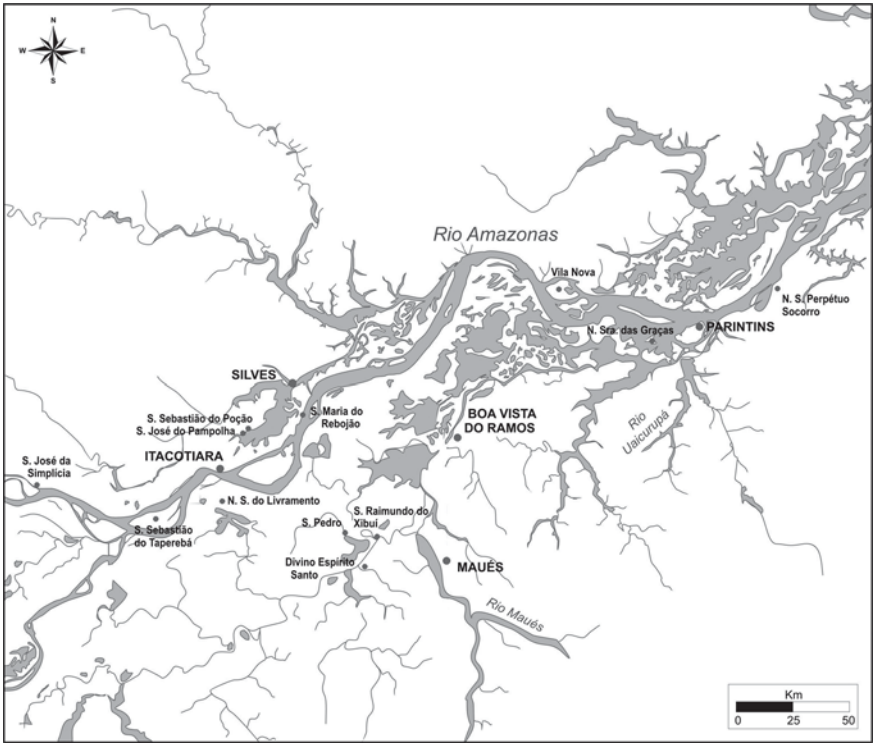
Sobre a pesquisa

O trabalho de campo que subsidiou este artigo foi dividido em duas etapas. Numa primeira incursão, em agosto de 2002, foram percorridas as sedes municipais e mapeados os atores locais (institucionais e não, governamentais ou não). Entrevistas foram realizadas sobre a visão destes agentes sobre a "várzea", as políticas nela implantadas e os interesses sobre ela

[1] Departamento de Filosofia, Comunicação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Acre.

[2] Por sustentabilidade entenda-se um princípio de racionalidade segundo o qual condições ecológicas e sociais são internalizadas na visão sobre os processos econômicos em curso (Leff, 2001). Ou seja, a avaliação da sustentabilidade do modo de vida dos moradores da várzea não pode estar submetida à mensuração exclusiva de indicadores econômicos, como a renda, e sim incorporar indicadores como as condições de acesso, uso e propriedade sobre os recursos naturais, ou ainda as condições sociais em que vive a população (acesso à educação formal e atendimento de saúde, por exemplo).

[3] Esta região compreende os municípios localizados ao longo da calha do rio Amazonas no trecho entre o rio Negro e o rio Tapajós.



■ **FIGURA 1 –** Mapa da área percorrida no médio Amazonas.

existentes; dados censitários e estatísticos foram recolhidos. Essas informações foram reunidas num primeiro relatório (Pantoja, 2002), que espelha uma primeira e parcial aproximação: nesta primeira viagem, não chegamos a visitar as localidades e moradores das áreas de várzea.[4]

Em 2003, finalmente chegamos nas comunidades. No mês de fevereiro, visitamos os municípios de Parintins e Silves, e, em setembro, Maués e Itacoatiara, em cada um deles visitando três comunidades, totalizando 12 comunidades na área de pesquisa.[5] A seleção das comunidades foi orientada pela intenção de abranger a diversidade existente entre elas e feita a partir de critérios já identificados na primeira ida a campo: (i) distância da sede municipal (ou seja, de serviços e também do mercado); (ii) atividades econômicas desenvolvidas (comunidades de perfil mais agrícola, ou pecuário, ou que tinha a pesca como principal atividade econômica); (iii) experiências de manejo comunitário dos recursos naturais (manejo de lagos, de quelônios, presença de Agentes Ambientais Voluntários); (iv) formas de

[4] A equipe que realizou esta primeira viagem foi composta pela autora do artigo e por Regina Cerdeira.

[5] Na segunda etapa da pesquisa de campo a equipe foi composta pela autora do artigo e por Gardenia Rodrigues, então graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Acre.

organização social (mobilização comunitária em grupos familiares, comunidades[6] e/ou associações, ou igrejas de denominações diversas); e (v) relações de poder significativas localmente (presença de patrões, fazendeiros e/ou políticos). Na escolha das comunidades, portanto, esses critérios foram aplicados isoladamente ou de forma associada.

Ao chegar nas comunidades, nossa primeira atitude era procurar seu "presidente" ou "coordenador", a ele expor nossos propósitos e solicitar seu apoio. Procurávamos esboçar um mapa da comunidade com todas as casas existentes e relações de parentesco entre elas. Também identificávamos o número de aposentados na comunidade e os equipamentos sociais existentes (igreja, centro social, escola etc). Em seguida, traçávamos nossa estratégia de trabalho para, numa média de dois a três dias, realizar o trabalho.

Adotamos a estratégia de visitar todas as casas e conversar com o chefe das mesmas e/ou seu cônjuge, o que se revelou proveitoso tanto para os objetivos censitários que deveríamos cumprir, quanto para perceber diferenças de condições de vida e conhecer um pouco melhor os moradores locais que tão rapidamente estávamos visitando. Além do questionário censitário, havia mais dois a serem preenchidos: um sobre a realidade socioeconômica dos grupos domésticos, que deveria ser aplicado em três casas e acompanhado de entrevista qualitativa semi-estruturada; e outro relativo à comunidade, sua história, situação de educação e saúde, aspectos ambientais da localidade, perfil econômico, entre outros temas.

Quanto às casas escolhidas para levantamento de dados mais detalhados, deveriam ser diversas entre si (mais ou menos materialmente aquinhoadas, ou em diferentes momentos do ciclo doméstico etc) e eram escolhidas tanto no primeiro contato com o presidente ou coordenador, quanto, e principalmente, à medida que nos familiarizávamos com a comunidade ou encontrávamos uma situação que nos parecia peculiar no conjunto. As informações e dados, qualitativos e quantitativos, coletados durante a segunda etapa do trabalho de campo foram sistematizados e receberam um primeiro tratamento analítico num extenso relatório (Pantoja, 2004), e são a principal base das análises contidas neste artigo.

Os municípios visitados

Dos municípios visitados, Silves, Itacoatiara e Parintins têm seu surgimento datado do século XVII, sendo o primeiro talvez um dos povoados de colonização portuguesa mais antigos do Amazonas.[7] Sua funda-

[6] Aqui entendidas como uma forma de organização social que agrega comunitários pela fé partilhada, e/ou que pode ser (também) uma unidade administrativa do município. Voltaremos ao tema da organização social em comunidades mais à frente neste artigo.

[7] Este parágrafo e os a seguir estão baseados em entrevistas de campo e em bibliografia. Ver, por exemplo, Junior, s/data; Ribeiro, 1991 e 2003; e Silva, 1998 e 1999.

ção está associada à Missão de Santana de Saracá, que em 1660 se estabeleceu no local. Maués, por sua vez, é de ocupação mais recente, e o primeiro assentamento de colonização data de 1798. Outro denominador comum aos municípios é a presença indígena e o trabalho missionário. No caso de Itacoatiara, em 1655 uma missão criada pelo padre Antonio Vieira chegou a se estabelecer na área, mas não logrou permanecer devido a ataques dos índios Mura. A ocupação do hoje município de Parintins começou com uma missão de catequese dos índios "Tupinambarana". Em Maués, o trabalho missionário junto aos índios que ali viviam foi entregue aos capuchinos.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, esses povoados foram crescendo e ganhando autonomia administrativa. Silves, por exemplo, foi alçada a categoria de Vila em 1759, mesmo ano em que a hoje Itacoatiara tornou-se a Vila de Serpa, ficando Barra (hoje Manaus) sob sua dependência política. A Comarca de Serpa compreendia aproximadamente metade da área do hoje Amazonas. Nos século XIX foi a vez dos povoados de Parintins e Lusea (hoje Maués) serem alçados a condição de Vila. Em 1874, a Vila de Serpa foi promovida a Cidade, agora com o nome indígena de Itacoatiara.

Itacoatiara tornou-se um ponto estratégico de comercialização. Seu porto era bastante movimentado e instalaram-se na cidade migrantes de várias regiões do Brasil e do mundo (sírios, judeus, turcos etc). Itacoatiara participou do ciclo da borracha, e comercializava ainda outros produtos tais como madeira, pirarucu, peles e couros diversos, cacau e essência de pau-rosa. De acordo com as informações que conseguimos obter para os demais municípios, esses produtos marcaram a economia da região no século XIX e início do XX.

Os anos da juta

A introdução da juta na região data de 1929, quando chegaram as primeiras levas de migrantes japoneses ao Amazonas. Parintins foi o "foco irradiador" da juta para a região do Médio Amazonas. Em 1931, naquele município iniciaram-se as primeiras experiências de plantio da fibra, tendo sido colhida a primeira safra comercial em 1937 (Homma, 2003: 87-93).[8] O advento da Segunda Guerra criou entraves à importação da fibra de juta indiana, estimulando ainda mais a expansão do cultivo nas áreas de várzea, que continuou em ascensão, mesmo após 1945, com apoio do governo federal (Homma, 2003: 96-113). Em 1953, o Brasil tornou-se auto-suficiente em fibra de juta.

[8] Essas experiências foram conduzidas na Vila Amazônia, área cedida pelo estado do Amazonas aos migrantes orientais, hoje um assentamento. Cf. Junior, s/d e Gentil, 1988.

Os moradores da várzea, para cultivar a juta, aviavam-se nos "patrões", que financiavam a produção vendendo-lhes mercadorias e/ou sementes.[9] Ao produtor de juta também era possível contratar um financiamento bancário. Uma moradora da comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro, em Parintins, hoje com quase 70 anos de idade, lembra com saudades o tempo em que, segundo ela, a vida era boa: trabalhava-se na juta e tinha-se saldo. O trabalho na juta era duro, reconhece a mesma senhora, dentro d´água, lavando a juta no tempo certo, chovesse ou fizesse sol. Mas a juta tinha remuneração certa, ou seja, não faltavam compradores, de perto e de longe. O paraná do Limão, por exemplo, era visitado pelo barco "Aquidabã", que vinha de Belém do Pará comprar o produto. Esta mesma embarcação, tivemos notícia, também visitava Maués em busca da juta e de outros produtos como a castanha e a borracha.

A crise chega...

A juta conheceu sua queda a partir de 1970, quando o Brasil começou a importar a fibra indiana.[10] A crise foi claramente percebida pelos moradores de várzea: o preço da juta caiu e cultivá-la deixou de ser compensador. É comum a afirmação, pelos moradores da várzea, de que a queda da juta foi contemporânea ao avanço da pecuária na várzea e a uma mudança na paisagem social e ambiental. No tempo da juta, nos disseram, as margens eram pontuadas por um número maior de casas, maiores extensões de mata nativa e plantios agrícolas para a subsistência das famílias. Com a crise, o cenário começa a mudar, sendo seus indicadores a diminuição do número de casas de moradores ribeirinhos e a expansão de fazendas de gado, com conseqüente intensificação do desmatamento da várzea.[11]

A crise da juta trouxe também um aumento expressivo da pressão sobre a fauna aquática, notadamente peixes. A pesca comercial conheceu grande expansão nesse período. Geleiras e pescadores de fora das comunidades passaram a freqüentar as águas dos rios, paranás e lagos, comprometendo os estoques e potencializando conflitos com moradores locais com quem disputavam o acesso ao peixe.

[9] "Patrão" é um termo que designa uma relação comercial baseada no aviamento. A história da Amazônia é marcada por vários ciclos econômicos (drogas do sertão, borracha, juta, castanha etc), e nessa trajetória, como dizem Lima e Pozzobon (2001: 224), "o sistema de aviamento e a patronagem consistiram na principal relação de produção da Amazônia, regulando o acesso aos produtos naturais com valor comercial e às mercadorias básicas para a sobrevivência 'civilizada'".

[10] Em 1971, ainda buscando a auto-suficiência, começam os plantios de malva em áreas de várzea do estado do Amazonas (Homma, 2003, p. 145-147).

[11] O desmatamento das áreas de várzea na região, parece-nos, já começa com a exploração inicial de madeira para combustível de embarcações, continua com a juta e é agravado com as pastagens para gado. Com relação aos dados de população, nos municípios aqui enfocados, a população urbana, entre 1970 e 1980, praticamente dobra enquanto a rural ou não cresce (Parintins e Maués) ou conhece um pequeno crescimento (18% em Itacoatiara). Em Silves, a população rural cresceu na ordem de 29%.

A economia da várzea hoje

A partir da década de 1970, portanto, uma tendência se confirma para as áreas de várzea que visitamos, algumas com maior intensidade, como em Parintins e Itacoatiara: a expansão do gado. O número de criadores de pequenos rebanhos de gado expandiu-se e as sociedades de gado proliferaram.[12] Hoje, constituir um rebanho é uma meta bastante comum entre os moradores: é uma opção segura de investimento e acúmulo de capital.[13] Não são poucos os moradores que dispõem de um terreno em área de terra firme para onde o gado é levado na época da cheia.

Observa-se uma tendência ao aumento de conflitos entre vizinhos – em especial quando há fazendas nas proximidades – devido à invasão de áreas agrícolas pelo gado. Por outro lado, a presença dessas mesmas fazendas pode se constituir numa fonte de renda monetária para as famílias de pequenos produtores já que contratam vaqueiros para cuidar dos rebanhos e diaristas para manter as pastagens.

Dos quatro municípios visitados, em Parintins encontra-se o maior rebanho de gado: são 200 mil reses concentradas na várzea, pertencentes a rebanhos de pequeno, médio e grande porte. Em Itacoatiara o rebanho é contabilizado em 85 mil reses, em Maués são 25 mil e, em Silves, 15 mil reses. Maués, que importa carne de municípios vizinhos, é o único município, dos visitados, onde a pecuária não está em expansão e tampouco é uma prioridade nas políticas de incentivo econômico. Silves, mesmo com um rebanho modesto frente aos demais municípios, registra um aumento dos rebanhos nas áreas de várzea, estando a atividade, segundo técnico do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (Idam), em claro crescimento.

A agricultura de várzea subsiste nas comunidades, embora seu destino maior seja para o autoconsumo. Jerimum, maxixe, melancia, feijão, macaxeira e frutas como mari-mari e maracujá são comercializados, mas os produtores são unânimes em reclamar dos preços praticados nas feiras e mercados municipais, e pelos marreteiros que os assediam na beira tão logo desembarcam. As possibilidades de comercialização dos produtos agrícolas e também de pequenas criações (galinhas, patos, porcos) também são diferenciadas, o que tem relação direta com o mercado consumidor urbano. Em Silves, por exemplo, ao contrário de Parintins ou Itacoatiara, o mercado municipal é modesto e de pouca variedade. Para o abastecimento da população, Silves deve importar gêneros de subsistência, como a farinha.

[12] "Sociedade de gado" é um contrato mediante o qual um criador de gado (em geral de grande porte) cede à outra parte contratante um número de cabeças de gado ("cascos" ou "capital") que, num prazo estipulado, devem ser devolvidas, sendo o "lucro" (bezerros e novilhas) propriedade do segundo.

[13] Sobre o gado como o produto de maior rendimento hoje na várzea, ver, por exemplo, Junior, s/d; Gentil, 1988; Lobo, 1998; e Pantoja 2002 e 2004.

Sair de Silves e chegar em Parintins e Itacoatiara causa um choque pelo contraste. Logo no porto de Itacoatiara pode-se enxergar, por exemplo, pátios de empresas madeireiras, navios imensos sendo carregados, um frigorífico empresarial e um porto granelero que exporta a produção que chega pela hidrovia do rio Madeira.[14] Madeira, agricultura, pecuária e pesca são setores expressivos em Itacoatiara.[15] O município dispõe de um grande pólo de produção agropecuária na área do Paraná da Eva e que tem na fruticultura para produção de polpa seu carro-chefe.[16] Para toda a área de Itacoatiara, a Secretaria Municipal de Agricultura contabiliza áreas de várzea e terra firme com cultivos diversos, como cítricos, hortaliças, banana, mandioca, milho, cacau, melancia, graviola, pupunha e cana-de-açúcar.

Em Parintins, a Feira do Produtor Rural funciona em instalações amplas e uma visita à mesma revela dinamismo e diversidade de produtos. O destaque é para a mandioca e derivados (farinha, goma, tucupi, pé-de-moleque, beiju, tapioca), todos produtos da terra firme. Na várzea produz-se, para a comercialização, hortaliças, arroz e milho.[17]

Em Maués, por sua vez, havia um esforço do poder público municipal em alçar a agricultura a um lugar de destaque na economia local. A partir de um zoneamento agrícola e identificação de aptidões agrícolas que possam gerar aumento de produção e renda, estavam em implantação 11 Pólos de Desenvolvimento que, planejava-se, contariam com apoio técnico, incentivos financeiros, de comercialização e a presença ininterrupta de um técnico na comunidade sede. Mandioca, cana-de-açúcar, o tradicional guaraná, fruticultura e pequenas criações eram os produtos identificados e nos quais se apostava. Infra-estruturas, como agroindústrias (farinha e açúcar) e mecanização de terras estavam sendo planejadas e/ou implantadas. Nas áreas de várzea, a presença do "massapé" – áreas de várzea não alagáveis – permitia que essa política não ficasse restrita à terra firme.

A pesca comercial também é uma das atividades economicamente relevantes na região, e é curioso o pouco ou nenhum controle que as prefeituras parecem ter sobre esta atividade. A única prefeitura que nos forneceu dados foi a de Parintins, e mesmo assim relativos ao valor comercializado nos mercados locais (1,5 mil toneladas), e não ao pesca-

[14] Trata-se do porto granelero do grupo empresarial Hermasa. Navegação da Amazônia S. A., uma holding do Grupo André Maggi, que desde 1997 escoa e embarca para exportação soja produzida no centro-oeste do país.

[15] A madeira, por exemplo, em nenhum outro município visitado tem uma exploração econômica empresarial tão expressiva. Há grandes empresas madeireiras instaladas, como a Mil Madeireira Itacoatiara Ltda. (certificada pelo FSC) e a Gethal Amazonas S.A.

[16] Este pólo é liderado pela Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Produtores Rurais da Comunidade Sagrado Coração do Paraná da Eva (Ascope), fundada em 1993 e um dos desdobramentos do esforço organizativo da Prelazia de Itacoatiara na década de 1970.

[17] Dados da Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento.

do desembarcado (2,8 mil toneladas, segundo o ProVárzea).[18] Em Itacoatiara, uma visita ao porto de desembarque e ao porto do frigorífico Riomar imediatamente revelou, a olhos vistos, que nesses locais movimentava-se um volume de produção e de recursos monetários significativos. Para Itacoatiara, dados do ProVárzea acusam 1,5 mil toneladas de pescado desembarcadas em 2001.

Em todas as comunidades dos municípios visitados a principal finalidade da pesca é para o autoconsumo, mas também encontramos em todas as localidades moradores pescando para a venda, em maior ou menor intensidade.[19] Também encontramos a queixa recorrente de que os estoques de peixe estão drasticamente reduzidos quando avaliados à luz da "fartura" de tempos anteriores dos quais os moradores mais velhos lembram-se vivamente. Um presidente de comunidade em Itacoatiara assim explicou-nos a "derrota" da antiga abundância de peixes: o surgimento da malhadeira de linha de mica, a aquisição de motores rabeta e de caixas de isopor. De posse desses instrumentos, qualquer morador, segundo ele, pode almejar ganhar a vida na pesca, desaparecendo as distâncias intransponíveis e o problema do armazenamento.[20]

Mas não são apenas os moradores das comunidades que pescam nos municípios do médio Amazonas. Os maiores pescadores provêm dos centros urbanos, em geral associados às colônias de pescadores e muitas vezes ex-moradores de comunidades. As colônias de pescadores têm pouquíssimos sócios morando nas comunidades de várzea, pelo menos naquelas que visitamos. Em Parintins, dirigentes da própria Colônia de Pescadores Z-17 faziam esta constatação. Barcos pesqueiros de municípios e estados vizinhos também freqüentam os rios e lagos. Nos municípios visitados, é queixa comum a invasão de barcos pesqueiros "paraenses" com suas redes e malhadeiras de grande capacidade de captura e com as quais os moradores das comunidades não têm como concorrer.

Observa-se ainda que a renda monetária das casas está hoje fortemente assentada em atividades e serviços remunerados pelo poder público ou por particulares, e em aposentadorias, pensões e benefícios. Salários para funcionários públicos (professores e agentes de saúde, em especial), aposentadorias por idade ou por invalidez, pensões alimentícias e auxílio-do-

[18] O ProVárzea controla o desembarque de peixe, entre os municípios visitados, em Parintins e Itacoatiara. Em Maués, 427 toneladas teriam sido comercializadas entre maio e dezembro de 2001segundo a Colônia de Pescadores, que mantém fiscais controlando o desembarque, o que também ocorre em Itacoatiara. Parintins sedia ainda o Projeto Pyrá. Para Silves não há dados.

[19] De acordo com Pereira (2002, p. 6), para os moradores de várzea, a pesca é a principal fonte de alimento protéico, chegando o consumo a cerca de 500 g de pescado per capita ao dia, "sendo por isso o mais importante recurso e atividade de subsistência para essas populações".

[20] Neste sentido, a percepção deste morador está em consonância com a visão de autores sobre as inovações tecnológicas que alteraram significativamente a atividade da pesca comercial na Amazônia, tais como a introdução da malhadeira de mica (fibra sintética), do gelo e de motores a diesel. Cf. Smith (1985) e Hartman (1992) apud Pereira e Pinto (2001).

ença, além de diárias e salários de vaqueiros, são fontes de renda monetária importantes para a viabilização da reprodução social e econômica dos grupos domésticos, e, em algumas comunidades, uma das principais fontes de diferenciação entre eles.

População "urbana" e "rural"

Diferenciar o que é "urbano" e o que é "rural" pode ser mais difícil do que os dados censitários, como da Tabela 1, pretendem nos fazer crer.

■ **TABELA 1** – Dados de população urbana e rural nos municípios visitados.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	Total	Urbana	%	Rural	%
ITACOATIARA	72.105	46.465	64	26.640	36
SILVES	7.785	3.363	43	4.422	57
MAUÉS	40.036	21.179	53	18.857	47
PARINTINS	90.150	58.125	64	32.025	36

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nos municípios visitados, assim como em tantos outros na várzea do Amazonas/Solimões, há um forte trânsito entre o "interior" e as sedes municipais. As freqüentes visitas e permanências na cidade podem ter fins comerciais (mercado e feiras), de busca de serviços públicos (como saúde e educação) e mesmo de residência, como é o caso dos "bairros de migrantes" e das famílias que possuem casas nos dois espaços. Possuir casa na cidade não significa necessário abandono da várzea. Parte da família pode permanecer, cuidando das plantações e criações e providenciando para o grupo familiar fontes de renda e alimento.

Encontramos situações em que aposentados permaneciam nas comunidades de várzea ao passo que o restante da família já morava na cidade: eles simplesmente não queriam se mudar. Chefes de família que ficam na várzea gerenciando as posses e bens do grupo ao passo que a esposa e os filhos em idade escolar mudam-se para a cidade é uma situação também possível. Ou ainda situações em que há um revezamento entre os filhos, que estudam na cidade alternadamente para que os pais, já mais idosos, não fiquem sós. Homens jovens, solteiros ou casados, podem migrar sazonalmente para as sedes municipais em busca de trabalhos temporários. Assim, ir para a cidade pode não ser um caminho sem volta, principalmente quando a geração mais velha ou parte da família permanece morando nas comunidades.

Além disso, as próprias sedes dos municípios visitados têm perfis diferentes, algumas parecendo mais rurais, como Silves, em comparação com

Itacoatiara, que tem um centro urbano com lojas comerciais, bancos, hotéis, trânsito intenso de carros, pedestres, bicicletas e moto-taxis. Parintins, mesmo sendo menor do que Itacoatiara, segue este padrão. É também a sede dos bumbas Caprichoso e Garantido, recebendo anualmente milhares de turistas, o que movimenta o setor hoteleiro local, composto de hotéis e de pousadas familiares. No seu porto, é possível ver atracadas embarcações luxuosas de turismo fluvial que transitam ao longo do rio Amazonas.

Silves, ao contrário, é um lugar calmo onde o comércio é pequeno, não há agências bancárias, poucos carros circulam nas suas ladeiras. A chegada em Silves causa impressão justamente por um padrão estético singelo e agradável, o que é atribuído a obras da prefeitura visando justamente incentivar o ecoturismo. Maués tem um perfil mais interiorano, é uma cidade tranqüila (à exceção provavelmente dos períodos de festival do guaraná e de praia), mas tem mais infra-estrutura do que Silves, como agências bancárias e comércio mais diversificado. Tal como Silves, Maués também tem seu encanto, em especial pela paisagem de praias na época da seca.

Saúde e educação

Chama logo atenção a ausência de um quadro de analfabetismo crônico na região, como é comum em outras áreas da Amazônia.[21] Entre a população que não mais freqüentava a escola[22], não registramos casos de analfabetismo nas comunidades visitadas nos municípios de Parintins e Silves. Em Maués, de um total de 162 moradores que não freqüentavam a escola nas três comunidades visitadas, 1% era analfabeto, e, em Itacoatiara, dos 405 moradores das três comunidades na mesma situação, 4,5% eram analfabetos.[23] A escolaridade da maioria dos moradores das comunidades visitadas está compreendida entre a 2ª e a 4ª série do ensino fundamental

Em todos os municípios visitados, as prefeituras mantêm escolas no "interior".[24] Das 12 comunidades de várzea que visitamos, todas as escolas eram municipais. Encontramos duas comunidades ainda sem escola im-

[21] O alto grau de alfabetização da população do interior com certeza tem entre suas causas a atuação do Movimento de Educação de Base (MEB), que em 1973 instalou-se em Parintins. Cf. Mota et alii, 2002.

[22] Em geral, aqueles aos quais não havia mais possibilidades de estudar na comunidade devido à idade, estado civil e/ou não existência de ensino além da quarta série.

[23] Dados do IBGE (2000) registraram as seguintes taxas de alfabetização sobre o total da população municipal: 90,8% (Parintins), 88,9% (Silves), 88,8% (Itacoatiara) e 87,4% (Maués).

[24] Em Silves, de acordo com dados do FNDE/MEC, em 2001 eram 28 as escolas municipais no ensino fundamental (27 na "zona rural") e três estaduais (uma na "zona rural"), totalizando 28 escolas entre as comunidades de várzea e terra firme. Em Itacoatiara, segundo a Secretaria Municipal de Educação, em 2003, elas eram em número de 140. Em Parintins, Dados da Secretaria de Educação e Desporto indicavam, em 2003, que havia um total de 142 escolas na área rural do município, sendo 113 na terra firme, 29 na várzea. Finalmente, em Maués, de acordo com a Secretaria de Educação e Desporto, na área rural (incluída a Área Indígena) havia 152 escolas.

plantada, mas seus alunos dispunham de transporte escolar para estudar na escola das comunidades vizinhas. As crianças em idade escolar, com raras exceções, estão estudando.

Em geral, as escolas de várzea oferecem o ensino fundamental até a 4ª série e as salas são multisseriadas. Um ou mais professores podem assumir as turmas, dependendo do tamanho das mesmas. Em Silves, na várzea, encontramos a prefeitura implantando, paulatinamente, o primeiro grau completo em algumas comunidades. Em Itacoatiara, a Secretaria de Educação está implantado em algumas escolas o sistema Educação de Jovens e Adultos, oferecendo o primeiro grau completo. Em Parintins, o Censo Estatístico Comunitário, identificou duas comunidades de várzea onde havia tele-aulas até a 8ª série (Mota *et al.*, 2002). Já em Maués, encontramos o ensino até a 8ª série nas três comunidades que visitamos: trata-se do Telecurso 2000.

A merenda escolar está implantada nas escolas, embora os professores tendam a se queixar de que a mesma não é suficiente para o ano letivo completo. O transporte escolar é necessário para as comunidades que não possuem escola, mas é ainda uma demanda não de todo atendida. O recebimento de bolsa-escola foi verificado apenas nas comunidades visitadas em Parintins e Maués, porém contemplando um número pequeno de alunos.

A infra-estrutura de saúde local, nas comunidades, em geral é precária. Das comunidades que visitamos, apenas uma estava prestes a contar com um posto de saúde. Mas há agentes de saúde atuando nas comunidades de várzea através do Programa do Agente de Saúde Comunitário, mantido por algumas prefeituras, como a de Silves, que contava, em 2003, com 19 agentes trabalhando na zona rural. O acesso a medicamentos, porém, é limitado: os agentes de saúde não podem carregar consigo mais do que materiais para curativos, vermífugos, hipoclorito, aparelho de pressão, alguns analgésicos e folhetos informativos, insuficientes para atender as demandas dos moradores das comunidades. A solução é cada chefe de casa comprar os medicamentos que julgue necessários nas farmácias dos núcleos urbanos, ou valer-se de vizinhos mais prevenidos numa hora de necessidade. As comunidades dispõem ainda de outros profissionais de saúde, como rezadores, benzedores e parteiras. Nos casos mais graves, que precisam de atendimento médico-hospitalar, a sede municipal é a primeira alternativa.

Quanto ao saneamento, a água que é utilizada nas casas (em particular nos jiraus) escorre ao ar livre, por vezes sobre um sistema que canaliza a água para o aceiro do terreiro. Encontramos casas onde a água caía do jirau para debaixo da casa, formando um lameiro onde porcos e patos gostam de estar. Os sanitários são em geral construídos a partir de um buraco no chão (aberto com uma boca-de-lobo) e recebem um chão de madeira e paredes (de madeira ou de palha), podendo estar ou não cobertos. Por vezes, não terão porta e sim sua entrada virada para o lado oposto ao da casa e dos caminhos. À exceção de uma comunidade, que dispunha de poço artesiano, nas demais a água consumida para lavar, cozinhar e beber

vinha do rio, paraná ou lago, sendo que neste último caso, no verão, costuma-se abastecer a casa com água de cacimbas ou olhos d´água. O uso de hipoclorito não foi observado com freqüência, e sim o costume de coar a água com um pano para atenuar a presença de terra em suspensão.

As doenças mais freqüentes são as mesmas em todas as comunidades: gripe, "diarréia", "febre" e "vômito", sendo as três últimas sintomas utilizados localmente para definir doenças. Verminoses, viroses e males estomacais devem estar na raiz desses sintomas, e as duas primeiras foram inclusive citadas como doenças. Quebrante, desmintidura e ventre caído foram também citados, em várias comunidades, como males comuns que devem ser combatidos com rezas e benziduras. O verão, ou seca, conhecido pela péssima qualidade da água potável, é uma época de alta incidência de diarréia.

As comunidades de várzea

Na várzea do médio Amazonas, hoje, os assentamentos humanos ou localidades do interior são conhecidos como comunidades. Na região, as comunidades surgiram enquanto tais a partir da década de 1960 numa iniciativa pastoral da Igreja Católica.[25] Na Prelazia de Itacoatiara e de Parintins, no esforço de criação de comunidades, padres e irmãs viajavam para as localidades do interior para se reunir com os moradores e realizar cultos dominicais. Em muitas destas localidades, já existiam práticas coletivas como o festejo de santos, "brincadeiras de boi", jogos de futebol e novenas. Algumas localidades, a partir do estímulo dos missionários, chegaram a formar "congregações".[26]

A idéia de formação de uma "comunidade" e da necessidade dos "comunitários" tomarem a iniciativa de resolverem eles mesmos, através da sua "organização", problemas como a falta de escolas e postos de saúde, foi sendo assumida por lideranças locais, muitas vezes líderes de grupos extensos de parentes. Diretorias para as comunidades foram sendo criadas, com cargos de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. Outros grupos locais de referência também surgiram, tais como de catequistas, de jovens, de mulheres, entre outros.

O desdobramento desse movimento de cunho religioso-social fez com que as comunidades – e não mais as antigas localidades – viessem a se

[25] A Prelazia de Parintins foi fundada em 1955 e a de Itacoatiara em 1963. Sobre a atuação das Prelazias junto à população da zona rural, consultar Ribeiro, 1991 e 2003; Cerqua, 1980; Silva, 1998 e 1999.

[26] "Um grande número dessas comunidades, particularmente nos primeiros anos, nasceu como Congregações Marianas de homens, com capelas para culto e reuniões formativas. (...) e aos Marianos foram se acompanhando outros movimentos e irmandades, como as Senhoras do Apostolado da Oração, a Cruzada Eucarística infantil, Clube de Jovens etc...; e foram se organizando as várias atividades comunitárias coordenadas por pessoas responsáveis, qualificadas em cursos administrados pela Prelazia no Centro de Treinamento ou no próprio interior" (Cerqua, 1980, p. 311).

constituir na principal referência de pertencimento sócio-espacial. As localidades, explicou-nos Antonio Peixoto, um antigo militante desses tempos e, em 2002, vereador em Itacoatiara pelo PT, demarcariam os grupos de moradores a partir de um denominador geográfico comum, a residência, enquanto as comunidades passaram a organizar as pessoas pela fé e para a administração dos sacramentos.

A constituição das comunidades teve reflexos na organização política dos moradores do interior. O "movimento de preservação de lagos", que teve forte expressão no município de Silves nos anos de 1980, expressou a estrutura e capacidade de mobilização das comunidades (Ribeiro, 1991 e 2003). Lideranças de movimentos sociais, de cooperativas e associações, de sindicatos de trabalhadores rurais e também partidárias têm em sua trajetória a participação na organização e/ou vida das comunidades.

A comunidade como referência de pertencimento

O plano de afiliação religiosa é ainda hoje o de maior força de pertencimento a uma comunidade. A igreja, as práticas religiosas e atividades afins (festejos, bingos), e o grau de adesão a elas, podem ser tomados como indicativos do grau de coesão e organização de uma comunidade. Mas a filiação comunitária dada pela religião pode não ser tão clara, o que ocorre quando mais de uma denominação religiosa está representada numa mesma comunidade.

As comunidade, quando formadas, foram, por assim dizer, rebatizadas com o nome de um santo ou santa padroeiro(a), associado a referência geográfica relacionada ao rio, paraná ou lago onde estavam localizadas. Às vezes o lugar já tinha nome de um santo ou santa, outras não. No dia-a-dia, o uso corrente da referência de residência usada pelos moradores de várzea pode oscilar. Um morador, quando na cidade, para identificar seu local de moradia poderá utilizar o termo "comunidade" seguido do nome do(a) padroeiro(a) ou apenas a referência geográfica, que é de domínio público.[27] – *Moro no paraná da Simplícia de Cima*, por exemplo, para os moradores da comunidade São José, em Itacoatiara.

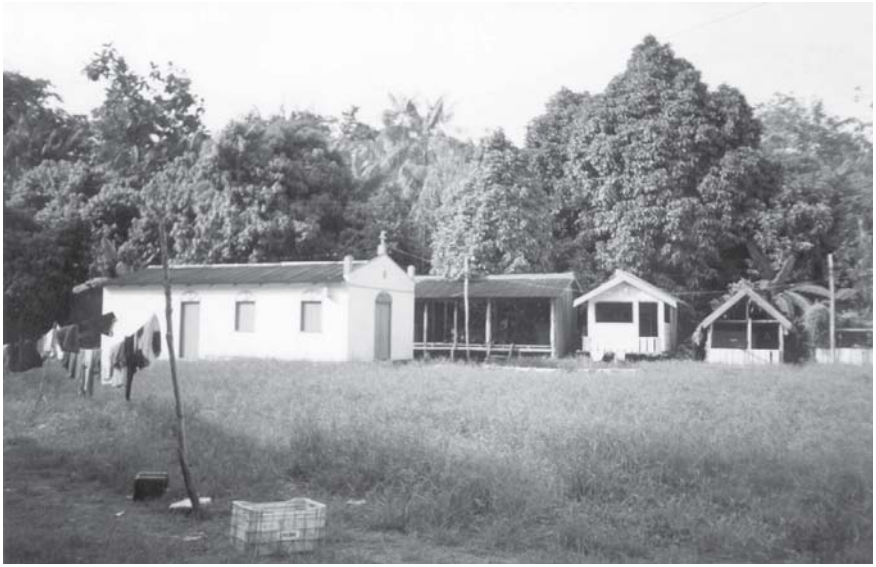
Mas quando está em casa, a "comunidade", para o morador, se refere a uma área delimitada espacialmente e separada dos "terrenos" onde estão as casas. No terreno da comunidade estão localizadas a igreja, a escola e demais equipamentos comunitários. Em geral é uma terra doada por um morador para a Diocese. Os *terrenos,* sejam os individuais ou o da comunidade, são demarcados pelos moradores, com fronteiras reconhecidas, muitas vezes com o uso de cercas. É comum então ouvir o morador dizer de sua casa: – *Vou lá na comunidade*; ou: – *O barco sempre pára lá na comunidade*.

[27] Neste sentido, tenderíamos a concordar com Janete Gentil (1988: 152) quando afirma que, na região de Santarém, a denominação mais comumente utilizada é a geográfica.

As casas dos moradores pertencentes, ou referidos, a uma mesma comunidade podem estar dispostas numa área geográfica claramente delimitada, ou não. Encontramos comunidades nas quais as casas e seus terrenos estavam todas linearmente dispostas ao longo da margem do rio ou paraná; e outras nas quais as casas estavam dispersas na área de um lago. Em um lago encontramos mais de uma comunidade, estando as casas de uma ou outra comunidade, digamos, misturadas.

Há ainda uma diferença entre ter uma casa em área reconhecida como de abrangência da comunidade e fazer parte da mesma. "Participar da comunidade" significa estar presente nos cultos, ajudar a organizar atividades comunitárias, participar de mutirões a bem da comunidade, fazer parte de diretorias ou grupos comunitários (como o de catequistas), ou ainda fazer-se presente em atividades de conservação, tais como a fiscalização de lagos ou de tabuleiros. Neste sentido, há casos de pessoas que vivem em área reconhecida como de alcance da comunidade, mas que dela praticamente não "participam". Foi assim na N. Sra. das Graças, também em Parintins, onde os moradores do paraná do Macaco eram em sua maioria vaqueiros de fazendas e tinham uma vida social à parte.

Há famílias que possuem casa em áreas de terra firme e que sazonalmente mudam de casa, de ambiente, e de comunidade também. Passar parte do ano fora da comunidade não é incompatível com pertencimento legítimo à mesma, desde que a pessoa e sua família tomem parte das atividades comunitárias quando presentes. Na N. Sra. do Perpétuo Socorro, em



■ **FIGURA 2** – Vista da comunidade Santa Maria do Rebojão, às margens do rio Amazonas, Município de Silves, na qual a igreja católica se destaca.

Parintins, encontramos inclusive pessoas reconhecidas como parte da comunidade mas que nem mesmo moravam na área, embora tivessem nela um terreno. Essas pessoas, nos foi dito, "participavam" da comunidade, ou seja, faziam-se presentes em comemorações e cultos e/ou faziam contribuições financeiras para o caixa da comunidade.

Novos atores e interesses sobre as comunidades

A partir da década de 1980, o poder público começa a intervir no processo de organização das comunidades (Pantoja, 2002 e Ribeiro, 2003). Em Itacoatiara, um "estatuto padrão da comunidade" chegou a ser proposto pela prefeitura, mas não vingou. Prefeituras também mantêm cadastros das comunidades para efeitos de políticas públicas. Trata-se de um novo cadastro de comunidades, independente da Prelazia, cujo cadastro registrava as comunidades que tradicionalmente recebiam visitas pastorais e sacramentos. Em Maués, encontramos a prefeitura em ativa intervenção no meio rural, criando Pólos de Desenvolvimento com comunidades centrais (das quais as demais são como satélites) e estimulando a (re)organização de associações centralizadoras, em detrimento de pequenas associações comunitárias por ventura já existentes. Em Parintins, presidentes de comunidades possuem uma carteira de identificação dada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, que com isso controla o acesso a Feira do Produtor Rural e as comunidades a serem alvo de benefícios.

A tendência mais recente é também o surgimento de associações comunitárias, criando uma nova figura jurídica diferente da diretoria da comunidade, embora por vezes seus dirigentes coincidindo, e com um outro poder de fogo: requerer empréstimos, por exemplo. Nos municípios, a Emater e o Idam têm contribuído nesse processo, orientando a criação de associações comunitárias para financiamentos bancários.

ONGs também adotam as comunidades como unidade de referência para suas ações. A Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (Aspac) e a Associação Vida Verde da Amazônia (Avive), ambas em Silves, desenvolvem seus projetos socioambientais e de ecoturismo em conjunto com comunidades locais e lideranças que nelas se destacam, homens e mulheres. No município de Maués, a CPT atua nas comunidades e discutia a proposta de uma Federação das Comunidades Católicas Rurais. Em Parintins, nas ações de campo do ProVárzea e no planejamento de suas atividades, as comunidades são uma unidade de referência importante.

Tantos interesses e olhares sobre as comunidades acarreta, além de disputas, diferentes definições para o que seja uma comunidade e quantas seriam elas em cada município. Quando se pergunta a agentes diferentes num mesmo município quantas são e qual o número de comunidades, as informações diferem entre si e obedecem ao tipo de atuação que aquele agente tem no interior, aos critérios que reconhece como legítimos para a

existência de uma comunidade e mesmo ao grau diferenciado de conhecimento que possui daquele mesmo interior. Por exemplo, de uma maneira geral, para o poder público o reconhecimento de uma comunidade deve ser formalizado pela prefeitura e, para tal, critérios como número mínimo de casas, existência de escola, capela e centro social podem ser obrigatórios. Esses critérios não são igualmente válidos para a Igreja Católica, ou mesmo para uma ONG.[28]

Uma outra razão para esta falta de consenso pode ser o fato de que a criação de comunidades tornou-se bastante dinâmica, obedecendo a uma série de determinações, muitas delas de difícil controle, como brigas entre famílias vizinhas e moradoras de uma mesma localidade, que pode passar a abrigar duas comunidades. Diferenças religiosas – católicos e evangélicos – podem provocar cisões e surgimento de novas comunidades, aglutinadas em torno de congregações independentes. Tal como o sistema implantado pela Igreja Católica nas comunidades por ela criadas, carteiras de comunitários são também expedidas pelas igrejas evangélicas, como a Assembléia de Deus. Com efeito, em Parintins é possível encontrar "carteiras de presidente" expedidas pela Igreja Católica, por denominações evangélicas e também pela Prefeitura.

O acesso a benefícios pode ser mais uma razão para a divisão de uma comunidade liderada por grupos internos que se sintam excluídos de benefícios. Essa proliferação pode ser um dos motivos que tem levado algumas prefeituras a normatizar a criação de comunidades – mas a contra-reação é que em seu lugar surjam os "núcleos" ou "grupos", embriões de futuras comunidades e que acabam sendo reconhecidos como tais. Em Maués, os núcleos estavam passando por um processo de organização formal, no qual são estabelecidas normas para que possam se tornar uma comunidade, tais como possuir igreja, escola, motor de luz, campo de futebol, entre outros equipamentos comunitários.

Comunidades visitadas

A Tabela 2 traz os dados demográficos relativos às 12 comunidades visitadas. A unidade "casa" refere-se ao grupo doméstico, ou seja, ao grupo de pessoas, em geral, mas não necessariamente, ligadas por laços de parentesco, que vivem sob o mesmo teto. "Família" indica um grupo de parentes (afins e consangüíneos) liderados por um casal (marido e esposa), não necessariamente no formato clássico da família nuclear (pais e filhos). Os arranjos internos podem ser diversos, mas invariavelmente os membros residentes numa mesma casa têm alguma relação de parentes-

[28] Isso ficou patente em Maués e também em Silves, onde foi impossível fazer concordar entre si o número de comunidades existentes no município para o IDAM, a Aspac e a Secretaria Municipal de Saúde. Consultar Pantoja, 2002.

■ **TABELA 2** – Dados demográficos das comunidades visitadas no Médio Amazonas.

		Nº CASAS/ Nº FAMÍLIAS	Nº MORADORES	HOMENS	MULHERES
PARINTINS	N. Sra. Perpétuo Socorro	24 casas/ 28 famílias	97	53	44
	N. Sra. das Graças	40 casas/ 42 famílias	151	84	67
	Vila Nova	18 casas/ 18 famílias	95	49	46
SILVES	Sta. Maria do Rebojão	25 casas/ 25 famílias	100	60	40
	São Sebastião do Poção	10 casas/ 11 famílias	56	30	26
	São José do Pampolha	23 casas/ 25 famílias	116	65	51
MAUÉS	Divino Espírito Santo	14 casas/ 14 famílias	72	40	32
	São Pedro	40 casas/ 49 famílias	253	143	110
	São Raimundo do Xibuí	22 casas/ 25 famílias	122	67	55
ITACOATIARA	São José da Simplícia	32 casas/ 32 famílias	144	78	66
	N. Sra. do Livramento	34 casas/42 famílias	213	125	88
	São Sebastião do Taperebá	11 casas/ 11 famílias	48	27	21
TOTAL			**1.467**	**821**	**646**

co (afim ou consangüíneo). Observe-se que em oito das 12 comunidades, o número de famílias é maior do que o de casas, indicando um padrão de residência que comporta mais de um casal, aparentado entre si, vivendo sob o mesmo teto.

Mas pode haver casas em que as famílias co-residentes não são aparentadas. Na comunidade N. Sra. das Graças, em Parintins, encontramos uma casa onde duas famílias conviviam sem haver entre elas qualquer relação de parentesco: tratava-se de uma casa de fazenda com duas famílias cujos chefes eram "vaqueiros" e responsáveis, cada um, por um rebanho de gado. Esse dado deve ser compreendido no contexto de uma tendência

■ **FIGURA 3** – Moradores da comunidade N.Sra. das Graças, em Parintins, em sua casa, construída com madeira beneficiada e paredes laterais de palha trançada.

não exclusiva daquela comunidade e município, qual seja: a da expansão da pecuária paralela à consolidação de grandes fazendas e de novas formas de sociabilidade e organização social.

Homens, mulheres e migração

Dados sobre a distribuição da população masculina e feminina por faixa etária nas comunidades visitadas indicam que o maior contingente populacional é de crianças e jovens (0 a 14 anos), tanto do sexo masculino quanto do feminino (Pantoja, 2004). Mas chama atenção, na Tabela 2, a presença de um contingente maior de moradores do sexo masculino nas comunidades. Com efeito, a estatística populacional para a totalidade da zona rural dos municípios aqui enfocados indica que a diferença populacional entre moradores do sexo feminino e masculino começa a se tornar significativa a partir dos 10 anos de idade e se estende até a faixa etária acima dos 70 anos.[29] Por que isso ocorre?

A migração para núcleos urbanos é provavelmente uma das principais causas, sendo, na verdade, ela mesma uma conseqüência das condições de

[29] Silves surge como exceção, havendo diferença populacional significativa entre homens e mulheres entre os 15 e 19 anos de idade e entre 25 e 29 anos. A realidade de Silves confirmaria o que já foi apontado há pouco, isto é, Silves seria um município, frente aos demais estudados, com um perfil mais "rural" ou com menor contraste entre o rural e o urbano.

vida vigentes na várzea. Foi para Manaus e para as sedes municipais que se dirigiram 65% dos filhos dos atuais moradores que saíram da casa dos pais. Apenas 15,5% dirigiram-se para outras comunidades (de várzea ou terra firme), e 17% permaneceram morando na comunidade de origem. Nestes dois últimos casos, o casamento foi a principal causa, tendo correspondido a 36% das respostas relativas às motivações para sair da casa dos pais.

O anseio de dar continuidade aos estudos se sobressaiu, nos questionários e entrevistas, como forte motivação para a migração para as cidades (29,5% das respostas). Estudar é um valor para os moradores de várzea, que enxergam a possibilidade de, pelo estudo, lograr uma posição social melhor e condições de vida quiçá mais favoráveis. As escolas da várzea em sua grande maioria oferecem ensino até a 4ª série, e a solução é buscar escolas em núcleos urbanos. O desejo de estudar pode ainda estar associado ao de encontrar um trabalho remunerado na cidade (11% das respostas). A migração para centros urbanos motivada apenas pela busca de trabalho correspondeu a 15% das respostas.

Como vimos, as mulheres parecem migrar mais do que os homens para as cidades. Por que será? Para as mulheres parece ser mais fácil encontrar um meio de sustentar-se na cidade: em geral vão trabalhar como empregadas domésticas e podem estudar à noite. Hospedam-se na casa das famílias onde trabalham ou na casa de parentes que fizeram o percurso migratório anteriormente. Concretizada a mudança para a cidade, poucos são os casos de filhas que retornam para as comunidades. Em geral, terminam por casar-se e na cidade estabelecer-se, podendo vir abrigar novas gerações que para lá migram.

Uma outra hipótese é refletir sobre a particularidade da economia da várzea do Médio Amazonas onde a mão-de-obra masculina pode estar sendo mais requerida do que a feminina: atividades como pecuária e pesca são ocupações masculinas, embora a agricultura ocupe ambos os sexos.[30] Se isso é verdade, as mulheres podem estar usufruindo de maior liberdade para buscar alternativas de vida fora das comunidades, ou, de um outro ponto de vista, podem estar sendo pressionadas a fazer isso pela falta de alternativas locais. As oportunidades de escolarização são limitadas. Nas comunidades, o principal empregador é o poder público através dos cargos de professores e agentes de saúde. Mas a oferta também é limitada.

Sair para estudar e/ou trabalhar pode ser um caminho sem volta, mesmo havendo a intenção de retorno por parte daquele filho ou filha que migra. Encontramos, por exemplo, um jovem chefe de família recém-chegado de um período de estudos na cidade e morando com o pai: ele se queixava da falta de oportunidade de trabalho na comunidade para uma pessoa com a sua qualificação (nível técnico). Pensava em novamente voltar para a cidade. Em havendo uma expansão das oportunidades de

[30] Devemos esta sugestão a Deborah Lima.

escolarização nas comunidades, política que algumas Prefeituras estão implantando, que oportunidades serão oferecidas nas comunidades a esses moradores com maior nível de escolaridade?[31]

Moradias e organização comunitária

Como é padrão nas áreas de várzea, e mesmo nas zonas rurais da Amazônia, as casas são suspensas de forma a suportar a sazonalidade das águas. Encontramos algumas poucas casas construídas no nível do chão em comunidades localizadas em áreas de "massapé", que não sofre alagações. Em Maués, na comunidade São Pedro, encontramos casas cujas cozinhas estavam no nível do chão, estando o restante da casa suspenso. De uma maneira geral, as casas que visitamos eram feitas de madeira e cobertas com alumínio ou palha. Algumas casas mais antigas podem estar ainda cobertas com telhas de barro, mas são raras. Em Maués, encontramos um maior número de casas cujas paredes externas e internas eram de palha trançada. Nos outros municípios elas não eram tão freqüentes.

Quanto ao número de cômodos e divisões internas, havia variação. Algumas casas não possuem divisões internas, à exceção da cozinha, enquanto outras podem ter mais de um cômodo isolados com portas e corredores. Há casos em que a cozinha não é contígua à casa - é uma construção independente e que abriga o fogão de lenha. Este caso não exclui a presença da cozinha dentro de casa, onde fica o fogão a gás. Já as casas das fazendas têm uma arquitetura diferente, com amplas varandas rodeando toda a casa e telhados em geral de quatro águas.

As moradias, em seu interior, têm, no geral, um patrimônio modesto, sendo o fogão a gás o bem mais comum. Sua ausência pode indicar maior precariedade material. Dorme-se tanto em camas quanto em redes. É comum as casas possuírem mesas para as refeições, com cadeiras e bancos. Encontramos aparelhos de TV em diversas casas, embora a grande maioria não disponha ainda deste bem.

Vale mencionar a situação que encontramos na comunidade São José da Simplícia, em Itacoatiara, onde os moradores nos pareceram desfrutar de melhores condições materiais de vida. As casas são de madeira beneficiada, muitas delas pintadas por dentro e/ou por fora. Não são poucas as que dispõem de seu próprio motor de luz, geladeira, TV e antena parabólica. Mobílias como camas, armários, sofás, mesas, entre outros, também eram encontradas nas casas da comunidade. Embarcações como canoas e aquelas com motor de centro também eram encontradas nos portos. Algumas casas dispunham ainda de rádio-fonia própria, comunicando-se entre si tal como por telefone.

[31] Esta questão foi-me sugerida a partir da reflexão de Antonio Alves (comunicação pessoal) sobre a expansão da escolarização nas escolas "da floresta" no estado do Acre.

Todas as comunidades visitadas possuíam uma diretoria constituída. São quatro os principais cargos: presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. Mais recentemente, a Igreja Católica tem incentivado a mudança do nome de "presidente" para "coordenador". Entre as 12 comunidades visitadas, apenas uma, em Maués, era dirigida por uma mulher, embora nas demais comunidades as mulheres pudessem estar ocupando outros cargos na diretoria. Além da diretoria, há comunidades que possuem outras instâncias de organização, como o grupo de catequistas, grupo de jovens e clube de mães. Em Silves e Parintins, há Agentes Ambientais Voluntários nas comunidades. Em Maués, duas das comunidades visitadas estão dentro de uma unidade de conservação e participam, portanto, do Conselho Comunitário da referida unidade.[32] Algumas comunidades possuem ainda suas associações de produtores, em geral voltadas para crédito e financiamento produtivos.

Quanto aos equipamentos comunitários existentes nas comunidades, a presença de igreja, casa comunitária (ou centro social) e escola são os mais recorrentes. Sedes de clubes de futebol podem substituir a casa comunitária, e as igrejas podem ser católicas ou templos evangélicos. O motor de luz, em geral providenciado pela Prefeitura, existe em quase todas as comunidades, embora uma rede local de iluminação, quando existente, não alcança todas as casas. Diversas comunidades possuem campos de futebol que sediam, além dos jogos locais, campeonatos inter-comunidades. Em duas das comunidades visitadas encontramos aparelhos de telefone público.

Situação fundiária

As comunidades visitadas caracterizam-se pela propriedade individual de terrenos, em geral nas mãos de herdeiros. Não encontramos terras de propriedade comunal ou coletiva, e sim uma preocupação com limites e cercas. Conforme nos explicaram lideranças do Grupo Ambiental Natureza Viva (Granav), que atua no município de Parintins, a presença de limites consensuais entre áreas individuais (ou familiares) sempre esteve presente. As gerações ascendentes possuíam uma quantidade de terras significativa e que foi e está sendo dividida, por meio de herança, com as gerações seguintes. Estas parcelas de terra são os chamados "terrenos", mencionados acima. Na comunidade São Sebastião do Poção, em Silves, a propriedade original ainda não havia sido dividida e a viúva e matriarca mantinha em suas mãos as terras de herança. Contudo, os herdeiros – filhos e filhas, e mesmo netos – já tinham mentalmente traçado as fronteiras dos terrenos que caberiam a cada um e neles residiam.

Algumas comunidades passam por um processo que poderia ser descrito como de mercantilização do recurso terra, como a N. Sra. do Perpétuo Socorro (Parintins) e, em menor escala, a Santa Maria do Rebojão (Silves).

[32] Trata-se da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Urariá.

Na primeira, das 28 casas existentes na comunidade, dez delas eram na verdade terrenos de pessoas que não moravam na comunidade e que os adquiriram de antigos moradores. A comunidade Santa Maria do Rebojão também apresenta situação similar.[33] Nesta comunidade encontramos também uma disputa por preferência de compra de terrenos entre moradores novatos e veteranos, que alegavam diferentes critérios (como a antiguidade no local) para legitimá-los como compradores preferenciais.

Encontramos, contudo, na comunidade São Pedro, em Maués, uma área de terra cujo uso era tradicionalmente coletivo, embora cada usuário tivesse roçados individuais. Mesmo os retiros, onde o gado pode permanecer nos períodos de vazante e seca, localizados em terras alagadiças e de propriedade formal da "Marinha", como dizem os moradores locais, estão sujeitos a apropriações individuais, notadamente por fazendeiros ou criadores de gado. Para ter acesso a eles, muitos moradores prestam serviços a estes fazendeiros.

Um terreno que poderia ser considerado coletivo é o da comunidade, ou seja, onde estão localizados os equipamentos coletivos tais como igreja, escola, casa comunitária, motor de luz, campo de futebol etc. Este é um terreno bem delimitado[34], os moradores o reconhecem como uma área à parte e que está registrada como uma doação a Diocese de Parintins. Pode haver moradores neste terreno, como ocorre na comunidade São Pedro, em Maués, onde estavam, em setembro de 2003, as casas de nove famílias aparentadas entre si. As áreas de plantio e criação eram noutro local. Em outras comunidades, é comum o(a) professor(a), principalmente quando não é natural da localidade, residir ao lado da escola.

Um fenômeno comum é a posse ou propriedade de mais de um terreno em localidades diferentes, seja de várzea ou de terra firme. Ter terreno na terra firme, para onde é possível ir na cheia, levar o gado e/ou desenvolver cultivos perenes, é bastante comum nas comunidades visitadas em Parintins. Em Silves e Maués, várias das comunidades visitadas ficam em áreas de massapé, não de todo alagáveis, o que diminui a pressão da saída na época das águas. Em Itacoatiara, na comunidade São José da Simplícia, encontramos moradores que possuíam mais de um terreno em diferentes áreas de várzea para poder alocar e expandir seus rebanhos de gado.

A concentração fundiária devido ao crescimento das áreas de fazenda é uma realidade no município de Parintins[35], onde a convivência com fazendeiros e rebanhos de gado branco e bubalino nem sempre é pacífica. Há casos em que a comunidade pode acabar cercada por fazendas, como é o caso da Divino Espírito Santo, em Maués, onde os moradores sequer criam gado pois as áreas de várzea estão nas mãos dos fazendeiros, e da N.

[33] Esta situação não equivale a da presença de fazendas e vaqueiros.

[34] Não há um padrão, mas são terrenos que podem medir, por exemplo, 70 x 100m, ou 100 x 100m.

[35] Tendência confirmada por outro Estudo Estratégico (cf. McGrath, 2004, p. 23).

Sra. do Livramento, em Itacoatiara, na qual alguns moradores têm que percorrer grandes distâncias para colocar seus roçados. Em Silves, as comunidades visitadas no lago do Canaçari convivem com fazendas vizinhas e com a ameaça de invasão de seus roçados. Vários moradores da São José do Pampolha, por isso, dispõem de terrenos de centro (massapé e terra firme), onde mais distantes fazem suas plantações. Na São Sebastião do Poção também há este ordenamento territorial, e a área da comunidade é dominada por criações enquanto as plantações são feitas noutro local.

Quanto à documentação dos terrenos, não encontramos títulos definitivos de propriedade nas mãos dos moradores das áreas de várzea visitadas, mas todo morador possui algum documento que alega ser um comprovante de seus direitos de posse. De uma maneira geral, pode-se dizer que os documentos mais comuns são os cadastros do Incra (DP), por iniciativa dos próprios moradores munidos de declarações da diretoria da comunidade onde residem com testemunho de vizinhos, e os comprovantes de pagamento do ITR, embora, pela lei, grande parte dos moradores está isenta devido à dimensão de suas posses.[36]

Identidade e "pobreza"

"Comunitário" é um termo de atribuição para identificar aquele que mora numa comunidade e dela participa, e pode ser utilizado por um morador para designar os demais. Os moradores das comunidades visitadas preferem referir-se a si próprios como "agricultores" e, neste caso, trata-se de uma auto-definição que remete a viver da agricultura. "Ribeirinho" é outro termo encontrado e remete à vida na várzea, em áreas alagáveis, mas não é usual como auto-designação.

Em que pese muitos criarem gado, isso não faz deles "criadores" ou "fazendeiros", à exceção da comunidade São Sebastião do Taperebá, em Itacoatiara. Nesta comunidade, embora os questionários revelem uma grande participação da pesca na renda doméstica, os moradores, à exceção de uma casa, não se consideram "pescadores" e sim "criadores".

"Pescador" designa aquele que vive da pesca e, na maior parte dos casos, refere-se ao não-morador, aquele que reside noutras comunidades ou nas sedes municipais e que freqüenta os lagos das comunidades para pescar comercialmente e com arreios predatórios, diferente dos moradores das comunidades, que pescam para a sua subsistência e/ou sem arreios predatórios. "Comunitários" eventualmente podem ser classificados como

[36] Outros documentos que encontramos foram certificados de cadastro de imóvel rural (CCIR), recibos de compra e venda com firma reconhecida e assinatura de herdeiros, escrituras públicas, certificados de averbação, registros de imóveis, recibos de venda de lote de terras do patrimônio estadual, documentos de posse emitidos pelo então Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, pelo Instituto de Terras do Amazonas (título de domínio público mediante usucapião especial) e pelas prefeituras através do Instituto de Terras local.

"pescadores", e em comunidades onde a pesca comercial é vista com reservas esta classificação pode ser uma acusação ou crítica. É o "pescador de fora", associado a geleiras, e que vem pescar nos lagos, rios e paranás de onde os moradores tiram seu alimento. Os "pescadores" podem ser também filiados a Colônia de Pescadores de seus municípios, e em geral são ditos "profissionais". São estes pescadores que promovem as "invasões".

"Pobre" não é uma identidade social. Pode sim, por vezes, caracterizar uma condição material de vida. Quando perguntávamos – *o senhor se considera pobre?* –, havia resistência em responder afirmativamente, sempre havia argumentos que relativizavam o peso semântico da palavra, mesmo reconhecendo que suas vidas estavam marcadas por diversas formas de precariedade material. Moradores mais envolvidos na organização política de suas comunidades, como as lideranças do Granav, recusaram o atributo de "pobre" para a população da várzea, associando-o a "não ter nada". Os moradores da várzea do paraná de Parintins, por exemplo, afirmavam os líderes do Granav, têm acesso a recursos como a terra e o peixe, e possuem também organização política, o que os tornaria menos dependentes dos políticos locais e mais prósperos. Na São Raimundo do Xibuí, em Maués, o qualificativo também foi recusado, já que "pobre mesmo é aquele que não trabalha". Um morador de uma comunidade em Parintins recorreu à esposa para relembrá-lo de um outro termo pelo qual, afirmou, costumavam ser denominados por atores externos. – *Excluídos*, socorreu a mulher, dando-nos a dimensão da exterioridade de certos atributos.

Mas alguns moradores se apropriaram de nossas perguntas (– *O senhor é pobre? O que é ser pobre?*) e, a partir delas, desenvolveram argumentos relativos à visão que têm de si próprios e do universo social em que vivem.

Há vários tipos de pobre, afirmaram alguns. O primeiro seria o "pobre de espírito", classificado como o pior tipo de pobreza. Trata-se daquela pessoa que não confia em ninguém e não acredita em Deus. Uma pobreza assim pode atingir mesmo pessoas ricas; aquelas cuja vida material é mais precária podem estar de posse de uma grande riqueza ou patrimônio, qual seja: uma "boa criação". Um segundo tipo de pobre seria aquela pessoa que é "vadia, miserável", ou seja, não tem nada e também não trabalha para ter. E há o terceiro tipo, que poderia definir o morador da várzea: aquele que é pobre, mas é "trabalhador", que se esforça por alcançar os bens que não possui e dos quais julga necessitar.

Outros diferenciaram o "interior" da cidade justamente pela inexistência de pobres. – *Todo mundo tem sua rabetinha, todo mundo tem sua canoa, todo mundo tem seu material de pesca e vai por aí, mata uns peixes, vende, compra seu rancho, não tem muita necessidade.* Reconhecem, contudo, que os moradores não possuem tantos bens como "o rico", aquele que vive em melhores condições materiais.

– *Pobre é o ditado do caboclo falar*, esclareceu-nos um outro morador. Os moradores do interior, analisou, enfrentam as dificuldades que todo

"homem do campo" enfrenta: falta de apoio ("ajuda") para as atividades econômicas que realiza e inexistência de um "ganho para viver" que lhe permita progredir materialmente com maior rapidez. Assim, os esforços que realiza são feitos com seu próprio suor e seus progressos são lentos como o do jabuti, comparou, diferentemente do "rico", que "faz rápido", pois tem recursos financeiros e condições materiais de vida significativamente mais favoráveis. Contudo, ressaltou o mesmo morador, se há pobreza de recursos, não há da graça de Deus.

Os "ricos", assim, são os fazendeiros vizinhos, grandes criadores de gado, homens que mobilizam grandes volumes de recursos financeiros para aumentar seus rebanhos de gado, seu patrimônio fundiário e as benfeitorias em suas propriedades. Diferentemente do pobre, o rico não precisaria trabalhar (manualmente) todo dia, pode empregar trabalhadores e/ou diaristas para tal. O rico é ainda aquele que, numa referência aos antigos patrões, vive atrás de um balcão, comercializando mercadorias e mandando em seus empregados. – *Nós é que fizemos o rico*, definiu um morador da comunidade de São Pedro, em Maués.

A economia doméstica

Nas comunidades de várzea visitadas, a economia está assentada sobre atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas, notadamente a pesca. A unidade de produtiva é o grupo de parentes (família) residente numa mesma casa, sendo esta também a unidade de consumo dos bens produzidos (agrícolas, peixe, criações) e dos comprados (mercadorias) com os recursos advindos da comercialização da produção doméstica. O tamanho médio dos grupos domésticos é de 6,4 pessoas, e há casas em diferentes fases do ciclo de desenvolvimento doméstico: casais jovens, ainda sem filhos ou com filhos ainda crianças; casais já idosos; idosos com filhos(as) casados(as) e netos(as) morando consigo; casais já maduros (na faixa dos 40 anos de idade) com filhos e filhas de diferentes idades.

Esses diferentes arranjos têm conseqüências sobre a capacidade produtiva da unidade doméstica e também sobre a renda monetária. Esta última dependerá, contudo, não só da disponibilidade de força de trabalho das casas e da posse de fatores de produção (como terra e instrumentos de trabalho), mas também da habilidade política de capitalizar para si oportunidades (como ofertas de empregos públicos), da capacidade de empreender negócios (como estabelecer sociedade com criadores de gado) e ainda do acesso a benefícios governamentais, como aposentadorias e pensões. Distâncias entre as comunidades e as sedes municipais podem também interferir na economia local e nos rendimentos obtidos com as atividades desenvolvidas.

De maneira geral, por exemplo, observa-se que casas onde o gado tem um papel econômico relevante terão uma renda monetária maior,

ao passo que aquelas com maior dedicação a agricultura viverão em maior precariedade material, o que estará refletido no patrimônio (bens duráveis) acumulado pelo grupo. Comunidades mais distantes das sedes municipais e mercados terão um padrão de vida inferior àquelas mais próximas, que podem comercializar seus produtos e comprar mercadorias a preços mais vantajosos e ter maior acesso aos serviços públicos (Lima, 2004, p. 28). Por tudo isso, vamos encontrar diferenciações entre as comunidades e internas a elas.[37]

Comercialização

Os circuitos de comercialização são diversos. Para os produtos agrícolas locais (melancia, jerimum, milho, macaxeira, feijão, maracujá, banana, farinha, hortaliças) o mercado preferencial é o das sedes municipais, que dispõem de feiras semanais. Assim que os produtores chegam na cidade (de canoas, barcos de linha ou ônibus), os compradores mais comuns são os atravessadores. Há aqueles com os quais alguns moradores têm conhecimento prévio e costumam contratar sua produção. Pode-se vender também para comerciantes locais, por vezes um antigo patrão do tempo da juta a quem se dá preferência de compra. E a venda pode ser feita também circulando nas ruas e oferecendo o produto, o que ocorre no caso das hortaliças e ovos, por exemplo. Em Itacoatiara, o flutuante de uma forte cooperativa de produtores (a Ascope) compra a produção das comunidades vizinhas ao paraná da Eva. A comercialização diretamente na capital (Manaus) foi encontrada em Itacoatiara e Silves no caso de frutas (abacaxi, cupuaçu, caju, maracujá).

A venda de peixe, quando feita fora da comunidade, requer alguns equipamentos básicos, como a caixa de isopor e gelo. Alguns moradores da várzea podem comercializar o peixe nos mercados locais diretamente para o consumidor, mas pontos de desembarque nos portos das sedes municipais (como em Itacoatiara) sempre abrigarão atravessadores dispostos a adquirir o peixe que chega.

O gado, para ser vendido, deve ter um acerto prévio na cidade com o comprador. Contratada a venda, os animais são então transportados de barco. Esta venda contratada comporta adiantamentos em dinheiro para o dono do gado. Outra alternativa é levar o animal para o abatedouro municipal e vendê-lo após ter sido abatido e retalhado. Marchantes, compradores de gado, que andam pelos rios e paranás, negociam o gado no porto dos moradores da várzea.

Caso haja um comerciante forte ou especializado na própria comunidade ou vizinho a ela, boa parte da produção (agrícola, gado e peixe) pode-

[37] Lima (2004), analisando o conjunto de estudos realizados sobre a diversidade socioambiental da várzea, mostra que esta diferenciação tem também uma dimensão regional.

rá passar por este canal de venda e compra de mercadorias. O cacau, em Silves, passa por este tipo de circuito. Pequenas criações costumam ser vendidas na própria comunidade. Castanha, juta e malva, que tem uma produção restrita, têm compradores certos nas sedes municipais.

Renda monetária

A Tabela 3 traz dados sistematizados sobre a composição da renda doméstica a partir de questionários aplicados nas comunidades dos quatro municípios percorridos:

■ **TABELA 3** – Dados sobre rendimentos monetários nas comunidades visitadas no Médio Amazonas.

	PARINTINS	SILVES	MAUÉS	ITACOATIARA	TOTAL
Aposentadorias e pensões	49%	46,5%	25%	11,5%	25,5%
Salários e diárias	16,5%	17%	8%	3%	8,5%
Auxílios	2%	-	3%	-	1%
Abacaxi	-	-	-	30%	14%
Farinha	-	-	10,5%	5%	4,5%
Cacau	-	16%	10%	-	4,5%
Produtos agrícolas	5%	5%	2%	0,02%	2%
Juta	1,5%	-	-	-	0,5%
Guaraná	-	-	2%	-	0,5%
Gado	15%	14,5%	14,5%	26%	20%
Queijo	1%	-	-	8%	4%
Pesca	10%	1%	24,5%	17%	15%

Na composição da renda monetária doméstica total (ou seja, dos quatro municípios), a maior contribuição vem das aposentadorias e pensões que, somadas a salários, diárias e auxílios, totalizam 35% dos rendimentos totais. Contudo, observe-se que aposentadorias, pensões, salários e diárias são um rendimento mais significativo em Parintins e Silves, e comparativamente menor em Itacoatiara, que responde, contudo, pelo maior rendimento obtido com a venda de gado. O gado, nos demais municípios, representa cerca de 15% da renda monetária total e, tomando os quatro municípios em conjunto, é a segunda maior fonte de rendimentos (20%), seguida pela pesca (15%).

Deve ser dito que houve uma dificuldade em acessar dados confiáveis de venda de peixe em Silves e Parintins onde iniciativas de manejo e con-

servação interditam justamente a pesca comercial. Embora não tenhamos encontrado comunidades onde fosse visível a exploração comercial da pesca (como a posse de caixas de isopor nas casas), os dados para Silves estão com certeza subestimados. Maués foi o único município onde os rendimentos auferidos com a venda de peixe (24,5%) foram maiores do que os alcançados pela venda de gado (14,5%). Em Itacoatiara, depois do abacaxi e do gado, a pesca foi a maior fonte de rendimentos, contribuindo com 17% da renda total das casas do município.

O abacaxi, cultivado apenas em Itacoatiara, contribuiu, naquele município, com 30% dos rendimentos, tendo sua comercialização toda feita diretamente em Manaus. Mas tanto o cultivo do abacaxi quanto do guaraná demandam que o morador de várzea tenha um terreno na terra firme.

Se totalizarmos a renda obtida com os produtos agrícolas, cacau, farinha e guaraná a contribuição para a renda monetária doméstica nos quatro municípios seria de apenas 11,5%. Mas há algumas especificidades, como a importância relativa da farinha em Maués e do cacau em Silves e Maués. A comercialização de produtos agrícolas em Itacoatiara é quase insignificante. Há, contudo, algumas dificuldades a serem consideradas nesses cálculos, como, por exemplo, contabilizar os rendimentos obtidos com hortaliças e outros produtos que são vendidos com periodicidade até semanal

■ **FIGURA 4** – Mesmo contribuindo pouco com a renda monetária das casas, a agricultura é uma atividade central na reprodução dos grupos familiares na várzea e na qual toda a família se engaja, como é o caso da colheita do feijão na comunidade São Pedro, em Maués.

nos mercados locais, ou mesmo nas ruas das cidades. A mesma dificuldade se aplica à venda de criações de terreiro (galinhas e patos) e de ovos.

A relativa baixa contribuição da agricultura para a renda monetária doméstica nos quatro municípios também pode ser explicada pelo circuito de comercialização destes produtos – onde os atravessadores se destacam – e também pelo baixo preço pago nos mercados locais, queixa geral dos moradores da várzea.

Patrimônio e consumo

Nas comunidades do médio Amazonas identificamos os seguintes bens de valor duráveis: fogão a gás, rádio, máquina de costura, TV, motor de luz, embarcação com motor de centro e freezer, além do gado, que pode ser considerado um investimento ou poupança. Como mostram Douglas e Isherwood (2002), citados por Deborah Lima (2004, p. 23), a "posse de bens expressa um padrão cultural de necessidades". Neste sentido, a presença do fogão a gás nas casas – que correspondeu a 86% dos casos – é um claro indicador de padrão de vida. Naquelas casas onde o mesmo estava ausente, era visível um maior grau de privação. É importante mencionar que nestas casas a agricultura era a principal atividade comercial, a pecuária incipiente e benefícios, como a aposentadoria, ausentes. Esta associação entre privação material e concentração na agricultura corrobora os dados apresentados anteriormente sobre o baixo retorno monetário da atividade.

Por outro lado, a posse de cabeças de gado, verificada em 67% das casas, está associada à posse de bens duráveis, como o fogão a gás. Rádio e máquina de costura são, a seguir, os bens mais freqüentes: aparecem, respectivamente, em 63% e 60% das casas.

Os bens mais raros são indicadores de status e de diferenciação social e econômica, isto é, os grupos que os possuem têm condições mais favoráveis de acumulação (Lima, 2004, p.25). No médio Amazonas, a posse de um aparelho de televisão espelha esta situação. Deve-se considerar que para ter uma televisão funcionando faz-se necessário uma antena parabólica e um motor-gerador. Os dados revelam que 46% das casas possuem uma televisão, o que é um índice relativamente alto e sugere que a televisão, no futuro, deve passar a ser um bem culturalmente necessário, e não mais de luxo.

Embarcações de motor de centro e freezers estão presentes em 20% das casas, e podem ser considerados bens raros, cujo acesso exige um investimento de capital mais alto. A posse desses bens só é possível para aqueles que criam gado, têm rendimentos monetários fixos (aposentadorias ou salários) e/ou têm na pesca uma atividade comercial central.

A compra de bens duráveis reflete a capacidade de acumulação de uma família. Já os gastos rotineiros, que concentram maior volume de recursos, são aqueles relativos a itens de alimentação. Nas casas do Médio Amazonas, as mercadorias mais comumente adquiridas para o con-

sumo foram o açúcar, o café, a farinha, o óleo de cozinha e o sabão em barra. Na composição da última compra das casas, 70 a 100% declararam as ter comprado. Sal, temperos diversos, macarrão, arroz e sabão em pó vêm em seguida. Fósforo, vela, bolachas, farinha de trigo, feijão e leite em pó foram adquiridas por menos de 50% das casas. Finalmente, uma série de artigos são mais raramente consumidos, como Nescau, Mucilon, pão, manteiga, "bombom", entre outros. Nas refeições, destacam-se, pela manhã, o café com açúcar e o leite (quando há gado), e, nas refeições, a farinha e o peixe. Uma "merenda" no meio da manhã e da tarde poderá incluir café, leite, um suco ou fruta e ainda bolachas (quando houver) ou macaxeira cozida.

O manejo dos recursos naturais da várzea

Enfocaremos nesta seção três atividades econômicas: a pesca, a pecuária e a agricultura, e para cada uma delas abordaremos práticas e contextos de manejo. A pesca é uma atividade central para a reprodução das famílias na várzea, e nas comunidades visitadas ela é fundamentalmente voltada para a subsistência. Há famílias que têm na pesca um meio de vida, mas, frente as demais, são em menor número. É ainda na pesca que se concentram iniciativas de manejo, com diferentes graus de institucionalização, visando a sustentabilidade da atividade. Trataremos das condições nas quais estas iniciativas nasceram e das motivações que orientam a adesão, ou não, dos moradores a elas. Procuraremos esboçar as noções locais de "conservação" que emergem dessas situações.

A pecuária é uma atividade em expansão na várzea do médio Amazonas, que comporta hoje rebanhos de tamanhos diferenciados. A pecuária é potencialmente conflitiva, tanto com a pesca quanto com a agricultura. É a atividade econômica de maior impacto ambiental, sem ter no entanto iniciativas de manejo social e ambientalmente mais sustentáveis.

No caso da agricultura, a análise recairá sobre regras de manejo de terras agricultáveis e não sobre os produtos agrícolas cultivados na várzea. A produção agrícola é uma atividade central na reprodução dos grupos domésticos. Tem finalidades de autoconsumo e comércio, porém sua contribuição para o rendimento monetário total de uma casa é, em geral, muito baixa, como discutido anteriormente. Assim como a pesca, a agricultura sempre marcou a vida na várzea, cujas águas são piscosas e as terras férteis. E, tal como ela, tem uma relação potencialmente conflituosa com a pecuária.

Pesca

Em todas as comunidades visitadas, como mencionado, a pesca é uma atividade econômica relevante para subsistência e menos freqüente para o

comércio.[38] Peixes e quelônios são objeto de regras de acesso e práticas de manejo que poderiam ser classificadas, na região por nós percorrida, em quatro grupos:

1. aquelas que ocorrem num contexto de apropriação individual de áreas de pesca, concentração de poder e desigualdade social;

2. aquelas que se dão num contexto de posse e uso comuns de áreas de manejo associado à mobilização comunitária;

3. aquelas onde a propriedade é pública e o poder público é o mediador central; e

4. aquele grupo de práticas de manejo para as quais não há iniciativas locais de gestão do recurso.

A comunidade N. Sra. do Livramento, em Itacoatiara, seria emblemática do primeiro grupo. Lá encontramos uma situação onde um morador local – fazendeiro e vereador – espalhara placas nas margens de suas propriedades proibindo a caça e pesca. Esta interdição, que estaria destinada a barcos e pescadores externos às comunidades do lago, era alvo de controvérsias.[39] Apesar de não termos ouvido denúncias de moradores impedidos de pescar, alguns deles reclamaram por terem que pedir autorização para empregados do fazendeiro quando pescam em áreas vizinhas à sua propriedade. Vários moradores perguntaram-nos sobre a validade das placas colocadas nas fazendas do vereador, já que, argumentavam, não havia qualquer selo do Ibama confirmando sua legalidade. Havia uma clara ausência de consenso comunitário sobre a interdição e as regras implantadas.

O fato é que o fazendeiro-vereador é um homem influente no lago. Moradores afirmaram-nos que ele "diz que é o representante do lago" e age como tal, colocando as placas proibitivas e convidando amigos seus ("gente rica") para pescar no lago.[40] Um outro dado que merece ser considerado é o fato do fazendeiro negociar peixe com os moradores, criando assim um mercado interno para o pescado e aumentando sua influência na área. O presidente da comunidade, por outro lado, criticavam os insatisfeitos, estaria subordinado ao fazendeiro-vereador. A sede da comunidade, verificamos, estava abandonada e, de acordo com um morador veterano, não havia mais atividades comunitárias expressivas.

Em Parintins e Silves encontramos experiências aqui classificadas no segundo grupo. Nestes municípios há lagos manejados por comunidades visando a sua conservação no longo prazo. Na área do paraná do Parintins, estas iniciativas incluem também comunidades de terra firme

[38] A freqüência com que o peixe é vendido e a capacidade de captura nas comunidades não puderam ser avaliadas plenamente, pois, ver-se-á, o tema era alvo de controvérsias.

[39] O lago abriga mais duas comunidades além da N. Sra. do Livramento: as comunidades evangélicas Ebenezer e Assembléia de Deus.

[40] Nos dias que passamos no lago, havia uma embarcação sofisticada, segundo nos disseram pertencente ao dono do cartório do município, pescando.

que são usuárias do sistema de lagos da várzea. As regras instituídas de uso e acesso caracterizam o manejo como a seleção de lagos para serem estritamente destinados à subsistência das comunidades, sendo proibida a pesca comercial e os arreios "predatórios" (redes de arrasto, alguns tipos de malhadeira), e restringida a quantidade de peixe pescado. O direito de acesso aos lagos e seus recursos também é objeto de alguma regulamentação: em Parintins, por exemplo, na área de atuação do Granav, ter sido um morador da comunidade e manter vínculos com ela – seja possuindo uma casa ou terreno, e tendo parentes e conhecidos – parecem ser critérios que podem justificar o direito de acesso e uso, desde que cumpridas as regras de manejo estabelecidas.

Ainda em Parintins, na comunidade Vila Nova, estava em curso uma experiência de manejo de quelônios que contava com a participação voluntária dos moradores e com apoio técnico do projeto Pé-de-Pincha.[41] Grupos de moradores, em rodízio e com embarcações disponibilizadas pela própria comunidade, fiscalizam as áreas de desova e reprodução dos quelônios, conhecidas como tabuleiros. Havia uma dificuldade na experiência relacionada aos direitos de propriedade sobre os tabuleiros, que estariam com um fazendeiro que cria búfalos. Ao mesmo tempo em que este pecuarista apóia o trabalho de manejo e fiscalização com combustível para o motor rabeta utilizado, seus búfalos podem invadir os tabuleiros e pisotear os ninhos de ovos de quelônios. Quando de nossa visita, este impasse não estava equacionado.

Em Parintins, a fiscalização dos lagos é feita por moradores e por Agentes Ambientais Voluntários (AAVs). Não há qualquer remuneração para esse trabalho, que pode consumir muitas horas de dedicação.[42] A época de seca dos lagos é a mais trabalhosa, devendo os responsáveis pela fiscalização muitas vezes passar a noite nos lagos. Hoje, os AAVs existentes no município de Parintins são quase todos indicados pelo Granav, que conta ainda com apoio do escritório local do ProVárzea no município. No caso dos tabuleiros, moradores da comunidade Vila Nova aguardavam com expectativa a oportunidade de treinamento para se credenciar como AAVs.

Em Silves, comunidades, lideranças e organizações estavam empenhadas em conservar o complexo do lago do Canaçari. Para tal, contavam, desde 1993, com o apoio da Aspac e de dois instrumentos legais: a portaria do Ibama (publicada pela primeira vez em 1999 e anualmente renovada) que

[41] Projeto coordenado pelo Ibama e pela Ufam desenvolvido em municípios do Médio e Baixo Amazonas e que, em 2003, aprovou projeto junto ao ProVárzea (componente Iniciativas Promissoras). O Pé-de-Pincha visa manejar e conservar populações de quelônios com a participação de moradores de comunidades de várzea.

[42] A reivindicação por remuneração ou ajuda de custo começa a emergir como uma reivindicação dos Agentes Ambientais Voluntários, conforme ficou explícito no I Fórum Integrado de Gestão Participativa dos Recursos Naturais da Várzea (Aquino et alii, 2003). Sobre a experiência de fiscalização comunitária e seus impasses, ver, por exemplo, Pantoja Franco, 1996; Almeida e Pantoja, 2000.

proíbe a pesca comercial no lago do Canaçari no período do defeso (entre 1º de Setembro e 28 de Fevereiro) e a Lei Municipal 186/2000, que estabeleceu um zoneamento para os lagos de Silves – lagos de procriação e de manutenção, ou subsistência –, regulamentou os instrumentos de pesca para os lagos de manutenção, estabeleceu a pesca para subsistência no lago como um todo, proibiu a entrada de barcos de fora do município e o uso de apetrechos e técnicas predatórias ("todo tipo de rede de arrasto e/ou batição"), entre outras determinações. Em que pese a duvidosa validade legal desta Lei, de caráter municipal para áreas que são regidas por legislação federal, tem sido ela importante suporte para iniciativas locais de preservação e fiscalização.

A Aspac mantém, para fiscalização de dois lagos de preservação permanente criados pela Lei Municipal, um flutuante com fiscais que trabalham num sistema de rodízio. Um outro flutuante, também da Aspac, apóia as atividades de fiscalização de invasões no Canaçari por barcos pesqueiros, e um AAV de Itacoatiara, treinado e credenciado pelo Ibama, é a principal liderança nesta área.

Na implantação dessas experiências de manejo comunitário, há conflitos internos e externos às comunidades.[43] Há comunidades nas quais a maior incidência de infrações deve-se a ação dos próprios moradores que, não cumprindo o acordo comunitário, recorrem à pesca como fonte geradora de renda monetária. Esses infratores corresponderiam a um segmento da comunidade que se sente prejudicado em seus ganhos econômicos pelas interdições associadas ao manejo e, portanto, resistem a elas (cf. Pereira, 2002). Uma hipótese possível, mas que precisaria ser melhor investigada, é de que estes moradores não tenham condições materiais de criar gado e/ou não tenham outra fonte de renda monetária (como aposentadorias) e têm na pesca sua atividade econômica central na várzea. Mas os infratores podem ser também ex-moradores, que possuem um terreno e/ou parentes na comunidade, e que "se acham no direito de usar o recurso". Munidos de uma canoa e uma "caixazinha" (caixa de isopor), pescam a semana toda e no fim-de-semana vendem sua produção na sede municipal.

Lideranças do Granav afirmam que a reação desse tipo de infrator ("pequeno") costuma ser pior do que a do "grande" ou "pescador profissional": o conhecimento prévio traz elementos subjetivos para a relação infrator-fiscal, tal como a "raiva" e o "rancor".[44] Alguns AAVs declaram-se constrangidos em abordar seus conhecidos e com as situações em que se vêem então envolvidos.

[43] Embora não tenhamos visitado comunidades com experiências similares em Itacoatiara, elas existem, como atesta a presença do AAV citado há pouco e pesquisas desenvolvidas no município (Pereira e Pinto, 2001; e Pereira, 2002). Pereira e Pinto (2001) afirmam que, em 1998, 56% das comunidades "possuíam acordos formais que incluíam normas e regras explícitas sobre o acesso e uso de recursos pesqueiros comunitários", contando estes acordos com diferentes níveis de adesão e sucesso.

[44] Ou o que os seringueiros da Reserva Extrativista do Alto Juruá chamam de "inimizade" (Almeida e Pantoja, 2000).

Os conflitos em torno da pesca não são só internos. Acusações e confrontos com barcos pesqueiros de fora das comunidades, que pescam em locais não permitidos e/ou com arreios predatórios, são freqüentes.[45] Os lagos manejados pelo Granav devem estar sempre sob fiscalização, sendo alvo da ação de pescadores de Parintins. O mesmo ocorre com o lago do Canaçari, que é alvo de embarcações "paraenses", de Itacoatiara e de Urucurituba.[46]

O quarto grupo de práticas de manejo estaria concentrado no município de Maués, onde encontramos várias áreas protegidas, de âmbito municipal, estadual e federal.[47] Em Maués, no processo de criação de unidades de conservação municipais, destaca-se o decisivo papel do poder público, e neste sentido interessa-nos particularmente a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Urariá, de 59 mil ha e englobando 12 comunidades, criada por decreto da Prefeitura no dia 29 de novembro de 2001. Além da Prefeitura de Maués, o Instituto de Proteção Ambiental do estado do Amazonas (Ipaam) também participou mediante convênio para os levantamentos técnicos que subsidiaram a proposta de criação da RDS, executados por uma empresa de consultoria de Manaus.[48] Quando de nossa visita à área, o Plano de Utilização já fora elaborado e também fora constituído um Conselho Comunitário, instância local de organização dos moradores mas ainda sem atuação expressiva na gestão da RDS.

A gestão da RDS Urariá parece estar, antes, sujeita a dinâmicas e atores sobre os quais os moradores têm muito pouco controle ou conhecimento. Em 2002, numa iniciativa da Prefeitura, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Maués (IDS), uma Organização Social destinada a viabilizar a implantação e gestão da RDS mediante projetos e parcerias, como a firmada com a Conservation International do Brasil. O relatório da Agroambiental Consultoria e Projetos Ltda. (2001) afirma que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) também teria sido contatada como parceira, mas o representante local da entidade tem uma posição crítica com relação à iniciativa, principalmente por ter partido do poder público e não, afirma, de uma legítima consulta à população residente na área.

Estivemos em duas comunidades localizadas na área da RDS e foi possível observar, com efeito, que havia um alto grau de desinformação sobre os direitos e deveres que regem a vida dos moradores de uma unidade de conservação como a que fora criada. As regras relativas ao manejo dos lagos e à criação de gado foram as maiores preocupações manifestadas

[45] "Técnicas, utensílios e modalidades de pesca que reduzem as chances do peixe ´escapar` ou que não são seletivas, também chamadas de ´covardes`, são consideradas predatórias" (Pereira e Pinto, 2001).

[46] Em 2002, de março a junho, a Aspac registrou doze barcos tentando invadir o lago do Canaçari vindos de Óbidos, Cametá, Santarém, Oriximiná e Monte Alegre.

[47] Em Maués, na mesma época que a RDS, foi criada uma Floresta Municipal, posteriormente encampada pelo governo do Amazonas. Há ainda uma Floresta Nacional e a Terra Indígena dos Sateré-Mawé.

[48] Consultar Agroambiental Consultoria e Projetos Ltda. *et al.*, 2001.

pelos moradores que se dedicavam a pesca e a pecuária, e, avaliamos, potencial fonte de conflitos internos às comunidades. Dúvidas também sobre a situação fundiária da área também apareceram. Conflitos intra-comunidades estariam se verificando, ou pelo menos entre suas lideranças, e ouvíamos falar com freqüência de uma comunidade que seria "contra" a RDS e que estaria em franca oposição à comunidade São Pedro, pólo irradiador das iniciativas relativas à RDS e local de residência do presidente do Conselho Comunitário. Na comunidade São Raimundo do Xibuí, onde também estivemos, a RDS era uma realidade distante e, pode-se dizer, desconhecida para os moradores.

Finalmente, um quarto grupo abarcaria aquelas áreas de pesca que não são alvo de qualquer iniciativa de preservação e manejo. Na comunidade N. Sra. das Graças, por exemplo, em Parintins, embora os moradores reconheçam que a área sofre invasão de geleiras e também de comunidades vizinhas, não há uma mobilização local para controlar o acesso e uso das áreas de pesca. O Ibama, reclamam, não fiscaliza. Em Itacoatiara, embora berço da ação da Prelazia na organização de comunidades, não encontramos ONGs com um recorte socioambiental atuando.

Pecuária

Em todas as comunidades visitadas, o gado é uma realidade, seja porque é uma das bases da economia dos moradores, seja porque estão cercadas por fazendas de gado, e/ou seja ainda porque os moradores, de uma maneira geral, possuem rebanhos de tamanhos variados. A comunidade Divino Espírito Santo, em Maués, foi a única comunidade visitada onde os moradores não criam gado, embora estejam cercados por fazendas.

Nas comunidades onde a criação de gado está presente, cercas delimitando terrenos, pastagens e fronteiras da propriedade fazem-se quase sempre presentes, em especial para evitar conflitos entre vizinhos. Como conseqüência, têm-se pastagens individualizadas por casas e fazendas. Um grupo de casas aparentadas, contudo, pode juntar suas áreas de pasto e constituir uma pastagem comum. Áreas de fazendas contíguas também podem abolir cercas e reunir suas pastagens para uso comum pelos rebanhos, como na comunidade N. Sra. das Graças, em Parintins, em particular na área do Paraná do Macaco. Lá o gado circula livremente entre as fazendas – *pastagem aqui ninguém cerca, que a terra é do animal* – mas sempre identificados com os "ferros" de seus donos. Os vaqueiros de cada fazenda mantêm uma rede de informação sobre o paradeiro das reses de seus rebanhos, e costumam reunirem-se em "vaquejadas", ocasiões em que, juntos, vão buscar os animais desgarrados.

As maiores áreas de criação de gado necessitam de vaqueiros, profissionais responsáveis pelos cuidados que os animais requerem (como tirar o leite, ministrar medicamentos etc.), pela manutenção do campo e

pela integridade do rebanho. No já citado Paraná do Macaco, encontramos uma "sociedade de vaqueiros" cujos códigos e condutas mereceriam ser investigados. As casas são relativamente distantes uma das outras, não há parentesco entre elas e as relações de trabalho com os patrões também são diferenciadas. Poucos deles costumavam participar da vida comunitária (isto é, das atividades promovidas na sede da comunidade). Mas entre eles pareceu-nos haver solidariedade, companheirismo e vida social, como as reuniões que costumavam ocorrer aos domingos na casa de um dos vaqueiros: – *Às vezes embaixo da casa está cheio de cavalos, vaqueiro de todo lado vem pra cá.*

O manejo do gado e das pastagens obedece ao ciclo das águas: o transporte de gado entre áreas de terra firme e de várzea é bastante comum nas comunidades visitadas, à exceção das comunidades localizadas em áreas de massapé e que não alagam. No entanto, somente rebanhos menores podem ser mantidos nestas terras, que formam ilhas na cheia. Fazendeiros com terras em áreas de massapé costumam levar seus rebanhos maiores para áreas de terra firme na cheia. Para criar gado na várzea, portanto, quando a área não é massapé ou uma restinga mais alta, é preciso ter um outro terreno na terra firme, ou pelo menos podendo dispor da área de terra firme de um parente. Uma alternativa pode ser arrendar um campo durante a cheia, o que, contudo, aumenta os custos de possuir um rebanho.[49]

Pode ocorrer uma necessidade de ampliar a área de várzea possuída para instalar um crescente rebanho de gado. Vimos esta situação claramente na São José da Simplícia (Itacoatiara), onde moradores que tinham rebanhos maiores, diante da escassez de terras na comunidade, adotavam uma estratégia de adquirir novos terrenos de várzea em áreas vizinhas. Na São José do Pampolha (Silves), um fazendeiro vizinho, dono de aproximadamente 700 cabeças de gado, adquiria novos terrenos em comunidades vizinhas, por exemplo, ou mesmo na região. Na N. Sra. do Perpétuo Socorro (Parintins), um morador abrigava em seu terreno gado de um proprietário de Manaus, de quem recebia um salário e todas as despesas relativas ao rebanho. Os rebanhos, assim, podem ser expandidos.

Investir na aquisição de áreas de várzea significa ampliar o acesso a campos naturais, locais preferenciais para a criação de gado. Essas áreas de várzea, com seus campos naturais e acessíveis durante a estação mais seca, são chamados de "retiros".[50] O acesso a esses locais ocorre nos períodos em que as águas baixam, e os rebanhos de gado podem lá permanecer. Os

[49] Outros custos citados pelos moradores da várzea que criam gado são a compra de medicamentos, de sal (comum e mineral), de arame farpado e estacas de madeira para cercas, além do próprio transporte dos animais entre a terra firme e a várzea.

[50] Assim, por "retiro" estamos entendendo as áreas de várzea periodicamente alagadas e não acessíveis durante todo o ano, reconhecidas como ideais para a criação de gado por aqueles que o fazem e para onde os rebanhos são transportados periodicamente (transumância). Deve ser lembrado que o período de permanência do gado no retiro depende do regime das águas, que varia de um ano para outro.

retiros podem estar na margem de lagos, paranás ou rios. Na comunidade Santa Maria do Rebojão (Silves), localizada numa restinga alta, no verão os moradores que criam gado procuram retiros às margens do Canaçari para instalar seus rebanhos. Embora localizados em áreas alagáveis, e legalmente não sujeitas à titulação, observamos a ocorrência de uma apropriação individual de retiros, que parecem ter donos reconhecidos, em geral fazendeiros. Os retiros, portanto, podem estar sendo alvo de apropriação individual e contribuindo para um processo de concentração fundiária na várzea. Por vezes, como ocorre na São José do Pampolha, também em Silves, moradores podem estabelecer acordos com fazendeiros para que, em troca de serviços de vaqueiro, ou de manutenção de pastagens, possam, no verão, colocar seus próprios rebanhos no retiro destes últimos.

Outra estratégia para ampliar a criação de gado é estabelecer uma "sociedade de gado", isto é, um tipo de parceria na atividade pecuária envolvendo duas partes: o "sócio-capitalista" e o "sócio-trabalhador", ou "sócio-gerente".[51] Mediante um contrato oral ou formalizado (redigido e assinado), o sócio-capitalista repassa para o sócio-trabalhador um determinado "capital" (ou "matrizes", ou ainda "cascos"), isto é, uma quantidade e categorias de reses entre eles acertadas. É estabelecido um tempo de vigência para a sociedade, e os novos animais nascidos neste intervalo são o "lucro" a ser dividido igualmente entre os dois sócios, cabendo ao sócio-trabalhador, ao final do contrato, devolver ao sócio-capitalista o capital tal como lhe foi entregue. Encontramos formas de sociedade de gado em 75% das comunidades visitadas.[52]

Para o sócio-capitalista, a sociedade de gado é uma clara vantagem do ponto de vista econômico. Permiti-lhe expandir seu rebanho sem necessariamente adquirir novas terras; permiti-lhe ainda expandir seus negócios sem necessariamente fazer o mesmo com as despesas, já que os gastos com remédios, vacinas e mesmo o transporte para terra firme costumam ser de responsabilidade do sócio-trabalhador; é o sócio-trabalhador e sua família que assumem também o papel de vaqueiro, cuidando do rebanho e fazendo a manutenção da pastagem, poupando o fazendeiro de mais uma despesa e preocupação.

Mas qual a vantagem de uma sociedade de gado para o sócio-trabalhador? A todos que fizemos esta pergunta, a resposta foi praticamente a mesma: é a melhor forma de formar um rebanho próprio em pouco tempo. A aquisição de gado pela compra de animais não é uma alternativa viável para os moradores tradicionais da várzea, e a sociedade lhes permite investir seus esforços e recursos numa atividade cujo resultado é o aumento de seu patrimônio material. Mas, conforme argumentou um morador da Vila

[51] Sobre a parceira do gado, consultar Lobo, 1998.

[52] Existem inúmeros tipos de sociedade, das mais formalizadas, lavradas em cartório, com obrigações e punições reconhecidas pelas partes contratantes, àquelas estabelecidas entre parentes, em geral envolvendo um número menor de animais e maior informalidade.

Nova, a vantagem da sociedade é maior se o sócio-trabalhador tem um terreno de terra firme, próprio ou de parente que empreste, para onde transportar o gado na época da cheia. Caso contrário, terá que arrendar um campo e a sociedade pode tornar-se insustentável economicamente.

A presença de gado, branco ou bubalino, na comunidade ou em propriedade de fazendeiros nas suas proximidades – é uma fonte de conflitos. Casos de animais pertencentes a moradores das comunidades invadindo roçados e ameaçando a paz entre os vizinhos foram reportados em 75% das comunidades visitadas. Cercas às vezes podem atenuar esta ameaça, mas podem também não ser suficientes, em especial quando o vizinho confrontante é um fazendeiro e o animal é o búfalo (40% das comunidades visitadas). Na comunidade São Sebastião do Poção, em Silves, existe uma cerca nos limites da comunidade com a fazenda vizinha, construída em comum acordo, para tentar evitar as incursões do gado bubalino do fazendeiro, embora de maneira geral os moradores queixam-se de que não vale mais à pena manter cultivos na área da comunidade e entorno imediato. Em comunidades como esta, para plantar é forçoso erguer cercas em torno dos roçados.

Esse quadro de retiros com proprietários reconhecidos, de comunidades cercadas por ou vizinhas a fazendas, de compra de novas áreas para pastagens, e mesmo de interesse crescente de estabelecer sociedades de gado aponta para uma realidade de expansão da atividade pecuária nos municípios visitados e de conseqüente pressão sobre os campos naturais da várzea, ideais para a pecuária, dizem os maiores criadores de gado. Esta opinião não é compartilhada pelos moradores das comunidades de várzea visitadas, para quem o peixe é a principal fonte de alimentação. Ao gado, e em particular ao búfalo, é atribuída a destruição de habitats naturais de vida e reprodução de espécies de peixes importantes na dieta e economia doméstica. Iniciativas de manejo de lagos e tabuleiros, captaneadas por moradores, ONGs e instituições governamentais, fatalmente esbarram com a ação predatória do gado sobre os ambientes que desejam conservar. Há aqui uma equação de difícil solução se considerarmos ainda que hoje a pecuária é uma fonte de rendimentos importante na várzea do Médio Amazonas, inclusive para os produtores familiares locais.

Agricultura

Moradores das comunidades podem destinar seus terrenos para agricultura, pecuária ou combinar as duas atividades no mesmo espaço. Nestes casos, as áreas cultivadas deverão ser cercadas. Mesmo moradores que apenas plantam e não criam, ou mantém suas criações noutros terrenos, podem ter problemas com gado invadindo seus roçados, uma fonte constante de conflitos ou insatisfação entre vizinhos. Se os vizinhos são fazendeiros, sempre haverá casos de destruição parcial ou total de roçados pelo gado.

Na comunidade São José do Pampolha, em Silves, um morador, irritado com a perda de seus roçados recém-plantados de macaxeira e banana pelos búfalos do fazendeiro vizinho, feriu os animais invasores. Pela reação, chegou a ser preso por ordem do proprietário dos animais. Em comunidades onde o espaço da comunidade ou do entorno está quase todo ocupado por pastagens, plantar envolve risco e, para fazê-lo, é forçoso erguer boas cercas em torno dos roçados, o que é feito em geral pelo dono dos mesmos. Fazendeiros poderão providenciar cercas nos limites entre as suas propriedades e o terreno de moradores de comunidades.

O manejo de terras agricultáveis está, tal como o das pastagens, apoiado na sazonalidade das águas. As terras de várzea são consideradas de alta qualidade para plantios, desde que de ciclo curto. Milho, melancia, feijão, jerimum, maxixe, macaxeira, entre outros, são cultivos preferenciais. O binômio várzea/terra firme pode ser adicionado a esta equação de manejo agrícola quando o morador possui terrenos em ambos os ambientes. Neste caso, na terra firme estarão os plantios de ciclo longo, em especial a mandioca para farinha e plantios perenes, como fruteiras (guaraná, cupuaçu, pupunha etc). Às vezes a terra firme está mais distante, sendo preciso empreender uma pequena viagem até a mesma, por terra ou por água, mas ela pode estar contígua às terras de várzea, como na São José da Simplícia, onde os terrenos de residência eram voltados para a pecuária e os de terra firme, na margem oposta, ao plantio de abacaxi.

O manejo de terras agricultáveis pode ainda se apoiar num tripé: várzea, massapé e terra firme. Encontramos este tipo de formação nas comunidades do lago do Canaçari. O massapé é uma terra mais alta que a de várzea e que, nas épocas de cheia, não submerge por inteiro, formando ilhas. Em Silves, o massapé não era considerado uma terra boa para a agricultura, sendo na verdade destinado à moradia e à criação. Pudemos verificar que lá o massapé era formado por um tipo de barro bastante compacto. Os plantios eram feitos em terrenos na terra firme, em "centros".

Mas em Maués, encontramos um outro tripé que se impunha: terra amarela, terra preta e várzea, sendo que a terra amarela podia designar uma área de massapé ou de terra firme. Um dos moradores descreveu-nos a geografia de terras como formada por degraus, sendo a várzea o nível mais baixo, seguido da terra preta e, por último, pela amarela. A terra preta e a várzea são passíveis de alagação, mas têm períodos de manejo diferenciados: enquanto na várzea os plantios são feitos entre agosto e outubro (período em que o nível das águas está mais baixo), na terra preta é possível plantar entre março e maio e entre outubro e dezembro. A terra preta, considerada bastante fértil, se assemelharia a uma restinga mais alta, comportando cultivos como o cacau e abacate, por exemplo. Na terra amarela, que não vai no fundo, ficam os plantios tidos como de terra firme: guaraná, mandioca e fruteiras.

Na comunidade São Pedro, no Lago Grande, em Maués, encontramos uma área de terra preta sendo alvo de um manejo agrícola coletivo, o que não encontramos em nenhuma outra comunidade. Desde 1955, morado-

res da localidade cultivam uma área de terra preta com plantios não-permanentes (feijão, melancia, jerimum, milho) da seguinte forma: cada chefe de casa tem a sua própria plantação, mas não existe propriedade individual sobre a área, que é referida como "coletiva"; não há sistema de terrenos demarcados.[53] Há um morador veterano que deve ser procurado por aqueles que desejem realizar plantios na área para informar-se sobre onde o fazer. Este morador não é dono da área e tampouco age como tal, e sim a partir de uma autoridade fundada e legitimada na antiguidade. O conhecimento sobre a área, na verdade, também está de posse de todos que anualmente fazem seus plantios.

Não identificamos conflitos de poder e autoridade entre os usuários da área de terra preta, e sim entre eles e um morador novato, que nem ao menos residia na comunidade. Para se apropriar da área, o dito pretendente, acusavam os moradores veteranos, por um lado, conseguira um documento de terra de seu terreno cuja mensuração atingiria a "terra coletiva", e, por outro lado, como forma de pressão, erguera uma frágil cerca que não era suficiente para impedir invasões de seu gado nos roçados plantados. Na mobilização local em torno deste conflito, explicitava-se ainda mais a noção de um bem e direitos coletivos: a invasão do plantio de um dos usuários da área pelo gado do pretenso proprietário concernia a todos os demais, todos estavam indignados.

A lógica de adesão ao manejo comunitário e o ideal da conservação

Estaremos a seguir tratando do caso de dois municípios em particular: Parintins e Silves, onde pudemos encontrar instituições estabelecidas e executando projetos de cunho comunitário visando o manejo e conservação dos recursos da várzea, mas especificamente dos recursos pesqueiros. De toda forma, deve ser dito que iniciativas locais de reunião de moradores para defender seus territórios e recursos contra presenças predatórias sempre ocorreram, como relataram, em todos os municípios, moradores veteranos relembrando o tempo em que, com os vizinhos e todos em canoas de remo, iam até os barcos invasores solicitar que se retirassem de uma área que consideravam como sua e de manutenção de suas famílias.[54] A introdução de mediadores como a Igreja Católica e, posteriormente, ONGs, é um

[53] Vale mencionar que com relação a esta área de terra preta havia planos, por parte do coordenador da comunidade e de um técnico da Prefeitura, de realizar um grande plantio de milho na área, destinando um hectare para cada família e totalizando 15 ha cultivados. Planejava-se uma grande venda de milho. Não ficou claro como esta iniciativa poderá ou não interferir com o sistema costumeiro de uso comunal da área.

[54] Moradores veteranos com cerca de 70 anos nos relataram esses fatos, que devem, portanto, ter ocorrido por volta da década de 1930.

acontecimento mais recente e contemporâneo à expansão da pesca comercial e da pecuária, que acarretaram maior pressão e ameaça sobre os recursos da várzea e o modo de vida de seus moradores.

Em Parintins, o surgimento do Granav, em 1992, vem na esteira de uma série de acontecimentos na região do paraná do Parintins que datam dos anos de 1970, quando começaram as primeiras constatações de que o peixe era um recurso ameaçado e cuja exploração deveria ser de alguma forma regulada.[55] Alguns conflitos fizeram-se sentir nessa época, e retenções de equipamentos de pesca chegaram a ser realizadas. O fim da juta agravou a situação: a pressão da pesca comercial, tanto por parte dos moradores quanto por barcos pesqueiros de fora, se fez sentir. Iniciativas de fiscalização do uso dos lagos começaram a surgir a partir da organização comunitária existente. O mote era a garantia do alimento para a subsistência das famílias; não havia então uma preocupação manifesta e conceituada como "ambiental".

Data de 1992 um ocorrido que ficou famoso na região e que deu forte impulso à mobilização local. O fato teve lugar justamente na comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro. Malhadeiras e arrastões de pescadores de fora foram mais de uma vez apreendidos por moradores que faziam fiscalização nos lagos da área. Numa dessas ocasiões, revoltados com a ineficiência do Ibama em punir os pescadores, os arreios retidos foram guardados em casas da comunidade. Os pescadores recorreram e buscaram apoio junto a Colônia de Pescadores Z-17, a Coopesca, a Promotoria Pública e até a polícia. Alguns dias depois, um grupo de policiais chegou na comunidade acompanhando um promotor de Justiça e resgatou os arreios. Houve, contudo, resistência por parte dos moradores e um deles acabou sendo preso. Foi a vez dos moradores da comunidade recorrerem, desta vez à Igreja Católica que, por meio da ação da Comissão Pastotal da Terra (CPT) e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), e uma intervenção do Bispo, conseguiu libertar o prisioneiro. O conflito gerou ainda treze comunitários processados na Justiça, e gerou também o impulso definitivo para a criação do Granav. – *A partir daí a gente começou a pensar que a gente deveria se organizar para buscar apoio*, disse-nos uma liderança, tanto na cidade, quanto das demais comunidades.

Hoje, comunidades de várzea e terra firme usuárias do sistema de lagos da região do paraná do Parintins são os principais alvos do Granav, que conta com uma rede de AAVs. Em 2003, o Granav começou a executar o projeto "Sistema Integrado de Produção – terra e água", apoiado pelo componente Iniciativas Promissoras do ProVárzea. Pretende-se criar alternativas à pesca comercial incentivando alternativas dentro da agricultura e criação diversificadas. Lavouras de feijão, arroz, milho, camu-camu, macaxeira, abóbora e melancia, com solo adequadamente preparado e cercas para garantir a proteção contra o gado, plantio de hortaliças,

[55] As informações a seguir estão apoiadas em entrevistas com dirigentes e lideranças do Granav.

meliponicultura e criação e manejo de animais silvestres, beneficiamento da produção agrícola e não-agrícola – todas essas atividades estão previstas. O projeto do Granav prevê ainda um maior apoio ao sistema de manejo dos lagos, dotando a fiscalização de equipamentos adequados (voadeira, placas de sinalização), a capacitação de agentes locais, o incentivo à formação de conselhos regionais de pesca e o reflorestamento das margens com espécies nativas que são alimentos naturais para os peixes.

Em Silves, no final dos anos de 1960, era possível sentir os efeitos da pesca comercial e predatória que se instalara no município, com embarcações maiores, caixas de isopor e apetrechos de maior capacidade de captura, como as malhadeiras de linha sintética (Ribeiro, 1991). A diminuição dos estoques de peixe tornou-se perceptível. Em 1981, realizou-se em Silves a primeira Assembléia do Povo de Deus, que aprovou em seu documento a necessidade de mobilização e contato com autoridades para debater a invasão de que os lagos estavam sendo alvo. Neste mesmo ano, no rio Anebá, moradores enfrentaram-se com barcos pesqueiros de Itacoatiara. Em 1982, um encontro de líderes comunitários elegeu a escassez de peixe e a pesca predatória como problemas prioritários. No ano seguinte, uma portaria proibindo a pesca comercial no lago do Canaçari chegou a ser solicitada ao então governador Gilberto Mestrinho por representantes comunitários apoiados pelo prefeito de Silves (Ribeiro, 1991 e 2003).

Os anos seguintes foram de mobilização e confrontos. O "movimento em defesa dos lagos", como ficou conhecido, logrou, em 1986, realizar uma reunião na Câmara dos Vereadores que decidiu que fiscais do município seriam escolhidos nas comunidades e nomeados pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), e de fato alguns chegaram a atuar como tais. Em 1993, como parte desse processo de organização política local, foi fundada a Aspac para, junto com comunidades e a Igreja Católica (CPT), mobilizar os moradores contra a invasão de barcos pesqueiros nos lagos do município e implantar iniciativas de manejo que possam garantir meios de vida para a população das comunidades de várzea e terra firme usuárias dos recursos pesqueiros.

Para a manutenção das atividades de fiscalização e manejo dos lagos, a Aspac implantou atividades de "ecoturismo de base comunitária", um empreendimento que tinha como meta inicial a gestão comunitária. Em 1996, como apoio do WWF-Brasil, foi criada a Cooperativa de Trabalho Ecoturístico e Ambiental da Amazônia (Cooptur) e a pousada Aldeia dos Lagos para recepção de turistas e organização de *tours* nas comunidades e ambientes de várzea do município. Comunidades previamente selecionadas e treinadas recepcionam visitantes e organizam atividades (almoços, festas, lanches etc), pela qual recebem remuneração previamente acertada.

Em 2003, quando estivemos nas comunidades de Silves envolvidas no trabalho de ecoturismo comunitário, pudemos perceber alguns gargalos da iniciativa a nível local. Numa das comunidades, onde a visitação de

turistas havia sido temporariamente suspensa pela Aspac, colhemos informações sobre uma possível insatisfação de um grupo de moradores quanto à remuneração que estariam recebendo pelas atividades de recepção de turistas. A Aspac atribuía esta insatisfação à má gestão do presidente da comunidade e à "ganância" de alguns moradores. Mas o fato é que internamente havia um entendimento de que a atividade poderia não estar sendo economicamente compensadora. É possível que esta opinião não fosse compartilhada pelo conjunto dos moradores, assim como é provável que nem todos se sentissem concernidos pela experiência do turismo comunitário. Contudo, ficou claro que a gestão comunitária do empreendimento era uma meta ainda não alcançada. Numa outra comunidade, também em Silves, parentelas disputavam entre si benefícios da atividade de ecoturismo comunitário. Um grupo acusava o outro de estar capitalizando para si e seus membros todos os benefícios da atividade: monetários, de prestígio e de infra-estrutura.

Tanto em Silves quanto em Parintins, entre 2002 e 2003, não encontramos vigorando acordos de pesca tal como previstos na legislação, isto é, envolvendo o conjunto de atores que possuem interesse na atividade pesqueira no espaço a ser alvo de regulamentação, o que significaria envolver não só comunitários e seus aliados, mas também, por exemplo, representantes de embarcações de pesca comercial. O que há são acordos intercomunitários mediados por organizações como o Granav, a Aspac, o próprio ProVárzea, e que se apóiam na capacidade de mobilização comunitária de lideranças locais. Neste sentido, em Silves, em 2003, fomos encontrar lideranças comunitárias empenhadas na criação da Associação Comunitária dos Ribeirinhos em Defesa do Lago do Canaçari (Acordelac), que reuniria diversas comunidades com o objetivo de implantar e fazer valer, com ampla participação dos moradores, a portaria do defeso e a Lei Municipal já citadas. Liderando este esforço estava um AAV atuando a partir de um dos flutuantes da Aspac e lideranças comunitárias locais.

O sucesso desta empreitada não era muito fácil de ser avaliado. Na reunião que presenciamos na comunidade São Sebastião do Poção, pareceu-nos haver uma dificuldade em mobilizar as comunidades do lago em torno da iniciativa: das 14 comunidades convidadas, apenas cinco compareceram. Na outra comunidade do lago que visitamos (São José do Pampolha), ficou evidente que a mobilização comunitária para fins de conservação enfrentava resistências. Nesta comunidade, não havia uma unidade política interna que legitimasse a liderança local que estava à frente da idéia da Acordelac, e inexistia também um consenso sobre a legitimidade da interdição da pesca para fins comerciais praticada pelos próprios moradores.

Famílias que eram apontadas pelos vizinhos como de "pescadores", isto é, que teriam na pesca uma atividade econômica voltada para o comércio, quando entrevistadas declaravam não pescar, ou o fazer em quantidades irrisórias. Em Parintins, como mencionado, encontramos situação se-

melhante quando tentávamos obter informações sobre o papel da pesca na economia doméstica, em especial na geração de uma renda monetária. As respostas eram evasivas. Neste sentido, um dos impactos do esforço de manejo de lagos para fins de conservação foi a transformação da pesca comercial num assunto tabu, pelo menos nas conversas com aqueles que, de fato ou supostamente, estão envolvidos com o esforço de manejo.[56] Numa comunidade conseguimos conversar com um dos moradores-pescadores sobre o assunto e ele falou-nos de como o fato de insistir na venda de peixe o tornaria, a seu ver, alvo de injustiças, tais como críticas e confisco de sua produção, como disse uma vez ter ocorrido.

– *De que eu vou viver?* – perguntam aqueles moradores das comunidades que discordam das regras que tentam impedir a pesca comercial nos lagos manejados. O Granav e a Aspac capitaneiam projetos socioambientais que buscam alternativas econômicas para o morador da várzea fora da pesca comercial. Não havia, quando estivemos em Silves e Parintins, iniciativas no sentido de viabilizar o manejo dos lagos de forma a permitir a exploração comercial regulada. Segundo lideranças do Granav, não haveria condições locais e extra-locais de negociar e estabelecer com sucesso um sistema de manejo dos lagos que comportasse a subsistência e a comercialização de quantidades limitadas. Uma iniciativa neste sentido poderia por a perder todo o esforço dos últimos dez anos, avaliavam.[57]

Para os moradores das várzeas de Parintins e Silves, o manejo dos lagos e a conservação são idéias e práticas sobre as quais há disputa. São territórios potenciais de conflitos. Mas talvez nem sempre tenha sido assim. Se analisarmos as condições nas quais as propostas de manejo emergiram, é possível supor que houvesse um grau maior de consenso ou unidade.

Havia idéias que unificavam, como a de que como o peixe se tornara um recurso ameaçado, isso afetava a reprodução das famílias. Neste sentido, a concorrência com as embarcações com maior capacidade de captura tinha um claro componente de injustiça. Neste momento, os enfrentamentos são com agentes externos à vida local que invadem e predam os recursos disponíveis. Tanto em Parintins e Silves, os moradores das comunidades buscam num primeiro momento a punição dos invasores procurando os órgãos competentes, e em seguida partem para constituir suas próprias organizações, momento em que a Igreja Católica sobressai-se como aliada. As propostas de manejo emergem a partir de um mote comum: a mobilização dos moradores contra a invasão e a garantia da sustentabilidade de um modo de vida.

[56] Como era o nosso caso, já que entramos nas comunidades mediados por agentes que apóiam as iniciativas de manejo (Granav, Aspac e ProVárzea).

[57] Esta avaliação pode não ser definitiva. Em Julho de 2004, tramitava no componente Iniciativas Promissoras do ProVárzea um projeto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Rurais de Parintins (SINTRAFPIN) visando a sustentabilidade socioambiental e econômica da pesca em sete comunidades de várzea, o que incluía a comercialização do pescado. O projeto, contudo, não recebeu aprovação final por não ter se adequado às modificações solicitadas pela equipe técnica do ProVárzea em tempo hábil.

Entre o início dos anos de 1990, quando o esforço de mobilização comunitária resultou na criação das ONGs que lideram os atuais esforços de conservação, e os dias de hoje há um intervalo de tempo durante o qual as iniciativas de manejo foram sendo implantadas. Neste período, aliados históricos, como a Igreja Católica, diminuíram sua presença, e outros novos apareceram, como o WWF-Brasil e o ProVárzea, viabilizando recursos financeiros para projetos de manejo e conservação da várzea. Nossa hipótese é que o mote inicial de garantir a viabilidade de um meio de vida que tinha na pesca um de seus pilares foi sendo enriquecido de significados e a dimensão ambiental, da conservação, ganhou maior espaço no discurso e também nas práticas de manejo. Há assim novos mediadores, novos parceiros e novas idéias, que devem se materializar em projetos implementados nas comunidades.[58]

Não temos condições de analisar aqui o histórico da implementação das iniciativas de manejo e conservação nas comunidades visitadas, mas pudemos observar que a compreensão local sobre a justiça das regras criadas por aquelas é diferenciada.[59] Em que pese os benefícios ambientais que as regras de manejo possam estar trazendo, chamou-nos atenção o fato de que, para alguns, "manejo" pode estar se tornando sinônimo de uma proibição que ameaçaria justamente o modo de vida que se pretendeu defender. Este modo de vida comportava uma exploração comercial de baixo impacto dos recursos pesqueiros, o que não é mais possível. As regras atuais, neste caso, estariam sendo então analisadas a partir de um direito costumeiro antigo que permitia a pesca para venda pelas famílias residentes no entorno ou proximidade de um sistema de lagos.

Mais ainda: as regras de manejo visando a conservação dos recursos pesqueiros podem também não estar acompanhadas de uma percepção de que geram vantagens econômicas, o que pode ser fundamental para a adesão a iniciativas de cunho socioambiental (Lima, 1997; Pereira, 2002). Além disso, caberia ainda perguntar se a regulamentação da pesca pelas regras de manejo vigentes não estaria de alguma forma contribuindo para o direcionamento da atividade mercantil das comunidades para o gado, uma atividade econômica extremamente impactante, como vimos. Quiçá investimentos e atuações mais fortes no manejo comercial sustentável da pesca poderiam levar a um interesse maior na conservação desse recurso, como sugeriu Deborah Lima.[60]

[58] Sobre a desigualdade social que pode estar embutida na "parceria ecológica" estabelecida com populações locais, consultar Lima, 1997.

[59] Uma análise de maior profundidade deveria contemplar o próprio processo de negociação e instituição das regras de manejo, assim como etnografias mais densas sobre os conflitos em torno do (des)cumprimento destas mesmas regras. Desta forma, a operacionalidade local do manejo poderia ser caracterizado com maior riqueza de detalhes e uma análise da jurisprudência criada caso a caso poderia dar maior concretude e dinamismo ao que estamos designando por justiça local. Análise neste sentido está em Almeida e Pantoja, 2000 e Luna, 2003.

[60] Comunicação pessoal.

Mesmo considerando que a pesca comercial não tem papel decisivo na economia dos grupos domésticos dessa região de várzea, pois a pecuária e os rendimentos advindos de aposentadorias, salários e diárias se sobressaem, teríamos que considerar aquela parcela de moradores que, por motivos diversos, não tem gado ou acesso a um rendimento monetário mais ou menos regular. Para estas famílias, com maior ou menor regularidade, a pesca pode estar sendo um meio de sobrevivência (com geração de renda monetária). Por outro lado, há uma dimensão política da adesão e da conceituação do manejo e da conservação que deve ser também considerada.

Vimos que a implantação de iniciativas de manejo nas comunidades – como a experiência de turismo comunitário e de fiscalização de lagos – cria disputas e cisões internas, muitas vezes dadas justamente pelo não acesso a benefícios financeiros resultantes destas experiências. Conflitos em torno do acesso a benefícios materiais (infra-estrutura) também podem se fazer sentir, como vimos numa comunidade de Silves na hora de decidir o local onde instalar um viveiro de permacultura. O que se vê em jogo nesses casos são grupos de interesse internos pré-existentes (como os de parentesco) e que encontram nos projetos de manejo – que tendem a concentrar uma série de recursos – um novo terreno de disputa pela ascendência uns sobre os outros.

À guisa de conclusão

Em 2003, foi realizado, entre os dias 3 e 5 de Maio, em Parintins, o I Fórum Integrado de Gestão Participativa dos Recursos Naturais da Várzea.[61] As cerca de 80 lideranças comunitárias presentes discutiram temas como pesca, agricultura, pecuária, educação, saúde, transporte, entre outros, identificando seus problemas comuns e apresentando propostas e soluções possíveis para a melhoria das condições de vida na várzea e a viabilização de uma gestão participativa dos recursos naturais. As propostas que foram apresentadas, pretendem seus formuladores, poderiam vir a subsidiar políticas públicas para a região (Aquino et alii, 2003).

Com relação à pesca, o manejo sustentável foi o tema mais debatido. Reivindicou-se apoio para as iniciativas existentes, sua ampliação para outras áreas e o fortalecimento ou criação de instrumentos legais de fiscalização. O importante papel dos AAVs foi reconhecido, assim como legítimas suas demandas por maior apoio e remuneração. Analisou-se que a sustentabilidade da pesca está associada, por um lado, ao incentivo de alternativas econômicas, que necessitam, portanto, serem

[61] Idealizado pela equipe do escritório do ProVárzea em Parintins e programado inicialmente para reunir somente as comunidades daquele município, o I Fórum acolheu proposta da autora deste artigo e foi ampliado para a participação de representantes de Itacoatiara, Silves e Maués.

implementadas, e, por outro lado, ao controle da atividade pecuária, que precisa ser regulamentada mediante acordos com proprietários de rebanhos.

Foi consenso que a atividade agrícola necessita de maior apoio do poder público. Este apoio deve ser abrangente, atingindo a assistência técnica, a diversificação da produção, o transporte e a comercialização, uma política de preços, estudos de mercado e o desenvolvimento de tecnologias adequadas ao ambiente de várzea. O crédito para a agricultura de várzea é uma preocupação de todos. Os produtores familiares moradores da várzea querem, através de suas instituições de representação, receber melhores informações sobre os tipos de financiamento disponíveis e os mais adequados as suas necessidades. Reivindicam ainda capacitação e maior autonomia na elaboração e gestão dos projetos para financiamento, feitos, alegam, sem a participação efetiva dos financiados.

No tema da pecuária, identificou-se a necessidade de estabelecer acordos e regras de manejo (quem cerca, tamanho dos rebanhos etc) entre comunitários, criadores e fazendeiros, e que o poder judiciário deve ser fazer presente na formulação de acordos de ajustamento de conduta.

A educação, como era de se esperar, foi outro tema bastante debatido e os resultados apontam para maiores investimentos de infra-estrutura, pessoal e qualidade do ensino. Nas comunidades, escolas, onde não existam, precisam ser implantadas contemplando o ensino fundamental e o ensino médio completos. Os professores devem receber capacitação continuada e os currículos escolares devem ser adaptados para a realidade da várzea, sendo perpassados pelo tema da educação ambiental. Escolas técnicas agrícolas também foram propostas. Reivindicou-se ainda a criação de conselhos de educação que viabilizem maior participação das comunidades na resolução dos problemas ligados à educação.

No tema da saúde, a avaliação é de que providências precisam ser tomadas em vários campos para que as comunidades e seus moradores possam usufruir de uma qualidade de vida melhor. A infra-estrutura de saúde nas comunidades necessita de investimentos, tais como a construção de postos de saúde com equipamentos adequados e transporte para casos de doença. Os agentes de saúde, por sua vez, devem receber treinamentos periódicos e a medicina tradicional também deve ser ensinada e incentivada. Reivindica-se ainda a construção de poços artesianos e programas de incentivo à diversificação da alimentação familiar.

Para maior desenvolvimento das comunidades, um processo de regularização fundiária e reconhecimento dos direitos de posse e uso da terra pelos moradores da várzea precisa ser iniciado. Os moradores devem ter acesso a serviços básicos, como a eletrificação e a telefonia, e as comunidades devem contar com centros sociais e quadras poli-esportivas para que suas atividades culturais possam se desenvolver.

Bibliografia

AGROAMBIENTAL CONSULTORIA e PROJETOS Ltda *et al. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Urariá. Estudos para Criação.* 2 vol., 2001.

ALMEIDA, M. W. B. de; PANTOJA, M. C. A justiça local: caça e estradas de seringa na Reserva Extrativista do Alto Juruá. Trabalho apresentado na 22º Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília, 2000.

AQUINO, A. *et al.* Primeiro Fórum Integrado de Gestão Participativa dos Recursos Naturais da Várzea. Relatório Final. Parintins, 2003.

CERQUA, Dom. A. Clarões de fé no Médio Amazonas (a Prelazia de Parintins no seu jubileu de prata). 1980.

GENTIL, J. M. L. A Luta na agricultura de várzea na área de Santarém – Médio Amazonas. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, série Antropologia, v. 4, n. 2, p. 118-199, 1988.

HOMMA, A. K. O. *História da agricultura na Amazônia. Da era Pré-Colombiana ao Terceiro Milênio.* Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

JUNIOR, Z. Parintins: breve história. [s.d.]

LEFF, E. *Saber ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.* Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, D. de M. Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. In: CASTRO, E.; PINTON, F. *Faces do trópico úmido. Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.* Belém: Cejup, p. 285-314, 1997.

_____. Relatório n. II. Diversidade Socioambiental nas Margens dos Rios Solimões e Amazonas. Junho, 2004.

LIMA, D. de M.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental – sustentabilidade ecológica e diversidade social. In: VIEIRA, I. C. G. *et al.* (Org.). *Diversidade biológica e cultural da Amazônia.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

LOBO, G. Notas Sobre a Parceria Pecuária do Médio Amazonas Paraense. In: *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 1, n. 1, p. 5-22, 1998.

LUNA, M. B. de A. Afinal, quem tem mais direito? Conflitos e noções de justiça na Reserva Extrativista do Alto Juruá. Dissertação (Mestrado) - IFCH/Unicamp, 2003.

McGRATH, D. G. Áreas comunitárias na várzea amazônica nos municípios de Santarém-PA, Parintins-AM e Tefé-AM. In: BENNATTI, J. H. *Aspectos jurídicos e fundiários da utilização social, econômica e ambiental da várzea: análise para a elaboração e modelos de gestão.* ProVárzea, 2004.

MOTA, S. Q. C. *et al.* Relatório Preliminar. Censo Estatístico Comunitário – (CEC) nas Comunidades de Várzea da Área Piloto do ProVárzea no Município de Parintins-AM. Manaus, 2002.

PANTOJA, M. C. Estudo estratégico. Situação sócio-econômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas. Municípios de Silves, Itacoatiara, Parintins e Maués. Primeiro Relatório de Campo. Rio Branco, 2002.

_____. Estudo estratégico. Situação sócio-econômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas. Municípios de Silves, Itacoatiara, Parintins e Maués. Segundo Relatório de Campo. Rio de Janeiro, 2004.

PANTOJA, F. M. C. A Reserva Extrativista do Alto Juruá. In: *Unidades de Conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC).* Documentos do ISA, n. 1, São Paulo, 1996.

PEREIRA, H. dos S. Conflitos socioambientais e a emergência de regimes de propriedade coletiva na pesca ribeirinha no estado do Amazonas. Trabalho apresentado no XXVI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2002.

PEREIRA, H. dos S.; PINTO, J. R. da S. Etnoconservação da fauna aquática no Médio Amazonas: situação atual e perspectivas. Trabalho apresentado no I Encontro de Etnobiologia e Etnoecologia da Região Norte. Manaus, 2001.

RIBEIRO, S. A. de O. *Vida e morte no Amazonas.* Itacoatiara: Edições Loyola, 1991.

_____. *E Deus visitou seu povo. História do povo de Deus em Itacoatiara.* Manaus: EDUA, 2003.

SILVA, F. G. *Cronografia de Itacoatiara.* Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, vol. 1 e 2, 1998.

_____. *A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara.* Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1999.

A construção da várzea como problema social na região do baixo Amazonas

Eliane Cantarino O'Dwyer[1]

Neste artigo de apresentação dos resultados da pesquisa sobre o diagnóstico socioambiental da várzea no baixo Amazonas, pretendemos desenvolver uma análise da situação social dos chamados *ribeirinhos,* que possibilite a construção de um modelo sobre as condições de trabalho, reprodução, manejo e uso dos recursos naturais renováveis, a partir dos elementos comuns aos casos a serem considerados. Para tanto, procuramos definir as atividades econômicas desses grupos, que vivem da pesca, da agricultura e do extrativismo, dos quais obtêm os meios e os materiais capazes de satisfazer suas necessidades socialmente definidas.

A princípio gostaríamos de chamar a atenção que os problemas sociais que tomamos por objeto de análise foram construídos por meio de um "trabalho coletivo realizado na concorrência e na luta, o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer esses problemas como legítimos, isto é, confessáveis, publicáveis, públicos e oficiais", como no caso dos conflitos de pesca e a pecuarização da várzea na região do Baixo Amazonas. "É preciso reconhecer que o problema aceito como evidente (...) foi socialmente produzido num trabalho coletivo de construção da realidade social (...) e foi preciso que houvesse reuniões, comissões, associações, movimentos, manifestações, petições, requerimentos, deliberações, votos, tomadas de posição, projetos, programas e resoluções para que aquilo que era, e poderia ter continuado a ser, um problema particular, singular, se tornasse num problema social, num problema público, de que se pode falar publicamente, (...) ou até num problema oficial, objeto de tomada de posições oficiais e até mesmo de leis e decretos" (Bourdieu, 1989, p. 37).

---

[1] Coordenadora no estudo de área que compreende a região de Santarém, baixo Amazonas, doutora em antropologia e docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Esse projeto de pesquisa teve a participação dos discentes Tânia de Souza Fernandes e Paulo Sérgio Delgado, do PPGA/UFF, na primeira etapa do trabalho de campo, em setembro de 2002, e do sociólogo José Paulo Freire de Carvalho, na segunda fase do trabalho de campo, em abril de 2003, e no *workshop* realizado em novembro de 2003. Essa pesquisa contou com a participação de Regina Cerdeira, da ONG Iara/Santarém, que contribuiu com material secundário e sistematização de dados no primeiro relatório, e de Paulo Sérgio Delgado, doutorando do PPGA/UFF, que auxiliou efetivamente na tabulação dos dados de campo no segundo relatório de pesquisa. Gostaria, ainda, de agradecer a doutoranda Andréia Franco Luz pela revisão de relatórios e aos colegas antropólogos que integraram o estudo estratégico "Situação socioeconômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas", pelas contribuições na discussão dessa temática, assim como a coordenadora desse estudo estratégico do ProVárzea, Deborah Lima, pelas trocas de experiências sobre formas de organização social e manejo sustentável das comunidades ribeirinhas.

Nessa perspectiva, a região do baixo Amazonas foi considerada como uma arena político-regional, que pode ser afetada por fatores que não se fazem ali presentes, mas atuam e condicionam os processos ali desenvolvidos. Os municípios de Santarém, Alenquer e Óbidos foram eleitos por indicação dos informantes que contribuíram na construção de uma rede entrecruzada de referências sobre a situação de várzea na região do baixo Amazonas. Além dos municípios citados, elegemos igualmente os de Monte Alegre, Curuá (desmembrado de Alenquer recentemente, em 1997), Prainha e Oriximiná como parte desse território, para proceder ao levantamento da área social e cultural da região do baixo Amazonas, com o objetivo de encontrar alguns padrões característicos e planos de organização social comuns.

Os pontos de vista e a posição dos atores no campo social

Ao caracterizarmos a várzea como uma situação social, procuramos definir quais são as instituições e segmentos sociais presentes na situação de várzea que definem um campo social. Por meio da análise dessa realidade localizada e de processos sociais específicos construímos essa situação social, levando em consideração a ótica dos grupos sociais e a posição dos diferentes atores envolvidos, inclusive institucionais. Tais atores foram mapeados a partir da pesquisa de campo e das interações promovidas nessa situação etnográfica específica. Do mesmo modo, passamos a apresentar o "modelo nativo" construído pelos usuários dos recursos de várzea e seus representantes, para compreender a forma como o segmento social dos pescadores, sejam moradores de várzea ou residentes nas cidades da região, referia-se aos problemas reconhecidos como legítimos nesse trabalho coletivo de construção da realidade social da várzea no baixo Amazonas.

A partir das entrevistas, verificamos que algumas questões sobre a situação de várzea nessa região foram recorrentes e consensuais entre os atores sociais e instituições envolvidas. Na cidade de Óbidos, ouvimos de um grupo anônimo que conversava na praça o comentário de que na várzea "estamos sempre começando". Na visita à comunidade de Santa Rita, ao entrevistarmos uma moradora e sua nora (Gerina e Elizabeth – a primeira atua como agente de saúde na comunidade, sendo que ambas disseram fazer parte da Omtbam – Organização das Mulheres Trabalhadoras do baixo Amazonas) ouvimos a mesma observação relativa ao eterno recomeçar do morador da várzea.

Em Santarém encontramos muitas organizações não-governamentais que prestam assessoria às associações comunitárias. Santarém, costumam dizer, "é o município com o maior número de ONGs por metro quadrado". Verificamos que há muito trabalho investido na região de várzea do Lago Grande do Curuai e do Ituqui, com o desenvolvimento de iniciativas promissoras do ProVárzea - Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea - , de-

senvolvido pelo governo brasileiro com recursos do Banco Mundial e PPG7, por meio das ONGs Iara - Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais e Ipam - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

Filiação comum às organizações voluntárias

Durante a primeira etapa do trabalho de campo, realizada em setembro de 2002, nas entrevistas sempre perguntávamos se os agricultores e os pescadores constituíam categorias diferenciadas ou se, no caso da agricultura familiar, essas duas atividades eram realizadas como parte de um mesmo processo produtivo. As respostas variavam conforme a ênfase dos grupos e organizações; numa ou noutra atividade, porém, essa diferenciação entre aqueles que se definem como pescadores e/ou agricultores parece relacionada à existência e reconhecimento jurídico de duas entidades de representação distintas: as Colônias de Pescadores e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Assim, em uma ONG sediada em Santarém, que presta assessoria às chamadas associações comunitárias, ouvimos a explicação de que os agricultores também são pescadores, só que existe a organização de pescadores, isto é, a Colônia de Pesca Z-20 e outras nos municípios vizinhos, todas ligadas ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, órgão do Ministério do Meio Ambiente-MMA, criado pela Lei nº 7.735 de 22/2/1989), onde as atividades dos pescadores precisam ser legalizadas. Conforme disseram, eles têm que ter a "carteirinha" que dá a autorização para pescar. Desse modo, é preciso que se definam sobre quem é pescador e quem é agricultor, sendo que o agricultor só pode pescar para consumo próprio. Isso significa, conforme disseram, que ele não pode pescar em todo canto nem comercializar o peixe, só exercer a pesca para o consumo familiar. "Então costumam decidir da seguinte forma: eu sou agricultor, mas quero comercializar o pescado, e para isso tenho que me documentar como pescador. Então, como pescador, ele tem que se desincompatibilizar da sua organização, que é o Sindicato de Trabalhadores Rurais. Quando é uma família que exerce as duas atividades, essas duas 'profissões', o que geralmente ocorre é a mulher se filiar ao Sindicato de Trabalhadores Rurais e o homem à Colônia de Pesca". Verificamos, por meio do material de divulgação, que o pescador deve fazer seu registro junto ao Ibama, apresentando uma série de documentos e a declaração de duas testemunhas de que o solicitante exerce a "pesca profissional", isto é, faz da pesca sua ocupação habitual. A documentação para o registro de pescador costuma ser encaminhada pelas Colônias de Pescadores, que se constituem de organizações sindicais dos "pescadores artesanais", da qual podem ser sócios todos os "pescadores" e "pescadoras profissionais" e os "pescadores" e "pescadoras de subsistência" que praticam suas atividades em determinado município, como no caso da Z-20, em Santarém, e da Z-19, em Óbidos. De acordo com a legislação vigente: "o pescador que não faz da pesca sua profissão habitual (...) poderá ter sua

matrícula cancelada". Do mesmo modo, "o pescador que for pego pescando sem o registro expedido pelo Ibama será autuado com multa" (Neves, Cerdeira, Melo – Legislação Pesqueira vigente no médio Amazonas – Ibama, Projeto Iara, GTZ, Santarém-Pará).

A população ribeirinha do baixo Amazonas costuma se organizar também nos chamados Conselhos de Pesca, formados por dois representantes de cada comunidade das regiões de pesca, com o objetivo de acordar e gerenciar o uso dos recursos naturais renováveis de lagos, rios, furos e igarapés, pelos usuários desses mananciais aquáticos, por meio da elaboração e cumprimento dos Acordos Regionais de Pesca. Disseram-nos que os Conselhos de Pesca foram formados por causa da "depredação" e "invasão" desses recursos aquáticos e que os Conselhos nem sempre estavam de acordo com a atuação local das chamadas "capatazias", que hoje constituem os "núcleos de base" das Colônias de Pescadores. De acordo com a estrutura organizativa das Colônias de Pescadores, os "núcleos de base" elegem um coordenador com mandato de dois anos, incumbido de funções administrativas e de realizar reuniões periódicas para discutir os problemas de sua área. Ambos, os representantes da Colônia de Pescadores e do Conselho de Pesca, "nem sempre andam juntos", gerando incompatibilidades e dissensões, existindo disputas, como por exemplo, no Lago Grande do Curuai, que é um celeiro natural de criatório de peixes (o informante não deu continuidade aos comentários sobre as disputas em jogo nesse caso). No Lago Grande, segundo as explicações que mudaram o rumo da conversa sobre dissensões internas, também há moradores que são pescadores e agricultores. Lá os ribeirinhos têm que decidir sobre a entidade com a qual querem se filiar e fazer sua contribuição, se ao conselho de pesca ou ao sindicato, pois dizem que essa escolha torna-se necessária, tendo em vista o problema da aposentadoria. O local onde cada um vai contribuir é decisivo para saber por onde vai se aposentar. Assim, o procedimento da escolha não se dá apenas por uma questão de ênfase na produção do pescado ou da agricultura. Além das aposentadorias (1.200 concedidas, em média, pela Colônia de Pescadores Z-20, em 2001/2002), são concedidos, por meio da Colônia, outros benefícios da Previdência Social, como o auxílio-maternidade, auxílio-doença e pensão por falecimento, sendo considerada uma das principais atividades das Colônias de Pescadores a luta pela concessão do "seguro-desemprego" nos períodos de "defeso", com a proibição da pesca de determinadas espécies que estão se reproduzindo. Em 2001/2002, no município de Santarém, 1.100 pescadores foram beneficiados, sendo que uma Ação Civil Pública do Ministério Público Federal beneficiou mais de 700 pescadores do baixo Amazonas (cartilha de divulgação da Colônia de Pescadores Z-20, "Unidos Somos Fortes", Santarém/Pará, julho de 2002).

Nos Conselhos de Pesca são feitos os acordos sobre os limites e a organização da atividade pesqueira. Eles estabelecem igualmente as áreas de preservação e regularizam limites, o que nem sempre é cumprido, como dizem. Por exemplo, "as *geleiras* (embarcações pesqueiras que realizam a

pesca comercial e se dedicam exclusiva e permanentemente à captura, transporte (...) de animais (...) aquáticos devidamente autorizados pelo Ibama, segundo legislação vigente), que são várias, e nem sempre de Santarém, tiveram uma área limitada para pesca, que não pode ser ultrapassada. Vamos supor que aqui seja uma comunidade. A *geleira* entra em contato com um pescador da comunidade: quem é pescador, quem é *pescador profissional* reconhecido pela Colônia de Pesca, será munido dos utensílios, de um motor rabeta para a canoa e recipiente com gelo. Nós, do *barco geleiro* estamos aqui, fora dos limites de preservação, dentro da lei, e você pescador, para ficar dentro da lei, precisa tirar sua carteirinha. Eles então ficam pescando para os *geleiros*. Todos estão legalizados, agindo de acordo com a legislação, só que a natureza não está concordando muito com isso, a depredação está aumentando e o pescado, diminuindo. O povo não ganha com isso, vai ficando mais pobre do que já é, e as *geleiras* vão vendendo o pescado no preço que querem, controlando tudo. Tudo dentro da lei, nada contra os regulamentos: as *geleiras,* no limite delas; os pescadores documentados com licenças para pescar, munidos dos arreios e apetrechos que facilitam a atividade de captura dos peixes fornecidos pelo *patrão*. No Lago Grande do Curuai comprar um peixe é uma luta, pois o peixe já está *destinado* (como dizem). Esse é um jeito de burlar a legislação e os acordos. Outro jeito é um dos barcos de linha para o Lago Grande fazer o mesmo que as *geleiras.* Assim, os barcos de linha entregam o isopor com gelo e dizem para o pescador: eu vou passar amanhã para pegar o pescado. No Lago Grande já tentei comprar diretamente com um pescador que disse: é aí com ele (o dono do barco de linha), quer dizer, nem o pescador é mais dono daquele peixe, ele é um trabalhador que vende para o *atravessador.* Aqui na cidade existem centros que compram e fazem a filetagem do pescado para exportar, inclusive para o exterior, que são os frigoríficos".

Durante a entrevista disseram que a intensificação da atividade pesqueira tem causado conflito entre os próprios pescadores, pois eles foram financiados, vão para os rios e lagos e não tem mais peixe (devido ao sobreesforço de pesca). Para minimizar esses efeitos, outra atribuição dos Conselhos de Pesca é de fixar o prazo e período para a captura de diferentes espécies de pescado. Tudo feito de acordo com as normas e portarias do Ibama, pois "a competência e responsabilidade do ordenamento é do poder público, que por meio de leis, decretos, portarias e ações induz a sociedade a conservar os estoques pesqueiros. No entanto, a própria sociedade é co-responsável pelo ordenamento pesqueiro" (legislação pesqueira vigente no médio Amazonas, Ibama, Projeto Iara, GTZ). Para o Lago Grande do Curuai, segundo os informantes, "há uma regulamentação da pesca coletiva do pirarucu, chamada por eles de *puxirum*, situação na qual os moradores pescam em conjunto, dentro dos padrões definidos pelo Conselho. Os pescadores que não concordam com essa regulamentação são contra o Conselho de Pesca. Eles costumam dizer: fiscalizam a nós, pescadores, mas as *geleiras* mandam as canoas entrar pelo varadouro

burlando as regras estabelecidas. No Lago Grande havia toneladas de pirarucu anualmente exportadas, hoje lá não se come mais pirarucu, seja salgado ou seco, nem tampouco se compra mais". Contaram-nos que outra estratégia para burlar as regras estabelecidas pela organização comunitária, e ao mesmo tempo evitar o monopólio de comercialização das *geleiras*, é vender o pirarucu em postas e enviar clandestinamente para parentes que moram em Manaus. Todo esse esforço de pesca, que inclui a pesca do pirarucu fora do padrão de tamanho estabelecido, tem resultado na queda da produção do pescado. Ainda segundo os informantes, essa queda na produção deve-se também ao "escape" do peixe, isto é, o peixe vendido que não é contabilizado pelas estatísticas oficiais. Outro fator que atribuem para a queda da produção do pescado é a criação de búfalo na várzea. O búfalo é considerado um dos maiores depredadores dos celeiros de peixe, pois vão comendo a vegetação aquática e assim afugentam as espécies. Esse é o caso relatado da comunidade de Pixuna, próxima do local onde o rio Amazonas faz uma "garganta". Lá, os búfalos, além de destruir a vegetação que se forma nas margens do rio, ao utilizá-la como pastagem, impedem pela concentração de reses, que os peixes ultrapassem a garganta formada na confluência de um igarapé com o rio Amazonas, por onde alguns indivíduos rompem em atropelo com a manada na época da piracema. Os moradores dessa comunidade de Pixuna do Tapará recorreram ao Ministério Público Federal para denunciar esses fatos que prejudicam as atividades de pesca para subsistência. Os criadores de búfalo são considerados grandes fazendeiros e do ponto de vista das organizações que prestam assessoria aos comunitários, essa atividade deveria ser proibida em áreas de várzea.

Ainda do ponto de vista dos entrevistados, o Ibama tem conhecimento do modo como as *geleiras* costumam descumprir os Acordos de Pesca, mas encontram muita dificuldade de fiscalizar essas atividades ilícitas. A figura do "agente ambiental" escolhido pela comunidade, que atua como fiscal em parceria com o Ibama, não tem igualmente resolvido os problemas de conflito, em função das relações desiguais de poder no trato com as autoridades competentes. "Eu presenciei o fogo invadindo a área de uma comunidade de várzea e indo até a beira do igarapé. O fogo teve início na área ocupada por um grande fazendeiro, mas os responsáveis pela fazenda receberam mal os fiscais comunitários que foram até o local de onde o incêndio se iniciou, ameaçando-os com espingardas. Os dois fiscais comunitários alugaram um *motor* (barco ou canoa motorizada) com seus poucos recursos e foram chamar a polícia, mas o fogo continuou a queimar até atingir a beira do igarapé e não aconteceu nada, a polícia nem apareceu. Os agentes ambientais deixaram de ir para suas roças, gastaram dinheiro próprio com locomoção até a cidade, para fazer a denúncia, e não deu em nada, como então pode dar certo a figura do agente comunitário, que fiscaliza a vigência dos acordos estabelecidos pelos Conselhos de Pesca para as áreas de várzea?"

Extrativismo e agronegócio na várzea

Sobre a exploração madeireira na várzea, os informantes disseram que não é uma atividade comum em Santarém e municípios vizinhos. O procedimento que costuma prejudicar e até acabar com a vegetação de várzea é a queimada para a formação de pasto para o gado. Recentemente a empresa Cargil, que dizem representar os interesses de grandes plantadores de soja do Centro-Oeste, está construindo um depósito na cidade de Santarém, sobre um antigo sítio arqueológico onde são encontrados potes e outros artefatos indígenas, segundo denúncias veiculadas. As ONGs criticam duramente a Cargil pelo uso de herbicidas e agrotóxicos na derrubada da floresta, atingindo até áreas de castanhais para a plantação de soja, ao contrário dos representantes da empresa que só assumem publicamente o uso dessa técnica, que prescinde da derrubada do mato por meio da contratação de trabalhadores braçais, em áreas conhecidas como "juquira", isto é, forragem de segunda classe que substitui a floresta e a mata primária. Dizem as denúncias que os "sojeiros" (produtores de soja) por meio da Cargil, procuram dominar a rodovia Santarém-Cuiabá, pela qual já exportam arroz da região de Arapiuns, em Tapajós. Os "sojeiros" são considerados um perigo e uma ameaça não só pelos defensores da agricultura orgânica no baixo Amazonas, mas também pelas ONGs que trabalham com organizações comunitárias e defendem um "progresso" auto-sustentável. Ainda reconhecem que a plantação de soja associada a altos investimentos produtivos pode levar à concentração de terras e à expulsão dos pequenos agricultores, por meio da compra de lotes em razão da pressão sobre o mercado de terras e o uso de outros mecanismos de expulsão menos lícitos, levando uma migração intensa do "interior" para as cidades da região.

Outro problema detectado no uso da várzea, principalmente nas ilhas que se formam no período da seca, no verão, e que dizem merecer a fiscalização do Ibama em razão da desova dos quelônios ("tracajás") nesse local, onde vivem também marrecos, patos e outras aves. Na época da seca, os criadores costumam botar o gado para pastar nessas ilhas de várzea. Quando termina a estiagem, eles botam fogo na vegetação rasteira para que o capim desponte com maior força depois da cheia. Esse procedimento consideram que só beneficia os criadores de gado que se sentem "donos" daquele local, "donos" daquela ilha que, na verdade, não pertence legalmente a ninguém.

Em determinado momento da entrevista realizada na sede onde funcionam duas ONGs, em Santarém, fomos assim questionados: "Tu és do ProVárzea?", dirigindo-se à coordenadora do projeto que fazia a entrevista. "Não", foi a resposta, "sou da universidade." "Mas o trabalho é para quem?" "Para o ProVárzea. Vamos fazer um diagnóstico socioambiental sobre a várzea nessa região do baixo Amazonas" – objetivo que já havia sido colocado em nossa apresentação. A reafirmação de nossas intenções serviu para uma mensagem explícita que gostariam de ver reproduzida neste trabalho: "Acho

que é importante dizer no relatório que, no trabalho desenvolvido por nós, na região do Lago Grande, observamos o descaso das autoridades com o ser humano nessa região de várzea. As comunidades não têm as condições mínimas de sobrevivência, inclusive de estudo das crianças, levando em conta as duas estações de cheia e seca. Falta energia, pois só se pensa em energia a combustível, e não se recorre à possibilidade de produzir energia solar, eólica, ou no desvio de algum igarapé. A prefeitura tem um *livrão* onde as comunidades relacionadas podem reivindicar até três prioridades, porém o que se constata é que a condição de vida dos ribeirinhos está cada vez pior, as casas caindo, sem a possibilidade de construções mais altas, com bom madeirame, que possa enfrentar as enchentes do Amazonas. O nível de vida caiu muito nessa região".

Sobre os conflitos de pesca

No balanço das experiências anteriores "para assegurar o uso sustentável dos recursos aquáticos no médio Amazonas, compatibilizando os interesses/necessidades das populações locais, bem como da sociedade e da economia regional e nacional", foi citado o levantamento socioeconômico realizado na época do Projeto Iara – Administração dos Recursos Pesqueiros do Médio Amazonas: Estados do Pará e Amazonas, com sede em Santarém. Agora, com o novo projeto que a ONG Iara – "organização não-governamental, sem fins lucrativos, criada em 1992, com sede em Santarém/PA" – desenvolve com o ProVárzea, será experimentado um sistema de monitoramento chamado SIG, em parceria com a prefeitura, o que possibilitará uma atualização dos dados do censo. Tanto os levantamentos socioeconômicos quanto os dados estatísticos encontram-se disponíveis em relatórios publicados. A primeira região de realização do censo de 1992 foi a de Monte Alegre. O censo mais recente foi realizado no lago do Sapucuá, em Oriximiná.

Na sede da ONG Iara ficamos sabendo que haviam iniciado um trabalho para a formação de uma rede de repórteres comunitários no município de Óbidos, tendo em vista o conflito entre os Conselhos de Pesca da região pesqueira de Santarém, Juruti e Óbidos, com o objetivo de sensibilizar os moradores das comunidades de Óbidos a participarem das discussões sobre a região pesqueira do Lago Grande do Curuai, que abrange os municípios citados. Ao perguntarmos qual era o problema, responderam que o uso dos recursos pesqueiros no Lago Grande do Curuai, pelos moradores dos três municípios, tem acarretado problemas por causa do Acordo de Pesca, que vem sendo discutido há dois anos e foi recentemente publicado em portaria do Ibama. O pessoal de Óbidos, financiado em mais de 300 *bajaras* – canoas com motor de centro –, precisava, conforme argumento deles, aumentar o esforço de pesca no Lago Grande para pagar o financiamento. Ocorre que um dos critérios do Acordo de Pesca no Lago Grande

do Curuai, transformado em Portaria, era justamente a proibição de *bajaras* no lago, para evitar o aumento de canoas motorizadas e o sobreesforço de pesca. A utilização dos recursos pesqueiros em Óbidos é bem maior do que nos municípios de Santarém e Juruti.

Em Óbidos, consideram que a necessidade de potencializar os recursos advém do tipo de financiamento que receberam do Basa (Banco da Amazônia). A compra de muitas *bajaras* colidiu com os critérios adotados pelo Conselho Regional de Pesca, em Santarém. Alguns desses critérios, estabelecidos pelo Conselho, não são consenso, causando várias discussões sobre a questão da entrada das *bajaras* no Lago Grande do Curuai. De acordo com os comentários, por meio da atuação do Iara na formação de uma rede de repórteres comunitários em Óbidos, o objetivo é sensibilizar as organizações comunitárias e a Colônia de Pescadores para a retomada do processo de discussão junto aos municípios de Juruti e Santarém. As Colônias de Pesca estão buscando alternativas para renegociar o financiamento do Basa (Banco da Amazônia). Num estudo realizado para o ProVárzea, no qual foi feito um diagnóstico atual sobre financiamento, verificou-se que os municípios de Juruti e Santarém têm o menor número de inadimplentes, enquanto Óbidos, mesmo aumentando o esforço da produção pesqueira por meio do uso das *bajaras,* não consegue pagar o financiamento. Ao passo que Juruti e Santarém, que diversificaram a produção e não vivem somente do pescado, têm conseguido pagar o financiamento. A Colônia de Pescadores, como explicaram, costuma fazer o financiamento em nome dos associados, o que prejudica a figura jurídica das Colônias e não os pescadores individualmente. Em Óbidos, a maioria dos pescadores que pegam esses financiamentos bancários é da cidade. "O Iara, na visita que está programada aos moradores de várzea, em Óbidos, procurará saber o sentimento do *pescador artesanal*, se a favor ou não das *bajaras,* e na cidade de Óbidos pretendemos fazer uma reunião igualmente com os *pescadores urbanos"*. Depois dessa entrevista em Santarém, na viagem rio acima, verificamos que na cidade de Óbidos, nos bairros de periferia formados a partir dos anos de 1970, a maioria dos seus moradores é ligada à atividade pesqueira, segundo informações obtidas na Colônia de Pescadores Z-19 e no escritório local do IBGE.

Sobre a questão do conflito entre Santarém, Juruti e Óbidos, na implementação do Acordo de Pesca, os informantes esclareceram que a discordância se dá em torno da necessidade de diminuição do esforço de pesca em cada viagem para o Lago Grande do Curuai. Argumentam os pescadores de Óbidos, que proibir ou diminuir a quantidade de *bajaras* que permitem viagens rápidas de ida ao lago e volta com o pescado capturado à cidade, através da restinga pelo Amazonas, resultará na impossibilidade de pagar o financiamento feito com o Basa. Contudo, disseram-nos que há outras implicações na forma contratada de financiamento, gerando efeitos perversos na implementação das políticas públicas. Assim, consideram que o FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – teria tido tra-

tamento diferenciado nos municípios de Santarém, Juruti e Óbidos. Neste último município, o Basa só teria financiado o que chamam de "canoa completa", isto é, canoa a motor com todas as redes de emalhar, pagando cada pescador a mensalidade de trezentos e poucos reais. Em Juruti, teve pescador que só pegou financiamento para a compra da canoa; outro, só do motor; outro, só a rede de pescar, não ultrapassando a mensalidade de cento e poucos reais por pescador. Disseram os informantes que, segundo o representante atual do Basa, as exigências em Óbidos, feitas pelo seu antecessor, se comprovadas, foram irregulares.

Tanto em Juruti quanto em Santarém, a iniciativa de reduzir o montante do financiamento foi tomada pelos diretores das Colônias de Pescadores. No caso de Juruti, por exemplo, disseram que o presidente da Colônia sabia que o potencial dos lagos seria afetado com a compra de *bajaras,* a partir de experiências anteriores na realização de Acordos de Pesca em vários lagos de preservação daquele município, que resultaram em portarias do Ibama. Ainda sobre o Acordo de Pesca do Lago Grande do Curuai, ficou estabelecido que o máximo de captura para cada viagem é de uma tonelada, sendo proibida a entrada no lago de *geleiras*. No entanto, como a restinga que separa uma área do lago com o rio Amazonas tem muitos furos artificiais, conforme disseram, as *geleiras* ficam fora do lago sem burlar a portaria, na espera das canoas motorizadas com as quais trabalham na captura do pescado. Desse modo, a idéia de diminuir o esforço de pesca, por barco pesqueiro, deixa de ser cumprida, pois as *bajaras* (embarcações com motor de centro) podem fazer muitas viagens no mesmo dia. De qualquer modo, afirmaram, a solução tem que ser buscada conjuntamente, não é possível fazer uma votação e decidir pela maioria. Os entrevistados consideraram ainda que o dissenso entre os três municípios, no caso do Acordo de Pesca relativo ao Lago Grande do Curuai, pode ser explicado, pois em Óbidos a maioria dos pescadores que pegaram o recurso do FNO é da cidade, diferentemente de Santarém e Juruti, que são moradores de várzea.

Divisão dos ribeirinhos em agricultores e pescadores

Uma questão que aparece igualmente no contexto dessa entrevista é a divisão dos ribeirinhos em agricultores e pescadores. Os informantes disseram que anteriormente, conforme observaram no início das atividades do Projeto Iara, quem se dedicava à agricultura considerava sua atividade um "trabalho": meu trabalho é na agricultura. Quem se dedicava à pesca não considerava essa atividade um trabalho. Ela era vista como uma atividade mais "marginal", até "marginalizada". Hoje consideram que essa visão está mudando. Sobre a distinção entre essas duas categorias de trabalhadores, tanto na Colônia de Pescadores Z-20 quanto na Emater, ouvimos uma explicação baseada na existência de duas entidades de representação distintas, as

Colônias de Pescadores e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, supostamente diferenciadas pelos aspectos geográficos: quem é de "várzea" é da Colônia Z-20 e quem é de "terra firme" é filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. No caso das comunidades que são parte várzea e parte terra firme, segundo disseram, torna-se necessário fazer a opção entre as duas entidades. Contudo, informaram na ONG Iara que uma das grandes discussões dentro dos Conselhos de Pesca gira em torno do fato de que "quem faz parte da agricultura", isto é, dedica-se mais à agricultura familiar na várzea do que à pesca, que é considerada por alguns grupos domésticos uma atividade de subsistência complementar, não se sente representado no Conselho, pelo fato de tratar-se de um Conselho de Pesca. "Os próprios membros do Conselho estão procurando mudar essa visão, pois consideram que o Conselho não é só de pesca e precisa tratar também da questão da agricultura e da criação do búfalo na várzea. Por isso querem transformar o nome de Conselho Regional de Pesca para Conselho Regional Comunitário".

Disseram-nos também que essa divisão entre agricultores e pescadores pode estar com seus dias contados. Além disso, pode-se constatar que todos os Conselhos de Pesca na região de Santarém desenvolvem questões tanto de várzea quanto de terra firme. Também consideram que "a criação dos Conselhos de Pesca permitiu a discussão de outros temas; assim, por meio da pesca buscou-se a organização comunitária, na verdade, a pesca, por ser o 'grande conflito', constituiu um importante motivo para a mobilização comunitária. O caminho para organizar a pesca é o mesmo caminho para discutir as outras questões. Até porque a pesca não é um processo isolado das outras atividades. Ela está inserida nos recursos florestais, agrícolas e criatório de animais". Essas considerações dos informantes possibilitam questionar, para fins do nosso trabalho de pesquisa, qualquer abordagem da região de várzea, no Amazonas, como um "isolado da pesca", ou seja, que a pesca seja compreendida como uma atividade passível de ser isolada para fins analíticos.

Todavia, se levarmos em conta os argumentos dos informantes de que as questões relativas à pesca deram início à organização comunitária, devemos igualmente reconstituir o processo de implementação das políticas públicas pesqueiras na várzea do baixo Amazonas. Numa abordagem preliminar, a partir das entrevistas, podemos dizer que o Projeto Iara é considerado a primeira tentativa do governo de intervir nessa questão da pesca voltada para as comunidades. Antes, as políticas de pesca eram mais dirigidas para o incentivo à produção, com a implantação de entrepostos pesqueiros, sem muita preocupação com o usuário que mora no lago. Porém, verificou-se que o usuário é muito importante, porque ele não só consome o pescado, como pesca para vender, constituindo uma parcela expressiva na produção pesqueira. Essa produção não é o resultado só do esforço de pesca das grandes *geleiras* ou do trabalho de pescadores urbanos. Assim, parte do projeto Iara, depois de uma fase de pesquisa, voltou-se para ações relacionadas à organização comunitária, como disseram, à

sensibilização das comunidades de várzea para a questão dos conflitos de pesca e à organização da produção.

Segundo os informantes, o projeto Iara potencializou o trabalho junto às comunidades de várzea e abriu caminho para as parcerias institucionais. Todavia, reconhecem que o processo de organização das comunidades é antigo, iniciado pelos conflitos de pesca. Os Acordos de Pesca tinham também o papel de integrar as atividades de pesca com a agricultura e o pequeno criatório, assim, os acordos reconhecidos entre os membros de uma comunidade ribeirinha não cuidavam apenas da questão da pesca. Na época do projeto Iara, em 1992, constatou-se a existência de Acordos de Pesca datados de mais de trinta anos. Na região do Maicá, em Santarém, existiam iniciativas, só que o governo não participava. Os Acordos de Pesca eram também muito localizados e praticamente passavam pela questão da "privatização" dos lagos. Quando o Ibama ingressou nesse processo, como responsável pelo ordenamento pesqueiro, houve uma mudança de foco. Ao perguntarmos no que consistia a chamada "privatização" dos lagos, explicaram que no acordo realizado entre os "comunitários" ficava proibido o uso do lago por pessoas de fora, com exceção dos pescadores que pagassem pelo uso do recurso. Acontece que o meio aquático e os organismos que nele habitam são de domínio público, segundo o Decreto-Lei nº 221, de 28/02/1967. Além disso, com a intervenção do Ibama, passou-se a discutir mais em termos de microrregiões – quem utiliza determinado lago – e o Ibama passou a promover a discussão entre todos os usuários interessados no recurso.

Em Santarém, o primeiro acordo de pesca foi o da região de Maicá e o segundo acordo transformado em portaria foi o da região de Ituqui. Cada um deles foi discutido em separado, adotando métodos próprios de fiscalização, mas atualmente tem sido debatida a integração dos dois, ampliados para a microrregião de Maicá-Ituqui, que na verdade só é dividida por uma restinga. "O Ibama, na época do projeto Iara, teve uma grande contribuição ao permitir uma discussão mais ampla e disponibilizar os instrumentos de legalização, reunindo para discutir os que pescam com linha para comer, de rede-malhadeira para vender, e outros ainda que pescam para vender na cidade, com a participação, inclusive, de pescadores da própria cidade de Santarém, que iam pescar na região em que se discutiam os acordos, como no caso de Maicá. Nesses Acordos de Pesca limita-se também o uso de petrechos como malhadeira e tarrafa a certos períodos. Agora os comunitários entendem muito bem que as águas são de uso comum, patrimônio de todos, ninguém é dono do lago, mas como impedir que as grandes *geleiras* entrem nos lagos e levem todo o nosso peixe? Essa é a preocupação expressa nos Acordos de Pesca. Eles entenderam que não dá para impedir, mas é possível limitar. Dentro dos critérios que o Ibama estabelece para os acordos serem transformados em portarias, há regras que controlam ou diminuem o poder de captura, limitam o uso das malhadeiras e permitem o uso dos arreios de pesca que capturam menos, como caniço, zagaia e tarrafas. O objetivo é limitar o

poder de captura das grandes embarcações geleiras. O arrasto é o único método de pescaria que permite capturar grande quantidade de peixe, e já é proibido, independentemente dos Acordos de Pesca. O problema é garantir a fiscalização. A rede de espera não tem tanto poder de captura quanto o arrasto, terminantemente proibido. A pescaria de linha não causa o impacto de uma malhadeira, a capacidade de captura é mínima e jamais será proibido esse tipo de pescaria, pois não causa impacto. A proibição da malhadeira ocorre mais no período do verão, com a baixada das águas, pela possibilidade de 'coar o lago', como dizem, ao fazer uso nas extremidades, para proceder ao arrasto. Outro método de captura que complementa o arrasto, ou pode ser feito independentemente, é o 'cerco', que é o fechamento do cardume para o peixe ser morto com paulada, ou, então, com batição nos barrancos e nos tapetes (vegetação) que crescem nas margens, para os peixes saírem de baixo do capim e caírem na malhadeira. Há casos conhecidos de geleiras que fazem uso dessas técnicas de 'arrasto' ou 'cerco', e capturam cardumes inteiros. Porém, ao seguirem viagem, quando se deparam à frente com um cardume de uma espécie que tem melhor preço, por exemplo, pescam um cardume de pacu e encontram adiante um de mapará, jogam o primeiro na água e, fazendo uso dos mesmos meios, armazenam a segunda espécie". Esse procedimento ilícito costuma ser mais comumente praticado pelas *geleiras* que pescam para vender do que pelos pescadores artesanais. Acontece, porém, que os pescadores das *geleiras* também podem ser considerados "pescadores artesanais", só que possuem quilômetros de redes de pesca, como disseram. A informação que obtivemos é que quem faz isso não é da região. Não se vê uma *geleira* de Santarém fazer isso num lago daqui do município; geralmente são *geleiras* que vêm de outros municípios e até de outros estados. Nesses casos, "eles nem dão o peixe que não interessa mais, jogam o cardume fora. É comum quando se está nos lagos ou na calha do rio, avistar grande quantidade de peixe morto, com certeza despejado por uma *geleira* que encontrou outro cardume mais rentável. No Amazonas dizem que são as 'geleiras paraenses' que procedem assim; aqui dizem que são as *geleiras de fora*".

A atividade pesqueira e a pecuarização da várzea

Ao visitarmos o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – Ipam, em Santarém, ficamos sabendo que a ONG é co-executora do componente Estudos Estratégicos, Monitoramento e Controle do ProVárzea. Em outro componente das iniciativas promissoras, ela participa por meio do "centro de capacitação do pescador artesanal", que é mais amplo do que o nome sugere, na medida que trabalha com a questão da várzea como um todo. Nessa iniciativa promissora, o Ipam tem um projeto conjunto com a Colônia de Pescadores Z-20.

Na entrevista, uma das questões era saber se todas as áreas de várzea eram pesqueiras. A resposta foi afirmativa: "Toda área de várzea é de pesca. São áreas, inclusive, de maior produtividade. Na várzea, ocorre a formação de lagos no verão. Com a cheia do rio Amazonas, no inverno, que encobre até os locais mais altos, onde as pessoas moram e as casas precisam ser palafitadas, acaba a noção de lago que aprendemos como uma porção de água cercada por terra de todos os lados. De Santarém para Alenquer, que são 70 km em linha reta, 'vira um mar'. As árvores ainda ficam descobertas, as copas e galhos sendo avistados, mas o resto todo está debaixo d'água. Há comunidades onde são feitas reuniões no verão que, no inverno, ficam três, quatro metros debaixo d'água. Por isso o lago de várzea só existe no verão. Esses lagos não têm forma arredondada e costumam medir 100 km de comprimento por 20 km de largura. Parecem um rio comprimido. Ao viajar de barco, passando por um canal, já podemos estar em outro lago. Trata-se, portanto, de um sistema integrado de lagos, canais, furos, igarapés, paranás".

Santarém é considerado o município de referência para toda a região do baixo Amazonas. "É um entreposto comercial; as mercadorias de Manaus, de Belém e do Sul chegam aqui e são distribuídas para vinte, vinte e cinco municípios em volta. É um pólo comercial. Aqui estão todos os órgãos públicos federais, como o Ibama, Incra, Ministério Público Federal, Justiça Federal, Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência. Santarém acabou tornando-se uma capital regional, e historicamente sempre houve disputa com Belém, até orçamentária, com prejuízo no repasse de verbas pela capital".

Ao resgatar a trajetória dos movimentos sociais na gestão compartilhada dos recursos ambientais do ProVárzea, segundo os informantes, "verificamos que Santarém tem uma história desde os anos de 1970, primeiramente o Movimento de Educação de Base – MEB, ligado à Igreja, depois a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – Fase –, "organização não-governamental nacional, com sedes e projetos regionais, fundada em 1961 no Rio de Janeiro" (Ruffino, 2002, p. 9) – que inicia o processo de organização sindical, com a oposição sindical ganhando o Sindicato de Trabalhadores Rurais, logo depois a Colônia de Pescadores". Desse modo, conforme disseram, Santarém passa a ser referência no Amazonas para os movimentos sociais, a partir de meados dos anos de 1970. "A Igreja teve um papel estruturante das próprias comunidades, tais como existem hoje, ao aglutinar em um local os moradores que ficavam espalhados pela várzea. O MEB usava o termo *grupalização* para mencionar uma metodologia de trabalho na criação de 'grupos' de catequese, pais, mães e jovens, com o objetivo de refletir os problemas e criar atividades conjuntas, o que vai construindo um senso de comunidade".

Solicitamos ao entrevistado que definisse, a partir de sua experiência profissional, qual o principal problema que tenha afetado as atividades econômicas desenvolvidas na várzea do baixo Amazonas. Ele respondeu que há um declínio na atividade pesqueira. "Por que esse declínio está ocorrendo? Quais as conseqüências sociais e econômicas do ponto

de vista da população?" Segundo o entrevistado, com base nos resultados de projetos com a participação do Ipam, a pesca emprega em Santarém 20% da mão-de-obra diretamente, e indiretamente, cerca de 12% do pessoal trabalham na venda de petrechos para a pesca, combustível, fábrica de gelo e frigorífico. "A atividade econômica principal, em Santarém, hoje, parece ser a pesca, mas é difícil ter esses dados com segurança". A dificuldade dessas informações parece estar relacionada a um fluxo constante entre a pesca e as demais atividades, como segue na declaração do informante: "qualquer pessoa que estiver desempregada pode ir para a pesca, porque do ponto de vista tecnológico é mais simples, aprende-se rápido, não há muita dificuldade".

Nesse contexto da entrevista, chamou nossa atenção a diferenciação feita pelo informante entre dois tipos de pescaria: a pesca nos lagos de várzea e no curso do rio Amazonas[2], que implicam, respectivamente, na captura de espécies popularmente distinguidas entre os chamados "peixes de escama" e "peixes lisos". Ainda de acordo com o relato do informante: "a pesca nos lagos é mais diretamente vinculada a peixes sedentários, que vivem e se reproduzem naquele meio aquático. Os moradores da várzea pescam essas espécies sedentárias, inclusive para comer. Aqui na região tem uma cultura de só se comer *peixe de escama* (pirarucu, tucunaré, tambaqui, pacu). Os chamados *peixes lisos*, os grandes bagres, são pescados principalmente no rio Amazonas e são vendidos aos frigoríficos. O único peixe liso que se consome é o *surubim;* os demais peixes lisos de pele ou de couro, dizem que são reimosos*".* Para além da compreensão cultural desse hábito alimentar e o significado atribuído ao uso do termo reimoso, assim como a exceção feita ao surubim – que não foi possível explorar melhor durante o trabalho de campo – o entrevistado deu-nos a seguinte explicação: "o peixe liso é considerado reimoso porque, na verdade, ele tem uma substância vasodilatadora que pode provocar maior sangramento nas condições em que as pessoas estão expostas a esses riscos, como um ferimento". Sobre o consumo dessa espécie de pescado, conhecida popularmente como "peixe liso", que não é muito apreciada regionalmente, disse ainda que na pesca comercial, segundo informações coletadas nos frigoríficos, tem sido também constatada uma "queda gradual na captura dessas espécies". Perguntamos se os peixes lisos são comercializados no Tablado, como é chamado o local de uma feira do pescado na beira do cais de Santarém. "Não, tais espécies são vendidas para os frigoríficos e para grandes embarcações que vêm de fora". Disse ainda que a pesca nessa região é "*multiespecífica* e *multivariada*: primeiro porque não é só uma espécie

[2] "A pesca comercial tem maior produtividade e capacidade e usa grandes redes à deriva, espinhel e malhadeiras fixas. Esse tipo de pesca concentra-se principalmente nos estoques dos grandes bagres migradores, como piramutaba, dourada e surubins, no canal principal do rio durante a estação seca. Fora dessa época, esses pescadores direcionam-se aos lagos de várzea, onde concentram suas pescarias sobre o mapará, cuja captura é comercializada em frigoríficos e destinada principalmente a outros estados" (Isaac, Silva, Ruffino 2004, p. 185).

de peixe, e segundo, pelo fato de não usar só um tipo de petrecho de pesca (arpão, malhadeira, tarrafa, espinhel). O pescador sabe utilizar todos eles e cada espécie pode ser capturada com um tipo de petrecho. No período do peixe liso, que é esse agora (setembro) o pessoal vai para o (rio) Amazonas pescar de bubuia (flutuando à deriva na correnteza), com uma rede de profundidade para peixes de grande volume. Depois o pessoal volta para os lagos para pescar". Perguntamos se o pessoal ao qual se refere são os moradores de várzea. Sim, respondeu, mas não só eles. "Além do pescador, que é morador de várzea, há também o pescador comercial de pequena escala e grande escala". Esses pescadores comerciais são as geleiras? "Sim, mas não só as geleiras. Esses pescadores podem ter uma bajara, que é uma embarcação regional de duas, três toneladas de peixe e vão pescar no rio Amazonas com esse tipo de embarcação". Quisemos saber a opinião do entrevistado se ocorrem conflitos em virtude da entrada das bajaras nos lagos de várzea? A resposta foi de que "muitos pescadores que possuem bajaras são moradores de comunidades. Nesse caso, nos lagos das comunidades, eles pescam conforme o acordo de pesca. No rio (Amazonas) não tem acordo, é lugar de passagem. Os que têm barco com recipientes de gelo para armazenar o pescado podem ser das comunidades, moradores que se capitalizaram mais e adquiriram essas embarcações".

Outra questão, segundo o informante, que está ocorrendo é a "pecuarização da várzea". Indaga-se, ainda, o informante sobre "o que a pecuarização vai influenciar do ponto de vista dos habitats de várzea", pois considera que se tem mais gado na várzea, certamente vai haver destruição dos habitats dos peixes, que é o lugar da reprodução e da criação de diversas espécies pesqueiras. Outro problema da pecuarização da várzea é a concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários. Segundo o entrevistado: "em Santarém tem o Sirsam - Sindicato Rural de Santarém -, que representa os interesses dos proprietários e dos criadores de búfalo. O atual presidente é dono de uma área de várzea em Ituqui. Esse é o grande problema, não é só o gado em si (a destruição da vegetação de várzea), mas a apropriação da área, que os grandes proprietários vão ocupando e cercando. Em alguns lugares é complicado cercar, pois há diferença de 3, 4, 5, 8 metros de água do verão para o inverno, e ninguém sabe onde a cerca vai ficar. Também acabou a cheia e acabou a cerca, tudo podre (o madeirame) não serve mais para nada. Desse modo, procuram cercar com culturas nativas e usam os próprios acidentes naturais como uma forma de cercar. Assim, alguns tipos de árvores plantadas na várzea funcionam como uma espécie de cerca viva, mas o que ocorre de fato nesses casos de cercamento é a apropriação privada da área. A várzea é terra de ninguém, é terra da União, e os criadores de gado começam a ocupá-la. Em Ituqui, 70% da área, ou 20 mil ha da ilha, estão nas mãos de quatro grandes proprietários. No resto da ilha tem 12 comunidades com quase cinco mil pessoas". Na várzea essa situação costuma se repetir, conforme o informante. Disse-nos ainda que os grandes proprietários são de Santarém, quase todos vereadores, depu-

tados e comerciantes, porque o processo de apropriação econômica, na opinião dele, se dá quase todo via comércio. Sobre a existência de títulos de propriedade, disse que não existem: "quase todo mundo na várzea tem é a escritura de compra e venda da terra; quando não têm, costumam dar um jeito nos cartórios". Sobre a extensão da várzea no baixo Amazonas, disse que "de Santarém a Óbidos é considerado área de marinha, porque tem influência da maré. Em Santarém, diariamente, o rio varia em torno de 30 cm, 45 cm, e essa variação chega até Óbidos, onde o pessoal usa a expressão *aqui só tufa*, porque o rio está correndo de montante a jusante, mas a maré diminui a velocidade da correnteza".

Nessa entrevista fomos ainda informados que a pressão sobre os recursos pesqueiros e a baixa produtividade dos lagos dessa região incidem principalmente sobre quatro espécies mais procuradas para comercialização, no caso o tambaqui, tucunaré, pirarucu e surubim – mas não tinham muita certeza sobre a última espécie citada, que, diferentemente das demais, é considerada "peixe liso", mas caiu também no gosto do consumo popular. Consideram que a pressão sobre essas poucas espécies tem levado à diminuição dos recursos pesqueiros e à baixa produtividade dos lagos da região de Santarém.

A hipótese mais corrente sobre uma das causas possíveis dessa queda da produção do pescado é igualmente a questão demográfica, com o suposto aumento da população de várzea. Contudo, pelos estudos realizados, essa hipótese tem sido questionada. Assim, "o Iara fez um censo das comunidades de 1994 até 1997, e, nos mesmos locais, o Ipam realizou um diagnóstico socioambiental dessas comunidades usando a mesma metodologia". Os resultados foram os mesmos sobre o número da população de várzea após o interregno de oito anos. O equilíbrio demográfico verificado em ambos os levantamentos, e igualmente constatado na visita à comunidade de Uricurituba, em abril de 2002, pode também estar relacionado à migração constante de membros do grupo doméstico dos moradores de várzea para a cidade, com o objetivo dos filhos desenvolverem estudos que não são oferecidos nas comunidades ribeirinhas. Outra explicação que consideram provável para essa queda da produção de pescado é o avanço tecnológico. Até os anos setenta não havia gelo para armazenar o pescado. A partir daquela década foram adotados novas redes de emalhar de náilon e o uso do motor nas embarcações fluviais, que passaram a substituir a vela e o remo.

O modelo nativo

Apresentaremos o "modelo nativo" construído pelos usuários dos recursos de várzea, e seus representantes, para compreender a forma como o segmento social dos pescadores, sejam moradores de várzea ou residentes nas cidades, refere-se aos problemas que reconhecem como legítimos nesse

trabalho coletivo de construção da realidade social da várzea, no baixo Amazonas. De modo ainda bem circunscrito, a partir de informações coligidas no trabalho de campo em uma situação etnográfica específica, apresentamos explicações consideradas significativas para um dos grupos sociais, que fornece um caso limite com o qual as diferentes percepções da singularidade dos fenômenos da várzea, antes levantadas por outros agentes que se manifestaram publicamente sobre os mesmos problemas, por meio de entrevistas, possam ser contrastadas, servindo para o exercício da comparação.

Na Colônia de Pescadores Z-19, em Óbidos, o comentário é que a várzea está tão abandonada pelos governantes quanto a terra firme. Todo mundo reclama da diminuição do pescado, por quê? Os próprios entrevistados indagam e respondem que a queda da produção do pescado deve-se, em parte, ao abandono dos governantes. Os pequenos agricultores de terra firme não têm como escoar sua produção, as estradas no interior do Pará encontram-se sem nenhuma conservação. A estrada denominada PA , que faz a ligação de Óbidos, Monte Alegre, Alenquer e Oriximiná, segundo disseram, há oito anos está sem qualquer conservação. Isso traz graves conseqüências para o "homem do campo". Ele passa a migrar, em massa, para Óbidos e outras cidades da região. Uma vez lá, esses homens do campo vão procurar atividades remuneradas que estão mais "na moda", para angariar o sustento próprio e o de sua família. Qual a atividade em que a demanda é maior? A pescaria. E quem nunca pescou vai, por necessidade, fazê-lo. "Na Colônia Z-19 atendemos muitos pescadores que têm tradição". Assim, "o pai traz o filho para fazer a carteira e entrar como sócio da Colônia, pois ter a 'carteirinha' dá autorização para pescar". Desse modo, os pescadores que não são profissionais ou não têm tradição na pesca, como disseram, mas têm necessidade de pescar para sobreviver, vão filiar-se também à Colônia e tirar a carteira para exercer a atividade, com o testemunho de dois colegas que praticam essa profissão. Na opinião deles, o descaso dos governantes com a agricultura familiar é a razão para o aumento dos moradores nos centros urbanos que se dedicam cada vez mais à pesca. Muitos vieram "corridos da terra firme". Os entrevistados reconhecem também que a "agricultura de várzea", tão importante para o plantio do arroz, feijão e milho, que podem alcançar maior preço no mercado, assim como o jerimum e a melancia, para o consumo doméstico, encontra-se igualmente "abandonada" pelos governantes. Segundo disseram, essa "várzea abandonada", sem qualquer "tipo de incentivo" ao trabalho na agricultura, transforma-se numa área isolada, sem alternativa que possa "parar com a pescaria", na qual o peixe capturado nunca é considerado suficiente, fazendo com que, cada vez mais, se pesque em maior quantidade. Só que, como observaram, os estoques pesqueiros não se reproduzem com a mesma velocidade.

Em Óbidos, como disseram, o que caracteriza a atividade pesqueira são os pescadores de "pequeno porte", a base das embarcações para captura é de uma a duas toneladas de pescado. A embarcação mais usada é a bajara. Estimam que só uns quatro ou cinco "pescadores", estejam prepara-

dos para transportar dez toneladas. Disseram que "quem tem barco desse porte, as chamadas geleiras, não pesca nos lagos da região. Preferem deslocar-se para o Estado do Amazonas, onde há mais dificuldade de fiscalização e podem vender para os frigoríficos de Manaus. As bajaras vendem para os frigoríficos daqui, como o do Fortunato Xocron, que tinha usina na época da castanha, teve um período na juta e agora está na pesca". Os informantes explicaram que a coleta da castanha só é possível em terra firme, onde crescem os castanhais nativos, mas na várzea, o fim do cultivo da juta "jogou o pessoal na pescaria". Nos bairros de periferia de Óbidos, formados a partir dos anos de 1970, verificamos que a maioria dos seus moradores é ligada à atividade pesqueira, segundo informações obtidas na Colônia de Pescadores Z-19 e no escritório local do IBGE[3].

Os informantes disseram ainda que a migração do homem do campo para a cidade começou na década de 1970. "Na estrada de Óbidos a Alenquer, entre as localidades de Rio Branco e Curuá, era só um castanhal grande. O povo tinha ocupado aquelas áreas em lotes de menos de 500 metros quadrados. Hoje a área foi entregue para os *criadores*, os castanhais viraram pastos. Para quem conheceu aqueles castanhais é de *chorar*, um verdadeiro *cemitério de paus*. Sobre a frente de expansão camponesa originária do Nordeste e, principalmente, do Maranhão, disseram que "esse povo todo vem sem orientação, agredindo a natureza sem saber. Alguns trabalhadores até constroem um patrimônio, mas depois abandonam tudo e seguem em frente, às vezes até perdem o que ganharam e voltam às *colônias* (lotes na terra firme) de Óbidos". Ao serem informados que estava previsto um workshop no âmbito da nossa pesquisa, apresentaram um verdadeiro "pacote pronto", como disseram. "É preciso reunir todo mundo num seminário, porque essa várzea é muito boa para plantar. É preciso discutir uma saída, se ficar só na pesca, ela vai encolhendo cada vez mais".

A Colônia Z-19 tem 3.500 sócios dos quais estimam que 1.000 encontram-se em dia com as mensalidades. Eles disseram que sempre estabeleceram Acordos de Pesca, em Óbidos, porém, consideram que atualmente o maior problema tem sido o Acordo do Lago Grande do Curuai, que pertence também aos municípios de Santarém e Juruti. Segundo o depoimento, "tivemos reunião com o pessoal do ProVárzea, do Ibama, do MPF, e aceitamos tudo (as cláusulas do Acordo), menos a suspensão das bajaras (definidas por eles como canoas de 11 metros com motor de centro). Afinal, fo-

[3] O chefe da agência do IBGE, em Óbidos, informou-nos que no Censo Demográfico de 2000, realizado no bairro Bela Vista, do total contabilizado de 73 domicílios haviam 57 deles ocupados e 16 eram de ocupação ocasional, pertencentes provavelmente a moradores de várzea, sendo contadas 254 pessoas. Em outro bairro, Perpétuo Socorro, dos 106 domicílios contabilizados, 88 eram de ocupação permanente, no total de 392 pessoas. Pelos dados oficiais, segundo o entrevistado, a população urbana de Óbidos era menor do que a rural. Porém, muitos bairros periféricos de Óbidos, como o de Bela Vista, chamado de "ponta de rua", estão classificados no zoneamento municipal como bairros rurais. À medida que forem incluídos na zona urbana, essa proporção se inverte, e a zona urbana do município de Óbidos torna-se maior que a rural.

ram mais de 80 financiadas pelo Basa. Em Santarém, preferiram o batelão e, para capturar o peixe, usam canoas, enquanto a bajara já é uma canoa que permite transportar o pescado. Nós, de Óbidos, não aceitamos a proibição de bajaras no lago". Para reforçar a defesa dessa posição, o informante argumentou: "antigamente quem tinha o motor era o senhor de terra, criador de gado. O tempo foi evoluindo, aumentando a necessidade para certas coisas, o que aconteceu? O caboclo trabalhou bem, conseguiu uma máquina, um motor de potência, com 4, 5, 11 ou 18 HP, que coloca na própria canoa para ajudar a pescar. Eles estão com ciúmes porque não fizeram esse empréstimo para a bajara, então querem que a gente de Óbidos tire a bajara para entrar com os oito itens (do Acordo de Pesca) o nono é com a bajara. Aceitamos diminuir os arreios, as canoas, com tudo nós concordamos, são só três palmos de malhadeira de 100 metros cada uma. Tanto faz ser um navio ou uma canoa, o tamanho é esse, concordamos com tudo, menos a retirada das bajaras". Nessa altura do depoimento fizemos a seguinte pergunta: se os arreios são os mesmos, por que a bajara captura mais peixe? A resposta foi que "enquanto na canoa o pescador dá uma volta no remo, na bajara ele consegue dar quatro voltas". Disseram, ainda, que acontece também de a bajara, nas voltas que dá, não pescar o suficiente nem para cobrir as despesas do gelo que compra. A superioridade das bajaras, segundo eles, "não é assim como dizem". Sobre os pescadores de Santarém que estão contra as bajaras, contaram que o dia 28 de março foi a data de abertura do defeso. No entanto, "no dia 3 de abril (2002), o pessoal do Lago Grande chegou a Santarém com duas toneladas do peixe que estava proibido, o mapará. Os barcos grandes de Santarém, as geleiras de lá têm entrado no Lago Grande". As disputas nesse caso do Acordo de Pesca no Lago Grande do Curuai devem ser relacionadas à problemática sociológica sobre "quem acusa quem" (Gluckman, 1975, p. 71), como um modo de investigar os tipos de relações sociais em que ocorrem e relacionar outras situações e incidentes, procurando esclarecer as conexões entre eles.

No término da entrevista na Colônia Z-19, os informantes apontaram na direção de uma área edificada, ao fundo do canal que banha a sede, para um bairro de Óbidos de nome Bela Vista. Esse bairro, segundo disseram, foi formado recentemente, sendo que 50% a 60% dos moradores vieram da várzea e da pescaria. Perguntamos se eles mantinham suas casas na região de várzea. Alguns abandonaram, conforme disseram, outros ainda se mantêm na várzea, geralmente o pai de família, pois a mãe costuma acompanhar os filhos para estudarem na cidade de Óbidos. Outros bairros foram também mencionados, como os de São Francisco, Cidade Nova e do Engenho, onde se encontram muitos pescadores. Na cidade de Óbidos sustentam-se no período da safra do peixe, depois "acaba o trabalho de pescar para vender nos frigoríficos. Fora da safra os moradores vivem somente para comer, pescam só para sustentar as crianças".

A partir da nossa experiência de campo pudemos constatar o constante fluxo dessa população ribeirinha, que fixa suas moradias nos cen-

■ **FIGURA 1** – Bairro Bela Vista, em Óbidos (2002).

tros urbanos da região, algumas vezes em caráter definitivo, outras temporariamente, de acordo com a sazonalidade de inverno (chuvas e cheia) e verão (seca e vazante). Algumas casas no perímetro urbano abrigam todo o grupo doméstico, outras servem de moradia permanente para alguns membros da família, como os filhos e filhas adultos que se empregam na cidade ou, ainda, crianças acompanhadas que vão completar os estudos, criando um vaivém constante entre o chamado interior – "que têm no baixo curso do rio Amazonas, nos igarapés, paranás e nos lagos de várzea, seus mananciais representativos de domínios pesqueiros" (Furtado, 1993, p. 40) – e as sedes municipais.

Os moradores da cidade, que se dedicam quase que exclusivamente aos trabalhos da pesca, com pouca participação da mão-de-obra familiar, passam a ser considerados, segundo bibliografia consultada (Furtado, 1993), "monovalentes", pela especialização na atividade pesqueira. Destaca-se ainda o fato desse grupo dos chamados produtores monovalentes, que se dedicam à pesca comercial para subsistência própria e de sua família, residir em geral nos bairros de periferia das cidades da região, abandonando as antigas condições de vida na várzea do baixo Amazonas. A emergência desses pescadores monovalentes dos centros urbanos é considerada como resultado de um processo de mudança recente, a partir do início dos anos de 1970, que incide principalmente sobre as condições de vida na várzea, e tem implicação no deslocamento espacial de parte da população ribeirinha

do "interior" para a periferia dos núcleos urbanos. Contudo, observamos durante o trabalho de campo realizado em setembro de 2002 – duas décadas após os estudos citados, realizados nos anos de 1980 –, que a mudança não recai apenas sobre a formação de uma nova categoria de trabalhadores, sediada nos centros urbanos, que faz da pesca sua principal base de sustento. Para quem permanece vivendo na várzea – os chamados varjeiros, a pesca, da mesma forma, tem assumido a dimensão de um *cash-crop* em substituição ao cultivo anterior da juta, o que em certas circunstâncias, principalmente de intensa exploração comercial, pode alterar igualmente as bases sustentáveis de reprodução das condições de trabalho e manutenção das unidades familiares, que retiram, por meio do uso de recursos naturais renováveis, não só a base do seu sustento, mas também sua própria reprodução como grupo social.

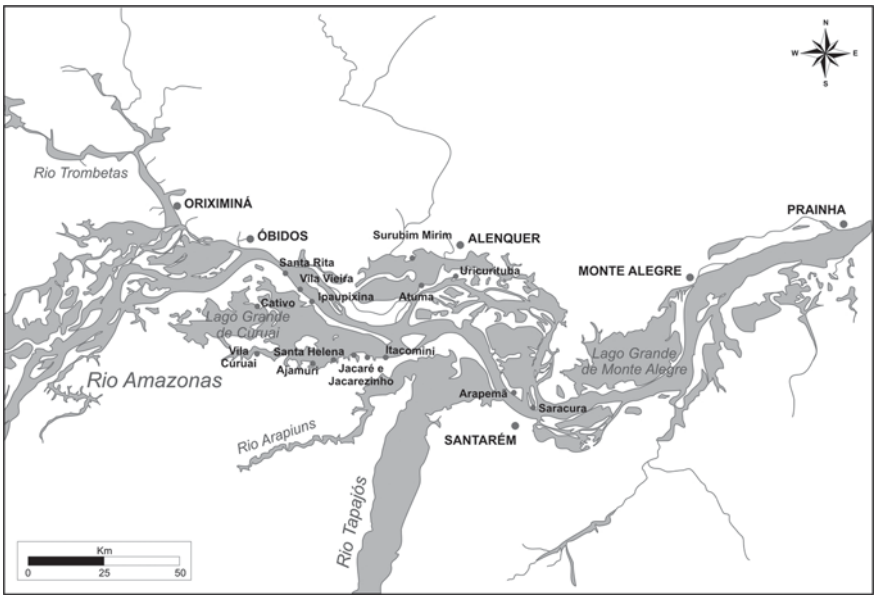
■ **FIGURA 2** – Pescadores no porto de Óbidos.

Os processos sociais de pequena escala

Na segunda etapa de nossa pesquisa no baixo Amazonas, realizada em abril de 2003, passamos a investigar mais detalhadamente os "processos sociais de pequena escala, no nível mais basal" (Kuper, 2002, p. 235), como dizem os antropólogos, a partir de estudos de caso locais sobre os grupos domésticos que vivem e/ou usam a várzea para reprodução de determinadas condições de trabalho e manutenção, considerando as mudan-

ças e/ou diferenciações nos padrões de vida da população ribeirinha. O trabalho de campo foi realizado por meio de visitas às comunidades ribeirinhas nos municípios de Santarém, Óbidos e Alenquer, visando uma investigação de 'primeira mão', com o objetivo de compreender qual a construção da realidade de várzea pelos atores sociais que são usuários dos recursos naturais renováveis nessa região do baixo Amazonas (Figura3). Assim, ao adotarmos uma perspectiva regional, pretendemos evitar qualquer pressuposto de isolamento das comunidades ribeirinhas, como territorialmente circunscritas e divididas por unidades administrativas, para incluí-las dentro de um contexto regional, compreendido como um campo de relações sociais, que pode ainda ser culturalmente definido. Por meio da combinação dos "pontos de vista parciais", dos grupos estudados, pretendemos produzir um modelo aproximado da conceituação dos atores sociais sobre os padrões de vida na várzea do baixo Amazonas, "segundo critérios locais de sustentabilidade e vulnerabilidade".

No entanto, para efeito de descrição dos modos de vida e as condições de reprodução, manejo e uso dos recursos naturais renováveis, dos grupos domésticos que vivem da pesca, agricultura e extrativismo na região do baixo Amazonas, não podemos prescindir da auto-atribuição que fazem os atores sociais sobre a existência de um espaço físico e social delimitado pelas fronteiras entre as comunidades ribeirinhas. Se a divisão em comunidades concebidas como coletividades territoriais, circunscritas e autônomas tem sido a forma prevalente de reconhecimento social e político desse campesinato ri-



■ **FIGURA 3** – A região de estudo e as comunidades visitadas.

beirinho, ela serve igualmente como instrumento de ordenação e gestão governamental sobre o território de várzea no baixo Amazonas. A "representação igualitária" entre as diversas comunidades ribeirinhas, de modo algum faz delas totalidades fechadas, pois ao contrário, em nossa observação etnográfica pudemos constatar um jogo complexo de alinhamentos e divisões na arena política regional, acompanhado de conflitos locais pelo uso dos recursos naturais renováveis. Esse é o caso do Lago Grande do Curuai, que divide as Colônias de Pescadores de Santarém e Óbidos, no alinhamento entre diversas comunidades ribeirinhas, de ambos os municípios, nas tomadas de posição diante dos conflitos de pesca, assim como do lago de Atumã, em Alenquer, freqüentado por moradores do Lago Grande, acusados de praticar pesca "predatória" no município vizinho.

Proceder a tais estudos de caso detalhado ajuda a "identificar, diferenciar e comparar variações na organização da vida" (Barth, 2000, p. 171) no contexto ecológico da várzea do baixo Amazonas, assim como delinear campos de atividades conectadas entre a pesca, a agricultura e o criatório de gado. Essas atividades congregam grupos domésticos pertencentes a comunidades locais, distribuídas territorialmente e integradas em redes sociais sobrepostas, dentro de uma unidade ecológica de grande escala, definida por um sistema integrado de lagos na região que abrange os municípios de Alenquer, Santarém e Óbidos.

Esse "conjunto de sistemas sociais de escala reduzida, que pertencem a uma mesma família" (Geertz, 1999, p. 279), serão descritos a partir de um exemplo concreto de uma comunidade local, que pode ser representativo para cobrir certo conjunto de possibilidades organizacionais, a partir dos elementos comuns a todo caso possível a ser considerado sobre as condições de trabalho, reprodução, manejo e uso dos recursos naturais renováveis, na várzea do baixo Amazonas[4]. Tal exemplo concreto será seguido pelo relato de situações específicas enfocadas a partir dos atores sociais no seu contexto, de maneira que, como diz Barth (2000, p. 177/178), revele as contingências, o grau de padronização e as dimensões de variação entre as comunidades ribeirinhas.

Desse modo, a metodologia utilizada foi a de "comparar cada relato de modo a evidenciar quais as diferenças existentes entre eles" (Barth, 2000, p. 194/196), assim como proceder às "comparações entre situações, casos e

[4] A descrição segue o roteiro comum usado nesse estudo estratégico do ProVárzea. Ao optar por esse tipo de apresentação dos resultados, que procura reconstituir o contexto etnográfico no qual o material de campo foi coligido, em vez de disponibilizá-lo apenas na forma desencarnada das tabelas e gráficos, pretendemos evitar que, ao fazer uso de valores monetários para medir as operações de produção, repartição e consumo, o conteúdo social que os distingue se perca e, como diz Sahlins (2004, p. 303), "toda cultura pareça ser constituída por (e como) um cálculo econômico sistemático por parte de indivíduos autônomos" e utilitaristas. Assim, esperamos igualmente integrar à análise (e atender) um dos objetivos desse componente dos estudos estratégicos, que é o de fundamentar o conhecimento produzido "na perspectiva das populações locais sobre a problemática socioambiental da várzea, (visando) subsidiar o ProVárzea, na formulação de políticas públicas" (vide Síntese do Estudo Estratégico, no final dessa publicação).

vozes de um grupo designado", como esse de agricultores e pescadores ribeirinhos, para estabelecer o "arco das variações descritas". Esse método comparativo, que assume "uma perspectiva centrada nos atores e nos parâmetros que afetam sua ação" (Barth, 2000, p. 195), é característico de uma vertente antropológica cuja análise e interpretação recai "sobre dados obtidos preferentemente por observação direta (...)" (Cardoso de Oliveira, 1995, p. 178).

Caso exemplar: Santa Rita, comunidade do município de Óbidos

Localizada no percurso da travessia do Amazonas até a cidade de Óbidos, no caminho que costumam fazer em uma embarcação de 18 HP, os moradores de Santa Rita freqüentam esse centro urbano para tratamento de saúde, nos casos considerados mais graves, e para recebimento de aposentadoria, comercialização de produtos e aquisição de bens de consumo. A área total da comunidade é calculada em 5 km de comprimento e 2 km de fundo até a beira do lago Piedade, usado na pesca para o consumo familiar. O número de domicílios é estipulado em 53 casas para um total de 68 famílias. A divisão em lotes familiares demarca o espaço onde fixam suas moradias. Tais lotes variam entre o máximo de 700 metros até 20 metros de frente, considerados mínimos, todos fazendo limite, ao fundo, com o lago Piedade. Os informantes fizeram a contagem de lotes por "cabeça de família", totalizando 43 lotes. Alguns deles são divididos entre os filhos adultos que constituem novas famílias, formando, como dizem, pelas subdivisões entre as casas, um tipo de "vila". Na frente da comunidade de Santa Rita, ao longo do rio Amazonas, ficam os lotes. Atrás tem um "resto de mata" e os lagos e igarapés, que inundam no inverno e formam os chamados "recantos", usados como pastos naturais no verão. Essa área é considerada de uso comum da comunidade, diferentemente dos lotes familiares na parte da frente do rio, por sua vez, chamada de "restinga", na qual plantam pequenos roçados, próximo das casas construídas a um metro e meio acima do chão, por causa das enchentes periódicas.

Os moradores da comunidade costumam pescar no lago Piedade, considerado dentro da circunscrição administrativa de Óbidos, e ainda nos lagos Guariba, igarapé Santaninha até o Lago Grande da Franca ou Curuai. Contudo, o uso desse sistema integrado de lagos até o Curuai é feito principalmente para a pesca comercial do peixe mapará, pois "o pessoal daqui, que pega o peixe aqui, o peixe de escama (para o consumo familiar), só no lago Piedade mesmo", que fica detrás da comunidade.

Na entrevista, os moradores foram unânimes ao considerar que a questão da pesca no Lago Grande do Curuai tem criado muita "polêmica", porque, como disseram, os moradores de lá "praticamente não querem que o pessoal de Óbidos pesque para lá, mas os de lá vêm pra cá". Segundo

os moradores de Santa Rita, "a situação está muito difícil para o pescador daqui". Do ponto de vista deles, isso se deve principalmente em função de um "monte de leis e regulamentos para o pescador". Dizem que "têm pessoas que são analfabetas (não lêem os regulamentos), não têm nem o registro (de pescador) e não podem pegar o peixe". Lembram-se de que "antigamente não tinha nada disso, o pessoal pescava e tinha condições de sobreviver".

A utilização da pesca como um *cash-crop*, isto é, que tem o objetivo de comercialização, cria um aparente paradoxo na visão dos informantes, entre a vida na várzea no tempo em que a pesca possibilitava a *sobrevivência* e a manutenção das famílias e a situação atual, que envolve a pesca comercial. Como disse uma moradora diante de seus filhos e netos durante a entrevista, o marido dela, alguns anos atrás, "empregava várias pessoas (da própria comunidade) para pescar; hoje ele não pode mais empregar porque não tem mais peixe". Durante a entrevista, ficamos sabendo que a embarcação bajara, pertencente ao seu marido, havia saído para a pesca do peixe mapará com uma tripulação de dois moradores vizinhos da comunidade de Santa Rita, enquanto em anos anteriores era pelo menos o triplo de pescadores embarcados. A entrevistada, que é agente de saúde da comunidade de Santa Rita, contou sobre uma visita que fez a alguns moradores doentes, que a deixou "triste", pois concluiu que estavam todos "passando muita necessidade". O marido não podia mais servir de alternativa para "empregar" os vizinhos mais necessitados, porque "a pesca não pega mais nada" e se pergunta "como esse povo vai viver agora?" A idéia de que "agora não tem peixe" vem acompanhada da constatação de que a pesca "ficou muito difícil, é só (para pagar a) despesa (da própria pescaria)". Comparativamente, consideraram que melhor (para o ganho deles) seria fazer um "roçado de 5 hectares em terra firme".

O sobreesforço da pesca é um diagnóstico consensual entre os moradores de várzea da região do baixo Amazonas, diante do afluxo de populações residentes nas "pontas de rua" das cidades e bairros da periferia, que perderam suas áreas de cultivo na "terra firme" – como pôde ser constatado no primeiro trabalho de campo, com a formação de vários bairros na periferia da cidade de Óbidos. Segundo os entrevistados da comunidade de Santa Rita, o "pior" para a pescaria foi o projeto do governo de financiar em Óbidos, por meio do FNO, "bajara, motor, rede, arreio, tudo junto, aí acabou mesmo a pescaria". Porque, como explicaram, muita gente foi financiada, aumentando demais o número de pescadores, que também ficaram sem condições de "pagar a conta" do financiamento com a redução do pescado vendido para os frigoríficos, sendo que "metade desse povo vem da cidade para os lagos da várzea".

Voltemos à vida na comunidade de Santa Rita, que celebra a padroeira em 22 de maio, com a realização de uma missa e comemorações de festejos da santa todo primeiro sábado de dezembro, com o congraçamento entre os moradores e a visita dos filhos e parentes que passaram a viver na cidade de Óbidos ou outros centros urbanos da região. A festividade é

realizada com o dinheiro arrecadado entre os vizinhos por uma comissão de moradores encarregada de organizar o evento. Na comunidade há dois clubes de futebol: Canto do Rio e Santa Rita, que pelejam entre si e outros times das comunidades ribeirinhas contíguas. Vários moradores são associados à Colônia de Pescadores; outros, ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, em função da prevalência da atividade agrícola ou da pescaria para reprodução das condições de trabalho e manutenção na várzea do Amazonas. Os moradores dizem que geralmente as mulheres filiam-se mais ao Sindicato e os homens à Colônia, apontando para uma divisão sexual do trabalho entre agricultura e pescaria. Porém, verificamos que a delegacia sindical dos trabalhadores rurais em Santa Rita é representada por um morador, chefe de família, que na ocasião da nossa visita estava "viajando", sendo que adiante, neste relatório, na parte referente ao cálculo econômico do grupo doméstico, tentaremos compreender essa divisão das atividades agrícolas e pesqueiras por meio do acionamento de diferentes estratégias pelos membros da família, que ultrapassam a simples divisão por sexo. As mulheres da comunidade de Santa Rita participam de um movimento chamado Organização de Mulheres do Baixo Amazonas – Omtbam – , e fundaram a Associação de Mulheres de Santa Rita, que "ajuda", segundo elas, os clubes de futebol da comunidade nas atividades que promovem. Em prol da comunidade também trabalham a coordenação e a equipe do dízimo da Igreja Católica.

Na parte mais central do alinhamento das casas, de frente ao rio, encontram-se o posto de saúde, a escola e o "barracão comunitário", todos com luz gerada por placa solar. Além da agente de saúde, há uma parteira, também moradora de Santa Rita, que recebeu treinamento em Óbidos. Na escola as turmas são multisseriadas, da 1ª a 4ª séries, sendo que uma das professoras contratadas pela prefeitura é da comunidade e a outra é moradora da cidade de Óbidos. A idade dos alunos varia entre 6 e 15 anos e eles recebem merenda escolar. A agente de saúde considera "precárias" as condições de atendimento no posto pela falta de remédios, avaliando igualmente como "precárias" as condições de saúde dos moradores. As doenças mais freqüentes são a diarréia e a gripe, tanto no verão quanto no inverno, mas considera que não há doenças de maior gravidade. Recentemente ela fez um curso sobre o tratamento e a preparação de remédios caseiros na paróquia de Óbidos, que passará a usar igualmente para auxiliar no tratamento dos enfermos. Ainda sobre as condições de saúde na comunidade foi comentado que a incidência de diarréia diminui com o tratamento da água com hipoclorito ou fervendo-a, e quem faz uso desses expedientes "controla melhor". A água consumida e utilizada nas casas é a "água barrenta do rio mesmo; na prefeitura disseram que aqui não presta para fazer poço porque a água é salobra".

Os períodos de cheia, vazante e seca acompanham o verão e o inverno amazônico: de dezembro a julho ocorre a cheia; no fim de maio ou de junho em diante é a vazante, que vai até setembro; daí até outubro é a seca

propriamente dita; e em novembro ocorre o chamado repiquete, quando a maré sobe e recua. O período de plantio é na vazante, quando fazem os balcões de hortaliça e roça de mandioca, feijão, tomate, melancia e banana, "só que tudo é pouco porque na várzea não pode plantar muito, tudo é pouquinho". Isso porque "no período da enchente, muitos (plantios) não resistem, têm que ser colhidos. No caso (por exemplo) de uma roça de mandioca, se a água chega, apodrece (as raízes)". A várzea do Amazonas exige, portanto, um cálculo familiar do tamanho dos plantios em função das variações climáticas e do tipo de terreno alagadiço. Inclusive a roça de mandioca, segundo disseram, são poucas as famílias que atualmente plantam: vivem mais da pescaria. As espécies de pescado são o tambaqui ("só o bocó", de tamanho bem menor), surubim, pescada, acari etc., que só deixam de pescar no período do "defeso". O pirarucu não tem mais, o tracajá também – "hoje não se vê mais, é difícil. O peixe-boi, se aparecer aqui, ninguém conhece mais". Na comunidade criam gado branco e "só tem criatório de gado búfalo na comunidade vizinha de Vila Barbosa". A quantidade de gado, por família, varia entre 100 e 400 reses. No total, calculam que a comunidade possui cerca de 2.000 ou mais reses. Durante a entrevista podia-se avistar várias reses na beira do rio. Quando "baixar o rio" o gado vai para o *retiro,* área atrás da comunidade, na direção do lago Piedade, onde os moradores também costumam caçar capivara, pato-do-mato e marreca, conforme disseram. Ainda sobre o gado, na cheia fazem a transumância para as terras na "colônia", sendo que alguns moradores têm terreno lá, outros "arrendam" essas áreas de terra firme.

A comparação entre a fartura no passado, testemunhada pelos moradores mais antigos, e a dificuldade atual da vida na várzea, é um assunto recorrente entre os moradores de Santa Rita. Eles lembram do tempo em que "essa comunidade era um imenso cacoal, todo esse meio aqui (incluindo as comunidades vizinhas da beira do Amazonas) era um cacoal". A geração atual dos avós disse que no tempo de criança havia "muita fartura", plantavam cacoal, depois conheceram a juta e de lá para cá substituíram o plantio da juta pelo capim para a formação de pastagem para o gado. A juta, segundo eles, "está com dez anos que terminou". Na década passada tinha menos moradores do que hoje e muitos também abandonaram o terreno de várzea com o fim da juta. Na beira do Amazonas faziam o embarque do cacau e, posteriormente, da juta. Os "velhos", pais e avós, foram morrendo. "Meu avô era português e casou com minha avó, moradora da Costa de Cima", a montante da cidade de Óbidos. Toda aquela parte da comunidade de Santa Rita, na direção jusante, era conhecida como Costa de Baixo. O avô português de uma das moradoras era tio de outro morador presente à entrevista, indicando o entrecruzamento das famílias e o parentesco entre os moradores da comunidade. A maioria deles nasceu e se criou ali. Os terrenos em que construíram as casas foram, em alguns casos, ocupados recentemente, pois segundo um morador, de acordo com o tamanho da família e o número de herdeiros, a aquisição de outras áreas, pertencentes aos vizinhos que saíam

da várzea para os centros urbanos ou para terrenos de terra firme, tornara-se uma necessidade para os grupos domésticos mais extensos, "com muitos herdeiros". "Dez herdeiros para cinqüenta metros de terreno... ficaria inviável para cada um construir ali sua casa". Também no caso de outro morador, parte da área que ocupa com sua família é de herança; a outra foi comprada de um morador, "filho daqui", que foi com a família para Santarém, onde souberam que ele havia falecido.

Informaram, ainda, que a comunidade de Santa Rita só passou a existir depois de 1962. Antes fazia parte da localidade chamada Costa de Baixo, que incluía a maioria das comunidades ribeirinhas situadas na beira do Amazonas, a jusante da cidade de Óbidos. A Prelazia de Óbidos, por meio do trabalho de catequese, foi dividindo e agrupando em comunidades os moradores ribeirinhos, no formato em que se encontram atualmente distribuídos como unidades administrativas territorialmente circunscritas.

Vimos que os moradores da comunidade de Santa Rita vivem da agricultura e da pesca. Ambas as atividades podem ser compartilhadas por um mesmo grupo doméstico, mas observamos uma divisão entre as diversas famílias sobre a atividade considerada por eles estratégica do ponto de vista da reprodução das condições de trabalho familiar, que combina de modo diferenciado a agricultura e a pesca. Na parte referente ao cálculo econômico do grupo doméstico iremos examinar essa ênfase numa ou noutra atividade para fins de comercialização. Ao perguntarmos, por exemplo, aos entrevistados: vocês plantam? Um deles respondeu-nos sobre o vizinho sentado ao seu lado: "ele planta, (enquanto) a gente (ele próprio e sua família) vive mais da pesca e do criatório". No decorrer da entrevista ficamos sabendo que na concepção deles aquele que "planta" costuma desenvolver também o plantio de roçados na chamada "colônia", onde possui um lote situado na "terra firme". Segundo esse mesmo informante, que pratica a agricultura, "eu pesco mais para a manutenção", isto é, para o consumo familiar. Por isso não participou muito da nossa conversa com a família que tinha uma bajara sobre o preço de R$ 1,00 pago pelo quilo do mapará em um frigorífico de Óbidos.

A dificuldade da vida na várzea é atribuída ao trabalho na agricultura e na pesca, pois "o ganho da pesca está baixo e o plantio depende do ciclo verão/inverno". No caso daqueles que vivem só da agricultura e "pescam para comer", essa alternativa depende de um outro fator presente no cálculo de manutenção do grupo doméstico, a aposentadoria dos mais velhos. Um casal, durante a entrevista, considerou que no caso deles, como são dois aposentados e "pouca família (isto é, filhos para manter) ainda dá para sobreviver". Mesmo assim, eles consideram que trabalham muito; se fossem esperar só pelo dinheiro da aposentadoria não daria para viver, ou, como afirmaram, "não é coisa que preste". Compararam, ainda, o ganho na pesca com o tempo da juta, dizendo que na "época do trabalho na juta, na verdade um trabalho ruim, dentro d'água, a gente ganhava alguma coisa". O pescador, de trinta e três anos, disse que naquela época ele era novinho,

tinha quinze ou dezesseis anos, porém "o ganho era mais certo na juta". A mãe dele disse que o marido tinha saudade da época da juta, quando eles tinham "dinheiro guardado" e puderam comprar parte do terreno de várzea onde hoje moram, aumentando a área de terra recebida como herança familiar. Ela completou dizendo que "na pesca não tem isso. Hoje, se você quiser comprar uma coisa e não tiver uma rês para vender não compra, pois o dinheiro que ganham na pescaria não dá". A idealização do passado, sobre o tempo da juta em que ganhavam mais, é contraposta às dificuldades do "ganho" com a pesca no presente. Contudo, a pesca também lhes proporcionou a aquisição desse terreno urbano e a construção de uma casa em Óbidos, pois o gado que venderam para a aquisição desse bem imóvel representa, de fato, uma espécie de poupança na qual aplicaram o dinheiro ganho com a pescaria.

Sobre o cálculo econômico familiar e a incidência do celibato

A organização da produção e consumo se efetua nos quadros das chamadas unidades familiares de produção, isto é, da pequena exploração familiar no interior de comunidades locais. Na comunidade de Santa Rita entrevistamos três grupos domésticos para compreensão das condições de trabalho, reprodução e manejo dos recursos naturais renováveis, buscando a identificação de elementos comuns ao conjunto de operações destinadas a fornecer aos grupos domésticos seus meios materiais de existência, que são a organização da produção, da repartição e do consumo.

A composição dos grupos domésticos obedece a um mesmo padrão: unidades familiares extensas que compreendem a geração dos pais, filhos e netos. O cálculo da despesa é considerado um só, mesmo que haja a divisão de tarefas e esferas diferenciadas de repartição dos ganhos e produtos.

A existência de filhos solteiros adultos com mais de trinta anos em diversas famílias foi assunto da conversa entre os presentes na situação de entrevista. O pescador de trinta e três anos, acompanhado de sua mulher, associou a existência de muitos homens solteiros à própria dificuldade da vida na várzea, dizendo literalmente: "está vendo? É difícil até mulher aqui na várzea, com tanto homem solteiro". Ele próprio havia se casado com uma moça que conhecera na cidade de Óbidos, quando lá estudava, e a esposa, procedente de uma comunidade da terra firme, foi igualmente morar naquele centro urbano. Outros atribuíram a permanência de filhos homens adultos e solteiros na casa dos pais ao contexto atual em que consideram a dificuldade da vida na várzea ainda maior. Como explicou uma mãe, referindo-se ao celibato do seu filho: "ele diz (que) eu não arranjo mulher porque a situação está difícil. Uma mulher precisa comer, vestir e calçar. Não vou trazer para passar mal". A mesma informante mencionou que duas de suas filhas foram morar em Belém e em Manaus. Se pensarmos no domí-

nio do parentesco e alianças matrimoniais como uma troca de mulheres entre grupos, essa família com um filho solteiro adulto de mais de trinta anos tinha igualmente duas filhas mulheres em idade de casar fora da várzea, vivendo nos grandes centros urbanos da Amazônia. A incidência do celibato, no caso dos homens, pode ser atribuída à saída das mulheres da várzea, tornando mais restrita a possibilidade de troca matrimonial entre os grupos domésticos.

Pode-se constatar uma diferenciação entre os grupos domésticos na comunidade de Santa Rita, no modo de consorciar as atividades pesqueira e agrícola. Dois grupos domésticos entrevistados vivem mais da agricultura e o outro da pesca. No caso daqueles que consideram a agricultura como a base do sustento familiar, costumam proceder a venda das lavouras na cidade de Óbidos, "nas bancas das feiras feitas quintas e sextas-feiras, organizadas pela secretaria municipal de agricultura". Toda semana, D. Maria Clarice, esposa de seu Enoque, vai vender produtos na feira em Óbidos. Leva jerimum, banana, "a banana amarela vendo a R$ 1,00 a dúzia, a banana grande vendo quatro delas por R$ 1,00. É melhor vender assim, a retalho, do que no cacho, em que não querem dar mais do que R$ 5,00. A banana pode fritar, fazer mingau. Levo (para a feira) também goiabada, boto o produto na sacola – isto é, na tarrafinha – vendo a R$ 0,50". Ao ser perguntado se pescava, o marido respondeu que os filhos pescam, saem em embarcações de outras pessoas da própria comunidade que têm "capital, donos de bajara". Enoque e os filhos têm "canoinha" que usam na pesca. Quando os filhos trabalham embarcados na bajara, costumam ganhar R$ 30,00 ou R$ 40,00, "mas o peixe está cada vez mais difícil. Eles (os filhos) tiram para vender (o pescado) e para o consumo da casa". O "dinheiro que eles ganham é deles, porque não trabalham na agricultura". Ocorre, assim, uma divisão de tarefas entre a pescaria e a agricultura, pois "trabalhar embarcado" é uma tarefa dos filhos homens adultos. O casal vive da agricultura e a mãe comercializa os produtos agrícolas de sua unidade de produção, e de parentes e vizinhos, na feira de Óbidos. "Só pode vender na feira quem possui inscrição na secretaria de agricultura". Segundo D. Maria Clarice, "tem semana que levo (produtos) da filha, do irmão", mas tem semana que "tiro" R$ 15,00 da própria produção, e descontado o custo da passagem de barco e da "merenda" (refeição ligeira feita na viagem ao centro urbano), "o que é (apurado) dos parentes dou para eles". O "consumo" da casa quando os dois filhos encontram-se embarcados e só fica ela, o marido e um "netinho" é considerado pouco, "dois quilos de peixe por dia". É preciso comprar farinha para o consumo, pois "na várzea não se planta muita mandioca". Consomem por mês uma média de 10 kg de farinha, e compram na feira o que não produzem, como a pupunha e o cupuaçu. Toda semana trazem da cidade o pão, o biju, "que a gente não fabrica", a farinha de tapioca, considerada melhor ainda de consumir em substituição ao pão. Esses produtos são comprados semanalmente, mas também fazem uma compra men-

sal, com o dinheiro que ela e o marido ganham da aposentadoria. Para "passar o mês", adquirem no comércio de Óbidos 10 kg de farinha, 5 kg de açúcar, café (3 pacotes) e leite (3 pacotes), no valor total de R$ 51,00 reais. Na verdade, ela faz essa compra quinzenalmente, com o que recebe da aposentadoria; na outra metade do mês é a vez do marido repor esses mesmos produtos com o benefício que recebe. Eles têm uma criação de 50 "bicos", entre galinha e picote (galinha-d'angola) para o consumo da casa e não possuem gado no pasto. Ambos disseram que vivem da aposentadoria e da lavoura. O ganho dos filhos na pescaria é para o sustento deles, quando "ganham mais um pouco, repartem (com os pais)".

O outro casal entrevistado vive mais do plantio do que da pesca, apenas considerada uma atividade para o consumo da casa. D. Tarcila entrega toda semana o quiabo, a cenoura, a couve, o jambo, o tomate e o feijão-de-corda que ela e o marido produzem na várzea à cunhada, para vender na feira de Óbidos. A venda costuma ser feita por unidade, por maço, pelo qual é cobrado o valor médio de R$ 0,50. No verão a água (do rio) fica muito longe dos canteiros por causa da formação de grandes praias. Apesar de o cultivo ficar "mais difícil e cansar um pouco", pois precisam carregar baldes de água para regar os canteiros, dizem que justamente no período de seca brotam o tomate, o maxixe e o pepino, que vendem também – a "penca do maxixe vale R$ 1,00". Quem vende para D. Tarcila na feira de Óbidos é D. Maria Clarice, do casal anteriormente entrevistado. "Ela (a cunhada) leva o dela próprio, o nosso, o de outro vizinho e tem que tirar também do trabalho dela" (de vender os produtos na feira). O ganho varia semanalmente e pode ser de dez, treze, quinze ou até vinte e dois reais. O marido, Sr. Joel, pesca para o consumo, mas às vezes "dá de vender um peixinho".

Ambos também são aposentados. Os dois filhos adultos pescam também embarcados, "mas esse ano não, por causa da dificuldade" de obter o pescado. Quando pescam, contribuem com metade da "renda deles; se der R$ 20,00 por semana, R$ 10,00 é da família. Quando eles não estão ganhando (na pescaria), quem ajuda eles somos nós".

Esse casal faz as despesas com um irmão (do marido) que tem uma mercearia, onde fazem as compras. Quando falta um produto em casa, vão se abastecendo na mercearia e o pagamento é feito mensalmente com a aposentadoria. Às vezes pagam aos poucos, treze, vinte, trinta reais, e geralmente o total é de um pouco mais de sessenta reais por mês. O consumo de cinco pessoas na casa é calculado em 50 kg de farinha por 55 dias. Consomem peixe com farinha, mas às vezes também comem carne, galinha ou pato – eles têm criação de 23 aves – mas "diário mesmo é o peixe". Quando os filhos estão em casa com os pais, o consumo diário é de 5 kg de peixe. Ao ser perguntado: "o senhor compra o peixe?", ele respondeu "eu não me descuido de pescar". Ele "bota a malhadeira de tarde e quando é de manhã vai buscar" o pescado para o consumo familiar.

Desse modo, na várzea, para ter o peixe para o consumo de casa, é só não se "descuidar" de pescar. A família do Sr. Joel, com os filhos já adultos,

possui uma criação de 72 reses, incluindo a do seu pai, que mora com a família do irmão ao lado da sua casa.

O terceiro casal, Valber e Elizabeth, são mais jovens, na faixa dos trinta anos. O pai dele possui uma bajara onde pesca na companhia dos irmãos e vizinhos. O irmão e outros dois companheiros estavam embarcados para a pesca do mapará. Comentei com ele: "você diz que o peixe está ruim e, no entanto, continua a sair na bajara para pescar". "É o jeito", respondeu. Ele e a mãe fizeram o cálculo sobre a captura do pescado no ano anterior (2002), que totalizou seis toneladas de mapará e de pescada. Disseram que é preciso contabilizar a compra do combustível e "o gasto com os pescadores" embarcados. Calcularam em R$ 0,70 o quilo da pescada. Se considerarmos o mesmo preço para o mapará, os R$ 0,70 multiplicados por seis mil toneladas alcançam o valor de R$ 4.200,00. Eles pescam na safra do mapará e da pescada de março a outubro. De dezembro a janeiro é o período do defeso. Disseram que "aqui no rio (Amazonas) a dourada está mais difícil do que o mapará; ano passado deu uma tonelada contra três de mapará". Na avaliação dessa família que possui uma bajara, não dá mais para levar o pessoal (os vizinhos) para pescar, "não dá mais para empatar o pessoal pra lá, eles não querem ir (para o rio e os lagos) para ganhar cinco, dez reais". Perguntei se o preço do pescado estava baixo, responderam que não. "O preço está razoável, difícil é (conseguir) pescar, só está um dos meus filhos com outros dois rapazes na bajara para pescar o mapará". Perguntei se quem sai embarcado ganha por diária ou produção. Responderam que por produção, por exemplo, se "pegar 100 kg numa semana, dá R$ 25,00, isso se for pouca a produção. Os vinte e cinco reais são só dele, aquilo é livre". Fora o *gasto* com o combustível e o gelo (para armazenar o pescado). O gasto também inclui a malhadeira, o óleo diesel e a despesa com a farinha, o gelo e o gás, que precisam levar. Depois de contabilizar todos esses itens, fizeram o seguinte comentário: "o mais lascado já fica o *dono da pescaria*, já tem três semanas que só temos prejuízo". Valber calculou assim: "comprei sete malhadeiras, vendi uma vaca para dar de entrada e Raul (irmão dele) vendeu um mamote para pagar o resto. Peixe não deu mais, tem que vender o gado para saldar a dívida" (com os "gastos da pescaria"). Todo ano tem esse tipo de gasto, pois é preciso repor as malhadeiras e outros apetrechos de pesca. A família possui mais de 100 reses, "em sociedade com outros parentes e tios". O gado é recolhido toda a tarde para o curral e pela manhã volta a ser solto. Tiram cipó para fazer o curral e na cheia levam o gado para a "colônia" – como costumam chamar os lotes localizados na "terra firme". Antes faziam maromba, mas comentaram que é muito difícil manter o gado sobre estrado de madeira, no inverno, para se proteger das enchentes.

Esse grupo doméstico, de três gerações, não financiou a bajara com empréstimo do FNO, como outros pescadores de Óbidos. Perguntei sobre o plantio familiar e disseram que além dos canteiros fizeram roçado de milho, mas o verão foi muito forte e perderam. Já a criação de galinha é pouca e o consumo diário, com almoço e jantar para cinco pessoas, é esti-

mado em 4 kg de peixe, acompanhados de farinha e arroz. Acharam difícil calcular a despesa do grupo doméstico, porque "a gente tem a mercearia e fica difícil calcular", disse a mãe de Valber. Ele mesmo contou que faz R$ 73,00 de compras mensais em Óbidos e "R$ 22,00 em papai (na mercearia)". O consumo mensal foi calculado em 15 kg de farinha, por mês, para o casal com uma menina; 4 pacotes de café, 4 kg de arroz, 3 kg de feijão, por mês. Só comem feijão uma vez por semana e ainda compram sabão, charque e leite, mas não contabilizaram o consumo desses produtos. Perguntei quanto ele e seu pai gastaram na pesca no ano de 2002 (anterior à pesquisa). Respondeu que talvez o pai saiba, pois ele é quem vende. A mãe, presente à entrevista, calculou que o "gasto com a pescaria foi de R$ 1.000,00 ou mais", temos que "lutar para a pescaria não dar prejuízo".

Sobre o patrimônio doméstico, distribui-se da seguinte maneira nas três famílias: na de Enoque tem fogão a gás e a lenha, canoa, apetrechos de pesca, mas não tem motor nem máquina de costura. A de Joel possui fogão, máquina de costura, canoa e não tem motor. A família de Valber tem fogão, máquina de costura, bajara e gado, mas ainda não conseguiram comprar uma casa na cidade. Os pais dele também não compraram nenhum bem em 2002, contudo a mãe contou sobre a "reforma de nossa casa na cidade (de Óbidos), compramos de madeira e agora estamos construindo de alvenaria". Na casa que possuem na cidade, os custos com alimentação e limpeza ficam praticamente "por conta das meninas que trabalham", pois apenas uma ainda estuda. No final da entrevista desenharam o mapa da comunidade de Santa Rita, com o rio Amazonas na frente e o lago Piedade ao fundo, indicando o igarapé Santaninha, que os pesquisadores atravessaram de barco vindos do Lago Grande do Curuai ou Franca.

Padrão organizacional, variação e diversidade local

"Esse caso é diretamente comparável a outros", como diz Barth, sobre o uso de procedimentos de descoberta que consistem em "buscar as ligações entre atividades, trocas, relações e fatores materiais correlacionados, e com isso delinear campos de atividades conectadas" (Barth, 2000, p. 178/179). Ao mapear as regiões de várzea dos municípios de Óbidos, Santarém e Alenquer, numa área rural (várzea e terra firme) com cerca de 136.168 habitantes, focalizamos as atividades econômicas de manejo dos recursos naturais renováveis realizados pelas unidades familiares de produção, distribuídas em pequenas comunidades nucleadas ao longo dos rios e lagos que definem uma unidade ecológica de grande escala na região do baixo Amazonas. Os pontos centrais de convergência dessa grande área geográfica, com 350.812 habitantes (entre os moradores de várzea, terra firme e citadinos dos municípios de Óbidos, Santarém e Alenquer), encontram-se nas cidades de Óbidos, a montante do Amazonas, e Santarém ao sul, próximo à confluência desse rio com o Tapajós. Ambas funcionam como centro

comercial e administrativo, onde estão estabelecidas secretarias e órgãos dos governos municipal e estadual, dioceses e Prelazias da Igreja Católica, sindicatos de trabalhadores rurais, colônias de pescadores e centros de treinamento e assessoria para moradores de várzea e terra firme, bem como as organizações não-governamentais responsáveis pelo implemento das atividades. A indústria pesqueira e os inúmeros "frigoríficos" funcionam nas duas cidades, que servem de porto comercial de embarque e desembarque do pescado, dos produtos agrícolas e do gado. Nas cidades de Óbidos e Santarém residem administradores, comerciantes, uma elite política e econômica. Os dois centros servem ainda como "ponto de parada" para um fluxo de famílias camponesas que vivem nas áreas ecologicamente diferenciadas de várzea e terra firme na região do baixo Amazonas. "O entrecruzamento de conexões em toda essa ampla região (e) a condição multicentrada e intersecional" (idem, p. 179/180) que permeia a vida dos chamados ribeirinhos, que desenvolvem atividades e um conjunto de tarefas relacionadas, "adquire coerência como um sistema agregado, mostrando uma distribuição territorial, escala, padrão e força de organização características" (idem, ibidem).

A descrição e o registro detalhado sobre a comunidade de Santa Rita pode servir de base para relacionar quais as características mais importantes e fundamentais nas formas de organização familiar e associação entre os moradores das demais comunidades ribeirinhas visitadas durante o trabalho de campo nos municípios de Óbidos, Santarém e Alenquer.

Auto-representação igualitária pelos moradores de várzea

Ainda no município de Óbidos, visitamos as comunidades de Vila Vieira e Ipaupixuna, ambas, junto com Santa Rita, faziam parte da localidade chamada Costa de Baixo, que nos anos de 1960 foi desmembrada em pequenas comunidades alinhadas na beira do rio. Por ocasião das visitas, quando os atores sociais mencionavam as comunidades próximas, localizadas nas duas margens do rio, com as quais organizavam torneios de futebol e mantinham outros encontros festivos, costumávamos perguntar sobre o modo de vida dos moradores vizinhos. Eles respondiam que viviam "do mesmo jeito, na mesma condição, na várzea é tudo igual". Seguiremos, assim, nossa descrição sobre as comunidades visitadas, procurando sintetizar as informações coligidas que permitem, a partir de evidências etnográficas, indicar uma semelhança no padrão organizacional das unidades familiares e a condição multicentrada das comunidades ribeirinhas, assim como a variação e a diversidade local.

Na comunidade de Vila Vieira há, igualmente, um padrão na diferenciação interna entre os que "trabalham na roça" (como dizem) e aqueles

que "se dedicam mais à pescaria". Os primeiros consideram que a pescaria é uma atividade complementar à subsistência do grupo doméstico, fundamentada no "trabalho na roça", e quando perguntados sobre a pesca costumam responder: "eu só pesco para a família". Entre os que pescam comercialmente, há o que possui a embarcação pesqueira, geralmente a bajara, no caso das comunidades ribeirinhas do município de Óbidos, e os apetrechos de pesca, como as malhadeiras usadas para a pesca do mapará e outras espécies vendidas nos frigoríficos. Esses moradores que se dedicam à pesca comercial não são muitos, de uma a no máximo duas famílias por comunidade ribeirinha, que contratam outros moradores da própria comunidade, geralmente três embarcados para a pescaria de segunda a quarta-feira, nos lagos e rios. Nas quintas e sextas-feiras eles costumam voltar para a comunidade depois de abastecer alguma embarcação geleira (de maior porte) ou fazer a venda diretamente no frigorífico da cidade de Óbidos. Na comunidade de Vila Vieira, observamos as redes estendidas no alpendre de uma casa, para cerzimento.

Para enfrentar as enchentes periódicas do Amazonas, são utilizadas proteções como a maromba, que abriga o gado na subida das águas. O processo de construção do estrado de madeira, sobre o qual fica o gado, foi descrito minuciosamente pelos moradores em Vila Vieira, assim como as tarefas necessárias de cortar o capim e transportá-lo de canoa para alimentar cerca de 50 a 60 reses ali confinadas. Contudo, admitem que esse tipo de providência pode ser insuficiente para enfrentar grandes enchentes e, nesse caso, correr o risco da correnteza "escangalhar a maromba de noite e o gado cair todo na água". Nessas circunstâncias, segundo disseram, "dá vontade dos ribeirinhos ir embora da várzea". Esse tipo de desencantamento pode ser mais bem dimensionado se for levado em conta que o gado representa uma forma de poupança, na qual aplicam o rendimento obtido com a pesca e a agricultura e, portanto, se na concepção dos ribeirinhos a várzea se caracteriza por um eterno recomeço pela sazonalidade inverno/verão, a perda do gado pode representar a impossibilidade de retomada do ciclo produtivo pelos grupos familiares atingidos por tal privação.

Entre as idéias compartilhadas sobre o contexto ecológico da vida na várzea do baixo Amazonas, gostaríamos de destacar a entrevista que realizamos na comunidade de Ipaupixuna Menino Deus, em Óbidos, sobre o tempo do plantio da juta e a passagem para a pescaria como *cash-crop*, relembrado por um casal de avós. Ambos agregam um grupo doméstico extenso, formado principalmente por filhos adultos já casados; a maioria vivendo na própria comunidade de várzea. Hoje eles se dedicam à pescaria e possuem uma bajara, utilizando como membros da tripulação a mão-de-obra de homens adultos vizinhos, nas saídas periódicas para a captura do mapará, dourada, pescada e outras espécies encontradas tanto no rio Amazonas quanto no Lago Grande do Curuai ou da Franca, outro nome com o qual também costumam chamá-lo. Na comunidade de Ipaupixuna Menino Deus, formada por 68 famílias, com 10 km de cumprimento e cerca de

2.000 metros de fundo até o Lago Grande da Franca, ou Curuai, conversamos sobre a produção da juta, que precedeu a pesca como *cash-crop* em toda a várzea do baixo Amazonas. Nosso informante, um pescador com mais de sessenta anos, trabalhou na juta ainda jovem e disse que esse tipo de cultivo "fracassou" nos anos de 1970. O cultivo da juta era feito em toda Costa de Baixo até a cidade de Óbidos. Lembrava-se que o ciclo era de julho, época do plantio, até a colheita, que começava em março e se estendia até maio.

A substituição da juta pela pesca: um tempo de maior liberdade

De acordo com os comentários dos moradores, na época da juta cada um fazia o plantio conforme o "tamanho do terreno e a força (de trabalho familiar) do companheiro". O terreno do casal de avós, que entrevistamos, mede 165 metros de frente, havendo alguns "maiores um pouquinho e outros bem pequenos". Contudo, de fundo quase todos medem a mesma coisa, de 1.500 a 2.000 metros até o lago. Sobre o uso da força de trabalho familiar e o tamanho da família, considerado como condição necessária para o aumento da produção, disseram que no plantio havia até certa facilidade de encontrar mão-de-obra disponível formada pelas unidades familiares que possuíam pouca terra e podiam assim ser incorporadas, através de alguma forma remuneração, aos grupos que inversamente tinham mais terra do que membros da família em idade produtiva. Essa diferenciação interna, contudo, também não permitia um aumento na produção da juta, tendo em vista que na colheita, com a subida das águas, toda mão-de-obra familiar estava ocupada integralmente na mesma tarefa nos respectivos lotes familiares, para evitar algum tipo de perda da produção atingida pela cheia. De acordo com o depoimento acima: "naquela época todo mundo era aperreado, e pra gente achar as pessoas pra trabalhar era mais difícil". Atualmente, na atividade pesqueira, a mão-de-obra local formada por homens adultos torna-se mais facilmente reunida para a pesca nos lagos e rios, principalmente se levarmos em conta que numa comunidade somente uma a duas famílias possuem embarcação de pesca e podem contratar o trabalho por produção dos vizinhos. De certa forma, na várzea do baixo Amazonas todos os ribeirinhos têm acesso à terra, seja grande ou pequeno o lote familiar, porém, na pescaria comercial para a venda nos frigoríficos e/ou mercados pesqueiros, apenas aqueles que acumularam mais e adquiriram embarcação a motor, recipiente para armazenar o peixe no período de captura nos lagos e rios e recursos para as despesas com combustível, arreios de pesca, gelo e alimentação podem desenvolver essa atividade econômica, sendo que as demais famílias a ela se incorporam por meio da força de trabalho dos homens adultos, casados ou solteiros, que recebem uma remuneração, destinando parte ao sustento da família. No caso da comuni-

dade de Ipaupixuna, é bem verdade que a bajara e os apetrechos de pesca foram financiados através do FNO, que vem sendo pago em 56 parcelas de R$ 223,60, já havendo passado dois anos do financiamento. Portanto, levando em conta que na comunidade de Santa Rita a atividade pesqueira era desenvolvida pelo casal "dono da bajara" com filhos homens adultos, que já haviam constituído novas famílias, morando no lote familiar, podemos supor que na pesca como *cash-crop,* a trajetória e o ciclo de vida do grupo doméstico extenso, assim como o tamanho e a composição da família são considerados um cálculo estratégico para assumir novos investimentos que exigem pagamento em dinheiro.

Na visão do casal entrevistado em Ipaupixuna, que possuía uma *bajara* juntamente com os filhos homens já casados, no tempo da juta dependiam inteiramente do fornecimento do patrão. Ele comprava a produção e financiava as mercadorias, que eram anotadas num caderno do qual "tiravam a conta" no período da colheita. Dificilmente conseguiam saldo positivo e acabavam imobilizados pelas dívidas acumuladas para o próximo ciclo produtivo. É verdade que na pesca esse casal e os filhos também recebem adiantado o dinheiro para pagar por produção ao pescador ou ainda para outros custos, como a compra de alimentação e apetrechos de pesca, fornecidos pelo frigorífico onde vendem o pescado. Contudo, o endividamento é só no início da safra de alguns pescados, sendo pago com a captura de toneladas nos rios e lagos. Desse modo, para os ribeirinhos, incluindo os embarcados que recebem por produção, a pesca em relação à juta representa "um tempo de maior liberdade", como disseram durante o depoimento.

Nessa comunidade em que a pesca é representada como uma atividade "liberta" comparativamente ao tempo da juta, sustentada por uma rede de patronagem que incluía membros da própria comunidade, os informantes expressaram uma preocupação com a existência de muitos fazendeiros nos fundos da comunidade que dá para o Lago Grande do Curuai ou Franca, em função da criação extensiva de búfalo.

Diferenciação interna do campesinato ribeirinho

A literatura sobre estudos de campesinato tem indicado o desenvolvimento de atividades comerciais em pequena escala entre as próprias unidades familiares, como resultado de um tipo de acumulação que as diferencia entre si a partir de estratégias que combinam a produção de determinado *cash-crop* ao tamanho e ciclo de vida do grupo doméstico. No caso dessas comunidades de várzea, como Ipaupixuna e Santa Rita, observamos que as famílias extensas, que possuíam uma embarcação pesqueira, associavam a exploração da pesca com a venda fiado de produtos de subsistência para familiares e vizinhos. É interessante observar que a diferenciação entre a agricultura e a pesca como *cash-crop*, estabelece uma distinção entre os grupos domésticos entrevistados na comunidade de Ipaupixuna Meni-

no Deus. O desenvolvimento da atividade pesqueira pelos grupos familiares, com a finalidade de comercialização, depende da possibilidade de adquirir uma embarcação a motor e comprar os apetrechos necessários à pesca nos rios e lagos da região. Para essas famílias, o plantio de lavouras temporárias é feito apenas nos canteiros cultivados, principalmente pelas mulheres, para consumo imediato da casa. Já no caso dos grupos domésticos em que a pescaria é feita apenas para o consumo diário do peixe, e/ou constitui um trabalho de homens e rapazes embarcados que ganham por produção, a agricultura serve não só para o consumo da casa, mas também é em parte destinada à comercialização nas feiras e mercados das cidades de Óbidos, Alenquer e Santarém.

Contudo, pode-se perceber pelo ciclo de vida da família que se dedica à pesca, como *cash-crop,* laços de cooperação entre pais, filhos e irmãos, numa rede de relações socioeconômicas que permite maior acumulação e diferenciação dos outros grupos domésticos. Deve-se ainda registrar, sobre a comunidade vizinha de Santa Rita, que no caso da família considerada "dona da pescaria", o criatório de gado representava uma espécie de poupança, na qual investiram o rendimento da pesca. Atualmente, conforme entrevista, passaram de modo inverso a lançar mão da venda do gado para financiar as atividades pesqueiras. Tal inversão costuma sinalizar para eles a existência de uma crise na atividade pesqueira, que ciclicamente exige no-

■ **FIGURA 4** – Bajara com pescadores na travessia do Amazonas, 2003.

vos investimentos sem, contudo, possibilitar a acumulação correspondente feita no criatório bovino. Ainda sobre a comunidade de Ipaupixuna, ao que tudo indica pela entrevista, diversamente do caso de Santa Rita, a família extensa dependia mais do financiamento, tanto para a compra da bajara e dos apetrechos, feita por meio do FNO, quanto para as próprias "despesas" da pescaria, financiadas pelo frigorífico no qual vendiam a produção pesqueira semanal.

Comunidades agrícolas e pesqueiras: o município de Alenquer

Passemos para os dados coligidos durante "o mapeamento (como reconhecimento ainda incompleto) da diversidade local e a construção de algumas dessas dimensões de variação" (Barth, 2000, p. 193), no caso das seguintes comunidades de várzea do município de Alenquer: Uricurituba, na beira do rio Amazonas, Atumã, no igarapé do mesmo nome, e Surubim-Mirim, dentro de um lago do mesmo nome e que se comunica por um furo com o igarapé de Atumã.

A comunidade de Atumã pertence à municipalidade de Alenquer, porém o vínculo comercial e administrativo é estabelecido com a cidade de Santarém, eqüidistante da sede municipal de Alenquer. Os informantes calcularam em três horas até Alenquer e três horas e meia de viagem para Santarém, num motor de 13 HP. Assim, a cidade de Santarém funciona como centro comercial e administrativo para os moradores de Atumã, que mandam também seus filhos para estudar após a 5ª série – esta série pode ainda ser cursada na comunidade vizinha de Surubimirim, sendo que até a 4ª série as crianças costumam estudar em Atumã.

O gado é transportado para Alenquer no período da cheia, na transumância para as áreas próprias ou arrendadas no "planalto" ou "terra firme" – também chamada de colônia em toda essa região do baixo Amazonas.

Atumã tem cerca de dez a doze quilômetros de extensão, que compreende a comunidade de Pai Antônio, a jusante, até no sentido contrário do rio Amazonas. Da restinga, onde se localizam as moradias, para os "fundos", tem uma "faixa" de uns 1.500 metros que em alguns trechos pode ser mais larga e em outros, mais estreita. A comunidade de Atumã faz também divisa com grandes fazendas de criadores de gado "branco" (ou bovino) e búfalo. Os moradores de Atumã se dizem "afetados" pelo crescimento do criatório de gado búfalo, que destrói a vegetação aquática durante o período da cheia nas margens de lagos ou rios e prejudica esse pesqueiro natural utilizado como fonte de subsistência e meio de produção. Na entrevista mencionaram as fazendas do Serrão, Marajá e Pacopu, todas consideradas grandes áreas de criação que afetam não só os moradores de Atumã, mas outras comunidades próximas, como a de Uricurituba, que têm se queixado muito desse tipo de destruição que reduz a quantidade disponível de pescado.

■ **FIGURA 5** – Criação de búfalo na várzea de Alenquer, 2003.

No Atumã dizem que a agricultura é pouca, só para subsistência, "cada casa planta hortaliças para manutenção, cebola, coentro, couve, tomate, chicória, tudo bem pouco". Não são todas as famílias que criam gado, numa base de trinta e poucas reses por grupo doméstico, que totalizam cerca de trezentas cabeças criadas soltas nos campos durante a estiagem. A atividade considerada mais importante é a pescaria. "Nossa safra aqui é o piracuí; a gente trabalha no piracuí", que é uma farinha feita do peixe acari. "A safra dele é mais em setembro, outubro, novembro, conforme a vazante". Essa iguaria feita de peixe seco nos foi oferecida durante a visita à casa de um pescador que reuniu várias famílias. A farinha estando "bem sequinha dá de um ano para outro".

A venda do pescado é feita, em parte, para os barcos pesqueiros que visitam a comunidade de Atumã. Quando o pescador tem um "isopor" para armazenar o produto, ele próprio o leva para o porto de Santarém, com um barco de linha. As espécies de peixe mais citadas foram: curimatã, mapará, acari, tucunaré, pirapitinga, traíra, pacu, tambaqui e surubim; "tudo vende". A quantidade é de cem quilos para cima, o máximo é de 300 quilos, porque os barcos são pequenos para tonelagens maiores. Na cidade de Santarém vendem também o pescado no Mercadão 2000 e no Tablado – uma feira de pescado na frente da cidade, controlada pela Prefeitura, com 80 bancas coordenadas pela Colônia de Pescadores Z-20 (Ribeiro e Apel, 2004, p. 28).

Para ter acesso livre aos lagos que se formam no Atumã é preciso ser morador da comunidade. No período da cheia "fica aberto para todo mundo, já que em todo canto vara", mas na seca fica "mais no controle da comunidade. Estabelecemos um acordo para a manutenção dos lagos, evitando a invasão de pescadores de fora, que entram com muito isopor, ou de geleira. Aí a gente conversa com eles que, graças a Deus, entendem muito bem nossas razões e voltam atrás". Disseram ainda que a comunidade de Atumã tem um lago de preservação, o Uauaca. Nessa safra do mapará fizeram acordo com uma geleira de fora da comunidade, por meio do qual os moradores de Atumã pescam e vendem a produção para o "dono da geleira".

O Sr. Édson reuniu os vizinhos em sua casa para um encontro com os pesquisadores do ProVárzea. Ele possui uma "mercearia", isto é, um cômodo com prateleiras onde ficam expostas mercadorias de uso doméstico e gêneros alimentícios, construído na parte externa, antes da varanda da casa, por onde entramos através de uma ponte de madeira que dá acesso à casa, erguida cerca de quatro metros acima do chão para proteger da cheia do rio. A embarcação a motor no porto da casa não era uma *bajara*, como observamos no caso das comunidades de várzea de Óbidos, e na entrevista os moradores também não mencionaram nenhum tipo de financiamento para desenvolver as atividades pesqueiras.

Ao comparar o modo como vivem em Atumã com a dos moradores das comunidades próximas de Surubimirim, Mato Grosso e Pai Antônio, os primeiros distinguem-se pelo empenho maior na atividade pesqueira, enquanto os demais desenvolvem principalmente a agricultura. "Aqui a maioria vive da pesca, nossa atividade principal é pescaria. No Surubimirim, Mato Grosso e Pai Antônio eles também pescam, mas o trabalho deles, o ramo deles é mais agricultura".

A diferenciação que fazem entre comunidades agrícolas e pesqueiras pode ser explicada pela variação ecológica entre várzea baixa, como no caso de Atumã, e várzea alta, que compreende as demais comunidades vizinhas tomadas por referência.

Os critérios de pertencimento em Uricurituba

O acesso à Uricurituba foi feito por barco pelo rio Amazonas. A comunidade está localizada entre a boca do Atumã-Mirim e a boca do Arapiri. Os entrevistados contabilizaram 48 famílias, havendo um acréscimo de 15 famílias em relação ao censo realizado pelo projeto Iara, em agosto de 1997, portanto, seis anos antes da nossa viagem. Observa-se, assim, um relativo equilíbrio demográfico, necessário para a exploração de nichos ecológicos, como no caso da várzea do Amazonas. O número de habitantes que era de 178, em 1997, passou a ser estimado em 210 (125 adultos e 85 crianças até quatorze anos) no ano de 2003. A Colônia de Pescadores Z-28 tem um representante nessa comunidade, assim como em Atumã. As nossas visitas, aliás, foram agendadas pelos dirigentes da Colônia.

Uricurituba está situada na margem direita do rio Amazonas. Até a sede municipal de Alenquer são duas horas de barco, em motor de 9 HP. Para os moradores de Uricurituba, a cidade de Alenquer funciona como centro comercial e administrativo. Segundo os entrevistados, a comunidade tem 8 km de frente e 500 metros de fundo.

Em Uricurituba, cada família tem um lote de terra, com "escritura dada pela prefeitura". Os lotes são de herança e também comprados dos próprios parentes, que saem da várzea para tentar a vida na cidade ou na "colônia". De acordo com um dos moradores entrevistados, natural de Uricurituba, o pai dele também nasceu ali, em 1906. Disseram que não há muitas famílias novas chegando. Todos são "filhos da comunidade mesmo. Eles se casam e ficam morando aqui". Isso pode explicar o relativo equilíbrio demográfico, levando em conta o crescimento estimado em 22 habitantes desde 1997, portanto transcorridos seis anos da visita do projeto Iara. Tal crescimento também pode ser atribuído à trajetória de vida dos grupos domésticos, com o casamento dos filhos e nascimento dos netos. A transumância periódica do gado entre a várzea e a terra firme parece corresponder à movimentação de entrada e saída dos moradores no inverno e verão amazônico.

Ainda no relatório do projeto Iara foram citados vários pecuaristas, como José Cardoso, Xavier, Marquinhos e Rui Siqueira, que criam búfalos. Eles possuíam um total de 2.000 cabeças de gado branco, 800 cabeças de búfalos e 100 cavalos no ano de 1997. Ao ler esse trecho do relatório para os moradores da comunidade, reunidos conosco no prédio da escola, ouvimos o comentário de que os pecuaristas citados não são moradores da comunidade, vieram "de fora", residem na cidade e compraram áreas de moradores daqui. No terreno deles ficam os "encarregados" tomando conta.

O maior problema de sustentabilidade na várzea de Uricurituba, segundo os próprios moradores, é a criação de gado búfalo. "O búfalo dá muito prejuízo para a gente, principalmente para nós, pescadores. Ele espanta o peixe e destrói nossas redes de pesca". Disseram ainda que os criadores não fazem a transumância adequada no caso do búfalo, que nem bem começa a terra "sair" depois do período das chuvas, os fazendeiros trazem de volta os búfalos da terra firme para a várzea, onde eles revolvem as margens de lagos e igarapés e destroem a vegetação aquática que alimenta e serve de refúgio para várias espécies de peixes. "Tudo isso é prejuízo para gente que só vive mais da pesca mesmo". Além disso, disseram que os fazendeiros controlam a "boca" de alguns lagos de pesca, que consideram como marco inicial de suas "propriedades".

Ao final da entrevista, os moradores de Uricurituba voltaram a falar sobre as dificuldades que encontram na reprodução das condições de trabalho e manutenção na várzea do Amazonas, em comparação com a comunidade vizinha de Atumã, que havia sido visitada pelos pesquisadores dois dias antes. Eles consideram que em Uricurituba o problema maior é a destruição ambiental promovida pelo gado búfalo e o controle de lagos e igarapés pelos fazendeiros e seus empregados, que inibem a entrada e o uso desses recur-

sos naturais renováveis pelos moradores ribeirinhos. Já em Atumã, do ponto de vista deles, a maior dificuldade dos moradores dessa comunidade vizinha é a "invasão" nos lagos e igarapés, como o Atumã-Mirim, por "pescadores de fora" e geleiras que promovem a pesca do "arrastão", apesar de reconhecerem que isso, em parte, também ocorre na área deles.

Outro pesqueiro, antes utilizado pelos moradores, encontra-se situado nas áreas que atualmente fazem parte da fazenda do Sr. José Cardoso, considerado o maior fazendeiro e criador de gado em Uricurituba. Segundo o depoimento, o fazendeiro "derrubou" uma área que tinha cerca de mil metros de fruteiras, um lugar onde os peixes se abrigavam e viviam, e no qual costumavam pescar. O fazendeiro fizera a derrubada com o objetivo de plantar capim para o gado. Os moradores disseram também ter ouvido falar que "o fazendeiro pediu permissão ao Ibama para derrubar mais de 2.000 ha de mata, mas a gente acha que não, porque o Ibama não ia permitir isso".

Desse modo, o cercamento dos lagos, o criatório de búfalos e os desmatamentos são considerados os principais fatores que dificultam a reprodução das condições de trabalho e manutenção dos moradores de Uricurituba, na várzea do Amazonas.

Produção camponesa e divisão sexual do trabalho: a exceção que confirma a regra

Os moradores de Uricurituba seguem o padrão cultural dos ribeirinhos da várzea do Amazonas, que plantam "lavouras ligeiras" no período de verão, como a melancia, o jerimum e o feijão, todas destinadas ao consumo familiar. O produto que mais comercializam, segundo depoimentos, é o feijão, que vendem em sacas de 50 kg, e transportam juntamente com a melancia para os compradores, chamados localmente de "marreteiros", na cidade de Alenquer. Em 2003, a maioria dos moradores em Uricurituba passou a plantar juta, por meio de financiamento bancário.

Entre os grupos domésticos entrevistados em Uricurituba, gostaríamos de destacar o caso do casal Nelson Ribeiro Campos e Antônia Simões Campos. Eles têm dois filhos, de onze e nove anos. Quando perguntamos ao casal se moravam com parentes, os pais ou os sogros, o marido respondeu-nos o seguinte: "eu moro com minha família (esposa e filhos) na minha casa". O terreno que tinha sido herdado dos pais, ele dividia com um irmão, sendo que a área da casa tem 15 metros de frente e 500 metros de fundo. Os outros irmãos saíram da várzea para morar em Alenquer e Manaus. Ele disse, ainda, que costuma plantar roça nessa área de várzea.

Entretanto ele reconheceu que na pescaria a esposa ajudava muito. Então D. Antônia nos disse que "na pescaria não gosto de ir com piloto (isto é, subordinada a alguém que conduz a embarcação e a própria pescaria) porque se eu me aborrecer é só comigo mesma, aí pesca só eu".

■ **FIGURA 6** – Volta da pescaria. Uricurituba, 2003.

D. Antônia pesca e vende próximo à casa da mãe dela, que fica situada mais abaixo. Segundo o seu depoimento: "eu mesma falo a verdade, eu pesco não é aqui por perto. Eu vou lá pra casa da minha mãe, por que pra lá se torna mais fácil pra mim. É uma dificuldade grande que eu tenho (ficar longe de casa), mas mesmo assim eu tenho vontade de ajudar ele (o marido), sabe? Porque só o que ele ganha não dá. Quer dizer, o pouco dá e o muito também dá, né? Mas eu fico com pena dele, só ele pra trabalhar no sustento da família. Aí eu vou lá com a minha mãe, que fica mais perto da pescaria, né?" D. Antônia, que se autodefine como uma mulher pescadora, contou-nos como faz ela própria a pescaria, que do seu ponto de vista parece causar certa censura pública em virtude da inversão de papéis, masculino e feminino, convencionalmente estabelecidos nessas comunidades de várzea do baixo Amazonas.

Financiamento da juta como estratégia para cultivo de lavouras ligeiras

A comunidade de Surubi-Mirim (Surubi-Mirim de Cima, como definem seus moradores), localiza-se a cerca de duas horas e meia da sede municipal de Alenquer e a três horas da sede do município de Santarém (considerando, nas duas viagens, a utilização de um barco com motor de

33 HP). Ambas as sedes constituem o destino da maior parte dos moradores da comunidade, sendo que a de Alenquer é mais usada para tratar de assuntos administrativos pelos associados da Colônia Z-28 e do Sindicato de Trabalhadores Rurais, assim como assistência à saúde, escola e recebimento de aposentadorias.

Santarém é o destino mais utilizado por aqueles que vão vender seus produtos, como pescado, feijão, milho, melancia, e também para comprar gêneros de primeira necessidade, tendo como referência o mercado de peixe em Santarém, chamado Tablado, e o Mercadão 2000. A comunidade dimensiona a área que ocupa em aproximadamente 4 km de frente para o lago e 4 km de fundo, sendo que cada lote familiar possui dimensões variadas. A história da comunidade encontra-se vinculada à construção de sua capela, que, segundo os moradores mais velhos, teve início há mais de quatro gerações, tomando-se como referência o final do século XIX, quando as primeiras famílias se estabeleceram na região. A capela, reconhecida como a primeira erguida nessa região de várzea do município de Alenquer, é consagrada ao Espírito Santo, festejado anualmente entre os dias 8 e 14 de setembro.

A comunidade de Surubi-Mirim fica em área considerada de restinga, com parte localizada em várzea alta e muito igapó. De fato, no período da nossa visita, em abril, quase ao final do inverno amazônico – a cheia em Surubi-Mirim vai de janeiro a maio –, tivemos que caminhar por terrenos muito alagadiços, com alguns trechos cobertos de água. Ao lado do prédio da escola, construído bem acima do chão, entre os quintais de várias casas, observamos as fibras de juta penduradas em varais para secagem.

Sobre o plantio de juta, disseram que 15 famílias da comunidade tinham tomado crédito bancário. De acordo com a estimativa que fizeram entre o plantio da juta e a sua colheita, há um gasto de aproximadamente R$ 1.000,00, incluído o uso de 10 kg de sementes. Nesse caso, consideram que o plantio de um hectare de juta pode produzir até duas toneladas da fibra, que, vendidas a R$ 0,50 o quilo, dará uma renda calculada em R$ 1.000,00. Assim, receita e despesa se igualam. Na estimativa que fizeram, para a obtenção de lucro com o plantio da juta teriam que produzir cerca de quatro toneladas da fibra, o que passaria a exigir um sobreesforço familiar, considerado em parte desvantajoso, segundo a expressão utilizada por eles: "a juta é muito trabalho e nada de lucro". Contudo, financiar sua produção parece ser uma estratégia comum a várias famílias na abertura de novas áreas de mata para o plantio de feijão. Essa interpretação que ouvimos de moradores no Atumã, sobre o plantio de juta na comunidade vizinha, pode ser comprovada por evidências etnográficas na visita que fizemos à comunidade de Surubi-Mirim.

Por fim, gostaríamos de registrar que os moradores de Surubi-Mirim, de acordo com seus pontos de vista, distinguem-se das comunidades vizinhas de Atumã e Uricurituba por se dedicarem mais ao plantio de lavouras, principalmente o feijão. As condições de vida dos moradores de Surubi-

Mirim foram por eles diretamente relacionadas com a capacidade de produção das unidades familiares, o que depende da trajetória do grupo doméstico e do número de membros da família em idade de trabalhar na agricultura e na pescaria. É interessante registrar que o tamanho da terra não foi diretamente incluído como fator de diferenciação interna desse campesinato, que alcança um *optimum* de produção familiar a partir do manejo sustentável dos recursos naturais renováveis (vide, figura 7).

Modelo 1
Pesca: principal produção para venda. "Dono de motor" com tripulação de moradores vizinhos "embarcados". Agricultura: principalmente para auto-consumo. Prevalência de financiados. Criatório de gado e animais domésticos. Alguns são donos de venda na comunidade.

Modelo 2
Pesca: principalmente para auto-consumo. Agricultura: principal produção para venda. Embarcação: canoa. Maior dependência de aposentadoria. Criação de animais domésticos e algumas cabeças de gado.

Modelo 2.1
Filhos solteiros trabalham na pesca como "embarcados". Prevalência do celibato.

Modelo 3
Marido trabalha na pesca como "embarcado". Esposa se dedica à agricultura. Produção agrícola em parceria com vizinhos.

Modelo 4
Pesca individual para venda. Agricultura para venda e auto-consumo. Embarcação: canoa. Criação de animais domésticos e algumas cabeças de gado.

■ **FIGURA 7** – Modelo de diferenciação interna do campesinato ribeirinho no baixo Amazonas.

Ambientes de várzea e terra firme: diversidade local e variação entre as comunidades ribeirinhas do Lago Grande do Curuai, município de Santarém

Faremos a descrição das comunidades do Lago Grande do Curuai que pertencem ao município de Santarém, a partir de depoimentos dos próprios atores sociais, identificando suas atividades e redes, seguindo, em parte, os volteios do lago. O fluxo permanente dos moradores que se encontram freqüentemente na Vila Curuai – uma povoação com acesso à Translago,

estrada que liga Santarém a Juriti, intransitável nos períodos de cheia e ainda considerada em más condições de circulação – quanto às visões que as pessoas têm do passado, indicam a existência de redes sociais sobrepostas, com fronteiras que se cruzam e são delimitadas igualmente pela ação de agências governamentais e organizações representativas de pescadores e trabalhadores rurais ribeirinhos.

As relações que se estabelecem entre os moradores das comunidades situadas no Lago Grande do Curuai, conforme pudemos observar, parecem mediadas por processos de negociação coletiva e forças de mercado que impulsionam o sobreesforço de pesca nessa unidade ecológica de grande escala, que abrange os municípios de Juriti, Óbidos e Santarém – os dois últimos visitados durante a pesquisa de campo em abril de 2003.

A origem comum presumida das comunidades do Lago Grande do Curuai, pertencentes a Santarém, é a revolta da Cabanagem, como dizem, definida historicamente como movimento de caráter político e popular que aconteceu na província do Grão-Pará, em 1835 e 1836, com agitações e revoltas populares locais até 1840. Os moradores de Ajamuri, por exemplo, atribuem o nome da comunidade a um influente "chefe daqui" chamado Morim, que fugira com a família da região do Tapajós, contrário que era ao movimento dos Cabanos. Quando a revolta chegou ao Lago Grande, o povo gritava para ele: *aja Morim, aja Morim,* que, ao invés de tomar providências, não resistiu à ação dos Cabanos na região do Curuai. O terreno que ocupou, cercado de mato na curva do rio, e que ficou conhecido localmente como cabeceira do Ajamorim, pertence à comunidade de Ajamuri. Porém, o jogo de palavras estabelecido pelo trocadilho remete ao significado local da Cabanagem, como movimento insurrecional que, ao destituir alguns personagens de influência e poder, parece confirmar a imagem que os moradores fazem das comunidades ribeirinhas como totalidades delimitadas, autônomas e auto-suficientes – uma "visão cativante, agradavelmente romântica e adequadamente democrática, apesar de uma enchente de dados etnográficos renitentes", como diria Geertz (1991, p. 66/67).

A comunidade de Ajamuri tem 3 km de frente e 5 km de fundo, até a Translago. Os moradores contabilizaram 93 casas e 97 famílias na comunidade, situada na margem direita do lago. Os deslocamentos para a cidade de Santarém são feitos de barco de linha, sendo o trajeto calculado em três horas de viagem em uma embarcação a motor de 50 HP. Cada família ocupa um lote pelo qual paga o Imposto Territorial Rural ao Incra. A terra é considerada de "posse" e os lotes variam de tamanho, conforme dissera um informante "o meu (lote) tem 400 metros de frente e 500 metros de fundo". O local em que nos reunimos para a entrevista é chamado de "centro" da comunidade, onde fica a escola, o posto de saúde, o "barracão comunitário", o motor de luz e um telefone público. Os moradores estão ainda organizados na Ampra – Associação de Moradores e Produtores Rurais de Ajamuri. A comunidade de Ajamuri fica situada às margens do Lago Grande, e na direção oposta ficam os chamados "campos da natureza", considerados áreas

comuns, utilizados para criatório de gado bovino. Durante a entrevista, queixaram-se que grande parte dos "campos da natureza" foram demarcados com a passagem de uma equipe de agrimensura pelo local, na ocasião do trabalho de abertura do traçado da rodovia Translago. Algumas pessoas "mais espertas", segundo os informantes, pagaram para delimitar seus lotes às custas dos "campos da natureza", considerados área comum da comunidade. Na opinião dos moradores, Ajamuri era terra devoluta da União, a qual foram ocupando como posse familiar e subdividindo em lotes a partir do crescimento dos grupos domésticos.

Na comunidade do Ajamuri, mencionaram o estabelecimento recente de um acordo entre os moradores de pescar apenas "para manutenção" no "poço" de Santa Cruz, situado atrás da comunidade, sem malhadeira, só com "tarrafa". Também durante a entrevista um dos moradores disse que na pescaria "eu trabalho mais patronado", referindo-se ao apoio material oferecido pelo dono da embarcação em troca do monopólio da comercialização do pescado, por ele capturado, pela metade do valor de mercado.

Outra comunidade situada no chamado Médio Lago do Curuai é Santa Helena. Parte dela é terra firme, porém, como no Ajamuri, a frente fica na beira do lago. Comparativamente a outras comunidades de várzea do Curuai, como Cativo, os moradores disseram que, no caso da localização deles, o terreno não vai ao fundo, assim podem plantar uma árvore que ela permanece descoberta no período das chuvas, enquanto os ribeirinhos, moradores na várzea do Lago Grande, têm suas lavouras submersas durante todo o inverno, só resistindo as de ciclo curto. Também o funcionamento da escola é diferenciado nas comunidades situadas nessa parte do lago e nas áreas inundáveis de várzea. Enquanto em Santa Helena e Ajamuri o período escolar segue o das comunidades de "terra firme" e o da cidade de Santarém, no Cativo, como na várzea em geral, a escola dá férias de três meses consecutivos durante o inverno, por causa da dificuldade de locomoção de professores e alunos. Outro fator apontado pelos moradores de Santa Helena, que se assemelha às condições de vida no Ajamuri e o diferencia das comunidades de várzea como Cativo, está na não obrigatoriedade de realizar a transumância do gado no período do verão e do inverno amazônico. Além disso, a combinação de ambientes de várzea e terra firme permite uma exploração diferenciada por meio do plantio de raízes, como a mandioca, usada no fabrico da farinha. Esse é o caso da comunidade de Itacomini, bem como de outras comunidades ribeirinhas que visitamos no Lago Grande do Curuai, que não dependem inteiramente da compra da farinha de mandioca, em parte armazenada, considerada um item de consumo básico na composição da dieta familiar, que associa o peixe com a farinha em toda essa região ribeirinha do baixo Amazonas.

Sobre a diversidade local entre ambientes de várzea e terra firme, no caso do Lago Grande do Curuai, ela pode constituir uma variação entre as próprias comunidades ribeirinhas. Distintamente das outras visitadas, a comunidade de Cativo fica situada na várzea do Lago Grande do Curuai. As enchentes são

consideradas de tal modo constantes que nem o "barracão" construído para abrigar o santo padroeiro, São Sebastião, resistiu à subida das águas.

No entanto, as comunidades ribeirinhas do Lago Grande do Curuai, independentemente da variação entre áreas de várzea e terra firme que se observa, convergem quando o assunto é a pesca. A maioria dos moradores das comunidades ribeirinhas do Curuai se identifica como pescadores e participa do Conselho de Pesca para garantir o manejo sustentável dos recursos naturais renováveis nessa unidade ecológica de grande escala, ameaçados por práticas pesqueiras consideradas predatórias e pelo sobreesforço de pesca.

Criação de gado na várzea e a sustentabilidade: o caso da comunidade de Cativo

A comunidade de Cativo fica localizada na margem direita do Lago Grande do Curuai, no município de Santarém. No entanto a cidade de referência para a venda do pescado e compra de bens de necessidade é Óbidos, enquanto Santarém é considerado o centro administrativo.

A comunidade, em passado recente, fez muito plantio de juta. Atualmente não conseguem desenvolver plantios de "lavoura ligeira", nem de milho para criação. Os moradores disseram que ninguém pode plantar, porque eles não têm recursos para proteger as áreas de plantio com cercas e hoje "todo mundo cria gado na comunidade".

No Cativo foram calculadas mais de mil e quinhentas cabeças de animais, entre gado branco, búfalo e cavalo. Na "criação miúda" há pessoas que possuem mais de quarenta "bicos", uns cinqüenta, entre galinhas e patos. O criatório é basicamente de gado branco, mas tem cerca de trezentas cabeças de búfalo. Os moradores disseram que a criação intensiva de gado prejudica muito a reprodução das condições de vida na várzea do Lago Grande do Curuai. Por isso, o Ministério Público de Santarém ia promover uma reunião entre os moradores da comunidade e um grande criador da Fazenda São João, localizada nas proximidades de Cativo, visando à celebração de um Termo de Ajuste de Conduta. A assinatura desse Termo seria extensiva às comunidades de várzea do Lago Grande do Curuai, como o Torrão do Papa-Terra, entre outras. O objetivo é fixar um período para a transumância do gado para a "terra firme". Nesse momento da entrevista, um representante da Colônia Z-20 pediu a palavra para fazer um esclarecimento. A transumância do gado não era o único ajuste de conduta necessário, porque as próprias áreas de várzea tinham limites físicos à expansão ilimitada do criatório de gado. Segundo questionou na ocasião, como podem os ribeirinhos colocar 1.800 cabeças de gado nos campos naturais da várzea? No levantamento que realizara com outros companheiros no Lago Grande do Curuai, puderam constatar que é "o próprio fazendeiro que oferece aos comunitários animais em sociedade". O ribeirinho não tem a mínima condição de abrigar essas reses, provocando um "encharcamento

de animais dentro da comunidade", em prejuízo da maioria dos moradores que vivem principalmente da pesca e foram também premidos a desenvolver o criatório pela impossibilidade de plantar.

A região do Lago Grande do Curuai, considerada como um rico pesqueiro, atualmente está, no dizer dos ribeirinhos, "devastada". O criatório realizado sem manejo adequado, associado ao sobreesforço de pesca, tem causado uma redução drástica dos estoques disponíveis. Tanto assim que na região do Lago Grande do Curuai foi formado um Conselho de Pesca, cujo objetivo é a celebração de um Acordo de Pesca envolvendo os pescadores dos municípios de Santarém, Juruti e Óbidos. Contudo, os ribeirinhos do Lago Grande queixaram-se que o Conselho de Pesca, com a participação de órgãos públicos, inclusive do Ibama e da Procuradoria da República de Santarém, não consegue fiscalizar adequadamente o manejo indevido e a pesca predatória no lago. No tempo que os próprios comunitários se organizavam para "fazer justiça com as próprias mãos", segundo eles o controle dos abusos praticados por geleiras e bajaras era mais eficaz. O representante da Colônia, presente na situação de entrevista, passou a explicar que os ribeirinhos estavam inconformados com a atuação do Conselho de Pesca, porque "anteriormente as próprias comunidades do Lago Grande faziam o trabalho de fiscalização e o pessoal de fora respeitava". Na opinião dele, em razão desse tipo de fiscalização não ter amparo legal – "quebrar geleira, jogar o gelo do pescador fora e queimar os arreios é crime" –, passaram a discutir dentro da região um Acordo de Pesca a ser promovido pelo Conselho que formaram no Lago Grande do Curuai. Ainda de acordo com o depoimento, "os agentes ambientais dentro da região, que funcionam como braço direito do Ibama, onde recebem treinamento e capacitação," têm reclamado junto à Colônia de Pescadores sobre o descaso e a falta de apoio das autoridades às atividades que realizam de fiscalização e controle ambiental. Os chamados "agentes ambientais" foram escolhidos entre os próprios membros das comunidades ribeirinhas e cumprem uma espécie de mandato em nome delas. O trabalho voluntário que realizam depende de recursos da comunidade ribeirinha ou deles próprios, sem que os órgãos públicos disponibilizem os meios necessários para o cumprimento da tarefa. Desse modo, após se dedicarem ao exercício do controle e vigilância, arcando com todos os gastos necessários em locomoção, e até de se indisporem pessoalmente com os infratores durante a fiscalização, infelizmente, quando entregam o auto de constatação às autoridades em Santarém, o processo acaba engavetado e ninguém é punido, o que os desautoriza também diante das comunidades. Por conta disso, consideram que, apesar da maior organização e institucionalização do processo de controle e manejo dos recursos naturais renováveis na região do Lago Grande do Curuai, o resultado não corresponde ao esforço de organização e participação dos ribeirinhos. Ao final da entrevista disseram que "esse é o retrato falado da nossa região do Lago Grande do Curuai".

Instrumentos de Intervenção do Poder Público: As Comunidades Remanescentes de Quilombos

Ainda na situação de trabalho de campo, em entrevista com um membro do Ministério Público Federal na cidade de Santarém, tomamos conhecimento que o MPF participa de um grupo de trabalho juntamente com o Ibama/ProVárzea, Ipam, Colônia de Pescadores Z-20 e Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Santarém –Semab –, em convênio com a Gerência Regional de Patrimônio da União no Pará e no Amapá – GRPU. O grupo foi constituído para tratar da questão das áreas de várzea, consideradas terras da União.

A primeira experiência de intervenção do Ministério Público foi na comunidade de Saracura, em 1998, no município de Santarém. "Naquela ocasião discutimos a presença do búfalo na região de várzea. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária sempre estimulou a criação de búfalos, porém, pela quantidade de denúncias encaminhadas ao Ministério Público, em Santarém, e os conflitos decorrentes, chegamos a pensar numa forma de tirar os búfalos das áreas de várzea. A Embrapa propôs maneiras de conciliar a criação de búfalo com a agricultura e a pesca. Após várias reuniões, elaboramos um instrumento que poderia diminuir e minimizar os problemas, que é o Termo de Ajuste de Conduta, previsto em legislação específica. No Termo de Ajuste de Conduta fica estabelecida uma data para a retirada e retorno do gado, como também os cuidados necessários com o pastoreio para evitar a aproximação do gado búfalo das comunidades e das áreas de plantio".

Além do Termo de Ajuste de Conduta, que tem servido de instrumento para mediar os conflitos relacionados à criação de búfalo em áreas de várzea, o MPF é chamado para intervir nas situações da "pesca predatória", quando são firmados Acordos de Pesca, como no caso do Lago Grande do Curuai ou Franca, em que há uma divergência entre as Colônias de Pescadores de Santarém, Juruti e Óbidos, sobre o uso das embarcações bajaras na pesca dentro do lago, como querem os pescadores de Óbidos. O MPF, por meio de um representante, esteve presente numa Assembléia sobre o Acordo de Pesca do Lago Grande do Curuai, que reuniu "mais de oitocentos pescadores" em Óbidos, segundo relataram.

Durante a entrevista, comentamos sobre a visita que fizemos no dia 8 de setembro de 2002 à comunidade de Arapemã, localizada no rio Tapajós, em frente à cidade de Santarém. Lá estavam reunidas mais de trinta pessoas, entre moradores do Arapemã e comunidades vizinhas de Saracura e Bom Jardim. O assunto principal do encontro era a organização de uma Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do município de Santarém. Além das três comunidades presentes, foram igualmente citadas as comunidades de Urucurituba, Surubiaçu, Cabeça de Onça e outras localizadas no Lago Grande do Curuai. No debate sobre os princípios que devem reger o estatuto da Associação, dois assuntos mereceram destaque: a preservação, conservação e uso

sustentável dos recursos naturais da várzea e a titulação das terras ocupadas pelas comunidades de várzea da região em nome da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Santarém.

No Pará, assim como em outros estados da Federação, muitos grupos sociais têm reivindicado a aplicação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT – da Constituição Federal de 1988, segundo o qual "aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é garantida a titulação definitiva". No entanto, o fato de as comunidades localizadas na várzea do Amazonas/Tapajós pleitearem o direito à propriedade da terra que ocupam, levanta algumas questões importantes sobre a propriedade e uso das áreas de várzea. A PRM de Santarém vem acompanhando o processo em que várias comunidades de várzea têm pleiteado seu reconhecimento como "remanescentes de quilombo". Em Santarém ainda não houve nenhum caso de aplicação do artigo 68 do ADCT, CF/88, porém, a título de um projeto-piloto, tem sido do mesmo modo concedido o "direito real de uso" a algumas comunidades. Nesse caso, trata-se de uma "concessão de uso coletivo" em nome de uma associação comunitária legalmente instituída, que repassa a cada ocupante o direito de posse. Esse instrumento de legitimação tem sido usado, em Santarém, principalmente como uma forma de gerir e resolver os conflitos especialmente relacionados à criação de gado búfalo, que tem ocasionado igualmente disputas pelo domínio ou posse dos terrenos de várzea.

Considerações finais: a questão da uniformização e equalização do espaço da várzea

No contexto ecológico do baixo Amazonas, a organização da produção é caracterizada por uma economia que combina agricultura e pesca na ocupação de um território de várzea, onde se encontram os recursos naturais renováveis que são utilizados. Esse sistema econômico pode combinar, além da agricultura e da pesca, a coleta, a caça, o artesanato e os saberes e técnicas que implicam nessas atividades propriamente econômicas. As operações de produção se desenrolam em um meio natural e de realidades sociais dadas. A eficácia desse sistema produtivo depende da diversidade das condições naturais sobre as quais ele se exerce, como no caso da combinação do uso dos recursos de várzea e terra firme em várias comunidades ribeirinhas no Lago Grande do Curuai. A produtividade desse sistema será a medida da relação entre o produto social e o custo social que implica, como na avaliação dos moradores de Surubi-Mirim sobre o plantio da juta, considerado um "trabalho pesado" pelo sobreesforço do trabalho familiar, mas usado como estratégia de financiamento para a abertura de novas áreas de plantio de "lavouras ligeiras", principalmente o feijão. A organização da produção se efetua nos quadros das chamadas unidades familiares de produção, isto é, da pequena exploração familiar no interior de organizações comunitárias, que utilizam o trabalho na agricultura e a pesca em

puxirum para os festejos e as atividades das associações de moradores, esportivas, clube de mães e grupos de filiação religiosa.

Nas comunidades de agricultores e pescadores, uma família vive de seus direitos de uso sobre determinado lote de terra, associando a produção para subsistência e a venda. Observa-se que parte da produção também se desenvolve fora do quadro familiar, nas situações de "patronato" entre ribeirinhos, como efeito de uma diferenciação interna entre os grupos domésticos "donos do motor" e os pescadores embarcados (ver quadro sobre modelo de diferenciação interna desse campesinato ribeirinho), ou ainda fora do quadro comunitário, dentro de organizações diferentes que dependem de agrupamentos sociais mais vastos, como no caso da indústria da pesca, com o uso de embarcações pesqueiras de médio e grande porte, chamadas geleiras, que fazem uso de um sistema de aviamento de pescadores associado por estes a uma condição de "escravidão", principalmente no caso dos pescadores urbanos de Óbidos, segundo dados do workshop. De qualquer modo, é importante destacar que esse tipo de sistema econômico, inclusive fora da esfera das relações familiares, encontra-se imerso nas relações sociais.

Sobre as regras que dizem respeito às formas de acesso à terra e ao uso dos mananciais aquáticos entre os agricultores e pescadores do baixo Amazonas, isto é, as regras de apropriação e uso dos fatores de produção, elas costumam diferir para cada tipo de atividade, como agricultura e pesca, respectivamente, pela divisão em lotes familiares e o uso comum dos lagos e mananciais aquáticos pela pequena produção familiar. Tais regras podem ainda ser ampliadas em um conjunto complexo e coerente, formado pelos Conselhos Regionais de Pesca ou os também chamados Conselhos Comunitários, que estabelecem regras para o uso comum dos recursos aquáticos para gerir conflitos, como observado no caso do Lago Grande do Curuai.

Sobre a organização do consumo, o grupo doméstico deve ser considerado como uma unidade de produção e consumo nas situações sociais analisadas. Nesses casos, o grupo doméstico precisa sustentar aqueles que ainda não produzem, como as crianças, ou não produzem mais, como os velhos e os doentes (no segundo relatório enviado ao ProVárzea apresentamos um quadro sobre a composição dos grupos domésticos estudados). Nesse tipo de economia não se pode atribuir preço ao trabalho das mulheres e dos jovens, seja em casa, seja na pesca para subsistência. Apesar de essas atividades constituírem uma realidade pertencente ao econômico, elas não costumam ser por eles categorizadas como "trabalho". Tanto a subsistência quanto o excedente passam pela reprodução das condições de trabalho e a manutenção das unidades familiares[5] e de todas as atividade-

[5] A subsistência depende dos padrões culturais, como a distinção que fazem entre o "peixe liso" e de "escama". O primeiro, considerado reimoso, não faz parte da dieta alimentar, como exemplificado pelo seguinte depoimento: "por vezes a gente passa fome, porque não é todo tipo de peixe que a gente come e eles (o marido e o filho) também pescam os que a gente não come (para vender nos frigoríficos). Ninguém escolhe pescar por profissão, pesca-se mesmo por necessidade, como meio de sobreviver".

des sociais que pressupõem a reprodução do próprio grupo, como as festas do padroeiro nas comunidades do baixo Amazonas. Nesses casos, a produção de um excedente só tem sentido nesse quadro institucional dado. Ainda sobre as formas de rateio dos frutos do trabalho, entre os diversos agentes ou fatores que contribuíram para a sua produção, Polanyi, baseado em Mauss, resume em três princípios os mecanismos de repartição: os princípios de reciprocidade, redistribuição e troca, determinados pela relação do econômico e do não econômico (Godelier, 1968, p. 343).

Nesse tipo de sistema econômico, conforme se observa para os grupos domésticos, o *optimum* da produção dos bens não corresponde necessariamente ao máximo de produção possível. O *optimum* exprime a "necessidade social" dessa produção, sua "utilidade social" relativa, comparada aos dos outros fins diversamente valorizados, reconhecidos como "socialmente necessários" e fundados na própria estrutura das relações sociais. O *optimum* aparece aqui como a organização das atividades econômicas (produção, repartição, consumo) mais compatível com a realização dos objetivos definidos como socialmente necessários. "O *optimum* econômico é o aspecto econômico de um *optimum* mais amplo, social" (idem, p. 361). Assim, a quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e composição da família camponesa ribeirinha, pelo número de seus membros capazes de trabalhar, pela produtividade da unidade de trabalho e grau de esforço do trabalho e pelo grau de auto-exploração, por meio do qual os membros do grupo doméstico realizam certa quantidade de unidade de trabalho durante o ano.

O grau de exploração e equilíbrio interno (por exemplo, nas condições atuais de sobreesforço de pesca em que dizem "não tem mais peixe" nos lagos e rios)[6] é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria dificuldade e esforço do trabalho. Isto é, de sua importância para o consumo, para satisfazer as necessidades da família, do ponto de vista da "penosidade" em que foi obtido, que exigirá uma quantidade cada vez maior de auto-exploração. Atualmente também avaliam um prejuízo econômico na reprodução das próprias condições de trabalho na pescaria, à medida que, para a reposição dos petrechos, compra de óleo diesel e de mantimentos fornecidos à tripulação embarcada na safra do peixe liso, os moradores das comunidades ribeirinhas chamados "donos do motor e da pescaria" precisam vender uma ou mais reses do criatório bovino, que, a princípio, representa uma espécie de poupança

[6] "Apesar de um rendimento individual pequeno, a importância da pesca na região é justificada pelo grande número de unidades pesqueiras e de pescadores envolvidos, bem como pela ocorrência de uma alta freqüência de viagens, que acaba se refletindo em uma produção relativamente alta. De acordo com os dados deste trabalho, os desembarques na cidade de Santarém totalizaram entre 3.500 e 4.000t, por ano. Com isso, a cidade representa o terceiro maior centro pesqueiro da Amazônia brasileira, depois de Belém e Manaus (..)" (Isaac, Silva & Ruffino, 2004, p. 208).

acumulada com a pesca para comercialização, que, por sua vez, deixou de produzir rendimento suficiente para cobrir, no ciclo seguinte, a própria condição de reprodução das atividades pesqueiras. Desse modo, o aumento de produção obtido por trabalho árduo, ou com a perda de bens acumulados pela venda do pescado, diminui a avaliação subjetiva do significado de cada ganho adicional para o consumo ou para a produção. Quando o trabalho familiar e as condições de produção atingem esse ponto de equilíbrio, continuar trabalhando pode ser considerado mais difícil de suportar, pelas famílias, do que a renúncia a seus efeitos econômicos, como revelado pelos depoimentos nas comunidades dos municípios de Óbidos e Alenquer, em que consideram que a pesca deixou de valer a pena como atividade voltada para a comercialização.

Por conseguinte, a exploração familiar tem que utilizar a situação de mercado e as condições naturais de maneira que lhe permita proporcionar um equilíbrio interno para a família, juntamente com o mais elevado nível de bem-estar possível. Porém, o nível de prosperidade – fator renda – atrai populações das regiões menos favorecidas, acarretando a intensificação das atividades pesqueiras e a diminuição do pescado, com a redução do nível de prosperidade, como no Lago Grande do Curuai, freqüentado pelos pescadores urbanos de Óbidos, que receberam financiamento para a compra de *bajaras* e petrechos de pesca pelo FNO. É preciso, portanto, avaliar a capacidade da população para formar capital e ter capacidade tributária, que dependem do nível de prosperidade nessa região do baixo Amazonas.

É preciso igualmente levar em conta as medidas econômicas e políticas do poder estatal, que por meio da coerção não econômica, controla o modo de utilização da terra e a migração do povo, assim como o modo de utilização dos recursos ambientais renováveis, por meio de providências como os Acordos de Pesca, termos de ajuste de conduta e titulação das áreas de várzea.

Em suma, a identificação de problemas, como a diminuição de pescado pela intensificação das atividades de captura a partir dos anos de 1970, e dos conflitos pela apropriação de recursos naturais renováveis levaram à utilização de instrumentos de intervenção do Poder Público como os acordos de pesca, os termos de ajuste de conduta e a titulação das áreas de várzea pela concessão do direito real de uso. Essas formas de controle do espaço utilizam-se do inquérito como forma de produção de um saber, com participação de ONGs e pesquisadores de universidades, para o desenvolvimento de projetos que buscam a realização do censo da população e o diagnóstico socioambiental da várzea, por meio da participação de técnicos com competências específicas como biólogos, engenheiros florestais e, também, sociólogos e antropólogos que reivindicam um saber local e experiencial no trato com essas populações tradicionais ribeirinhas. O objetivo do Estado no financiamento e apoio a esses projetos e ações é reunir e manter atualizado um *corpus* de informações a respeito dessas regiões de

várzea dos rios Amazonas-Solimões, sendo o trabalho de informação relacionado com a gestão do território pelo Ibama e outros órgãos de governo, inclusive com a intervenção do Ministério Público Federal.

Desse modo, os relatórios produzidos por esse tipo de trabalho de informação vêm orientando a intervenção e gestão governamental sobre o território de várzea do baixo Amazonas. Assim, "o conhecimento do território é, indissociavelmente, uma produção do território" (Revel, 1989, p. 104), inseparável igualmente do exercício de controle e gestão do Estado sobre o mesmo território. Quanto aos efeitos possíveis do uso desses instrumentos, de acordo e gestão do território na várzea do baixo Amazonas, a pretensão do Estado, ao impor uma regulação ao conjunto dos atores sociais, é criar uma uniformização jurídica que regule os conflitos pela apropriação dos recursos naturais renováveis como base de novas relações sociais. Esse projeto de uniformização e equalização do espaço da várzea certamente produzirá conseqüências locais, pois a indefinição em jogo parece, em princípio, beneficiar todas as partes na medida que as populações ribeirinhas encontram-se mobilizadas e atuantes na garantia do direito de uso e apropriação comum dos recursos naturais, isto é coletiva em nome das chamadas comunidades ribeirinhas, localizadas às margens de um lago ou de um sistema de lagos e acostumadas a elaborar acordos intercomunitários com pescadores de comunidades vizinhas (Ribeiro & Apel, 2004, p. 57/58). Ao passo que a implementação de Acordos de Pesca para evitar o crescente conflito pelo uso dos recursos com "pescadores de fora", da regularização fundiária e dos termos de ajuste de conduta para titulação e/ou concessão do direito real de uso aos ribeirinhos e grandes criadores de gado na região, ao pressupor uma convergência de interesses entre as partes em jogo e a possibilidade de uma negociação coletiva[7], podem levar a "frigorificação"[8] de um estado das relações de força, em nível local, que tem se caracterizado atualmente pela vulnerabilidade na reprodução sustentável das condições de uso e manejo dos recursos naturais renováveis.

[7] Seguimos aqui as reflexões de Barth (2000, p. 180) sobre "o fraco conceito de *negociação*, freqüentemente introduzido para sugerir o modo pelo qual se lida com os encontros interpessoais, (que dificilmente) consegue dar conta (de certos) desafio(s)" – como no caso da possibilidade de acordo entre interesses conflitantes que opõem os ribeirinhos aos outros agentes no uso das terras e dos mananciais aquáticos da várzea do baixo Amazonas. Ainda segundo essa citação, *"negociação* sugere um certo grau de conflito de interesses dentro de um quadro de compreensão compartilhada" (idem), o que nos parece igualmente faltar entre modos de vida, organização social e padrões culturais tão distintos, que contrapõem o campesinato ribeirinho aos "pescadores de fora" e grandes criadores de gado na região do baixo Amazonas.

[8] Vali-me da expressão utilizada pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, ao se referir aos elementos definidores de quilombo, que "jazem encastoados no imaginário dos operadores do direito e dos comentadores com pretensão científica. Daí a importância de relativizá-los", no contexto da aplicação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (Almeida 2002, p.49).

Bibliografia

ALMEIDA, A. W. Berno de; Os quilombos e as novas etnias. In: O´Dwyer, E. C. (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

AZEVEDO, C. R. de; APEL, M. *Co-gestão: um processo em construção na várzea amazônica*. Documentos Técnicos, n. 4, Manaus: ProVárzea, 2004.

BARTH, F. Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades. In: LASK, T. (Org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, p.167-186, 2000.

_____. Metodologias comparativas na análise dos dados antropológicos. In: LASK, T. (Org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, p.187-200, 2000.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CARDOSO de OLIVEIRA, R. Notas sobre uma estilística da antropologia. In: CARDOSO de OLIVEIRA, R.; RUBEN, G. R. (Org.). *Estilos de antropologia*. Campinas: Ed. UNICAMP, p. 177-193, 1995.

FURTADO, L. G. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém-Pará: MCT, CNPq, Museu Paraense Emílio Goeld, 1993.

GEERTZ, C. *Negara: o estado teatro no século XX*. Lisboa: Difel, 1991.

_____. Forma e variação na estrutura da aldeia balinesa. *Mosaico Revista de Ciências Sociais*. v. 1, n. 2, Vitória, ES: UFES/CEG, p. 279-303, 1999.

GLUCKMAN, M. O material etnográfico na antropologia social inglesa. In: GUIMARÃES, A. Z. (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 63-76, 1975.

GODELIER, M. *Racionalidade e irracionalidade na economia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

ISAAC, V. J.; SILVA, C. O. da; RUFFINO, M. L. A pesca no baixo Amazonas. In: RUFFINO, M. L. (Ed.). *A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira*. Manaus: ProVárzea, p. 185-209, 2004.

KUPER, A. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

REVEL, J. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

SAHLINS, M. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

Sustentabilidade ou subordinação: modos de vida em comunidades de várzea na foz do Amazonas[1]

Gláucia Silva[2]

Estratégias de sustentabilidade

Os grandes temas da várzea[3], enunciados por seus habitantes, são o *esquecimento* e o *isolamento*. Longe das sedes municipais, sem condições adequadas de atenção médica ou acesso à escola, sem água potável[4] ou saneamento, o morador da várzea tem vivido *esquecido* pelo poder público (local, estadual e federal) e *isolado* dos serviços a que tem direito. *Isolamento* e *esquecimento* são assim a tradução metafórica de privações bastante objetivas, que podem ser resumidas na impossibilidade de usufruir direitos básicos pela ausência de um "Estado dotado de capacidade regulatória e legitimidade democrática que possa planejar o próprio desenvolvimento" (Acselrad, 2001, p. 83).

A visita às comunidades de Almeirim, Gurupá e Porto de Moz, realizada no âmbito da pesquisa, cujos resultados estão neste livro, evidenciou a várzea da foz como um espaço já suficientemente explorado pelas atividades extrativistas do tipo predatório, a exemplo da retirada da madeira, que,

[1] Meu ingresso na pesquisa que originou este trabalho deveu-se ao generoso convite da professora Deborah Lima (UFMG), a quem sou grata. Foi uma oportunidade em que pude conhecer uma realidade extremamente interessante. Agradeço a Cátia Inez Salgado de Oliveira (doutoranda/PPGACP/UFF), que participou das duas fases do trabalho de campo e também tabulou todos os dados dos questionários respondidos pelos ribeirinhos. Agradeço igualmente a Marzane Pinto de Souza, professora da Universidade Federal Rural da Amazônia, que integrou a equipe do primeiro campo, a Christopher Allen Berry (graduação/UFF/Universidade da Flórida), que desenhou os croquis das localidades para os relatórios de pesquisa, e a Francilene Aguiar Parente (mestranda/UFPA), que se encarregou da gravação das entrevistas. E, por fim, gostaria de manifestar meu sincero reconhecimento a Paulo Henrique Borges de Oliveira Júnior, então diretor da Fase (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional), em Belém. Profundo conhecedor da região da foz, de seus problemas e potencialidades, contribuiu não só por meio de entrevistas, mas também propiciando apoio logístico para a equipe de campo.

[2] Professora do Departamento de Antropologia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense.

[3] Os termos retirados das entrevistas e conversas com os moradores serão indicados em itálico na primeira vez em que forem mencionados ou quando for importante lembrar seu pertencimento ao contexto dos entrevistados.

[4] A água retirada dos rios é tratada com compostos à base de cloro antes de ser bebida.

se aí diminui de intensidade, permanece em franco desenvolvimento em terra firme. A quantidade de caça e peixe sofreu também grande redução, segundo afirmam os ribeirinhos entrevistados, que sentem os efeitos de mais de duas décadas de pesca industrial.

Atualmente vendem sua produção para comerciantes que pagam baixo preço pela madeira, pescado e outros produtos, para revendê-lo em centros urbanos mais distantes, como Belém, e outros relativamente próximos, como Santana, no Amapá; já os criadores de gado têm a opção de encontrar compradores nos açougues e matadouros das sedes de Almeirim e Porto de Moz.

Até a década de 1970, esse papel de intermediário na comercialização cabia ao antigo *patrão*, que demandava e comercializava com exclusividade a produção dos ribeirinhos, sendo também o dono da terra, a exemplo da empresa Jari Celulose, que explorou madeira na várzea de Almeirim; a empresa Brumasa, que fez o mesmo em Gurupá; e os proprietários da fábrica de laticínios Aquiqui, em Porto de Moz. Diante da escassez dos recursos, esse patrão reorientou seus investimentos, abandonando a várzea.

Se por um lado os ribeirinhos não devem mais exclusividade para um certo patrão, por outro também não possuem condições de produção que permitam escolher onde e a quem vender. Os empecilhos na comercialização, tanto num mercado maior, que podem apenas tangenciar, quanto num mercado menor, nas sedes locais e com escassez de recursos, contribuem para a aguda dificuldade de reprodução social por que passam os ribeirinhos. Essa escassez prejudica a produção para o consumo da própria família, como é o caso da derrubada de açaizais, em Gurupá, para venda do palmito.

Entretanto, o diagnóstico que evidencia a ausência de um Estado que assegure direitos aos seus cidadãos, tanto quanto os meios para a sua manutenção como pequeno produtor, é válido para grande parte da população rural brasileira. O problema específico dos trabalhadores da várzea é que a esse quadro acima esboçado vem somar-se a perda anual provocada pela cheia das margens durante o *inverno*, que torna suas vidas um eterno recomeçar, tema bem expresso na frase muitas vezes por eles repetida: "*o ribeirinho está sempre começando*".

A alternativa política e econômica encontrada pelas instituições e lideranças que atuam hoje em prol dessas comunidades é a da *sustentabilidade*. Assim, pode-se dizer que enquanto os ribeirinhos oscilam entre assumir ou rejeitar propostas sustentáveis de gestão dos recursos, segundo suas conveniências de auto-reprodução em curto e médio prazo[5], o que é perceptível, por exemplo, na desconfiança gerada pela pro-

[5] Com exceção de Almeirim, onde o primeiro contato foi com um funcionário de uma secretaria municipal, nossos cicerones em campo foram lideranças ligadas à Igreja Católica e às instituições de representação profissional e política dos ribeirinhos. Ficou bastante evidente a diferença entre o discurso produzido por essas lideranças, articulado em torno da sustentabilidade, e a ausência na fala da maioria dos entrevistados.

posta de criação da Reserva Extrativista Verde para Sempre (que em seu formato atual abrange Porto de Moz e Almeirim), comentada adiante, as lideranças locais tentam desdobrar dos efeitos de tal discurso – o da sustentabilidade – soluções para os trabalhadores e habitantes da várzea.

Apesar de a sustentabilidade ser uma referência importante nos discursos e na prática de lideranças e agentes políticos locais, aqui o leitor não encontrará uma lista de exemplos bem-sucedidos de programas voltados para o meio ambiente ou para a aplicação de planos de manejo, ainda muito restritamente localizados e em número extremamente pequeno para serem confundidos com a realidade das comunidades enfocadas – essa é basicamente um misto de insustentabilidade e incerteza. O capítulo pretende, em primeiro lugar, a exposição dos resultados da pesquisa, feita para a realização do levantamento dos principais problemas enfrentados pelas populações de várzea, com a expectativa de subsidiar a formulação de políticas voltadas para essa população/região.

Tal pesquisa envolveu uma investigação de campo em duas etapas: a primeira ocorreu em julho de 2002 e a segunda entre janeiro e março de 2003. Na primeira fase, foram visitadas as sedes e outras localidades de três municípios paraenses – Gurupá (na mesorregião de Marajó), Porto de Moz e Almeirim (ambos na mesorregião do Baixo Amazonas), todos situados próximo à foz do rio Amazonas.

Na segunda etapa, voltamos a percorrer algumas das comunidades visitadas anteriormente, com o intuito de preenchermos questionários e fazermos novas entrevistas para a realização de uma avaliação socioeconômica. Visitamos um total de 14 localidades (ou *comunidades*). Embora o município de Prainha não estivesse incluído na nossa área de pesquisa em 2002, na segunda fase estivemos em duas de suas comunidades de várzea: São Joaquim e Três Irmãos. Em Almeirim: Boa Fé, São Sebastião e Sagrado Coração de Jesus; em Porto de Moz: Caridade, Curupaiti, Cuieiras, Aquiqui e Urucuricaia; em Gurupá: Santo Antônio, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, São Sebastião e São Raimundo. Na medida das possibilidades de ordem prática do trabalho de campo, em cada localidade buscou-se o contato com uma, duas ou três unidades domésticas, num total de 31.

Paralelamente ao diagnóstico requisitado no contexto da pesquisa, o leitor também encontrará uma discussão sobre como a sustentabilidade, levada em conta na organização da produção e exploração dos recursos, ligada a um ideário caracterizado pela preocupação ambiental, torna-se estratégica para a construção das reivindicações que visam à superação das relações de subordinação dos ribeirinhos.

A implementação de formas de exploração sustentável dos recursos, isto é, uma utilização não predatória, que permita sua renovação, pode ser obtida, em princípio, na confluência do saber naturalístico de que dispõem os habitantes das várzeas e o conhecimento dos técnicos. Mas obviamente para os agentes da sustentabilidade não basta a exploração sustentável dos

recursos: ela deve gerar *renda* para os ribeirinhos e também garantir o acesso aos direitos dos cidadãos, dos quais se encontram excluídos. Como entendem que essas conquistas são resultado de um processo de organização dos habitantes em suas associações comunitárias, profissionais e políticas, ela também deve ser uma palavra de ordem que substitua as que atraíram e reuniram os trabalhadores na década de 1980, para reaverem suas instituições de classe, ocupadas por prepostos dos governos militares, mas que não encontram hoje o mesmo poder de mobilização.

Dessa forma, o modelo da sustentabilidade tem a tripla tarefa de:

· Viabilizar a sobrevivência dos ribeirinhos segundo seus antigos padrões de vida, isto é, a de extratores, pescadores e pequenos agricultores, mas gerando, a partir dessas atividades, renda;

· Criar acesso aos direitos de cidadania, associando a manutenção dessa *tradição* com a *superação das relações de subordinação* (aviamento[6]), em que anteriormente se inscreviam, e as atuais (comerciantes intermediários e agentes capitalistas com atuação predatória); e

· Ser uma nova *energia* ou *mística* que substitua as fórmulas anteriores de associativismo.

Os usos e funções da "sustentabilidade[7]", tanto como modelo de desenvolvimento quanto como pressuposto ético para a utilização de recursos, ou ainda como modelo de organização social e política proponente da institucionalização da participação da população, estão na base de mecanismos já bem conhecidos de "ambientalização" de antigos conflitos sociais (Leite Lopes, 2004), encontrados em Porto de Moz, com a proposta de implantação da Reserva Extrativista Verde para Sempre, e Gurupá, como se verá na seção intitulada "Gurupá e uma leitura em prol da sustentabilidade"[8]. Esse capítulo buscará ilustrar esse processo tal como vem ocorrendo nas várzeas dos municípios visitados.

Características das várzeas dos municípios

Características ambientais

A várzea existe nos discursos dos entrevistados como um lugar diferenciado em que a vida é especialmente dura, se comparada à terra firme, embora também seja vista como dotada de muitas *riquezas*. A fertilidade do solo bem como a proximidade com os rios e o pescado compõem esse

[6] Para uma ampla discussão sobre o aviamento, ver Ianni (1979) e Santos (1980).

[7] Além das citações, que estão sempre entre aspas, há termos que levam aspas por exigirem um esforço de relativização, remetendo a vários quadros conceituais que não o dos entrevistados.

[8] Em Almeirim, é a empresa Jari que tenta articular certo ambientalismo ao desenvolvimento, por meio de seus programas de responsabilidade social.

ideário que contrasta infinita fartura com extrema necessidade, bem exemplificado na fala de um líder dos pescadores de Porto de Moz: "*Na várzea, tem gente vivendo abaixo da pobreza, mas em cima da riqueza, só que não sabe explorar*."

A definição de *várzea* pelos moradores é bem precisa. Várzea é toda a extensão de terra que *vai para o fundo* (alaga) durante seis meses por ano. Então, trechos da margem do Amazonas que não alagam durante os seis meses de chuva são considerados *terra firme* pelos habitantes, a despeito das controvérsias que possam existir sobre o assunto entre os cientistas naturais. As sedes dos municípios de Gurupá e Almeirim, por exemplo, estão situadas nas margens do Amazonas, em trechos que não sofrem alagação[9].

Ambientalmente, a várzea próxima ao estuário tem a peculiaridade de sofrer a influência da maré. Assim, além da inundação anual das margens do Amazonas por seis meses, em tais várzeas ocorre a subida e a descida do nível das águas diariamente, em seus movimentos de enchente e vazante. Não só o rio Amazonas, mas toda a intrincada rede de rios e igarapés que para ele corre nessa região de foz, sofre tal influência que se estende aos cursos d'água que, em terra firme, não variam de volume ao longo do ano. Por sua localização, esse fenômeno é ainda mais perceptível em Gurupá do que em Almeirim e Porto de Moz. Mesmo em áreas de terra firme daquele município, na região denominada *interior* – ou "centro", como descrevem Galvão (1976) e Wagley (1977) – nota-se que o nível da água dos rios e igarapés varia conforme a subida e a descida da maré, diariamente.

Beira é um termo que, opondo-se aos de centro/interior, anteriormente mencionados, define a região de várzea ou trechos terra firme, nela intercalados, mas sempre referido à área bem próxima ao Amazonas. *Praia* é uma designação para um tipo de margem baixa e arenosa utilizada tanto para terrenos assim conformados em terra firme (parte que não alagada durante os meses de chuva) quanto na várzea (em seu período seco).

O inverno e o verão são as duas grandes referências sazonais. O verão é a estação em que as águas do rio permanecem baixas e que dura aproximadamente seis meses, de julho a dezembro. O inverno é a estação em que as margens permanecem inundadas e se estende de janeiro a junho. Os meses de seca, quando praticamente não chove, são setembro, outubro e novembro. Muitas vezes, durante as entrevistas, seca e verão vinham como termos equivalentes. Os meses de maior pluviosidade são fevereiro, março e abril. Também, segundo nossos entrevistados, maio é o mês em que as águas estão em seu maior nível, indicando, assim, que nessa região de foz as águas descem ao longo dos meses de junho e julho. Variações de ano a ano podem ocorrer. Por exemplo, os moradores relataram que em 2002 o verão começou mais tarde. Isso significa que em junho o nível das águas ainda estava alto para o esperado. Esse regime de cheia e de seca cria cons-

[9] A sede de Porto de Moz encontra-se, diferentemente, às margens do Xingu.

trangimentos para muitas atividades e para a forma de vida. Assim, há uma certa concentração de atividades no verão, contrastando com o inverno, que é uma época de grande dificuldade de subsistência.

A várzea próxima ao estuário é baixa e extensa, ou seja, as águas dos rios não sobem muito mais do que dois ou três metros, porque se espraiam por uma grande porção de terra. Esse trecho de rio é cheio de correntezas e o fenômeno da *terra caída* aflige demais os ribeirinhos, que vêem seus terrenos e às vezes suas construções serem levados pelas águas. A foz é uma paisagem instável, pois as ilhas somem ou são formadas, segundo o volume de água do Amazonas.

Características demográficas: as várzeas nos municípios estudados

Evidentemente, a proporção entre extensão de terra firme e várzea varia muito entre os municípios estudados Segundo um relatório feito pelo Laboratório Agroecológico da Transamazônica/UFPA, a várzea de Porto de Moz ocupa 15% do território do município; em Gurupá, 70% são áreas de várzea (Oliveira, 1990, p. 22), sendo que a maior extensão contígua da várzea é constituída por uma ilha, a Ilha Grande de Gurupá, e 18,3% compõem-se da rede hidrográfica; finalmente, em Almeirim, cerca de 5% das terras são inundáveis, segundo o cálculo baseado em mapas do IBGE e da Secretaria Municipal de Saúde.

Como as extensões dos territórios variam (Gurupá é aproximadamente a metade da de Porto de Moz que, por sua vez, é cerca de um terço da de Almeirim), o tamanho das várzeas difere mais na sua proporção em relação ao município do que entre si, em termos absolutos, como se vê na Tabela 1.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE utiliza a distância entre as moradias para classificar uma área povoada como rural ou urbana. De acordo com essa classificação, em Porto de Moz e Gurupá podem ser consideradas urbanas as regiões das sedes, distritos mais densamente povoados. Almeirim torna-se uma exceção, pois é considerada urbana a população da sede e também do distrito industrial de Monte Dourado. Assim, é possível observar na Tabela 1 que Almeirim possui maior concen-

■ **TABELA 1** – Distribuição das populações urbana e rural e área de várzea (km²) nos municípios estudados.

	ALMEIRIM	GURUPÁ	PORTO DE MOZ
População Urbana	18.897	6.585	10.713
População Rural	15.044	16.499	12.811
População Total	33.941	23.084	23.524
Área de Várzea	3.664 km²	6.510 km²	2.865 km²
Área Total	73.287 km²	9300 km²	19.104 km²

tração de população em área urbana e que Gurupá, ao contrário, concentra sua população na área rural.

A classificação do IBGE (2002) não considera em separado a população de várzea; esta se encontra compreendida juntamente com as populações de terra firme na rubrica "população rural". Para efeitos deste trabalho, achamos conveniente distinguir as comunidades da área rural, subdividindo-as entre várzea e terra firme, após o reconhecimento de cada localidade, com a ajuda dos próprios habitantes. Isso permite uma avaliação, mesmo que aproximada, do contingente populacional localizado na várzea, conforme se vê na Tabela 2.

Nela aparecem também as comunidades denominadas *mistas*, nas quais as casas são construídas na região de várzea, mas cada família dispõe de um trecho de terra firme contíguo à várzea, onde cultiva (em Almeirim) ou cria gado (Porto de Moz). Também foram consideradas mistas as comunidades de várzea (na prática, grupo de parentes distribuídos por algumas casas) onde os moradores possuem um outro terreno próximo (não necessariamente contíguo) na terra firme. Isso não foi observado em Almeirim, mas em Gurupá, onde o trecho de terra firme é utilizado para o cultivo, e em Porto de Moz, onde é destinado para a criação de gado, que fica lá durante o inverno.

■ **TABELA 2** – Distribuição das localidades rurais nos municípios estudados, segundo o tipo de ambiente.

MUNICÍPIO	LOCALIDADES						
	Várzea	Terra Firme					Mista
		Aldeias	Aglomerados	Vilas	Garimpos	Localidades comunidades	
Almeirim	53	20	7	2	11	106	18
Gurupá	207	40					7
Porto de Moz	20	106					11

Almeirim, que é um município de território extremamente amplo, é o único dos três a conter em seus limites reservas indígenas e garimpos. Os aglomerados (denominação do IBGE para grupos de cinco ou sete casas) e vilas foram formados em função da empresa Jari Celulose S. A., que as construiu, no momento de sua implantação, para os empregados.

O que é válido em termos do número de comunidades também o é em termos de concentração da população. Podemos observar, na Tabela 3 que em Gurupá a várzea reúne mais da metade da população do município, havendo um número maior de habitantes de várzea do que nos outros dois municípios. Na mesma tabela, nota-se em Porto de Moz uma concentração de habitantes na sede, o que pode ser parcialmente explicado pela presença de duas madeireiras/serrarias no local.

■ **TABELA 3** – Distribuição da populaçào dos municípios estudados, segundo o ambiente.

MUNICÍPIO	URBANA	RURAL						TOTAL
		Várzea	Terra Firme				Mista	
			Aldeias	Aglomerados	Garimpos	Localidades		
Almeirim	18.897	2.807	539	5.615	448	4.157	1.478	33.941
Gurupá	6.522	12.857	3.352				353	23.084
Porto de Moz	10.088	1.910	10.017				1.509	23.524

Em termos de porcentagem:

■ **TABELA 4** – Distribuição relativa da população dos municípios estudados, segundo o ambiente.

MUNICÍPIO	URBANA (SEDE)	RURAL			TOTAL
		Várzea	Terra Firme	Mista	
Almeirim	55, 7%	8,3%	31,7%	4,3%	100%
Gurupá	28,3%	55,7%	14,5%	1,5%	100%
Porto de Moz	42,9%	8,1%	42,6%	6,4%	100%

A importância dos dados até então expostos, integrantes de uma caracterização demográfica dos locais estudados, é que eles indicam a existência de um contingente considerável de moradores nas várzeas próximas ao estuário. Especialmente no caso de Gurupá, cuja extensão de várzea chega a 70% da área total, conforme já foi dito, há mais moradores ocupando as terras inundáveis do que a terra firme. Para nortear a elaboração e aplicação de projetos estabelecidos a partir de políticas voltadas para a promoção das populações de várzea, é fundamental saber quantas pessoas podem ser beneficiadas e que parcela elas representam dentro do contexto municipal.

Características econômicas da várzea

As regiões de várzea estudadas localizam-se em municípios vizinhos cujas fronteiras foram criadas dividindo uma área que passou pelos mesmos processos de colonização e ciclos extrativistas, que abrangeram a Amazônia como um todo. Assim, parte das várzeas de Almeirim e Porto de Moz, por exemplo, pertenceu, no final do século XIX, ao mesmo dono, que ali desenvolveu as mesmas atividades extrativistas, como a borracha e a castanha. No mesmo período, na várzea de Gurupá eram explorados os mesmos produtos[10], não havendo, sob

[10] Para uma história econômica de Gurupá, ver a dissertação de Oliveira (1991).

esse aspecto, diferença marcante entre as histórias econômicas particulares. Porém, mais recentemente, surgem diferenças que merecem ser levadas em conta para a compreensão dos três contextos, numa perspectiva comparativa.

Em Almeirim existe um centro interno de referência política e econômica , o distrito de Monte Dourado, onde se encontra a sede da empresa Jari Celulose S. A. Sua implantação está intimamente ligada à formação de Almeirim. Atualmente a disputa de terras no município vem sendo acrescida pelo fato de a empresa afirmar ser proprietária de uma parte significativa de seu território, incluindo a várzea. O distrito de Monte Dourado está localizado numa região de serra distante 140 km da sede de Almeirim. Da estrada de terra que liga a sede ao distrito é possível avistar as plantações de eucalipto da empresa.

Em 1882, um latifundiário da Amazônia, José Júlio de Andrade, iniciou a compra de parte de suas terras na região de Almeirim, às quais seriam acrescentadas as áreas que compõem a atual Jari. Antes da fundação do município, em 1891, José Júlio já participava do Conselho Municipal e vinha comprando terras na região. Segundo a própria empresa, a área da Jari abrange hoje praticamente todo o município de Almeirim, com exceção das áreas de reserva e da sede que, de acordo com um escritor da região, Cristóvão Lins (2001), tem uma extensão de apenas mil metros quadrados[11].

Nas entrevistas com representantes da prefeitura, o vice-prefeito e o secretário da agricultura interino lamentaram a prática de a Jari não priorizar a contratação de moradores do município, dando preferência aos de outros estados, em geral nordestinos. Porém, tal fato (importação de mão-de-obra), de acordo com esses representantes, significa uma das razões para o bom desempenho do distrito de Monte Dourado na agricultura, pois acreditam que os nascidos em Almeirim possuem o que chamam de *aptidão para o extrativismo*, que eles consideram um *entrave* para o trabalho na agricultura.

A apresentação da sede de Almeirim, com algumas ruas limpas e calçadas, deve-se aos impostos pagos à prefeitura pela Jari (sobretudo ICMS), importante contribuinte da municipalidade[12]. No ranking dos municípios paraenses, Almeirim é o sétimo em arrecadação e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IBGE) é o quarto do estado.

Em Almeirim, dois distritos são importantes: o de Almeirim (sede) e o de Monte Dourado. Eles decidem, alternadamente, o prefeito e o vice. Assim, quando o prefeito eleito é habitante do distrito de Almeirim, seu vice é obrigatoriamente de Monte Dourado. O atual prefeito é do PMDB e per-

[11] A extensão de terra que pertence à Jari Celulose está sendo alvo de um processo jurídico que questiona a dimensão que a empresa afirma ter em sua propriedade. Segundo informações de representantes municipais, as dificuldades em delimitar o território advêm, em parte, da falta de documentação que comprove a propriedade da empresa.

[12] Segundo dados obtidos na Secretaria de Administração Municipal, o distrito de Monte Dourado contribuiu, em 2002, para o município, com R$ 2.197.696,20 em tributos, sendo que naquele mesmo ano o município arrecadou um total de R$ 2.437.696,20.

tence à Assembléia de Deus, cuja forte presença no município pode ser atestada desde o momento em que se desembarca no trapiche, de onde se avista uma grande igreja.

Quanto às atividades econômicas desenvolvidas na várzea, observou-se basicamente a criação de búfalos e gado branco, a pesca e, em escala reduzida, a exploração da madeira, anteriormente vendida com exclusividade para a Jari, que se retirou do negócio devido à significativa diminuição do estoque. Na terra firme, Almeirim também abriga fazendas de criadores de gado branco.

A várzea de Porto de Moz compreende um trecho da margem direita do rio Amazonas e alguns rios que se comunicam com essa margem: Urucuricaia, Aquiqui, Uiuí e parte do rio Guajará. Juntos. Esses rios ligam o Xingu ao Amazonas e essa área alaga seis meses por ano. O município, localizado no encontro dos rios Amazonas e Xingu, sofreu influência da Transamazônica, possuindo assentamento de colonos que ali chegaram por ocasião da abertura da estrada.

Porto de Moz vive um momento de grande tensão devido à invasão de madeireiras em terras desocupadas ou ocupadas por moradores "nativos"/ comunidades. O prefeito de Porto de Moz (PSDB), que na época da pesquisa estava em seu segundo mandato[13], é proprietário de cabeças de gado para corte e possui também uma das duas grandes serrarias do município, a Maturu, localizada na sede. A recente presença de grupos madeireiros *de fora,* como o de Paragominas, leste do Pará, incrementa um processo extremamente voraz de apropriação da área do município, empreendido pelos pretensos proprietários que extraem madeira. Tal processo vem se acirrando drasticamente nos últimos anos. A exploração ocasiona não apenas conflito entre moradores antigos e sem recursos e tais empresários, mas também causa embates entre os próprios grandes exploradores, que se enfrentam nas divisas das áreas as quais se atribuem sem consenso nem regulamentação legal.

A madeira ali produzida – quase que totalmente na terra firme – vai para Belém e Sul e Sudeste do Brasil. Uma parte menor é exportada a outros países. O gado de corte, sobretudo criado em terra firme, com grande importância econômica para o município, é comercializado localmente e em cidades próximas, como Vitória do Xingu. Na várzea, além da extração do estoque de madeira que ainda persiste, os ribeirinhos criam o búfalo e pescam, vendendo o produto para os grandes barcos pesqueiros, denominados *geleiras*, vindos de Belém e outros municípios.

No contexto político de Porto de Moz, que não parece diferir daquele encontrado na maior parte dos municípios paraenses, as demandas da população só podem ser viabilizadas por meio de embates políticos, como acontece com a proposta de implantação da Resex, que fere interesses da

[13] O primeiro mandato foi de 1997 a 2000, e o segundo, até 2004.

elite política e econômica local. O acirramento da luta por seus interesses antagônicos, entre setores organizados da sociedade civil e o poder público local, sempre associado a redes de interesse mais amplas, tão comum em municípios rurais brasileiros, não estimula a implantação de propostas de participação democrática.

Gurupá é basicamente *várzea*, terra inundável onde a pesca, o manejo do camarão, a extração de madeira, como a virola, e do palmito de açaí são as atividades econômicas mais importantes. Nas regiões de terra firme, a grande extração da madeira e a caça convivem com a cultura, em escala familiar, da mandioca e outros gêneros.

A proximidade com o Amapá faz com que algumas cidades tenham estreitas relações de comércio com Gurupá, como, por exemplo, Santana, para onde vai parte da madeira gurupaense.

Nesse município tem havido nos últimos anos várias experiências de manejo promovidas pela Federação das Organizações de Assistência Social e de Educação (Fase), cuja atuação influencia a vida dos ribeirinhos da várzea e também no que se refere à regularização da situação fundiária. Pela segunda vez na história recente, a população gurupaense elegeu para a prefeitura (2001-2004) um partido de esquerda (Partido dos Trabalhadores – PT).

A grande concentradora de terras em Gurupá é a empresa de exploração de madeira de origem holandesa Brumasa (Bruynzeel Madeiras S/A, com sede em Santana, no Amapá), que já atuou de forma muito agressiva no município, tendo sido inclusive enfrentada pelo movimento social gurupaense. A Brumasa, por volta de 1984, "diminuiu a intensidade de seu controle sobre a produção extrativa da madeira nas suas áreas de atuação, deixando aos comerciantes locais a tarefa de intermediação entre produtores e empresa" (Oliveira Jr., 1991, p. 113).

É importante observar que em Gurupá quem deteve o poder político durante as últimas décadas não foi, como acontece nos municípios paraenses, o mesmo agente que controlava latifúndios; ou seja, não houve a superposição entre poder político e poder econômico por parte de um mesmo ator. A prefeitura sempre foi ocupada por pequenos comerciantes que não dispunham de grandes extensões de terra.

A agricultura na várzea em Gurupá conta com algumas dificuldades de manutenção por ser baixa e extensa, como, aliás, ocorre em Almeirim e em Porto de Moz. Nota-se que, enquanto Almeirim e Porto de Moz possuem muitas comunidades onde há criação de gado, isto não é observável em Gurupá, que também – afirmam alguns entrevistados – não possui bons campos naturais como os encontrados nos dois outros municípios, onde o gado pode engordar. Entretanto, na região gurupaense de Cojuba vive um antigo criador que possui cerca de mil cabeças[14].

[14] Essa comunidade não pôde ser visitada devido ao calendário de pesquisa.

A despeito das explicações de cunho ambientalista, para a não ocorrência generalizada de gado em Gurupá, o que contrasta com outros municípios do estuário, há atualmente decisões tomadas pelos próprios ribeirinhos no sentido de evitar a criação bufalina, devido ao seu caráter impactante para o meio ambiente. Consta do Plano de Uso dos Recursos Naturais da Associação dos Trabalhadores Rurais do Camutá do Pucuruí que os moradores da *comunidade* decidiram proibir a criação de búfalos. Esse plano de uso foi feito em 2002 pela comunidade (com o apoio do STR/Gurupá e da Fase) para conseguirem a cessão de Direito Real de Uso sobre uma extensão de 178.52,83 hectares a serem trabalhados com cultivo e extração, conforme regras estabelecidas no mencionado Plano.

Há algumas décadas, nos anos de 1970, a região das Ilhas (ou o estuário do Amazonas), na qual se insere Gurupá, foi o local privilegiado da implantação de empresas madeireiras, beneficiadora de palmito, borracha, peixe e camarão, financiados pelo poder público (Figura 1). Elas articularam seus interesses com os das oligarquias locais, proprietários de seringais e castanheiras. É justamente com a oportunidade aberta pelo Plano Nacional de Desenvolvimento que essas novas empresas puderam se instalar, ou ainda ampliar sua atuação, a exemplo da Brumasa, que extraiu madeira em Gurupá para exportação desde 1950, respondendo a demandas de Belém, São Paulo e Rio.

Em 1990 havia 76 serrarias em Gurupá, todas na zona rural, sendo 66 na área de várzea e 10 em terra firme (Oliveira Jr., 1991, p. 125). A extração na área de várzea é facilitada pelo transporte do rio Amazonas, e as várzeas responde-

■ **FIGURA 1** – Açaizal na várzea de Gurupá.

ram, até fins dos anos de 1970, com 90% do mercado de madeiras amazônicas (Oliveira Jr., 1991, p. 109). Atualmente, a família que tem uma pequena serraria pode desenvolver sua produção e comprar a prodoção dos vizinhos.

Ainda na década de 1990, a União Européia criou uma certificação para a madeira, prevendo que sua extração fosse realizada de forma "durável" ou "sustentável". As florestas equatoriais na Malásia e na Indonésia eram o alvo inicial. Porém, uma vez aberta a oportunidade para a América Latina, uma ONG estrangeira e a Fase conseguiram incluir Gurupá como município laboratório para a experiência, uma vez que esta última já possuía um grande acervo de dados sobre a região (Royer, 1996, p. 64). Um dos objetivos desse projeto foi a criação da Casa Família Rural, que há dois anos forma técnicos em agricultura e manejo dos recursos naturais disponíveis. Em termos de estrutura curricular, ela vem sendo apoiada pela Secretaria de Educação e pela Prefeitura de Gurupá, para que tenha equivalência pedagógica e legal em relação às escolas da rede regular. Ela aplica a pedagogia da alternância, que propicia que o aluno fique duas semanas na escola e duas semanas em casa, ajudando a família, e aplicando nas tarefas agrícolas e extrativistas o que aprendeu na escola.

A construção política das reivindicações

Após o Golpe Militar de 1964, a Igreja Católica no Brasil tornou-se uma força de oposição ao regime, abrindo espaço para correntes progressistas como a Teologia da Libertação. Embora o movimento que assumiu a "opção preferencial pelos pobres" tenha sido mais amplo, abrangendo a América Latina, contou com a participação destacada de bispos brasileiros. A Igreja pode ser considerada como uma entidade crucial na organização dos trabalhadores urbanos e rurais em todo o Brasil, nos anos de 1970, não sendo exceção na Amazônia:

> "Em 1972, os bispos da Amazônia, reunidos em Santarém, formularam as linhas prioritárias para a Pastoral da Amazônia" (Leroy, 1991, p. 50).
> "Com a chegada do Padre Giulio Luppi em 1972, como vigário da paróquia de Gurupá, iniciou-se um trabalho pastoral baseado numa teologia que pauta a sua ação na "opção pelos pobres e oprimidos". Tendo como referência os resultados do Concílio do Vaticano II (1965) e da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Mendellin, 1968) e sendo apoiado pelo Bispo do Xingu, Dom Erwin Krautler, a Igreja gurupaense iniciou um trabalho de incentivo à formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de Organização do Serviço Pastoral (CPT), visando dar apoio e assistência à luta dos trabalhadores rurais do município" (Oliveira Jr., 1991, p. 285).

Os religiosos que chegavam à região incentivavam a "vida comunitária", a participação dos cristãos no dia-a-dia da "comunidade", entendida como uma reunião de todos que habitam o mesmo lugar e participam juntos de atividades religiosas. Só que a "opção pelos pobres" acabou por deixar emergir as diferenciações sociais, econômicas e políticas que se escondiam por trás da aparente homogeneidade a ser conquistada, ao se partilhar a mesma "fé":

> "A partir de meados dos anos de 1980, membros da oligarquia econômica e política do município deixaram de participar das celebrações realizadas pela Igreja de Gurupá, passando a receber os sacramentos religiosos na Igreja de Breves" (Oliveira Jr., 1991, p. 288).

Então é com o apoio da Igreja e com a atuação de lideranças egressas dos seminários católicos de cidades próximas, como Santarém, que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá[15] se organiza para representar os camponeses do município, uma vez que sua diretoria se colocava à disposição dos grandes proprietários e políticos locais, cujos interesses eram radicalmente contrários aos dos ribeirinhos. O processo de reorganização do Sindicato estendeu-se de 1982 a 1986, culminando numa manifestação que durou 54 dias, durante os quais 150 trabalhadores acamparam na frente da sede do sindicato até que a chapa vencedora nas eleições pudesse assumir a diretoria da entidade. Tal mobilização foi vitoriosa, apesar de várias tentativas de interrompê-la, como o afundamento do barco da Igreja e a presença do batalhão da polícia de Santarém, mas os trabalhadores persistiram.

Esse quadro se repete com alguma variação em Porto de Moz, que também teve seu STR reorganizado nos anos de 1980, com a participação da Igreja Católica. Ainda hoje, as entrevistas lembram a atuação do já referido Dom Erwin Krautler na região.

Assim como aconteceu no plano nacional, em Gurupá e Porto de Moz, a Igreja teve importante atuação na fundação do PT, sempre com a participação dos trabalhadores ligados às atividades desenvolvidas pelo serviço pastoral.

Além das instituições endógenas, criadas ou reorganizadas no contexto da própria mobilização dos trabalhadores, como a Colônia de Pescadores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o FAP (Fórum dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Xingu e Amazonas)[16] e, especificamente em Porto de Moz, a Aspar (Associação dos Pescadores Artesanais de Porto de Moz), surge, ainda na década de 1980, a presença das organizações não-governamentais.

---

[15] "O STR tinha sido criado por colonos do planalto santareno em 1972, com sede em Mojuí dos Campos. Como a quase totalidade dos STRs do Pará, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetap), a sua criação foi incentivada pelos políticos ligados à ditadura, notadamente o grupo do coronel Jarbas Passarinho (...). Além do mais, com a criação do Funrural em 1971, os STRs transformaram-se em intermediários entre o órgão e o trabalhador rural, associado ou não" (Leroy, 1991, p. 77)

[16] O FAP, com sede em Porto de Moz, congrega os pescadores dos municípios de Altamira, José Porfírio, Prainha, Almeirim e Gurupá.

É assim que, conforme já dissemos, Gurupá passa a sediar órgãos como a Fase e algumas ONGs internacionais. Já, em Porto de Moz, não existe atuação sistemática de nenhuma ONG desenvolvendo projetos, embora as lideranças contem com a ajuda do GreenPeace para algumas iniciativas e, de forma intermitente, da Universidade Federal do Pará, por meio do Laet (Laboratório Agroecológico da Transamazônica/UFPA) e do Poema (Programa Pobreza e Meio Ambiente da Amazônia).

A partir da década de 1990, a Igreja Católica e outras entidades promoveram seminários para a discussão da situação fundiária e da exploração dos recursos naturais em Porto de Moz. No quarto seminário foi criado o Comitê de Recursos Naturais, que passou a ser denominado, em 2002, Comitê de Desenvolvimento Sustentável, responsável pela formulação da proposta de implementação de uma reserva extrativista, a Resex Verde para Sempre.

A idéia de criação de uma reserva extrativista em Porto de Moz surgiu em 1985, com o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros em Brasília, onde foi discutida a questão das Resex, e do qual participaram lideranças de Porto de Moz, ligadas à Pastoral e ao STR. Tais lideranças levaram a idéia para Porto de Moz. A proposta veio no sentido de frear as maiores ameaças enfrentadas nas várzeas de Porto de Moz e outros municípios, quais sejam: o corte de madeira, a pesca, que sofreu um grande impacto com a atuação das geleiras, e a criação do gado bufalino que, com o aumento do número de cabeças e a forma de criação, gera grande impacto sobre o ambiente, o que é reconhecido pelas lideranças.

Os conflitos fundiários no Pará aparecem nos meios nacionais de comunicação mostrando o seu lado mais dramático, pois não é raro acontecerem mortes de posseiros, trabalhadores rurais e fiscais de trabalho que inspecionam o trabalho escravo. Assim, a escolha de Porto de Moz para sediar uma Audiência Pública, em 2003, foi estratégica para sinalizar para as elites locais que a população portomozense estava sendo foco de atenção do Brasil e do mundo.

A Audiência Pública foi solicitada por Jean-Pierre Leroy[17], integrante do projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, surgido durante a VII Convenção Nacional de Direitos Humanos, e promovido pela Plataforma em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais (Plataforma DhESC Brasil), com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Voluntariado e da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. O objetivo da Audiência foi realizar o diagnóstico ambiental local, para ser apresentado à ONU tendo, como desdobramento possível, o aprofundamento do projeto de implantação da Resex Verde para Sempre, conforme se constatou no fim do evento, quando algumas lideranças falaram a favor da criação da Resex com a entusiasmada aprovação plenária. A Audiência foi transmitida pela TV comunitária e teve cobertura da imprensa paraense:

[17] Jean-Pierre Leroy vive no Brasil desde 1971, quando se instalou em Belém e iniciou um importante trabalho junto aos trabalhadores rurais do interior do Pará, sobretudo em Santarém.

> "Mais de 600 pessoas compareceram no último sábado, dia 22 de fevereiro, à audiência pública convocada pelo relator nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, Jean Pierre Leroy, que investiga denúncias de violação ao meio ambiente e aos direitos humanos. A audiência contou também com a presença do procurador da República, Felício Pontes Júnior.
> O prédio do salão da paróquia de São Braz atraiu não só as pessoas que moram na cidade, mas também representantes das comunidades de Majari, Baixo Xingu, Alto Açaí, Baixo Açaí, Jaurucu, Rio Quati, Rio Guajará e também dos municípios de Gurupá e Prainha. O prédio não comportou todas as pessoas, o que obrigou muita gente a ficar do lado de fora, na praça em frente ao salão paroquial. O prefeito de Porto de Moz, Gérson Campos, e outras autoridades locais foram convidadas, mas não compareceram nem enviaram representantes.
> O interesse da população pela audiência foi uma oportunidade de denunciar os freqüentes conflitos fundiários que o município vive. Os relatos farão parte de um documento sobre a situação do país, que será entregue em maio, na Suíça, durante o encontro da Organização das Nações Unidas (ONU) e encaminhado à Organização dos Estados Americanos (OEA). " (Jornal *O Liberal*, 24/02/2003, Belém/PA).

Os embates sobre a implantação da Resex continuam e a tensão política na região não pára de crescer, evidenciando o problema de propriedade fundiária na Amazônia como um todo, que aumenta em localidades específicas nos momentos em que a expansão de uma madeireira (ou de um grupo) se faz de forma mais agressiva.

Ao longo da pesquisa, foi verificado que, em Almeirim, o que vem sendo chamado de movimento social organizado não tem a mesma expressão que nos outros dois municípios. Não houve nos relatos e entrevistas menções a outras instituições, a não ser a Colônia e o STR. Notou-se em contrapartida uma evidente influência da Assembléia de Deus, vertente do protestantismo popular, cuja atuação é distinta daquela desenvolvida pela Igreja Católica.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Colônia de Pescadores são as organizações profissionais com que os ribeirinhos podem contar para superar os conflitos, que se multiplicam com a escassez dos recursos, e selar acordos locais[18]. Um exemplo, talvez mais de tensão do que de con-

[18] A sua atuação também é voltada para a garantia do recebimento de benefícios sociais, como salário-maternidade e aposentadoria, por parte dos ribeirinhos. O Sindicato possui em algumas comunidades um delegado responsável pelo recolhimento da contribuição sindical, bem como pelo contato entre trabalhadores e sindicalistas. A Colônia vem incentivando os ribeirinhos a se matricularem para conseguirem o beneficio relativo à época de defeso.

flito, é o que ocorre entre os moradores e o Ibama, que, no cumprimento de sua função, proíbe os habitantes de utilizarem os recursos naturais de uma forma contrária à prescrita pelas leis ambientais. Os ribeirinhos se sentem profundamente injustiçados, pois, quando não trabalham para os donos de madeireiras e geleiras, exploram os recursos para consumo próprio, numa escala bem menos agressiva. A esse conflito vem acrescentar-se outro, que é freqüentemente intermediado pelas entidades profissionais, entre pescadores *moradores* e pescadores de *fora*, isto é, moradores de outras regiões, na competição pelo pescado e pontos de captura. O acesso a lagos, floresta, campos e à calha do rio, nas imediações da localidade, é sempre negado às outras comunidades, embora isso nem sempre seja verbalizado.

Os sindicatos de Gurupá e Porto de Moz são igualmente atuantes nas iniciativas de regularização fundiária. Em todas as comunidades visitadas os moradores afirmaram ser donos da terra e que têm a posse do terreno. Ou por *herança* ou por *doação*, a posse da terra é alegada e certificada por meio da afirmação de que efetuam o pagamento do Imposto Territorial Rural[19]. O que se encontrou em todas as comunidades foi a divisão informal em lotes. A forma de apropriação coletiva por uma comunidade é sempre associada à existência de uma demanda de legalização. Isso foi observado em Gurupá, na comunidade de São Sebastião, que conseguiu uma concessão de uso para a exploração coletiva da área. Em Gurupá, também em função do trabalho de regularização fundiária que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Fase vêm fazendo no município, os moradores demonstram possuir maior informação sobre o tamanho de seus terrenos. A regularização fundiária é processo fundamental para a autonomia e melhoria de condições de vida dos ribeirinhos.

Aspectos de comunidades de várzea do Baixo Amazonas

Caracterização sucinta das comunidades

Foram 14 as comunidades estudadas ao longo do trabalho para que, a partir das entrevistas com as 31 famílias de moradores, fosse construído um perfil das condições materiais de cada uma dessas localidades. Não se

[19] Embora o pagamento do ITR tenha uma função retórica importantíssima para os ribeirinhos, há críticas sobre a eficácia prática desse meio, tendo em vista seu objetivo: "O Imposto Territorial Rural – ITR, regulado pelo governo federal, tem sua receita compartilhada com os municípios, que são proprietários de 50% de sua arrecadação. A função básica do ITR não é a de constituir uma fonte de receita para o governo federal, mas regular o uso da terra, desestimulando a manutenção de terras improdutivas e a especulação. Em face da má administração desse imposto, nenhuma das duas funções é adequadamente preenchida" (Haddad, P. & Rezende, F., 2002, p. 35, 44).

trata de um estudo estatístico. O objetivo da pesquisa foi o de formar uma impressão geral sobre as localidades de várzea ao longo do Amazonas e Solimões. Aqui poderão ser encontrados aspectos gerais descritivos de comunidades de várzea localizadas no Baixo Amazonas, região da foz, pertencentes aos municípios de Almeirim, Prainha, Porto de Moz e Gurupá.

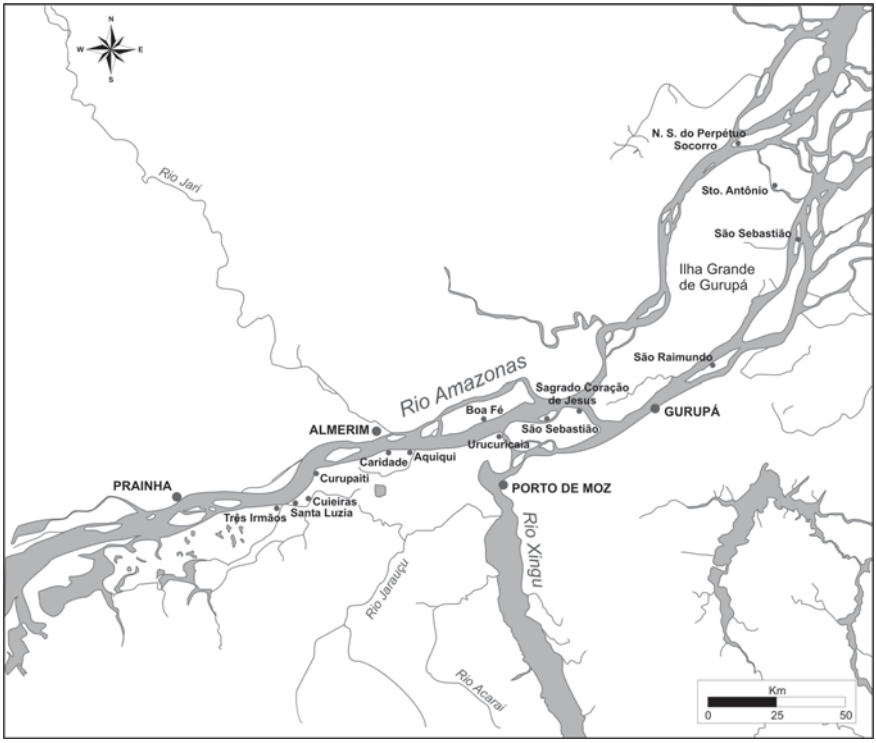
A Tabela 5 lista as comunidades visitadas, o número de famílias e de casas em cada uma, e sua localização geográfica é apresentada na Figura 2.

■ **TABELA 5** – Comunidades visitadas, número de famílias e de casas.

MUNICÍPIO	LOCALIDADE/ COMUNIDADE	NÚMERO DE FAMÍLIAS	NÚMERO DE CASAS
Prainha	São Joaquim	32	28
	Três Irmãos	48	25
Almeirim	Boa Fé	28	27
	São Sebastião	18	21
	Sagrado Coração de Jesus	10	8
Porto de Moz	Caridade	13	6
	Curupaiti	9	9
	Cuieiras	9	7
	Aquiqui	14	16
	Urucuricaia	5	5
Gurupá	Santo Antônio	18	17
	N. S. do Perpétuo Socorro	48	40
	São Sebastião	12	12
	São Raimundo	29	20

O termo comunidade, que pode ser substituído por localidade, é utilizado por todos na região e reconhecido pelo poder público local. Esse termo abrange características que são comuns nesses agrupamentos: a) poucos moradores que no geral são aparentados; b) um relativo isolamento entre as comunidades (muitas vezes dentro da mesma localidade existe uma longa distância entre os domicílios); e c) a presença da Igreja Católica na fundação e na organização dessas comunidades.

A Igreja Católica manteve durante décadas seu trabalho pastoral na várzea, sem outras iniciativas religiosas concorrentes. Porém, atualmente, esse quadro vem mudando e em duas localidades visitadas já foi possível observar o crescimento dos *evangélicos*. A Igreja Católica, entretanto, continua exercendo sua influência e, apesar de não manter padres nessas localidades, nomeia entre os moradores um líder, ministro da eucaristia, que reúne as famílias uma vez por semana, quase sempre aos domingos, para as celebrações católicas.



■ **FIGURA 2** – Localização das comunidades visitades.

Houve uma época em que as populações passaram a se representar como comunidades. As populações existiam anteriormente, ao final da década de 1960, início da de 1970, referidas aos seringais decadentes, às fazendas, aos sítios. Elas já haviam sido identificadas como comunidades por pesquisadores que chegaram nas décadas de 1940 e 1950 [Wagley (1977) e Galvão (1976)], mas foi apenas com o movimento da Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base que os ribeirinhos passaram a denominar seu local de moradia como *comunidade* e a identificar-se como *comunitários*.

Conforme já observara Charles Wagley (1977), na década de 1940 as festas religiosas em geral e as destinadas especificamente à comemoração do santo padroeiro eram importantes eventos para os habitantes; ainda hoje eles investem dinheiro e tempo para prepará-las. O autor observou que tais comemorações religiosas consagradas aos santos misturavam o espírito religioso e de diversão, uma vez que delas faziam parte festas dançantes, o que muito desagradava aos padres. Hoje a importância das festas religiosas permanece, sendo um dos raros momentos de lazer do ribeirinho. Como também descreveu Galvão (1976), a população de Gurupá se distribuía em algumas irmandades (forma de organização católica em torno de um santo patrono), que promoviam festas religiosas segundo um amplo calendário, de forma que durante todo o ano havia festejos, com danças e bebidas.

De uma maneira geral, nos quatro municípios as comunidades guardam uma estrutura de organização religiosa, com a presença de líderes eleitos em cada uma delas. A grande maioria das localidades visitadas é católica, mas nas comunidades de São Joaquim e Boa Fé há a presença de Assembléia de Deus, na qual estão ligados os prefeitos dos municípios de Prainha, Almeirim e Porto de Moz. Neste último e em Gurupá, é possível observar os efeitos do trabalho que vem sendo feito pelas lideranças católicas junto aos ribeirinhos, no sentido de fomentar sua organização. Também graças à atuação de outras entidades endógenas (Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Colônia de Pescadores) e exógenas (Fase e UFPA), nesses municípios encontramos maior freqüência de representantes[20] de associações atuando nas comunidades.

Em termos de organização espacial, as moradias possuem a frente voltada para o rio, sendo que atrás delas estão os *campos* de mata rasteira – naturais ou feitos por desmatamento; no período da cheia eles se transformam em prolongamento dos rios, que transbordam, alagando toda a região. Elas são de madeira e possuem telhados de palha, madeira, ou material industrializado. As casas, erguidas sobre pilotis, têm seus assoalhos distantes do solo, de modo a permanecerem acima do nível da água mesmo durante as inundações. Os sanitários, chamados *cercados* ou *cercadinhos*, são cômodos de madeira que possuem um buraco no chão onde passam os dejetos; ligados às casas por uma passarela de madeira, são construídos no terreno situado atrás das mesmas – os já mencionados campos.

Ao redor da casa há hortas e jardins que são cultivados até em canoas velhas e suspensas, o que deixa as casas floridas mesmo no inverno. Ao longo das passarelas de madeira que ligam as casas entre si, podem existir outros aposentos, para depósito de material de trabalho ou para abrigar galinhas, patos e porcos no inverno. O grande perigo dessa engenhosa arquitetura é o eventual descuido com os filhos pequenos, que ainda não sabem nadar.

As casas são construídas de forma a não existir muitos espaços entre as tiras de madeira. Isso diminui as chances de os mosquitos importunarem os moradores. Mais do que um problema ligado ao bem-estar dos habitantes, trata-se de uma séria ameaça à saúde, uma vez que doenças, como a malária, fazem muitas vítimas durante o período das cheias, quando o mosquito transmissor do agente patogênico prolifera.

Como as casas possuem um ou dois quartos, sala e cozinha[21] e têm uma vida útil de 5 a 10 anos, conforme o acabamento, os ribeirinhos constroem casas próximas e deixam uma só para a dormida, passando o dia na outra. É também uma maneira de mudarem de ambiente durante o período de *aprisionamento* imposto pelo inverno.

[20] Uma só pessoa pode estar ligada a diversas entidades que atuam nos municípios, sendo que uma liderança catequética pode também pertencer à direção do STR, por exemplo. No passado, em Gurupá, o PT, o STR e a Igreja atuavam praticamente em conjunto em prol das mesmas causas, e hoje elaboram atuações específicas, de forma que algumas tensões podem surgir entre elas.

[21] Uma das casas visitadas tinha dois andares, fugindo ao padrão comum.

Para enfrentar o período da cheia, os criadores constroem as *marombas* (currais sobre estacas) para abrigar o gado, sobretudo os filhotes, que não podem ficar soltos sob risco de afogamento.

Uma das características comuns às comunidades é o fato de o abastecimento doméstico de água ser feito diretamente dos rios, cujas condições sanitárias pioram no inverno e melhoram no verão, ficando o rio *mais limpo* com a descida das águas. A falta de tratamento da água e do esgoto nivela a qualidade de vida entre aqueles que nada possuem e os que podem comprar eletrodomésticos e móveis. Conforme já foi dito, a forma mais comum de tratar a água é misturar compostos à base de cloro, separando em tonéis a que vai ser bebida, a utilizada no preparo dos alimentos e a da higiene e lavagem das roupas.

Os moradores das localidades de várzea não se mudam para a terra firme nos períodos de cheia, como ocorre alhures. Eles se mantêm na várzea, em suas casas, sobre os pilotis. O inverno não determina um fluxo de mudança em direção à terra firme, mas, em compensação, existem outros tipos de fluxos nas comunidades estudadas. Foi possível, por exemplo, observar a mudança de pessoas de uma comunidade para outra, em função de desmoronamentos nas proximidades das antigas habitações. O atual líder da comunidade de Boa Fé morava numa outra ilha, onde ele fez a sua primeira morada. Ela foi destruída pelo rio Amazonas e ele mudou-se há algumas décadas para a de Comandaí, onde comprou *os direitos de 4 tarefas de mato do antigo morador*. Após sua chegada, vieram seus familiares, formando a comunidade fundada com a participação da Igreja Católica de Almeirim, em 1990.

Outra forma de mudança, desta vez em direção à sede, acontece pela necessidade de estudar ou de complementar os estudos, pois na maioria das comunidades varzeiras o ensino se encerra no 4° ano do ensino fundamental. Assim, quando existe a possibilidade, algumas pessoas se deslocam para a sede do município a fim de completar parte de sua escolaridade.Os que possuem alguma disponibilidade financeira mantêm uma casa na cidade para atender a esse fim, enviando para lá os filhos em idade escolar.

Com todo esse investimento, a maior parte da população que mora na várzea não tem o ensino fundamental completo. As dificuldades de acesso às escolas são comentários recorrentes nas entrevistas. Os entrevistados valorizam imensamente a possibilidade de escolarização e as crianças dividem seu tempo entre a escola e alguma participação nas tarefas dos adultos. Geralmente, quando há escola, ela funciona com turmas multisseriadas (com aulas ministradas ao mesmo tempo para diferentes séries), em casas feitas pela própria comunidade. Os moradores solicitam ao prefeito o envio de professores e móveis escolares após terem reformado alguma antiga moradia ou construído uma nova que servirá de escola.

O número de professores alocados não coincide necessariamente com sua presença física; por causa da distância entre sua casa e a escola, muitos desistem de continuar lecionando na várzea e deixam vago o seu lugar. Em Gurupá há uma professora que habita a várzea e, embora ganhe por meio

turno de trabalho, leciona de manhã e de tarde para não ocupar a mesma sala com alunos de séries diferentes, conforme preconiza a escola multisseriada. O Programa Bolsa Escola é um auxílio federal muito esperado pelas famílias, cujas moradias não estão distantes da sede o suficiente para tornar a viagem tão cara que não compense o recolhimento do benefício. Ele é repassado pela prefeitura e freqüentemente os prefeitos são acusados de serem tendenciosos na distribuição do auxílio[22].

Bem como a educação, a saúde é um serviço público prestado dentro de um contexto de bastante precariedade. Das 14 comunidades estudadas, apenas uma tem posto de saúde em boas condições de funcionamento. As outras são visitadas anualmente por um agente de saúde que, quando mora na várzea, a exemplo do que ocorre na comunidade de São Sebastião, em Almeirim, atende a população em sua própria casa.

A diarréia, mal que aflige os moradores, está relacionada à falta de saneamento. Ela atinge principalmente as crianças, e é uma importante causa do alto índice de mortalidade infantil. Embora os danos provocados pelas indústrias sejam maiores sob determinado ponto de vista – o da natureza da poluição –, a utilização dos rios como lixeira e esgoto está em consonância com a imagem, comum ao ribeirinho, de que tais águas são *sujas* (*barrentas*), indicando que a própria característica da água pode facilitar uma classificação de um rio barrento ou escuro como "naturalmente" *sujo*.

As comunidades mais distantes das sedes de seus próprios municípios recorrem às sedes mais próximas de outros municípios. As comunidades mais populosas têm maiores chances de conseguirem apoio por parte da prefeitura. A existência de escola, posto de saúde e motor de luz, observada na grande maioria das comunidades dessa região de várzea, não significa, entretanto, que a população usufrua desses serviços. Na várzea, a presença do médico ou do professor também não é regular. A doação de um gerador de eletricidade (motor a diesel que é ligado por um período durante a noite), pela prefeitura, em troca de apoio político, conforme nos foi narrado em entrevistas, não é seguida necessariamente da doação do combustível, ficando por conta dos habitantes se cotizarem para comprá-lo.

Juntamente com a questão da terra, cuja apropriação ilegal por parte de empresários[23] locais e de fora vitimiza ribeirinhos e *terra-firmeiros*, o esgotamento de recursos naturais, provocado pelo desmatamento (seja para a retirada de madeira ou para o plantio de capim) e pela atuação das geleiras, é uma das principais ameaças às populações da várzea. Sem condições para a sua reprodução social, o ribeirinho também explora o recurso à sua

[22] Para uma discussão sobre a política de descentralização das ações do Estado, ver artigo de Delma Neves, intitulado "Projetos de desenvolvimento: predação/sustentabilidade? Lógicas políticas e parcializações do mundo social" (2003, manuscrito).

[23] É necessário evitar o termo *proprietário*, já que a questão fundiária na Amazônia é muito complexa, podendo estar compreendidas sob esse título pessoas e empresas que adquiriram terras por meios ilícitos. Para uma interessante discussão sobre o assunto, além dos textos considerados clássicos, ver também o de Marcionila Fernandes, sobre a União Democrática Ruralista (Fernandes, 1999).

exaustão, pressionado pelo comerciante disposto a comprar grande quantidade com baixo preço, sendo um vetor, sem escolha, da insustentabilidade:

> "Na Amazônia, o uso do solo tem sido baseado na exploração madeireira, predatória, associada à pecuária extensiva, que ocupam mais de 70% das terras com ação antrópica. A tendência é seguir o denominado ciclo *boom-and-bust* econômico: nos primeiros anos, ocorre um rápido crescimento (*boom*) na renda e no emprego, seguido de um severo declínio (*bust*), resultado da exaustão relativa dos recursos naturais, associado a uma fortíssima concentração da terra. Esse padrão é evidente nas fronteiras madeireiras mais antigas, como Paragominas, no leste do Pará" (Haddad, P. & Rezende, Fernando, 2002, p. 17).

Para verificar a situação dominial das várzeas estudadas, foi realizado um rápido levantamento[24] sobre as histórias recentes de cada uma. De acordo com as narrativas, foi possível depreender que, no momento da fundação e do desenvolvimento das comunidades de Boa Fé, São Sebastião e Sagrado Coração, em Almeirim, seus moradores trabalharam para a Jari, fornecendo madeira durante a década de 1960. Com a escassez da madeira e a diversificação das atividades da empresa, a Jari deixou de explorar a madeira da região. Também foi possível verificar que Três Irmãos, Caridade, Cuieiras, Boca do Aquiqui e Urucuricaia integraram no passado as terras da fazenda da família Melo e Silva. Mas a ocupação da região antes da pecuária deveu-se ao plantio e corte da juta. Esta teve seu declínio em 1966, e os habitantes começaram a trabalhar com o gado, no final dos anos de 1960, trazido por Alfredo Silva, filho de Michel Silva. A fazenda abrigava uma fábrica de queijo, que hoje está em ruínas (Figura 3), numa curva do belo rio Aquiqui. Atualmente tais terras estão sendo arrendadas pelos descendentes de Michel Silva, primeiro proprietário da fazenda, conforme se lê no dossiê intitulado "A questão fundiária do município de Porto de Moz[25]".

[24] Sobre regularização fundiária em Gurupá, ver importante estudo de Treccani (2004), no âmbito deste mesmo projeto.

[25] O mencionado dossiê foi feito pelo STR de Porto de Moz e Paróquia São Braz e entregue ao deputado federal Sérgio Carvalho, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a grilagem de terras na Amazônia, em 2001. O documento descreve um dos aspectos do conflito que aflige moradores da várzea do Aquiqui: "As pessoas que desejavam ficar com a terra se baseavam no "título ou lei paroquial" que existiu até 1995. A pessoa se fixava numa área por um determinado tempo para legitimá-la. Posteriormente ia ao cartório e fazia a escritura pública. Tem sido comum as áreas serem arrendadas a terceiros. É o caso da Fazenda Aquiqui (de propriedade do Sr. Michel de Melo e Silva). Hoje os proprietários, um dos quais é herdeiro do Sr. Michel, graças a esse título, arrendaram a fazenda. O fato está causando grandes conflitos, já que a empresa faliu e os moradores da região, que ali estavam antes do Sr. Michel conseguir a documentação da área e transformá-la em fazenda, querem o que lhes é de direito: a terra. Eles trabalharam como "vaqueiros" da referida fazenda, constituíram famílias, e quem reivindica os direitos são seus filhos e netos."

■ **FIGURA 3** – Fábrica de queijo da Fazenda Aquiqui na várzea de Porto de Moz.

No trecho de várzea visitado, notamos três presenças importantes: em Almeirim, a Jari; em Porto de Moz, a família Melo e Silva; e em Gurupá, a madeireira Brumasa, que chegou ao Amapá em 1950 e logo já atuava em outros municípios limítrofes. Como foi explicado anteriormente, a Jari garante seu representante na prefeitura por meio de um rodízio entre o cargo de prefeito e o de vice-prefeito, em cada eleição. Mas como a organização dos interesses pode sofrer rearranjos, essa fórmula ultimamente mostra suas ambiguidades expressas no conflito entre a atual prefeitura e a empresa, que disputam grandes pedaços do território municipal. Em Porto de Moz, membros da família Melo e Silva estiveram à frente da prefeitura por várias vezes[26] e em Gurupá não há estreita relação entre a Brumasa e os representantes municipais.

Poder assegurar legalmente seu trecho de terra é vital para que os ribeirinhos mantenham sua diversificada atuação produtiva. Eles pescam, extraem, plantam e criam gado, sempre se direcionando para a atividade mais acessível em cada momento. O acesso às atividades depende também da condição do ribeirinho dispor de certos equipamentos e instrumentos e, igualmente, de terreno para roçar – as *capoeiras* – no caso de a família lidar com a agricultura.

[26] Welington de Melo e Silva, 1959 a 1962. Arthur de Melo e Silva, 1963 a 1966 (vice-prefeito) e 1967 a 1970 (prefeito). José Flamarion de Melo e Silva, 1973 a 1976. Alfredo Luiz Bentes de Melo e Silva, 1989 a 1992.

Atividades produtivas nas comunidades de várzea

Durante os anos de 1960, quando a juta foi substituída pela criação do gado nas comunidades visitadas em Porto de Moz, e a madeira deu lugar também ao gado, nas de Almeirim, parece ter havido um abandono do cultivo de produtos vegetais para a utilização em escala doméstica. Numa entrevista, foi dito que com o plantio da juta, outras formas de cultivo eram empreendidas pelos ribeirinhos. O processo de pecuarização, por um lado, e o crescimento do fenômeno *terra caída*, de outro, são apontados como empecilhos para a manutenção da atividade agrícola. Gurupá vende o açaí, mas o que foi encontrado nos outros municípios estudados foi uma atividade de cultivo de caráter ocasional, ou seja, os ribeirinhos não lançam mão dessa forma produtiva regularmente e, aparentemente, seis comunidades abandonaram completamente o cultivo da terra[27].

Os representantes da prefeitura de Almeirim afirmaram que existe dificuldade para a implantação de uma produção agrícola mais sistemática no município, em razão do que chamam de *falta de aptidão dos ribeirinhos para a agricultura*. Esse pressuposto não é partilhado por organizações não-governamentais (como a Fase), que chegam à região de foz estabelecendo planos de manejo não só para o palmito de açaí (em prática nas comunidades de Santo Antônio e São Sebastião, ambas em Gurupá), a madeira de lei e o camarão, mas também fomenta o cultivo de diversos produtos agrícolas, que deve ser orientado para o consumo doméstico e a comercialização.

O fruto do açaí é um ingrediente importante na alimentação do morador da várzea. Bastante calórico, ele pode ser consumido na forma de *vinho* (suco) misturado à farinha. Quando, na década de 1970, a rentabilidade do palmito de açaí surgiu para os ribeirinhos gurupaenses, eles principiaram, pressionados pelos comerciantes e pelas fábricas de palmito que ali se instalavam, a cortar os pés de açaí, abrindo mão de um importante item da sua alimentação. Essa fórmula logo apresentou problemas (Royer, 1996), pois a quantidade exigida pelos compradores acabou por impedir seu consumo pelos ribeirinhos. Atualmente, o palmito é colhido em março em casos de extrema necessidade, pois é considerado como *poupança*, termo alegórico utilizado para descreverem a função do gado e do palmito na economia do morador da várzea. Nas comunidades onde há manejo, o corte obedece a regras do plano.

A extração da madeira na várzea ainda é considerada rentável e o atrativo é por ser uma atividade a qual se pode recorrer durante o inverno, sobretudo nos primeiros meses (até abril), com a vantagem de a

[27] São seis localidades: São Joaquim (agricultura prejudicada pela terra caída), Três irmãos, Caridade, Curupaiti, Cuieiras e Boca do Aquiqui.

cheia permitir o transporte dos troncos que flutuam pelos igarapés até as vias fluviais principais.

Em Gurupá, os moradores de duas comunidades passaram a cortar a madeira obedecendo a um determinado padrão de calibre do caule; eles cortam no verão, quando o nível baixo das águas facilita o corte, e vendem no inverno, quando existe maior dificuldade de obtenção do peixe. Essas duas comunidades são exceção, pois mesmo sendo a extração de madeira de várzea uma atividade presente em quase todas as localidades visitadas, não há, em geral, nenhum tipo de manejo sendo colocado em prática.

Talvez não seja dispensável repetir que o problema de desmatamento na região é extremamente grave, fato atestado pelas espécies ameaçadas que não mais se encontram na região, ou ainda por espécimes pouco desenvolvidos (jovens), listados pelos moradores. As grandes madeireiras atuam em terra firme, com maquinaria apropriada para grandes derrubadas. A várzea exige tratores especiais ou então os machados dos ribeirinhos, que devem empreender considerável força física para compensar a simplicidade tecnológica de que dispõem (Gonçalves, 1996).

Além da exploração da madeira, outra atividade rentável é a pesca da dourada, que é sazonal, com a safra durando três meses no verão (agosto, setembro e outubro), e mobilizando 11 das 14 comunidades visitadas[28]. Além da dourada, outras espécies são comercializadas por um grande número de famílias, com destaque para o filhote, que, no momento da pesquisa, era mais caro do que a dourada[29]. Esse não é apenas o peixe comercializado pelo maior número de famílias na região, mas também é o mais consumido e apreciado pelos ribeirinhos entrevistados. Isso, no entanto, não parece ser a regra para outros tipos de peixes valorizados para o comércio, pois, aparentemente, evita-se o consumo das espécies mais caras a fim de destiná-las à venda. Assim, nem sempre o consumo das espécies acompanha a tendência da comercialização, sendo o acari e a pescada os peixes mais consumidos pelos ribeirinhos, depois da dourada.

A pesca, que tem sido uma atividade básica entre os ribeirinhos, vem sendo abandonada em detrimento de outras (criação e captura do camarão, por exemplo), devido à crescente dificuldade de se encontrar o peixe fora da safra; ela subsiste em escala doméstica com dificuldade, especialmente no inverno, época em que ela sempre foi mais difícil, porque a cheia dos rios dificulta a sua captura. A chegada da pesca industrial aumentou consideravelmente tal dificuldade, reduzindo rapidamente o estoque pesqueiro. Mesmo assim, há localidades (Boa Fé e Cuieiras) onde a pesca é realizada ao longo de todo o ano. Mas isso não quer dizer que ela seja *rentável* durante todo esse período.

[28] Em Três irmãos (Prainha), Santo Antônio e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (ambas em Gurupá) não há moradores envolvidos com a pesca da dourada.

[29] Em fevereiro de 2003, enquanto a dourada variava de R$ 0,70 a R$ 1,00 o quilo, o filhote era vendido para as geleiras a R$ 1,50 o quilo.

A pesca da dourada é feita para as geleiras locais e para as de outros municípios paraenses. Os pescadores podem tanto embarcar nas geleiras quanto para elas venderem seu produto. Mas em comunidades situadas às margens de afluentes do Amazonas, mesmo durante o período de cheia, ainda é possível encontrar peixes consumidos em escala doméstica ou eventualmente comercializados. As comunidades à beira do Amazonas não encontram peixe com facilidade fora da safra e, além disso, trata-se de um rio visado pelos agentes do Ibama, que fiscalizam o respeito ao período de defeso numa época em que as águas ainda estão relativamente baixas (janeiro a março).

O camarão, embora comercializado por nove das comunidades visitadas – Boa Fé, São Sebastião (Almeirim), Sagrado Coração, Caridade, Curupaiti, Aquiqui, Cuieiras, Perpétuo Socorro e São Sebastião (Gurupá) – , não costuma ser consumido (apenas uma família afirmou utilizá-lo para a própria alimentação). Nas comunidades que produzem camarão, os ribeirinhos criaram dispositivos informais para solucionarem conflitos surgidos com a deposição dos matapis na praia.

Os acordos de pesca da região são também informais e versam sobre os locais de pesca dentro de comunidades ou entre elas. A maioria das colônias ao longo do rio Amazonas tomou a iniciativa de delimitar áreas de pesca e captura de camarão, marcando graus diversos de interdição e autorização de pesca (Royer, 1996). Portanto, as colônias de pescadores, quando voltadas para o interesse dos trabalhadores, têm importante papel na mediação de tais conflitos, sobretudo quando os pescadores vêm de regiões mais distantes, como passou a acontecer após a construção da barragem de Tucuruí. A criação das colônias de pescadores em Gurupá e Porto de Moz, por exemplo, é recente e foi uma resposta ao aumento desses pescadores, vindos *de fora*, bem como à chegada das geleiras.

Um sério enfrentamento entre os ribeirinhos da várzea de Porto de Moz e as geleiras ocorreu devido à invasão do lago Urubu por grandes barcos pesqueiros. O lago serve de criadouro para muitas espécies de peixe dos rios da região. Os moradores de Almeirim e Porto de Moz pescavam no lago até ele ser freqüentado pelos barcos da pesca industrial, que causaram uma sensível diminuição do pescado na área. Os ribeirinhos quiseram o fechamento do lago para as geleiras e propuseram, por meio de suas associações, a gestão comunitária.

Outros interesses em torno da utilização do lago foram então se explicitando e a prefeitura do município, na época, queria explorar o lago turisticamente, idéia incorporada pela atual prefeitura. Na ocasião foram dados dois laudos técnicos sobre as possíveis utilizações do lago, realizados pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará – Sectam, que chegaram a conclusões diferentes. Um era favorável à pesca desportiva e o outro era favorável à criação de uma Área de Proteção Ambiental - APA. Este último se afina com os interesses dos comunitários, enquanto que o

primeiro sustenta o projeto das prefeituras. Por uma decisão judicial, o lago foi fechado durante todo o ano de 1993. Muitos pescadores vêem esse fato como decisivo para o aumento do volume de pescado na área.

Hoje o lago está reaberto às geleiras, mas alguns entrevistados afirmam que o proprietário (talvez Alfredo Silva, herdeiro de Michel Silva, já mencionado) cobra um *pedágio* na entrada. O lago continua sendo área de disputa, pois integra as terras incluídas no projeto da Resex Verde para Sempre.

Outro exemplo importante, que ilustra não mais um conflito, mas agora um acordo, a partir da iniciativa dos ribeirinhos em defesa dos recursos varzeiros, é o acontecido em Cuieiras, à beira do Ui-Ui, também no município de Porto de Moz. Ele diz respeito ao manejo de peixes nesse rio, próximo ao lago Urubu. Lá, os moradores, apoiados pela Colônia de Pescadores, tentam regulamentar para rentabilizar a pesca do acari e a fabricação de sua farinha, piracuí. Essa comunidade estabeleceu um acordo para a pesca do acari, que já é de fácil captura no mês de junho, e conseguiu envolver outras comunidades próximas, como as de Santa Luzia e Monte Sinai. O acordo preconiza o controle de venda na cidade na época da safra (verão) e proíbe sua pesca na época da desova – dezembro, janeiro e fevereiro –, evitando o excesso que vinha acontecendo durante esses três meses. Durante a safra, cada pescador pode levar numa viagem para comercializar na cidade até 600 peixes em 5 dias, e vender diretamente para os moradores de Porto de Moz e Almeirim. De dezembro a março a água continua baixa, mas é o período de defeso, ficando a pesca proibida. Nessa época, de começo de inverno, os moradores faziam a farinha com muita ova. Como nessas comunidades há a possibilidade de utilizar os derivados do leite, a proposta feita pelos moradores, e apoiada pela Colônia, é a do rodízio de atividades, substituindo, durante o defeso, a utilização da ova do peixe pelo leite e seus derivados. No fim do inverno, no rio Ui-Ui, muito peixe ainda é encontrado, embora não se faça queijo. Assim, o queijo pode ser substituído pelo peixe.

A pecuarização da várzea

A criação de gado bufalino e branco é encontrada na região de Almeirim, Porto de Moz e Prainha, havendo pequenos (donos de dezenas de cabeças) e médios (donos de poucas centenas de cabeças) criadores. Há comunidades onde se encontra apenas gado branco, como em São Joaquim; em outras há exclusivamente o bufalino, como em Curupaiti. Existem ainda comunidades que desenvolvem ambos os tipos de gado, como em Três Irmãos.

Nenhuma das comunidades visitadas em Gurupá possui criação. Já foi dito que alguns entrevistados explicam a ausência dessa atividade pelas características ambientais do município, afirmando que seus campos naturais não são tão propícios quanto os de Almeirim, Porto de Moz ou

Prainha. Seja a afirmativa verdadeira ou falsa, o fato é que no passado nenhum grande criador ali se instalou, dificultando o acesso dos ribeirinhos gurupaenses à obtenção de determinado número de animais, o que era comum acontecer quando se estabelecia um tipo de parceria entre o proprietário e o "sócio-trabalhador", processo bem descrito por Guilardo Lobo em seu texto "Notas sobre a parceria pecuária do médio Amazonas paraense" (Lobo, 1988). Durante a década de 1960, enquanto a família Melo e Silva começava a criar o gado na várzea de Porto de Moz, propiciando que alguns empregados do senhor Michel Silva recebessem algumas cabeças e se tornassem pequenos criadores, Gurupá estava voltada sobretudo para o corte de madeira.

Os búfalos, por serem mais resistentes, podem ser criados soltos na várzea, sem necessitar dos cuidados exigidos pelo gado branco, que deve ser abrigado nas marombas ou em terra firme durante a cheia. Em Três Irmãos, Cuieiras, Caridade e Curupaiti, por exemplo, os búfalos passam o ano todo na várzea. O gado branco de Sagrado Coração, Urucuricaia e Boca do Aquiqui fica em marombas durante o inverno; o de Cuieiras é levado para uma região de terra firme.

Conforme dissemos, essa é uma atividade considerada como *poupança* entre os pequenos criadores; a criação foi uma alternativa encontrada pelo morador da várzea para vencer a perda imposta pela cheia anual dos rios. A venda de uma cabeça só pode ser reposta após três anos, tempo necessário para que um animal adquira o peso de venda. Os criadores entrevistados nas várzeas de Almeirim (Figura 4), Prainha e Porto de Moz não

■ **FIGURA 4** – Maromba na várzea de Almeirim.

possuem muitas cabeças destinadas ao corte, embora para um ou outro antigo criador (Comunidade de Três Irmãos) isso possa ser uma realidade. O gado bufalino é basicamente destinado ao fornecimento de leite e queijo, que os habitantes aprenderam a fazer no tempo em que nessa região havia a fazenda Aquiqui e sua fábrica de laticínios.

O gado é responsável por inúmeros tipos de impacto ambiental, pois o pisotear das margens ocasiona o desmoronamento das mesmas, turvando as águas, que também se sujam com os dejetos, e causando a morte dos peixes. A presença do gado desencoraja a agricultura, cujos produtos podem ser destruídos pelos animais. Com todos os problemas, o gado se apresenta como uma forma de independência do ribeirinho em relação aos constrangimentos ambientais impostos pelo regime de cheia e de seca.

Já existe prática de manejo para a madeira, para algumas espécies de peixes e produtos agrícolas em algumas comunidades, mas o búfalo é criado sem nenhuma regra. Embora possuam marombas, elas são destinadas, sobretudo, aos mamotes, permanecendo os animais adultos soltos na várzea. Como já foi dito, nelas também se guarda o gado branco durante o inverno, mas não o búfalo adulto. O *cercamento* que afirmaram fazer durante as entrevistas não pôde ser confirmado pela observação em campo que, inversamente, indicou que o padrão é a criação solta.

O crescente número de cabeças vem apresentando a perspectiva da necessidade de manejo[30]. Essa é a idéia trazida pelos moradores que idealizaram a Resex Verde para Sempre. Assim, nota-se uma tensão que surge entre a proposta da criação da mencionada Resex e os criadores. Isso quer dizer que, embora não haja uma oposição dos propagadores da Resex aos criadores de várzea (e aqui são incluídas todas as comunidades de Almeirim e Porto de Moz), algumas entrevistas apontaram para a existência de uma certa desconfiança por parte do criador mais próspero, explicável aparentemente pelo fato de o projeto de implantação da reserva englobar uma fórmula alternativa à sua forma de criar o gado, o que implicará mudanças.

Além do gado, aves e porcos geralmente são abatidos no inverno. Chegando o verão, a alimentação pode se basear no peixe ou outros artigos comprados com o dinheiro da venda do pescado, dando tempo para que o número de aves e de porcos seja recomposto. A manutenção da criação durante o inverno é muito difícil, pois exige construções de abrigos para proteger os animais da chuva e medidas contra as doenças. Assim os ribeirinhos lutam para manter alguma criação, que não pode crescer demais e deve ser freqüentemente cuidada para não minguar.

A criação pecuária na várzea contou também com o incentivo dos empréstimos geridos pelo Basa e disponibilizados pelo Fundo Constitucio-

[30] O poder público incentiva a criação bubalina, mas sem propor fórmula de manejo que atenue o impacto. A assistência prestada diz respeito à saúde dos animais.

nal do Norte – FNO[31]. Embora a terra firme seja a grande concentradora desse tipo de financiamento, os criadores da várzea tiveram acesso ao mesmo para a criação de búfalo, com sucesso, em Porto de Moz e Almeirim. Mas, por falta de assistência técnica e apoio à comercialização, encontram o insucesso quando aplicado ao cultivo varzeiro. Por exemplo, em Gurupá, os empréstimos do FNO para produtos agrícolas, como a banana e o açaí, bem como as informações transmitidas aos ribeirinhos por técnicos responsáveis pelo projeto, não tiveram resultados satisfatórios aos olhos dos agricultores. O modo como os especialistas orientavam o plantio não deu certo e os ribeirinhos ficaram bastante endividados (Royer, 1996).

Em Porto de Moz, o escritório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater existe há sete anos e é ligado ao escritório de Altamira, que dá apoio aos escritórios locais e municipais. O trabalho nesses sete anos é basicamente destinado ao Fundo Constitucional do Norte – FNO que, desde 1994, financia projetos de cultivo do café, pimenta-do-reino, açaí, cupuaçu e pecuária leiteira. A Emater não possui nenhum projeto específico para a várzea, embora as lideranças procurem apoio junto aos técnicos.

O FNO tem uma razoável importância no município e algumas associações de moradores foram criadas em função da possibilidade dessa forma de organização ser capaz de obter o seu financiamento, a exemplo da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Porto de Moz – APRUPM, que foi a primeira no município a obter crédito desse fundo.

A difícil comercialização da safra e a poupança

O baixo poder aquisitivo dos moradores locais e a presença dos *intermediários,* que estipulam o preço da produção do ribeirinho, criam um círculo vicioso semelhante ao do tempo em que o aviamento era uma prática disseminada. Na falta de acondicionamento e transporte apropriados para a produção (e aqui entra o preço de combustível, que faz com que uma viagem maior para fugir do *intermediário* não seja compensadora),

[31]Os fundos constitucionais de desenvolvimento regional foram criados pela Constituição de 1988 para o auxílio financeiro à instalação ou modernização de empreendimentos produtivos na Amazônia. Entretanto, seus objetivos não vêm sendo alcançados. "Alimentados pelo repasse de receitas tributárias da União, o Fundo de Desenvolvimento da Região – FNO – e o Fundo de Desenvolvimento da região Centro-Oeste – FCO (este na parte abrangida pela Amazônia Legal) fornecem empréstimos com juros subsidiados a pequenas e médias empresas, de acordo com os critérios estabelecidos na legislação que regulamenta a aplicação de recursos desses fundos. (...) Em tese, esses dois instrumentos financeiros poderiam atuar complementarmente para aumentar a eficácia de suas aplicações. Os incentivos aportariam empréstimos em condições mais favoráveis, compondo uma equação financeira capaz de compensar as desvantagens iniciais de investir na Amazônia, decorrentes das deficiências de infra-estrutura econômica e social. Na prática, essa complementação nunca existiu. Operando sob lógicas distintas e gerenciando de forma independente, os incentivos e créditos não foram capazes de provocar as mudanças esperadas no cenário econômico regional" (Haddad, P. & Rezende, F., 2002, p. 35/36).

os ribeirinhos não têm liberdade para procurar compradores que paguem melhor preço pelo seu produto[32].

Um outro fator que parece prejudicar a comercialização do que é produzido na várzea é que nem sempre os produtos, como o queijo de búfalo, possuem o padrão de qualidade aceito num mercado mais amplo. As fábricas de palmito de Gurupá, hoje remodeladas, já sofreram no passado com o mesmo problema: a falta de higiene no processo de industrialização.

Atualmente os produtos comercializados pelo ribeirinho entrevistado são a dourada, na safra, sob o regime das geleiras; a madeira e o açaí, em Gurupá, foco de planos de manejo; o camarão tem boa comercialização, mas laticínios e produtos agrícolas, excluindo o açaí, são inexpressivos por enquanto, servindo principalmente ao próprio consumo.

Nem sempre a aquisição de produtos é intermediada por dinheiro. Eles compram os artigos de que necessitam quando dispõem de dinheiro ou quando podem trocar. O grande problema do trabalhador da várzea é, além de não poder contar com uma quantia mensal fixa, ter a perda anual provocada pela cheia das margens durante o inverno.

A partir dessas duas características do produto – o que perdura durante o inverno e o que tem liquidez, gerando *dinheiro vivo* –, os entrevistados classificam suas atividades econômicas em três categorias: a que dá algum apoio ao orçamento doméstico, voltada para o autoconsumo (cultivo de frutas e verduras e criação de pequenos animais); a que é considerada rentável, porque é bastante comercializável, podendo gerar dinheiro *vivo* (pesca da dourada ou extração de madeira); ou a que é considerada *poupança*, isto é, não se comercializa em grande escala porque o recurso é de difícil reposição, mas tem a grande vantagem de persistir durante o inverno (gado e palmito de açaí), podendo ser transformada em *dinheiro vivo* em qualquer época do ano.

A atividade do tipo poupança é muito valorizada pelo morador da várzea. Como dissemos, trata-se de uma forma de denominar o que não é perecível, o que persiste, apesar da cheia, podendo se transformar em dinheiro em caso de *necessidade*, evitando a perda e, assim, permitindo um começo de acumulação. Mas tal classificação é peculiar porque não coincide com sua definição usual, que é a de retirada do dinheiro de circulação. O ribeirinho então não guarda o dinheiro; ele evita a venda de uma mercadoria segundo um cálculo do que seja *precisão* ou *necessidade*, fazendo antes uma reserva de valor.

Ter um recurso com o qual se possa contar durante o duro período de inverno é conseguir alterar a lógica da produção na várzea. Essa possibi-

[32] É interessante observar que os entrevistados costumam dizer com certa freqüência que vendem "*direto* para a geleira" do Sr. X ou Y. A palavra "direto", várias vezes repetida, significa o oposto da realidade da transação, pois eles sabem que não vendem ao comprador final, o que muito lhes prejudica. O gesto que acompanha a frase, normalmente demonstra que os ribeirinhos sentem como se estivessem se desfazendo de sua produção e não vendendo-a. Aqui, o vender direto faz referência a uma venda compulsória, pois não é ele, produtor, que determina o preço.

lidade de previsão do futuro, que distingue a atividade do criador das outras que sofrem um constrangimento direto do regime sazonal, é extremamente atraente para o ribeirinho. Mas, devido a todos os diversos problemas trazidos pelo crescimento do número de cabeças, as lideranças não identificam a criação como uma atividade tipicamente ribeirinha. Preferem buscar outra fórmula, menos impactante e estranha à floresta, para superarem as dificuldades e as incertezas da produção sazonal.

A "vocação natural" para o extrativismo

Existe uma certa imagem do ribeirinho como extrator, sem "vocação natural" para o cultivo, conforme comentaram, em entrevista, representantes do poder municipal de Almeirim. Uma liderança de Porto de Moz também afirmou que "*o caboclo sabe extrair*", acrescentando que necessitaria de outros conhecimentos para viabilizar atividades de outra ordem que gerassem renda. Essas opiniões, de fato, refletem a sucessão de ciclos extrativistas que vem ocorrendo na Amazônia. Porém o verbo extrair não pode ser utilizado como se fosse intransitivo, como se cada novo ciclo extrativista não tivesse a sua especificidade, demandando profundos rearranjos do sistema anterior. O que nos mostra a literatura sobre a história da colonização na Amazônia é que os grandes ciclos, cujas atividades puderam ser transformadas em "tradicionais", ao se implantarem, provocavam a desestruturação do sistema anterior. Também, a partir desses mesmos autores que trataram de parte da história do desenvolvimento da Amazônia, podemos concluir que a produção agrícola para o consumo doméstico esteve por vezes ausente, por vezes presente, ao lado das atividades econômicas principais.

No século XVII, o tipo de colonização característico dos missionários que chegavam à Amazônia incluía o desenvolvimento da agricultura, conforme atesta a história da região das ilhas, embora o extrativismo tenha sido a principal atividade. Em Gurupá, os Carmelitas e os Capuchos de Nossa Senhora da Piedade promoveram a agricultura destinada, sobretudo, ao próprio abastecimento (Oliveira Jr., 1991, p. 43). Também na região de Santarém, segundo descreve Leroy (1991, p. 25), o povoamento foi bastante análogo, notando-se uma coexistência entre atividades de agricultura para o autoconsumo, incentivada pelos missionários jesuítas, e atividades extrativistas, com preponderância destas últimas. Mesmo quando houve o incentivo à agricultura, no final do século XVIII, empreendido pela administração do Marquês de Pombal, o extrativismo perdurou como atividade econômica dominante.

Embora tenham sido cultivados a cana-de-açúcar, o tabaco, o algodão (entre o final do século XVIII e o início do XIX) e o cacau (que na primeira metade do século XIX era o principal produto de exportação da Amazônia, sucedido pela extração da borracha de 1825 a 1850, na região das ilhas), é o extrativismo que é considerado a atividade tradicional do ribeirinho da Amazônia. Foi o extrativismo da borracha e outros produtos que propiciou o enriquecimento à elite local. Porém, a cada mudança de ciclo, havia uma grande mudança econô-

mica e social na região. Aconteceu em Gurupá, quando a extração de látex se iniciou na segunda década do século XIX, pois a pouca mão-de-obra disponível foi orientada para os seringais, acarretando não só um total abandono dos empreendimentos agrícolas incentivados pela política pombalina, mas também das roças cuja finalidade era o consumo doméstico (Oliveira Jr., 1991).

Segundo descreve Leroy (1991), em Santarém, o primeiro ciclo da borracha causou um efeito profundo nas relações sociais até então organizadas em torno da exportação do cacau, do café e do cravo. Também Ianni, em sua análise do processo de surgimento de Conceição do Araguaia, mostra como o extrativismo da borracha, ao se implantar, destrói parcialmente o tecido social anterior:

> "Poucos anos depois da fundação do povoado, os dominicanos sentiram que o progresso econômico do lugar rompia os fundamentos comunitários da sociedade local. A mercantilização das relações econômicas, devido ao surto extrativista do caucho e da seringa, gerou situações, interesses e relações novas, inesperadas para os dominicanos. (...) O surto das atividades e dos negócios relacionados com a extração e o comércio da borracha de caucho introduziu um ritmo novo, mais acelerado, nas relações sociais do lugar, dentro e fora do meio urbano" (Ianni, 1979, p. 28).

A importante característica da extração da madeira e do palmito, ocorrida a partir da década de 1970, é que o extrator passa a ter acesso ao pagamento em espécie, diferentemente do que aconteceu durante a exploração da borracha, e dos demais produtos que a sucederam, sob o sistema de aviamento. A intermediação do dinheiro nas relações entre patrões e empregados se generaliza ainda mais com a pesca industrial. Extrativismo e aviamento ficam então dissociados, abrindo oportunidade para a atividade extrativista ganhar novas significações sociais e econômicas para os ribeirinhos.

Gurupá e uma leitura em prol da sustentabilidade[33]

Relativismo e desenvolvimento

Foi muito interessante notar que lideranças políticas, preocupadas com o estímulo à participação política e à exploração sustentável dos recursos naturais, vêm usando, para tanto, o que leram nos livros dos antropólo-

[33] Fiz minha primeira visita à Gurupá entre os dias 11 e 15 de abril de 2002, quando participei durante curto tempo de uma pesquisa coordenada pelos pesquisadores Roberto Araújo (Museu Goeldi) e Philippe Léna (IRD/França), intitulada *Alternativas de desenvolvimento sustentável e tendências na mobilidade socioespacial na Amazônia.* Algumas idéias trabalhadas nessa seção já haviam sido esboçadas no relatório que na ocasião apresentei.

gos que pesquisaram, há décadas, sobre o modo de vida dos moradores de Gurupá. Assim, o encorajamento à adesão das práticas concebidas dentro de um ideário de sustentabilidade vem sendo promovido pelas lideranças, com a utilização de referências contidas nos escritos de Wagley e Galvão.

Em seu estudo *Uma comunidade amazônica. Estudo do homem nos trópicos*, Wagley transforma um conceito político/econômico – desenvolvimento –, em pressuposto teórico, produzindo um texto científico dentro dos cânones da antropologia na época. A concepção de desenvolvimento que norteava a análise apresentada por Wagley era aquela corrente nos países industrializados. Décadas mais tarde esse produto científico é reflexivamente incorporado ao discurso político dos agentes locais de uma forma especial. O que vai ser valorizado pelas lideranças que citam Wagley para legitimar suas convicções é aparentemente o que o autor condenou como impedimento ao desenvolvimento, isto é, o *extrativismo*, no plano econômico, e as *crendices*, no plano cultural.

Foi em 1939 que Wagley chegou pela primeira vez ao Brasil para realizar estudos com populações indígenas, permanecendo 18 meses. Em 1942 voltou num Programa de Cooperação em Saúde Pública, estabelecido entre Brasil e EUA, durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1948 vem profundamente imbuído da necessidade de diminuir as desigualdades econômica e social entre os países.

Como antropólogo e "humanista", se coloca a tarefa de analisar valorativamente os aspectos diversos do que chama "cultura amazônica", diagnosticando quais deles seriam propiciadores de "progresso econômico" e quais estariam impedindo tal conquista. Consciente de que esse processo de avaliar positiva ou negativamente práticas e crenças culturais poderia lhe gerar críticas, o autor argumenta:

> "As transformações deverão chegar, e inevitavelmente chegarão, à região amazônica e a outras áreas semelhantes. Os antropólogos sociais discutiram muitas vezes a "relatividade cultural". Salientaram que o progresso, o bem e o mal, o êxito e o fracasso, a beleza e a feiúra são valores relativos à cultura determinada em que se encontram. (...) Esse ponto de vista está certo quando nos ensina a compreender, respeitar e tolerar os modos de vida de outrem. Entretanto, quando uma cultura, em vista da falta de equipamento técnico e por motivos de organização social, deixa de prover as necessidades materiais do homem, além do mínimo indispensável à sua subsistência, essa cultura e essa sociedade terão que ser consideradas inferiores.
>
> A transformação é indicada nessas sociedades tecnicamente inferiores. Isto não implica, naturalmente, a obliteração de um modo de vida ou no passado em jul-

> gado de toda uma sociedade. Toda cultura possui padrões e conceitos de imenso valor para seu próprio povo, os quais, uma vez perdidos, causariam um mal irreparável às funções da sociedade e um prejuízo à nossa herança universal. A tradicional cultura popular da região amazônica, construída, como é, com a experiência de várias gerações, contém muita beleza e valor de que necessitamos no futuro e que devem ser conservados. Esperemos que se forme uma nova cultura amazônica que reúna as forças produtivas da técnica e da ciência modernas e a eficiência da moderna indústria com numerosos valores positivos do atual modo de vida. Se se realizar uma nova cultura amazônica, será ela tão característica da região quanto a que descrevemos neste livro" (Wagley, 1977, p. 284).

É louvável a preocupação teórica de Wagley em separar a *démarche* relativista de outra que, a título de não valorar cosmovisões alheias, acabe por desconsiderar as relações de subordinação que se superpõem à dimensão propriamente cultural. Isso seria apenas confundir a atribuição de uma equivalência ética entre as diversas culturas, ou seja, uma postura relativizadora, com a naturalização de condições de existência inaceitáveis, as quais os antropólogos, sem abrir mão de sua premissa radicalmente contrária a todo e qualquer etnocentrismo, devem se opor como cidadãos e jamais desconhecer enquanto cientistas. Seria, da parte de Wagley, uma pertinente crítica ao culturalismo acrítico. Entretanto, o que move o autor é a afirmação da cultura contra as relações de subordinação via "conquista do desenvolvimento". É justamente por isso que seu discurso pode ser comparável ao das atuais lideranças, que propõem a superação das relações de subordinação, também valorizando aspectos culturais compatíveis com um "certo desenvolvimento".

Wagley considerou, em sua pesquisa, que as incertezas econômicas deviam ser ultrapassadas para que a "sociedade amazônica tradicional" (Wagley, 1977, p. 9), que pretendeu descrever e analisar, pudesse ser transformada numa nova sociedade, uma "nova cultura amazônica" (Wagley, 1977, p. 9). Para tal modernização, enfatizou a importância de se respeitar e aproveitar o conhecimento naturalístico acumulado pelos "caboclos luso-brasileiros" (Wagley, 1977, p. 9), mas também seria necessário se desfazer de tantas crendices. Considerava não só que o saber específico do antropólogo (conhecimento sobre o nativo) fosse de grande valia para uma administração moderna e racional das "comunidades amazônicas", como, de modo geral, acreditava que a democratização da ciência e das técnicas, desenvolvidas nos países prósperos, se adaptadas ao clima tropical, seria juntamente com o "fator humano" (a cultura, o conhecimento do nativo) um ingrediente fundamental para a indispensável elevação do padrão de vida no

Vale Amazônico (Wagley, 1977, p. 281). Apontou ainda para a necessidade de uma regularização fundiária, prevendo que as áreas de várzea inundáveis, por sua fertilidade, tornar-se-iam mais valorizadas que as de terra firme. A substituição do extrativismo, que foi apontado como o principal responsável pela incerteza econômica a ser combatida por uma agricultura moderna e por certo grau de industrialização, foi considerada por Wagley determinante para o desenvolvimento da região.

Com tudo isso, Wagley manifestou um certo desânimo em relação ao futuro da Amazônia ao perceber que ainda na década de 1970 o extrativismo permanecia sendo a fórmula encontrada por empresários e governo brasileiro para a articulação da economia local com o capitalismo nacional e internacional.

Mas é justamente também na década de 1970 que a "questão ambiental" começa a se evidenciar em âmbito mundial, propiciando diversas visões sobre o desenvolvimento desejável. Pouco depois de uma década mais tarde, tal mudança tem reflexos em Gurupá, perceptíveis, conforme foi dito antes, no discurso e na prática de agentes sociais locais. Práticas ou atividades consideradas tradicionais passam a ocupar um lugar de destaque na implementação de uma outra forma de compreender o que seja desenvolvimento. Juntamente com essas práticas, alguns valores e crenças são redimensionados, incluindo aí as crenças na *mãe-do-bicho* e na *panema*. Além das crenças, todo o saber naturalístico acumulado e a própria autopercepção dos camponeses como *índios* ou *caboclos* passam a significar, na fala das lideranças, instrumentos de resistência contra a subordinação e a favor da possibilidade de se viabilizar o idealizado *desenvolvimento sustentável*. O trecho abaixo ilustra tal comentário:

> "O processo de trabalho dos ribeirinhos é marcado pelo conhecimento adquirido dos movimentos da natureza, incorporado culturalmente pela observação e pelo trabalho cotidiano. O "saber" das populações ribeirinhas é historicamente explorado, quer pela força física, quer pelas coações comerciais à lógica de acumulação do capital. Ao mesmo tempo esse "saber" é essencial na luta contra aqueles que os exploram e expropriam" (Oliveira Jr., 1991, p. 254).

As crenças e a sustentabilidade

Wagley não faz uma longa descrição da crença na *panema* no seu capítulo intitulado "Da magia à ciência"; ao contrário, a ela se refere no capítulo "O meio de vida nos trópicos", enfatizando que se trata de uma crença relacionada às atividades de caça e pesca. Galvão, interessado justamente nos aspectos sobrenaturais que desempenham papel importante na

vida dos habitantes da comunidade de Itá, se detém um pouco mais em sua análise, bem como a de outras crenças a ela relacionadas, a exemplo da *mãe-do-bicho*. O autor comenta:

> "Acredita-se que todos os animais são potencialmente malignos. Cada espécie possui a sua *mãe*, a *mãe-do-bicho*, entidade protetora que castiga àqueles que matam muitos animais" (Galvão, 1976, p. 78).
> "... É a crença na *panema* ou *panemice*, uma força mágica, não materializada, que à maneira do *mana* dos polinésios é capaz de infectar criaturas humanas, animais ou objetos. *Panema* é, porém, um *mana* negativo. Não empresta força ou poder extraordinário; ao contrário, incapacita o objeto de sua ação. O conceito de *panema* passou ao linguajar popular da Amazônia com o significado de má sorte, desgraça, infelicidade. Incapacidade, talvez seja a melhor interpretação" (Galvão, 1976, p. 81).

Da Matta (1978) vem acrescentar às análises anteriores sobre o fenômeno a sua própria. Explica que embora *panema* queira dizer *má sorte*, ela não funciona exatamente nos mesmos princípios do sistema sorte/azar. Chega-se à conclusão de que um caçador ou pescador está *empanemado* quando a repetição do insucesso em suas atividades não dá margem a atribuí-lo a causas consideradas naturais, nem pelo conhecimento adequado do ambiente. A crença na panema bem como o sistema de sorte/azar são tentativas de transformar situações ou relações regidas por probabilidades em relações e situações cujo caráter seja determinado. Mas a panema, diferente do sistema sorte/azar, permite a detecção da causa exata, por meio da reconstrução de eventos passados pela pessoa empanemada que é, como já foi dito, um caçador ou pescador.

Entre as causas possíveis da panema, Galvão cita:

> "O ato de uma mulher grávida alimentar-se do pescado; mulheres menstruadas que tocam um dos objetos de que se serve o caboclo para a caça ou a pesca; desconfiança, mal-estar entre amigos provocando inveja, sobretudo quando se refere a alimentos; atirar ossos ou espinhas de peixe no quintal onde fiquem ao alcance de animais domésticos; finalmente, as provocadas por feitiçaria" (Galvão, 1976, p. 82).

Para Da Matta (1978), a panema então ocorre a partir de um bloqueio dos processos de separação da natureza e da cultura. A caça e a pesca não são encaradas como atividades exclusivamente técnicas; nelas existem elementos de ordem sobrenatural. Junte-se a isso a crença já mencionada de

que os bichos são concebidos como potencialmente maus, tendo a natureza conotação ambígua, de incerteza. Assim, é importante que ritualmente os domínios da natureza perigosa (onde se caça e se pesca) e da cultura (onde se mora e convive com outras pessoas) estejam separados. Quando "seres ambíguos", do ponto de vista da separação dos domínios natural e social (mulher grávida, mulher menstruada, crianças), entram em contato com pescadores e caçadores e/ou seus apetrechos de caça e pesca, ou ainda atitudes anti-sociais (inveja) são a eles dirigidas, é como se os domínios cultural e natural se confundissem, gerando uma situação de perigo para aquele que transita entre os dois universos.

Para o autor, as vantagens da crença na panema são transformar indeterminação em certeza e representar moralmente (ou socialmente) oposições subjacentes às práticas sociais. Se o homem seguir à risca todas as regras destinadas a evitar categorias impróprias, ele jamais ficará com panema. Finalmente, para ele, a panema tomada juntamente com a crença na mãe-do-bicho pode ser encarada como um mecanismo de "regulação ecológica", impedindo que os caçadores e pescadores capturem demais.

Pedro Tapuru, representante do STR de Gurupá e liderança reconhecida localmente, contou em entrevista que havia lido os livros de Wagley e de Galvão. Embora não conhecesse o texto de Da Matta, considerou, após suas leituras, interessante a idéia de associar as noções de panema e de mãe-do-bicho à de sustentabilidade. As crenças descritas pelos autores ainda são partilhadas pelos moradores.

As lideranças do sindicato que possuem uma visão *materialista da realidade* (a qual distinguem de outra, *fantasmagórica*), embora não atribuindo às crenças da mãe do bicho e panema qualquer valor explicativo, vêem nelas a possibilidade de sensibilização dos moradores para a implantação de projetos de sustentabilidade. A seguir, o trecho também exemplifica o que vem sendo comentado, além de mostrar como a noção de que os ribeirinhos têm uma relação especialmente próxima à natureza é difundida entre os moradores locais:

> "A religiosidade do povo está muito ligada aos fenômenos naturais: o rio, a água, a floresta, o boto. A sustentabilidade antes do plano de uso dos recursos naturais era, como diz o Pedro Tapuru, a mãe do mato. Não podia caçar nem pescar muito para não ficar com panema. Com as Comunidades Eclesiais de Base, se desmistificou muito dessas coisas [...] Então nós estamos dizendo que nós temos que ter muito cuidado com nossas *visagens* porque *visagem* é um animal em extinção. O povo está menos crente nessas coisas. Mas ele ainda carrega alguma coisa, ele está confuso porque ele precisa da mística. Ele precisa se agarrar em algo e aí é que pode dar certo para o nosso projeto" (liderança sindical).

Tal projeto quer possibilitar a saída dos resquícios do sistema centenário do aviamento e do extrativismo em grande escala, cujas conseqüências são a depredação dos recursos naturais e a subordinação dos trabalhadores a uma lógica "externa". O ideário ambientalista parece ter as práticas e o sistema classificatório necessários para a conversão dos discursos anteriores em uma alternativa de organização e autonomia dos trabalhadores. No trecho abaixo podemos ler a explicitação de uma das tarefas da sustentabilidade – *a questão ambiental* –, mencionada no início do capítulo, ou seja, a da organização dos ribeirinhos em torno de certas demandas:

> "O movimento cresceu, mas é preciso uma nova energia. Eu não sei que tipo de mística que é preciso imprimir. Com certeza a questão ambiental é uma forma de associar as pessoas. Essa, para nós, é a coisa mais importante" (liderança sindical).

A construção local da sustentabilidade

Como foi dito no início do capítulo, há três funções atribuídas localmente à sustentabilidade e, a seguir, comentaremos cada uma delas.

(a) Viabilizar a sobrevivência dos ribeirinhos segundo seus antigos padrões de vida, isto é, a de pequenos extratores, pescadores e agricultores, mas gerando renda a partir dessas atividades.

É freqüentemente reforçado pelas lideranças que o saber tradicional (bagagem cultural) associa-se, sobretudo, a um determinado tipo de atividade econômica que é a extração dos recursos da floresta e dos rios (a pesca aí compreendida)[34]. É comum afirmarem, ora positivamente, quando se referem ao conhecimento naturalístico, ora negativamente, quando enfatizam a exclusividade dos ribeirinhos com relação a essa forma de produzir, que *o caboclo sabe extrair*.

A sustentabilidade pode significar uma alternativa ao ciclo "*boom-and-bust*", criando formas de produzir que levem em conta a renovação dos recursos. E é justamente a forma ou a técnica de extração – não industrial, artesanal – aliada ao fato de ter baixo impacto ambiental que permite que ela hoje seja qualificada de *tradicional* pelas lideranças de Gurupá e de Porto de Moz, preocupadas em defender a reprodução social dos trabalhadores.

O extrativismo tradicional que as lideranças querem recuperar não parece ser exatamente aquele vivido até então pelos ribeirinhos, pois ele só foi possível dentro de relações de subordinação que elas mesmas querem ver superadas. Logo, o extrativismo tradicional é também o da

[34] O fato de não terem enfatizado outras vertentes de seu conhecimento associadas ao cultivo e à criação, não quer dizer que elas não existam.

sustentabilidade, exigindo novos atores (mediadores), que surgem, aos olhos dos ribeirinhos, como indispensáveis ao processo de adaptação/tradução de práticas e discursos anteriormente válidos para os eficazes da atualidade.

Os ribeirinhos manifestam a importância que atribuem à presença de um mediador para a implementação de projetos extrativistas e de cultivo; um exemplo é o comentário já citado de uma liderança quando afirmou que: *"o caboclo sabe extrair, mas ele não tem o conhecimento"*. Esse morador de Porto de Moz que se ressente da ausência, no local, de ONGs com projetos sustentáveis, costuma visitar Gurupá com freqüência. A explicação para a aparente e enigmática frase é a clara diferença que faz entre o saber naturalístico, nativo, e outro, especializado, que viabiliza projetos e dá acesso a financiamentos. A pergunta que todos fazem – ribeirinhos, técnicos de ONGs, lideranças, enfim, todos os que estão buscando alternativas à subordinação e à exclusão é: *como gerar renda*?

A utilização dos recursos naturais com manejo impõe-se como condição indispensável para a reprodução social dos ribeirinhos. Não só a agricultura, que em Gurupá encontra alguma expressão, mas também os extrativismos de madeira e de outros produtos – com manejo – são apontados pelos representantes locais como a possibilidade de geração de *renda* para os habitantes da várzea. Porém, a implantação de planos de manejo encontra dificuldades de duas ordens: a primeira é a de associação entre vizinhos para a viabilização de tais projetos. A segunda decorre dos percalços em se conseguir renda a partir de projetos com orçamento restrito. A solução para o primeiro problema é respeitar a forma de organizar a produção, bem como a de fazer a divisão informal da terra, que tem por referência a família e não unicamente a comunidade. Os conflitos entre vizinhos mostram a presença de lógicas díspares entre moradores/trabalhadores que nem sempre conseguem incorporar o modelo de solidariedade e coletivização dos recursos, conforme esperam as entidades e lideranças, que contam com uma nova forma de produção para mudarem a dura realidade social na várzea. O caso mais sensível atualmente é o da criação de gado.

(b) Criar acesso aos direitos de cidadania, associando a manutenção dessa *tradição* com a *superação das relações de subordinação* (aviamento), em que anteriormente se inscreviam, e as atuais (comerciantes intermediários e agentes capitalistas com atuação predatória).

A questão dos ribeirinhos é a de se manterem "ribeirinhos" mas ao mesmo tempo ter acesso a direitos que até então não são usufruídos. Aparentemente, tal colocação significa que querem acrescentar conquistas sem alterar sua condição original de pequenos extratores, pescadores ou agricultores. Mas no momento em que se perscruta a mudança e se opta pela condição original, esta já não é mais original. O termo agroextrator, que vem indicar as múltiplas atribuições do produtor de várzea, é, por isso mesmo, recente. Então, o processo que está em jogo é o que considera que

permanecer "ribeirinho" seja a condição necessária para ter acesso ao direito como trabalhador e cidadão.

O direito do cidadão e o exercício da cidadania são valores e práticas centrais na sociedade moderna e há três momentos importantes na história da luta por essas conquistas: inicialmente, com a queda das monarquias, surgem, nos séculos XVIII e XIX, os direitos de primeira geração, como os civis (à liberdade, à igualdade, à vida, à segurança, à propriedade etc.) e os políticos (à organização política e eleitoral e ao sufrágio universal). No século XX surgem os de segunda geração, que são os direitos sociais (à aposentadoria, à saúde, à habitação, à educação) e também os de terceira geração, ou direitos ecológicos, que são os difusos, referidos a coletividades e aos bens indivisíveis[35].

O acesso a esses direitos pelos cidadãos em diferentes sociedades não se dá de forma necessariamente seriada, como se uns fossem pré-requisitos dos outros. É no seio das desigualdades sociais e nas lutas por sua superação que eles são conquistados ou mesmo perdidos, tanto no plano formal (ou legal) quanto no plano prático. A possibilidade da conquista de alguns deles varia conforme o contexto e o período, abrindo a possibilidade para que os direitos ambientais sejam evocados por segmentos da população, como é o caso de nossos entrevistados, que ainda não usufruem, na prática, dos civis, mesmo que formalmente estes últimos valham para todos os brasileiros; embora sua formalização seja de fundamental importância, por si só não assegura seu exercício imediato. Isso explica, ainda que muito parcialmente, o que já foi mencionado como "ambientalização dos conflitos sociais".

Um bom exemplo do que está sendo dito é o que acontece em Porto de Moz quando os ribeirinhos se mobilizam para demarcarem uma Resex de um milhão de hectares numa região em que camponeses são mortos sob a atuação de grileiros. A Reserva será gerida pelos próprios comunitários que terão que impor nessa luta seus direitos à vida, à segurança, à propriedade etc. Da mesma forma, assistimos ao nascimento de diversos movimentos de afirmação de novas identidades sociais, que buscam se legitimar ressaltando uma relação específica com a natureza, como o movimento dos seringueiros no Acre.

Em escala mais localizada, vem sendo articulado em Gurupá, conforme descrevemos acima, um movimento de escolha ativa e consciente de elementos culturais – crença na panema, por exemplo – para o engajamento dos trabalhadores e moradores na conquista de direitos, gerando com isso novas fórmulas de identificação social que associam natureza e cultura, de modo a franquear a sinergia com associações ambientalistas, criando, por essa via, mecanismos de visibilidade e inclusão social, que, contudo, não podem ser entendidos como um fenômeno estritamente político e/ou mediático.

[35] Ver Vieira & Bredariol, 1998, e também Antunes, 1992.

Certamente o são também, o que não nos autoriza a reduzi-los a tal efeito, como se fossem desprovidos de substância cultural, a ponto de não justificarem um investimento sociológico denso para a construção de conceitos e teorias para sua explicação; esse mecanismo de transformação de antigos problemas sociais, que passam a ser convertidos ou amalgamados em novos problemas ambientais, atualmente com grande apelo social e político, diz respeito também a uma inter-relação dinâmica entre estrutura social e história, como bem nos ensina Sahlins (1990), sendo passível de ser encontrado em qualquer sociedade e a qualquer tempo.

Assim como a leitura e significações atribuídas aos eventos sociais podem ser compreendidas à luz do conhecimento que se tem sobre a estrutura, esta pode sofrer alterações diante dos mesmos eventos. Essa dupla interferência não é privilégio nem da sociedade ocidental nem é característica da modernidade. Mas o fenômeno da reflexividade, esse sim é tipicamente moderno, e parece ser o responsável pela possibilidade de redução do processo de criação de novas categorias sociais, no caso, ligadas ao "meio ambiente", a uma estratégia política. A consciência da estratégia ("é assim que se constrói a sociedade") do processo por parte de seus agentes não diminui a sua consistência sociológica.

(c) Ser uma nova *energia* ou *mística* que substitua as fórmulas de associatividade anteriores.

A importância da presença de mediadores deve-se ao fato de eles poderem ser aliados na superação das relações de subordinação quando promovem o processo de ambientalização dos antigos conflitos sociais. A "nova mística" ou "energia", referida acima por um entrevistado, é justamente a possibilidade de traduzir ambientalmente suas reivindicações anteriores, criando novas fórmulas de união.

Todo esse esforço de tradução das práticas anteriores em "novas práticas" ou *práticas tradicionais* pode ser observado em Gurupá e em Porto de Moz, que contam com ingredientes adequados a essa releitura: a presença de um movimento social organizado; o passado de extrativismos e, portanto, a existência de sistemas de conhecimento naturalístico a eles associados; a presença de novos mediadores (ONGs) que trazem projetos e financiamentos criando sinergia com as formas de organização pré-existentes (Igreja, STR, Colônia); e a possibilidade de recuperação ativa, por parte das lideranças, da sua bagagem cultural.

Ao contrário da eficácia do poder simbólico (Bourdieu, 1989), que se esvai com a explicitação de outro poder, fiador de sua autoridade, a eficácia dos mecanismos constitutivos das demandas incluídas na rubrica ambientalista, bem como o surgimento de "identidades sociais naturais", mesmo quando explicitados, sustenta-se frente às instituições de fomento, parte do "mercado ambientalista", um dos responsáveis pelo processo de criação dessas identidades e demandas "naturais". Aliás, a escolha ativa de traços culturais (como a crença na panema e na mãe-do-bicho) que atestem a "naturalidade" do grupo social (sua relação especialmente "próxima" à

natureza e à sobrenatureza) não é apenas um meio legitimado por um "mercado ambientalista"; é antes um mecanismo necessário para que tal legitimação aconteça.

A motivação da pesquisa cujos resultados foram aqui sistematizados é mais um exemplo da eficácia da ambientalização dos conflitos. Os habitantes da várzea padecem de uma série de problemas extensíveis à maior parte da população brasileira. Mas é o interesse ecológico na Amazônia que dá visibilidade a muitos de seus centenários problemas sociais. Consoante a isto, é a várzea como ecossistema que propicia a existência de um projeto – Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – ligado a um programa de cunho ambiental (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil/PPG-7) que vai estabelecer políticas públicas voltadas para os ribeirinhos, que, como cidadãos brasileiros, ficaram *esquecidos.* No embate pela conquista de seus direitos, eles devem se apresentar como *ribeirinhos*, os habitantes da *beira*, o sofrido e *rico* povo da várzea.

Considerações finais

Partindo-se das questões abordadas ao longo do capítulo, é possível estabelecer algumas premissas para a formulação de políticas públicas:

1 – Na implementação de políticas públicas, deve-se buscar a parceria com instituições criadas e animadas pelos próprios ribeirinhos, representativas de seus interesses, tendo comprovada atuação junto aos mesmos.

2 – O espírito das políticas públicas deve ser basicamente o da sustentabilidade, livrando os ribeirinhos de serem o vetor sem escolha da depredação empreendida pelas fórmulas capitalistas que orientam sua fonte de lucro numa determinada direção até o esgotamento de certo recurso.

3 – A regularização fundiária é urgente para a segurança física e a reprodução social dos ribeirinhos.

4 – A coletivização de recursos como parte integrante da implementação de políticas públicas deve ser proposta com sensibilidade e cautela, pois embora a comunidade seja uma importante referência para o ribeirinho, a lógica da organização da produção é basicamente familiar. Em comunidades maiores, onde vive maior de número de famílias, as dissensões internas são mais freqüentes.

5 – Os programas que visam a geração de renda para os ribeirinhos devem priorizar a superação da perda anual trazida pelo período de cheia, combinando atividades produtivas de forma a manter um ganho mensal efetivo para essas comunidades.

6 – As atividades consideradas como *poupança* devem ser estimuladas, mas, no caso do gado, cuja tendência é o crescimento, torna-se premente a implementação de planos de manejo, devido ao grande impacto ambiental gerado por tal atividade.

7 – Mais atividades produtivas poderiam existir e as que já existem poderiam ser rentáveis se houvesse: a) condições de acondicionamento e transporte para a comercialização do produto; e b) assessoria técnica por parte de universidades, ONGs e Emater, que têm uma atuação aquém de seu papel, seja por desconhecimento técnico das características da várzea ou por falta de vontade política.

8 – É importante nessa região de foz, onde a agricultura perdeu espaço para a pecuária, estabelecer programas de cultivo vegetal, além de formas alternativas de criação (jacaré, peixes como o acari), que também são uma possibilidade de autonomia do ribeirinho no suprimento do consumo doméstico.

9 – As linhas comerciais de transporte fluvial ligam as sedes sem contemplar as comunidades de várzea; nem sempre elas se enquadram dentro dos padrões de segurança necessários para prestarem tal serviço. Os ribeirinhos utilizam canoas com ou sem motor e seu uso inadequado provoca muitos acidentes; além disso, o alto preço do combustível dificulta o deslocamento. A falta de embarcações coletivas que possam servir às diversas comunidades com certa regularidade e segurança acarreta o isolamento do morador da várzea.

10 – Os serviços básicos que deveriam ser prestados pelo poder público – saúde, saneamento e educação –, inexistem nas várzeas. Assim, algumas políticas públicas devem ser elaboradas no sentido de minorar essa ausência:

a) Saúde – a atuação dos agentes de saúde é muito precária na várzea.

b) Saneamento – são urgentes as medidas que possibilitem, por meio de convênios com as universidades e ONGs, o tratamento do lixo e dos dejetos que são lançados diretamente nos rios. A utilização dos rios como lixeira e esgoto causa males crônicos e graves à saúde, como a diarréia, importante causa de mortalidade infantil.

c) Educação – os ribeirinhos são enfáticos quando lamentam as inúmeras dificuldades que limitam seu acesso à escolarização. Eles são ávidos de conhecimento e a experiência até então bem-sucedida da Escola Família Rural, em Gurupá, deve ser expandida pelas várzeas vizinhas.

Bibliografia

ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.). *O desafio da sustentabilidade. Um debate socioambiental no Brasil.* São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo (Coleção Pensamento Petista). 2001.

ANTUNES, P. de B. *Curso de direito ambiental: doutrina, legislação e jurisprudência.* Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil SA; Lisboa: Difel, 1989.

DAMATTA, R. *Ensaios de antropologia estrutural.* Petrópolis: Vozes, 1978.

FERNANDES, M. *Donos de terras. Trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR.* Belém: UFPA/NAEA, 1999.

GALVÃO, E. *Santos e visagens.* São Paulo: Ed. Nacional Cia Brasiliana, v. 284, 1976.

GONÇALVES, M. Extractivisme et patronage en Amazonie: continuité et ruptures dans les relations de de pouvoir local. Dissertação (mémoire de Diplome d´Études Approfondies). Université de Picardie Jules Verne . Faculté de Philosophie, Sciences Humaines et Sociales. 1996.

HADDAD, P.; REZENDE, F. *Instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.* Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Coordenação da Amazônia, 2002.

HÉBETTE, J. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In : HÉBETTE, J. et al. (Org.). *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato do Pará.* Belém: EDUFPA, 2002.

IANNI , O. *A luta pela terra. História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia.* Petrópolis: Vozes. 1979. (Coleção Sociologia Brasileira, v. 8).

LEITÃO, W. M. O pescador mesmo. Um estudo sobre o pescador e as políticas de desenvolvimento da pesca no Brasil. Belém, 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará.

LEITE LOPES, J. S. (Coord.). *Ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial.* Rio de Janeiro: NuAP/Relume Dumará, 2004. (Coleção Antropolítica)

LEROY, J. P. *Uma chama na Amazônia.* Rio de Janeiro: Fase; Vozes, 1991.

LINS, C. *Jari: 70 anos de história.* 3.ed. Monte Dourado: Fundação Orsa; DATAFPRMA, 2001.

LOBO, G. Notas sobre a parceira pecuária do médio Amazonas paraense. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, NAEA. v. 1, n. 1, jun. 1998.

NEVES, D. P. Projetos de desenvolvimento: predação/sustentabilidade? Lógicas políticas e parcializações do mundo social, 2003. Manuscrito.

NODA, S. do N. et al. Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzeas. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. C. (Org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum.* São Paulo, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – NUPAUB/USP, p. 181-203, 2001.

OLIVEIRA JÚNIOR, P. H. B. de. Ribeirinhos e posseiros. Gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá, PA. São Paulo, 1991. 340 p. Dissertação (Mestrado) - USP/ FFLCH/Departamento de Geografia.

PACE, R. *A struggle for Amazon town: Gurupá revisited.* Boulder, LynneRienner Publishers. 1998.

PEREIRA, H. dos S. Conflitos socioambientais e a emergência de regimes de propriedade coletiva na pesca ribeirinha no Estado do Amazonas. Trabalho apresentado no XXVI Encontro Anual da ANPOCS/GT: 11. O desenvolvimento sustentável em questão na Amazônia brasileira. Caxambu, 2002.

ROYER, J-M. Logiques sociales et gestion locale des ressources naturelles. Étude de cas d'um municipe de l'Amazonie brésillienne, Gurupá, Pará. 1996. Inédito.

SAHLINS, M. *Ilhas de história.* Rio, Jorge Zahaar, 1990.

SANTOS, R. *História econômica da Amazônia: 1800-1920.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

TRECCANI, G. D. Sub-estudo do Componente Estudos Estratégicos do ProVárzea - Áreas comunitárias na várzea amazônica: identificação e análise dos diferentes tipos de apropriação da terra e suas implicações sobre o uso dos recursos naturais renováveis da várzea amazônica no imóvel rural, na área de Gurupá. In: BENATTI, J. H. *Aspectos jurídicos e fundiários da utilização social, econômica e ambiental da várzea: análise para a elaboração e modelos de gestão.* 2004.

VIEIRA, L.; BREDARIOL, C. *Cidadania e política ambiental.* Rio de Janeiro: Record, 1998.

WAGLEY, C. *Uma comunidade amazônica. Estudo do homem nos trópicos.* São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977.

Documentos:

1 – Relatórios e dossiês:

DOSSIÊ. A questão fundiária do Município de Porto de Moz. (23 de maio de 2001). Documento elaborado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Porto de Moz e Paróquia de São Braz de Porto de Moz. 2001.

LABORATÓRIO AGROECOLÓGICO DA TRANSAMAZÔNICA – LAET. Relatório Diagnóstico do Município de Porto de Moz. Belém, PA: UFPA, 1996.

_____. Relatório Impacto da Descentralização político-administrativa sobre o uso de recursos florestais em oito municípios da Amazônia brasileira. Estudo de caso: Porto de Moz, PA. Belém, PA: UFPA, 2001.

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE – SECTAM. Parecer técnico sobre o Lago Urubu no Município de Porto de Moz, PA. Belém, PA, 1992.

2- Estatuto Social do Fórum de Articulação dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Xingu e Amazonas – FAP. Porto de Moz, Janeiro, 2002.

3 - Jornais

O LIBERAL. Prefeito acusado de grilagem em Porto de Moz. Seção: CIDADE. Em 24 de fevereiro de 2003-05-25.

O LIBERAL. Avança Brasil ameaça a Amazônia. Seção: CIDADE. Em 18 de maio de 2000.

4 – Folhetos

Reserva Verde para Sempre.

FASE Gurupá: Economia familiar e sustentabilidade na Amazônia.

5 - Informações censitárias:

PARÓQUIA DE SANTO ANTÔNIO DE GURUPÁ. Lista das comunidades católicas por setor municipal.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Relação das localidades.

IBGE. *Indicadores sociais municipais 2000.* Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

_____. *Censo agropecuário.* Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

Análise comparativa de processos de construção de unidades de conservação de uso sustentável em áreas de várzea: as possibilidades de uma gestão participativa de espaços naturais e recursos renováveis

Ronaldo Lobão[1]

Introdução

Neste artigo procuro explorar as possibilidades de os processos de construção de unidades de conservação de uso sustentável constituírem ferramentas adequadas à consecução da gestão participativa de espaços naturais e de recursos naturais. Utilizo como exemplo dois processos de inclusão de populações tradicionais, por meio da construção de unidades de conservação, de uso sustentável, localizadas na calha do rio Amazonas. A primeira delas, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Urariá "RDS Urariá", em Maués (AM), está em fase de consolidação e a Reserva Extrativista Renascer "Resex Renascer", no município de Prainha (PA), encontra-se em construção.

Esses processos são analisados em confronto com reflexões produzidas ao longo do acompanhamento da consolidação de outras unidades de conservação do mesmo tipo, no litoral brasileiro, notadamente a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo "Resex Mar de Arraial do Cabo", no Rio de Janeiro. Desde a decretação da Resex Mar de Arraial do Cabo, importantes mudanças ocorreram na conceituação jurídica das unidades de conservação no Brasil, notadamente a aprovação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Snuc[2]. As reservas extrativistas que nasceram como Unidades de Conservação de Interesse Ecológico e Social transforma-

[1] Doutorando em Antropologia do PPGAS/UnB; pesquisador do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas – Nufep/UFF.

[2] Lei Federal nº 9.980/00.

ram-se em Unidades de Conservação de Uso Sustentável. O saber tradicional, local, que fundamentava a elaboração de um plano de manejo em reuniões e assembléias formadas pela população tradicional foi substituído pelo saber científico, instrumento de elaboração de um plano de manejo, que deverá incluir até um sistema de auto-avaliação das metas programadas por um Plano de Negócios[3]. O palco da sua aprovação passa a ser um Conselho Deliberativo, formado por representações governamentais e por representantes da sociedade civil organizada, em uma relação paritária, sem destaque para a população tradicional a ser protegida pela unidade de conservação.

Assim, mesmo o olhar que olha para os eventos ocorridos no presente deve estar informado por inflexões na *démarche* dos acontecimentos que são importantes e, muitas vezes, invisíveis à observação sincrônica. Neste artigo a diacronia estará sempre presente. Mesmo quando o relato está fixado no tempo, o olhar o observa como um processo que possui ligações no passado, no presente e no futuro, e cujo alcance e influência transcendem a esfera local, espalhando-se por uma rede que deve ser percorrida na maior abrangência possível (Latour, 1994).

O objetivo é alcançar uma compreensão acerca dos processos que corresponda a uma análise sociológica, antropológica e política. Como resultado, espero que sua leitura ajude para o desenvolvimento de políticas públicas que estabeleçam maior grau de participação popular, ampliem seu universo de abrangência e estejam ancorados nos grupos, saberes e tradições locais.

A reserva de desenvolvimento sustentável Urariá

As políticas de intervenção no espaço público, do tipo reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável ou acordos de pesca, têm sido uma forma de administrar conflitos, não só no espaço amazônico, mas também em outros ambientes como o litoral brasileiro. Quer tenham por objetivo a proteção de espaços naturais, quer visem à conservação de espécies, tal afirmativa justifica-se, uma vez que a intervenção é necessária, pois estaria havendo um desequilíbrio ou uma ruptura da ordem, processos que têm no conflito um dos seus signos.

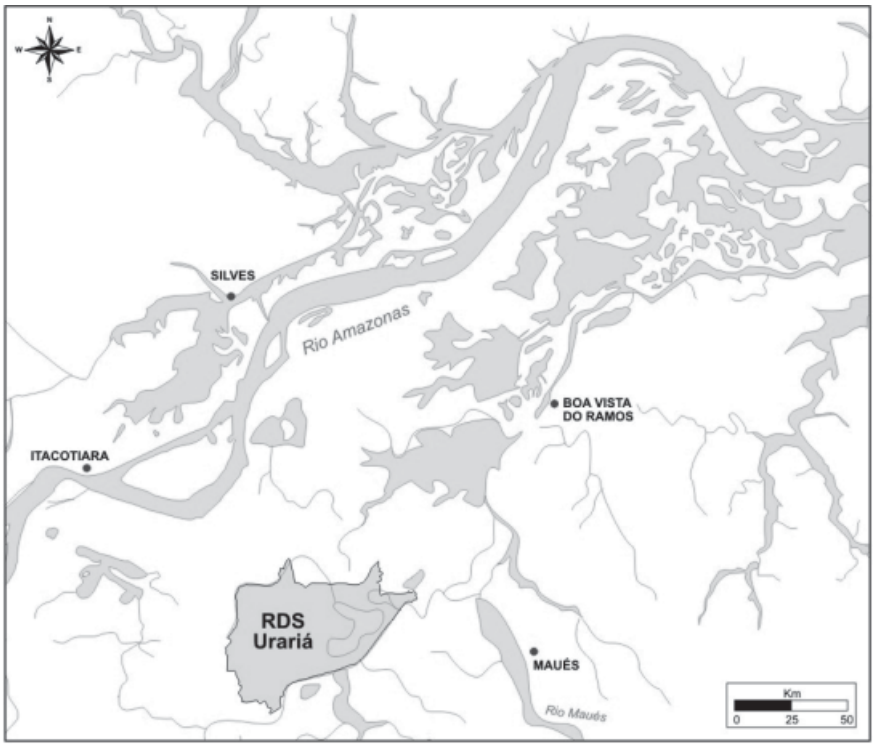
Entretanto, administrar conflitos nem sempre significa a sua superação, pois em alguns casos essas iniciativas podem conduzir à explicitação de disputas que se encontravam implícitas ou que acabam por eclodir ao longo do processo. É o que ocorreu com a consolidação da reserva Resex Mar de Arraial do Cabo (Lobão, 2000). Entre outras questões, a definição de pescador tradicional local – morador há pelo menos dez anos no muni-

[3] Tais informações constam do Manual de Elaboração de Plano de Manejo de Uso Múltiplo, distribuído pelo Ibama.

cípio e eleitor há pelo menos cinco – construiu uma clivagem entre pescadores de "dentro" e pescadores de "fora" até então inexistente.

Outro lócus privilegiado para ampliar a compreensão sobre o papel do conflito na construção de unidades de conservação de uso sustentável é a RDS Urariá (Figura 1), criada pelo Decreto Municipal nº 40, de 29 de novembro de 2001 (Pantoja, neste volume). Com mais de 59.000 ha, a reserva nasceu imbuída do espírito do desenvolvimento sustentável, da melhoria da qualidade de vida da população e do respeito ao meio ambiente. Seu ícone foi a RDS Mamirauá, unidade de conservação decretada pelo governo do Amazonas, administrada pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, uma organização social que conta com o aporte de recursos do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT.

O decreto foi resultado de uma reunião convocada para decidir a criação da RDS Urariá, realizada em 9 de setembro de 2001. Estiveram presentes cerca de setenta e cinco pessoas, representando o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – Ipaam", a ONG Sociedade Terra Viva para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, a Agroambiental Consultoria e Projetos, as comunidades que seriam incluídas na unidade de conservação, a administração municipal e o prefeito de Maués, Sidney Leite. Aprovado



■ **FIGURA 1** – Mapa de localização da RDS Urariá (Maués/AM).

pela maioria dos presentes, o decreto de criação da Reserva ressalta os seguintes objetivos:

> "I – promover o desenvolvimento sustentado das populações que habitam a área de reserva, com prioridade para o combate à pobreza e a melhoria das suas condições de vida;
>
> II – garantir a proteção dos recursos ambientais e socioculturais existentes na área, especialmente através da prática de atividades que não comprometam a integridade dos atributos que justificaram a sua criação e que assegurem a manutenção do equilíbrio ecológico existente;
>
> III – promover a realização de pesquisas relativas a modelos de desenvolvimento sustentável que possam ser adotados no município de Maués – AM, bem como a biodiversidade existente na área, para melhor aproveitamento dos resultados em benefício das comunidades locais e regionais;
>
> IV – estabelecer mecanismos que facilitem às próprias comunidades o exercício das atividades de fiscalização e proteção dos recursos da flora, fauna, hídricos, do solo e subsolo, inclusive a extração, produção, transporte, consumo e comercialização dos produtos e subprodutos da reserva". (Prefeitura de Maués: Decreto Municipal nº 40/2001).

A criação da Reserva ocorreu conjuntamente com a regularização da Floresta Municipal – Flomu. Podemos dizer que ambas as unidades de conservação foram os primeiros frutos da promulgação do Snuc – e de um amplo seminário realizado em Maués sobre questões ambientais, em 2001, que se repetiu em 2002. Às unidades de conservação, vieram somar-se uma terra indígena – dos Sateré-Mawé[4] –, a Floresta Nacional da Amazônia e a Floresta Nacional do Pau Rosa. Com os decretos da Flomu e da RDS, mais da metade da área do município tornou-se Unidade de Conservação, seja de Proteção Integral, de Uso Sustentável ou de categorias consagradas no Snuc.

[4] Relatos locais dão conta de que os Sateré-Mawé estão passando necessidades, apesar de já terem sido muito ricos. Atualmente ocupam um território demarcado de 750.000 ha ao longo dos rios Marau, Andirá, Miriti, Urupadi, Majuru e outros igarapés e afluentes desses rios, com uma população estimada em torno de 4.000 indivíduos. Hoje suas terras estariam esgotadas, já teriam vendido toda a madeira de lei e não teriam mais do que sobreviver. Por outro lado, estão com uma demanda na Funai pela redefinição de suas terras, ou seja, querem novas terras e pretendem deixar para trás as antigas, aparentemente buscando reproduzir uma mobilidade tradicional dentro do engessamento legal da titulação oficial.

O município busca diversificar sua fonte de renda e aposta no turismo; com apoio do governo estadual urbanizou uma grande parte da margem do rio Maués-Açu, transformando-a para o lazer. Anualmente são realizados festivais – do Guaraná, de Verão – aproveitando o grande número de praias urbanas do município.

Sua posição geográfica é peculiar. Uma observação atenta do mapa do IBGE, na escala 1:100.000, mostra que a rede de rios, lagos e paranás que cortam o município pode ser considerada como formada por águas do rio Maués-Açu e do próprio Solimões. Neste caso, a Ilha de Tupinambarana pode ser considerada uma ilha do rio Solimões, e o Paraná do Urariá seria um braço dele. O fato é que, no dizer dos seus habitantes, ninguém "passa" por Maués. Ou se vai para lá, ou se passa ao largo. Diferentemente do que ocorre em outras cidades localizadas na calha do Amazonas, como Parintins e Itacoatiara.

Quem já está lá há algum tempo é a AmBev[5], com a produção do guaraná para seus refrigerantes. É uma presença forte na paisagem urbana. O Festival do Guaraná encontra-se em sua terceira edição, atraindo muitos turistas para Maués. Outra presença que chama a atenção é o grande número de escolas na área urbana[6]. Podem ser observadas algumas residências que destoam da paisagem por sua imponência e luxo, além de várias agências de desenvolvimento e organizações não-governamentais – ONGs. O Instituto de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – Idam – tem sede no município, e o Serviço Nacional do Comércio – Senac – chegou recentemente com seu flutuante. A assistência à saúde indígena pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa –órgão responsável pela promoção e proteção à saúde dos povos indígenas) é prestada pelo Instituto de Desenvolvimento de Atividades de Auto-Sustentação das Populações Indígenas – Indaspi.

É preciso destacar o contraste entre as estratégias construtivas para a proteção contra as cheias do rio. Ao lado de tradicionais palafitas, construídas de madeira, vemos verdadeiras fortalezas de concreto, buscando demonstrar a superioridade da técnica contra as oscilações da natureza: o concreto imobilizando a mudança[7]. Se bem que de vez em quando a natureza vence, como no caso da erosão que destruiu parte da principal via que liga o centro da cidade ao mercado e ao aeroporto.

Ao longo da cidade percebemos várias iniciativas criativas da municipalidade. À margem do rio localiza-se uma fábrica de gelo municipal, um flutuante onde "poitam" as ambulâncias fluviais e outras embarcações oficiais. Na área central há um Centro Municipal de Informática. Em

[5] Companhia de Bebida das Américas.

[6] Tal presença é um signo da alta taxa de escolaridade apontada por Mariana Pantoja para o município.

[7] O padrão construtivo dos prédios públicos – escolas, posto médico, casas dos técnicos agrícolas – nas comunidades do interior chama a atenção. Não só são construções de alvenaria, como, em alguns casos, chegam a ter o telhado em estrutura metálica. Segundo o mestre-de-obras na comunidade São Pedro – que está no interior da Reserva Urariá – o prefeito gosta de construções que "durem", embora custem mais caro e não pareçam adequadas ao clima.

direção à saída sul encontramos a sede do Programa Cultivar, uma parceria da Secretaria Municipal de Produção com o governo estadual, cujo objetivo é o desenvolvimento de hortas comunitárias. O interior foi dividido em 15 pólos agrícolas; cada um com seu técnico agrícola para atuar junto às comunidades. Os técnicos residem em comunidades da região, possuem barcos para locomoção e suas residências servem de apoio para várias situações de emergência[8]. Alternativas de cultivo ou comercialização são encaminhadas para estudo pelo Idam, órgão do governo estadual.

As duas unidades de conservação (RDS e Flomu) criadas pelo prefeito Sidney Leite, em 2001, tiveram uma trajetória totalmente diversa. Um dos problemas é que ambas ocupariam terras cuja jurisdição não seria da municipalidade. Como primeira conseqüência, em julho de 2003, logo após o lançamento do Programa Zona Franca Verde, a Flomu foi encampada pelo governo estadual. O mesmo não aconteceu com a Reserva, pois, aparentemente, não houve interesse por parte do governo em encampar mais uma RDS. Assim, a RDS Urariá manteve-se municipal, sem que a devida regularização fundiária – a transferência da titularidade da área do governo estadual para o governo municipal – fosse levada adiante. Hoje há fortes indícios de que essa área seja um terreno de marinha, portanto, arrolado como patrimônio da União.

Para administrar a RDS, o decreto municipal criou o Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Maués – IDS Maués, uma Organização Social – OS. À frente da OS ficaram os diretores da empresa Agroambiental Consultoria e Projetos Ltda., com sede em Manaus, que haviam realizado o levantamento socioeconômico para a criação da reserva em 2001. Como técnica responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos em Maués foi contratada uma socióloga, a responsável pelo levantamento socioeconômico.

Todas as informações relativas à RDS são obtidas no IDS de Maués. Ele ocupa uma casa no centro da cidade, afastada da prefeitura, e possui dois computadores. Além da coordenadora, lá trabalham uma assistente administrativa e um biólogo. Os principais problemas relatados estão relacionados à falta de definição da questão fundiária da reserva, inclusive com a existência de duas fazendas em seu interior, com títulos "antigos"[9]. De acordo com os técnicos do IDS, a prefeitura não tem recursos para indenizar os proprietários.

Outro problema está ligado ao entrelaçamento de várias organizações para a gestão da Reserva. Em 2003, a direção do IDS estava fisicamente em Manaus e a equipe técnica em Maués, ocasionando problemas de comunicação. Muitas questões da RDS têm que ser resolvidas na esfera administrativa municipal, que possui secretarias específicas para o meio ambi-

[8] A maioria dos técnicos é jovem, com nível médio e recebe um salário de R$ 500,00, considerado por um deles como muito bom.

[9] Aqui, a palavra "antigo" corresponde a títulos com mais de quarenta anos.

ente, saúde e educação. Mas quando se trata da RDS, o início precisa ser no IDS. Por outro lado, os principais parceiros – e financiadores da RDS – a Amazonian Conservation e a Conservation International do Brasil – CIB– estão em litígio com o IDS, por questões envolvendo os prazos e os documentos de prestação de contas que estavam inviabilizando novos aportes de recursos ao IDS, comprometendo o desenvolvimento dos trabalhos e a manutenção da equipe.

Uma terceira questão passa pela relação dos comunitários com o IDS e com a administração municipal. Se por um lado a administração da RDS está a cargo do IDS, e há de fato uma interação entre os ribeirinhos e a equipe técnica do IDS, essa relação parece que fica restrita ao universo das questões técnicas ou do relacionamento "social". As questões de "fundo" são tratadas com a prefeitura: conserto do motor, reposição do gerador roubado, conclusão da construção do Posto de Saúde etc. No entanto essa ligação mantém-se nos marcos de uma relação clientelista, onde as demandas são tratadas como relações particulares e assimétricas, e não como demandas legítimas e universalizáveis: afinal, trata-se de uma liderança representativa de um projeto de interesse da administração municipal.

Por fim, o problema presente em quase todas as unidades de conservação: a fiscalização. Como fiscalizar a integridade da área da reserva, o uso dos recursos naturais e o cumprimento dos acordos? A violência na região é crescente. Segundo o presidente do Conselho Comunitário da RDS, Seu Alzamir, "*já colocaram uma arma apontada para mim*". A falta de articulação entre as várias esferas governamentais é evidente.

Um relato da atuação da Polícia Militar agindo na questão ambiental é emblemático. Alguns pescadores pegaram um boto com redes e foram comercializar sua carne. No mercado municipal, ocorreu a intervenção da PM, que prendeu os pescadores. A grande reação popular acabou por provocar a intervenção do prefeito, que não só obteve a soltura dos pescadores como conseguiu a transferência dos policiais envolvidos no episódio.

De um lado existe a impossibilidade da fiscalização por falta de meios e, de outro, a falta de legitimidade da atuação. É que para a fiscalização ser eficaz não basta o poder. É preciso ter autoridade, cuja delegação seja reconhecida por todos. Não basta apenas vontade e iniciativa. Mais adiante voltaremos a essa questão, pois, diante do poder das armas ou do poder político, o que fará um Agente Ambiental Voluntário?

Mas nem tudo são espinhos no IDS de Maués. Com o apoio da CIB, está sendo concluído o mapeamento participativo da RDS, que buscou identificar em imagens de satélite da área da reserva o uso dos espaços que a comunidade vem executando tradicionalmente. De acordo com as primeiras informações repassadas aos técnicos do IDS, não havia praticamente nenhuma área sem uso, mesmo que sazonal. Nas palavras do técnico da CIB, "*não sobrou muito para a conservação*", sugerindo que, mesmo quando os olhos não vêem, há a presença humana no espaço amazônico.

E como é a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Urariá? De acordo com o levantamento socioeconômico que criou a RDS, ela é formada por onze comunidades espalhadas em três áreas: o Lago Grande da Barreira, com sete comunidades; o Lago do Curuçá, com duas comunidades; e outras duas comunidades no paraná do Urariá de Cima. Apenas uma delas, a comunidade Jesus Me Deu, é evangélica, fruto de um processo de fissão ocorrido no interior da comunidade de São Pedro.

Segundo Seu Alzamir, hoje existem cerca de 400 famílias vivendo nas comunidades do interior da reserva, contra as 200 que viviam na época do levantamento e criação da RDS. Só a comunidade de São Paulo passou de 12 famílias para 27. Diz que, em sua comunidade (São Pedro), "*não dá terra*" para os que lá querem se instalar. Está preocupado com as "*gerações futuras"* e com o "*futuro do amanhã"*. Entretanto, "*quando alguém da comunidade casa eu dou terra para eles*".

O acesso à RDS é feito pelo paraná Urariá. O trânsito de embarcações é grande, formado por canoas com motores de rabeta, sendo a maioria de pequeno porte. Uma ou outra embarcação maior pertence à prefeitura. Antes da entrada para o Lago Grande da Barreira, existe o canal permanente para o Lago do Canarana. Ao olhar a paisagem dos dois lagos, o visitante não percebe diferenças. Um canal permanente de entrada, comunidades com grau de desenvolvimento variado em suas margens, algumas casas isoladas, tipicamente temporárias, e uma preocupação com a integridade da região diante dos pescadores de fora. Os lagos são tão semelhantes que seus moradores já questionaram aos técnicos do IDS sobre os motivos das suas moradias não integrarem a área da reserva.

Talvez o motivo seja porque as comunidades do Lago Grande do Canarana possuam uma melhor infra-estrutura. As maiores já possuem escolas de alvenaria, mas as comunidades menores são semelhantes, inclusive com algumas moradias isoladas. Na entrada do lago há um alerta proibindo a "entrada de pescadoris (sic) neste local", evidenciando um dos maiores conflitos da região: a luta pela exclusividade dos recursos pesqueiros para os moradores do lago. Mesmo na habitação mais singela fica evidente a adaptação permanente do grupo ao espaço ou à adoção da estratégia de dupla moradia, na várzea e em terra firme, de acordo com o nível da águas – que na região chega a cerca de quatro metros –, mostrando de forma inequívoca a influência do rio Amazonas nos espelhos d'água. Na comunidade de São Pedro apenas um morador possuía casa em terra firme e para lá migrava no período da cheia. Uma área de "terra preta" próxima à comunidade é usada coletivamente para o plantio[10].

As comunidades da RDS Urariá estão organizadas em um Conselho Comunitário com representantes eleitos. Estes elegem um presidente, que é o líder da comunidade São Pedro. Na prática, ele funciona não apenas

[10] Em 2003 apareceu um fazendeiro apresentando um "título" de propriedade da área, o que estava sendo investigado pela Prefeitura.

como um "representante" das comunidades, mas também como um "encarregado" da intermediação entre os diversos grupos e a Prefeitura. O IDS funciona como um "facilitador" dessa e de outras relações, como providenciar material para um flutuante ou equipamentos para uma base de rádio. A solicitação é feita ao IDS quando não pode ser disponibilizada pela prefeitura. Se, grosso modo, a relação do líder comunitário com a prefeitura é de "cliente", ou seja, são apresentadas as demandas da comunidade ao prefeito e ele manipula o atendimento, como um "patrão", a relação com o IDS é outra. A organização que representa é uma Organização Social da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip – enquanto a instituição com a qual se relaciona é uma Organização Social – OS.

O encontro entre as duas organizações é peculiar. Na estrutura do Terceiro Setor, em nosso país as organizações sociais, como o IDS Maués, foram pensadas como organizações privadas, criadas pelo Poder público, sem fins lucrativos, destinadas a gerir um patrimônio público livre das amarras da burocracia estatal. Já as organizações da sociedade civil de interesse público são "iniciativas privadas que se aproximam do setor público e suas regras (...) atuam em áreas típicas do setor público, e o interesse que despertam merece ser eventualmente financiado para que suportem iniciativas sem retorno econômico". Se as OS são a privatização do público e as Oscip a publicização do privado (Martins, 2004) [11], como se dá esse encontro em Maués?

Como representante das comunidades reunidas na RDS Urariá, o Conselho Comunitário traz ao público demandas particulares, privadas: é o motor do gerador que quebrou, o surgimento de um título de propriedade de áreas comuns, a designação de um novo professor etc. Mas o espaço público que o recebe foi privatizado: o IDS não é um órgão público, seus agentes não possuem delegações públicas, eles são "empregados". Estruturalmente, esse espaço acaba por ser vazio! Somente quando o espaço privado é forte, como parece ocorrer com o Instituto Mamirauá, o encontro é significativo. Em Maués não ocorre a subordinação do Conselho ao IDS, dadas as fragilidades já vistas ou o centralismo político. Como alternativa, os técnicos do IDS colocavam-se na posição de "clientes" de Seu Alzamir, como uma estratégia particular de fortalecimento.

De fato, o jogo institucional em uma unidade de conservação, com uma OS para gerenciá-la, parece ser bastante complexo. No art. 20 da Lei do Snuc está previsto que a gestão da RDS será efetuada por um Conselho Deliberativo, "presidido pelo *órgão* responsável por sua administração" (Brasil, 2000a). Mais adiante, no art. 23, a lei estatui que a "posse e uso das áreas ocupadas pelas *populações tradicionais*... serão regulados por contrato"[12] (idem). Mesmo que uma OS possa administrar o patrimônio públi-

[11] As propostas de Luís Carlos Bresser Pereira, Ministro da Administração e da Reforma do Estado em 1995, para a nova organização do setor público brasileiro sugeriam um compromisso de 10 anos do Estado com o financiamento das ações de uma OS, quando se supunha que cada organização já teria conquistado a confiança e o suporte financeiro de usuários e clientes.

[12] Grifos meus.

co, talvez ela não seja o "órgão" responsável pela administração de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

Por outro lado, o art. 23 é claro quanto à "posse" – ainda que mediante contrato – das áreas ocupadas nas Reservas Extrativistas – Resex – ou Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS –: é da população tradicional, que estaria, por sua vez, organizada em um Conselho. Mas será que um "contrato" é a melhor forma de estabelecer relações entre grupos, órgãos e espaços?

Como o Mapeamento Participativo da RDS Urariá mostrou, toda a área da reserva é, de uma forma ou de outra, "ocupada" pela população tradicional local. Assim, o contrato de *cessão* – não de *gestão* – deverá ser celebrado com as entidades representativas das comunidades, não da municipalidade. Entretanto, não há como afirmar que inexista subordinação formal das entidades da sociedade civil em relação às instituições públicas, mesmo que aquelas ajam por delegação destas. Em Maués poderia estar ocorrendo uma dupla intermediação: o poder público criou uma instância de intermediação, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Maués, encarregado de gerir a RDS Urariá e promover o desenvolvimento sustentável. É com essa OS que o Conselho Comunitário da RDS deve relacionar-se. Entretanto, é com a representação das comunidades que está o direito de posse e o uso da área da RDS e, portanto, o Contrato de Cessão deverá ser celebrado entre a municipalidade e a população tradicional. Ao longo do processo, o papel da organização social se dilui. O caminho da privatização do público leva à comunidade, não à OS. O caminho da publicização, do privado, vai das comunidades em direção à RDS, não à OS, pois se não há uma subordinação, seja funcional ou hierárquica, há, de fato, uma subordinação de responsabilidades e de relacionamento do gestor com o público.

Com relação ao papel do Contrato de Cessão, é importante mostrar o quanto esse instrumento carece de maior clareza nas relações que constrói, nas responsabilidades que determina e nos relacionamentos que regula.

É na história do lugar e na história da família do presidente do Conselho Comunitário da RDS que podemos perceber melhor o papel das responsabilidades e dos relacionamentos. O seu avô chegou à região na década de 1940. A Igreja Católica veio logo após, quando foram formados núcleos de evangelização. Eles foram crescendo e, na década de 1970, os "comuns" formaram as "comunidades"[13], já dentro do movimento formador das Comunidades Eclesiais de Base – CEB[14].

[13] Esse relato está de acordo com as histórias acerca das CEBs. Sugere, porém, uma maior profundidade histórica, apontando para a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o laicato na Amazônia, desde o período colonial.

[14] Para um aprofundamento do papel da Igreja na construção do associativismo na Amazônia, tomando como exemplo a região de Tefé (AM), ver o artigo de Delma Pessanha Neves, neste volume.

Na igreja de cada comunidade, quase sempre a única construção de alvenaria, é celebrado semanalmente o Culto da Palavra. O dirigente de culto recebe formação na paróquia, mas não celebra missas. Segundo o presidente do Conselho Comunitário da RDS "*a missa tem mais técnica*". Periodicamente, os dirigentes de culto estão em contato com o pároco da região, para discussão, aprofundamento teológico etc.

As festas acontecem ao redor da igreja, onde mutirões limpam o terreno e o preparam para as festividades. Cada tarefa é executada por um grupo específico, separado por gênero e idade. As atividades mais "árduas", como a capina, por exemplo, são executadas pelos jovens, e as mais "leves", como a faxina, pelas mulheres e crianças; enquanto isso, os homens adultos observam. Aqui, além da divisão sexual do trabalho, há uma divisão geográfica, quer dizer, mulheres e crianças trabalham perto da casa, os homens trabalham longe da casa e fazem a intermediação com o universo exterior à comunidade.

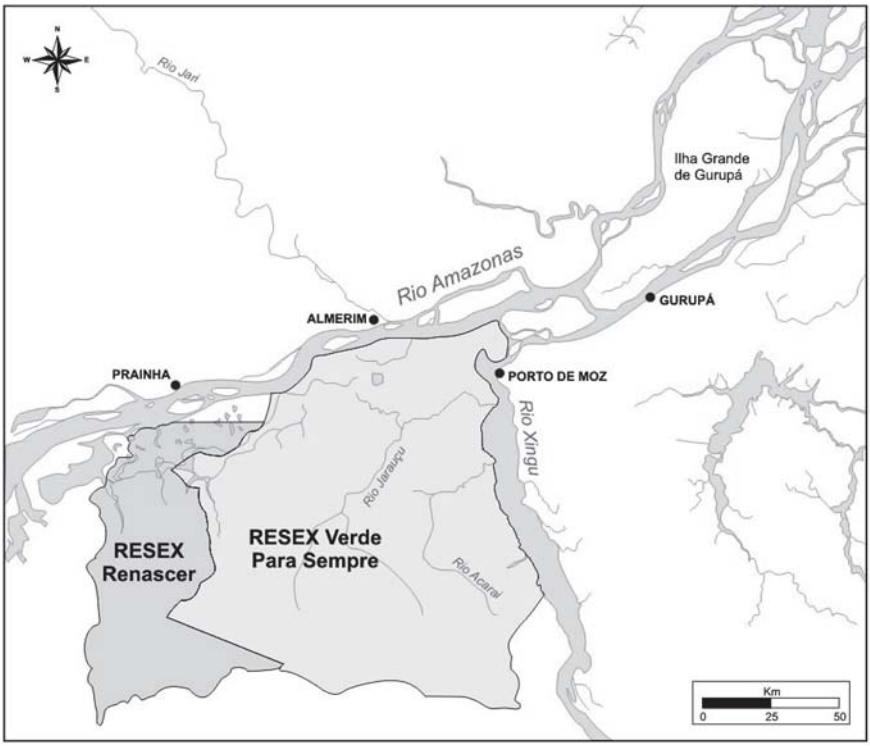
As comunidades estão registradas na Paróquia, sendo compostas na maioria por parentes. Em sua comunidade, São Pedro, apenas duas famílias não são formadas por parentes. E, além de estarem registradas na paróquia, o presidente do Conselho Comunitário da RDS forneceu um novo dado: as terras das comunidades pertenceriam à Igreja, e, como tal, recebem o benefício da legislação estadual de não pagar imposto. Questionava como ficaria agora, com a criação da Reserva, pois ele nunca havia pensado nisso. Aliás, nem ele, nem os técnicos do IDS que ignoravam a existência de mais um "proprietário" a ser indenizado na regularização fundiária da RDS Urariá.

Fica mais clara, assim, a ocorrência de um processo de fissão comunitária quando da adoção de uma nova denominação religiosa por algum grupo[15]. De um lado, a Igreja não autorizaria sua permanência e, por outro, os grupos dissidentes têm como objetivo uma outra forma de interação comunitária, valorização do trabalho, desvalorização das festas como elemento aglutinador etc. (Harris, 2002).

Esse processo de fissão e fusão de comunidades sofre influências da disputa pela liderança da comunidade e de questões religiosas. Por exemplo, diante de dúvidas sobre Contratos de Cessão de Uso e outras questões fundiárias, o presidente do Conselho Comunitário da RDS parecia mais preocupado com a próxima morte do Papa, que, para ele, é o verdadeiro proprietário de suas terras.

Assim, olhar para uma dicotomia entre várzea e terra firme, em uma relação coetânea, é um equívoco. Em Urariá, o que marca o tempo é a mudança do lugar, da paisagem, o nível das águas. A pesca e o cultivo estão associados, respectivamente, ao nível baixo, ou ao nível alto das águas do

[15] Victor Turner mostra que há uma centralidade na disputa pelo poder que mantém unida ou separa as aldeias Ndembu (Turner, 1957). No cenário Amazônico, em alguns casos, existem condições de rearranjos espaciais nas comunidades que permitem que a adoção de uma nova denominação religiosa não signifique a adoção de uma nova espacialidade, como mostra Mariana C. Pantoja, neste volume.



■ **FIGURA 2** – Mapa de localização das Resex Renascer (Prainha/PA) e Verde Para Sempre (Porto de Moz/PA).

rio; a caça e a extração de madeira acontecem em qualquer situação, como complemento alimentar e de renda. Assim, se a várzea é o "lugar onde se está sempre começando", como sugere Eliane Cantarino O'Dwyer em seu artigo neste volume, o que corresponderia ao marcador social de mudança, seria o espaço, não o tempo[16].

A Reserva Extrativista Renascer

A proposta da criação da Resex Renascer é resultado da separação de uma área do projeto de criação de uma reserva extrativista, a Resex Verde Para Sempre, que se localizaria no município de Prainha – PA (Figura 2). No lugar de uma única reserva com mais de três milhões de hectares, envolvendo quatro municípios, o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT – e os grupos locais interessados, estão construindo duas reservas e destinando cerca de trezentos mil hectares para a Resex Renascer, com sede em Prainha.

[16] As implicações teóricas e práticas desta questão podem ser aprofundadas em Fabian (1983).

Prainha é um dos municípios da região menos desenvolvidos na sua área urbana. Tem poucas ruas e um atracadouro simples. É o único com terras nos dois lados do rio Amazonas e sua maior área está na margem oposta à sede municipal, onde se localiza a área destinada à Resex.

Dos relatos dos conflitos que vêm ocorrendo, pelo menos duas versões podem ser registradas. De um lado temos a opinião dos moradores e a da Prefeitura e, de outro, a dos representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos diretores da Colônia. A primeira diz que a "reserva é coisa de políticos do PT. Iriam proibir búfalo, caça e a extração de madeira. O manejo de madeira, é feito hoje, é assim: derruba uma, planta uma. Mas o Prefeito colocou os políticos no seu lugar. O povo foi contra. Os comunitários são facilmente enganados pelos políticos; não sabem o que querem".

A segunda voz sugere o oposto. Para os dirigentes da Colônia de Pescadores, os comunitários sabem o que querem e buscam apoio para conseguilo. O conflito que se verificou em uma reunião foi orquestrado pelo prefeito, que levou um grupo de funcionários que se comportaram de forma violenta e, aparentemente, estavam bêbados. Tal violência teria sido desnecessária, pois a reunião não iria decidir nada, só pretendia informar aos grupos locais sobre a reserva, e essa era a razão da presença dos políticos.

As motivações para a criação da reserva têm duas vertentes distintas, mas que se complementam. Uma delas está relacionada à avaliação do controle que o Ibama exerce no Plano de Manejo de madeira, que não dá certo. Segundo os dirigentes, o controle do Plano de Manejo de madeira tem que ficar nas mãos dos comunitários. Outra questão coloca a reserva também como uma luta contra o sistema fundiário vigente, em particular aquele que vem sendo desenvolvido pelo governo estadual, por meio do Instituto de Terras do Pará – Iterpa. O modelo dos lotes rurais paraenses não resolve a situação dos filhos quando eles se casam, não evita a venda de terras e não fixa a comunidade na terra. Os moradores que vendem seus lotes, muitas vezes por apenas dez mil reais, vão para a cidade e, quando o dinheiro acaba, passam fome.

Mas é no cenário da disputa política municipal que se percebe toda a complexidade do momento. É senso comum que foram os eleitores do interior que elegeram o prefeito[17], como também é sabido que ele se posicionou contra a Reserva. Por outro lado, o discurso no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na Colônia de Pesca é que a Reserva Extrativista destina-se a melhorar a vida das comunidades do interior, mas os moradores acabam sendo iludidos, trocando seus votos por benesses políticas. Assim, como eleitores, eles não se comportariam como cidadãos, pois estariam de certa forma vendendo seu voto. Mas para o governo federal, a posição de comunitários os

[17] Outras informações dão conta de que o prefeito, que organizou a luta contra a Resex, renunciou e transferiu seu domicílio eleitoral para o município vizinho – Almeirim, onde será candidato, pois já estava em seu segundo mandato em Prainha. Além disso, ele é dono da rádio local e o maior proprietário de terras de Prainha, segundo os diretores da Colônia.

colocaria como uma população tradicional, vivendo em condições particulares merecedoras de uma proteção especial, assim como o espaço em que vivem. Daí a legitimidade da construção de uma Unidade de Conservação.

E não há dúvida de que a discussão acerca da Reserva está atravessada por interesses político-partidários. Se o discurso a favor da Resex está vinculado ao Partido dos Trabalhadores, o discurso contra é anti-Partido dos Trabalhadores. Mais do que uma concepção de uso do espaço e dos recursos naturais, o que parece estar em jogo é a supremacia política de um grupo em relação ao outro.

Na gestão dos recursos da pesca, a Colônia vem utilizando os Acordos de Pesca para limitar malhas, petrechos e embarcações nos lagos. Cada lago tem seu acordo, com exceção do Uruará, que possui dois. Os problemas sempre são os barcos grandes, a fiscalização e o tamanho das malhas.

Neste trabalho, as 35 colônias vinculadas ao Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas – Mopebam – vêm sendo apoiadas pelo ProVárzea em projetos de desenvolvimento institucional. Periodicamente é feito o monitoramento do desenvolvimento institucional e das colônias, tendo como parâmetro, principalmente, o número de filiados. Em Prainha são mais de trezentos. Em Monte Alegre são três mil filiados em uma base de oito mil pescadores.

Se do lado da pesca as iniciativas são promissoras, em terra firme, no trajeto Prainha/Monte Alegre, a paisagem é desanimadora. Em um trecho de mais de quarenta quilômetros, a paisagem é menos arborizada do que a das regiões áridas do interior de Minas Gerais, ou mesmo do Rio de Janeiro. Nos arredores da cidade há uma agricultura incipiente e contrastes de uma zona periférica urbana.

A paisagem sugere uma escala da produção pecuária bastante intensa, de tal forma que em várias fazendas existe uma balança fixa junto às porteiras. Tal indício sugere uma dimensão quantitativa do comércio que não se enquadra em concepção artesanal, mas em escala empresarial, altamente sofisticada. Não só esse indício, mas a presença de placas de apoio de agentes financeiros e máquinas pesadas, tudo contrasta com a presença tímida do poder público e das moradias tradicionais paraenses.

Mas o que se destaca em Prainha, assim como em outros espaços amazônicos, é a inexistência de sinais aparentes contrastivos, signos diacríticos, tanto em relação ao grupo que seria beneficiado com a Resex quanto em relação ao espaço e aos recursos a serem protegidos. Os comunitários não se diferenciam entre si, e a várzea, dentro de sua diversidade cíclica, apresenta uma regularidade espacial importante.

Sobre unidades de conservação de uso sustentável

Como discutido no artigo de Kant de Lima *et al. (neste volume)*, diferentes modelos de controle social na esfera pública brasileira são ancora-

dos no arcabouço jurídico que se explicita tanto nas doutrinas, códigos e leis, quanto no dia-a-dia, nas práticas de administração de disputas e promoção de acordos. Esses modelos seguem determinadas tradições ou sensibilidades legais (Geertz, 1999) que, explícita ou implicitamente, pretendem produzir a verdade local.

Nesse contexto, as questões levantadas pela implantação, administração e gestão de unidades de conservação de uso sustentável surgem como um lócus privilegiado para a análise dessas questões. Isso porque, ao ceder o uso de parte do domínio da União a um grupo marginalizado da população, que elabora em assembléias regras de aplicação universal para sua utilização, as quais se tornam de cumprimento obrigatório por todos, inclusive pelo restante da população, o Estado está apoiando um processo inteiramente novo de constituição de espaços públicos e de elaboração e aplicação de regras que regulam na esfera pública a sua utilização. Regras particulares, mas legitimadas no âmbito federal, aplicam-se localmente a todos, de forma igual, diferindo de nossa tradição legislativo-judiciária, em que se elaboram regras sempre gerais, cuja aplicação, por isso mesmo, deve ser particularizada em cada caso, pela desigualdade juridicamente reconhecida dos segmentos que compõem a sociedade.

Comparadas com processos de construção de unidades de conservação, do tipo Reservas Extrativistas Marinhas, as experiências da RDS Urariá e da Resex Renascer mostram alguns contrastes interessantes. Historicamente o pescador artesanal brasileiro sempre foi considerado *non-entit,* atrasado e um fardo ao desenvolvimento da pesca, pelo setor industrial; entraves à ocupação do litoral, pelos especuladores imobiliários; presença promíscua, pelos vendedores do turismo. Hoje, nesses espaços amazônicos, o ribeirinho ocupa uma nova posição na agenda do desenvolvimento, já nem tanto subordinada, e coletivamente coloca-se como candidato ativo na direção da conquista de seus direitos de cidadania.

Um segundo aspecto, o da consolidação prática, do desejo manifesto de "reservar" uma área para uma população e um modo de produção específicos, juntamente com a consolidação de uma nova tradição de administração de conflitos, não é tão evidente. No caso da pesca oceânica, o caminho percorrido foi a busca da definição de "pescador local", isto é, aquele pescador tradicional que efetivamente poderia ser vinculado à área da reserva. Esse processo excluiu não só aqueles que pescavam de forma predatória ou em escala indesejável para a reposição local dos cardumes, mas os que mesmo podendo ser enquadrados como produtores "tradicionais" não seriam "locais". Após essa primeira exclusão tratou-se de incluir outros pescadores, sempre de acordo com as regras votadas em assembléia de pescadores, que resultaram na permissão ao exercício de certas atividades de captura de pescado por parte de pescadores "não-locais".

Para os casos de Urariá e Renascer, o espaço é que circunscreve os grupos que terão direitos diferenciados. Lagos semelhantes e suas popula-

ções são separados. Milhares de hectares mudam de *status*, e a população que ali vive se reproduz de acordo com o planejamento e a correlação de forças políticas. Não existem aspectos discricionários que permitam a conceituação de um "ribeirinho tradicional", cujo direito à reprodução social mereça uma política diferenciada.

Um terceiro aspecto é a concentração dos produtores tradicionais, dentro dos limites da unidade de conservação, imbuídos do espírito associativo que perpassava o ideal das reservas extrativistas. Em Arraial do Cabo (RJ) e em Corumbau (BA), os diversos interesses e as várias modalidades de pesca artesanal tiveram que convergir para um novo modelo de utilização do mar, até então inexistente como um todo. Foram criados novos mecanismos de uso do espaço para a apropriação dos recursos. Horários, zoneamento, cotas, petrechos, todas as decisões sendo balizadas pelo saber tradicional e aprovadas pelo grupo local.

Assim, o que se busca em um processo de construção de unidades de conservação de uso sustentável é a proteção dos produtores tradicionais locais contra os que atuam em escala predatória, ou "não-locais", e a conciliação dos interesses dos "locais", ou seja, daqueles que atuarão no interior das unidades com a conservação do espaço natural onde atuam. Se o primeiro desafio é excludente, o segundo tem natureza includente, e é por meio de mecanismos de compensação, isto é, ganhos de produção com a proteção do modo tradicional, que são obtidas as concessões necessárias para o processo de inclusão e convergência de interesses, nem sempre coincidentes, no interior das populações tradicionais.

E chegamos a uma outra consideração importante para a análise das políticas públicas aqui avaliadas: quem são as populações tradicionais? Afinal, pela lei do Snuc, os grupos que podem exercer atividades econômicas no interior das Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável são as populações tradicionais.

Na lei aprovada pelo Congresso Nacional, populações tradicionais, para efeito da lei do Snuc[18], seriam:

> "grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para a sua subsistência e utilizando recursos naturais de forma sustentável" (Brasil, 2000a).

Essa definição reunia dois modelos de construção de identidades: um, o contrastivo (Barth, 2000), que referencia grupos humanos diferenciados e suas fronteiras em contextos sociais amplos; outro, onde estava presente a idéia de identidade conectiva, ou redes sociais, pois há a presunção

[18] Lei nº 9.985/00, de 18 de julho de 2000.

de que o grupo reproduz internamente o seu modo de vida. Somava-se a essas concepções a idéia de autodeterminação, ou autovisão, pois nos procedimentos adotados pelo CNPT é o grupo local que reivindica seu enquadramento – nos dois outros conceitos –, uma vez que eles não se referem a nenhum grupo social específico.

Entretanto, ouvido o Ministério do Meio Ambiente, o Presidente da República vetou o inciso que continha essa definição, com a seguinte argumentação:

> "O conteúdo da disposição é tão abrangente que nela, com pouco esforço de imaginação, caberia toda a população brasileira. De fato, determinados grupos humanos, apenas por habitarem continuadamente em um mesmo ecossistema, não podem ser definidos como população tradicional, para fins do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. O conceito de ecossistema não se presta para delimitar espaços para a concessão de benefícios, assim como o número de gerações não deve ser considerado para definir se a população é tradicional ou não, haja vista não trazer consigo, necessariamente, a noção de tempo de permanência em determinado local, caso contrário, o conceito de populações tradicionais ampliar-se-ia de tal forma que alcançaria, praticamente, toda a população rural de baixa renda, impossibilitando a proteção especial que se pretende dar às populações verdadeiramente tradicionais" (Brasil, 2000b).

Vemos que no texto da mensagem surge mais uma concepção de identidade, ou seja, que as populações tradicionais possuem uma identidade singular, diferente da maioria. E como o que marca essa singularidade é o tempo de permanência e a delimitação do espaço, essa definição foi vetada por ser ampla demais. Por outro lado, outras vozes se ouviram contra a definição[19], como a da então senadora Marina Silva, ecoando os seringueiros do Acre, por considerá-la restritiva (vários grupos de seringueiros não atenderiam o quesito das três gerações).

A não definição, ou indefinição, agradou mais que a definição, pois, em última análise, o processo de auto-identificação necessário para a aplicação da lei manteve-se enredado nas redes de poder do Estado. O CNPT, as secretarias de meio ambiente, as universidades e as organizações não-governamentais articulam-se, ou disputam, para estabelecer o reconhecimento e as definições de quais grupos são elegíveis para os efeitos da proteção que é

[19] Conforme palestra proferida pela antropóloga do Ministério Público Federal, Kênya Itatacaramby, no PPGAS/UnB, em 31/07/2002, e funcionários do Ibama, em um seminário apresentado no Centro de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia (UnB), em 15/05/2003.

citada na exposição do veto. Essas instâncias acabam por ser responsáveis por um processo de purificação e tradução, produtor de um híbrido, um misto de natureza e cultura (Latour, 1994): a população tradicional.

Como híbrido, uma população tradicional deve satisfazer a um grupo social concreto, correspondendo a sua vinculação ao pólo natureza. No pólo da cultura, será reconhecida coletivamente com características que, não inicialmente, fazem parte das representações que o grupo faz de si mesmo, e sim em conformidade com leis, regulamentos e pareceres "científicos". Em outras palavras, para que se dê início à discussão acerca dos direitos desses grupos, eles devem ser oficializados pelo Estado e suas instituições, e devem ter legitimidade e poder de purificação da nova identidade coletiva. Como resultado dessa articulação, teremos uma tradução de sentidos que criará o híbrido, então habilitado à proteção legal.

Qual é o sentido dessa proteção? Como ela é efetivada? Como se justifica? Um caminho possível para encontrar respostas pode ser uma reconstrução histórica do processo. Por outro lado, a análise antropológica das categorias explícitas e/ou implícitas na definição e razões do veto acena com uma outra possibilidade.

Outras divisões podem ser feitas, mas em uma perspectiva de análise propomos separar a definição vetada em três conceitos básicos: o primeiro decorre da idéia de que populações tradicionais são "grupos humanos culturalmente diferenciados". O segundo é formado pela idéia de que eles estão "vivendo há, no mínimo, três gerações [... e] historicamente reproduzindo seu modo de vida em um determinado ecossistema". E o terceiro estatui que esse modo se vida se dê "em estreita dependência do meio natural para a sua subsistência e utilizando recursos naturais de forma sustentável".

O primeiro conceito incorre na apropriação equivocada do conceito de cultura, quando este é definido como "um conjunto de rotinas aprendidas (e/ou seus produtos materiais ou imateriais), que são características de um grupo definido de pessoas"[20] (Brumann, 1999, p. 8). Outro aspecto do processo de diferenciação cultural proposto é que ele parte de uma visão fundamentalista que coloca "cada cultura em seu lugar" (Stolcke, 1995, p. 8)[21]. Ao propor o uso da idéia de diferenciação cultural, não foram levadas em consideração as questões que Ulf Hannerz aponta sobre o conceito de cultura: "sua *boundedness* e mistura, variação interna, mudança e estabilidade ao longo do tempo, integração e coerência" (Hannerz, 1995, p. 19).

Em síntese, aqui o conceito de diferenciação cultural é disruptivo em relação ao todo nacional e tal movimento realiza uma "hierarquização de culturas" de que fala Stolcke (1995, p. 8). Culturas que foram subalternas

[20] As traduções são minhas.

[21] Nesse artigo, Verena Stolke analisa o processo de exclusão e segregação que vem ocorrendo com os grupos de imigrantes nos países europeus, principalmente aqueles oriundos dos países integrantes dos antigos impérios coloniais.

não terão acesso igualitário ao mercado de bens, simbólicos ou econômicos. Serão sempre tributários dos antigos dominadores.

No nosso cenário, a inclusão no mundo dos proprietários, construída pelo liberalismo, não é concedida às populações tradicionais. Serão sempre permissionários, usuários ou dependentes. A apropriação do espaço identitário só poderá ser feita de forma coletiva e de acordo com normas aprovadas pelos órgãos do Estado, sempre em nome do interesse da sociedade envolvente e das "futuras gerações". Os laços não são pensados para serem construídos com a nação, mas com uma "cultura" particular e com diferença em relação ao todo.

No segundo conceito vemos a necessidade de inscrever o grupo em um "*traditional slot*"[22]. Aqui, o espaço corresponde a "determinado ecossistema", futura unidade de conservação que, tornando-se um patrimônio público, terá no Estado o poder terminativo de controle. A reprodução social de uma cultura é bastante problemática e "manter no grupo o consenso cultural ao longo do tempo e entre os integrantes requer um esforço considerável" (Brumann, 1999, p. 11). O saber naturalístico é elevado de forma equivocada ao status de cultura. O correto seria pensar que esses grupos desenvolvem, a partir de um sistema de cognição do mundo natural em que vivem, um *ethos*, ou seja, um "sistema culturalmente padronizado de organização dos instintos e emoções dos indivíduos" (Bateson, 1958, p. 220).

No terceiro conceito vemos como se projetou o conceito de modernidade a um grupo que, por decorrência das duas definições anteriores, estaria fora da modernidade. O conceito de desenvolvimento sustentável é altamente relativo, tanto quanto ao aspecto do desenvolvimento, quanto ao ideal de sustentabilidade. No mundo da realidade, ambas as idéias são também construtos da modernidade, que revelam relações de poder oriundas de uma determinada visão de mundo sobre outras. Do ponto de vista das populações tradicionais, em muitos casos o desenvolvimento não é desejado e a sustentabilidade é um dado da natureza que não pode ser capturado pela cognição humana[23].

O híbrido legal não chegou a ocupar o mundo das normas públicas, ficou resguardado nos gabinetes dos burocratas, acadêmicos ou políticos. E, no mundo real, quem poderia ser qualificado como populações tradicionais, onde estariam, ou quais grupos já foram "identificados" como tais?

[22] Parafraseando Michel-Rolph Trouillot (1991).

[23] Para esclarecer esse ponto, citamos duas catadoras de caranguejo, em Gargaú, no norte fluminense, ambas referindo-se à abundância do caranguejo. Uma delas comparou o caranguejo e o camarão como o primeiro sendo 'vegetal', finito e que merece cuidados, e o segundo como 'mineral', que nunca acaba, inesgotável. Uma outra usou as categorias de forma oposta, ou seja, era o caranguejo que era mineral, que era só catar, que ele sempre estaria ali. Devemos ressaltar que tais falas foram coletadas em dois períodos de defesos (quando não se pode catar caranguejo, por determinação do Ibama) sucessivos, e que a primeira entrevistada estava respeitando as normas e a segunda, não.

É verdade que certos grupos minoritários têm na identificação "população tradicional" um caminho para o reconhecimento de direitos. Nas representações que esses grupos constroem acerca do que lhes é devido, o espaço territorial ou produtivo, onde reproduzem sua organização social, seus costumes, suas crenças e suas tradições ao longo do tempo, assumem um dos pólos centrais. Um outro é o próprio tempo, marcador por excelência da distinção que os singulariza do conjunto da sociedade envolvente. A tradição, marca da presença do tempo pretérito no tempo presente, é o signo da possibilidade de reprodução social do grupo no tempo futuro.

Na dimensão subseqüente, a do reconhecimento, a identidade desses grupos está marcada de forma indelével pelo espaço que ocupam. O resultado é que os marcos legais de seus direitos encontram-se registrados nos marcos da legislação e sob a égide dos órgãos voltados para a proteção do meio ambiente, e não do desenvolvimento social.

E é nessa dimensão que o reflexo de nossa cultura hierárquica faz-se sentir com todo o seu peso. Mesmo que reconhecidos em sua singularidade e em seu direito à reprodução social de um modo de vida particular, a proteção e o direito iniciais transformam-se em tutela. Em outras palavras, seu reconhecimento deu-se em uma posição subalterna, marcada pela diferença que estigmatiza e desiguala. Os indivíduos não são donos de seu destino.

Esse efeito perverso pode ser também notado naquelas intervenções que se aproximam da estratégia de aplicação de políticas públicas de discriminação afirmativa. Quando aplicadas em populações que já têm acesso garantido a direitos mínimos, classificados como direitos civis, consistentes na atribuição de direitos à liberdade e a sua garantia, pelo acesso à justiça; como direitos políticos, consistentes na livre participação política, por meio do voto e da participação em órgãos gestores dos destinos das comunidades institucionalizadas; e como direitos sociais, referentes ao acesso à educação fundamental, saúde, segurança etc., que consistem em impulsos direcionados para igualar aqueles que, mesmo com essas garantias, estão prejudicados pelo preconceito e por outras formas de discriminação, no acesso aos direitos que lhes são oferecidos. Entretanto, quando aplicadas a grupos que não se distinguem desta forma dos outros em seu entorno, são identificadas como atribuidoras de privilégios, pois os demais grupos sentem-se excluídos dos benefícios concedidos às populações discriminadas positivamente. Dessa forma, políticas voltadas para garantir e universalizar direitos são interpretadas como particularizantes, atribuidoras de privilégios.

Lembremos o que ocorre na RDS Urariá. Em primeiro lugar a singularidade, seja do espaço, seja do grupo que se encontra no interior da reserva não acontece. Não há nas doze comunidades elementos que as distingam das comunidades do Lago Grande do Canarana. Talvez um menor desenvolvimento. Mas não é esse o sentimento dos moradores de nenhum dos lagos: todos desejam estar em uma unidade de conservação, seja pela possibilidade de uso exclusivo dos recursos, a definição fundiária de suas

terras ou a proteção e financiamento adicionais que são sinalizados como chegando junto com a proteção ambiental.

Os grupos estão errados na sua reivindicação? Certamente que não. Mas as perguntas que devem ser feitas são: quem é a população tradicional, qual área que possui características especiais, qual o saber e qual a cultura a ser preservada? Quais os direitos, que situações geraram ao longo do tempo e o que a sociedade deve reconhecer e retribuir?

Se em Maués a resposta não foi obtida, o mesmo ocorre em Prainha. Todas as discussões, debates e conflitos dão-se em torno de concepções e posições político-partidárias, acerca do meio ambiente, da cidadania, do desenvolvimento e do progresso. Não se defende a singularidade de algum grupo, de algum espaço, do desenvolvimento de técnicas, artes e saberes locais.

Considerações finais

Ao olharmos para o conjunto das comunidades e processos descritos, lembramo-nos que Julian Steward defendia, já em 1950, que seria "metodologicamente incorreto tratar cada parte como se fosse um todo independente em si mesmo" (Steward apud Wolf, 2003, p. 74)[24]. Por outro lado, considerar cada grupo social como "terminais locais de uma rede de relações que se estende, por meio de níveis intermediários, do nível da comunidade ao nível da nação", influenciados "de fora" (Wolf, 2003), responde apenas à parte do problema, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico.

Por outro lado, é o próprio Wolf que diz:

> "uma rede de relações de grupos implica em uma dimensão histórica [e que] essas relações compreendem conflito e acomodação, integração, desintegração, processos que ocorrem no decorrer do tempo [assim como as] histórias locais são importantes, mas não são suficientes [, ...] são apenas as manifestações locais ou institucionais de grupos em mudança contínua". (Wolf, 2003, p. 76).

Assim é o conceito de "comunidade" na várzea amazônica. Sua variabilidade é fruto das histórias particulares de grupos e espaços distintos, enfim, de diferentes redes. Historicizado pela vertente do movimento da Igreja Católica, uma história contada pelos comunitários sobre sua própria comunidade é exemplar. Retrocede aos anos de 1940, quando as raízes de sua família são fincadas no Lago Grande do Urariá, vinculando sua história

[24] Julian H. Steward. Area research: theory and practice. Social Science Research Bulletin, 63, New York, 1950, p. 107.

à evangelização e à construção de um grupo de "comuns", para, posteriormente, adotar o conceito de "comunidade" a partir da década de 1970, atrelando a história de seu grupo com a história "oficial" das CEBs. Com a chegada do "meio ambiente" e do "desenvolvimento sustentável", a comunidade moderniza-se, ganha status de "associação", com direito a registros e CGC, e passam a se reunir em um Conselho Comunitário, cuja composição é a definida pelo espaço da Reserva. O líder da comunidade não é somente o líder de uma determinada comunidade. Ele agora representa diversas comunidades, com interesses, histórias, redes de relacionamento distintas e até diferentes orientações religiosas.

Se não existem sinais diacríticos entre os grupos de "dentro" e os de "fora", como em Urariá, por que diferenciar? Assumiríamos a vertente conservadora de Rui Barbosa, como lembra Roberto Kant de Lima, para quem "isonomia é tratar diferente os desiguais" – o que implica que a diferença seja transformada em desigualdade. Trata-se de reconhecer a dificuldade de acesso diferenciada de determinados grupos a bens públicos e coletivos, que uma aposta de tratamento distinto pode ajudar a igualar. Enfim, trata-se de reconhecer diferenças para atingir a igualdade e não o seu oposto.

O que traz à baila uma última consideração é o tamanho e a vinculação política das unidades de conservação. Se olharmos os dados relativos às unidades de conservação de uso sustentável já existentes, verificaremos que há uma grande concentração de unidades, com grandes dimensões, em muitos casos ocupando áreas de mais de um município. A proposta inicial para o tamanho da Resex Verde para Sempre era de mais de três milhões de hectares, envolvendo quatro municípios. Mesmo a área da proposta atual corresponde ao dobro da área da Reserva Tapajós Arapiuns (PA), que envolve dois municípios.

O modelo desejado de gestão participativa para essas unidades de conservação pressupõe o "empoderamento" dos locais. Entretanto, além das questões já levantadas por Kant de Lima *et al.* e das observações de Delma Neves quanto aos efeitos indesejados de determinadas iniciativas (ambos neste livro), é bom lembrar que freqüentemente defende-se o "*empowerment*" dos "*commons*", sugerindo a sua transformação em "*stakeholders*" (Silva, *in press*). Em conjunto com essas categorias, freqüentemente é levantada a necessidade do desenvolvimento do "capital social" (Putnam, 1998) desses grupos, em um processo com as análises de Putnam acerca do círculo virtuoso de boas instituições gerando boas políticas, como a disseminação do modelo associativista.

Minha visão é que em espaços muito grandes, as relações face a face que permitem o desenvolvimento e controle de boas políticas – outro processo descrito por Putnam, muitas vezes esquecido – são impossíveis, ou acabam por construir novas elites, formadas por lideranças e representantes. Com a ausência de uma verdadeira interlocução entre todos os envolvidos, o associativismo acaba por não produzir o empoderamento dos gru-

pos locais, não os transforma em *stakeholders* e muito menos os possibilita para exercer um controle social fundado na participação popular, elementos necessários tanto à descentralização das políticas em curso no país, quanto à verdadeira possibilidade de gestão participativa em nossa cultura.

Bibliografia

BATESON, G. *Naven*. Stanford: Stanford University Press, 1958.

BARTH, F. Os Grupos Étnicos e Suas Fronteiras. In: LASK, T. (Org.). *O guru, o iniciador*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2000.

BRASIL. *Constituição Federal*, 1998.

_____. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000(a). *Lei do SNUC*.

_____. Mensagem n. 967, de 18 de julho de 2000(b). *Vetos à Lei do SNUC*.

BRUMANN, C. Writing for Culture: why a successful concept should be discarded. In: *Current Anthropology*, v. 40, supplement, 1999.

CARDOSO de OLIVEIRA, L. R. *Direito legal, insulto moral*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2003.

FABIAN, J. *Time and the other: how anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press, 1983.

GEERTZ, C. *O Saber local*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

HANNERZ, U. Comments. In: *Current Anthropology*, v. 40, supplement, fev., 1995.

HARRIS, M. Tracework: some reflections on the politics and history of Amazonian Christianity. *Boletim Rede Amazônica*, v. 1, n. 1, 2002.

KANT de LIMA, R.; MOTA, F. R.; PIRES, L. S. Efeitos da igualdade e da desigualdade no espaço público da Amazônia. Neste volume.

KANT de LIMA, R. Carnavais, Malandros e Heróis: o dilema brasileiro do espaço público. In: GOMES, L.G.; BARBOSA, L.; DRUMOND, J. A. (Org.). *O Brasil não é para principiantes*. Rio de Janeiro: FGV, p. 105-124, 2000.

KANT de LIMA, R.; PEREIRA, L. *Pescadores de Itaipu*. Niterói: EdUFF, 1998.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LIMA, D. Relatório do estudo estratégico: situação sócio-econômica - diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas - Síntese dos Resultados Preliminares das Pesquisas de Campo, 2002. Mimeo.

LOBÃO, R. Reservas extrativistas marinhas: uma reforma agrária no mar? Niterói: Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense para obtenção do Grau de Mestre, 2000.

MARTINS, P. H. Qual a diferença entre Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público? In: *RITS – Rede de Informação para o Terceiro Setor, 2004*. Disponível em: http://www.rits.org.br/legislacao_teste/lg_testes/lg_tmes_out99.cfm

NEVES. D. P. Os agricultores de várzea no médio rio Solimões: condições sócio-ambientais de vida. Neste volume.

O'DWYER, E. C. A construção da várzea como problema social na região do baixo Amazonas. Neste volume.

PANTOJA, M. C. A várzea do médio Amazonas e a sustentabilidade de um modo de vida. Neste volume.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SILVA, L. G. *Os pescadores na história do Brasil: Colônia e Império*. Rio de Janeiro: Vozes, v. 1, 1988.

SILVA, P. P. *From common property to co-management: lessons from Brazil's first Maritime Extractive Reserve*. Massachusetts: NOAA Fisheries. In press.

STOLKE, V. Talking Culture: new boundaries, new rhetoric of exclusion in Europe. In: *Current Anthropology*, v. 36, n. 1, fev., 1995.

TROUILLOT, M. R. Anthropology and the savage slot: the poetics and politics of otherness. In: FOX, R. (Org.). *Recapturing anthropology*. Santa Fe: School of American Research Press, 1991.

TURNER, V. *Schism and continuity in an African Society*. Manchester: Manchester University Press, 1957.

WOLF, E. Os Antropólogos Americanos e a Sociedade Americana. In: BIANCO, B. F.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *Antropologia e poder*. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Ed. Unicamp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade

Deborah de Magalhães Lima

Introdução

A região de ocupação mais antiga da Amazônia, a extensa calha do rio Amazonas, recebe atenção especial nesses tempos de desenvolvimento sustentável, manejo sustentável de recursos naturais, participação comunitária, ambientalismo popular, entre outros novos ideais. Novos modelos de unidades de conservação foram criados, e novas políticas e legislações para regular a extração de recursos naturais estão sendo implementadas com o objetivo de assegurar o uso sustentável do ambiente e apoiar projetos ambientais encaminhados pela população local. É a primeira vez na história da Amazônia que o modo de vida da população ribeirinha desperta tanto interesse político. Tal atenção não ocorre em um espaço político neutro, mas enfrenta a oposição de interesses políticos e econômicos dominantes, como discutiremos a seguir. Não se deve, por conta disso, deixar de notar o pioneirismo de uma abertura democrática pela via ambiental.

Os moradores das margens dos rios Solimões e Amazonas vêm sendo convidados a desempenhar um papel ativo na construção da sustentabilidade na Amazônia. É inovador fazerem parte do desenho de novas políticas públicas, e é novidade o fato de seu modo de vida ser considerado relevante para as políticas ambientais. Quando incluídos nas agendas de desenvolvimento anteriores, ao contrário, o objetivo era induzir mudanças no seu modo de vida, por não ser considerado adequado aos objetivos de exploração e crescimento econômicos. As tentativas de alterar o modo de vida dos chamados caboclos estiveram presentes desde as políticas de Pombal, no século dezoito, dando prosseguimento à ação missionária que, no século dezessete, buscara converter os índios tanto à produção mercantil quanto ao catolicismo. Ao lado dessas políticas, foram feitos esforços intelectuais para explicar o modo de vida da população nativa que, para o projeto colonial da elite, consistia em um fracasso. As justificativas para o fato de a Amazônia não acompanhar o desenvolvimento do sul do país incluíam tanto causas

ambientais quanto sociais. O calor, as doenças tropicais, e mesmo a idéia de que era fácil obter os meios de vida na floresta amazônica explicariam a ausência de um comportamento empreendedor na população nativa; ou então a própria população era considerada culpada, fosse devido a um suposto atraso cultural, fosse porque trariam consigo uma "incapacidade civilizatória nata", dada a idéia de que a "mestiçagem racial" dos novos amazônidas provocaria um efeito deletério sobre seu potencial humano[1]. E justamente o que era considerado atraso, fruto da preguiça ou da índole avessa ao empreendimento, é hoje positivamente reconceituado. O reconhecimento do baixo impacto da produção familiar sobre o ambiente transpôs a população ribeirinha da margem das políticas públicas para o centro de uma política socioambiental que busca um novo paradigma para o desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável, socialmente justo e democrático.

Neste estudo em que nos debruçamos sobre as perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade na várzea, dois temas principais foram levantados em todas as áreas pesquisadas, desde a região da foz do Amazonas à fronteira com o Peru e a Colômbia: a percepção geral de esgotamento dos recursos naturais e a fraca presença do Estado, que não provê adequadamente a população, principalmente a rural, de serviços públicos básicos. Todas as pesquisas de campo registraram a queixa de moradores da várzea de que o peixe está escasso, como também estão a madeira e a caça. Junto ao cultivo da mandioca, esses recursos são os componentes básicos de um esquema cultural de provisão de necessidades. Nessa recente mobilização política e ingresso à participação democrática pela via ambiental, o que torna os ribeirinhos visíveis é a defesa de um modo de vida essencialmente ligado ao ambiente. E por essa via encaminham reivindicações sociais básicas: melhorias na saúde, na educação escolar e nas oportunidades econômicas. Paralelamente à percepção genérica das condições de exploração ambiental como insustentáveis, requerendo ações políticas urgentes, a população da várzea apresenta demandas concretas para o desenvolvimento de condições socioeconômicas mais justas e favoráveis à sua sobrevivência na várzea.

Este capítulo é um complemento à coletânea de trabalhos de campo. Introduz, no primeiro momento, uma discussão sobre as categorias sociais da várzea, tomando como foco a questão da sustentabilidade. Em seguida, faz uma síntese dos principais resultados das pesquisas, traçando um panorama sucinto da diversidade da várzea. Para comparar as condições de vida nas diferentes regiões, e atender a uma demanda do ProVárzea por indicadores econômicos, propõe, em vez de medidas de renda, que se use a pos-

[1] Ver, por exemplo, as preocupações de Veríssimo, 1970, e Agassiz, 1868, sobre a origem "mestiça" da maioria da população da Amazônia, e as análises sobre tais representações em Wagley, 1953, e Lima, 1992 e 1999.

se de bens duráveis como indicador. Acompanhando essa discussão sobre condições de vida, faz referência às informações produzidas pelas pesquisas sobre a percepção local da qualidade de vida na várzea e as perspectivas para o seu desenvolvimento.

A várzea, os ribeirinhos e a construção da sustentabilidade

As políticas de desenvolvimento atualmente em curso na várzea expressam uma variedade de interesses e proposições. Em um extremo encontram-se as políticas baseadas em uma visão economicista do desenvolvimento; no outro, aquelas inspiradas no ideal da sustentabilidade socioambiental. Em termos institucionais, tais proposições opõem órgãos de desenvolvimento e extensão a órgãos ambientalistas. O interesse econômico de promover a produção de riquezas na várzea a partir do modelo de desenvolvimento modernizador (Léna, 2002) se inspira na percepção da várzea como um ambiente com grande potencial econômico ainda por ser explorado. São qualidades da várzea a alta fertilidade dos solos aluvionais, o potencial pesqueiro e madeireiro de suas águas e matas, além da existência de pastos naturais propícios à pecuária. A mais ousada experimentação desenvolvimentista para a várzea foi feita no projeto Jari, com suas extensas e não bem-sucedidas plantações de arroz em escala comercial, iniciadas na década de 1970. Gurupá, município vizinho ao Jari, foi menos atingido pelo avanço da fronteira econômica dessa época e é hoje lugar de um conjunto de iniciativas de desenvolvimento sustentável que buscam definir bases científicas e sociais para a consolidação do manejo sustentável na várzea (Silva, neste volume, Pace, 1992). A administração municipal de Gurupá favorece essas iniciativas, mas em Porto de Moz, outro município vizinho, projetos que seguem o ideário da sustentabilidade encontram a oposição da elite política, alinhada aos interesses econômicos de exploração intensiva, principalmente madeireira, como descreve Silva neste volume.

No baixo Amazonas, os moradores da várzea são atualmente confrontados por ações desenvolvimentistas contraditórias, e ora as políticas buscam estimular a implantação de empreendimentos agropecuários e instrumentar a exploração de peixe e madeira para aumentar sua produtividade, ora estabelecem regulamentos que limitam a exploração dos recursos naturais para proteger as espécies do esgotamento, apoiando também iniciativas locais de manejo. A contradição entre políticas públicas resulta, por exemplo, em financiamentos subsidiados para a compra de barcos e instrumentos de pesca em áreas onde o manejo da pesca é regulamentado. O confronto entre projetos econômicos que provocam a sobreexplotação da pesca e projetos ecológicos preocupados em regular a pesca termina inviabilizando ambos. Em seu estudo sobre a região de Santarém, O'Dwyer (2003, 2004 e neste volume) faz o relato de um embate dessa natureza, mostrando um duplo resultado negativo: nem o manejo da pesca é respei-

tado, nem os financiados conseguem saldar suas dívidas. O confronto de políticas resulta em comunidades revoltadas com a invasão de lagos por pescadores inadimplentes, ávidos por aumentar sua produção para poderem quitar as parcelas do financiamento, empregando apetrechos de pesca proibidos localmente (ver também Isaac *et al.*, 2003).

Isso significa que orientar a definição de políticas públicas voltadas à implementação do manejo sustentável dos recursos naturais, redução da pobreza e promoção da eqüidade social, tal como nos propusemos neste trabalho, começa pelo reconhecimento evidente de que tais políticas não encontram um espaço político aberto e receptivo, mas têm que se confrontar com políticas e aspirações contrárias. Mais ainda, se ao longo da década de 1990 a conquista da legitimidade das propostas socioambientalistas pôde contar com grande apoio da opinião pública e da mídia (que à época teve um papel fundamental na formulação de um ideário socioambiental para a Amazônia), há atualmente um movimento político com expressão na própria mídia que busca retratar as preocupações ambientais como "atrasando" o crescimento econômico. O refluxo de proposições desenvolvimentistas ameaça os avanços feitos na direção de submeter o desenvolvimento econômico ao balizamento de avaliações sociais e ecológicas, e implica a necessidade de se formular uma contracrítica atualizada.

Nesse momento em que se faz necessário reconstruir o discurso pela sustentabilidade, é também importante rever as proposições de parceiros rurais em relação aos objetivos ecologistas, evitando atribuir-lhes papéis idealizados ou sua inscrição em esquemas ideológicos exógenos. A constituição de uma parceria entre ambientalistas e as populações da Amazônia que passaram a ser chamadas de tradicionais, como os seringueiros e os ribeirinhos, se deu entre as décadas de 1980 e 1990 e baseou-se no reconhecimento de pontos comuns entre as proposições ecológicas e as sociais (Diegues, 1996, Carneiro da Cunha e Almeida, 2001, Lima, 1997, Little, 2002, Barreto Filho, no prelo, e Lobão, neste volume). A integração desses objetivos produziu um modelo socioambiental amazônico de parcerias entre instituições ambientalistas e populações locais, respaldado por propostas semelhantes, vinculadas à consolidação de uma agenda internacional para o desenvolvimento sustentável e à presença humana em unidades de conservação.

No entanto, a constituição da parceria ecológica não foi acompanhada por uma discussão aprofundada sobre a sua restrição a segmentos sociais marginais. O fato de as propostas socioambientais focalizarem populações camponesas tradicionais e grupos indígenas não foi analisado adequadamente. Por um lado, era por demais evidente que as preocupações ambientalistas não encontrassem muito apoio de grupos empresariais, preparados para ceder muito pouco; por outro, era considerado "natural" que essas populações respondessem positivamente, dada a existência de uma interpretação romântica de sua economia como baseada em uma prática ecológica consciente. A expectativa de que as populações chamadas tradicionais exibissem um comportamento ecológico espontâneo foi ironizada

na crítica a um mito do "selvagem ecologicamente nobre" (Redford, 1991). Essa reação contrária a uma visão idealizada da participação de grupos marginais na conservação não veio de proponentes do desenvolvimento economicista, mas da parte de uma linha de ecologistas que defende a conservação integral de ambientes, resguardados de qualquer interferência humana, como a principal política para a conservação integral da biodiversidade (cf. Redford e Stearman, 1993; Redford e Richter, 1999; Peres e Terborgh, 1995).

A dificuldade do paradigma da sustentabilidade de gerar grandes transformações sociais tem contribuído para fortalecer a oposição ao socioambientalismo, como estratégia para a conservação da biodiversidade, feita por ecologistas como Angermeier (2000), que adotam uma definição extrema para a condição de "naturaleza" (*naturalness*) a ser preservada. Angermeier (2000) define *naturalness* como um gradiente contínuo, indo do extremamente natural ao extremamente artificial. As ações humanas e a tecnologia transformadora do ambiente são consideradas não naturais ou artificiais e responsáveis pela perda de biodiversidade. A distinção entre o que é natural e o que é artificial ou antropomórfico é a base de uma campanha preservacionista para promover o respeito a uma natureza da qual a espécie humana está conceitualmente excluída. Tal visão de mundo enfraquece o socioambientalismo, ao reduzir ainda mais as possibilidades de mudança de paradigma social, e limita a atuação do ambientalismo apenas a uma postura defensiva: a de proteger a biodiversidade em áreas intocadas[2].

Nessa linha de pensamento estão os que consideram o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental intrinsecamente incompatíveis (Clarck, 1995). Se a incompatibilidade entre a economia e a ecologia for de fato inerente ao nosso modelo de sociedade industrial capitalista, é possível concluir que o lugar ocupado pelos movimentos ambientalistas, sejam eles ortodoxos ou socioambientais, é o da resistência (Zhoury & Lima, 2004). Assim sendo, a parceria com populações locais, nativas ou tradicionais inclui mais do que a convergência de interesses – de um lado, em apoiar a permanência de um modo de vida de baixo impacto ambiental e, do outro, em fazer a tradução ecológica de reivindicações sociais. Significa também a soma de resistências à lógica sócio-econômica que justifica e incentiva uma exploração depredatória do ambiente.

[2] A criação do conceito de biodiversidade nos anos oitenta atendeu a necessidade de se ter uma noção que expressasse objetivamente a preservação sem os humanos. Enquanto *natureza* ainda guarda a possibilidade de inclusão de alguns humanos, dependendo de como é interpretada a relação entre o que é entendido como sua parte natural (sua biologia, a espécie humana) e a cultural (responsável pela qualificação de qualquer produção sua como artefato, não natural), o conceito de biodiversidade é explicitamente não humano, se referindo à diversidade puramente biológica. O alcance político da noção de biodiversidade impressiona.

A identificação das populações ribeirinhas como um tipo de população tradicional se deu principalmente em função de sua reação contrária à pesca comercial, intensiva e indiferente ao seu próprio efeito negativo sobre o recurso. A motivação ecológica encontrada entre ribeirinhos não é obviamente a mesma dos ambientalistas, defensores do ambiente em si, mas é orientada por valores sociais que regem um modelo de compartilhamento comunitário e horizontal dos recursos naturais. A reação contra a competição econômica de pescadores comerciais vem sendo feita por moradores da várzea que defendem a exploração coletiva do território ocupado por uma comunidade definida em termos de residência e parentesco. São contra a invasão de seus territórios por pescadores "de fora" e criticam moralmente a pesca intensiva, vista como equivalente a um "roubo".

A chamada "guerra do peixe" não é só uma competição por recursos; é também a manifestação de resistência de um modelo social de reprodução. Quem se defende são membros de pequenas coletividades territoriais identificadas como as "comunidades"[3] de várzea. Se essa oposição responde a intenções que não são puramente econômicas, tampouco são simplesmente ecológicas, e não correspondem à idéia de comunidade tradicional como avessa à mudança. Em todas as áreas estudadas, as pesquisas registraram depoimentos de ribeirinhos manifestando uma clara intenção de desenvolvimento econômico, envolvendo melhoramentos nas condições de comercialização, armazenamento, crédito e assessoria técnica, entre outros pleitos. Há uma vontade expressa de melhorar suas condições de vida, incluindo nesse projeto não só sua situação econômica, embora ela seja uma reivindicação central, mas também o acesso a serviços públicos básicos de saúde e de educação escolar, principalmente este último.

Ao lado dessas intenções, e também em todos os *workshops* locais organizados pelas pesquisadoras, os representantes comunitários expressaram sua consternação com o estado de esgotamento dos recursos naturais, principalmente o peixe, apontando a exploração comercial intensiva, e no rio Amazonas também a pecuária em larga escala, como as principais responsáveis pela situação. Nesse embate, os manifestantes defendem uma exploração da pesca qualificada como "artesanal" e o controle do tamanho dos rebanhos bubalinos, mediante a implementação do manejo comunitário, de termos de ajustamento de conduta e de acordos de pesca – medidas que já contam com o respaldo do Ibama, de secretarias estaduais e municipais de meio ambiente e do Ministério Público. Essas propostas visam assegurar uma divisão coletiva do recurso – volumes individuais menores, porém divididos entre um número maior de pessoas – e se opõem à apropriação concentrada, desigual e por poucos.

[3] Os artigos desta coletânea e, mais extensamente, os relatórios das pesquisas de campo discutem a gênese particular das "comunidades" em cada região - termo que identifica as povoações da área rural, mas faz alusão também a características particulares de organização social, de ocupação do território e de identidade coletiva.

Contudo, entre os próprios moradores das comunidades de várzea há dissenso em relação a esse modelo comunitário, regionalmente conhecido como de "preservação", ao qual a categoria política "ribeirinho" tem sido associada. No sentido genérico, o termo ribeirinho designa qualquer população que vive às margens dos rios. Na Amazônia, como em outras regiões (cf. Neves, neste volume), o termo é também uma categoria política. Em sua origem, foi uma atribuição da extensão missionária católica que passou a ser adotado pelas próprias lideranças comunitárias em sua luta por visibilidade política, quando enfatizaram a defesa da pesca. Ao longo da várzea, o termo ribeirinho pode ser ouvido em maior ou menor freqüência, em geral correspondendo ao grau de politização e à importância da pesca na economia local[4].

Segundo Esterci (2002), no estado do Amazonas, a construção política mais recente da categoria "ribeirinho" está associada à veiculação de uma representação negativa da categoria "pescador". A oposição focaliza o pescador comercial, urbano, "de fora" e itinerante, que é moralmente caracterizado como "invasor" e "predador". O maior contingente dos pescadores que penetram nos lagos defendidos pelas comunidades é formado por pequenos pescadores urbanos, que são de origem rural. São os donos de pequenas canoas motorizadas – as "rabetas" ou "rabetinhas", também conhecidos como pescadores "com caixa", ou seja, o isopor[5].

No entanto, a ação desses pescadores de rabeta tem correspondências com a daqueles moradores de comunidades que concentram sua atividade comercial na pesca e praticam uma pequena agricultura de subsistência. Furtado (1993) caracteriza os pescadores residentes em comunidades de várzea como *pescadores polivalentes* ou *pescadores-lavradores* e chama os pescadores urbanos, especializados na pesca, de *monovalentes*. A análise de Furtado, que diferencia tipos de pescadores a partir das situações urbana e rural, aponta para uma ligação entre as categorias ribeirinho e pescador que é mascarada pelo discurso missionário que as distingue e opõe.

Castro (n.d.) evidencia ainda mais a ligação entre pesca e residência na várzea, ao discordar do fato de as categorias de pescador monovalente e polivalente estarem associadas aos espaços urbano e rural. Argumenta que os produtores rurais transitam entre essas estratégias econômicas e que a "monovalência", ou especialização na pesca, seria também causa, e não apenas conseqüência, da migração para as cidades. Já O'Dwyer (2003 e neste volume) mostra que pescador não significa necessariamente uma alteridade a ribeirinho, pois uma das identidades reconhecidas entre os ribeirinhos moradores das comunidades do baixo Amazonas é a de pescador.

[4] Uma exceção é o alto Solimões, onde o campo das relações interétnicas é a referência principal para a representação dos grupos sociais. Os índios se distinguem de "não-índios", como eles designam atualmente aqueles que se autodenominam "brancos" ou "civilizados".

[5] Pantoja, neste volume, discute o conflito causado pelos "pequenos" na região do médio Amazonas.

De um modo geral, tanto há moradores de comunidades na várzea que apresentam intensa atividade de pesca como há pescadores das sedes municipais que vieram de comunidades e lá mantêm fortes laços afetivos, quando não econômicos (como plantio de roças, manutenção de pomares e exploração de recursos naturais). Os dois realizam uma produção mercantil com pequeno investimento de capital e, ou fazem uso de mão-de-obra local, como os pescadores embarcados discutidos por O'Dwyer, que recebem proporcionalmente ao volume que pescam, ou trabalham com membros de sua própria família. O pescador comunitário, dono de uma *bajara* (canoa grande com motor no centro), morador do Lago Grande de Curuai, se enquadra na categoria artesanal financiada pelo FNO (cf. Kant *et al.*, neste volume), e atua em um ambiente comunitário regulado por forte *ethos* de grupo.

Esse pescador local é distinguido do pescador empresarial com base na magnitude do empreendimento. O'Dwyer (2003) descreve a classificação nativa que distingue pescadores "grandes" e pescadores "pequenos". Nessa classificação, o "pequeno" é um pescador que pode ser ou um morador comunitário associado ao modelo camponês local de reprodução (como um *kulak*) ou um pescador urbano do tipo rabetinha. A distinção entre eles é feita a partir de sua inserção nas redes sociais da coletividade local, que define quem são os pescadores "de dentro" e os "de fora". Note-se que pode acontecer de um morador da cidade ainda ser considerado "de dentro", por manter fortes ligações na comunidade ou manter dupla residência, na cidade e na comunidade. As classificações mostram-se flexíveis e subjetivas, o que leva ao surgimento de conflitos quando se torna necessário definir normas formais, donde a importância de se compreender os critérios locais de classificação.

A distinção entre "grandes" e "pequenos" também é usada para distinguir criadores de gado de fazendas e de comunidades (Pantoja, 2004 e neste volume). E no médio Solimões, a classificação regional de pescadores urbanos distingue o "peixeirinho" (equivalente à *bajara* paraense) do "peixeiro". O primeiro reside nas sedes de municípios próximos à área que explora, viajando em pequeno motor de centro, pescando e negociando com comunitários a troca de peixe ou de outros produtos, como animais de criação, por mercadorias básicas. O segundo vem de cidades maiores, como Manaus e Manacapuru, são donos de grandes embarcações, têm pouco contato com as comunidades e atuam na calha do rio.

Os atributos que definem as categorias locais são: escala do empreendimento (grande e pequeno), e noções de pertencimento à comunidade (de dentro e de fora). As categorias nativas apontam para a existência de uma diversidade de esquemas de reprodução doméstica associados à exploração de recursos da várzea[6]. Já a construção missionária das categorias

[6] Exemplos desses modelos são apresentados por O'Dwyer na sua análise da reprodução doméstica em comunidades do baixo Amazonas. A autora também mostra que os produtores que seguem modelos centrados na agricultura, ao contrário dos de pesca, são os mais favoráveis à implementação do manejo sustentável.

de ribeirinho e pescador sugere uma correspondência entre tais categorias e dois modos diferentes de exploração. O primeiro corresponderia ao camponês; o segundo, a uma exploração empresarial. No entanto, o fato de a pesca comercial itinerante provocar a reação contrária à sua presença em áreas de exploração comunitária não quer dizer que não ocorram enfrentamentos entre o esquema individual e o comunitário também nas comunidades. São freqüentes. O dissenso entre moradores das comunidades de várzea em relação à proposta de preservação mostra que, embora seja predominante, o esquema comunitário de exploração não é hegemônico. Ambos os esquemas podem ser adotados por moradores, seus parentes próximos e ex-moradores de comunidades, em diferentes momentos e situações de vida.

A alternância entre esquemas de exploração da pesca é em parte relacionada à mobilidade da população entre a várzea e as sedes municipais, o que modifica a definição de necessidades e a importância da sustentabilidade ambiental para sua satisfação. Por outra parte, é conseqüência da forte dinâmica do setor pesqueiro em toda a calha, do mesmo modo como a pecuária é forte na várzea do Amazonas.

A pesca e a pecuária são as principais opções para o produtor que deseja assegurar melhores ingressos. Pesca comercial e pecuária são, ao mesmo tempo, as duas principais ameaças à sustentabilidade, social e ambiental, das comunidades de várzea. O resultado dessa contradição é o choque entre formas comunitárias de preservação, baseadas na definição regional de "exploração artesanal", e formas de exploração empresariais, individualistas e intensivas – sejam estas itinerantes ou locais –, que recusam as limitações impostas ao volume da exploração pelo manejo comunitário.

Quando se soma esse enfrentamento entre esquemas de exploração aos efeitos negativos do gado sobre a pesca e a agricultura, tem-se um quadro amplo dos conflitos, envolvendo a exploração econômica da várzea: conflitos entre os dois tipos de pescadores, comunitário-artesanal e comunitário-intensivo ou itinerante-intensivo, entre pescadores e criadores de gado, entre criadores de gado e agricultores e, de modo geral, entre comunitários e pessoas de fora da comunidade[7].

Esses conflitos têm expressão nos arranjos de ocupação humana da várzea. No Solimões, onde as restingas são estreitas e não ocorrem pastos naturais como no Amazonas, a criação de gado é praticamente incompatível com a agricultura. Isso força a saída dos pequenos criadores de gado das comunidades, que passam a constituir a categoria de moradores "isolados", em oposição aos moradores comunitários (Alencar, 2004 e Neves, 2004). Já no Amazonas, o uso em comum de um pasto natural no verão identifica um tipo comunitário de pecuária de pequena escala que é distin-

[7] Ver O'Dwyer (2003 e neste volume), bem como Azevedo & Apel (2000) para uma descrição abrangente dos conflitos na região de Santarém, Óbidos e Alenquer.

to do modelo do grande fazendeiro. E esses grandes rebanhos, principalmente bubalinos, são apontados como responsáveis por "espantar o peixe", compactar o solo e se alimentar dos capins onde os peixes se reproduzem, como mostram os artigos de Pantoja, O´Dwyer, e Silva, neste volume.

Desse modo, o desafio de atender a uma demanda real por políticas que assegurem a sustentabilidade passa pelo conhecimento das categorias sociais nativas e pelo mapeamento das experiências em curso, e elas revelam tanto conflitos e dissidências quanto acordos e consensos. Tal abordagem permite embasar empiricamente uma contribuição para a definição de políticas públicas que promovam o desenvolvimento da sustentabilidade na várzea. A natureza polêmica do conceito de desenvolvimento sustentável, seu caráter "essencialmente contestável", o torna também passível de apropriação política, para dar-lhe sentido prático e realidade material. Os ribeirinhos são parceiros legítimos dessa construção, contanto que lhes seja assegurado papel central na definição de metas sociais a serem alcançadas e que as bases reais de sua parceria com instituições ambientalistas sejam reconhecidas, refletindo-se sobre os conflitos que suscita e a existência de dissenso entre as pessoas de carne e osso que constituem a categoria ribeirinho.

A perspectiva de tempo e a construção da sustentabilidade

Uma característica do modo de vida ribeirinho importante para se entender sua aproximação ao socioambientalismo é a orientação para o futuro. Wanderley (1996) chama essa qualidade comum a grupos camponeses de "horizonte das gerações", referindo-se principalmente aos investimentos feitos para garantir a sucessão à propriedade da terra e condições de sobrevivência material. É possível generalizar que essa qualidade, entre os ribeirinhos, enfatiza hoje a educação escolar, considerada um caminho para ampliar as oportunidades de vida dos filhos. Mas a educação é a principal razão das migrações para as cidades e envolve um "horizonte de gerações" que vislumbra mudar de modo de vida, como os relatórios da pesquisa e os artigos deste volume mostram.

Já a garantia de um futuro mais próximo e na várzea depende essencialmente da continuidade da oferta de espécies naturais, como peixe, animais de caça e espécies madeireiras. A percepção de mudanças nas condições atuais de sobrevivência, relacionadas à redução de estoques de recursos naturais, leva os ribeirinhos (principalmente aqueles interessados em defender a exploração comunitária) a se mobilizarem politicamente para assegurar a continuidade da produção natural das espécies. Entre as populações ouvidas ao longo da calha há uma mesma reflexão sobre a necessidade de agir, baseada no testemunho da passagem de um passado de "fartura" para um presente em que os recursos se mostram escassos.

Os que defendem o fechamento de lagos e o manejo da pesca na várzea têm em comum com os ambientalistas o interesse em garantir a sustentabilidade do ambiente ao longo do tempo, embora difiram em motivações e entendimentos. A motivação desses ribeirinhos responde a uma lógica e a uma moral de exploração dos recursos naturais que adotam uma perspectiva de tempo ampla. É tanto uma perspectiva de curto, quanto de médio e longo prazos, o que os diferencia dos madeireiros e pescadores comerciais, que exploram a várzea segundo uma lógica individual e de curto prazo. Para esses, é racional e moralmente legítimo sacrificar as preocupações de longo prazo, seja a respeito da integridade do ambiente, seja em relação ao próprio recurso explorado, em favor da realização do lucro imediato e do retorno de investimentos de capital. Para os comunitários, o interesse está em garantir a sobrevivência de famílias integradas em pequenas coletividades conectadas por redes de parentesco. São perspectivas de tempo diferentes.

O interesse de lideranças comunitárias em encaminhar propostas ecológicas vem sendo manifestado há mais de trinta anos, desde que foram organizados os primeiros fechamentos de lagos para impedir a entrada de pescadores comerciais (e há registros de acordos informais anteriores, do começo do século XX). Nos encontros organizados pelas pesquisadoras, as lideranças comunitárias apresentaram propostas que demonstram sua preocupação com o futuro do ambiente. A título de exemplo, citamos, como propostas mais gerais, a demanda por apoio ao manejo sustentável de recursos naturais, principalmente da pesca, o desenvolvimento de alternativas econômicas e o incentivo à agricultura, para reduzir a pressão sobre a pesca. Em alguns casos, também foram apresentadas propostas de criação de unidades de conservação de uso sustentável (no médio Solimões, próximo a Coari, e no baixo Amazonas, nas regiões de Santarém e Gurupá). Essas propostas não são motivadas nem por uma orientação economicista nem por ideais ecologistas românticos, mas fazem parte de um esquema mais amplo de projeto de vida, inscrito em um referencial de reprodução social de parentelas territoriais que depende da integração entre os objetivos econômicos e a sustentabilidade de determinados recursos naturais. Nessa perspectiva própria de integrar economia e meio ambiente, estão, em princípio, de acordo com o ideal da sustentabilidade. Todavia enfrentam também as dificuldades de realizá-lo.

Acompanhando as experiências de manejo sendo desenvolvidas na várzea, em todas as regiões depara-se com o problema concreto de como garantir a sustentabilidade do ambiente e ao mesmo tempo gerar renda[8]. O manejo de recursos extrativistas, como o peixe e a madeira, implica invariavelmente na definição de limites à exploração, dada a necessidade de adequar o volume explorado à reprodução natural da espécie. A conformação às regras do manejo depende ou de um consenso informal entre usuários,

[8] Essa problemática é discutida por Silva, neste volume, para a região da Foz.

ou de um controle para fiscalizar o cumprimento de regras formalizadas, e nem sempre essas condições são encontradas. Benatti *et al.* (2003) concluíram que o manejo comunitário apresenta resultados positivos quando associado a parcerias institucionais efetivas. Também são positivas as experiências de manejo associadas a projetos de alternativas econômicas, como no trabalho desenvolvido pela Fase em Gurupá e em áreas de parcerias consolidadas, como na RDS de Mamirauá. O mais comum, entretanto, é encontrar confrontos entre proponentes de regras para o manejo sustentável e os que defendem a liberdade de exploração, visando resultados econômicos melhores no curto prazo.

A coletânea de estudos mostra exemplos de conflitos entre essas duas orientações, que dividem não só exploradores "de fora" e "comunitários", como também estruturas do poder público, mediadores, além dos próprios moradores de comunidades na várzea. Mariana Pantoja e Gláucia Silva, em particular, apresentam análises de casos de "dissidência" comunitária. Pantoja discute a situação marginal de comunitários especializados na pesca em áreas de manejo comunitário de lagos no médio Amazonas e Silva comenta a não adesão de pequenos criadores de gado à proposta de criação da Resex Verde para Sempre, em Porto de Moz, temerosos de eventuais limites ao crescimento de rebanhos. Lobão, neste volume, discute respostas locais a projetos de criação e implementação de duas unidades de conservação de uso sustentável em áreas de várzea: a RDS Urariá, no município de Maués, e a Resex Renascer, em Prainha.

As questões apresentadas ilustram a dificuldade de se definir categoricamente *um* modelo social para a sustentabilidade nas várzeas e justificam a abordagem do presente estudo. A coletânea de trabalhos oferece fundamentação empírica necessária para uma discussão sobre as perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade nas várzeas.

As propostas de manejo e de promoção da sustentabilidade relatadas nestes trabalhos partiram de lideranças preocupadas com a conservação do recurso, para garantir sua exploração no presente e por gerações sucessivas, ao mesmo tempo em que se dedicam a lutar pela melhoria da qualidade de vida. Se a leitura sobre a parceria ecológica considerar essa preocupação social com o futuro mais importante que o fato do modo de exploração camponesa ser de baixo impacto, devido a limitações de mão-de-obra, tecnologia, acesso ao mercado e referência cultural de consumo, será possível livrar-se das expectativas de estagnação social e renúncia econômica que as categorias de população tradicional e de ribeirinho evocam.

As experiências de manejo comunitário de maior sucesso são aquelas em que a parceria institucional inclui o desenvolvimento de projetos de alternativas de renda e incentivo à agricultura e onde há uma intenção explícita de melhorar o padrão de vida, não mantê-lo igual[9]. Porém, há

[9] Pinedo-Vasquez (2004) mostra como os projetos de manejo florestal familiar na várzea do estuário podem ter sucesso econômico, argumentando a favor da associação entre geração de renda e manejo.

entre mediadores e instituições ambientalistas a idéia de que a iniciativa de promover a preservação de lagos partiu de uma população com uma cultura pouco inclinada à mudança e a ganhos materiais. Essa interpretação, encontrada nas representações de ribeirinho e população tradicional, é responsável por entendimentos como a instituição não remunerada de agentes ambientais voluntários. Nessa parceria entre ribeirinhos e o Ibama, a delegação de atribuições não remuneradas é um exemplo de expectativas para comportamentos e aspirações da população ribeirinha que não correspondem aos seus próprios. Em várias ocasiões, os agentes ambientais têm solicitado que sua atuação passe a ser remunerada, apontando, como justificativas, a responsabilidade envolvida, o custo da fiscalização, o tempo despendido e principalmente os conflitos locais (que vão da cobrança ao desacato) que a atividade implica. Outro exemplo de manifestação dessa expectativa é o próprio desenho do sistema de preservação de lagos no médio Solimões, proposto por membros da Igreja Católica de Tefé (especialmente a partir do trabalho desenvolvido nos anos 1980 pelo falecido Irmão Falco). Foram definidas categorias de lagos de "preservação" e lagos de "subsistência", mas não uma categoria para "comercialização".

Na parceria entre instituições ambientalistas e ribeirinhos, os biólogos são contra a ação da economia sobre a biodiversidade, e os ribeirinhos se defendem da ameaça que agentes econômicos imputam sobre seu modo de vida. Para um é a biodiversidade, o ecossistema; para o outro, a defesa de sua própria forma de integrar economia e biodiversidade, o seu próprio modo de estar na natureza. Importantes experiências de desenvolvimento sustentável na Amazônia vêm sendo desenvolvidas a partir de parcerias formadas entre ambientalistas e grupos marginais abarcados na categoria de populações tradicionais, como os ribeirinhos da várzea. Mas é necessário cuidado para não instrumentalizar a conservação da biodiversidade a partir da desigualdade, e, sim, agir sobre ela, promovendo melhores condições de vida para populações marginais, sem confundir o apoio à integração entre sua economia e a ecologia local com estagnação econômica. A questão central da parceria ambiental deve ser como assegurar a sustentabilidade dos recursos e melhorar a qualidade de vida de acordo com as expectativas locais. Para tanto, é necessário ter em mente a definição de metas sociais, pois, enquanto a finalidade ambiental é evidente e tem peso predominante na definição do ideário da sustentabilidade, não são claros nem considerados tão importantes os objetivos sociais das parcerias ecológicas (Lima, 1997). A literatura tem-se prendido mais à discussão da noção de população tradicional (tanto em sua defesa quanto para questioná-la) do que a analisar como vem sendo feita a construção dos objetivos sociais em projetos e parcerias socioambientais nas quais essas populações estão envolvidas. Essas experiências podem apontar caminhos para a criação de paradigmas de integração socioambiental em larga escala.

A diversidade de modos de vida na várzea – contrastes e padrões regionais

As pesquisas sobre a diversidade socioambiental na várzea e as consultas a lideranças locais foram feitas com o intuito de subsidiar a definição de políticas públicas voltadas para a promoção da sustentabilidade na várzea.

A caracterização das condições de vida nas áreas de pesquisa produziu um panorama da diversidade social na várzea. Nesse sentido, O'Dwyer (neste volume) chama a atenção para a "representação igualitária" das comunidades, referindo-se à forma de reconhecimento adotada pelos órgãos públicos que fazem a gestão da várzea, para enfatizar o fato de que essa representação de nenhum modo está associada a uma realidade social formada por totalidades fechadas, apresentando um mesmo alinhamento político. Com objetivo semelhante a essa observação, a coletânea dos trabalhos apresentados permite corrigir possíveis representações homogêneas sobre a vida na várzea, instruindo-nos sobre a realidade diversa dos modos de vida em cinco regiões, assim remediando uma tendência à generalização enviesada que ocorre quando se desconhece uma realidade social, e que pode perdurar, continuando a influenciar nossa percepção, mesmo quando se entra em contato direto com ela.

Mas sobrepondo-se a essa diversidade, e sem deixar de mantê-la em evidência, há alguns aspectos que podem ser tomados para caracterizar um modo de vida próprio dos moradores das várzeas do Amazonas e do Solimões. O primeiro é o convívio com a variação cíclica no nível das águas dos rios, que influencia um modo de vida particular, marcado pelo caráter rítmico dos processos sociais[10]. As épocas de cheia, vazante, seca e enchente compõem um ciclo anual bem marcado por mudanças nas condições de transporte, no acesso à água, nos alimentos disponíveis, e nas produções extrativas, chamadas em muitas regiões da Amazônia de "fábricos". A pesca é a atividade característica desse modo de vida, envolvendo principalmente os homens, que são socializados desde cedo na arte das pescarias. Mesmo nas regiões onde a pesca não desempenha papel importante na produção mercantil, a alimentação diária mais freqüente em toda a várzea é o peixe e a farinha. As mulheres estão mais envolvidas com a produção de farinha e com a agricultura em geral, que, na várzea, se distingue pela alta qualidade do solo, pelos cultivos e variedades específicos e por uma estreita vinculação ao ritmo das águas. A casa construída sobre palafitas, uma canoa ou um casco, um remo, instrumentos de pesca e uma roça, são ícones básicos da sobrevivência na várzea.

Morar na várzea do Solimões e do Amazonas é estar sujeito às enchentes. Esse aspecto marcante da vida na várzea implica estar vulnerável a

[10] Sobre o caráter intrínseco da sazonalidade na vida social de ribeirinhos, ver Harris, 1998.

perdas materiais. São roças que vão "para o fundo", como dizem, terras caídas que ameaçam levar o próprio terreno das casas, enchentes que ameaçam destruir culturas perenes e afogar animais de criação. Essa vulnerabilidade foi descrita por todos os pesquisadores, e surpreende o fato de não ter sido encontrado em nenhum município um plano de emergência para enfrentar as calamidades, principalmente no Solimões, onde o efeito das enchentes é mais grave[11].

Em todas as áreas de estudo, os moradores definem a vida na várzea com a expressão "estar sempre começando". Essa caracterização da condição de sujeitos a perdas materiais recorrentes se refere principalmente à agricultura e às culturas perenes que não resistem às alagações, mas serve também para retratar as condições gerais de reprodução social. A pequena produção mercantil resulta em pouca acumulação de bens. Estar sempre começando, nesse sentido, é também uma forma de indicar um ciclo sazonal de trabalho que não leva à constituição de um patrimônio ou à aquisição de bens de consumo duráveis, mas termina em saldos nulos, semelhantes à condição inicial de começar a partir do nada. A reprodução é eventualmente negativa, como observa Neves (2004), referindo-se às perdas agrícolas e às deteriorações das casas, causadas pelas cheias. Mas a identificação de uma reprodução negativa pode ser também o retrato das transações mercantis, como no alto Solimões, onde Alencar encontrou mais da metade das famílias entrevistadas endividadas com os patrões.

No rio Amazonas, onde a vida na várzea é também descrita como "estar começando", Pantoja, O'Dwyer e Silva relatam que a criação de gado é considerada uma "poupança" – não tanto no sentido de um investimento, mas de uma reserva e um saldo positivo, um "ganho" que fica ao final do ciclo[12].

A criação de gado na várzea do rio Amazonas ocorre em áreas onde a demarcação das ocupações em lotes individuais é mais freqüente. Tal divisão do território das comunidades raramente ocorre no Solimões, e essas diferenças – criação de gado, lotes familiares demarcados, maior possibilidade de acumulação – distinguem os sistemas de reprodução encontrados nos rios Solimões e Amazonas. Na várzea do Solimões, as alternativas de produção mercantil estão mais voltadas à agricultura sazonal e ao extrativismo (pesca, madeira e, quando várzea e terra firme são associadas, castanha), sendo a criação de gado muito pouco expressiva. Já no Amazonas, a pecuária de pequeno porte pode ser associada às produções extrativistas e agrícolas, formando um sistema de produção diversificado, que de acordo com a definição de "poupança" dos ribeirinhos, consegue exceder mais facilmente a simples subsistência.

[11] Alencar e Neves notaram a naturalidade com que as enchentes são tratadas, criticando a falta de uma política de compensação ou de um plano de assistência, tal como é oferecido aos sertanejos na situação inversa de secas severas.

[12] Gláucia Silva (2004) reporta que, na Região das Ilhas, o palmito também é visto como uma "poupança" desse tipo. Outra forma de poupança é a pequena criação de animais, notadamente os porcos, como relatam Hiraoka e Rodrigues (1997).

É bastante difundido no Amazonas um regime para criação de gado em sociedade que permite ao morador da várzea começar um rebanho sem ter que comprar as primeiras cabeças. Mariana Pantoja (neste volume) descreve a sociedade do gado, na qual moradores da várzea assumem a condição de "sócio-trabalhador" de um "sócio-capitalista", que lhe entrega matrizes (ou "o capital") para criar. Durante a vigência do contrato, os animais nascidos formam o "lucro" da sociedade, que é dividido entre as partes. Estes termos da transação retratam uma lógica de produção muito distinta daquela baseada no extrativismo, centrada na troca comercial do "produto" pela "mercadoria", e mais dependente de condições naturais para sua realização (Lima n.d.).

Apesar das dificuldades relacionadas às enchentes e às dificuldades de comercialização na várzea, o ambiente é também retratado como possuidor de "riquezas", associadas ao potencial agrícola do solo, decorrente da fertilização natural pelas águas do rio, à abundância de peixes, à existência dos campos naturais no rio Amazonas, apropriados para a pecuária e ao potencial madeireiro. As "riquezas" da várzea interessam de modo especial ao poder público. A concessão de incentivos ao seu aproveitamento econômico era até recentemente privilégio das elites locais. Mas embora o solo seja realmente fértil, as enchentes impedem o desenvolvimento agrícola em larga escala. E, com exceção dos ciclos do cacau (entre meados dos séculos XVIII e XIX) e da juta (1930-1970), o aproveitamento econômico das várzeas advém principalmente de atividades extrativistas: a pesca e a extração de madeira, que, no rio Amazonas principalmente, são complementadas pela pecuária.

Em razão da ênfase na exploração de recursos extrativos, encontrados na maioria das vezes em territórios comunitários, de uso coletivo ou em áreas de acesso aberto, a várzea se caracteriza, hoje, pela ocorrência de conflitos associados à competição pelo acesso às suas riquezas. A competição entre diferentes categorias de usuários dos recursos (principalmente entre os "locais" e os "de fora", e os "artesanais" e os "comerciais") gerou os novos movimentos sociais de reivindicação de territórios exclusivos, ou a restrição dos usuários a partir da definição de regras para a exploração dos recursos. O aumento do efetivo bubalino na várzea acirrou esses conflitos, pois o búfalo é mais um competidor (por áreas de pasto, áreas de plantio e lagos) e mais um responsável pela redução dos estoques de peixe (por se alimentar de capim flutuante, provocar o desmatamento das restingas e o assoreamento dos lagos).

O aumento da pressão sobre o recurso pesqueiro e a percepção de escasseamento da pesca e de outros recursos da várzea, como a caça e a madeira (em comparação ao passado caracterizado como tendo sido de *"fartura"*), foram relatados em todas as pesquisas, bem como a sua associação a conflitos. São causas apontadas para o aumento da pressão sobre a pesca, o desenvolvimento de meios e instrumentos de pesca, o crescimen-

to demográfico, o aumento da frota de pesca comercial, a pecuária (em especial a bubalina) e a urbanização. A intervenção de instituições governamentais e não-governamentais de orientação ambientalista, seguidoras do ideário socioambiental e participativo, vem contribuindo para fortalecer os "locais" e os "artesanais", apoiando-os em algumas vitórias conquistadas sobre os "de fora" e os "comerciais".

Relacionados a esse quadro predominante de competição por recursos naturais, identificamos, a partir das pesquisas, a ocorrência dos seguintes processos sociais nas várzeas do Solimões e do Amazonas:

(1) o associativismo dos pequenos produtores rurais; (2) a migração (caracterizada por processos de "urbanização interiorana", transumância várzea-sede e várzea-terra firme, e a itinerância várzea-várzea); (3) a reestruturação do espaço rural; (4) a chamada "pecuarização" da várzea (restrita à várzea do rio Amazonas); (5) a descentralização da gestão do Estado nos municípios; e (6) a participação da sociedade na gestão ambiental da várzea.

Essas dinâmicas sociais de larga escala formam uma rede de processos interligados, como se buscará sintetizar a seguir. Sua ocorrência não é uniforme, sendo predominantes e avançadas em algumas regiões, e incipientes em outras.

(1) *O associativismo*

O associativismo rural é, hoje, uma das dinâmicas sociais mais importantes na Amazônia ribeirinha. O movimento é responsável pela reformulação do cenário político dos municípios, no qual as associações comunitárias agregam a maioria do eleitorado rural, em geral liberto da sujeição do voto às alianças políticas dos chamados coronéis de barranco. O associativismo influi também na reestruturação do espaço rural, pois a legitimidade das "comunidades" se refere igualmente ao reconhecimento de seu significado territorial, como prova a generalização do termo para designar as povoações rurais. Na várzea, o papel de reestruturar o espaço territorial é também ligado à atuação das associações em movimentos socioambientais, já que os instrumentos legais formulados pelo poder público em resposta às demandas desses movimentos consistem de fato em modos de legitimar pleitos territoriais, como se discutirá.

Como processo geral, a história do associativismo ribeirinho está ligada ao estabelecimento das Comunidades Eclesiais de Base, ou CEBs, na década de 1970, quando os habitantes de áreas dispersas ou de pequenos povoamentos ribeirinhos (vilarejos, localidades e lugares) foram reunidos para constituir comunidades. A constituição de um sistema representativo próprio para essas coletividades, e a prática de discussão democrática de seus problemas, deu origem às associações comunitárias de base local. Aparentemente, esse é o tipo de associativismo com crescimento mais expressivo na Amazônia ribeirinha atual. De início mediado pelas Prelazias e o Movimento de Educação de Base e inspirado em um

modelo ecumênico[13], o associativismo comunitário é, na maioria das vezes, autônomo, o que permite que as associações criem suas próprias redes e estabeleçam múltiplas articulações: desde as parcerias com instituições mediadoras (ONGs, Igreja Católica e Pentecostais) à sua inclusão nas listas de comunidades assistidas por órgãos do poder público, passando pela vinculação personalizada a políticos locais. Esse conjunto de articulações constitui um importante recurso social por meio do qual se instrumentalizam diversos pleitos.

O papel das CEBs na "conscientização das massas" e no incentivo à formação de movimentos sociais não se limitou, nem se limita, à Amazônia, mas é extensivo à sua implantação no Brasil (cf. Burlick, 1992). A especificidade amazônica está em seu papel mais amplo, que levou à legitimação de uma estrutura geopolítica para o meio rural, incorporada pelo poder público e pela sociedade civil.

A origem do associativismo de base, ligada às CEBs, se deu em um momento de dupla transição – do autoritarismo para a democracia (como no Brasil em geral) e da economia baseada no sistema pessoal do aviamento, quando as localidades constituíam freguesias controladas por uma relação mercantil com o patrão, para um sistema de mercado mais competitivo. Não é por isso incomum encontrar representantes do poder público municipal, prefeitos e vereadores, recriando relações de dependência e subordinação com as comunidades rurais. Por seu turno, os comunitários procuram ampliar suas fontes de assistência, sujeitando-se ao clientelismo como mais um recurso social a ser acionado. De toda sorte, essa forma de associativismo constitui a base da participação política da população rural, responsável pelo surgimento das lideranças do meio rural e pelo fortalecimento das identidades locais.

Em momento mais recente, vemos surgir outra forma de associativismo, mais abrangente, reunindo grupos de comunidades para o encaminhamento de projetos de financiamento à pequena produção, em especial à agricultura e à pesca. Os mediadores dessas agregações são as secretarias municipais ligadas à produção e os órgãos de extensão rural, Emater e Idam, sendo o FNO o principal provedor dos recursos[14]. Por induzirem demandas a partir da oferta de linhas de crédito, cuja definição raramente inclui discussões locais, as instituições estabelecem vínculos frágeis com essas associações, e os financiamentos, muitas vezes, não alcançam o resultado esperado. Os financiados reclamam com freqüência da falta de assistência técnica e de apoio à comercialização da produção, e estas faltas são apontadas como responsáveis por sua inadimplência. Como exposto, a divergência entre políticas de financiamento e políticas de apoio a iniciativas de sustentabilidade é responsável também pelo surgimento de confli-

[13] Ver Neves e Pantoja, neste volume.

[14] Ver Kant de Lima *et al.*, neste volume.

tos locais decorrentes de financiamentos que terminam estimulando a exploração insustentável de recursos naturais, como os financiamentos para a aquisição de redes de arrasto, malhadeiras, barcos de pesca, motosserras e matrizes de búfalos.

Outro tipo de associação de comunidades, porém mais efetiva, é o que se forma espontaneamente em defesa dos recursos naturais mais importantes para a economia dos comunitários. As mais freqüentes são as associações de comunidades reunidas para estabelecer regras para o uso dos recursos: a firmação de acordos de pesca, de termos de ajustamento de conduta e a criação de sistemas de reserva de lagos.

Há ainda associações cuja criação se deve a uma ligação com organizações não-governamentais. São formadas por lideranças de origem comunitária em torno de um projeto destinado às comunidades, mas que funcionam com orçamento proveniente de financiamentos externos, independente das contribuições de associados. Nessa categoria podemos incluir algumas das iniciativas promissoras do ProVárzea, como o GPD, em Tefé, e a Aspac, em Silves, tratados em capítulos anteriores.

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e as Colônias de Pesca são as principais formas de associativismo profissional da região. Passaram por reformulações políticas significativas e alguns chegaram a desempenhar papel importante nas lutas populares durante a ditadura militar (cf. Leroy, 1991). Defendem os direitos trabalhistas dos associados, atuando especialmente na obtenção das aposentadorias rurais e do seguro-desemprego, na época de defeso. Entretanto, têm atuações políticas variadas. Em algumas regiões são pouco mobilizados, em outras muito atuantes e ora se alinham com o poder político e a elite locais, ora são abertamente partidárias das lutas populares. As Colônias divergem em particular quanto à sua posição em relação aos conflitos de pesca, algumas defendendo a pesca comercial e os interesses dos pescadores urbanos, enquanto outras promovem os acordos de pesca e se posicionam ao lado dos pescadores artesanais em defesa de medidas reguladoras.

Entre as regiões de estudo, o associativismo é mais maduro e consolidado na região de Santarém, no baixo Amazonas, e mais fraco nas regiões do alto Solimões e em municípios do baixo Amazonas próximo à foz, onde prevalece a manutenção da estrutura clientelista. No entanto, nessa ultima região, precisamente em Gurupá, o associativismo está em crescimento, em resposta ao trabalho recente de mobilização de lideranças feito pela Fase.

As associações de base são instrumentos essenciais para a participação da sociedade local na formulação de um modelo para o desenvolvimento da sustentabilidade e para a formação de uma democracia descentralizada. Requerem, em todas as regiões, apoios político e institucional para garantir seu pleno funcionamento.

(2) *A migração: "urbanização interiorana", transumância várzea-sede e várzea-terra firme e a itinerância várzea-várzea.*

Todos os estudos apontaram a migração como a dinâmica populacional mais importante na várzea. Aparentemente, nas regiões estudadas predomina o que Santos (1989) chamou "urbanização interiorana", ou seja, a migração para as sedes dos municípios, em contraposição à migração para as capitais.

Nessa forma de migração, a proximidade social e geográfica entre as áreas de origem e de destino confere segurança aos migrantes, que podem eventualmente dispor dos recursos deixados para trás. Essa preferência parece indicar o reconhecimento da dificuldade de conseguir trabalho nas cidades. Por outro lado, muitas comunidades enfrentam dificuldades para regular a exploração ainda realizada por emigrantes que, por passarem a ter maior dependência de rendimentos monetários para sua sobrevivência nas cidades, passam a desconsiderar os acordos de exploração dos recursos naturais. O *status* de antigo morador dificulta a aplicação de restrições, enquanto infratores claramente "de fora" são enfrentados com mais facilidade.

Outro tipo de dinâmica populacional relatado em todas as áreas de pesquisa é a transumância associada à sazonalidade da várzea: a família deixa a várzea durante o período de cheia para viver na cidade e retorna à várzea na vazante. Nas regiões do baixo Amazonas ocorre um tipo de transumância ligado ao sistema de manejo de gado e à posse de casas na várzea e na terra firme. A alternância de períodos de residência na várzea e na terra firme acompanha o ciclo da água e a disponibilidade de áreas de pasto. Outra dinâmica populacional reportada pelas pesquisas é a migração parcial do grupo doméstico, quando a família se divide: parte mora na cidade, parte fica na várzea onde mantém suas atividades econômicas. Essas duas dinâmicas migratórias são características de famílias em melhores condições de vida, que podem manter duas casas.

Ao contrário do que ocorre na maioria dos movimentos migratórios, na várzea não consta como causa direta da emigração a busca de trabalho ou de melhores rendimentos econômicos. Ao contrário, muitas vezes a mudança para a cidade acarreta no problema de como sobreviver. Como mostram as pesquisas, a principal justificativa para deixar a várzea é a deficiência da provisão escolar na área rural, geralmente restrita à 4ª série do ensino fundamental, seguida da precariedade da assistência à saúde. As estratégias para continuar a formação escolar dos filhos incluem tanto a migração definitiva quanto a mudança de parte da família para a cidade. A aposentadoria rural de um membro mais velho aparece freqüentemente como um recurso empregado para financiar a migração da família, integral ou parcial.

No baixo Amazonas, são também causas da migração da várzea para as sedes municipais a concentração fundiária e o crescimento da pecuá-

ria. Nessa região, está ocorrendo a expulsão de comunidades inteiras formadas por moradores de antigas fazendas tradicionais, que mantinham uma relação de patronagem e clientelismo com os antigos donos, a que os novos fazendeiros não deram continuidade. E a pecuária, seja associada ou não ao estabelecimento de grandes fazendas de gado, principalmente bubalino, é um fator de expulsão de moradores da várzea, pois mesmo os pequenos rebanhos causam prejuízos para agricultores e pescadores, sendo apontados como causa de sua emigração.

Na várzea como um todo, as grandes enchentes são causas de emigrações maciças. Pelo menos em três municípios – Tefé, Porto de Moz e Óbidos –, foram reportadas formações de bairros inteiros por famílias expulsas da várzea durante enchentes excepcionais.

A migração foi relacionada também à municipalização (ver Neves, 2003), por estar ocorrendo concentração dos serviços públicos nas áreas urbanas, em prejuízo do desenvolvimento de políticas específicas para a população rural. A reforma administrativa, em vez de atacar o problema da falta de serviços públicos na área rural, estaria agravando a situação de precariedade.

Castro (n.d.), Furtado (1993) e O´Dwyer (2003) são alguns autores que relacionam a migração ao aumento da pressão sobre a pesca. Para Furtado, a migração muda a orientação econômica do "varjeiro", de produtor rural "polivalente" para pescador urbano "monovalente". O'Dwyer nota que a maioria dos moradores do bairro de Óbidos, formado por ex-moradores da várzea, aqui mencionados, encontra na pesca uma das poucas opções de trabalho na cidade. Pesquisando também em Óbidos, e apesar de discordar da ocorrência exclusivamente urbana da "monovalência", Castro concorda que a migração aumenta a pressão sobre a pesca, por elevar a demanda de peixe na cidade e aumentar o contingente de pescadores urbanos.

Alencar (neste volume) descreve dois processos de migração particulares ao alto Solimões, um relacionado à criação das áreas indígenas, principalmente ao longo da década de 1990, quando a população ribeirinha foi remanejada para as sedes; e um atual, específico aos municípios de Amaturá e São Paulo de Olivença, onde as prefeituras criaram programas de incentivo à emigração, visando aumentar a população urbana.

É também uma importante dinâmica populacional o movimento de itinerância entre localidades de várzea. Na região do médio Solimões, Lima e Alencar (2000, 2001), e na várzea peruana, Cristine Padoch (com.pessoal) notam a recorrência desse tipo de mobilidade. Um estudo sobre a mobilidade de grupos domésticos na várzea da RDS Mamirauá, no médio Solimões, mostrou que, em meados da década de 1990, o tempo médio de residência na comunidade era de apenas sete anos (Lima e Moura n.d.). Famílias e mesmo comunidades inteiras mudam de localidade em resposta a condições ambientais e sociais

adversas. São causas da mobilidade: a busca por melhores condições de vida – escola na comunidade, presença de parentes no local, proximidade à cidade – e a procura de um local mais farto de recursos naturais e menos suscetível às alagações e às mudanças geomorfológicas das margens do rio.

As características demográficas dos municípios estudados expressam os efeitos da migração. As séries históricas dos censos dos municípios pesquisados mostram que aqueles municípios que detêm hoje a maioria da população na área urbana fizeram a transição de um padrão rural para o urbano a partir da década de 1980. Nesses municípios de população predominantemente urbana, encontramos, nas suas áreas rurais, um maior número de homens do que de mulheres. Os dados demográficos mostram que, em alguns municípios, a área rural apresenta um desequilíbrio não natural entre as razões de sexo de determinadas faixas etárias, em geral a partir de 15 anos (Lima 2004). Nesses casos, as mulheres saem em maior número que os homens. Não havendo outra causa para a diferença entre as proporções de populações masculina e feminina nas áreas rurais, deduz-se que se trata de uma migração seletiva, na qual as mulheres emigram em maior número que os homens.

Entre os municípios considerados, os que apresentam predominância masculina mais acentuada na área rural estão no médio Amazonas, onde a pecuária é mais importante, e no baixo Amazonas, em áreas onde há oportunidade de trabalho para homens na pesca, como embarcados (ver os capítulos de Pantoja e O'Dwyer, neste volume).

No entanto, as pequenas sedes municipais não mostram um padrão inverso de desequilíbrio na razão entre os sexos que indicasse que as mulheres estivessem se deslocando para essas cidades. Já em Santarém, o maior município entre os estudados, há uma complementaridade – maior número de mulheres na cidade e maior número de homens no meio rural. Esse fato sugere que, no caso de haver uma migração feminina mais numerosa que a masculina, a migração das mulheres se destina principalmente a centros urbanos maiores, como Santarém, Manaus e Belém.

Quanto à evolução da população rural, a maioria dos municípios mostra uma população rural estável. Alguns municípios apresentam um pequeno crescimento absoluto da população rural (mais expressivo em Parintins); outros, uma redução numérica desses moradores (como em Prainha). A população urbana, em contraste, mostra crescimento consistente em todos os municípios, evidenciando o processo de urbanização em curso na Amazônia.

(3) *A reestruturação do espaço rural*

A várzea vive um processo heterodoxo de reestruturação do espaço rural, que inclui pelo menos os seguintes desenvolvimentos:

(i) Em toda a calha ocorre a legitimação político-administrativa das comunidades, que passam a ser reconhecidas nos municípios como o componente majoritário do espaço rural. No entanto, só excepcionalmente tal forma de legitimação é acompanhada por algum esforço do poder público para formalizar o domínio territorial das comunidades, ou mesmo definir formalmente o seu *status* segundo a classificação nacional de áreas povoadas. A muncipalização tem reforçado o processo de legitimação administrativa das comunidades, na medida em que requer um controle burocrático das ações realizadas no interior dos municípios. Mas, como as secretarias municipais adotam diferentes critérios de definição do que seja uma comunidade, o processo de legitimação político-administrativa está ainda iniciando (talvez não fosse assim se a municipalização apresentasse ações coordenadas). Segundo os interesses de cada instituição, o critério para classificar uma localidade como "comunidade" pode incluir: a presença de escolas, a existência de estatuto de associação ou se basear no número de casas. Os dados sobre o número de comunidades, produzidos por instituições diferentes, não mostram concordância. Surpreende a atual falta de mapeamento da ocupação humana da área rural dos municípios (a antiga Sucam mantinha mapas detalhados sobre a ocupação do interior até a década de 1980). Uma exceção é a prefeitura de Maués, que propôs uma definição administrativa para a área a ser denominada comunidade, mas enfrenta problemas com sua aceitação geral (Pantoja, 2002 e neste volume).

É grande a dificuldade para compilar dados sobre número de comunidades na várzea. Em poucos municípios as pesquisadoras obtiveram informações completas sobre as comunidades da área rural. Como nos dados censitários, não há uma computação oficial de comunidades segundo o ambiente, se várzea, terra firme ou mista.

(ii) Para resolver o problema da regularização fundiária de seus terrenos, várias comunidades têm feito encaminhamentos alternativos, propondo, ou a criação de unidades de conservação de uso sustentável junto ao Ibama e ao município, ou resgatando identidades étnicas, de remanescentes de quilombos e de povos indígenas, para pleitear a demarcação de terras junto ao Instituto de Terras do Pará - Iterpa –, a Secretaria de Patrimônio da União – SPU – e Funai. Como exemplos, o longo pleito encaminhado ao CNPT/Ibama por comunidades dos municípios de Prainha e Porto de Moz, para formar a Resex Verde Para Sempre (decretada em novembro de 2004) e a Resex Renascer, relatado por Gláucia Silva e por Ronaldo Lobão, neste estudo; a constituição de uma APA junto ao município de Parintins reunindo comunidades da bacia do Paranema, relatado no *workshop* de Mariana Pantoja; os processos de titulação coletiva de áreas de várzea como terras de quilombolas, em Santarém e em Gurupá; os pedidos de demarcação de terra junto à Funai por descendentes das etnias Cocama e Cambeba, no alto Solimões, e de descendentes de

Ticuna e Miranha, no médio Solimões, envolvendo o resgate de identidade étnica. Esses são apenas alguns exemplos; o número de processos especiais de regularização fundiária deve ser maior, considerando-se especialmente os de nível municipal, menos divulgados.

(iii) Um extenso processo de legitimação não formal dos territórios das comunidades vem ocorrendo ao longo da calha, como efeito indireto dos novos instrumentos para regulação do uso de recursos naturais. Normas e projetos formalizados pelo Ibama e pelo Ministério Público, em parceria com comunidades de várzea – como os planos de manejo comunitário para extração seletiva de madeira, o sistema de manejo de lagos, os acordos de pesca e os termos de ajustamento de conduta – implicam a delimitação de um território de exploração no qual os usuários e a exploração dos recursos são regulados. A alocação de um território de exploração a um grupo restrito de usuários, mesmo que relacionada a um recurso em particular, equivale na prática a uma forma de demarcação de área. Esse processo de formalização indireta é mais extensivo do que as propostas de regularização alternativa ou as de regularização formal. A implantação dos novos instrumentos ambientais reguladores foi relatada em todos os municípios estudados. Provavelmente ocorre em toda a calha e apresenta tendência para expansão.

(iv) Ocorre também a regularização formal de propriedades na várzea, em escala experimental. Pela legislação federal, os terrenos de várzea são considerados terrenos de marinha e terrenos marginais, ambos propriedade da União[15]. No baixo Amazonas, a SPU e a Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU) iniciaram a regularização fundiária-piloto de comunidades ribeirinhas, bem como de remanescentes de quilombos, a partir da emissão de concessões de direito de uso de terrenos de marinha[16]. Ao contrário das regularizações alternativas e indiretas, que delimitam territórios coletivos, as iniciativas de regularização formal tendem a demarcar áreas individuais e em formato poligonal. Esse formato não segue o sistema tradicional de propriedade composta, formada pela justaposição de três tipos de propriedade: individual ou privada, áreas comuns, porém

[15] De acordo com o Decreto-Lei nº 9.760/46 (ou "Lei do Patrimônio da União"), os terrenos de marinha (e não da marinha) são aqueles que sofrem a influência das marés, mesmo se não forem banhados pelo mar. Pertencem à União as terras que vão da linha das marés (linha da preamar média de 1831) até a 33 metros, em sentido contrário às águas. Terrenos marginais são aqueles fora do alcance das marés. Tais terras podem pertencer à União, aos estados e aos municípios. De acordo com a legislação, nas várzeas do Solimões-Amazonas, os terrenos marginais pertencem à União porque são banhados por um rio que percorre mais de um estado e serve de limite com outros países.

[16] Segundo a URL: www.planejamento.gov.br/arquivos_down/publicacoesrelatorio_gestao _grpu_PAeAP.PDF, até janeiro de 2001, a Gerência Regional de Patrimônio da União no Pará e no Amapá havia encaminhado para a SPU, em Brasília, os seguintes processos para autorização da cessão de imóveis de propriedade da União. Em áreas de várzea localizadas no município de Santarém, Pará: Associação Comunitária Água Preta – 87 famílias beneficiadas; Associação Moradores da Comunidade São Ciríaco – 99 famílias beneficiadas; Associação das Comunidades de Piracaoera – 88 famílias beneficiadas; Associação dos Moradores do Igarapé do Costa – 116 famílias beneficiadas. E no município de Gurupá, Pará: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá – 20 famílias beneficiadas Ilha de Santa Bárbara.

restritas a uma coletividade local, e áreas de acesso aberto. Já a proposta de regularização fundiária do ProVárzea/Ipam se aproxima do modelo tradicional da várzea da região do baixo Amazonas, embora não se aplique integralmente ao Solimões, onde não existem pastos comuns. A proposta do ProVárzea é baseada no atual sistema comunitário de manejo dos recursos. Busca conciliar o interesse privado e o comunitário, reconhecendo três categorias de propriedade na várzea: (1) as restingas (consideradas propriedades privadas); (2) os campos naturais destinados ao uso comum e que seriam ocupados por determinado número de cabeças de gado por proprietário, correspondente ao tamanho de sua propriedade; e (3) os lagos, também de uso comum, mas com igual acesso para todos os moradores, independente do tamanho de sua propriedade. A idéia dessa proposta é que os moradores de cada sistema de lago sejam membros de uma associação com responsabilidade pela definição das regras para o uso dos recursos naturais do sistema, de modo a garantir o equilíbrio entre as atividades individuais e a integridade ecológica do sistema.

(v) Principalmente no baixo Amazonas está ocorrendo um processo de concentração fundiária, com a formação de grandes fazendas para criação de gado a partir da compra de várias pequenas propriedades. Essa concentração fundiária é acompanhada pela modernização administrativa das fazendas na várzea e pelo rompimento de acordos informais de permanência de comunidades no seu interior, baseados em uma relação de clientelismo e patronagem entre moradores/fregueses e o proprietário/patrão, como mencionado. Em Porto de Moz, Silva (2002) relata um caso inverso, no qual a falência de uma grande fazenda tradicional, abandonada pelo antigo dono, deixou uma série de comunidades de moradores livres. Nas áreas pesquisadas em Parintins, Santarém e Porto de Moz, os estudos registraram a ocorrência de mobilização popular pela regularização da posse da terra. Em Parintins, durante o *workshop* organizado por Mariana Pantoja, foi registrada a demanda por uma reforma agrária na várzea, enquanto no *workshop* de Porto de Moz, coordenado por Gláucia da Silva, a regularização fundiária apareceu como uma das demandas principais dos presentes. Tal demanda pela titularidade da posse não apareceu na pesquisa realizada no médio Solimões, mas no alto Solimões existe um pleito por regularização por parte de famílias cujas comunidades estão localizadas em áreas de antigos seringais[17]. No alto Solimões há também a demanda de povos indígenas pela demarcação da terra. Nesse caso, as implicações vão além da segurança obtida com a titularização, pois incluem a habilitação para receber o apoio da Funai e a assistência à saúde prestada pela Funasa.

[17] Alencar, 2002, informa que "Em São Paulo de Olivença e Amaturá observamos situações que vão desde a cobrança de tributos pelo uso da terra dos herdeiros de antigos seringalistas – caso de Boa Esperança, Município de São Paulo de Olivença, até ameaças de expulsão de moradores por herdeiros também de seringalistas. Neste ultimo caso, há registro de conflitos e de atos de intolerância – destruição de material de trabalho (canoas e redes de pesca) – por parte dos herdeiros que proíbem os moradores de explorarem os recursos dentro de suas terras, como ocorre em Caturiá, município de Amaturá. Algumas prefeituras, como Amaturá e Tabatinga, estão registrando pequenas propriedades de várzea, com o objetivo de garantir aos moradores de várzea o direito a aposentadoria, como ocorre com os moradores da terra firme".

Considerando essa enumeração dos principais processos de reestruturação fundiária em curso na várzea, é possível identificar a existência das seguintes categorias de terrenos: (1) as posses, com ou sem alguma legitimação fundiária, seja informal, indireta ou sem valor legal, muitas delas reunidas para formar "comunidades", onde áreas individuais são articuladas a territórios coletivos (constituem a maior parte das ocupações); (2) grandes fazendas, com títulos da época colonial e imperial, sem titulação regularizada, ou sem documentação alguma; (3) algumas propriedades regularizadas junto à SPU; (4) unidades de conservação de uso sustentável, criadas ou em tramitação, propostas por comunidades (como a APA de Parintins e a Resex Verde para Sempre, entre outras) e pelo poder público, principalmente de dois tipos, APA e RDS (como a APA Nhamundá, a RDS Estadual Mamirauá e a RDS Municipal Maués); e (5) áreas indígenas demarcadas e em processo de regularização (principalmente no alto Solimões, mas também no médio Solimões e no médio Amazonas).

A situação fundiária na várzea é complexa, e sua regularização tem-se mostrado heterodoxa. A questão que está sendo discutida é qual o modelo ou quais os modelos mais apropriados para cada situação social de várzea, de acordo com as particularidades fundiárias regionais, mas considerando que têm, como características comuns, a intensa mobilidade dos grupos sociais e a freqüente modificação ambiental dos terrenos de várzea. Dadas essas condições, os modelos convencionais não são os mais adequados, pois carecem de alguma medida de flexibilidade para acomodar as freqüentes mudanças ambientais e as práticas de manejo comunitário.

(4) *A pecuarização da várzea*

Outro processo importante é a chamada pecuarização da várzea, intensa no Amazonas, mas insignificante no Solimões. Várias implicações da expansão da pecuária bubalina e bovina foram mencionadas acima, tais como o impacto sobe os recursos pesqueiros, o aumento da concentração fundiária e a intensificação do êxodo rural. Entre os municípios estudados, os maiores rebanhos bubalinos são encontrados em Prainha e Santarém, onde os efeitos negativos da presença do búfalo na várzea são mais intensos[18].

Apesar das vantagens econômicas da criação do búfalo em comparação à do gado branco, a opinião geral dos moradores da várzea é claramente desfavorável à presença do búfalo. Em todas as regiões do baixo Amazonas há consenso quanto aos efeitos ecológicos negativos do búfalo nos lagos e em campos de várzea, com exceção, claro, dos criadores. Onde há búfalo, é certo afirmar que certamente existe impacto ambiental negativo e conflito social.

[18] A Figura 7, na Introdução, mostra claramente a concentração da pecuária no Amazonas.

Mesmo reconhecendo a importância econômica do búfalo e do gado branco para a economia dos produtores rurais, os instrumentos de controle em prática (acordos comunitários e termos de ajustamento de conduta), que buscam controlar o tamanho dos rebanhos, devem ter sua aplicação ampliada. Sabe-se que a expansão da pecuária na várzea traz impactos ambientais negativos, e será preciso aprofundar a o conhecimento sobre as conseqüências sociais da pecuarização no baixo Amazonas.

(5) *A descentralização da gestão do Estado nos municípios*

Em sua apreciação do processo de descentralização da gestão do Estado em municípios de várzea, Kant de Lima *et al.* (2002) mostram que as principais áreas de transferência de atribuições do Estado para os municípios são a saúde e a educação. Os resultados da municipalização do ensino fundamental e de programas associados, como o Bolsa Escola, são responsáveis pelo aumento do número de crianças matriculadas. Por outro lado, os autores mostram que a municipalização criou uma situação de instabilidade profissional para os professores, que passam a ser mais vulneráveis a retaliações políticas[19]. É possível notar os resultados heterogêneos da descentralização, principalmente na área da saúde: ao mesmo tempo em que há resultados promissores, muitos municípios não apresentam condições técnicas para assumirem a transferência de atribuições. Há críticas que apontam a vulnerabilidade da implementação do SUS nos municípios à corrupção política e institucional. Talvez o aspecto mais negativo da municipalização seja a fragmentação, ou parcialização, dos programas, como chama atenção Neves (2003), pois a multiplicidade dos serviços oferecidos reparte a população em consumidores qualificados para programas específicos, porém sem articulação. Além disso, como os serviços são concentrados nos centros urbanos, a municipalização tem o efeito negativo de promover (em vez de minimizar) o êxodo rural, como já mencionado.

No modelo atual de transferência de responsabilidades da gestão estatal para a administração municipal, falta uma política voltada para a sustentabilidade socioambiental no meio rural em geral, e na várzea em particular. Havendo vontade política, os serviços que estão sendo implantados no processo de municipalização podem apoiar o associativismo, fortalecer a participação política das comunidades locais e incluir as áreas rurais nos programas e serviços oferecidos, contribuindo para reduzir o êxodo rural.

[19] A insegurança foi observada em Porto de Moz durante o *workshop* organizado por Gláucia da Silva em 2003, quando alguns professores manifestaram publicamente seu receio por terem denunciado a má gestão municipal do Fundef.

(6) *A participação da sociedade na gestão ambiental: parcerias, manejo participativo, acordos e publicização formal da gestão de unidades de conservação na várzea*

É possível que as várzeas do Solimões e do Amazonas sejam, entre as ecorregiões brasileiras, as que apresentam a mais extensiva participação da sociedade na gestão do meio ambiente. Essa particularidade resulta do reconhecimento público da existência de um interesse comum por parte das instituições ambientais e das comunidades rurais em garantir a sustentabilidade da pesca.

As comunidades passaram a dividir com o poder público várias responsabilidades de gestão da pesca - do manejo à fiscalização e ao controle da atividade pesqueira. Os instrumentos de participação da sociedade, formalizados por portarias e instruções normativas do Ibama, e também por legislação municipal, incluem o manejo comunitário de lagos, os acordos de pesca e a formação de agentes ambientais voluntários.

A conjugação de interesses está presente também na questão da pecuária bubalina. Tanto ambientalistas como pescadores artesanais são contrários à expansão do búfalo na várzea. O instrumento que efetiva a iniciativa da sociedade para regular essa questão são os acordos comunitários e os termos de ajustamento de conduta, firmados pelo Ministério Público, que limitam o número de cabeças de búfalo por criador nos campos naturais da várzea.

As parcerias entre a sociedade e instituições ambientalistas tendem a ser constituídas de modo espontâneo, pois a distribuição de interesses entre as partes é, em geral, eqüitativa. Há pouca formalidade legal, e predomina a iniciativa das bases (tanto as associações comunitárias quanto as profissionais), em propor as parcerias. Do ponto de vista dos proponentes, a parceria representa o apoio do poder público à sua causa – a defesa de interesses econômicos e territoriais, como discutido anteriormente. De início, a figura do Agente Ambiental Voluntário se enquadrava nesse modelo de parceria, mas atualmente há, como mencionado antes, forte movimento reivindicando a profissionalização do serviço, porque a carga de trabalho é considerada excessiva, a ponto de prejudicar a realização das atividades econômicas normais do voluntário, e também porque a comunidade passa a cobrar dele tal empenho.

O próprio ProVárzea é um ator importante no processo de consolidação de um modelo participativo de gestão ambiental na várzea, envolvendo a sociedade e o poder público. O apoio financeiro a projetos de manejo sustentável e participativo reuniu um conjunto de iniciativas que foram chamadas de "promissoras", dada a sua afinidade com a filosofia de manejo do ProVárzea. A política de financiamento constitui uma forma de promover a sustentabilidade, a partir de um processo seletivo de projetos que a apóiam. O programa também promove debates públicos sobre o manejo comunitário de lagos (fóruns e *workshops*) e participa da definição de políticas públicas.

É também na várzea que encontramos o modelo mais formal de participação da sociedade na gestão ambiental, referente à publicização da gestão de unidades de conservação estaduais, as RDS Mamirauá e Amanã. Nesse modelo, o Estado transfere a responsabilidade pela execução dos serviços de pesquisa e gestão das reservas, por serem considerados não exclusivos do Estado, a uma organização pública não estatal do tipo Organização Social, ou OS. No caso, a OS Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá é originária de uma antiga parceria entre a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas e a organização não-governamental Sociedade Civil Mamirauá, que administrou o Projeto Mamirauá durante a implantação inicial da reserva Mamirauá. Além dessas reservas, há outra RDS que incide em área de várzea no município de Maués e que segue o mesmo modelo de publicização, como discutido por Lobão neste volume.

Para concluir essa caracterização da diversidade de modos de vida nas várzeas, seus contrastes e padrões regionais, reiteramos a identificação, feita com base nos estudos e nos aspectos mencionados, de uma distinção genérica entre as várzeas do rio Solimões e as do rio Amazonas, associada à importância relativa da pecuária em cada rio. Os capítulos anteriores detalham o conhecimento dessa diversidade social, com informações sobre a realidade da várzea em duas áreas do rio Solimões e três do rio Amazonas, evidenciando também a existência de variações muito expressivas entre municípios vizinhos de uma mesma área de pesquisa. A diversidade entre municípios vizinhos é mostrada em todas as pesquisas e aparece como o resultado de administrações diferentes, que imprimem suas marcas ao longo da história mais ou menos recente dos municípios, sendo também decorrentes de políticas públicas específicas (como os projetos estratégicos para áreas de fronteira internacional) ou da instalação de projetos econômicos concentradores de capital.

Um quadro muito genérico da diversidade das cinco áreas pode ser produzido tomando-se alguns tópicos como referência. São estes: (i) principais identidades constitutivas do universo social na várzea, (ii) aspectos particulares das comunidades, (iii) propriedade da terra, (iv) características ambientais da várzea, (v) políticas públicas e posicionamento da administração local em relação ao desenvolvimento sustentável, (vi) a pequena produção mercantil, (vii) diferenciação entre grupos domésticos, (viii) padrão de vida da comunidade, (ix) características do associativismo, (x) experiências com financiamentos, (xi) principais conflitos socioambientais, (xii) experiências de sustentabilidade na várzea e (xiii) principais demandas sociais, tais como explicitadas nos *workshops* (cf. documentação em anexo).

O que se segue é uma síntese muito condensada desses tópicos, objetivando situar em um mesmo painel as características mais gerais da várzea de cada área, com base nas pesquisas produzidas pela equipe.

■ **TABELA 1** – Indicação sumária da diversidade socioambientalem cinco regiões de várzea, segundo uma seleção de 13 tópicos comparativos.

TÓPICOS COMPARATIVOS	ALTO SOLIMÕES	MÉDIO SOLIMÕES	MÉDIO AMAZONAS	BAIXO AMAZONAS - SANTARÉM	BAIXO AMAZONAS - GURUPÁ
Principais identidades constitutivas do universo social na várzea	Identidades étnicas (ticuna, cocama, caixana, branco/ civilizado) e religiosas (cruzada, católicos, evangélicos).	Ribeirinho, agricultor, pescador; etnias ticuna, miranha, mayoruna, cambeba, cocama; diversidade religiosa.	Criador, fazendeiro, comunitário, ribeirinho. Diversidade étnica (satere maué, mura); diversidade religiosa.	Ribeirinho, pescador - o grande e o pequeno, agricultor, criador, fazendeiro; quilombolas; diversidade religiosa.	Ribeirinho, comunitário, fazendeiro, madeireiros; diversidade religiosa.
Aspectos particulares das comunidades	Cadastramento municipal dá acesso a serviços públicos; ingresso restrito em comunidades indígenas e da cruzada. Igreja menos importante na formação de comunidades que em outras áreas (muitas tiveram origem no movimento da cruzada).	Papel da Igreja na sua formação; em Coari subsídios aos ocupantes de cargos de liderança.	Formalização das comunidades por cadastramento; comunidades pouco orgânicas e mais formais, espaço microurbano; relação de trabalho com fazendas; papel da Igreja e CPT.	Papel do MEB na sua formação; em alguns lugares, coordenador substitui presidente da comunidade.	Papel da Igreja na sua formação.
Ocupação da terra	Diversidade fundiária, posses, antigos seringais, demarcação TI; interesse na legalização da ocupação, porém não discutida no workshop.	Posse informal, cadastro para fins de aposentadoria mais importante que o domínio em si.	Herança de lotes, terras parceladas, preocupação com registro.	Herança de lotes e saída para a cidade para reduzir o número de herdeiros; urbanização agrava problema da pesca	Relação com antigas fazendas; experiências com áreas comunitárias, áreas quilombolas, e Resex.

continua

TÓPICOS COMPARATIVOS	ALTO SOLIMÕES	MÉDIO SOLIMÕES	MÉDIO AMAZONAS	BAIXO AMAZONAS - SANTARÉM	BAIXO AMAZONAS - GURUPÁ
Características gerais da várzea	Terra caída muito freqüente, poucos lagos de várzea.	Percepção de maiores cheias no presente; em Coari, danos causados por lanchas da Petrobrás; lagos de várzea numerosos.	Pastos naturais, massapé.	Pastos naturais, várzea mais extensa, extensos lagos de várzea.	Várzea de maré.
Políticas públicas e posição da administração localem relação à sustentabilidade	Políticas contrastivas entre municípios, pólos educacionais e de saúde em TBT e BC, incentivo para êxodo rural em SPO e Amaturá; pouco interesse em tratar problemas ambientais.	Foco das políticas é o urbano; Coari, recursos de royalties; Tefé, pouco apoio à agricultura; Alvarães, mais apoio às comunidades.	Parintins, parceria com ProVárzea; Maués, investimento RDS e Pólos de Desenvolvimento; Silves, apoio à área rural; Itacoatiara, foco urbano - pólo agropecuário e madeireiro.	PP contraditórias - crédito vs apoio institucional ao manejo sustentável; avanço da soja.	Porto de Moz como contradição - Resex vs madeireiras e gado no interior; Gurupá tem proposta contrária à da administração de Porto de Moz.
Produção familiar para o mercado	Principalmente pesca; gado inexpressivo, madeira em declínio, agricultura pouco incentivada.	Agricultura diversificada; pesca menos importante como produção mercantil; gado pouco expressivo.	Gado, pesca, agricultura.	Pesca & agricultura, gado	Pesca, gado, agricultura, madeira e açaí

continua

TÓPICOS COMPARATIVOS	ALTO SOLIMÕES	MÉDIO SOLIMÕES	MÉDIO AMAZONAS	BAIXO AMAZONAS - SANTARÉM	BAIXO AMAZONAS - GURUPÁ
Diferenciação entre grupos domésticos	Melhores condições entre assalariados do que produtores ou mesmo aposentados.	Melhores condições em comunidades próximas às sedes, entre moradores assalariados e onde há associação com terra firme.	Maior diferenciação entre esquemas de reprodução doméstica; melhor situação quando a várzea é associada à terra firme.	Pescador embarcado e dono do capital; gado como diferenciador; melhor situação na várzea associada à terra firme.	Criadores de gado e extratores de madeira.
Padrão de vida de comunidades e casas	Consumo de bens duráveis limitado pelo aviamento; comunidades precárias.	Casa na cidade como estratégia para superar precariedade rural.	Apresenta melhor estrutura de comunidades e casas.	Infra-estrutura regular.	Infra-estrutura regular.
Associativismo	Poucas associações entre ribeirinhos, índios mais organizados, processo de afirmação étnica.	Mais organizado que no alto Solimões, forte ligação com a Igreja Católica.	Ligado à Igreja Católica e a parcerias com Ongs.	Santarém "maior no Ongs/m2"; associações fracas em Óbidos; divisão de beneficiários entre STR e Colônia.	Diversificado. Almeirim pouco desenvolvido, ativo em Gurupá e em Porto de Moz.
Experiências com financiamento	Crédito informal mais comum que formal.	Crítica ao crédito formal oferecido.	Pólos de desenvolvimento em Maués, uma grande cooperativa em Itacoatiara.	Políticas contrárias, FNO vs manejo.	Alguma com FNO, não satisfatória.

continua

TÓPICOS COMPARATIVOS	ALTO SOLIMÕES	MÉDIO SOLIMÕES	MÉDIO AMAZONAS	BAIXO AMAZONAS - SANTARÉM	BAIXO AMAZONAS - GURUPÁ
Conflitos	Com pescadores colombianos; alguns conflitos fundiários; invasão terras indígenas.	Movimento de preservação não é respeitado; invasões.	Relacionado ao gado e à pesca.	Gado, pesca e concentração fundiária	Concentração fundiária, grilagem, búfalo.
Experiências de sustentabilidade na várzea	Poucas experiências de manejo, alguma ligada à OGPTB e a projetos financiados pelo PDPI.	Muitas experiências de manejo, GPD, Mamirauá, Amanã; grande oposição de moradores da várzea à pesca comercial.	Em Parintins, Silves e Maués, mas não em Itacoatiara.	Acordos, projetos, parceria institucional, termos de ajuste de conduta, proposta Resex Lago Grande; sustentabilidade é questão social reconhecida.	Resex em Porto de Moz e manejo em Gurupá, ausência em Almeirim; sustentabilidade caracterizada "como mística e superação da subordinação".
Principais demandas formuladas por lideranças locais	Educação e saúde, nessa ordem; na esfera econômica comercialização, crédito, assessoria; implementação de sistemas de manejo e regulamentação da pesca.	Investimento na produção agrícola, ampliação de pólos educacionais, criação de pólos de saúde, disseminação de informação sobre legislação ambiental, seguridade social e fontes. de crédito.	Sistema de fiscalização integrado, manejo da pesca, remuneração AAV, controle de rebanhos de búfalos, alternativas econômicas, melhoria da saúde e da educação.	Regularização fundiária, revisão do crédito para pesca, apoio à agricultura, alternativas econômicas, comercialização, associativismo (Óbidos), saúde e educação, remuneração AAV.	Apoio à produção e ao associativismo; regularização fundiária; melhoria de sistemas de saúde e educacional.

Sobrepondo-se às particularidades de cada região, as características comuns a todas as áreas de várzea são resumidas no quadro que se segue.

■ **TABELA 2** – Características comuns às áreas de várzea estudadas.

PONTOS COMUNS	Percepção de esgotamento geral do peixe.
	Demanda por regulamentação da pesca.
	Conflitos associados ao confronto entre lógicas de exploração distintas (itinerante/intensiva vs. comunitária/sedentária, bem como entre comunitários com esquemas reprodutivos diferentes).
	Na maioria das áreas a pesca é importante produção m ercantil e, em todas, a base da refeição diária principal.
	Várzea vista como farta e comparada positivamente com a cidade onde tudo é comprado.
	O recomeçar imposto pelo ambiente e pela economia; saldo zero ou negativo.
	No rio Amazonas, onde a vida na várzea também é caracterizada pelo recomeçar, o gado aparece como opção de poupança, um saldo positivo e uma garantia contra perdas provocadas pelas cheias.
	Várzea como lugar de isolamento, de esquecimento; ausência de políticas públicas dirigidas à zona rural, menos ainda à várzea.
	Educação como projeto familiar para melhorar e mudar de vida, em geral associado à migração.

Avaliação das condições de vida – produção, consumo e comercialização

As privações observadas na várzea indicam condições de vida desfavoráveis, que precisam ser corrigidas. A vida de trabalho árduo é por eles mesmos expressa como uma vida de "sofrimento". Apesar disso, há uma representação antiga da população ribeirinha, ainda muito veiculada na Amazônia, que é associada à figura de um "caboclo escovado" e "preguiçoso". Nessa tentativa de culpar a vítima, são encobertas condições econômicas e sociais desfavoráveis, responsáveis pela situação de privação.

As condições de vida nas cinco áreas de várzea foram avaliadas também por algumas medidas quantitativas. Mas, em relação à economia doméstica, todos os estudos encontraram dificuldades extraordinárias para levantar dados de rendimentos. O problema de estimar os ingressos monetários revela a própria natureza da economia doméstica na várzea, que tem uma produção diversificada, contingente e irregular. Os produtores comercializam diferentes produtos, extrativos, de criação, agrícolas e artesanais, de acordo com a estação do ano, em condições desfavoráveis de venda e ainda sujeitos aos limites e aos riscos de perdas impostos pelas enchentes na várzea. Não se orientam por uma contabilidade orçamentá-

ria, nem guardam registros de suas transações. A incerteza e a diversidade parecem ser as características principais.

As pesquisas seguiram um roteiro geral comum, discutido previamente em equipe[20]. Os estudos buscaram mapear a diversidade de condições de vida, e essa meta orientou as pesquisadoras na seleção das comunidades. Em cada município, buscou-se escolher em torno de três comunidades representativas da diversidade regional, e em cada comunidade, no mínimo três casas com padrões de vida diferenciados. Os relatórios e artigos neste volume apresentam informações detalhadas sobre as condições de vida nos municípios, nas comunidades e nas casas. Aqui, procuro identificar parâmetros e propor comparações entre as áreas de pesquisa.

Uma maneira de se acessar o padrão de vida alcançado pela economia doméstica na várzea é observar o consumo de bens duráveis nos domicílios. Douglas e Isherwood (2004) propuseram, já em 1979, que o padrão de consumo fosse considerado uma medida mais significativa do que a distribuição de renda para expressar a desigualdade social.

A Tabela 3 dá uma visão geral da diferença de posses de alguns bens em três das regiões, identificando também a porcentagem daquelas que criam gado.

Nessas três regiões, a ordem das freqüências de posse desse conjunto de bens de consumo é a mesma. O fogão a gás é o bem mais freqüente, seguido da máquina de costura, do aparelho de televisão e do freezer ou geladeira. A máquina de lavar aparece apenas nas casas do baixo Amazonas, região da foz.

A freqüência de posse de bens expressa um padrão cultural de necessidades. Bens mais comuns são os mais necessários, e os mais raros pertencem

■ **TABELA 3** – Presença de alguns bens de valor nas casas entrevistadas em três áreas de várzea.

PRESENÇA DE BENS DURÁVEIS NOS DOMICÍLIOS ENTREVISTADOS (%)	ALTO SOLIMÕES (N = 30)	MÉDIO AMAZONAS (N = 30)	BAIXO AMAZONAS / FOZ (N = 31)
Fogão a Gás	57%	86%	97%
Máquina de Costura	23%	60%	61%
TV	7%	46%	51%
Freezer / Geladeira	3%	20%	26%
Máquina de Lavar	0	0	13%
CRIAÇÃO DE GADO			
Gado	7%	76%	39%

Fontes: Alencar (2004), Pantoja (2004) e Silva (2004).

[20] Sobre a metodologia geral do estudo, ver Introdução.

à classe que se costuma chamar de bens de luxo. Segundo Douglas e Isherwood (2004, p. 152), bens necessários são aqueles "comprados na mesma quantidade, independente de mudanças no preço ou na renda", e objetos de luxo formam a classe de bens que o indivíduo "cortará rapidamente em resposta a uma queda de renda". Essa divisão é variável no tempo, como mostram os autores, apontando a evolução da posse da televisão como exemplo de um bem que passou da categoria de luxo para a de necessidade.

As porcentagens de posse de alguns bens, selecionados após a definição de um padrão geral de compra, podem ser adotadas como um indicador de padrão de vida, como propõem Douglas & Isherwood (2004, p. 162):

> "O estágio de aquisição de um domicílio dado, uma vez estabelecido o padrão geral de aquisição, pode servir como índice ordinal do padrão de vida, e mudanças no+ padrão de vida podem ser rastreadas notando-se as porcentagens de posse de certos bens."

Dados sobre a freqüência da posse de bens duráveis nos mostram, em primeiro lugar, a diferença entre uma realidade por nós conhecida, tomada como referência, e a realidade da região em estudo. Outra maneira de usar esse indicador é interpretar o significado local dos bens. A maior freqüência de um bem indica sua aproximação à condição cultural de um bem essencial e sua raridade à condição de bem de "luxo" ou de marcador de diferenciação social (em um certo momento e lugar, dado que a divisão é variável).

No meio urbano, o fogão (a gás ou a eletricidade), é um utensílio doméstico praticamente insubstituível, mas não na várzea ou onde for possível cozinhar à lenha. Entre as casas entrevistadas, o fogão, que aparece como o bem mais freqüente dessa seleção, é uma opção de conforto, pois facilita o trabalho doméstico, especialmente no inverno, quando a lenha está úmida. Mas o fogão, como qualquer outro utensílio, não é apenas um implemento útil.

Ao discutir o conceito de pobre dos moradores da várzea de comunidades de Maués do médio Amazonas, Mariana Pantoja reproduz a declaração de um morador da várzea, definindo uma casa pobre como aquela que não tem fogão e onde se cozinha à lenha. Esse depoimento nos informa sobre o significado particular que o fogão a gás tem nessa região. O fogão é um bem essencial não só por sua utilidade, que é relativa, pois não é imprescindível, mas também porque marca o status de uma casa. Mais que sua presença, é a sua ausência que constitui uma marca social, nesse caso, de privação. Como os bens não têm valor em si mesmos, mas pertencem a um "espaço de significação em que os objetos são usados depois de comprados" (Douglas e Isherwood, 2004, p. 41) e "marcam conjuntos particulares de papéis sociais" (idem), nessa região o fogão marca o status de autonomia de um casal e sua capacidade de prover materialmente a família. O

valor simbólico do fogão é tão maior quando se considera a dificuldade de adquirir o botijão de gás na várzea. É freqüentemente o presente de um dos filhos que foi para a cidade. Sua posse não exclui a manutenção do fogão de barro, e, muitas vezes, o fogão é reservado apenas para ocasiões em que a lenha está molhada. Tal como a cobertura de alumínio, o fogão a gás faz parte do conjunto de bens comprados que substituem equivalentes artesanais – no caso a lenha e a palha –, evidenciando por isso mais claramente a conjunção de seus significados prático e simbólico.

Já a posse de um aparelho de televisão é, nessas três regiões, relativamente mais rara do que a do fogão. Expressa um padrão de vida mais alto, associado a condições de acumulação mais favoráveis, tanto pelo preço mais alto como porque a TV requer um motor gerador (particular ou comunitário) e uma antena parabólica, complementos mais caros do que a botija de gás. E enquanto o fogão é um bem exclusivo dos moradores da casa, nos contextos sociais em que a televisão é um bem raro, ela atrai outros moradores para o domicílio, exercendo uma função social nas comunidades quase oposta à do fogão.

Como um indicador de padrão de vida, o quadro de posse de bens também permite comparar as três áreas de pesquisa entre si. Freqüências mais baixas de posse desses bens foram encontradas no alto Solimões e mais altas no médio e no baixo Amazonas.

Nas 11 comunidades dos quatro municípios do alto Solimões estudados por Alencar, em apenas duas havia aparelho de televisão. Em comparação, no médio e no baixo Amazonas, Silva e Pantoja encontraram aparelhos de televisão em todas as comunidades em que estiveram. Nessas áreas de várzea do rio Amazonas, as pesquisadoras verificaram que em torno da metade das casas possuía seu próprio aparelho de TV e quase todas tinham fogão a gás.

Gláucia Silva associa maiores números de eletrodomésticos na região da foz à criação de gado e à extração de madeira. As famílias que possuem os maiores rebanhos e extraem madeira têm entre 6 e 12 aparelhos eletrodomésticos, enquanto as outras famílias possuem entre 3 e 5 (Silva, 2004, p. 107). Em contraste, no alto Solimões, a casa que mais se destacou do padrão regional de posse de bens é formada por um casal de professores, ambos assalariados. Na maioria das outras casas, a compra de eletrodomésticos tinha sido financiada por patrões, a maioria de pesca, e implicou compromisso de saldar a dívida em "fábricos" seguintes.

O IBGE adota a posse de bens duráveis como expressão do poder de consumo de domicílios. Mas nem sempre o poder de consumo expressa diretamente o padrão de renda. É necessário considerar também os preços regionais e as condições de comercialização. Comparações regionais precisam, por isso, considerar o contexto mais amplo do mercado.

Os preços e as condições de compra são sabidamente mais desfavoráveis nas situações em que os ribeirinhos estão presos ao sistema de avia-

mento do que naquelas em que podem comercializar livremente nas comunidades e nas sedes. Dado que há diferenças nas formas de comercialização, uma comparação da posse de bens duráveis entre as regiões de várzea expressará as condições gerais de comercialização. Somente em condições iguais de comercialização, como em contextos urbanos em que é possível definir seguramente grupos de rendimento, pode a posse de bens duráveis ser uma expressão direta da renda da casa[21]. Em contextos de incerteza, dependência de condições ambientais, de mão-de-obra familiar e sujeição a variações sazonais – como é o caso dessas áreas de várzea – a posse de bens é um indicador das condições gerais de reprodução e capacidade de acumulação, incluindo, nessas condições, a comercialização e o acesso ao mercado, e não somente a renda familiar.

Comparando os dados da tabela apresentada com o censo do IBGE de 2000, observa-se a desvantagem das casas visitadas em relação ao padrão nacional. O censo mostra que, em 2000, 87% dos domicílios brasileiros possuíam aparelhos de TV, 83% possuíam geladeira e 33% tinham máquina de lavar. Tanto em termos nacionais, como fazendo uma comparação entre os três padrões regionais, o alto Solimões apresenta as condições materiais mais restritas.

Existem, porém, deficiências genéricas, como ressalta Silva (2004), apontando para a ausência de qualquer saneamento, que impõem condições desfavoráveis a todos na várzea, nivelando, neste aspecto, quaisquer diferenças materiais existentes, seja entre as casas, ou entre as regiões pesquisadas.

É preciso levar em conta, também, diferenças nas estratégias de reprodução doméstica, que diferenciam casas mais ou menos voltadas à produção para o mercado. Valores de rendimento monetário, então, são pouco elucidativos nessas condições de diversidade econômica, pois um valor diferencial de rendimento pode indicar tanto uma estratégia de reprodução voltada ao autoconsumo quanto um baixo retorno monetário para uma produção comercial[22]. Além disso, como exposto, os produtores raramente mantêm registros contábeis, implicando que os dados de ingressos têm um significado e um nível de exatidão muito limitados.

Desse modo, os dados sobre ingressos monetários que se seguem precisam ser considerados com restrições, e reconhecidos como aproximações muito grosseiras. Na tabela que se segue é apresentada uma distribuição dos rendimentos domésticos em 2002, expressos em salários mínimos. Os valores dos rendimentos domésticos estão sendo tomados como parâmetros para uma abordagem comparativa, ou seja, como

[21] Conjuntura da qual depende a afirmação de Douglas e Isherwood (2004, p. 163): "A composição das mercadorias em um domicílio, sendo o resultado da renda passada, e influenciada pela expectativa da renda futura, deve gerar um índice da renda normal".

[22] Sobre as diferentes estratégias de reprodução doméstica entre ribeirinhos da várzea peruana, ver Chibnik, 1994.

■ TABELA 4 – Distribuição percentual das casas entrevistadas em três regiões de várzea, segundo estimativas grosseiras do seu rendimento mensal médio bruto em salários mínimos.

ESTIMATIVA DE RENDIMENTO DOMÉSTICOMENSAL BRUTO EM SALÁRIOS MÍNIMOS	ALTO SOLIMÕES (N= 30)	MÉDIO AMAZONAS (N= 30)	BAIXO AMAZONAS/FOZ (N= 31)
<1	30%	27%	20%
1 a 2	34%	27%	43%
2 a 3	17%	13%	10%
3 a 4	7%	7%	17%
4 a 5	3%	13%	10%
5 a 6	10%	3%	
6 a 7		3%	
7 a 8			
8 a 9			
9 a 10		3%	
14 a 15		3%	

Fontes: Alencar (2004), Pantoja (2004), Silva (2004).

medidas indicativas de valores que não podem ser determinados com precisão.

Observando-se a distribuição dessas estimativas de rendimentos, nota-se que as casas do alto Solimões e do baixo Amazonas são as mais semelhantes e 64% e 63% dos grupos domésticos apresentaram renda bruta mensal abaixo de dois salários mínimos. No médio Amazonas, 54% das casas tiveram rendimento abaixo de dois salários mínimos, alcançando quatro casas valores acima de cinco salários mínimos, a mais alta chegando a 15.

Na região do médio Amazonas foi encontrado o maior número de casas que criam e comercializam gado. Do total de 30 casas entrevistadas nessa região, 73% criam gado. Já no alto Solimões, a pesca foi declarada a principal fonte de renda das casas, todas elas associadas a patrões, e apenas uma casa criava gado. No baixo Amazonas, a pesca também é a principal produção para o mercado, mas é acompanhada de outras produções, tais como a madeira, o palmito, produtos agrícolas e, em poucas casas, gado. As casas do baixo Amazonas apresentam uma distribuição de rendimentos um pouco melhor que as do alto Solimões, mas as amplitudes das duas distribuições são semelhantes.

Considerando-se essas diferenças entre as distribuições dos rendimentos e o padrão de freqüência de posse de bens, os dados sugerem que os moradores do baixo Amazonas encontram condições de comercialização mais favoráveis do que os do médio Amazonas ou os do alto Solimões. Enquanto as casas do baixo Amazonas na região da foz têm o maior núme-

ro de bens duráveis, sua distribuição de rendimentos apresenta valores mais baixos que as das casas do médio Amazonas.

Esse padrão de diferenciação regional equivale à diferenciação que existe entre as comunidades de um mesmo município, resultante de diferentes condições de acesso ao mercado. Uma conclusão comum às pesquisas é que comunidades situadas mais próximas às sedes municipais têm melhor padrão de vida que as mais afastadas. Além de poderem vender diretamente seus produtos aos consumidores e comprar mercadorias a preços mais baixos, os moradores dessas comunidades têm mais acesso aos serviços públicos oferecidos nas cidades. Até mesmo os programas municipais destinados à população do interior acabam dando mais atenção a essas comunidades. Portanto, é provável que um estudo mais detalhado da distribuição de posses de bens duráveis entre comunidades de uma dada região reflita diferenças de padrão de vida associadas a diferenciações nas condições de comercialização.

O'Dwyer (2004) descreve um padrão de diferenciação entre grupos domésticos de uma mesma comunidade que é mais estrutural do que demográfico. Na várzea do baixo Amazonas, especialmente na região de Óbidos, a pesquisadora mostra a distinção entre os grupos domésticos mais voltados à agricultura e aqueles direcionados à pesca, conhecidos como os "donos da pescaria", que operam com os pescadores locais embarcados, mencionados antes. Essa diferenciação é recente e aparece, muitas vezes, como um desdobramento da cadeia de aviamento do tempo da juta, quando havia um preposto local representando o patrão. Embora a situação de pequeno aviador local possa muitas vezes ter sido a condição passada de um atual "dono da pescaria", no trabalho da juta todos eram igualmente sujeitos às limitações de mão-de-obra do seu próprio grupo doméstico, o que levava a um padrão demográfico de diferenciação entre grupos domésticos. Não havia acesso a financiamento para compra de bens de capital. Hoje, a pequena pesca mercantil pode ser financiada por empréstimo bancário (e também por frigoríficos que oferecem um crédito informal equivalente ao aviamento, ou ainda pela pequena pecuária), resultando em um padrão diferenciado de esquemas de reprodução doméstica[23].

Já o financiamento da pesca no alto Solimões é estreitamente vinculado ao sistema de aviamento dos patrões e não há uma diferenciação entre pescadores semelhante à discutida por O'Dwyer.

No médio Solimões, Neves é enfática ao afirmar que as diferenciações entre comunidades são mais importantes do que a diferenciação entre grupos domésticos, explicadas pelas diferentes condições de produção e comercialização entre elas.

[23] No baixo Amazonas, pesca e pecuária são articuladas. O'Dwyer escreve que tanto pode o lucro da pesca ser revertido para a compra de cabeças de gado (a poupança-pecuária), como o gado pode ser vendido para financiar a pesca, e nesse caso reconhecem a existência de uma crise na atividade pesqueira, relacionada a uma baixa produtividade e exaustão dos recursos (O'Dwyer, 2004).

Lima (n.d.) encontrou acentuado padrão de diferenciação entre comunidades na região de várzea do Mamirauá nos anos 1990, associado a diferenças na localização da comunidade em relação às sedes, condições de comercialização, proximidade de lagos piscosos e orientação econômica. Os melhores padrões de distribuição de renda foram encontrados em comunidades com acesso a sistemas de lagos mais piscosos e que se mantinham independentes de patrões.

Dados de Alencar (2004) e Silva (2004) sobre as aquisições de bens duráveis em 2002 feitas por casas do alto Solimões e do baixo Amazonas/foz, permitem observar mais claramente as diferenças nas condições de comercialização entre essas regiões de padrões de rendimentos semelhantes (Tabela 5). As autoras indicam que relativamente poucas casas conseguiram realizar alguma acumulação e ou comprar um bem durável, ou investir na produção[24].

A aquisição de bens de consumo duráveis representa o resultado positivo de um ciclo produtivo. No ano anterior à pesquisa, menos da metade das casas entrevistadas por Silva no baixo Amazonas/região da foz puderam realizar alguma acumulação material. Nessa região, que apresentou comparativamente o melhor padrão de posse de bens das três regiões, das 31 casas, apenas 13 (ou 43%) adquiriram bens duráveis em 2002. Na região com o padrão de posses mais limitado, o alto Solimões, de 30 casas entrevistadas por Alencar, somente nove (ou 30%) casas compraram bens duráveis em 2002. Dessas nove casas, seis adquiriram os bens com patrões, incorrendo em débito a ser pago com a produção do próximo "fábrico"[25].

Comparando-se os dados sobre os rendimentos domésticos e o conteúdo das compras feitas nessas duas regiões, observamos uma tendência para os bens adquiridos pelas casas do baixo Amazonas serem mais valiosos do que os do alto Solimões. Isso corrobora a interpretação de que as diferentes condições de comercialização dessas regiões se expressam no padrão de posse de bens, especialmente quando observamos os bens comprados pelas casas com rendimentos mais baixos. No baixo Amazonas a compra de um aparelho de TV foi feita por uma casa situada na faixa mais baixa de rendimento.[26] No total, três casas no baixo Amazonas compraram aparelhos de TV, enquanto no alto Solimões, apenas uma.

[24] Os relatórios das pesquisas nas cinco áreas mostraram que a maioria dos gastos feitos pelas casas foi para a manutenção básica da família e para custear a produção. As mercadorias mais compradas foram o açúcar, o café, a farinha e o óleo de cozinha, seguidos de outros menos freqüentes. A concentração dos gastos em itens de alimentação caracteriza o padrão de consumo de classes sociais de baixa renda. Dado que a base da alimentação diária das famílias entrevistadas é o peixe e a farinha, e esses alimentos são geralmente produzidos pela própria família, o fato de seus gastos ainda assim serem destinados à alimentação expressa o grau de sua exclusão do mercado de bens.

[25] Entre as pesquisadoras, O'Dwyer (2004), Neves (2004) e Alencar (2004) comentaram mais incisivamente os altos custos da produção e do deslocamento para comercialização nos mercados urbanos. As autoras apresentaram depoimentos de produtores afirmando que o rendimento financeiro é tão baixo a ponto de trabalharem apenas "para não ficar parado" ou "pra ir levando."

[26] Sugerindo que, na região da Foz, a TV está se tornando um bem essencial.

■ **TABELA 5** – Discriminação das compras de bens duráveis feitas, em 2002, por 30 casas do alto Solimões e 31 casas do baixo Amazonas, região da foz, segundo uma estimativa rudimentar da renda média mensal bruta, em salários mínimos.

ALTO SOLIMÕES	BAIXO AMAZONAS - FOZ
<1 salário mínimo	
casa 1: rádiogravador; casas 2 a 10: nenhuma compra	casa 1: estante; TV e sofá; casas 2 a 6: nenhuma compra
1 a 2 salários mínimos	
casa 11: uma malhadeira; casa 12: fogão a gás duas bocas; casa 13: TV 14"; canoa grande; estante; casas 14 a 20: nenhuma compra	casa 7: motor rabeta; casa 8: mesa; bateria; petisqueira e construção casa; casa 9: máquina de costura; casa 10: peça para o motor; casa 11: TV; casa 12: rádio; máquina de lavar; casas 13 a 19: nenhuma compra
2 a 3 salários mínimos	
casa 21: liquidificador e colchão de casal; casa 22: espingarda; casas 23 a 25: nenhuma compra	casa 20: a própria casa; espingarda; casa 21: TV; casa 22: nenhuma compra
3 a 4 salários mínimos	
casa 26: motor de 6.0 HP e motor 8.0 HP; casa 27: nenhuma compra	casa 23: catraia; casa 24: freezer; casa 25: nenhuma compra
4 a 5 salários mínimos	
casa 28: nenhuma compra	casa 26: melhorias no motor do barco; casa 27: montaram uma serraria; casa 28 a 31: nenhuma compra
5 a 6 salários mínimos	
casa 29: motor 6.5 HP e telhas de zinco; casa 30: freezer	

Fontes: Alencar (2004) e Silva (2004).

As pesquisas de Alencar, Neves, Pantoja, O'Dwyer e Silva produziram informações detalhadas sobre a idade do casal, a estrutura demográfica das casas, suas fontes de renda, composição do patrimônio doméstico, acesso a financiamento, entre outros dados que permitem ampliar a análise do consumo de bens. Nosso objetivo, aqui, é comparar as condições de vida de algumas regiões e, dada a inadequação da renda como indicador econômico para a várzea, propor um indicador baseado na posse de bens duráveis.

Avaliação das condições de vida – saúde e educação

Como é reconhecido, só um indicador econômico não é suficiente para avaliar condições de vida. Deve ser acompanhado de outros indicadores, sobretudo que expressem as condições de saúde e o acesso à educação

escolar. Ao contrário do indicador de renda, dados sobre o acesso a serviços públicos de saúde e educação podem ser coletados com relativa facilidade. Embora o censo não discrimine localidades rurais de várzea das de terra firme, essa lacuna não deve afetar a avaliação de indicadores que acessam a prestação de serviços públicos à área rural. O mesmo não acontece com indicadores econômicos, pois, além de os dados serem pouco confiáveis, dadas as condições incertas que caracterizam a produção econômica das unidades familiares no meio rural, há diferenças econômicas muito expressivas entre as áreas de várzea e as de terra firme que os dados censitários não explicitam.

Os indicadores censitários mostram a precariedade das condições de saúde e educação nos municípios estudados (cf. Lima, 2003), e os dados de campo corroboram as estatísticas oficiais (Tabela 6). Em termos gerais, as condições de educação são mais precárias em municípios do alto e do médio Solimões, melhores no médio Amazonas e não tão favoráveis no baixo Amazonas, na região da foz. No médio Amazonas, Ciavatta Pantoja não encontrou nenhum adulto analfabeto e em apenas uma comunidade não havia professor. No alto Solimões, em contraste, quase metade das comunidades visitadas por Alencar não oferecia serviços escolares.

■ **TABELA 6** – Presença em números absolutos e relativos de pelo menos um profissional de educação e de saúde nas comunidades visitadas em quatro regiões de várzea.

	ALTO SOLIMÕES 11 COMUNIDADES		MÉDIO SOLIMÕES 09 COMUNIDADES		MÉDIO AMAZONAS 12 COMUNIDADES		BAIXO AMAZONAS 14 COMUNIDADES	
	Professor	Agente de Saúde	Professor	Agente de Saúde	Professor	Agente de Saúde	Professor	Agente de Saúde
#	06	06	06	08	11	05	12	06
%	55%	55%	67%	89%	92%	42%	86%	43%

Fontes: Alencar (2004), Neves (2004), Pantoja (2004), Silva (2004).

Esse retrato do acesso a alguns serviços públicos nas comunidades visitadas pelas pesquisadoras contextualiza o quadro anterior sobre as condições econômicas. No entanto, como os indicadores de saúde e educação estão ligados à oferta de serviços públicos feita por administrações municipais, o tratamento agregado por regiões estudadas pode mascarar diferenças importantes. No alto Solimões, principalmente, como dissemos, há municípios que pararam de prover as comunidades de assistência à saúde e à educação escolar como medida para atrair a população para as cidades, enquanto outros municípios na mesma região desenvolvem a experiência de pólos educacionais, com escolas até a oitava série do ensino fundamental. A abordagem regional é adequada quando corresponde a uma área

abarcada por programas específicos. Esse parece ser o caso do médio Amazonas, onde as melhores condições de ensino foram influenciadas por um programa de educação não municipal, implantado na década de 1980 pelas Prelazias de Itacoatiara e Parintins, cuja área de ação engloba os mesmos municípios do médio Amazonas estudados por Pantoja.

Com relação à presença de agentes de saúde, a melhor cobertura foi encontrada no médio Solimões. A região somou alguns programas que podem ter sido responsáveis por uma maior amplitude relativa de treinamento e contratação desses profissionais. Em Tefé existiu uma unidade do antigo Serviço de Saúde Pública – Sesp até a década de 1990, e nessa época a região recebeu atenção especial devido à epidemia da cólera, quando um grande programa de agentes comunitários de saúde foi implantado. Além disso, a região foi atendida por um projeto assistencial desenvolvido graças à iniciativa de uma religiosa, Irmã Adonai (ver Neves, 2004), seguido posteriormente do trabalho de outra religiosa, Irmã Carmem. Obviamente, só a presença de agentes de saúde não garante serviços adequados e, de fato, em todas as regiões pesquisadas ouviram-se queixas generalizadas sobre o atendimento dos agentes de saúde, a principal delas referente à não provisão de medicamentos.

O modelo de assistência desenvolvido pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa – para o atendimento dos povos indígenas é bem aceito. No Solimões, os índios são assistidos por dois Distritos Sanitários Especiais Indígenas – Dsei – , o do alto Solimões e o do médio Solimões, e no médio Amazonas há o Dsei de Parintins. Cada Dsei é responsável pela cobertura sanitária da população indígena de uma determinada área geográfica. Sua administração é delegada a uma instituição não governamental com experiência de atuação local. O Dsei é formado por uma equipe mínima necessária para executar as ações de saúde básica. É supervisionado por Conselhos Local e Distrital de Saúde e está articulado à rede do Sistema Único de Saúde, o SUS. A unidade básica dos Dsei é o posto de saúde onde atuam os agentes indígenas de saúde baseados nas aldeias. Acima dos postos de saúde está um pólo-base, que segue o modelo de unidades básicas de saúde e tem uma equipe de atendimento multidisciplinar composta por médico, enfermeiro, dentista e auxiliar de enfermagem. Como apoio para internações, a Funasa conta ainda com a Casa do Índio, localizada nas capitais (cf. http://www.funasa.gov.br).

Alencar reporta que a precariedade do atendimento às comunidades de ribeirinhos contrasta com a prestação dada pelo Dsei do alto Solimões aos indígenas. Segundo os ribeirinhos, não é sempre que são atendidos pelos postos de saúde das aldeias. Essa desigualdade no fornecimento de serviços de saúde aos moradores da várzea do alto Solimões tem sido uma das causas de um movimento de ressurgência étnica por descendentes das etnias Cocama e Cambeba, que pleiteiam o reconhecimento de sua identidade indígena. O trabalho de Kant *et al.* (neste volume) oferece uma perspectiva teórica para discutir esse paradoxo da cultura jurídico-política bra-

sileira, em que políticas compensatórias e inclusivas reproduzem os princípios de exclusão que motivaram sua implementação. De qualquer modo, esse modelo assistencial de saúde em áreas não urbanas é exemplar e, a despeito de seu caráter diferenciador, mostra que resultados positivos podem ser alcançados quando há vontade política.

Propostas locais de promoção social

Além de subsídios para a formulação de indicadores quantitativos, os relatórios e os artigos neste volume trazem também vários depoimentos de moradores da várzea que falam da sua própria maneira de avaliar as condições de vida na várzea. Tomando a constatação de Alencar (2004, p. 159/160) como exemplo, vemos que há pelo menos dois parâmetros culturais para medir a qualidade de vida na várzea. Um é o conforto, o acesso aos serviços e bens de consumo da vida na cidade, tomada como referência para avaliar a vida na várzea, e o outro parte de uma referência à principal característica atribuída pelos moradores ao ambiente de várzea, a sua "fartura". O primeiro parâmetro evidencia a condição marginal de seu modo de vida, que eles qualificam como de "isolamento" e "esquecimento". O segundo é favorável à várzea, retratando-a como um ambiente onde "o que se planta dá ligeiro" e onde "é fácil conseguir a alimentação" – aspectos em relação aos quais a cidade é desqualificada, pois lá "tudo é comprado". A avaliação do modo de vida inclui uma perspectiva para o futuro dos filhos, centrada na educação. Segundo Alencar,

> "A avaliação que algumas famílias fizeram sobre a qualidade de vida na várzea parte de um referencial que é o modo de vida que encontram nas áreas urbanas. Nesse sentido, a falta de assistência por parte do poder público contribui para que o morador da várzea se veja como carente e necessitado de ajuda. As variações ambientais e as limitações que estas imprimem ao trabalho produtivo, muitas vezes inviabilizando projetos familiares, contribuem para que o morador da várzea se veja como alguém que *está sempre começando*. A falta de infra-estrutura e de condições dignas de moradia faz com que o morador da várzea se defina como pobre. Entretanto, quando avaliam os recursos naturais e a capacidade de obter renda com sua exploração, garantindo assim a reprodução familiar, permite ao morador da várzea se ver como alguém que vive na fartura (...).
> O investimento na educação dos filhos é o projeto que perpassa todas as famílias. A expectativa é garantir ao filho outras opções de vida, dando-lhes meios de obter um trabalho que tenha uma remuneração fixa e possa

> ter uma vida com mais conforto, com *menos sofrimento*, como avaliam que é a vida dos pais. (...) As melhorias reivindicadas se referem não apenas a uma mudança nas condições de trabalho, como também de lazer, que se traduz em ter uma televisão para assistir, uma antena parabólica, um motor de luz, que além de permitir o lazer das famílias, atrairia novos moradores para a localidade."

Nos *workshops* realizados nas sedes municipais, lideranças e representantes dos moradores da várzea debateram a problemática socioambiental, identificaram necessidades e sugeriram ações políticas para sua região. A compilação dos resultados dessas reuniões é uma referência fundamental para a promoção da sustentabilidade na várzea[27].

Os pontos principais das propostas para o desenvolvimento da sustentabilidade na várzea focalizaram melhorias nas condições de comercialização da produção, apoio técnico para a agricultura, alternativas econômicas e a definição de programas de crédito e assistência técnica apropriados às condições de produção na várzea.

Ao lado dessas proposições de cunho econômico, em todas as reuniões foi enfatizada a necessidade de melhoramentos e adequação dos programas de atendimento à saúde e de provimento escolar nas comunidades. Todas as regiões apresentaram algum tipo de iniciativa de implantação de sistemas de pólos: pólos de desenvolvimento (por ex. Maués), pólos educacionais (por ex. Tabatinga, Silves, Gurupá) e pólos de saúde (Distritos Especiais de Saúde Indígena). São experiências de modelos de atendimento adequados à realidade das áreas rurais, em que os serviços dirigidos a um grupo de comunidades são concentrados em uma delas. Apresentam alguns problemas, como, no caso dos pólos educacionais, o deslocamento diário dos alunos para a comunidade-sede a remo ou em catraias e a tendência de os pólos atraírem mais moradores para a comunidade-sede, reforçando a concentração de serviços em uma comunidade em detrimento de outras. No entanto, como mostram as propostas regionais, há demanda para a expansão do número de pólos, bem como para estender o modelo de saúde indígena para os ribeirinhos.

Foram apresentados vários pleitos para apoio institucional e aperfeiçoamento de sistemas de manejo, em geral reconhecido como necessário para conter a degradação ambiental e prevenir a exaustão dos recursos.

A expectativa para melhoria das condições de vida, ou para o que poderia ser traduzido como "desenvolvimento local", inclui, portanto, a ampliação das oportunidades, que é o sentido dado por Sen (2000) à sua noção de desenvolvimento como liberdade. As falas dos moradores e as propostas das lideranças mostram que desejam inclusão e não isolamento.

[27] Em anexo, são apresentados na íntegra os documentos produzidos nos *workshops* realizados em São Paulo de Olivença, Tefé, Parintins, Santarém e Porto de Moz, ao longo de 2003.

Querem ter acesso às oportunidades que a sociedade, o mercado e o Estado podem oferecer-lhes. Os pleitos são claros: reformas nas políticas públicas de provisão de educação e saúde. Melhores condições de ingresso e participação no mercado. Apoio ao manejo comunitário.

Mas, reconhecendo-se as políticas públicas contrárias à sustentabilidade e a presença de moradores e de exploradores itinerantes que querem uma outra liberdade, a de não de aceitar limites à exploração, as políticas públicas voltadas "à implementação do manejo sustentável dos recursos naturais, redução da pobreza e promoção da eqüidade social", têm que se posicionar claramente em um campo de disputa política para viabilizar as propostas que se posicionam na mesma direção que a sua.

O apoio institucional mostra-se condição necessária para o desenvolvimento local do qual depende a sustentabilidade. No entanto, as ações dirigidas serão sempre caras e dependentes de forte apoio institucional se não houver também investimento em mudanças em outras esferas sociais para a promoção integral, e não fragmentada, de sociedades sustentáveis.

Bibliografia

AGASSIZ, L. *A journey in Brazil*. London: Truber & Co., 1869.

ALENCAR, E. F. Terra caída: encante, lugares e identidades. Brasília, 2002. 245p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia.

_____ . Estudo estratégico situação sócio-econômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas, Tabatinga, alto Solimões. Primeiro Relatório de Campo. Santarém, 2002. Manuscrito.

_____ . Estudo estratégico situação sócio-econômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas. Municípios de São Paulo de Olivença, Tabatinga, Amaturá e Benjamin Constant. Segundo Relatório de Campo. Santarém, 2004. Manuscrito.

ANGERMEIER, P. L. The natural imperative for biological conservation. *Conservation Biology, v.* 14, n. 2, p. 373-381, 2000.

AZEVEDO, C.; APEL, M. Censo estatístico comunitário - CEC. Santarém: Ibama/Iara/GTZ. 2000. Manuscrito.

BARRETO FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade.* São Paulo: Ed. Senac. No prelo.

BENATTI, J. H.; McGRATH, D.; OLIVEIRA, A C. M. de. Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia. *Ambiente & Sociedade*, v. VI, n. 2, jul./dez, 2003.

BURLICK, J. Rethinking the study is social movements: the case of Christian Base Communities in Urban Brasil. In: ESCOBAR, A; ALVAREZ, S. (Ed.). *The making of social movements in Latin America.* Boulder, São Francisco e Oxford: Westview Press, p. 171-184, 1992.

CARNEIRO da CUNHA, M. M.; BARBOSA de ALMEIDA, M. W. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: CAPOBIANCO, J. P. R. *et al.* (Org.). *Biodiversidade Amazônica: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios.* Instituto Socioambiental, p. 184-193, 2001.

CASTRO, F. de. N. D. Economia familiar cabocla na várzea do médio-baixo Amazonas. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade.* São Paulo: Ed. Senac. No prelo.

CHIBNIK, M. *Risky rivers: the economics and politics of floodplain farming in Amazonia.* Tucson: The University of Arizona Press. 1994.

CLARCK, J. Economic development vs. sustainable societies: reflections on the players in a crucial contest. *Annual Review of Ecology and Systematics*, v. 26, p. 225-248, 1995.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

ESTERCI, N. Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.

ESTERCI, N. Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia brasileira. *Boletim Rede Amazônia*, v. 1, n. 1, p. 51-62, 2002.

ESTERCI, N.; LIMA, D.; LÉNA, P. Diversidade sociocultural e políticas ambientais na Amazônia: o cenário contemporâneo. In: ESTERCI, N.; LIMA, D.; L.ÉNA, P. (Ed.). Diversidade sociocultural e políticas ambientais Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ. *Boletim Rede Amazônia*, v. I, n. 1, p. 3-8, 2002.

FURTADO, L. *Pescadores do rio Amazonas.* Belém: MPEG/MCT/CNPq, 1993.

HARRIS, M. The Rhythm of Life on the Amazon Floodplain: Seasonality and Sociality in a Riverine Village. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 4, n. 1, p. 65-82, 1998.

HIRAOKA, M; RODRIGUES, D. L. Porcos, palmeiras e ribeirinhos na várzea do estuário do Amazonas. In: FURTADI, L. (org.). *Amazônia, desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida.* Belém: UFPa / Numa, p.70-101, 1997.

ISAAC, V. *et al. Estudo das atividades pesqueiras no Lago Grande de Curuai.* Manaus: ProVárzea/Ibama, 2003. (Documentos Técnicos, n.1)

KANT de LIMA, R.; LOBÃO, R.; MOTA, F. R.; PIRES, L. dos S. Efeitos da igualdade e da desigualdade no espaço público da Amazônia: uma análise comparativa de processos de construção de unidades de conservação de uso sustentável. ProVárzea/Ibama, 2004. Manuscrito.

KANT de LIMA, R.; MOTA, F. R.; SANTOS, L. P. Relatório parcial sobre políticas públicas de descentralização administrativa e municipalização de serviços públicos e de financiamento e crédito à produção nos estados de Amazonas e Pará, em Especial nos Municípios Abrangidos pelo Provárzea. Jan., 2002. 77 p. Mimeo.

LÉNA, P. As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições. In: ESTERCI, N.; LIMA, D.; LÉNA, P. (Ed.). Diversidade sociocultural e políticas ambientais. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ. *Boletim Rede Amazônia*, v. I, n. 1, 2002.

LEROY, J-P. *Uma chama na Amazônia*. Rio de Janeiro: Fase; Vozes, 1991.

LIMA AYRES, D.; MOURA, E. A reprodução social de grupos domésticos em comunidades do Mamirauá. Projeto Mamirauá. Relatório Semestral n. 6, 1995. 17p. Manuscrito.

LIMA AYRES, D. The social category caboclo: history, social organization, identity and outsider's social classificaton of the rural population of an Amazonain region (the middle Solimões). 1992. Tese (Doutoramento) – Universidade de Cambridge. Manuscrito.

LIMA, D. de M. Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação de biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. In:. CASTRO, E.; PINTON, F. (Ed.). *Faces do trópico úmido*. Belém: Cejup, p. 285-314, 1997.

LIMA, D. de M.; ALENCAR, E. F. A lembrança da História: memória social, ambiente e identidade na várzea do médio Solimões. *Lusotopie*, p. 27-48, 2001.

_____ . Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do médio Solimões. In: TORRES, H.; MONTEIRO, H. (Ed.). *Populações e meio ambiente*. Brasília: SENAC & Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), p. 133-161, 2000.

LIMA, D. de M. A construção histórica do termo caboclo. Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Cadernos NAEA*, v. 2, n. 2, p. 5-32, dez., 1999.

_____ . Primeiro relatório, Diversidade Socioambiental nas Margens dos Rios Solimões e Amazonas. Rio de Janeiro, Manuscrito. 2003.

_____ . Segundo relatório, Diversidade Socioambiental nas Margens dos Rios Solimões e Amazonas. Rio de Janeiro, Manuscrito. 2004.

_____ . A economia doméstica na várzea de Mamirauá. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Ed. Senac. No prelo.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil – por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 2002. *Série Antropológica, n. 322.*

NEVES, D. P. Estudo estratégico. Situação sócio-econômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas. Subprojeto: Municípios de Alvarães, Coari e Tefé. Primeiro Relatório 2002. 131 p. Mimeo.

_____ . Estudo estratégico. Situação sócio-econômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas. Subprojeto: Municípios de Alvarães, Coari e Tefé. Segundo Relatório, 2004. Mimeo.

O'DWYER, E. C. Estudo estratégico. Situação sócio-econômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas. Municípios de Santarém, Monte Alegre, Óbidos, Alenquer, Curuá, Praínha e Oriximiná. Primeiro Relatório de Campo. Niterói, 2003. 142 p. Mimeo.

_____ . Estudo estratégico. Situação sócio-econômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas. Municípios de Santarém, Óbidos, Alenquer, Praínha e Oriximiná. Segundo Relatório de Campo. Niterói, 2004. Mimeo.

PACE, R. Social conflict and political activism in the Brazilian Amazon: a case study of Gurupá. *American Etnhologist*, v. 19, n. 4, p. 710-732, 1992.

PANTOJA, M. C. Estudo estratégico. Situação sócio-econômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas. Municípios de Silves, Itacoatiara, Parintins e Maués. Primeiro Relatório de Campo. Rio Branco, 2002.

_____ . Estudo estratégico. Situação sócio-econômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas. Municípios de Silves, Itacoatiara, Parintins e Maués. Segundo Relatório de Campo. Rio de Janeiro, 2004.

PERES, C.; TERBORGH, J. Amazonian nature reserves: an analysis of the defensibility status of existing conservation units and design criteria for the future. *Conservation Biology*, v. 9, n.1, p. 34-46, 1995.

PINEDO-VASQUEZ, M.; ZARIN, D.; COFFEY, K.; PADOCH, C.; RABELO, F. Post-boom looging in Amazonia. *Human Ecology*, v. 29, n. 2, 2001.

PINEDO-VASQUEZ, M. *Plano de manejo florestal familiar "PM2F" para pequenos produtores da várzea estuarina.* Belém: PLEC/IPAM/UFPA, 2004. Manuscrito.

REDFORD, K. The ecologically noble savage. *Cultural Survival Quarterly*, v. 15, n. 1, p. 46-48, 1991.

REDFORD, K.; RICHTER, B. Conservation of biodiversity in a world of use. *Conservation Biology,* v.13, n. 6, p. 1246-1256, 1999.

REDFORD, K.; STEARMAN, A. M. Forest-dwelling native Amazonians and the conservation of biodiversity: interests in common or in collision? *Conservation Biology*, v. 7, n. 2, p. 248-255, 1993.

SANTOS, R. O "Genius" de uma economia: Reflexões e propostas sobre o desenvolvimento da Amazônia. In: *Populações Humanas e Desenvolvimento Amazônico*, Belém: OEA, UFPa, 1989. (Série Cooperação Amazônica, n. 3).

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, G. O. Projeto de manejo dos recursos naturais da várzea – componente situação sócio-econômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas, municípios de Almeirim, Porto de Moz e Gurupá Segundo Relatório. 2004.

SILVA, G. O.; OLIVEIRA, C. I. S.; SOUZA, M. P. Projeto de manejo dos recursos naturais da várzea – componente situação sócio-econômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas, municípios de Almeirim, Porto de Moz e Gurupá. 2002.

VERÍSSIMO, J. *Estudos amazônicos.* Belém: UFPa. 1970. (Coleção Amazônica, série José Veríssimo.

WAGLEY, C. *Uma comunidade amazônica: o estudo do homem nos trópicos.* São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1957.

WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. Trabalho apresentado no XX Encontro da ANPOCS, Caxambu, MG. 1996.

ZHOURY, A.; LIMA, D. Antropologia e a práxis socioambiental – ferramentas analíticas e atualização da crítica ecológica. Trabalho apresentado na XXIV Reunião da ABA, Olinda, Pernambuco. 2004.

Anexo I

Documento Síntese do Estudo Estratégico

Diversidade Socioambiental nas várzeas dos rios Solimões e Amazonas: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade

Deborah Lima
Edna Ferreira Alencar
Delma Pessanha Neves
Mariana Ciavatta Pantoja
Eliane Cantarino O'Dwyer
Gláucia Oliveira da Silva
Roberto Kant de Lima

1. Contextualização

O Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea " ProVárzea " tem por objetivo estabelecer a base técnica e científica para a formulação de políticas públicas voltadas para a conservação e gerenciamento dos recursos naturais da várzea da região central da bacia amazônica, com ênfase nos recursos pesqueiros. Para tanto, foram realizados estudos com o intuito de: i) subsidiar a formulação de políticas públicas; ii) desenvolver sistemas inovadores de manejo dos recursos naturais da várzea que sejam econômica, social e ambientalmente sustentáveis e; iii) implantar um sistema piloto integrado de monitoramento e controle.

2. Objetivos do estudo

Elaborar um diagnóstico socioambiental participativo para subsidiar políticas públicas que têm enfoque na eliminação da pobreza e promovam a equidade social, a conservação e o manejo sustentado dos recursos naturais da várzea da região central da bacia amazônica. O estudo visa conhecer a diversidade socioambiental da várzea, suas problemáticas regionais, e os impactos positivos e negativos sobre a população e os recursos. Esse conhecimento, fundamentado na perspectiva das populações locais sobre a

problemática socioambiental da várzea, é um subsídio para o ProVárzea formular políticas públicas que atendam as necessidades das populações locais, promovam a equidade social e apóiem a conservação e o uso sustentável da várzea.

3. Descrição das atividades

O estudo foi realizado em cinco regiões da várzea da região central da bacia amazônica, compreendendo um total de 18 municípios: alto Solimões (municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Amaturá), realizado por Edna Alencar; médio Solimões (municípios de Tefé, Alvarães e Coari), por Delma Pessanha Neves; médio Amazonas (municípios de Silves, Parintins, Maués e Itacoatiara), por Mariana Ciavatta Pantoja; baixo Amazonas (municípios de Alenquer, Óbidos e Santarém), por Eliane Cantarino O'Dwyer; e baixo Amazonas, região da foz (municípios de Prainha, Gurupá, Porto de Moz e Almeirim), por Gláucia Silva. Essas áreas foram escolhidas em função da presença de iniciativas promissoras apoiadas pelo ProVárzea. Uma análise de políticas públicas na Amazônia, vinculadas à promoção do desenvolvimento sustentável de populações de várzea, foi realizada por Roberto Kant. A coordenação do estudo foi feita por Deborah Lima.

4. Detalhamento dos estudos

As pesquisas nas cinco áreas seguiram um mesmo roteiro, contendo os seguintes tópicos e atividades:

I – Caracterização geral da região de estudo

- Caracterização geopolítica dos municípios que compõem a região;
- Identificação e mapeamento das localidades de várzea;
- Caracterização do ambiente de várzea local;
- Levantamento de dados demográficos secundários;
- Histórico geral da ocupação humana da região de várzea;
- Identificação da forma de ocupação humana da várzea e tipos de propriedade;
- Mapeamento das diversas formas de intervenção institucional na várzea;
- Identificação dos interesses das organizações e grupos sociais atuando na várzea;
- Levantamento e histórico dos movimentos sociais existentes;
- Identificação dos conflitos socioambientais e os impactos ambientais negativos;
- Caracterização das identidades sociais;

- Caracterização do movimento migratório da população da várzea; e
- Descrição da economia da várzea na região.

II – Caracterização geral dos povoados e domicílios rurais

- Identificação da concepção local de "comunidade" e outras terminologias para os povoados;
- Caracterização das formas de manejo dos recursos naturais;
- Identificação e análise de conflitos socioambientais;
- Mapeamento das localidades;
- Caracterização das redes de atuação local;
- Caracterização da organização social;
- A sazonalidade do ambiente e das atividades humanas;
- Identificação das formas de propriedade;
- Identificação das principais fontes de renda;
- Estimativa do orçamento doméstico, renda e despesa anuais;
- Caracterização geral do patrimônio doméstico, consumo e fontes energéticas; e
- Histórias de vida.

III – Realização de cinco *workshops* locais, com a participação de instituições, movimentos sociais, lideranças e representantes da população rural, para a identificação da perspectiva local sobre a problemática socioambiental na várzea.

A pesquisa sobre políticas públicas consistiu em analisar a interface entre políticas públicas e a população da várzea, em especial no que se refere à conformação do sistema legal de ordenamento da pesca e da propriedade na várzea às expectativas populares de participação, equidade, inclusão social e erradicação da pobreza.

5. Principais resultados e conclusões do estudo

A diversidade socioambiental

O conjunto dos trabalhos desenvolvidos pela equipe mostra que não há um único e sim vários modos de vida associados à várzea.

• Em um primeiro plano, há uma diferença acentuada que separa duas grandes regiões de várzeas: as do rio Solimões e as do rio Amazonas. A distinção entre essas várzeas está centrada na presença do gado, marcante no Amazonas e fraca no Solimões, com desdobramentos em termos de estratégias para a economia familiar, importância da regularização da propriedade da terra, uso de pastos comuns, padrões de transumância, conexão com a terra firme, conflitos entre a criação de gado e a pesca, e impactos ambientais.

• Os trabalhos mostram diferenças também entre as duas regiões do rio Solimões estudadas, e entre as três regiões pesquisadas no rio Amazonas. Alguns dos aspectos que diferenciam as várzeas do alto e médio rio Solimões, bem como as várzeas do médio e baixo Amazonas são: a diversidade étnica, presença de terras indígenas, o grau de mobilização política da população, as experiências de manejo, a influência de organizações não-governamentais, a existência de unidades de conservação de uso sustentável e as características da economia local, entre outros.

• Em cada uma das áreas de estudo, o conjunto de municípios estudados também apresenta diferenciações significativas, entre as quais se sobressaem os efeitos da história de suas administrações locais recentes – como as políticas de saúde, de educação, habitacionais e econômicas –, bem como a influência de projetos e empreendimentos de grande escala, como o Projeto Calha Norte e seu Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – PDLIS – para o alto Solimões, a Província Petrolífera do rio Urucu, no município de Coari, médio Solimões, e o Projeto Jari, em Almeirim, no baixo Amazonas.

• Dada a existência dessa diversidade, a discussão de políticas públicas precisa considerar as particularidades regionais, especialmente aquelas relacionadas às diferenciações municipais, antes de se buscar a formulação de proposições mais abrangentes para as áreas de várzea dos rios Solimões e Amazonas.

Pontos comuns

• Quanto às características comuns, o primeiro ponto a mencionar é o aspecto mais intrínseco a esse modo de vida: o condicionamento a um calendário social baseado na variação do nível das águas do rio.

• A sujeição dos moradores ao ritmo das águas do Solimões e do Amazonas os torna vulneráveis a perdas materiais. São roças que vão "para o fundo", terras caídas que ameaçam levar o próprio terreno das casas, enchentes que ameaçam destruir culturas perenes e afogar animais de criação. Essa vulnerabilidade foi descrita por todos os pesquisadores, mas surpreende o fato de não ter sido encontrado em nenhum município um plano de emergência para enfrentar as calamidades, principalmente no Solimões, onde o efeito das enchentes é mais grave.

• Em todas as áreas de estudo os moradores definem a vida na várzea com a expressão "estar sempre começando". Essa é a caracterização de um ciclo sazonal de trabalho que não assegura nem a manutenção de um patrimônio agrícola, nem a aquisição de bens de consumo duráveis – termina em saldos nulos, semelhantes à condição inicial de começar a partir do nada.

• Na várzea do rio Amazonas, onde a vida é também descrita como "estar começando", os estudos relatam que a criação de gado é considerada uma "poupança" – no sentido de uma reserva e um saldo positivo que

fica ao final do ciclo. Na várzea do Solimões as alternativas de produção mercantil estão mais voltadas ao extrativismo[1] e à agricultura sazonal, sendo a criação de gado muito pouco expressiva. Já no Amazonas, a pecuária de pequeno porte pode ser associada às produções extrativistas e agrícolas, formando um sistema de produção diversificado que consegue exceder mais facilmente a reprodução simples.

• Os estudos mostram que as condições materiais mais favoráveis estão associadas a melhor acesso ao mercado, a sistemas produtivos que associam os ambientes de várzea e terra firme e a áreas de criação de gado.

• Também comum a todas as regiões de várzeas é o papel central da pesca para a sobrevivência dos moradores da várzea, que pode variar em volume e importância na composição do rendimento monetário, mas está sempre presente. Associada à pesca, tem-se em todas as várzeas a presença de conflitos de vários tipos e envolvendo diversos atores.

• Em todas as situações de várzea ocorre a percepção de que os recursos naturais estão se tornando cada vez mais escassos. Há consciência de um esgotamento geral das espécies de peixe comercializadas e uma demanda geral por regulamentação da atividade pesqueira, que na maioria das vezes opõe lógicas de exploração distintas (pescadores itinerantes/pesca intensiva *versus* pescadores locais/sedentários, e ainda comunitários com esquemas reprodutivos diferentes).

• Em todos os estudos a várzea é vista como lugar de "isolamento", de políticas públicas não inclusivas, que não privilegiam a zona rural, menos ainda a várzea. Produtores reclamam do "esquecimento" político; de serem pouco visibilizados, que o Estado se faz pouco presente.

Perspectivas para o desenvolvimento sustentável nas várzeas

Os pontos principais das propostas formuladas por lideranças da várzea sobre as perspectivas para o desenvolvimento sustentável focalizaram a melhoria nas condições de produção econômica, melhores provisões nas áreas de educação, saneamento e assistência à saúde, e apoio institucional a experiências locais de ordenamento da exploração de recursos naturais.

Note-se que apontamos nesta seção apenas os pontos comuns a todas as regiões. Abaixo, estão assinaladas as necessidades regionais específicas, como por exemplo, a regularização fundiária, uma medida importante principalmente para a resolução de conflitos em regiões de criação de gado.

Melhoria nas condições de produção econômica. A agricultura é reconhecida como uma importante opção para diminuir a pressão sobre os recursos extrativos, notadamente o peixe e a madeira, mas se ressente da falta de apoio técnico, financeiro e de condições de comercialização e armazenamento da produção. Em geral, a comercialização é dificultada pelas

[1] Pesca e madeira, e quando associam a exploração da várzea e da terra firme, também a castanha.

distâncias e pela falta de meios de transporte, pela limitação do mercado local e, ainda, em algumas regiões, pela vinculação ao sistema de aviamento. Assim, são necessários:

• Desenvolvimento de alternativas econômicas, considerando as experiências locais e o conhecimento tradicional;

• Definição de programas de crédito apropriados, sintonizados aos calendários locais, incluindo os riscos de perdas em função da sazonalidade;

• Apoio técnico, especialmente para a agricultura, voltado às condições específicas de produção na várzea;

• Melhorias nas condições de transporte, armazenamento e comercialização da produção.

Melhores provisões nas áreas de educação, saneamento e assistência à saúde. Ao lado das proposições de cunho econômico, em todas as reuniões foi enfatizada a necessidade de:

• Melhoramento e adequação dos programas de atendimento à saúde;

• Provisão de sistemas de saneamento básico próprios para as condições de várzea;

• Melhoramento e adequação dos programas de provimento de educação escolar nas comunidades, garantindo ao menos a totalidade do ensino fundamental.

Em todas as regiões há registro de algum tipo de iniciativa municipal de implantação do sistema de pólos: de desenvolvimento (Maués), educacionais (Tabatinga, Benjamin Constant, Silves, Gurupá) e de saúde (dos Distritos Especiais de Saúde Indígena). São experiências de modelos de atendimento especializado às áreas rurais. Entretanto, apresentam problemas, como o deslocamento diário dos alunos para a comunidade-sede e o crescimento demográfico desta. Apesar disso, e como mostram as propostas regionais, há grande demanda de expansão dessas experiências, incluindo sua replicação em programas de saúde, e revisões para aprimoramentos. Esta poderá ser uma forma de atender um dos principais problemas da população: seu isolamento institucional.

Apoio institucional a experiências locais de ordenamento da exploração de recursos naturais. Com relação ao manejo de recursos naturais, é reconhecida a necessidade de ordenamento do uso de recursos naturais, mas é grande a diversidade de situações relacionadas ao desenvolvimento de iniciativas de manejo e à presença de apoio institucional.

• Foram encaminhados diversos pleitos para o desenvolvimento, apoio e aperfeiçoamento de sistemas de manejo, envolvendo principalmente a gestão da pesca e o controle da criação de gado.

• O manejo é, em geral, reconhecido como solução para o problema da exaustão dos recursos, mas as experiências mostram que seu sucesso depende de forte apoio institucional e de sua associação a programas de geração de renda.

6. Principais recomendações regionais

Apresentamos, a seguir, as principais recomendações dos estudos, focalizando as especificidades regionais. Os relatórios elaborados por cada consultor apresentam a fundamentação detalhada de cada conjunto de recomendações.

Alto Solimões

por Edna Ferreira Alencar

• O tratamento diferenciado dispensado aos moradores da área de várzea e a falta de respeito ao seu modo de vida são evidenciados quando as administrações municipais desenvolvem políticas voltadas a estimular sua migração para as áreas de terra firme ou área urbana. A falta de investimentos e provisão de serviços sociais básicos nas localidades de várzea é uma maneira de forçar a saída dos moradores. Neste sentido, as políticas de estímulo à migração precisam ser revistas e deve-se buscar a efetivação de políticas na área social, capazes de garantir a permanência do morador na várzea e respeitando seu modo de vida.

• Como mencionado em nossos relatórios, é necessário que sejam desenvolvidas políticas de auxílio à população da várzea, de forma a compensar as perdas que sofrem com as cheias, quando perdem a produção. A naturalização das perdas impede a população de ter acesso a certos incentivos que são destinados a populações de outras regiões. A criação de fundos de emergência a serem utilizados nestas ocasiões, tendo as entidades da sociedade civil como controladoras de sua aplicabilidade, minimizariam as perdas materiais dos vargeiros.

• Não indicaríamos a realização de programas voltados para a introdução de novas alternativas de produção, como a piscicultura ou a apicultura, pois estas poderiam resultar em fracasso, além de serem onerosas. Os vargeiros do alto Solimões já desenvolvem atividades produtivas tradicionais capazes de gerar renda em bases sustentáveis. O que necessitam é de políticas voltadas ao suporte dessas atividades, particularmente a agricultura, a horticultura e a criação de pequenos animais.

• Serviços sociais básicos precisam ser oferecidos à população da várzea, da mesma forma que são oferecidos para a população urbana. As administrações municipais devem desenvolver políticas específicas para as áreas de várzea nas áreas da saúde, da educação e de saneamento básico (esgotos, sistema de captação de água potável, formas de tratamento de lixo, entre outros).

• Na área da educação formal, devem ser desenvolvidos calendários escolares compatíveis com a realidade local, tendo o cuidado de não impor um modelo educativo inadequado à realidade da várzea. As demandas por educação formal não podem ser entendidas meramente como uma vonta-

de de conhecimento, e sim por significar a possibilidade de uma outra forma de vida, por meio da obtenção de um emprego formal, diferente do modo de vida que lhes tem sido apresentado.

• A adoção da política dos pólos na área da educação é uma alternativa viável, pois permite a formação de adolescentes das comunidades, contrapondo as tendências à sua migração, juntamente com suas famílias, para as áreas urbanas. Também é uma maneira de ampliar as opções de renda e a oferta de empregos para as famílias que encontram trabalho como motoristas de barcos ou serventes nas escolas, além de ampliar as vagas para professores na área rural. Os professores podem ser da própria localidade, o que reduz o abandono do emprego quando estes são da área urbana. Entretanto, para que as políticas dos pólos de educação alcancem seus objetivos, é necessário garantir o acesso à escola dos alunos residentes em outras comunidades, disponibilizando o transporte escolar.

• Na área da saúde, as políticas devem contemplar a formação continuada dos agentes comunitários de saúde, que devem desenvolver ações de caráter preventivo, buscando reduzir os custos sociais e materiais com o deslocamento dos doentes para as sedes municipais ou para a capital do estado.

• Na área da produção, devem ser adotadas políticas claras de financiamento da produção, para a compra de sementes, de implementos agrícolas e meios de transporte; os governos municipais devem construir espaços públicos para que os produtores da várzea tenham condições de comercializar seus produtos, não necessitando competir com os da área urbana ou da terra firme por esses espaços.

• Na área da pesca, propomos que as fábricas de gelo e os frigoríficos construídos com o dinheiro público, por meio programa Terceiro Ciclo/Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas – Idam – sejam efetivamente colocados a serviços do pequeno produtor da várzea, com políticas diferenciadas; e não continue nas mãos de empresários de pesca.

• Que os serviços de assistência técnica prestados pelo Idam (com escritório apenas na cidade de Tabatinga) sejam melhorados e estendidos a todos os municípios, com a construção de escritórios nas sedes municipais e a disposição de funcionários qualificados, em número adequado, para atender as demandas dos moradores da várzea.

• Que haja maior divulgação e mais facilidade de acesso aos financiamentos disponibilizados pela Agência de Fomento do Amazonas – Afeam –, e que os moradores da várzea não sejam submetidos às mesmas exigências dos moradores da terra firme, no que se refere à contrapartida ou garantias de pagamento dos valores emprestados. Neste caso, devem ser incluídos nos projetos de financiamento os riscos de perdas materiais às quais os vargeiros estão sujeitos, sem que os mesmos sejam duplamente penalizados em casos de perda da produção. Os calendários agrícolas locais também devem ser considerados no momento de elaboração de um cronograma de desembolso.

Médio Solimões

por Delma Pessanha Neves

A proposta de implementação de políticas públicas para os ribeirinhos residentes nos municípios de Coari, Alvarães e Tefé, situados no entorno do médio rio Solimões, deve levar em conta o fato de, somente neste contexto, eles se apresentarem como sujeitos dessa atenção. As medidas sugeridas para que alcancem o estatuto de políticas públicas devem levar em conta o debate com os imediatamente nelas interessados, mas também as relações que os ribeirinhos estabelecem com outros atores, especialmente econômicos, com os quais disputam recursos. Essa disputa corresponde à realização de interesses contraditórios em relação aos meios com que os ribeirinhos estão dotados ou pretendem ser dotados, isto é, nos termos em que concebem, contextualmente, sua reprodução social.

Para que minhas propostas possam ser compreendidas, é preciso levar em conta que pressuponho, para tanto, que os ribeirinhos se encontram em fase de progressiva elaboração de novas representações da ação pública. Por essa razão, aceitam coletivamente pensar em instrumentos de intervenção, no contexto especialmente estatal, uma vez que julgam que um dos principais problemas a ser enfrentado é o da regulação pública. Advogam, então, a intervenção de agentes responsáveis pelas decisões públicas ou de gestores de bens a serem considerados por uso coletivo ou por subordinação às regras jurídicas. Portanto, o contexto corresponde a um certo declínio dos princípios de definição territorial dos bens coletivos e comunitários vis-à-vis os públicos, emergidos da construção de crescentes interdependências setoriais. Menos que territórios relativamente autônomos ou autárquicos orientando as lógicas de organização social, encontra-se sob definição uma lógica vertical, fundada em formas de hierarquização de interesses de atores econômicos orientados pela defesa dos recursos a serem apropriados sob circulação mercantil. Contudo, essa lógica deve ser complementada sob novas formas de solidariedade ou ligações sociais, em que os recursos estatais venham complementar o conjunto de necessidades básicas; portanto, em que os gestores públicos venham a regular e fazer respeitar as regras de apropriação, ancoradas na interdependência da divisão social do trabalho e de interesses quase sempre divergentes.

Os domínios de ações dependentes de intervenção pública correspondem aos meios de produção (às regras de apropriação, redistribuição e consumo) e às formas de constituição do acesso aos direitos sociais, definidores de uma cidadania, sempre contextualizada e correspondente ao jogo de forças que a torna um bem consagrador da historicizada humanidade.

Em termos de acesso aos meios de produção e de existência, há que se considerar formas diferenciadas de regulação, umas abarcando os grupos indígenas e outras os ribeirinhos. Neste último caso, é preciso levar em conta que as condições de apropriação são cambiantes, em face do próprio movimento de constituição ou extinção de áreas de terra agricultável, ora

mais atingidas pelas cheias, ora mais perenizadas. E considerar ainda o fato de que os ribeirinhos não podem se constituir enquanto proprietários legais, mas posseiros comunitários e consuetudinários.

No primeiro caso, a questão a merecer intervenção se configura pela demarcação das terras indígenas, objeto de políticas e programas especiais vinculados a órgãos próprios.

No segundo caso, as políticas são de regulação, mas também de objetivos compensatórios, dada a necessária complementação de recursos cujas perdas já são previstas, tanto que também geridas, mesmo que sob aumento de custos e perdas no valor dos rendimentos familiares.

A reprodução social dos ribeirinhos está a depender de políticas setorizadas, assim delineadas sob a forma de programas, seus inerentes instrumentos de ação e mediação:

Políticas agrícolas

• Subsídios para produção agrícola, especialmente aqueles recursos que facilitem a reposição dos pressupostos de produção (sementes e madeiras necessárias à construção de canteiros suspensos) e o deslocamento de mercadorias (canoas para transporte de produção dos grupos domésticos e/ou colaboração nos gastos de combustível). Complementarmente, construção de um mercado do produtor em Tefé, tal como já ocorreu nos outros municípios em pauta. Criação de centros de estocagem, inclusive com formas de beneficiamento de produtos agrícolas e pescados. Apoio para preparação de mercadorias que assegurem a conquista de mercados à longa distância. Construção de casas de apoio aos agricultores nas sedes municipais, de modo que eles possam permanecer por mais de um dia e melhor controlar as condições de ofertas dos produtos mercantis.

• Medidas de regulação da concorrência entre agentes da circulação de mercadorias, com melhor subdivisão de espaços para ação mercantil de agricultores e marreteiros.

• Investimento estatal na regulação e no controle da apropriação de recursos naturais com fins mercantis e de autoconsumo, de modo a assegurar racionalidade às suas condições de reprodução.

• Investimentos na formação profissional do agricultor orientado pelas práticas de sustentabilidade, tais como cursos sobre formas de manejo e preservação ambiental, no domínio da ação individual, familiar ou comunitária. Assistência técnica local e sistemática.

• Apoio e investimento na constituição da prática da piscicultura como atividade mercantil, bem como da fabricação de ração para peixe.

Políticas de saúde e saneamento

• Complementação das práticas de medicina preventiva com medidas de terapias curativas, inclusive com retorno da redistribuição de remédios nas comunidades.

• Melhoria do atendimento médico ambulatorial e hospitalar nas sedes municipais e construção de casas de acolhimento para doentes crônicos ou acometidos por doenças de tratamento prolongado, de modo a evitar a migração das famílias dos doentes para a cidade.

• Nucleação de serviços médicos para primeiros atendimentos e triagem dos casos mais graves, condição a partir da qual o serviço de saúde municipal assumiria a responsabilidade no atendimento e na hospitalização. Instalação de pequenas farmácias para concessão de remédios básicos. Regularidade dos serviços de vacinação e exames preventivos de câncer, mediante o deslocamento de equipes às comunidades.

• Serviço sistemático de borrifação pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa – e criação de serviços básicos de vacina para as doenças mais comuns que possam ser minimizadas por este recurso, como hepatite, tuberculose e gripe.

• Redistribuição de vermífugos e anticoncepcionais para as famílias que desejarem realizar controle de natalidade.

Políticas de educação

• Ampliação de número de séries básicas do ensino fundamental; nucleação das séries complementares do ensino fundamental e do segundo grau, de forma a evitar a obrigatória migração de parte da família para assegurar instrução aos filhos.

• Oferta de condições para assegurar presença sistemática de professores nas escolas das comunidades. Contratação de merendeiras, eliminando o serviço gratuito das mães na preparação da merenda.

• Redefinição do número mínimo de crianças para instalação de escolas em comunidades, de modo a não decretar a decomposição dessa unidade de sociabilidade e organização social pela obrigatória migração de famílias com filhos em idade escolar.

• Reparação de escolas danificadas e regularidade na transferência da merenda, de material escolar e de combustível para os deslizadores que permitem a aglutinação de escolares de comunidades circunvizinhas.

• Criação de um sistema de bolsas de estudo que assegure continuidade da carreira escolar para alunos que apresentem real interesse no aumento da escolaridade. Essa medida constituirá princípio de justiça, assegurando acesso equivalente para meninos e meninas e jovens de ambos os sexos.

• Reconstituição de centros profissionalizantes, mediante ensino modernizado de profissões básicas, como: técnico agrícola, auxiliar de enfermagem e de laboratório etc.

Políticas habitacionais

• Implantação de um programa de ajuda para construção de habitações, abrangendo participação na preparação de madeira, na concessão de motosserras comunitárias, no pagamento das diárias dos profissionais especializados e na redistribuição de telhas.

• Redistribuição de motor de luz para todas as comunidades, com participação, sob parceria, do governo municipal nos serviços de manutenção e reparação.

• Construção de centros comunitários, especialmente em comunidades mais distantes da sede municipal.

• Instalação de serviço de telefonia e de antena parabólica em todas as comunidades.

• Preservação de prédios públicos e combate ao cupim.

Políticas de valorização dos ribeirinhos e de profissionalização de agricultores

• Elaboração de ampla campanha de valorização da imagem social dos ribeirinhos, patrocinada pelas instituições que asseguram representação política da categoria, tendo por objetivo investir contra os preconceitos que acarretam a desvalorização desse agricultor, bem como a consagração de idéias que, atribuindo-lhes um tradicional, irracional e insuperável modo de vida, venham a excluí-los dos benefícios a que todos os cidadãos brasileiros, no contexto, almejam e conquistam.

Médio Amazonas

por Mariana Ciavatta Pantoja

• Nas áreas de várzea dos municípios de Parintins, Silves, Maués e Itacoatiara – compreendidos no médio Amazonas – percebe-se uma transição econômica na qual a pecuária, as aposentadorias e outras formas de remuneração monetária (diárias e salários) ocupam lugar proeminente, estando a agricultura e a pesca em segundo plano.

• A agricultura, é verdade, permanece como uma atividade relevante para a reprodução social da população de várzea do médio Amazonas, mas seu principal papel econômico é desempenhado na esfera da subsistência, e não na do mercado e da acumulação. Moradores que têm na agricultura seu principal meio de vida são aqueles que poderiam ser descritos como em situação de maior precariedade econômica. Grande parte dos moradores, contudo, ocupam parte de seu tempo de trabalho em atividades agrícolas e gostariam de receber melhor remuneração por isso. Percebem que se a atividade agrícola fosse economicamente mais rentável teriam maiores opções e chances de diversificar as atividades que realizam e melhorar suas condições de vida. Nesse sentido, há uma demanda por políticas de crédito, assistência técnica e apoio para a comercialização (transporte, preços e venda).

• O gado é uma realidade em expansão na várzea do médio Amazonas e um indicador de acumulação. Há comunidades assentadas prioritariamente (embora nunca exclusivamente) na pecuária e outras que combinam esta atividade com outras; há comunidades cuja vizinhança é composta por fazendas que abrigam rebanhos de médio e pequeno porte.

Ter cabeças de gado é uma aspiração comum e encarada como a melhor alternativa de acumulação, o que leva os moradores mais desfavorecidos economicamente a recorrer a "sociedades de gado" como opção de capitalização. Nesse quadro, crescem os conflitos decorrentes da invasão de rebanhos em plantios agrícolas. Conflitos entre criadores de gado e pescadores foram registrados, mas em menor escala. Não encontramos iniciativas no sentido de promover ajustes de conduta que possam regular a atividade pecuária e sua interface com as demais necessidades, que certamente encontrariam apoio por parte dos moradores da várzea.

• A pesca, mesmo não ocupando papel econômico de destaque nos rendimentos auferidos pelos grupos domésticos na sua relação com o mercado, está sempre presente. É um item da dieta alimentar e também uma atividade econômica tradicional e a que sempre se pode recorrer. Em todos os municípios ouvimos denúncias e queixas por parte dos moradores de várzea relativas a invasões promovidas por barcos pesqueiros de maior porte e por "pescadores", estes residentes nas sedes municipais. Há demanda por uma presença mais efetiva do órgão de fiscalização e também por maior apoio aos Agentes Ambientais Voluntários, com barcos motorizados, combustível e remuneração financeira. Nas áreas onde há manejo, este tem se restringido à proibição da pesca comercial, o que cria alguns conflitos internos nas comunidades com aqueles moradores que mantêm a pesca como um meio de vida. Embora não formulada nesses termos, percebe-se a necessidade de redimensionar o manejo dos lagos, de forma que possa equilibrar sua dimensão de conservação ambiental com um componente de exploração econômica e comercial.

• Maior apoio (pesquisas, financiamento e mercado), portanto, para iniciativas econômicas sustentáveis (como a pesca manejada, ou a extração de essências) certamente teriam um efeito local positivo sobre a sustentabilidade socioambiental da várzea.

• No campo das oportunidades sociais, os níveis de escolaridade são relativamente altos – o índice de população iletrada é muito baixo – e há escolas funcionando em quase todas as comunidades, todas com merenda escolar (embora insuficiente para o ano letivo completo) e algumas com transporte para os alunos. A maior demanda nesse campo refere-se à expansão do ensino fundamental, que nas comunidades atinge, na grande maioria dos casos, a 4ª série. Nesse sentido, a emigração para dar continuidade aos estudos é bastante freqüente. Escolas que oferecem o 1º grau completo são raras, mas muito bem-vindas. Essa reivindicação foi encontrada em todas as comunidades visitadas. A título de reflexão, uma política de ensino profissionalizante para a várzea poderia ser pensada, desde que adaptada às características e necessidades locais. Isso talvez atenuasse uma tendência de aumento da escolarização paralela a uma falta de opções profissionais no local de origem, consolidando a migração para centros urbanos.

Baixo Amazonas, região de Santarém

por Eliane Cantarino O'Dwyer

Para o delineamento e implementação de políticas públicas é preciso levar em conta algumas questões e problemas socialmente reconhecidos como "legítimos", enunciados publicamente pelos ribeirinhos e agências governamentais e não-governamentais, que fazem da várzea na região caracterizada como baixo Amazonas um objeto de tomadas de posição oficiais e até de legislação específica. Assim, verificamos, a partir do trabalho de campo, que algumas questões sobre a situação de várzea nessa região foram recorrentes e consensuais entre os atores e instituições envolvidas. A intensificação das atividades pesqueiras, a partir de políticas de incentivo governamentais que nem sempre levam em conta as realidades locais e as situações sociais envolvidas, tem causado um sobreesforço de pesca com a depredação ambiental de lagos e rios, que resultam na escassez do pescado e nas dificuldades enfrentadas pelos ribeirinhos que passaram a se dedicar à pesca como *cash-crop,* recorrendo a financiamentos bancários e ao aviamento das atividades de pesca pelos frigoríficos.

Sobre os conflitos de pesca

Para minimizar os efeitos do sobreesforço de pesca na região têm sido elaborados Acordos de Pesca, transformados pelo Ibama em Portarias que limitam o poder de captura. A população ribeirinha do baixo Amazonas costuma se organizar também nos chamados Conselhos de Pesca, com o objetivo de acordar e gerenciar o uso dos recursos naturais renováveis. Nos Conselhos de Pesca são feitos os acordos sobre os limites e a organização da atividade pesqueira. Esses conselhos estabelecem igualmente as áreas de preservação, regularizam limites, o que nem sempre é cumprido.

Pecuarização da várzea

Outra questão que merece a atenção dos governantes é a pecuarização da várzea. Do ponto de vista dos ribeirinhos e dos órgãos de assessoria, a pecuarização vai destruir os habitats pesqueiros, agravando igualmente a crise vivida com a diminuição do pescado. Além da destruição dos habitats naturais, o problema da pecuarização da várzea decorre da concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários e da expulsão dos moradores ribeirinhos, que migram para as sedes municipais e os grandes centros urbanos da Amazônia.

Pescadores urbanos

O processo de crescimento de pescadores urbanos que se dedicam quase exclusivamente aos trabalhos da pesca é o resultado da concentração de terras com a pecuarização das áreas de várzea e terra firme. Esses pescadores dos centros urbanos, financiados pelo FNO para compra de embarcações pesqueiras "bajaras", munidas de apetrechos de pesca, passaram a exercer uma

pressão crescente sobre os estoques pesqueiros, sendo uma das causas do conflito que opõe as Colônias de Pescadores de Santarém, Óbidos e Juriti no estabelecimento do Acordo de Pesca da região do Lago Grande do Curuai.

Incentivo à agricultura familiar

Uma reivindicação consensual é sobre o plantio na várzea de culturas ligeirinhas, como milho ou feijão, pois dizem que falta assistência técnica e o estabelecimento de preço mínimo para comercialização. O descaso dos governantes para com a agricultura familiar é, segundo a opinião deles, a razão para o aumento dos moradores nos centros urbanos, que se dedicam cada vez mais à pesca.

Regularização fundiária

A expansão da soja aparece como ameaça atual, acarretando migração para a cidade e agravando a pressão sobre a pesca; a soja já aparece, também, associada à grilagem de terra e violência. Recentemente, os movimentos sociais se posicionaram contra a ameaça da monocultura de arroz e soja. Para reagir a esse quadro, é preciso haver maior apoio institucional aos instrumentos de resolução de conflitos. A regularização fundiária é premente, pois atenderia aos problemas ligados à soja e ao conflito entre agricultura, pesca e búfalo. Porém é preciso considerar as conseqüências mais amplas da regularização fundiária para o modelo de reprodução social na várzea.

Educação e saúde

Dado o quadro precário de atendimento à saúde e à provisão de ensino formal, são necessárias políticas públicas adequadas, que melhorem o atendimento à saúde nos postos rurais, o fornecimento de remédios e o treinamento de primeiro socorros para os agentes. Na educação, é preciso estender a experiência dos pólos com ensino até a 8ª série, garantindo a oferta do ensino fundamental em sua totalidade.

Conservação ambiental

Como medidas que refletem **a** preocupação com a conservação ambiental, foram sugeridas a implementação de programas de reflorestamento de áreas degradadas e a criação de uma unidade de conservação na área do Lago Grande. Com relação a medidas em curso, há necessidade de ajustar o calendário do seguro desemprego do pescador ao início do defeso. Outro problema é a remuneração do agente ambiental, necessária para efetivar sua atividade, além da implementação de medidas que o protejam, pois sua condição atual é reconhecidamente vulnerável.

Direcionamento das ações

Por fim, deve-se afinar as ações econômicas e as políticas do poder estatal, que, por meio da coerção não econômica, controla os usos da terra, a migração do povo e o modo de utilização dos recursos ambientais

renováveis, através de medidas como os acordos de pesca, os termos de ajuste de conduta e a regularização das áreas de várzea, levando em conta as realidades localizadas e a ampla participação dos atores sociais e representantes de agências e órgãos governamentais e não-governamentais.

Baixo Amazonas, região da foz

por Gláucia Silva

Partindo das questões abordadas no estudo, é possível estabelecer algumas premissas para a formulação de políticas públicas:

• Na implementação de políticas públicas, deve-se buscar a parceria com as instituições criadas e animadas pelos próprios ribeirinhos, representativas de seus interesses, tendo comprovada atuação junto aos mesmos.

• O espírito das políticas públicas na região deve ser basicamente o da sustentabilidade, livrando os ribeirinhos de serem o vetor sem escolha da depredação empreendida pelas fórmulas capitalistas que orientam sua fonte de lucro numa determinada direção até o esgotamento de certo recurso.

• A regularização fundiária é urgente para a segurança física e reprodução social dos ribeirinhos.

• A coletivização de recursos como parte integrante da implementação de políticas públicas deve ser proposta com sensibilidade e cautela, pois embora a comunidade seja uma importante referência para o ribeirinho, a lógica da organização da produção é basicamente familiar. Em comunidades maiores, em que vive maior de número de famílias, as dissensões internas são mais freqüentes.

• Os programas que visam a geração de renda para os ribeirinhos devem priorizar a superação da perda anual trazida pelo período de cheia, combinando atividades produtivas de forma a manter um ganho mensal efetivo para essas comunidades.

• As atividades consideradas como poupança devem ser estimuladas, mas, no caso do gado, cuja tendência é o crescimento, torna-se premente a implementação de planos de manejo, em razão do grande impacto ambiental gerado por tal atividade.

• Mais atividades produtivas poderiam existir, e as que já existem poderiam ser rentáveis, se houvesse:

a - condições de acondicionamento e transporte para a comercialização do produto; e

b - assessoria técnica por parte de universidades, ONGs e Emater, que tem uma atuação bastante aquém de seu papel, seja por desconhecimento técnico das características da várzea, seja por falta de vontade política.

• É importante, nessa região de foz, em que a agricultura perdeu espaço para a pecuária, estabelecer programas de cultivo vegetal, além de formas alternativas de criação (jacaré, peixes – como acari), que também são uma possibilidade de autonomia do ribeirinho no suprimento do consumo doméstico.

• As linhas comerciais de transporte fluvial ligam as sedes sem contemplar as comunidades de várzea. Os ribeirinhos utilizam canoas com ou sem motor; o uso inadequado dessa última provoca muitos acidentes e o alto preço do combustível dificulta seu deslocamento. A falta de embarcações coletivas que possam servir às diversas comunidades com certa regularidade e segurança acarreta o isolamento do morador da várzea.

• Os serviços básicos que deveriam ser prestados pelo poder público – saúde, saneamento e educação – inexistem na várzea. Assim, algumas políticas públicas devem ser elaboradas, no sentido de minorar esta ausência:

a - **saúde** : A atuação dos agentes de saúde é muito precária na várzea.

b - **saneamento**: São urgentes as medidas que possibilitem, por meio de convênios com as universidades e ONGs, o tratamento do lixo e dejetos que são lançados diretamente nos rios. Embora os danos causados pelas indústrias sejam maiores sob determinado ponto de vista, o da natureza da poluição, a utilização dos rios como lixeira e esgoto causam males crônicos e graves à saúde, como a diarréia, além de reforçar a imagem, comum ao ribeirinho, de que suas águas são sujas (escuras, barrentas).

c - **educação**: Os ribeirinhos são enfáticos quando lamentam as inúmeras dificuldades que limitam seu acesso à escolarização. Eles são ávidos por conhecimento, e a experiência até então bem-sucedida da escola Família Rural, em Gurupá, deve ser expandida pelas várzeas vizinhas.

Políticas de inclusão social, ordenamento da pesca e financiamento

por Roberto Kant de Lima,
com a colaboração de Ronaldo Lobão,
Fabio Mota e Lenin Pires

Esferas das políticas públicas

O modelo de descentralização que vem sendo adotado há décadas no Brasil, notadamente no campo das políticas de saúde e educação, tem o município como centro executor das ações, mesmo quando os recursos não provêm dessa esfera. Mesmo tendo em mente que a implementação de tal modelo encontra-se em níveis distintos de implementação ao longo da várzea amazônica, acreditamos que novas políticas que visem o desenvolvimento econômico e social das localidades devam articular-se no esforço de aumentar a participação social nos processos de tomada de decisão, execução e controle, vinculados a estruturas políticas locais. Sabe-se, no entanto, que no processo de descentralização há fortes argumentos a favor e contra a municipalização da gestão de recursos públicos. Nossa recomendação é que a fiscalização da implementação dessas políticas seja feita com rigor, mas que a sua gestão esteja controlada pelas es-

truturas locais, para dar espaço ao desenvolvimento de tradições locais de controle da administração pública.

Acesso às políticas públicas

Há um alto grau de variação na forma de acesso às políticas públicas na várzea amazônica, que parece reproduzir, mais uma vez, o modelo elitista e excludente de nossa tradição na administração pública. Uma vez que os recursos são escassos, o processo de escolha de quais iniciativas serão apoiadas segue critérios que não são partilhados por todos. Bancos, agências de fomento e outras organizações definem internamente critérios que acabam vedando e não democratizando o seu acesso. Como exemplo, podemos citar a definição dos limites da Reserva de Desenvolvimento Urariá, em Maués, que excluiu comunidades e espaços absolutamente idênticos àqueles que foram incluídos na unidade de conservação.

Público-alvo de políticas públicas

A outra face da sugestão anterior retrata o público que se pretende atingir. Em seu formato geral, seja para as políticas de financiamento, seja para projetos de desenvolvimento, requer-se que o público-alvo se apresente de forma coletiva e formalmente organizada: associações, organizações, conselhos, comunidades. Entretanto, a construção desse modelo associativista – o grau de coesão no relacionamento interno dessas organizações, as influências que sofrem de outras instituições – é tão variado que ele não pode, nem deve, ser tomado como único. O associativismo pressupõe um grau de isonomia de direitos e deveres entre os participantes que nem sempre existe entre grupos e indivíduos que são levados a se organizar desta forma para fins de obtenção de apoio. Muitas vezes o público-alvo formado por indivíduos propicia a construção de formas coletivas de representação que poderão alicerçar organizações sociais em maior consonância com as tradições locais e, portanto, com elevado grau de representatividade e legitimidade, inclusive do ponto de vista dos mecanismos tradicionais de controle da aplicação dos recursos obtidos.

Formas de relacionamento (contrato, projeto etc.)

Em uma região onde, até muito pouco tempo, as formas de relacionamento econômicas e sociais eram fundadas no aviamento e na patronagem, mudanças devem ser encaradas como um lento processo social. Como tal, essas mudanças devem considerar as dimensões da vida social, sejam os elementos comportamentais e de visão de mundo (*ethos*), ou os aspectos cognitivos (*eidos*), ou as características emocionais (*pathos*). Com isto, queremos dizer que nem sempre um contrato ou um projeto estabelece uma relação social entre as partes. Muitas vezes o envolvimento acaba antes do "prazo", ou não se estabelece. É necessário que as partes envolvidas estejam sempre próximas, social e politicamente, para que os resultados da interação sejam maximizados (esse aspecto reforça nossa primeira sugestão).

Políticas que visem ao controle do espaço combinado com o acesso aos recursos

Do ponto de vista das populações locais, não faz sentido garantir o acesso a espaços que não garantam o acesso aos recursos necessários à sua reprodução social. Por exemplo, não há nenhum proveito em controlar terras improdutivas, lagos sem peixes etc. Na várzea há uma clara associação do espaço ao recurso, mesmo quando ele – tanto espaço quanto recurso – é móvel. Na várzea amazônica, a regularização fundiária não retrata somente o estatuto da propriedade da terra. Reflete a reprodução social dos grupos, da proteção da natureza e da necessidade do desenvolvimento de formas particulares de obtenção de energia, saneamento, habitação, saúde e educação.

Anexo II

Problemáticas socioambientais e propostas para o desenvolvimento da sustentabilidade, apresentadas por lideranças de cinco regiões de várzea

1. Alto Solimões

Workshop realizado com lideranças dos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Amaturá

organizado por Edna Alencar.

Problemática regional

- Intensificação da pesca e uso indiscriminado de instrumentos considerados predatórios (redes, malhadeiras, além da "batição").
- Redução dos estoques de peixes e substituição das espécies comercializadas.
- Saída ilegal de pescado para a Colômbia e pesca ilegal de alevinos de aruanã.
- Produção agrícola pouco diversificada.
- Falta de assistência técnica, falta de sementes e de condições apropriadas para comercializar os produtos, acarretando uma produção comercial reduzida e o predomínio da produção para o autoconsumo.
- Produtos pouco valorizados no mercado regional.
- As espécies comerciais de madeiras estão sobreexploradas.
- Os animais de caça estão escassos.
- A comercialização na várzea é deficiente. Faltam condições para alojar os produtores rurais na cidade e armazenar seus produtos, além de apoio ao transporte.
- A maioria das escolas na área rural vai somente até a 4ª série; só algumas estão organizadas em pólos educacionais.

- A saúde não recebe atenção diferenciada, em especial para atender o problema das enchentes (mais grave nessa área de várzea e também no médio Solimões). Falta saneamento básico, essencial para garantir a saúde mínima.

Propostas

• Implementar mecanismos para fomentar a pesca sustentável: pôr em prática a legislação da pesca e do defeso; criar programas de educação ambiental; implementar reservas de lagos; e disseminar a legalidade das reservas indígenas, promovendo o respeito às suas fronteiras.

• Estimular a produção agrícola: oferecer melhoramento técnico das plantações de ciclo curto e recursos para aquisição de maquinário para beneficiamento da produção (máquinas de descascar arroz, tacho para fabricação de rapadura e açúcar mascavo).

• Apoio e orientação técnica para o replantio de espécies madeireiras nativas da várzea.

• Campanhas para conscientizar a população da necessidade de preservar as espécies de caça e promover a criação de espécies nativas como a capivara.

• Prover condições adequadas para a comercialização da produção nas cidades, facilitando o transporte dos produtos, criando feiras de produtores e depósitos para armazenamento.

• Estender os pólos educacionais, implementar efetivamente o Programa Bolsa Escola, aumentar a participação social nos gastos do Fundef.

• Treinar e apoiar o trabalho do agente de saúde; fornecer remédios e instrumentos para equipar adequadamente os postos de saúde; solucionar o problema do transporte dos doentes da área rural.

• Para o desenvolvimento das comunidades, instalação de telefones e energia elétrica, de preferência solar.

• Apoio às associações de produtores.

2. Médio Solimões

Workshop realizado com lideranças dos municípios de Tefé, Coari e Alvarães

organizado por Delma Pessanha Neves

Problemática regional

- Estado de abandono frente ao atendimento de serviços públicos e ao encaminhamento de reivindicações.
- Desvantagem em relação aos cidadãos urbanos no acesso a serviços públicos, especialmente na educação.
- Excluídos de serviços de assistência técnica e de crédito. Quando obtêm crédito, as condições não são adequadas à realidade de várzea. Enfrentam condições desfavoráveis de comercialização.

- Consumidores urbanos tendem a desvalorizar os produtos regionais e aceitar preços mais elevados para mercadorias de fora. Falta de condições adequadas de comercialização contribui para tal desvalorização.
- Diversidade no atendimento dos serviços de saúde e educação. Falta de uma política destinada ao atendimento especializado às comunidades mais distantes da cidade.
- Quanto à depredação dos recursos naturais, há consenso sobre o importante papel dos ribeirinhos na preservação. Há também reconhecimento da necessidade de efetiva intervenção do Estado no sentido de impedir a depredação, mas também prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das normas e das leis.

Propostas

- Investimentos no beneficiamento de produtos para alcançar mercados a longa distância, com a criação de pequenas agroindústrias.
- Orientação e apoio aos produtores para diversificar a produção.
- Melhoria das condições de vida da população urbana desses municípios, para elevar o poder aquisitivo, e também criação de infra-estrutura de transporte para os produtores da várzea e da terra firme.
- Estender a experiência dos pólos educacionais, que deveriam ser ampliados para incluírem o segundo grau. Estudar a implantação do mesmo modelo para a oferta de serviços de saúde.
- Oferecer à população esclarecimentos a respeito da preservação ambiental, diante da falta de conhecimento sobre a legislação ambiental, técnicas e saberes sobre o manejo e a preservação de recursos naturais.
- Em face da enorme quantidade de regras e exigências para reconhecimento de direitos sociais, todos reivindicam ampla capacitação e esclarecimentos de dúvidas sobre as condições de acesso à aposentadoria, bem como sobre políticas de crédito, inclusive o Pronaf.

3. Médio Amazonas

Workshop realizado com lideranças dos municípios de Parintins, Silves, Itacoatiara e Maués

organizado por Mariana Ciavatta Pantoja

Problemática regional da Pesca

- Estoques de peixe reduzidos.
- Conflitos de pesca, envolvendo diferentes categorias de produtores (fazendeiros, agricultores, pescadores artesanais, pescadores profissionais, pescadores comunitários), e entre pescadores do lugar e de fora.
- Desmatamento das restingas, afetando o habitat dos peixes.

- Crescimento dos rebanhos de búfalo.
- Prática da "pesca predatória" (uso do timbó, rede de arrasto, pesca na época da desova etc).
- A concentração da pesca comercial em algumas espécies.
- Políticas de financiamento que estimulam a pesca.
- O desrespeito às iniciativas de preservação (acordos comunitários de pesca, sistemas de lagos de preservação e a legislação do defeso).
- Falta de alternativas econômicas.
- Redução dos animais de caça.

Propostas

- Manejo da pesca: rodízio de lagos, sistemas de preservação de lagos, acordos de pesca e controle e restrição dos tipos de apetrechos.
- Programas de educação ambiental, para divulgar a legislação ambiental e estimular a adesão ao manejo da pesca.
- Criação de legislação específica para apoiar os instrumentos de manejo.
- Implementação de um Sistema de Fiscalização – Sifis - integrado, reunindo o Ibama, as Polícias Civil, Militar e Federal, o Ministério Público, a Capitania dos Portos e ONGs.
- Reflorestamento das restingas.
- Apoio aos Agentes Ambientais Voluntários.
- Incentivo a alternativas econômicas para reduzir a pressão sobre a pesca, como a permacultura, a apicultura e o artesanato.
- Promoção de ampla discussão com pecuaristas, para chegar a um acordo sobre limites do rebanho e manejo do búfalo.
- Liberação da caça de jacarés.
- Remuneração dos Agentes Ambientais Voluntários.

Problemática regional da Agricultura

- Falta de assistência técnica para melhor planejar e diversificar a produção.
- Falta de transporte para o escoamento da produção.
- Baixos preços pagos para a produção agrícola, levando muitos da várzea a preferirem viver da pesca.
- Falta de políticas de financiamento adequadas para a realidade do agricultor de várzea.
- Falta de tecnologia adequada para a agricultura e solos da várzea, aumentando a produtividade e a qualidade dos cultivos.
- Falta de máquinas para beneficiamento no local de suas produções e também de locais adequados para armazenar a produção.
- As associações de agricultores precisam estar mais organizadas para defender os interesses dos seus sócios.

Propostas

- Apoio técnico apropriado (sugestão: criação de um sistema de assistência técnica integrada, reunindo Prefeitura, Idam, universidades, ONGs e outros órgãos do poder público); desenvolver sementes adequadas para os solos da várzea; realizar estudos de viabilidade de mercado para os produtos da várzea, pensando em novos mercados, como o de produtos orgânicos e certificados.
- Organizar os agricultores e suas associações para definir quais os tipos de financiamento mais adequados para as suas necessidades.
- Capacitar os agricultores e suas associações para elaborar projetos de financiamento e para sua gestão.
- Combater a prática de elaborar projetos de financiamento sem a participação do agricultor e sem que ele esteja consciente do compromisso que vai assumir com o banco.
- O poder público deve apoiar o transporte dos produtos agrícolas do interior para o mercado.
- Diversificação das culturas produzidas, combinando agricultura com criações de animais; divulgar informação sobre sistemas agroflorestais e permacultura, e incentivo ao uso de defensivos biológicos, mediante intercambio com experiências como a da ASPAC em Silves;
- Apoio para o cooperativismo e o associativismo.

Problemática regional da Pecuária

- Crescimento desordenado da pecuária.
- Falta manejo; construção de cercas para evitar conflito com agricultores.

Propostas

- Estabelecer acordos entre comunitários, criadores e fazendeiros com regras de manejo (quem cerca, tamanho dos rebanhos etc).
- Apoio do Poder Judiciário para formular acordos de ajustamento de conduta.

Outras Atividades

Propostas

- Investimentos na área de ecoturismo.
- Estimular a criação de pequenos animais.
- Cursos para capacitar os moradores interessados em produzir e comercializar artesanato, doces de frutas da região e mel de abelhas.
- Estimular o manejo de capivaras nas áreas onde seja apropriado e a criação de peixes em gaiolas.
- Estimular viveiros flutuantes para plantas medicinais e ornamentais.

Problemática regional da Educação

- Faltam escolas e, nas existentes, a maioria vai somente até a 4ª série.
- Falta capacitação pedagógica continuada para os professores, e o conteúdo curricular nem sempre é adequado à realidade do interior.
- As classes multisseriadas ficam na responsabilidade de poucos professores e a qualidade do ensino cai.
- A qualidade da merenda escolar é irregular.

Propostas

- Construção e reforma de escolas (onde for necessário).
- Implantação de escolas nas comunidades com ensino fundamental e ensino médio completos.
- O tema da educação ambiental deve estar presente no currículo escolar.
- Capacitação pedagógica continuada dos professores e elaboração de planos de aula adequados à realidade da região.
- Criação de escolas técnicas agrícolas; adequar o conteúdo do currículo escolar à realidade do interior.
- Criar conselhos de educação que reúnam as comunidades de várzea e tenham acesso aos órgãos do poder publico municipal, para resolver os problemas da educação.

Problemática regional da Saúde

- Falta água tratada em todas as comunidades e nas escolas, e não há poços artesianos nas comunidades.
- O atendimento médico no interior é insuficiente, estando concentrado nas sedes dos municípios.
- Os postos de saúde não têm remédios e os agentes de saúde precisam de capacitação continuada.
- Falta transporte para levar os doentes.

Propostas

- Construção de postos de saúde com equipamentos adequados.
- Treinamento para agentes de saúde em primeiros socorros, atendimentos de urgência, remédios caseiros e prevenção.
- Equipar os agentes de saúde com materiais de primeiros socorros, livros, aparelhos de pressão e outros instrumentos básicos.
- Incentivar a medicina caseira.
- Transporte para o agente de saúde fazer o seu trabalho, com os custos pagos, e ter ambulância fluvial municipal.
- Atendimento diferenciado e pronto atendimento para os comunitários nas sedes.
- Construção de poços artesianos, com análise da qualidade da água.

- Programas e campanhas de incentivo à diversificação da alimentação familiar e apoio ao manejo de lagos, para garantir a obtenção de peixes para as refeições dos comunitários.

Desenvolvimento das comunidades

Propostas

- Implantação de um processo de regularização fundiária e reconhecimento dos direitos de posse e uso da terra pelos moradores da várzea, que traga justiça social, melhoria de vida e conservação.
- Consenso de que a várzea requer um plano de desenvolvimento diferenciado, envolvendo a questão da posse da terra e a implantação de políticas públicas voltadas para educação, saúde, saneamento, produção e conservação.
- Instalação de geradores elétricos e placas solares.
- Linha de credito para construção de casas.
- Formação de grupos comunitários para promover jogos de futebol, apresentação de danças regionais e outras atividades culturais.
- Construção de quadras poliesportivas e promoção de campeonatos entre as comunidades.
- Construção de centros sociais.
- Incentivo às festas dos ribeirinhos.
- Instalação de telefonia rural, onde houver necessidade.

4. Baixo Amazonas, região de Santarém

Workshop realizado com lideranças dos municípios de Santarém, Óbidos, Alenquer, Oriximiná

organizado por Eliane Cantarino O'Dwyer

Problemática regional

- Conflitos no uso dos recursos naturais renováveis, em virtude do sobreesforço de pesca e pecuarização da várzea.
- Agricultura familiar de várzea ressente-se da falta de financiamento, preço mínimo e apoio à comercialização.
- Os pescadores monovalentes, como os residentes na cidade de Óbidos, expulsos da várzea e das áreas de terra firme, sofrem de endividamento e de alternativas econômicas fora da atividade pesqueira e formas organizacionais.
- Principais conflitos ligados à criação de gado branco e búfalo na várzea, a atividades intensivas de pesca e a extração de argila para cerâmicas. Ameaças atuais: soja, acarretando migração para a cidade e agravando a

pressão sobre a pesca. A soja já aparece também associada à grilagem de terra e á violência. Movimentos sociais se posicionam contra a ameaça da monocultura de arroz e soja.

- Experiência negativa com FNO, principalmente o financiamento concedido à pesca, que acarretou aumento na pressão sobre estoques e acirramento dos conflitos, e, como conseqüência, a inadimplência dos financiados. Tal fato evidencia a falta de informação dos credores quanto à realidade local. Foi queixa dos financiados que lhes faltou conhecimento sobre os contratos. Encaminharam como proposta um acordo para suspender o pagamento das dívidas até os estoques de peixes aumentarem.

Propostas

- Rever a política de incentivos à pesca.
- Incentivar a agricultura familiar. Oferecer melhores condições de comercialização (armazenamento, transporte, política de preços) e apoio técnico para o beneficiamento dos produtos.
- Linhas de crédito adequadas e assistência técnica.
- Políticas públicas devem olhar para a situação urbana, para adequarem suas propostas ao contexto regional de forma integrada.
- Maior apoio institucional aos instrumentos de resolução de conflitos e incremento da participação civil, como a formação de conselhos, agentes ambientais, associações, acordos de pesca, ajuste de condutas e portarias.
- Políticas públicas que melhorem as condições de saúde, educação e transporte. Melhorar o atendimento à saúde nos postos rurais, fornecimento de remédios e treinamento de primeiro socorros para os agentes. Na educação: estender a experiência dos pólos com ensino até a 8ª série.
- Fortalecimento das associações em Óbidos.
- Reflorestamento de áreas degradadas.
- Regularização fundiária (que atenderia os problemas ligados à soja e ao conflito agricultura, pesca x búfalo, porém é preciso considerar as conseqüências mais amplas da regularização fundiária).
- Criação de uma unidade de conservação na área do Lago Grande.
- Viabilização de alternativas econômicas.
- Ajustar o calendário do seguro-desemprego do pescador com o início do defeso.
- Remunerar o agente ambiental e tomar medidas que transforme sua condição vulnerável.
- Incentivar a criação de peixes em gaiolas.

5. Baixo Amazonas, região da foz

Workshop realizado com lideranças dos municípios de Porto de Moz, Almeirim, Prainha e Gurupá

organizado por Gláucia da Silva

Problemática regional

- Principal problema da várzea regional: a ausência do Estado, provocando condições precárias de saúde, educação e saneamento. Falta de escolas, professores, merenda, transporte para os estudantes, ausência de saneamento e de água potável, falta de postos médicos na várzea, de um adequado funcionamento do Programa de Agente Comunitário de Saúde, e de fácil acesso aos hospitais mais próximos, nas sedes. Uma exceção é Gurupá, que oferece ensino até a 8ª série e transporte escolar.
- Em Porto de Moz e Prainha há falta de transparência na aplicação das verbas públicas, não havendo condições de participarem dos Conselhos Municipais ou de terem acesso às contas da prefeitura.
- Com relação ao processo produtivo: falta de apoio financeiro e assistência técnica para a produção, falta de transporte para a comercialização, falta de condições de armazenamento e beneficiamento dos produtos, e uma perversa dependência das geleiras e atravessadores. Gurupá mostrou uma forma mais favorável aos ribeirinhos de negociar com as geleiras e atravessadores, agindo de forma coletiva e impondo, dentro de certos limites, o preço do produto.
- Os quatro municípios possuem atividade pesqueira, enfatizando-se a pesca da dourada para todos, e do acari para a maioria. Manifestaram a necessidade de melhores condições para a criação do camarão e para a produção do piracuí. Com exceção de Gurupá, a criação de gado bubalino é de vital importância para os ribeirinhos. Mas avaliam que o número de cabeças de gado já começa a causar problemas ambientais e afetar a pesca.
- Há necessidade de criação e apoio às organizações associativistas, dada sua importância para a implantação de projetos propiciadores de melhor qualidade de vida.
- Um problema reconhecido pelos moradores dos quatro municípios é a necessidade de regularização fundiária.

Propostas

Os presentes propuseram o desenvolvimento das atividades abaixo, com apoio técnico e financeiro:

- Gurupá, Almeirim, Porto de Moz e Prainha: manejo e beneficiamento do pescado e do camarão, e melhores condições para a fabricação do piracuí.

- Almeirim, Porto de Moz e Prainha: manejo do gado bubalino e beneficiamento de leite e laticínios.
- Gurupá: beneficiamento dos produtos de extração (açaí, óleos e fibras, madeiras e palmito), manejo integrado de recursos florestais e da pesca. Almeirim também fez proposição, nesse sentido, para o cacau, o açaí, a graviola e o cupuaçu.
- Com relação ao cultivo vegetal, foram propostos incentivos técnico e financeiro para três municípios, com o objetivo de fomentar diversos tipos de cultivo, inclusive em escala comercial.
- A implantação de projetos de apicultura e piscicultura foi uma demanda de Prainha e Porto de Moz. Prainha ainda objetiva o manejo de lagos comunitários e reflorestamento de restingas. Almeirim levantou a questão de se desenvolver o extrativismo da borracha, caso estudos de mercado provem a viabilidade do projeto.
- Uma importante providência apontada pelos quatro municípios é que cada um tenha sua fábrica de gelo, controlada pelos pescadores artesanais. Também se torna uma proposta dos pequenos criadores de Porto de Moz, a construção de uma fábrica de laticínios para o beneficiamento do leite e seus derivados.
- É urgente a implantação de estudos e projetos, em interação com os órgãos competentes, para a regularização fundiária nos quatro municípios.

O livro *Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: Perspectivas para o Desenvolvimento da Sustentabilidade* apresenta o resultado de uma pesquisa de campo realizada em 20 municipíos das várzeas do Amazonas e Solimões. As pesquisas abordam o modo de vida dos moradores da várzea e incluem um mapeamento das instituições que os assistem. O livro relata a percepção local de escasseamento da pesca, da caça e da madeira, em comparação a um passado recente de fartura, bem como a ocorrência de conflitos socioambientais.

Ao lado desse quadro predominante de competição por recursos naturais da várzea, os resultados mostram que o associativismo dos pequenos produtores rurais, as dinâmicas populacionais de mobilidade e emigração, a reestruturação do espaço rural (em algumas áreas inclui a concentração fundiária e a demanda por regularização das posses na várzea), a expansão da pecuária, em especial a bubalina no Rio Amazonas, a descentralização da gestão do Estado nos municípios, e a forte participação da sociedade na gestão ambiental dos recursos naturais da várzea, são os processos sociais mais característicos da várzea.